



**Irlene Menezes Graça   Barreirinhas em tempo de mudança: reconstrução  
de identidades nas rotas do turismo**



**Irlene Menezes Graça      Barreirinhas em tempo de mudança: reconstrução  
de identidades nas rotas do turismo**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Cultura, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e co-orientação da Doutora Alba Maria Pinho de Carvalho, Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – Brasil.

Ao Caio, meu filho.

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor Antônio Manuel Assunção**  
Reitor

**Prof. João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes**  
professor Catedrático do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da  
Universidade do Porto

**Prof. Doutor Moisés Adão de Lemos Martins**  
professor a Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação Instituto de  
Ciências Sociais da Universidade do Minho

**Prof. Doutor Albertino José Ribeiro Gonçalves**  
professor Associado com Agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de  
Ciências Sociais da Universidade do Minho

**Prof. Doutor Carlos Manuel Martins Costa**  
professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Severino Alves de Lencena Filho**  
professor Assistente do Departamento de Comunicação e Turismo do Centro de Ciências,  
Letras e Humanidades da Universidade Federal da Paraíba – Brasil

**Prof<sup>a</sup>. Doutora Alba Maria Pinho de Carvalho**  
professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal  
do Ceará (co-orientadora)

**Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista**  
professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (co-orientadora)



## agradecimentos

O ato de viver exige que partilhemos, sobretudo com os nossos mais próximos, com os que amamos, os mais saborosos e os mais ácidos frutos plantados e colhidos ao longo de nossa trajetória no mundo.

Ao **Arlindo** e ao **Caio** os meus mais próximos no cotidiano de afetos, a quem, a contragosto, impus uma carga de preocupações e ausências, no curso desta tarefa académica, e com quem divido, agora, esse momento de satisfação, de êxito que não se tornaria possível sem a presença de vocês em minha vida;

À **Ione**, à **Rosa Maria** e à **Miriam**, minhas irmãs, com quem experimentei na distância, a presença vívida, o calor do afeto, as palavras de encorajamento;

À **doutora Maria Manuel Baptista**, minha orientadora junto ao Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro (Portugal), por me ter permitido adentrar no seu convívio intelectual e académico, assim por ter-me aberto as vias de inserção no doutorado nesse Departamento; mas em especial, por sua lucidez teórica no campo dos estudos culturais e perspicácia no desvendamento do tema objeto de estudo, na tessitura teoria-empíria, contribuindo com aportes fecundos nos caminhos da investigação;

À **doutora Alba Maria Pinho de Carvalho**, co-orientadora, interlocutora próxima no Brasil, atenta e disponível para discussões e ofertar pistas para compreensão e alinhamento dos fios de novelos de dúvidas que se foram apresentando desalinhados nos mais diversos momentos de elaboração deste trabalho académico.

À doutora **Josefa Batista Lopes**, pelo estímulo e apoio na construção desse projeto de me aventurar para além-mar, na busca de ampliar conhecimentos e saberes;

À doutora **Rejane Batista Vasconcelos** pela fecunda parceria académica no exercício do viver generoso e solidário;

Aos/às amigos/as que, das mais variadas e expressivas formas, chegaram, nos momentos exatos e necessários, com incentivo, apoio, sugestões e a confiança de que esta tarefa seria concretizada: **Yára de Jesus Pinheiro dos Prazeres**, **Maria do Socorro Carvalho Fernandes**, **Maria da Graça Lopes Barbosa**, **Ana Kate Linhares Fontenelle**, **Maria Mary Ferreira**, **Helciane Araújo**, **Edinamária Mendonça** e **Éllida Neiva Guedes**;

Ao **Franco Linhares**, com quem construí uma amizade fecunda e aprendi lições de paciência e generosidade;

A **Barreirinhas** de aconchegantes lençóis – cenário desta empresa académica – desejo que se sinta homenageada e agradecida por meio de meu reconhecimento às pessoas que representam a verdadeira expressão de beleza que se esculpe em seu cenário: **Martinha dos Santos Neves**, Profa. **Régina Raposo**, Sr. **Enéas Miranda Conceição**; Secretário Adjunto e Secretária da Semtuc, **Antônio Régis Júnior** e **Karina Kaiese**; gestores do PNLM período 2006 a 2008, **Júlio César de Andrade** e **Ivone Fecury**; **Pedro Pereira**, presidente da Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas e aos pescadores artesanais do Tapuío, **Liosmar** e **José Diniz**; **Deusulina Rocha dos Santos**, presidente da Artecoop e as sócias, entre as quais cito: **Ducarmo**, **Sandra**, **Toinha** e **Mary**; presidentes da Cootalmar em gestões distintas, **Sr. Zacarias Batista Rodrigues** e **Sr. Ademar**; presidente da Associação dos Condutores, **Marco Antônio Oliveira Ferreira** e **Jony Gomes Silva (Júnior)**, presidente da Comcoop e Sr. **Danilo Nogueira Ramos**, presidente da Coopernáutica.

À Sra. **Lígia Rodrigues**, secretária do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, por aliar profissionalismo e delicadeza no atendimento.

À **Maria Michol Pinho de Carvalho**, com quem construí uma “irmandade” em tempos de outono e inverno 2008/2009, nos ventos frios de Aveiro - Portugal.

A **FAPEMA** que me concedeu a bolsa de estudo e pesquisa;

À **Faculdade São Luís** por me liberar das atividades docentes e pelo estímulo dado à capacitação de seus professores.

À **Joseane Souza**, à **Tereza Gomes Viana** pelo profissionalismo e disponibilidade no trabalho técnico de normalização e revisão linguística, respectivamente.

**palavras-chave**

Identidade, Cultura, Mudança e Turismo.

**resumo**

A presente tese situa-se no campo dos Estudos Culturais, constituindo uma construção interdisciplinar, situada nas vertentes da teoria cultural, com foco no estudo das identidade. Tem, como fenômeno empírico, o cenário de Barreirinhas-Ma/Brasil, em seus processos de transformação, decorrentes dos circuitos turísticos do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses/ Brasil. O objeto de estudo incide na análise de reconstrução de identidades de segmentos sociais que constituíram o público-alvo do processo investigativo: Artesãos, Prestadores de Serviços Turísticos (Condutores Turísticos, Toyoteiros, Pilotos de Lancha), Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras. Desenvolve, como eixo teórico fundante, a questão das identidades, concebidas como processos descentrados, descontínuos constituídos nas hibridações, a partir de vertentes teóricas contemporâneas, com destaque para os pensamentos de Stuart Hall e Homi Bhabha. O trabalho consubstancia um processo de investigação, de natureza qualitativa, em Barreirinhas-Ma, através da observação participativa, entrevistas e grupos focais com os segmentos sociais do sistema da vida cotidiana, com atores institucionais e dirigentes de entidades associativas e de classe a constituir um amplo e significativo material que proporcionou adentrar nos processos de construções identitárias em curso em um cenário de intensas transformações que se revelam contraditórias e desafiantes.

**keywords****Identity, Culture, Change and Tourism****abstract**

The thesis is concerned with the Cultural Studies and provides an interdisciplinary political-cultural approach debating the changes in the borders between Culture and Tourism. This work adopts, as an empirical phenomenon, the Barreirinhas-Ma/Brazil scene, in its transformation process due to the “Lençóis Maranhenses” National Park’s tourist circuits. This study analyzes the identity reconstruction of the social groups: craftswomen, tourist guides, “toyoters”, motorboat drivers, traditional fishermen, seafood fisherwomen and original inhabitants.

Based on contemporary theories, particularly Stuart Hall’s and Homi Bhabha’s, this thesis develops the identity matter assumed as a decentralized and discontinuous process constituted in hybridizations.

This is a qualitative research in Barreirinhas-Ma based on participant observation, interviews and focus groups with the social groups of the daily life, with institutional actors, association and class leaders. This enabled a better understanding of the processes of identity construction occurring in a scene of intense transformations that revealed to be both contradictory and challenging.





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 IDENTIDADES NOS PROCESSOS DE MUDANÇA: resgate de aportes da teoria cultural.....</b>	<b>4</b>
<b>1.1 Estudos Culturais como campo investigativo de rupturas e de criação .....</b>	<b>6</b>
<b>1.2 Cultura: princípio aglutinador de estudos.....</b>	<b>12</b>
<b>1.3 Identidade em questão: delineamentos da discussão contemporânea.....</b>	<b>14</b>
<b>1.4 Stuart Hall e a perspectiva desconstrutiva de identidade: a noção de sujeito em questão nos marcos da modernidade tardia.....</b>	<b>16</b>
1.4.1 Identidades multiplamente construídas: concepção estratégica e posicional.....	30
1.4.2 Identidade nos sistemas de representação: a produção de significados e enunciação de posições – de sujeito.....	37
1.4.3 Identidade Cultural: uma questão de “ser” quanto de “tornar-se”em constante transformação .....	40
<b>1.5 A identidade nos interstícios do hibridismo cultural sob o enfoque de Homi Bhabha.....</b>	<b>44</b>
1.5.1 A diferença cultural como questão-chave na recriação da teoria crítica comprometida .....	45
<b>2 O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: um espetáculo da natureza para o mundo.....</b>	<b>49</b>
<b>2.1 O Turismo no contexto da mundialização: marco de rupturas a delinear novas conexões de espaço e tempo.....</b>	<b>50</b>
<b>2.2 Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: a produção de um lugar turístico.....</b>	<b>53</b>
2.2.1 O PARNA dos Lençóis Maranhenses: área especial de proteção ambiental.....	53

2.2.2	A região dos Lençóis Maranhenses no foco das ações governamentais.....	62
2.2.3	O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o local/global na dinâmica do turismo.....	69
<b>2.3</b>	<b>Barreirinhas como pólo de atração regional de acesso ao parna: da tradição à modernidade .....</b>	<b>75</b>
2.3.1	O município em suas origens: das demarcações jurídico-administrativas aos delineamentos geográficos, históricos e demográficos .....	76
2.3.2	O monumento ao trabalhador: uma auto-representação das pessoas e do seu modo de subsistência, perdida no afã das mudanças .....	86
2.3.3	Marcos história do turismo na cidade .....	91
<b>3</b>	<b>O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA: um olhar crítico-reflexivo sobre os caminhos da pesquisa.....</b>	<b>97</b>
<b>3.1</b>	<b>A pesquisadora e seu campo de estudos: delimitando referenciais fundantes.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2</b>	<b>Resgate da construção processual do objeto.....</b>	<b>99</b>
<b>3.3</b>	<b>Percursos Metodológicos – tessituras de um “<i>artesanato intelectual</i>”.</b>	<b>106</b>
3.3.1	Pesquisa bibliográfica: estudos teórico-metodológicos como momento da investigação.....	107
3.3.2	<b>Pesquisa documental:</b> fontes a desvelar horizontes a dinâmica da pesquisa.....	108
3.3.3	Trabalho de Campo como ápice do processo investigativo: exercício de “ <i>conversão do olhar</i> ” .....	109
3.3.3.1	Sujeitos em movimento no cenário da Barreirinhas contemporânea: a definição do público-alvo da investigação.....	115
<b>3.4</b>	<b>O ofício da pesquisa em atos: articulações de técnicas e procedimentos.....</b>	<b>116</b>
3.4.1	Observação participativa.....	117
3.4.2	Entrevista.....	125
3.4.3	Grupo Focal.....	129
<b>3.5</b>	<b>A metodologia de exposição: a construção de caminhos analíticos.....</b>	<b>141</b>
3.5.1	Análise de conteúdo como técnica desistematização e interpretação do material empírico.....	141

3.5.2	Estruturação da dinâmica metodológica: um <i>modus operandi</i> na análise de conteúdo.....	142
<b>4</b>	<b>PROCESSOS IDENTITÁRIOS EM CURSO:</b> apresentação e sistematização do material empírico na dinâmica da análise de conteúdo.....	145
<b>4.1</b>	<b>Segmentos sociais da sociedade de Barreirinhas que constituem o público-alvo da investigação:</b> perfis sócio-demográficos e profissionais.....	145
4.1.1	Artesãs.....	145
4.1.2	Prestadores de Serviços Turísticos: Condutor Turístico, Piloto de Lancha e Toyoteiro.....	146
4.1.3	Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras.....	149
<b>4.2</b>	<b>Segmento Social Artesãs:</b> texto-síntese da produção do trabalho de campo.....	150
4.2.1	Ser Artesã em Barreirinhas nos tempos passados.....	150
4.2.2	Ser Artesã na “Barreirinhas do turismo”.....	156
4.2.2.1	Empreendedorismo cooperativo.....	157
4.2.2.2	Padrão mercadológico.....	160
4.2.2.3	Inserção nos mercados nacionais e internacionais.....	168
4.2.3	Artesãs em suas teias de relações sociais .....	170
4.2.3.1	Modos de viver e conviver no passado.....	171
4.2.3.2	Mudanças no viver e conviver na “Barreirinhas do Turismo”.....	176
4.2.3.3	Mudanças nas relações de gênero no contexto familiar: o empoderamento da mulher-artesã.....	181
4.2.4	Futuro do artesanato em Barreirinhas.....	185
<b>4.3</b>	<b>Segmento Social Prestadores de Serviços Turísticos:</b> texto síntese da produção do trabalho de campo.....	196
4.3.1	Prática profissional antes da inserção no turismo.....	197
4.3.2	Ser profissional do turismo em Barreirinhas.....	199
4.3.2.1	Iniciação no setor turístico: inserção casual e informal.....	202
4.3.2.2	Exigências para atuação no mercado turístico: capacitação e habilitação.....	207
4.3.2.3	Mudanças na vida pessoal com a inserção na cadeia do turismo.....	220

4.3.3	Cooperativismo como estratégia de fortalecimento das categorias profissionais.....	224
4.3.3.1	A proposta das cooperativas populares: ITCP/Lençóis Maranhenses.....	225
4.3.3.2	Dilemas e desafios da organização cooperativa na cadeia turística.....	226
4.3.4	Representação e produção de identidades individuais e coletivas.....	238
4.3.4.1	“Quem eu sou?”.....	238
4.3.4.2	“Quem eu quero ser”.....	242
4.3.5	Relações profissionais na cadeia turística: concorrência e competição.....	244
<b>4.4</b>	<b>Segmento Social Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras: texto-síntese da produção do trabalho de campo.....</b>	<b>256</b>
4.4.1	Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira em Barreirinhas nos tempos passados / o ofício da pesca.....	261
4.4.1.1	Iniciação do ofício de pescador/a artesanal e marisqueira – tempo de fatura.....	262
4.4.1.2	Dois modos de pesca artesanal: da água salgada e da água doce.....	263
4.4.1.3	Padrão tradicional da pesca artesanal.....	264
4.4.1.4	A pesca artesanal articulada a outras atividades.....	266
4.4.1.5	Relações de comercialização: a rede de atravessadores.....	269
4.4.2	Ser pescador/a artesanal em Barreirinhas no contexto de mudanças tecnológicas: exploração do trabalho do pescador.....	270
4.4.2.1	A pesca da água salgada em alto mar: o pescador artesanal como empregado do sistema empresarial da pesca – redefinições identitárias....	271
4.4.2.2	Mudanças tecnológicas: acesso fragmentado e parcial.....	273
4.4.2.3	O problema da pesca predatória / tempo de escassez.....	275
4.4.2.4	A falta de assistência técnica e linhas de crédito.....	279
4.4.3	Ser Pescador/a Artesanal na “Barreirinhas do Turismo”: um olhar de quem vivencia o turismo de seu lugar social.....	280
4.4.3.1	A pesca artesanal e o turismo em Barreirinha: uma relação complexa e contraditória.....	281
4.4.3.2	Ausência de política pública de inserção do pescador artesanal na cadeia produtiva do turismo.....	283
4.4.3.3	Impactos do turismo no contexto de trabalho e de vida dos pescadores	

	artesanais.....	285
4.4.3.4	O Projeto de Implementação do Entrepasto de Beneficiamento de pescados em Barreirinhas: uma perspectiva de inclusão a delinear-se no horizonte.....	289
4.4.4	Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira residente no PARNA dos Lençóis Maranhenses: uma situação de risco social.....	295
4.4.4.1	O discurso oficial: Lei Nº 9.985 versus visão antropocêntrica.....	295
4.4.4.2	O discurso das populações originárias: afirmação do direito de habitar em meio a dúvidas e inseguranças .....	298
4.4.5	Perspectivas de futuro para Pescadores/as e Marisqueiras na “Barreirinhas do Turismo”: como o pescador se pensa e se sente como profissional da pesca.....	300
4.4.5.1	Desesperança / desencanto.....	301
4.4.5.2	Auto-desvalorização do trabalho: negação do ser pecador.....	301
4.4.5.3	Um futuro melhor para seus filhos.....	302
<b>5</b>	<b>REDEFINIÇÕES IDENTITÁRIAS NA “BARREIRINHAS DO TURISMO”: trilhando vias analíticas.....</b>	<b>315</b>
<b>5.1</b>	<b>Barreirinhas como espaço social em tempos de turismo: a constituição de um lugar turístico global .....</b>	<b>317</b>
5.1.1	Uma nova ordem sócioespacial: para onde sopram os ventos do turismo?.....	319
5.1.2	A ocupação do espaço pelo turismo: valorização de terrenos versus especulação imobiliária.....	323
5.1.3	A produção local do turismo: ressignificando espaços sociais tradicionais.....	328
<b>5.2</b>	<b>Trajetórias de sujeitos sociais no movimento do turismo em Barreirinhas: redefinições identitárias em circuitos de mutações.....</b>	<b>334</b>
5.2.1	Artesãs: categoria tradicional que se redefine nas rotas do turismo.....	338
5.2.2	Prestadores de serviços turísticos: categoria que emerge e se institui no contexto do turismo.....	342
5.2.3	Pescadores/as artesanais e marisqueiras: categoria que vive o turismo a	

partir de novas configurações no contexto do capital.....	346
---	-----

## **CONCLUSÃO**

### **MOVIMENTO DO TURISMO EM BARREIRINHAS: redefinições**

identitárias nos circuitos demudaças.....	350
---	-----

REFERÊNCIAS.....	354
------------------	-----

ANEXOS.....	362
-------------	-----

## LISTA DE SIGLAS

AECI	– Agência Espanhola de Cooperação Internacional
APEX	– Agência de Promoção de Exportações
ARTECOOP–	– Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses
CEF	– Caixa Econômica Federal
COMCOOP	– Cooperativa de Condutores de Visitantes e Monitores Ambientais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
COMTUR	– Conselho Municipal de Turismo de Barreirinhas
COOPERNÁUTICA	– Cooperativa de Transporte Náutico dos Pilotos e Proprietário de Embarcações de Barreirinhas.
COOTTALMAR	– Cooperativa de Turismo e Transportes Alternativos dos Lençóis Maranhenses.
EMBRATUR	– Empresa Brasileira de Turismo.
FUMACOP	– Fundo Maranhense de Combate à Pobreza
IABS	– Instituto Ambiental Brasil Sustentável
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMbio	– Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH-M	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSS	– Instituto Nacional do Seguro Social
ITCP	– Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LABOHIDRO	– Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal do Maranhão
MAPA	– Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MARATUR	– Empresa Maranhense de Turismo
MMA	– Ministério do Meio Ambiente
MPA	– Ministério da Pesca e Agricultura
MTur	– Ministério do Turismo
PARNA	– Parque Nacional
PNLM	– Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
SAF/MDA	– Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do



#### Desenvolvimento Agrário

SEAP	– Superintendência Federal de Aqüicultura e Pesca do Maranhão
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SNUC	– Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	– Unidades de Conservação
UFMA	– Universidade Federal do Maranhão

## INTRODUÇÃO

A Tese, ora apresentada, insere-se no campo dos Estudos Culturais consubstanciando uma construção interdisciplinar situada nas vertentes da teoria cultural, com foco no estudo das identidades.

Esta produção acadêmica tem, como fio condutor, redefinições identitárias nos processos de mudanças socioculturais deflagradas pelo movimento do turismo na cidade de Barreirinhas, que se localiza no Maranhão, um dos estados do Nordeste do Brasil, na condição de acesso privilegiado ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Neste empreendimento analítico, tomamos identidade como categoria fundante, concebendo-a, a partir de aportes da teoria cultural contemporânea, como uma construção em movimento, formada e transformada nos percursos e trajetórias de sujeitos, nas conexões de tempo-espaço. É a perspectiva das identidades na pluralidade de sua constituição, vislumbrando-as como fraturadas, fragmentadas e múltiplas.

A produção aqui circunscrita é a resultante de estudos teórico-empíricos, desenvolvidos no período de 2006 a 2010, compreendendo múltiplas dimensões da pesquisa: bibliográfica, documental e trabalho de campo. Especificamente, a inserção empírica, vivenciada por mais de dois anos, permitiu-nos aproximações sistemáticas à realidade da “Barreirinhas do Turismo”, na condição de pesquisadores a buscarem compreender e desvendar um espaço social em aceleradas mudanças a desestabilizarem modos de viver, formas de inserção social, universo simbólico e imaginários individuais e coletivos. De fato, buscamos adentrar nos interstícios da “cultura do turismo” analisando suas encarnações no universo de grupos sociais. Assim, investigamos processos de reconstruções de identidades de três segmentos sociais: artesãs, prestadores de serviços turísticos e pescadores/as artesanais e marisqueiras.

Foi esse um fecundo exercício do pensar relacional que nos permitiu também – como as artesãs barreirinhenses – tecer um artesanato exigente e gratificante: o artesanato intelectual. Em suas tessituras, pudemos movimentar aportes inovadores da teoria cultural, encarnados, sobremodo, no pensamento de Stuart Hall (2000, 2005), para responder às provocações do próprio campo, gestando um processo de descobertas, que aqui apresentamos de forma sistemática, ao longo desta Tese.

A dinâmica expositiva da tese encontra-se estruturada em cinco capítulos, além desta introdução e da conclusão.

O primeiro capítulo, intitulado “Identidades nos processos de mudança: resgate de aportes da teoria cultural contemporânea,” é de natureza eminentemente teórica. Desenvolvemos, como eixo analítico fundante, a categoria de identidade concebida a partir de vertentes teóricas contemporâneas, com destaque para o pensamento de Stuart Hall. Assim, está estruturado em quatro aportes-chave: no primeiro, delineamos os Estudos Culturais como campo investigativo em que as análises estão circunscritas; no segundo, trabalhamos a Cultura como princípio aglutinador de estudos nas vertentes contemporâneas; no terceiro, colocamos em questão a identidade, enfocando delineamentos da discussão empreendida nas três últimas décadas; no quarto adentramos na perspectiva desconstrutiva de identidade, de Stuart Hall, configurando a sua construção estratégica e posicional; e, por fim, no quarto aporte, enfocamos a identidade nos interstícios do hibridismo cultural.

O segundo capítulo, com o título “O turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: um espetáculo da natureza para o mundo”, consubstancia reflexões sobre o campo do turismo na contemporaneidade, enfocando-o nos circuitos da mundialização do capital. Nesta perspectiva, trabalhamos, de forma específica, o turismo no PNLM, tendo a cidade de Barreirinhas-Maranhão (Brasil) como via privilegiada de acesso dos fluxos turísticos. O capítulo está estruturado em três eixos centrais: um primeiro eixo com resgate de aportes teóricos acerca do turismo como marco de rupturas a delinear novas conexões de espaço e tempo; um segundo, que incide o olhar sobre o contexto do PNLM como área especial de proteção integral e um lugar de visitação turística no foco das ações governamentais; e, um terceiro eixo, que analisa o município de Barreirinhas como universo empírico da investigação, delineando as novas configurações socioespaciais, em cotejo com o passado, abordando distintas dimensões da vida sócio-política-cultural.

O terceiro capítulo, denominado “O desafio da construção metodológica: um olhar crítico-reflexivo sobre os caminhos da pesquisa”, tem, como propósito, desenvolver uma discursão, de caráter epistemológico, sobre o fazer científico na produção desta Tese. Nele, delimitamos os referenciais fundantes da investigação, resgatamos a dinâmica processual do objeto e circunscrevemos os percursos da pesquisa em suas múltiplas dimensões: bibliográfica, documental e trabalho de campo no universo de Barreirinhas-Ma (Brasil). O trabalho de campo, considerado o ápice do processo investigativo, foi contemplado enquanto momento peculiar em que vivenciamos o exercício de “*conversão do olhar*” mediante as sucessivas aproximações e imersões na realidade local.

O quarto capítulo, com o título “Processos identitários em curso: apresentação e sistematização dos dados na dinâmica da análise de conteúdo”, encarna o momento peculiar de resgate e sistematização dos dados empíricos produzidos ao longo de mais de dois anos de trabalho de campo, no período de julho de 2006 a setembro de 2008, na cidade de Barreirinhas-Ma. É a construção de *corpus* empírico da investigação, a ser trabalhado nos interstícios da reflexão analítica. Assim, está organizado em três eixos, a circunscrever o material empírico relativo ao universo de cada um dos três segmentos sociais que constituem o público-alvo da investigação, apresentando textos-síntese específicos, a saber: Artesãos; Prestadores de Serviços Turísticos (Condutor Turístico; Piloto de Lancha; Toyoteiro) e Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras.

O quinto capítulo, denominado “Redefinições identitárias na ‘Barreirinhas do Turismo’: trilhando vias analíticas na afirmação de descobertas de pesquisa”, consubstancia um processo de análise a circunscrever o objeto de estudo em uma íntima tessitura entre o referencial teórico norteador da reflexão e o material empírico produzido durante o trabalho de campo. Incide o foco nas metamorfoses da vida, do seu trabalho, dos padrões de sociabilidade, do universo simbólico, gestadas pelo turismo a provocar redefinições identitárias dos segmentos constituintes do público-alvo. Está estruturado em dois eixos básicos a materializar o processo analítico então empreendido: o primeiro trata da Barreirinhas como espaço social em tempos de turismo, configurando a constituição de um lugar turístico global; o segundo trabalha as trajetórias de Artesãos, Prestadores de Serviços Turísticos e Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras no movimento do turismo em Barreirinhas, enfocando redefinições identitárias em circuitos de mutações.

Finalmente, apresentamos as conclusões, condensadas sob o título “Movimento do turismo em Barreirinhas: redefinições identitárias nos circuitos de mudança”, que, na verdade, são demarcações reflexivas a abrirem novas vias de estudo.

## 1 IDENTIDADES NOS PROCESSOS DE MUDANÇA: resgate de aportes da teoria cultural

O presente capítulo, de natureza teórica, tem como horizonte o nosso objeto de pesquisa – *os processos de construção de identidades nos circuitos das mudanças que marcam a vida contemporânea, encarnados em processos denominados de globalização*, – tomando, como referência, o pensamento de Stuart Hall (1996, 1997, 2000, 2005) e Homi Bhabha (1996, 2007), que desenvolvem reflexões nesse campo de estudos. Tais referências consubstanciam a base conceitual a circunscrever a análise dos *processos identitários em tempos contemporâneos, nos marcos do turismo em Barreirinhas- MA (Brasil)*.

A leitura dos autores, no resgate do debate em curso, faz-se a partir das exigências do que estamos a investigar, tendo a identidade como base teórica fundante. A rigor, a concepção de identidade, com origem na tradição antropológica, hoje, no contexto das ciências sociais e humanas, vem sendo submetida a rigorosas críticas. A questão da identidade está sendo amplamente discutida na teoria social e, simultaneamente, está a correr um intenso debate sobre essa questão ou, como diz Hall (2000, p.103), “uma explosão discursiva”. Critica-se a concepção de identidade e, ao mesmo tempo, assume-se essa questão como tema da agenda do tempo presente. Diante desse paradoxo, Hall (2000, p. 103) levanta uma questão a nos provocar: “quem precisa da identidade?”. Nessa mesma linha de provocação reflexiva, Canclini (2001, p. 165) indaga: “onde reside a identidade, com que meios ela é produzida e renovada em fins do século XX?”; ou, ainda, nas palavras de Cuche (1999, p. 107), “importa saber o que significa esta ‘moda’ das identidades [...] sobretudo, o que se entende por ‘identidade’?”

Woodward (2000, p. 16), em suas reflexões, trabalha um argumento, que nos ajuda a situar o debate em curso, ao afirmar:

Para compreender o que faz a identidade um conceito tão central, precisamos examinar as preocupações contemporâneas com questões de identidade em diferentes níveis. No cenário global encontram-se as questões em torno das identidades nacionais, as identidades étnicas. No contexto “local”, as preocupações se voltam para as relações pessoais e com a política sexual.

Nessa linha de argumentação, Woodward (2000) contextualiza essa discussão ao resgatar a perspectiva histórica do surgimento das lutas em torno de identidade no âmbito dos chamados “novos movimento sociais”, que emergiram nos anos 60 ou, mais precisamente, no pós-68, com a rebelião estudantil, com o ativismo pacifista e antibélico e com as lutas pelos

direitos civis. Nesses embates, a identidade assume um importante fator de mobilização política. Nesse sentido, a autora sintetiza sua argumentação:

As identidades são produzidas em momentos particulares no tempo. Na discussão sobre mudanças globais, identidades nacionais e étnicas ressurgentes e renegociadas e sobre os desafios dos “novos movimentos sociais” e das novas definições das identidades pessoais e sexuais, as identidades são contingentes, emergindo em momentos históricos particulares. Alguns elementos dos “novos movimentos sociais” questionam algumas das tendências à fixação das identidades da “raça”, da classe, do gênero e da sexualidade, subvertendo certezas biológicas, enquanto outros afirmam a primazia de certezas características consideradas essenciais. (WOODWARD, 2000, p.38)

Barbalho (2001), nessa mesma direção, chama atenção para o fato de que, paradoxalmente, é no chamado ‘primeiro mundo’, em meados dos anos 60, que surge e se amplia-se, “um movimento das chamadas minorias culturais e étnicas”:

Mulheres, jovens, negros, imigrantes, homossexuais, ecologistas, entre outros agrupamentos, irrompem em cena. E questionam a validade e a permanência das identidades universalizantes e das “grandes narrativas” ou “metanarrativas”, como diria Lyotard, situadas tanto à esquerda, quando à direita do pensamento tradicional. (BARBALHO, 2001, não paginado)

Nesse resgate das origens históricas da discussão em torno da identidade, fica clara a perspectiva de questionamento de uma visão tradicional: os chamados “novos movimentos sociais” refutam a tendência à fixação das identidades da raça, da classe, do gênero e da sexualidade, e questionam a validade das identidades universalizantes. Enfim, é o deflagrar de um processo de desconstrução de uma visão essencialista de identidade.

Seguindo vias analíticas configuradas no debate do presente, buscamos encontrar pistas que nos iluminem a discutir nosso objeto de investigação, circunscrito nas redefinições identitárias de sujeitos que vivenciam o processo de Turismo em Barreirinhas – Maranhão /Brasil. Nas configurações desse objeto, afirma-se um vínculo fundante entre a questão da identidade dos sujeitos e os processos de mudança: são “identidades de sujeitos em processo” a se redefinirem nos processos de mudança deflagrados nos circuitos turísticos. Na verdade, como bem afirma Hall (2005, p. 12), a própria noção de sujeito está mudando, ou seja,

[...] O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Ao pensar a relação identidade/sujeito, defrontamo-nos, portanto, com uma das principais marcas da discussão da identidade em nossos dias: sua natureza polissêmica e fluida. No âmbito da ciência social contemporânea, o conceito da identidade constitui-se um campo em construção ou, melhor dizendo, em (des)construção, mediante a crítica e a ruptura com a ideia de uma identidade *integral, originária e unificada*. A rigor, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. (HALL, 2005, p. 7)

Temos, portanto, clareza da complexidade e da amplitude da discussão sobre identidade que constitui um dos pilares teóricos do trabalho que ora estamos a expor. Logo, o nosso esforço analítico é adentrar nesse campo teórico tendo, como norte, em nossas buscas, o nosso objeto de investigação. Parafraseando Hall (2005), nesse momento, sintimo-nos como alguém que “precisa da identidade”. Em verdade, percebemos, como necessidade imperiosa, apropriar-nos do debate sobre identidade para pensar a própria realidade que nos provoca, para refletir sobre questões que estão a desafiar-nos como pesquisadores. A realidade é a nossa provocação, como bem proclama Bachelard (apud JAPIASSSU, 1991, p.77).

O adentrar nessa discussão contemporânea de identidade conduziu-nos a um campo de estudos em permanente construção, onde situa-se a investigação que estamos a desenvolver no tempo presente: o campo dos Estudos Culturais.

## **1.1 Estudos Culturais como campo investigativo de rupturas e de criação**

Os Estudos Culturais, considerados uma ‘construção social’ de cunho político, intelectual e natureza interdisciplinar, rompem com as fronteiras disciplinares provocando mudança de paradigmas nas ciências sociais e nas humanidades. Baptista (2009), ao circunscrever o campo de Estudos Culturais, afirma ser esse um campo de investigações que tem como características: a complexidade, a interdisciplinaridade, a crítica como forma de contestação e a metodologia como construção em aberto. A rigor, os Estudos Culturais cingem dois vetores que se articulam: um, político, que contempla uma proposta de intervenção na vida política e social e, outro, teórico, que compreende o propósito de construção de um novo campo de estudos e pesquisas.

Na concepção de Baptista (2009), os Estudos Culturais configuram um campo gravitacional a congregar pesquisadores de diferentes origens e formações, tendo como eixo

aglutinador a concepção de cultura. Em verdade, trata-se de um campo investigativo, que se constitui a partir de rupturas paradigmáticas.

Hall (2003, p. 123), em seu livro *Da Diáspora*, afirma que no “trabalho intelectual sério e crítico não existem ‘inícios absolutos’ e poucas são as continuidades inquebrantadas”. Chama-nos atenção que o fundamental são as rupturas significativas, em que “velhas correntes de pensamento são rompidas e velhas constelações descoladas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas”. (HALL, 2003, p.123) Assim, contextualiza a emergência dos Estudos Culturais, em meados da década de 1950, entendendo-os como um momento de *rupturas significativas* com as tradições de pensamento em torno da “cultura”, construindo uma nova área de estudo e prática.

Num processo intenso de debates, rupturas, “viradas” e desconstruções, esse campo de Estudos Culturais têm como precursores Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson. Suas reflexões, encontradas em textos seminais e de formação, constituem referência e rupturas a “*marcarem o novo terreno*”, cabendo destacar: *As utilizações da cultura* de Hoggart; *Cultura e Sociedade 1780-1950*, de Williams; *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson. Tais textos-referência configuram respostas às pressões imediatas do tempo e da sociedade em que foram escritos. Como reconhece Williams (apud HALL, 2003, p. 125):

Eles não apenas levaram a “cultura” a sério, como uma dimensão sem a qual as transformações históricas, passadas e presentes, simplesmente não poderiam ser pensadas de maneira adequada. Eram em si mesmos “culturais”, no sentido de *Cultura e sociedade*. Eles forçaram seus leitores a atentarem para a tese de que “concentradas na palavra ‘cultura’, existem questões directamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também, de forma semelhante.

No conjunto dessa produção seminal e do debate intelectual, gerado nesse momento originário desse campo de estudo, a década de 60 assinala a institucionalização dos Estudos Culturais. Num primeiro momento, no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham, e, a partir de então, através dos cursos, textos e publicações procedentes de distintas fontes e lugares. Entre seus fundadores e expoentes estão, portanto, os que precederam com suas produções – Williams, Hoggart, Thompson – e o próprio Hall que, também, dirigiu o referido Centro, na Universidade de Birmingham, no período considerado de maior fertilidade: entre os anos de 1968 e 1979. Eles procuram estudar a cultura não como um espaço simbólico de dominação e reprodução das ideias dominantes,



mas, fundamentalmente, como projeto político-intelectual orgânico. Cabe destacar que essa linha de pensamento está em sintonia com a denominada “agenda” da Nova Esquerda, da qual participavam esses pensadores. Afirmar Hall (2003, p. 125) que essa íntima relação “colocou a ‘*política do trabalho intelectual*’ bem no centro dos Estudos Culturais desde o início – uma preocupação da qual, felizmente, eles nunca foram nem jamais poderão ser libertados”. Na verdade, Hall (2003) estabelece uma distinção crítica entre ‘trabalho intelectual’ e ‘trabalho acadêmico’, mesmo reconhecendo que ambos nutrem-se mutuamente. Segundo ele, o trabalho acadêmico inscreve-se numa metanarrativa de conhecimentos acabados dentro de instituições. Já o trabalho intelectual constitui-se uma prática cultural e crítica autêntica, que tem como objetivo a produção de um tipo de trabalho político-intelectual orgânico. Apesar de reconhecer as dificuldades de instituir esse trabalho intelectual, entende que tal perspectiva está no horizonte do projeto dos Estudos Culturais. Assim, circunscreve o projeto político da teoria nesse campo como “um conjunto de conhecimentos contestados, localizados e conjunturais, que têm que ser debatidos de um modo dialógico. Mas também como prática que pensa sempre a sua intervenção em que faria alguma diferença, em que surtiria algum efeito”. (HALL, 2003, p. 204)

Em seu livro *Da Diáspora*, no capítulo dedicado aos Estudos Culturais, Hall (2003) ressalta a diversidade de trajetórias, com percursos distintos no interior dos estudos culturais, que constituíram *rupturas significativas* com ‘velhas correntes de pensamento’ marcadas por outras aproximações teóricas<sup>1</sup>. Reconhece que os estudos culturais foram construídos por metodologias e posicionamentos teóricos diferentes, sempre numa contenda entre posições distintas. Nesse sentido, oferece-nos uma visão das duas grandes vertentes que circunscrevem esse campo em seus debates seminais, pontos de divergência e confronto. De fato, apresenta-nos uma reflexão analítica e histórica dos dois paradigmas alternativos que se desenvolveram – o *culturalista* e o *estruturalista* – admitindo que tais paradigmas integram universos intelectuais e conceituais totalmente distintos. Logo, no âmbito desses paradigmas existem não apenas ramificações internas em cada um deles, mas contraposição entre si. Embora não sendo os únicos paradigmas ativos, nas palavras de Hall (2003), ambos

---

<sup>1</sup> Tais aproximações teóricas circunscrevem o que Hall denomina de “virada linguística” – a descoberta da discursividade, da textualidade – decorrente dos encontros com trabalhos estruturalista, semiótico e pós-estruturalista. No contexto dos estudos culturais britânicos, Hall assim destaca os ganhos oriundos das aproximações com esses conceitos: “a importância crucial da linguagem e da metáfora para qualquer estudo da cultura; a expansão da noção do texto e da textualidade, quer como fonte de significado, quer como aquilo que escapa e adia o significado; o reconhecimento da heterogeneidade e da multiplicidade dos significados, do esforço envolvido no encerramento arbitrário da semiose infinita para além do significado; o reconhecimento da textualidade e do poder cultural, da própria representação, como local de poder e de regulamentação; do simbólico como fonte de identidade” (HALL, 2003, p.198).

contribuíram para definir as bases de desenvolvimento do campo, constituindo, portanto, os “paradigmas seminais em ação nos Estudos Culturais”.

O paradigma *culturalista*, em face de ter uma importância significativa na construção do pensamento dos Estudos Culturais, é considerado, por Hall, como o dominante. Nele, a questão da “cultura” constituiu-se o local de convergência dos debates, reflexões e publicações. Tal paradigma contrapôs-se ao “papel residual” conferido ao “cultural”. Dada a complexidade desse conceito, constituiu-se uma área de contínua tensão e debate, diante do qual não existe uma definição única de cultura. Não obstante, a tensão entre várias linhas de pensamento merece destaque dentro do paradigma culturalista, que assim conceitua a cultura:

[...] algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana: como práxis sensual humana, como a atividade através da qual homens e mulheres fazem a história. [...] Ela define cultura ao mesmo tempo como os sentidos de valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados. (HALL, 2003, p.141-2)

O paradigma *estruturalista* chegou ao cenário dos estudos culturais com posições mais diversificadas. Ao contrário dos culturalistas, os estruturalistas movimentaram suas intervenções em torno da “ideologia” como conceito-chave. Nesse contexto, Hall destaca a relevância da obra de Lévi-Strauss na produção dos estudos culturais, em especial com o estruturalismo. Ao apropriar-se do paradigma linguístico, Lévi-Strauss propiciou às “ciências humanas da cultura” o reconhecimento e o rigor científico de uma forma inteiramente nova. O pensamento de Althusser deve ser destacado como uma contribuição relevante, especialmente através de suas formulações seminais sobre a ideologia. No âmbito desse paradigma, os estudos culturais aproximaram-se de outros estruturalistas, sobretudo da crítica semiológica de Roland Barthes: criteriosa e ao mesmo tempo rigorosa.

A vertente estruturalista desenvolve ramificações no campo da semiótica e do paradigma linguístico, com Saussure, movimentando-se, através de conceitos psicanalíticos da análise de Lacan, ao circunscrever questões do “discurso” e “do sujeito”; buscando, assim, preencher as lacunas deixadas pelo estruturalismo em sua fase inicial. Agrega, ainda, o referencial pós-estruturalista de Michel Foucault e Jacques Derrida<sup>2</sup>. Esse percurso, marcado por momentos de ‘evolução da teoria’, Hall denomina de “*virada linguística*”, que constitui a descoberta da discursividade, da textualidade, no âmbito dos estudos culturais britânicos.

---

<sup>2</sup> Sobre essas interlocuções teóricas desenvolvidas pela vertente estruturalista, ver Hall, S. (2003).

Nesse resgate de inspirações e influências teóricas, analistas, como Hall (2003) e Escosteguy (2003), destacam que os estudos culturais têm uma raiz marxista, a partir da construção gramsciana, que, no interior do marxismo, amplia a discussão de ideologia, de cultura, conferindo-lhes novo estatuto. Desse modo, os estudos culturais afastam-se do marxismo ortodoxo numa perspectiva crítica. Hall chama atenção para o fato de que os estudos culturais sempre assumiram posições críticas<sup>3</sup> aos “elementos que aprisionavam o marxismo como forma de pensamento”, tais como: “a ortodoxia, o caráter doutrinário, o determinismo, o reducionismo, a imutável lei da história e o seu estatuto de metanarrativa”. (HALL, 2003, p.203) A sua aproximação do pensamento marxista dá-se pela via de Antônio Gramsci, cuja obra vinha sendo redescoberta nos anos 60. Não por acaso, um dos capítulos de *Da Diáspora* é dedicado ao pensador italiano Gramsci que, já no início do século XX, tinha uma visão particular da cultura que se aproxima de tendências hoje tematizadas. Assim, Hall reconhece que os estudos culturais, no contexto britânico, muito aprenderam com o “desvio via Gramsci”, circunscrevendo, assim, os ganhos teóricos “sobre a natureza da própria cultura, sobre a disciplina do conjuntural, sobre a importância da especificidade histórica, sobre a extraordinariamente produtiva metáfora da hegemonia, sobre a maneira como se pode pensar relações de classe apenas se se recorre à noção deslocada de conjunto e blocos”. (HALL, 2003, p.193)

Hall reserva um capítulo especial, em seu ensaio “Da Diáspora: Identidades e mediações culturais”, voltado para o resgate do ‘legado teórico’ dos estudos culturais. Afirma que isso exige que “se olhe para o passado, de forma a poder consultar-se e pensar-se o presente e o futuro dos estudos culturais em retrospectiva”. (HALL, 2003, p.199) Na verdade, tem como propósito não apenas resgatar uma visão histórica de um campo em relação ao qual se considera um *‘tableau vivant’*. Visa, sobretudo, a ressaltar as posições relativas à questão do relacionamento entre a teoria e a política. Nesse sentido, enfatiza que

[...] enquanto os estudos culturais não aprenderem a viver com esta tensão, que todas as práticas teóricas têm que assumir – uma tensão que Said descreve como o estudo do texto nas suas afiliações com ‘instituições, gabinetes, agências, classes, academias, corporações, grupos, partidos ideologicamente definidos, profissões, nações, raças e gêneros’ – terão renunciado à sua vocação “mundana”. [...] Se você perder contato com essa tensão, poderá produzir ótimo trabalho intelectual, mas terá perdida a prática intelectual como política. (HALL, 2003, p.199-200)

---

<sup>3</sup> Stuart Hall (2003), ao se referir a esse marxismo ortodoxo, tradicional chega a afirmar que, a partir da sua formação política, entrou no marxismo ‘de costas’. Em verdade, reconhecendo a influência do marxismo nos estudos culturais, demarcou a distância crítica sempre existente entre esses dois campos, implicando numa vigilância permanente às perspectivas economicistas, reducionistas e doutrinárias do marxismo tradicional.

Na verdade, essa concepção de prática intelectual como prática política constitui um princípio norteador dos estudos culturais ao negar o que denomina prática acadêmica, por considerá-la desvinculada das questões da sociedade contemporânea. Assim, pode-se bem delinear a influência do pensamento de Gramsci nesse campo de estudos. Tal influência se dá através de duas noções fundantes do pensamento gramsciano: hegemonia<sup>4</sup> e intelectual orgânico. Especificamente, a visão gramsciana de hegemonia mostra que a construção hegemônica realiza-se no próprio contexto da vida cotidiana, mediante as diferentes posições sociais, num campo de forças contrárias e relações de poder, acentuando-se a natureza dialética da prática e da experiência cultural. Já a noção gramsciana de intelectual orgânico inspira a perspectiva do projeto político dos estudos culturais ao destacar o vínculo orgânico do intelectual com projetos e lutas de uma classe, ou seja, o seu compromisso com a Política, a Grande Política na visão gramsciana. Assim é que Hall afirma que os estudos culturais sempre buscaram atender à dupla exigência – “estar na vanguarda do trabalho teórico intelectual” e “não subtrair-se da responsabilidade da transmissão dessas ideias, desse conhecimento, através da função intelectual, aos que não pertencem, profissionalmente, à classe intelectual”. (HALL, 2003, p.194-5)

Os estudos culturais caracterizam-se como "obra aberta". É uma obra em permanente construção, agregando ideias, teorias e métodos. Nesse sentido, estabelece diálogos com disciplinas das áreas das ciências sociais e das humanidades rompendo limites, fronteiras em direção à interdisciplinaridade. Não obstante o projeto dos estudos culturais caracterizar-se pela abertura, Hall (2003) é categórico ao afirmar que “não se pode reduzir a um pluralismo simplista”. Como tal, recusa-se a ser uma grande narrativa de qualquer natureza. Constitui-se um “projeto aberto ao desconhecido”, ao que não se consegue ainda nomear. Tem interesse em estar conectado, vigilante às suas opções políticas. Hall explicita que existe uma tensão entre “o estar aberto” ao conhecimento e à “clausura arbitrária”:

[...] Registra-se aqui uma tensão entre a recusa de se fechar o campo, de policiá-lo e, ao mesmo tempo, uma determinação de se definirem posicionamentos a favor de certos interesses e de defendê-los. Essa é a tensão – a abordagem dialógica à teoria. [...] Se bem que não acredite no fechamento do conhecimento, considero que a política não é possível sem o que denominei de ‘clausura arbitrária’. [...] Em outras palavras, não entendo uma política que tenta fazer uma diferença no mundo que não tenha alguns pontos de diferença ou distinção a definir e defender. Trata-se de posicionamentos apesar de serem últimos não serem nem finais nem absolutos. Não

---

<sup>4</sup> A concepção de hegemonia em Gramsci encontra-se assim enunciada: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. (GRAMSCI, A. apud CARVALHO, 2004, p.39)

podem ser traduzidos intactos de uma conjuntura para outra; não se pode esperar que se mantenham no mesmo lugar. [...]. (HALL, 200, p.189-90)

A rigor, o projeto dos estudos culturais é uma “obra aberta” ao conhecimento, mas sempre em “tensão” no exercício da prática intelectual, enquanto prática política, numa postura dialógica com a teoria, “sem insistir numa clausura teórica final”. (HALL, 2006, p. 200) Nesse sentido, os Estudos Culturais são sempre conectados a cada contexto sócio cultural, com foco nas questões que estão a desafiá-lo, sem renunciar a sua “vocação mundana”, numa postura inevitavelmente polêmica, estratégica e política.

## **1.2 Cultura: princípio aglutinador de estudos**

No campo dos Estudos Culturais, cultura é um dos conceitos mais importantes, tendo se constituído um princípio fundador, um local de convergência, aglutinando as discussões desde o momento originário que antecedeu a institucionalização na Escola de Birmingham – Inglaterra.

Nessa perspectiva, a pesquisadora Maria Manuel Baptista afirma que “os Estudos Culturais apresentam-se, desde a sua génese, menos como uma disciplina e mais como um ‘campo gravitacional’ para intelectuais de diferentes origens”. (BAPTISTA, 2009, p. 22) Escosteguy (2003, p. 51), em sua reflexão sobre o tema, confirma essa perspectiva analítica ao configurá-lo “como um campo de estudos de novos temas e de aproximações inter, trans ou ainda pós-disciplinares” que têm “a noção de cultura” como “uma das categorias fundadoras”. Assim, cabe um resgate histórico da construção desse conceito ao longo dos percursos dos Estudos Culturais.

Raymond Williams, como um dos fundadores da vertente britânica dos Estudos Culturais, contribuiu de forma relevante ao desenvolver uma concepção de cultura, inserindo-a no âmbito do debate social e político. Na verdade, seu pensamento revelou-se fecundo e criativo, permitindo aos estudos culturais abrirem-se para novos objetos de estudo a partir de distintas áreas de conhecimento. Em *Culture is ordinary*, expõe um primeiro conceito de cultura que é considerado uma referência por representar uma “ruptura significativa” com qualquer concepção elitista de cultura, tendo instigado o debate e contribuído na formação do projeto dos Estudos Culturais, ao afirmar:

A cultura é algo usual, ordinário: esse é o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios sentidos. Toda

sociedade humana expressa essas características em suas instituições, nas artes e na aprendizagem. O fazer de uma sociedade é a descoberta de sentidos e direções comuns, e o seu crescimento é um ativo debate e um aperfeiçoamento que ocorrem sob a pressão da experiência, do contato e da descoberta, que se inscrevem, assim em seu território. [...] Uma cultura possui dois aspectos: os sentidos e direções conhecidos, aos quais seus membros estão acostumados; as novas observações e sentidos, que são oferecidos e testados. Esses são os processos usuais, ordinários, das sociedades e das mentes humanas. Vemos através deles a natureza de uma cultura: que é sempre tradicional e criativa. (WILLIAMS apud ESCOSTEGUY, 2003, p. 54-5)

Nesse conceito, Williams chama-nos atenção para duas grandes indicações: uma, em que a cultura vincula-se a *sentidos e direções comuns*, e outra, que revela o lado dinâmico da *experiência, do contato e da descoberta*, sempre a pressionar e provocar o debate, o aperfeiçoamento, a produzir mudanças. Esse duplo sentido que abrange a concepção de Williams contrapõe-se à visão dominante da época, em que a cultura era identificada apenas com textos literários e artísticos considerados da alta cultura e determinadas práticas adotadas segundo padrões estéticos vigentes. É uma perspectiva elitista de cultura que os intelectuais dos Estudos Culturais criticam e colocam em questão numa via de superação.

Williams recebeu influências de Marx e de F. R. Leavis, apesar de declarar discordância em certos aspectos da teoria marxista. Assim, a partir da contribuição desses dois pensadores – Marx e Leavis – desenvolveu suas reflexões e estabeleceu um diálogo crítico com E.P. Thompson. Em seu livro, *The Long Revolution*, amplia sua concepção de cultura, contribuindo, de forma significativa, para a discussão, no âmbito dos Estudos Culturais, a partir dos anos 1960. Nessa última definição, a cultura é assim configurada:

Uma descrição de uma determinada maneira de viver, que expressa certos sentidos e valores não apenas na arte e na aprendizagem, mas também nas instituições e no comportamento usual, ordinário. A análise da cultura, a partir de tal definição, é a clarificação de sentidos e de valores implícitos em um determinado modo de vida, em uma determinada cultura. (WILLIAMS, 1989 apud ESCOSTEGUY, 2003, p. 58)

O pensamento de Williams constitui-se, uma referência, no âmbito dos Estudos Culturais, ao inserir o debate da cultura na agenda social e política contemporânea. Suas formulações acerca da cultura produziram um “deslocamento teórico” fundamental: a operacionalização de um conceito expandido de cultura ao inserir as práticas da vida cotidiana e instituições, ao lado das artes, como elementos constitutivos de uma dada formação cultural. Essa perspectiva ampla e expandida de cultura revela, com nitidez, a influência de Antônio Gramsci (2001).

Hall (1993, p. 351), referindo-se à contribuição de Williams em relação ao conceito de cultura, afirma que:

Característico, aqui, não é apenas o movimento do ideal abstrato ao concreto, dos textos aos seus contextos na vida institucional e no comportamento usual, ordinário, mas também o enfraquecimento das distinções artificiais entre arte e literatura – os significados de ‘cultura’ no primeiro sentido, ou seja, no sentido de Cambridge’ – e o que ele denominou ‘a organização social geral.

É importante ressaltar esta questão-chave da “*cultura como prática*”. Constituiu-se um eixo de unidade entre os fundadores da vertente britânica dos Estudos Culturais, Williams, Hoggart e Thompson, que enfatizam o sentido de ação, de agência da cultura.

Tal perspectiva revela que “a cultura não é uma entidade monolítica ou homogênea, mas, ao contrário, manifesta-se de maneira diferenciada em qualquer formação social ou época histórica”. (AGGER, 1992 apud ESCOSTEGUY, 2003, p. 63) Isso implica em tratar as questões da cultura a partir do contexto social e econômico em que se realiza a atividade criativa.

### **1.3 Identidade em questão:** delineamentos da discussão contemporânea

No percurso investigativo, durante o trabalho de campo, ouviamos com frequência as seguintes afirmativas: “o turismo chegou em Barreirinhas sem que a população estivesse preparada”! Ou ainda: “a força do turismo é uma ameaça à nossa cultura, às nossas tradições, à nossa identidade”. São frases pronunciadas, com muita convicção, em conversas informais, por moradores locais. Integram, às vezes, um discurso de agentes locais das áreas do turismo ou da educação. Os conteúdos dessas afirmativas têm significados distintos, dependendo do lugar de quem fala. Em certo sentido, revelam uma percepção de impotência de quem se vê diante de um processo voraz que irrompeu, como um ‘*furacão*’, deslocando pessoas e modificando espaços, ao sabor de interesses externos, sob a lógica do mercado e da demanda turística.

A rigor, está subjacente a esses discursos a tradicional visão essencialista de identidade como algo fixo, imutável. É contra essa visão essencialista que se constitui a perspectiva de identidade descentrada, contraditória, inacabada, fragmentada e híbrida do

sujeito pós-moderno<sup>5</sup>. Essa perspectiva desconstrutiva do conceito de identidade vem se efetivando no contexto de diferentes vertentes teóricas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. É uma discussão eminentemente contemporânea que, de fato, tem assumido posição central na teoria e na prática. Emerge com forte conotação política no enfrentamento das desigualdades e no reconhecimento das diferenças. Seguindo as análises nesse campo teórico de desconstrução da noção tradicional de identidade, pode-se delinear duas grandes matrizes:<sup>6</sup> uma, formada pelos Estudos Pós-Coloniais (“Post-Colonial Studies”) e a outra, pelos Estudos Culturais (“Cultural Studies”). Ambas as matrizes têm uma conotação política no sentido de criticarem os poderes tradicionais e as consequentes desigualdades no mundo. Existe, porém, uma diferença que consiste, basicamente, no vetor de crítica. Os Estudos Culturais desenvolvem uma “crítica por dentro”; já os Estudos Pós-Coloniais têm, como proposta, fazer uma “crítica de fora”, “uma espécie de descolonização cultural”. Dewulf (2005, p. 135) O êxito dos Estudos Pós-Coloniais deve-se à repercussão internacional dos Estudos Culturais.

Este capítulo, de natureza teórica, com foco na questão das “identidades nos processos contemporâneos de mudanças”, será desenvolvido a partir de aportes de autores que têm suas produções nos dois campos: o dos Estudos Culturais, como Stuart Hall (1997, 2000, 2005, 2006), Kathrun Woodward (2000) e Tomaz Tadeu da Silva (2000) e dos Estudos Pós-Coloniais, como Homi Bhabha (2005).

Dentre esses, destacamos aqui como referência teórica, os pensamentos de Stuart Hall (1996, 1997, 2000, 2005) e Homi K. Bhabha (2007, 1996). Ao adentrar nas análises de Hall e Bhabha, vemo-nos face a construções de extrema complexidade analítica e política pela radicalidade das rupturas com a tradição teórica no campo das Ciências Sociais e Humanas. São pensamentos que encarnam transgressões que exigem uma ruptura de esquemas de pensamento para que o leitor/a possa apropriar-se das suas ideias sem incorrer em

---

<sup>5</sup> Referimo-nos à concepção de identidade delineada por Stuart Hall (2005) em contraposição à concepção do “sujeito do Iluminismo”, que supõe a identidade como algo fixo, estável, a definir a essência do nosso ser como sujeitos humanos. Tais concepções serão abordadas no item 1.4.

<sup>6</sup> Dewulf, J. (2006). “*Por vozes nunca dantes ouvidas: a viragem pós-colonial nas ciências humanas.*” Nesse artigo, Dewulf, numa posição crítica, no âmbito da literatura pós-colonial, identifica duas correntes: a dos Estudos Pós-Coloniais e a dos Estudos Culturais. Tomando especificamente a corrente com a qual se identifica, Dewulf assim analisa: nos “Post-Colonial Studies”, pretende-se realizar uma revisão total do cânone literário ocidental e eurocêntrico. [...] Atualmente, distinguem-se quatro correntes diferentes nos “Post-Colonial Studies”. A primeira é uma corrente nacional ou regional, na qual são estudadas obras literárias escritas em línguas minoritárias; a segunda distingue segundo a raça ou o sexo, como acontece, por exemplo, com a literatura afro-americana; uma terceira corrente é comparatista e compara aspectos linguísticos, históricos ou culturais em duas ou mais literaturas pós-coloniais. A quarta e última corrente, que também é chamada de corrente “pós-nativista” ou “nomadista”, privilegia a transgressão de fronteiras, as situações híbridas ou o sincretismo como elementos constitutivos de todas as literaturas pós-coloniais”. (DEWULF, 2006, p.135) Inspiramo-nos nessa categorização de Estudos Culturais e Estudos Pós-Coloniais para pensar alternativas analíticas que se configuram no âmbito da discussão da cultura e da identidade.



simplificações, adulterações e reducionismos. É preciso, de fato, uma profunda conversão do olhar e do pensar, uma metamorfose nas formas de reflexão para ser capaz de perceber, resgatar e movimentar as críticas e concepções absolutamente inovadoras no campo da cultura e da identidade. É, de fato, uma nova racionalidade que esses dois analistas contemporâneos consubstanciam em suas elaborações.

Assim, somos tomados de uma perplexidade analítica, perpassada de angústias e questões. Tentamos transformá-la em uma perplexidade criativa que possibilite um pensar novo e absolutamente renovado sobre nosso objeto, no sentido de delinear interstícios, hibridações. É a capacidade de perceber a fronteira “como o lugar a partir do qual *algo começa a se fazer presente*[...]”. (BHABHA, 2007, p. 24) Temos a convicção de que estamos a começar um trânsito efetivando um trabalho de incompletude que nos instigue a continuar a partir de onde conseguirmos chegar. Nos termos de Bhabha, vivemos a insegurança da travessia e do trânsito.

#### **1.4 Stuart Hall e a perspectiva desconstrutiva de identidade:** a noção de sujeito em questão nos marcos da modernidade tardia

Hall (2005) desconstrói a concepção tradicional de identidade no âmbito de um contexto histórico de profundas mudanças: o da chamada “*modernidade tardia*”<sup>7</sup>. A rigor, a modernidade tardia encarna uma configuração peculiar das mudanças que permeiam a própria modernidade. Inegavelmente, as sociedades modernas têm como característica principal o processo de mudança rápida e permanente, que as diferencia das sociedades “tradicionais”. O próprio Marx (1997, p. 69), ao analisar a Modernidade, sublinha “o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas [...]” formulando o caráter de permanente mudança dos tempos modernos, com sua tão conhecida frase síntese: “*tudo que é sólido e estável se volatiliza* [...]” (Id. *ibid*).

Hall (2000, p. 2005) desenvolve suas reflexões sobre a identidade cultural na “*modernidade tardia*” tendo como pressuposto básico o entendimento de que “*as identidades modernas estão ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas*”. Nesse sentido, considera que os teóricos que admitem que as identidades modernas estão entrando em colapso têm como ponto de partida o seguinte argumento:

---

<sup>7</sup> Para Hall (2005), a ‘modernidade tardia’ corresponde à segunda metade do século XX, que tem como marco os anos 60.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo. (HALL, 2005, p. 9)

Tais transformações, vistas na totalidade, significam um processo de grandes proporções que atinge dimensões fundamentais da vida em sociedade e de cada indivíduo, em particular. Seguindo as vias de Hall, interessa-nos, neste item, analisar as concepções de identidade em questão, a natureza específica das mudanças em curso como bases conceituais de sua crítica desconstrutiva de identidade cultural na modernidade tardia.

Hall (2005) apresenta-nos uma caracterização de três concepções distintas de identidade, fundadas na noção de sujeito: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O *sujeito do Iluminismo* baseava-se numa noção de pessoa humana, “como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de consciência e de ação, cujo ‘centro’ emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo”. (HALL, 2005, p.10-11) A identidade de uma pessoa era, assim, esse “*centro essencial do eu*”, numa perspectiva, precisamente, “*individualista*” de sujeito.

A concepção de *sujeito sociológico* retratava a crescente complexidade do mundo moderno e o entendimento de que esse “núcleo interior do sujeito” não era gerado de forma independente ou auto-suficiente, mas constituído na relação com “outras pessoas importantes para ele”, partilhando valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. Essa concepção foi desenvolvida por uma corrente de pensamento sociológico, denominada de “interativa”, em sua abordagem sobre a relação entre a identidade e o eu. Tem-se como expoentes dessa vertente, G.H. Mead, C.H. Cooley e os interacionistas simbólicos. Segundo essa concepção sociológica clássica, “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade”. (HALL, 2005, p. 11)

Nessa concepção sociológica, a identidade ocupa o espaço entre o “interior” e o “exterior”, ou seja, entre a vida pessoal e a vida pública. Constitui-se um processo de mão dupla em que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais e, simultaneamente, assimilamos seus significados e valores tornando-os “parte de nós”, contribuindo, assim, para

conciliar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. Utilizando a metáfora médica de Hall, a identidade “sutura” o sujeito à estrutura social dando estabilidade tanto aos sujeitos quanto aos universos culturais em que habitam, tornando-os mutuamente mais ‘unificados’ e ‘predizíveis’. (HALL, 2005)

A concepção do *sujeito pós-moderno* tem como principal fundamento o entendimento de que tudo está “mudando”. Assim, o “sujeito previamente vivido”, portador de uma identidade unificada, está se fragmentando, constituído não apenas de uma, mas de várias identidades, podendo ser contraditórias ou não-resolvidas. Num sentido correlato, as identidades que formavam o cenário social no “mundo exterior” – de classe, gênero, sexualidade, nacionalidade – e que nos davam uma sustentação ao nosso “mundo subjetivo”, em plena sintonia com as demandas objetivas da cultura, estão se esgotando, perdendo o sentido diante das mudanças estruturais e institucionais. Nesse sentido, o próprio processo de identificação, mediante o qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais temporário, instável e problemático. (HALL, 2005)

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’; formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. (HALL, 2005, p. 12-13)

Segundo essa concepção, a identidade, como algo plenamente unificado, completo, seguro e coerente, não corresponde mais à realidade do mundo contemporâneo. De fato, à medida que aumentam os “sistemas de significação e representação cultural”, somos postos em confronto diante de uma diversidade “desconcertante” de identidades possíveis, com os quais poderíamos nos identificar, ao menos de forma provisória. (HALL, 2005)

Em verdade, sujeito e identidade são duas dimensões intrinsecamente vinculadas, constituindo uma relação fundante com diferentes entendimentos ao longo da História, como bem explicita a delimitação de Hall ora apresentada.

A modernidade constitui um marco decisivo na concepção dessa relação, consubstanciando o próprio nascimento do sujeito: o sujeito moderno configura-se de forma unificada, centrada, originando uma perspectiva racional de identidade como algo dado, fixo, imutável, completo. É justamente a morte desse sujeito moderno que é proclamada – nos percursos de mudanças na contemporaneidade – pelas vertentes pós-modernas que vão desconstruir essa visão essencialista de identidade que caracteriza o sujeito humano na modernidade.

Assim, na desconstrução da visão essencialista de identidade, necessário se faz desvendar percursos desse sujeito moderno, visto como figura discursiva pelos pensadores e analistas.

Hall (2005) dedica um capítulo de seu livro para delinear um esboço da descrição feita por determinados teóricos contemporâneos acerca das principais mudanças na forma como o sujeito e a identidade são conceptualizados no pensamento moderno. O autor tem como objetivo traçar os estágios mediante os quais uma determinada versão do “*sujeito humano*” emergiu na idade moderna, explicitando determinadas dimensões: “como ele se tornou ‘centrado’, nos discursos e práticas que moldam as sociedades modernas; como adquiriu uma definição mais sociológica ou interativa; e como ele está ‘descentrado’ na modernidade tardia”. (HALL, 2005, p. 23)

Nesse sentido, Hall (2005) faz um mapeamento da história do sujeito moderno resgatando desde o nascimento do “indivíduo soberano”, no período entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, como momento de ruptura com o passado. Demarca portanto, o momento particular em que o sujeito moderno emergiu, caracterizando o seu “nascimento”, passa por sua história, por mudanças e acredita que, de certa forma, pode-se observar sua “morte”.

Tendo em vista o nosso objeto de investigação, interessa-nos, de modo especial, seguir as vias analíticas acerca do “deslocamento” da concepção do sujeito moderno e suas repercussões em relação ao conceito de identidade. Hall (2005) propõe-se a traçar um esboço de cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento, no período da modernidade tardia, que, na argumentação de analistas e teóricos/as, produziram o “*descentramento*” do sujeito cartesiano. Nesses avanços teóricos, focalizamos os elementos que trazem contribuições à questão do sujeito racional em sua relação com a identidade.

O primeiro “*descentramento*” relevante, indicado por Hall, diz respeito às tradições do pensamento marxista. Chama atenção para o fato de que a produção intelectual de Marx integra o século XIX e não o século XX. Não obstante, ressalta para a redescoberta e reinterpretação do seu trabalho a partir da leitura de seus novos intérpretes, especialmente Louis Althusser.

Hall (2005) considera que um segundo grande “*descentramento*” no pensamento ocidental do século XX tem origem na teoria de Freud, em sua descoberta do inconsciente. Em seu trabalho, Freud desenvolve uma concepção acerca da vida subjetiva e psíquica que provoca rupturas no discurso do pensamento moderno:

A teoria de Freud de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma ‘lógica’ muito diferente daquela da Razão, arrasa com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada – o ‘penso, logo existo’, do sujeito de Descartes. (HALL, 2005, p. 36)

Essa dimensão do pensamento freudiano gerou um profundo impacto sobre a produção do conhecimento moderno nas três últimas décadas. Nesse sentido, grande parte do pensamento sobre a vida subjetiva e psíquica é “*pós-freudiana*” na medida em que se fundamenta na sua concepção sobre o inconsciente, mesmo que recuse a aceitar algumas de suas hipóteses específicas.

A leitura que Lacan e outros pensadores fazem de Freud fundamenta-se no entendimento de que

[...] a imagem do eu como inteiro e unificado é algo que a criança aprende apenas gradualmente, parcialmente, e com grande dificuldade. Ela não se desenvolve naturalmente a partir do interior do núcleo do ser criança, mas é formada em relação com os outros; especialmente nas complexas negociações psíquicas e inconscientes, na primeira infância, entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras paternas e maternas. [...] Os sentimentos contraditórios e não-resolvidos que acompanham essa difícil entrada (o sentimento dividido entre amor e ódio pelo pai, o conflito entre o desejo de agradar e o impulso para rejeitar a mãe, a divisão do eu entre suas partes ‘boa’ e ‘má’, a negação de sua parte masculina ou feminina, e assim por diante), que são os aspectos-chave da ‘formação inconsciente do sujeito’ e que deixam o sujeito ‘dividido’, permanecem com a pessoa por toda a vida. (HALL, 2005, p. 37-38)

No centro do pensamento psicanalítico está presente a origem contraditória da “identidade” colocando assim, em questão a concepção sociológica clássica. De fato, o olhar psicanalítico traz dimensões e elementos novos que apontam no sentido de uma ruptura com uma visão essencialista de identidade. Afirma Hall (2005, p. 38-39):

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. [...] Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a ‘identidade’ e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude.

O que diferencia a teoria da psicanálise de Freud e a concepção posterior de Lacan e de outras teorias psicológicas é o lugar que é dado ao conceito de inconsciente<sup>8</sup>. A rigor, a teoria psicanalítica de Lacan dá novas dimensões à perspectiva analítica de Freud acerca das questões do inconsciente em sua relação com o sujeito e a identidade, incluindo os vários sistemas de representação simbólica – a língua, a cultura e a diferença sexual. Nesse sentido, Woodward (2000) delineia aspectos do pensamento de Lacan que consubstanciam avanços em suas concepções teóricas nesse campo do conhecimento:

A teoria psicanalítica lacaniana amplia a análise que Freud fez dos conflitos inconscientes que atuam no interior do assim chamado sujeito soberano. A ênfase que Lacan coloca na linguagem como um sistema de significação é, neste caso, um elemento central. Ele privilegia o significante como aquele elemento que determina o curso do desenvolvimento do sujeito e a direção de seu desejo. A identidade é moldada e orientada externamente, como um efeito do significante e da articulação do desejo. Para Lacan, o sujeito humano unificado é sempre um mito. (WOODWARD, 2000, p. 63)

Nesse contexto de influências e inspirações, Jacques Lacan, pensador psicanalítico, caracteriza-se como um seguidor de Freud, embora efetive uma radical reformulação das teorias freudianas ao ressaltar o simbólico e a linguagem na construção da identidade.

De fato, pode-se inferir a forte influência do trabalho de Freud e de pensadores psicanalíticos, como Lacan, no debate contemporâneo sobre a formação do sujeito moderno e da identidade, não obstante as severas críticas que tais pensadores têm recebido.

Um terceiro “*descentramento*” analisado por Hall (2005) refere-se ao trabalho do linguista Ferdinand Saussure. Sua argumentação fundamentava-se no seguinte:

nós não somos, em nenhum sentido, os ‘autores’ das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua. [...] A língua é um sistema social e não um sistema individual. [...] Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. (HALL, 2005, p. 40)

---

<sup>8</sup> Woodward (2000, p. 62), em seu texto sobre “Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual” dedica um item sobre “Dimensões psicanalíticas”, oferecendo-nos contribuições acerca do inconsciente, ao afirmar: “O inconsciente de acordo com a psicanálise, é formado de fortes desejos, frequentemente insatisfeitos, que surgem da intervenção do pai na relação entre filho ou a filha e sua mãe. Ele está enraizado em desejos insatisfeitos, em desejos que foram reprimidos, de forma que o inconsciente torna-se censurado pela mente consciente, passando a ser-lhe inacessível. Entretanto, esses desejos reprimidos acabam encontrando alguma forma de expressão, como por exemplo, por meio de sonhos e enganos (lapsos freudianos). O inconsciente pode ser, assim, conhecido, embora não por um acesso direto. A tarefa do psicanalista consiste em descobrir as verdades e ler a sua linguagem. [...] Como argumenta Lacan (1977), ele é estruturado como uma linguagem”.

Jacques Derrida e os modernos filósofos da linguagem, influenciados por Saussure e pela “*virada linguística*”, desenvolvem argumentos tendo como premissa a natureza instável do significado. Senão, vejamos:

Apesar de seus melhores esforços, o/a falante individual não pode nunca fixar o significado de uma forma final, incluindo o significado de sua identidade. As palavras são ‘multimoduladas’. Elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento, apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado. Nossas afirmações são baseadas em proposições e premissas das quais nós não temos consciência, mas que são, por assim dizer, conduzidas na corrente sanguínea de nossa língua. Tudo o que dizemos tem um ‘antes’ e um ‘depois’ – uma ‘margem’ na qual outras pessoas podem escrever. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis. (DERRIDA, 1981 apud HALL, 2005, p. 41)

Cabe destacar que Derrida questiona as visões estruturalistas de Saussure e Lévi-Strauss em torno do significado e da produção da diferença por meio de oposições binárias. A rigor, a teoria linguística saussureana concebe a marcação da diferença a partir de uma lógica de pensamento e da linguagem estruturada em dualismos, expressa em oposições binárias como essenciais para a produção do significado. A crítica de Derrida às oposições binárias indica que a própria dicotomia constitui um dos recursos através do qual o significado é fixado. Argumenta ainda que “a relação entre dois termos de uma oposição binária envolve um desequilíbrio necessário de poder entre eles”. (WOODWARD, 2000, p.50)

Em verdade, essa questão da diferença afirma-se como questão-chave para a compreensão do processo de construção cultural de identidades. Sabe-se que a identidade e a diferença estão vinculadas a sistemas de significação. De fato, “a identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído”. (TOMAZ, 2000, p.89) Cabe, então, a pergunta: como a diferença é marcada em relação à identidade<sup>9</sup>? Nesse sentido, Derrida abre-nos uma vida de estudo assim delineada, na interpretação de Woodward (2000, p.53):

O significado é produzido por meio de um processo de diferimento ou adiamento, o qual Derrida chama de *différance*. O que parece determinado é, pois na verdade, fluido e inseguro, sem nenhum ponto de fechamento. O trabalho de Derrida sugere uma alternativa ao fechamento e à rigidez das oposições binárias. Em vez de fixidez, o que existe é contingência. O significado está sujeito ao deslizamento [...].

---

<sup>9</sup> Essa é uma questão fundante no estudo da identidade que será devidamente desenvolvida no item 1.4.1.

De fato, a perspectiva analítica de Derrida aponta no sentido de que, construído por meio da diferença, o significado não é fixo. Em seu conceito de *différance*, o significado é sempre diferido, adiado.

O quarto descentramento da identidade e do sujeito se dá a partir do trabalho do filósofo e historiador francês, Michel Foucault, ao produzir uma série de estudos que pode se caracterizar como uma “*genealogia do sujeito moderno*”. Foucault, em seu trabalho, desvenda um novo tipo de poder, o qual ele denominou de “*poder disciplinar*”<sup>10</sup>. Esse tipo de poder desenvolve-se por todo o século XIX, atingindo o seu ponto de aperfeiçoamento máximo no início do presente século. Hall (2005, p. 42) afirma:

O poder disciplinar está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo. Seus locais são aquelas novas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX e que ‘policiam’ e disciplinam as populações modernas – oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais, clínicas e assim por diante.

Cabe destacar que, do ponto de vista da história do sujeito moderno, o poder disciplinar, configurado por Foucault, delineia um paradoxo da modernidade: esse poder é produto de novas instituições coletivas, típicas da modernidade tardia; a aplicação desse poder disciplinar e do saber que lhe é correspondente implica uma individualização do sujeito. Analisa Foucault que, “num regime disciplinar, individualização é descendente. Através da vigilância, da observação constante, todas aquelas pessoas sujeitas ao controle são individualizadas [...]” (FOUCAULT apud HALL, 2005, p. 43). Assim, destaca Hall acerca dessa dimensão paradoxal do poder disciplinar: “quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual”. (HALL, 2005, p.43)

Finalmente, o quinto e último descentramento do sujeito moderno consiste nos efeitos do feminismo, tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social. Fazendo uma breve contextualização, Hall afirma que o feminismo integra os chamados “*novos movimentos sociais*” “que emergiram na década de sessenta juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, a luta por direitos civis, os movimentos revolucionários do ‘Terceiro Mundo’, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado a ‘1968’”. (HALL, 2005, p. 44)

---

<sup>10</sup> Sobre essa concepção do “poder disciplinar” no pensamento de Foucault, veja: “História da loucura” (1997), “O nascimento da clínica” (6. ed. 2004) e “Vigiar e punir” (1977).



Esse momento histórico circunscreveu um amplo significado de lutas, fundamentadas em concepções, a demarcarem posições afirmativas em suas dimensões ‘subjetivas’ e ‘objetivas’ da política. Faziam oposição tanto à política liberal capitalista do Ocidente quanto à política ‘estalinista’ do Oriente. Revelavam, ainda, a situação de debilidade da classe política e das organizações políticas de massa com quem mantinham vínculos, assim como suas múltiplas frações em vários e distintos movimentos sociais. Daí resulta que cada movimento recorria à *identidade* social de seus militantes ou sustentadores. Desse modo, o feminismo convocava as mulheres, a política sexual, os gays e lésbicas, as lutas raciais, os negros, o movimento antibelicista os pacifistas, o movimento ecológico, os ambientalistas e muitos outros que emergiram em diferentes contextos. Na verdade, esse fato representa o “*nascimento histórico*” do que se tornou conhecido como a “*política de identidade*” – uma identidade para cada movimento. (HALL, 2005, p. 43-46)

Hall (2005, p. 45) argumenta que o feminismo contribuiu, de forma decisiva, para o descentramento conceptual do sujeito moderno, destacando os principais contributos teóricos e políticos no âmbito do movimento, tais como:

- Questionou a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”, construindo um *slogan* do feminismo: “o pessoal é político”;
- Abriu, como questão política, campos de discussão inteiramente novos de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças etc.
- Politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas);
- Ampliou e expandiu o movimento, inicialmente dirigido à contestação da posição social das mulheres para a *formação das identidades sexuais e de gênero*.

Esses cinco descentramentos analisados por Hall, ao configurar os percursos de mudança do sujeito moderno, propiciam o acúmulo analítico para a ruptura com essa perspectiva de sujeito inerente à modernidade e com a consequente concepção de identidade fixa.

Essa ruptura efetiva-se no contexto de profundas mudanças que circunscrevem a chamada “*modernidade tardia*”. Cabe adentrar em tais mudanças, em um esforço de contextualização dessa perspectiva desconstrutiva de identidade delineada por Hall, no campo dos Estudos Culturais. A rigor, a “*modernidade tardia*” encarna uma dada configuração das

mudanças que permeiam a própria modernidade, relacionando-se, organicamente, à questão da identidade cultural que, nesse contexto, vai ser delineada por teóricos que colocam “*sob rasura*” concepções de identidade que tendem à fixidez e ao imobilismo.

As sociedades modernas caracterizam-se por um processo de mudança célere e permanente que as diferencia das sociedades “tradicionais”. Giddens em sua abordagem analítica sobre a modernidade, ressalta que os processos intensos, abrangentes e contínuos de mudança convivem com uma forma reflexiva de vida:

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. (GIDDENS, 1991, p. 45)

Nos percursos de sua análise, Giddens enfoca que “a modernidade é inerentemente globalizante” pelas próprias características das instituições modernas, de modo particular sua ação de “desencaixe” e “reflexividade”. Particularmente, essa idéia do desencaixe abre uma fecunda via para compreender os processos da “*modernidade tardia*”, consubstanciados no que é denominado de “*globalização*”. Com efeito, Giddens, ao assumir a questão do distanciamento tempo-espço para analisar a vida social, assim delineia a dimensão globalizante dos tempos modernos:

Na era moderna, o nível de distanciamento tempo-espço é muito maior do que em qualquer período precedente, e as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se tornam correspondentemente ‘alongadas’. A globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredam através da superfície da Terra como um todo. (GIDDENS, 1991, p. 69)

Em verdade, a perspectiva de Giddens (1991) é deslocar a narrativa evolucionária ou “desconstruir o seu enredo” como estratégia para tornar compreensível a análise da modernidade, sobremodo a modernidade no tempo presente. Assim, redimensiona o foco do debate dos “*contornos de uma ordem nova e diferente que é ‘pós-moderna* delineando uma concepção bem diferente do que é atualmente chamada por muitos de ‘pós-modernidade’”. De fato, Giddens considera que “em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes”. (GIDDENS, 1991, p.13) É o acirramento da modernidade em um cenário de mudanças intensas e desafiadoras.

Ao assumir essa postura de ruptura com uma visão evolucionista, Giddens (1991) busca desvendar as descontinuidades típicas das instituições sociais modernas. Dentre as diversas características desenvolvidas pelo autor, cabe destacar duas delas: *o ritmo e o alcance de mudança*. Nesse sentido, destaca que, “conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram virtualmente toda a superfície da terra”. Tais descontinuidades encarnam as transformações do tempo e do espaço, denominados por Giddens de “*desajolamento do sistema social*” – a ‘extração’ das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo”. (GIDDENS, 1991, p.15-16)

Na perspectiva de pensar o mundo que vivemos, interessa, aqui, enfatizar as reflexões do autor acerca dessas *descontinuidades*:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de *todos* os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. (GIDDENS, 1991, p. 14)

Nessa mesma linha analítica, outros teóricos contemporâneos também circunscrevem suas reflexões, acerca da modernidade, enfatizando sua característica de rupturas e descontinuidade. Assim, David Harvey, ao referir-se à modernidade, parte da premissa de que não há somente “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”, mas a concebe como “caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior”. (HARVEY, 1989 apud HALL, 2005, p. 16)

Ernest Laclau, em suas reflexões sobre as sociedades modernas, utiliza o conceito de “deslocamento”, “descentramento”. Parte do pressuposto de que tais sociedades “não têm nenhum centro, nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única ‘causa’ ou ‘lei’”. (LACLAU 1989 apud HALL, 2005, p.16-17)

Seguindo as vias analíticas de Laclau (1990), merece destaque sua visão acerca das sociedades da modernidade tardia, caracterizadas pela “diferença”. Assim, Laclau entende que tais sociedades

são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições-de-sujeito” – isto é, identidades – para os

indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. Sem isso, argumenta Laclau, não haveria nenhuma história. (LACLAU 1990 apud HALL, 2005, p.17)

Na visão de Laclau, essa característica de “deslocamento” das sociedades na modernidade, apesar de perturbadora e provisória, tem uma dimensão positiva, pois abre possibilidades de novas articulações: a criação de novas identidades e a produção de novos sujeitos, denominados por ele de “recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação”. (LACLAU apud HALL, 2005, p. 17-18)

Os aportes teóricos de Giddens, Harvey e Laclau contém visões, de certa forma, diferenciadas quanto ao caráter da mudança no chamado mundo pós-moderno. No entanto, suas abordagens possuem um elo em comum, que é a ênfase na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento. Nesse ponto, Hall chama atenção para que não se percam de vista tais questões ao adentrarmos na discussão sobre o impacto da mudança contemporânea denominada de “globalização”. Questiona ele: o que se está entendendo por “globalização”? E: o que está deslocando as identidades culturais no final do século XX?

Na perspectiva de que “a modernidade é inerentemente globalizante”, Giddens (1991, p. 69-70) assim conceitua esse fenômeno:

A globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da ‘sociedade’ como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço.

Na visão de Hall (2005, p.68), “essas novas características temporais e espaciais que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais” constituem elementos-chave a produzirem efeitos imediatos sobre as identidades culturais. É o processo denominado de “compressão espaço-tempo” que está a tornar o mundo menor e encurtar as distâncias, que está causando impacto na vida de pessoas e lugares distantes. Hall fundamenta sua análise no fato de o tempo e o espaço constituírem coordenadas básicas de todos os sistemas de *representação*<sup>11</sup>. Nesse sentido, desenvolve o seguinte argumento:

---

<sup>11</sup> A relação entre identidade e representação será desenvolvida no item 1.4.2.

Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação – deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. Assim, a narrativa traduz os eventos numa sequência temporal ‘começo-meio-fim’; os sistemas visuais de representação traduzem objetos tridimensionais em duas dimensões. Diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo. (HALL, 200, p.70)

De fato, a identidade possui uma articulação profunda com o processo de representação. Daí que os diferentes formatos ou, usando os termos de Hall, a “moldagem” e a “remoldagem” de relações espaço-tempo no âmbito de diferentes sistemas de representação têm efeitos de grande intensidade sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas.

Avançando nas trilhas analíticas de Hall, adentramos num campo do debate contemporâneo, no âmbito intelectual, em torno dos efeitos da globalização para as identidades culturais<sup>12</sup>. Nessa arena, encontram-se vozes que, sob diferentes ângulos e vertentes teóricas, lançam olhares, interpretam e desenvolvem seus argumentos, como o que se segue:

O efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais ‘acima’ e ‘abaixo’ do nível do estado-nação [...] Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações ‘globais’ começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar as identidades nacionais. (HALL, 2005, p.73)

Ou ainda, como argumentam alguns teóricos culturais, seguindo essa mesma linha de pensamento:

[...] a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de *todas* as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural descrita por Kenneth Thompson (1992), mas agora numa escala global – o que poderíamos chamar de *pós-moderno global*. Os *fluxos culturais*, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de ‘identidades partilhadas’ – como ‘consumidores’ para os mesmos bens, ‘clientes’ para os mesmos serviços, ‘públicos’ para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo. À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural. (HALL, 2005, p.73-74)

---

<sup>12</sup> Nessa acepção, “identidades culturais”, a que está se referindo Hall, são as identidades culturais “nacionais”. A rigor, a perspectiva analítica de Hall fundamenta-se na concepção de que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*.”. (HALL, 2005, p. 48)

Hall explicita que o que está em discussão é se as identidades nacionais estão sendo “homogeneizadas”. Nessa linha de pensamento da homogeneização cultural estão teóricos/as que têm convicção de que a globalização “ameaça solapar as identidades e a ‘unidade’ das culturas nacionais”. Essa perspectiva de futuro das identidades num mundo pós-moderno, nos termos como tem sido utilizada, é considerada, por Hall (2005), como “*simplista*”, “*exagerada*” e “*unilateral*”.

Assim, em contraposição a essa perspectiva da “homogeneização cultural”<sup>13</sup>, Hall (2005, p. 80-1) desenvolve três linhas de argumentação, consideradas como principais “contratendências” às consequências da globalização:

a) “A globalização caminha espaço-tempo”.

Nesse sentido, Hall parte do pressuposto de que coexistem processos distintos: uns em direção à homogeneização global; outros em paralelo com um reforçamento das identidades locais, embora isso ainda esteja dentro da lógica da compressão, sinalizam para revigorar as identidades locais, associados ao fascínio pela diferença, pelo exótico, que se viabilizam via a mercantilização da etnia e da “alteridade”. Afirma ele: “há, juntamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de ‘nichos’ de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre ‘o global’ e ‘o local’” (HALL, 2005, p.77)

Nessa perspectiva analítica, Hall enfatiza que o “local” não deve ser confundido com uma situação característica onde “velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas”, sejam preservadas em sua essência e tradição. Em contraposição, Hall argumenta que, no contexto da globalização, prevalece a lógica do capitalismo, onde a probabilidade é que sejam produzidas, simultaneamente, *novas* identificações “globais” e *novas* identificações “locais”.

b) “A globalização é um processo desigual e tem sua própria ‘*geometria de poder*’”. Aqui, Hall mobiliza uma expressão de Doreen Massey<sup>14</sup> para enfatizar o caráter desigual da globalização na forma como é distribuída em todo o mundo, entre regiões e entre diferentes estratos da população dentro das regiões.

---

<sup>13</sup> O debate em torno dessa questão traz elementos teóricos e vias analíticas para se pensar o processo intenso de mudança que Barreirinhas-Ma está vivenciando nos circuitos do turismo global, em especial os processos identitários em curso.

<sup>14</sup> Massey, Doreen. “A global sense of place”, *Marxism Today*, Junho de 1991.

- c) “A globalização retém alguns aspectos da dominação global ocidental, mas as identidades culturais estão, em toda parte, sendo relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo”.

Essa é uma questão crucial no debate sobre a homogeneização cultural. Aqui, Hall desconstrói a concepção da globalização como fenômeno essencialmente ocidental ao enfatizar que, embora exista um “fluxo desequilibrado”, – baseado em relações desiguais de poder cultural entre “o Ocidente” e “o Resto” – as “sociedades da periferia têm estado sempre abertas às influências culturais ocidentais e, agora, mais do que nunca”. De fato, argumenta Hall (2005, p. 79-80):

A ideia de que esses são lugares ‘fechados’ – etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados até ontem pelas rupturas da modernidade – é uma fantasia ocidental sobre a ‘alteridade’: uma ‘fantasia colonial’ sobre a periferia, mantida pelo Ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como ‘puros’ e de seus lugares exóticos apenas como ‘intocados’. Entretanto, as evidências sugerem que a globalização está tendo efeitos em toda a parte, incluindo o Ocidente, e a ‘periferia’ também está vivendo seu efeito pluralizador, embora num ritmo mais lento e desigual.

Hall desenvolve, assim, uma visão crítica em torno das consequências da globalização configurando eixos centrais no debate sobre a homogeneização das identidades culturais. Nessa perspectiva, abre vias de estudo e reflexão circunscrevendo novos contornos da questão, apontando para o “ressurgimento do nacionalismo” e de “outras formas de particularismo” – o absolutismo étnico e religioso no final do século XX.

#### 1.4.1 Identidades multiplamente construídas: concepção estratégica e posicional

No esforço de adentrar na perspectiva desconstrutiva de identidade, identificamos que é essa uma vertente teórica desenvolvida por Stuart Hall e outros autores contemporâneos. Dentre esses, forneceram-nos fecundos subsídios de reflexão: Kathryn Woodward (2000) e Tomaz Tadeu da Silva (2000). Um eixo perpassa tais reflexões: a ruptura com a noção de uma identidade integral e unificada.

Essa vertente teórica circunscreve determinados conceitos-chave, colocando-os “*sob-rasura*”. Hall (2000, p. 104) explica o sentido dado a esse termo:

O sinal de “*rasura*” (X) indica que eles não servem mais – não são mais “bons para pensar” – em sua forma original, não-reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e não existem outros conceitos, inteiramente diferentes,

que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados.

A rigor, essa vertente de pensamento contrapõe-se à concepção essencialista que aceita a existência de uma identidade verdadeira, seja relacionada a uma categoria “natural”, fundamentada na biologia, seja fundamentada pela tradição ou nas raízes históricas; em síntese, admite que a identidade é unificada e imutável. Assim, na superação da visão essencialista, a perspectiva desconstrutiva desenvolve um conceito “*estratégico e posicional*” de identidade. Hall (2000) faz uma configuração elucidativa dessa concepção estratégica e posicional, delineando pontos de ruptura com a visão tradicional:

*não assinala aquele núcleo estável do eu que passa do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história”; [...] “não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, ‘o mesmo’, idêntico a si mesmo ao longo do tempo; [...] “ela tampouco se refere, se pensarmos agora na questão da identidade cultural, àquele ‘eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas, mantém em comum’.* (HALL, 1990 apud HALL, 2000, p.108)

De forma inversa a essa perspectiva, Hall assim delineia a concepção estratégica e posicional de identidades:

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 2000, p.108)

Nesse sentido, Hall (2000, p.108) aponta para a necessária vinculação dessa discussão de identidade a todos os processos e práticas que têm provocado alterações no caráter relativamente “estabelecido” de populações e culturas, dentre os quais destaca os processos de globalização que ocorrem com a modernidade e os processos de migração forçada como fenômeno global do denominado mundo pós-colonial. Afirma ele que as identidades “*parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico*” com o qual continuariam a manter uma certa equivalência. E, complementa Hall (2000, p. 109):

Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões ‘**quem nós somos**’ ou ‘**de onde nós viemos**’, mas muito mais com as questões ‘**quem nós podemos nos**



**tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’.** Elas têm tanto a ver com a **invenção** da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração mas como **‘o mesmo que se transforma’**: não o assim chamado **‘retorno às raízes’**, mas uma negociação com nossas ‘rotas’. Elas surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação do pertencimento, ou seja, a **‘suturação à história’** por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático. (grifo nosso)

Na configuração da perspectiva desconstrutiva do conceito de identidade, Hall (2000) sublinha determinados elementos que abrem fecundas pistas para analisar redefinições identitárias nos circuitos de mudanças em Barreirinhas. Senão, vejamos:

- Mobiliza recursos da história, da linguagem e da cultura ao destacar que a questão das identidades tem mais sentido com o “tornar-se”, ou seja, *“quem nós podemos nos tornar”* ao invés da reiteração do “quem nós somos” e “de onde viemos”, enfoques típicos de uma visão essencialista de identidade;
- Enfatiza a questão da representação, no sentido do *“como nós temos sido representados”* e *“como essa representação afeta a forma como nos representamos a nós mesmos”*. De fato, na perspectiva de Hall, identidades vinculam-se a representações. É preciso ter claro que representação, em Hall, está fundamentada na concepção de cultura como um “conjunto de significados partilhados”, tendo a linguagem como um processo de significação.
- Nessa perspectiva, Hall ressignifica a tradição como uma “negociação com as nossas rotas”. Logo, supera o entendimento dominante e comum de tradição como retorno às raízes e conclama a uma concepção de tradição em movimento como “percursos trilhados” com os quais negociamos nas construções identitárias;
- Nesse entendimento privilegia a narrativização do eu na sua natureza necessariamente ficcional, encarnada no discurso, pressupondo dimensões simbólicas, imaginárias.

Hall (2000, p.109), em sua análise minuciosa, enfatiza:

[...] as identidades são construídas dentro e não fora do discurso [...] nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, mediante estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de

modalidades específicas de poder e são assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna.

De fato, Hall assume uma posição contrária à visão tradicional das identidades ao afirmar que elas “*são construídas por meio da diferença e não fora dela*”. (HALL, 2000, p.110). Tal assertiva tem como premissas:

o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído. (Derrida, 1981; Laclau, 1990; Butler, 1993). As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto. Toda identidade tem, à sua ‘margem’, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo ‘identidade’ assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado.

Eis uma chave-analítica no pensamento de Hall a abrir vias fecundas no sentido de desvelar processos identitários nas rotas do turismo em Barreirinhas: as identidades são construídas por meio da diferença, o que remete à relação com o Outro, trazendo aquilo que não é”, “aquilo que falta”. De fato, as construções identitárias são eminentemente relacionais, gestando-se nas relações com o diferente. Logo, ao longo da vida, as identidades funcionam como pontos de identificação por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, e isso só ocorre nas relações com o Outro que consubstancia diferenças. Nessa linha de argumentação, Hall resgata Laclau:

[...] Sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta. Cada identidade, portanto, é *radicalmente insuficiente* em termos de seus ‘outros’. Isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por uma falta constitutiva. (LACLAU, 1996 apud HALL, 2003, p. 85)

Fica claro que, na relação com os outros, as identidades são insuficientes porque se afirmam a partir do que falta, do que não é. Trazendo essa demarcação para o âmbito das identidades culturais de grupos e comunidades étnicas minoritárias, sublinha Hall (2003, p. 85):

A diferença específica de um grupo ou comunidade não pode ser afirmada de forma absoluta, sem se considerar o contexto maior de todos os “outros” em relação aos quais a “particularidade” adquire um valor relativo.

Autores como Woodward (2000) e Silva (2000) têm, também, como objeto de suas preocupações teórico-conceituais, a relação fundante de identidade / diferença. Entender e desvendar, no contexto das relações sociais e dos processos simbólicos, as relações de poder, os movimentos que afirmam e os que desestabilizam a identidade e a marcação da diferença constituem o centro das reflexões de Woodward (2000) em seu importante artigo “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. A autora movimenta concepções teóricas, em sintonia com essa vertente de pensamento, ao afirmar:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*. (WOODWARD, 2000, p.39-40)

Sobre esse tema, Silva (2000, p.75-76), preocupado com as implicações políticas de conceitos como diferença, identidade, diversidade e alteridade, em seu ensaio, oferece-nos novas pistas elucidativas ao abordar a intrincada relação que existe entre a identidade / diferença. O autor, ao movimentar-se na trama conceitual, admite a perspectiva de que identidade e diferença são “mutuamente determinadas”. Fundamenta sua análise na própria “conceituação linguística de diferença”, conforme explicita a seguir:

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de *criação* significa dizer que não são ‘elementos’ da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto das relações culturais e sociais. (SILVA, 2000, p. 76)

Silva (2000) aceita, portanto, que a identidade e a diferença são “*criaturas da linguagem*” e, como tal, são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. Em sua reflexão, toma como referência o pensamento de Saussure, que concebe *a linguagem como um sistema de diferenças*. A rigor, a teoria linguística saussureana sustenta que as oposições binárias, como mecanismo de afirmação da identidade e de marcação da diferença, são fundamentais para a produção do significado. No contexto de uma cadeia de diferenciação linguística – “ser isto” significa “não ser isto” e “não ser aquilo” e assim por diante – como

exemplifica o autor (SILVA, 2000, p.77) Fundamentado, portanto, nas ideias saussureanas, Silva (2000) ressalta que os signos, ou seja, os elementos que constituem uma língua, não têm sentido absoluto, se tomados de forma isolada. Assim, um aspecto gráfico ou fonético de um signo só faz sentido se inserido numa cadeia infinita de outras marcas gráficas ou fonéticas que diferem dele. Da mesma forma acontece, se considerarmos o significado específico de um determinado signo, se levarmos em conta o seu conceito. Ao tomar como exemplo a identidade “ser brasileiro”, o autor demonstra que não pode ser compreendida fora de um processo de produção simbólica e discursiva e, portanto, “ser brasileiro” não é algo natural ou fixo e nem é um dado absoluto que tenha existência fora da linguagem. Como esclarece, ela só tem sentido em relação a uma cadeia de significação formada por outras identidades nacionais que, por sua vez, tampouco são fixas, naturais ou predeterminadas. (SILVA, 2000, p. 80) Nesse sentido, identidade e diferença são também marcadas pela indeterminação e pela instabilidade na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem.

Silva (2000, p.81), em seu artigo: “A produção social da identidade e da diferença”, afirma: “onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder”. O autor delinea sua visão analítica desnudando a dinâmica das relações sociais presente nas disputas, entre grupos sociais, pela identidade, por recursos simbólicos e materiais da sociedade:

[...] O processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. [...] Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2000, p.81)

Cabe um destaque: o processo central mediante o qual a identidade e a diferença são produzidas é a *diferenciação*. Existem processos que revelam essa diferenciação a constituir as distintas faces do poder, tais como, cita o autor: “incluir/excluir (‘estes pertencem, aqueles, não’); demarcar fronteiras (‘nós’ e ‘eles’); classificar (‘bons e maus’; ‘desenvolvidos e primitivos’; ‘racionais e irracionais’); normalizar (‘nós somos normais; eles são anormais’).” (SILVA, 2000, p.81-2)

De fato, tais processos de diferenciação – em que identidades são afirmadas e diferenças são marcadas – pressupõem ações que conduzem à inclusão ou exclusão. Assim, a demarcação de fronteiras ou a distinção entre o que fica dentro e o que fica fora denota relações de poder. Em outras palavras, tais separações são “indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder”. (SILVA, 2000, p.82)

Os processos que se entrecruzam no contexto das relações sociais, seja como forma de afirmação de identidades, seja como marcação das diferenças, são múltiplos. No entanto, é atribuída, à classificação, uma posição central. Classificar, nada mais é do que o processo de dividir o mundo social entre “nós” e “eles”, mas pode ser considerado como “um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes”. (SILVA, 2000)

Particularmente, essa questão da diferenciação é uma pista preciosa para refletir sobre processos vivenciados por determinados segmentos que, no âmbito da “Barreirinhas Turística”, afirmam-se excluindo outros, classificando e normalizando o que é legítimo / normal e o que não é; assimilando, inclusive, definições institucionais. Enfim, a apropriação teórica dessa perspectiva inovadora de Stuart Hall – a consubstanciar uma vertente analítica – é, sem dúvida, o que nos instiga a refletir, nesse percurso investigativo, tendo em vista nosso objeto de estudo. A teoria cultural e social pós-estruturalista, uma das vertentes dos Estudos Culturais, tem aberto vias analíticas fecundas para o estudo da identidade / diferença como relações de poder. Vale destacar o pensamento do filósofo francês Jacques Derrida, que, em sua crítica às oposições binárias, sugere que a própria dicotomia é um dos meios mediante os quais o significado é fixado. Woodward (2000, p. 53) em seu ensaio, interpreta as idéias do autor:

Derrida questionou as visões estruturalistas de Saussure e Lévi-Strauss, sugerindo que o significado está presente como um “traço”; a relação entre significado e significante não é algo fixo. O significado é produzido por meio de um processo de diferimento ou adiamento, o qual Derrida chama *différance*. O que aparece determinado é, pois, na verdade, fluido e inseguro, sem nenhum ponto de fechamento. O trabalho de Derrida sugere uma alternativa ao fechamento e à rigidez das oposições binárias. Em vez de fixidez, o que existe é contingência. O significado está sujeito ao deslizamento.

De fato, Derrida assume uma postura crítica à relação entre os dois termos de uma oposição binária, pelo desequilíbrio de poder entre eles. Na interpretação de Silva (2000, p. 83):

Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. “Nós” e “eles”, por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é aqui privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/ feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam.

O adentrar nas reflexões teóricas dos autores citados, em suas abordagens acerca dos movimentos de “afirmação” da identidade e “marcação” da diferença, instiga-nos a pensar sobre o nosso objeto de pesquisa, que tem como foco a construção de identidades de segmentos sociais nos circuitos de intensas mudanças provocadas pelo turismo em Barreirinhas. Tais movimentos de identidade/ diferença estão sempre a envolver situações de inclusão e exclusão. De fato, entendemos ser essa uma discussão central entre os autores dessa vertente dos Estudos Culturais e que nos inspira nas reflexões acerca das metamorfoses e reviravoltas vivenciadas pelos segmentos sociais constituintes do público alvo da pesquisa, na “Barreirinhas do turismo”.

#### 1.4.2 Identidade nos sistemas de representação: a produção de significados e a enunciação de posições-de-sujeitos

Como afirmamos, no início deste capítulo, “sintimo-nos como alguém que *precisa da identidade*” em resposta à célebre conclamação de Hall... Assim, vimos buscando adentrar nas teias do pensamento de Stuart Hall, abertas à investigação e ao diálogo sobre o tema da identidade e da representação culturais. Apoiamo-nos, também, em outros/as estudiosos/as, pesquisadores/as que já empreenderam essa aventura conceitual e reflexiva acerca da representação, em conexão com a teorização sobre identidade: Woodward (2000), Silva (2000) e Santi; Santi, (2008).

No contexto das vias analíticas abertas por Hall, demarcamos a representação como um dos eixos-chave para o entendimento da identidade. Cabem algumas considerações sobre essa categoria, no âmbito das Ciências Sociais e, particularmente, dos Estudos Culturais.

O conceito de representação tem múltiplos significados e concepções, ao longo dos tempos, nas diferentes áreas do conhecimento. “Na história da filosofia ocidental, a idéia de representação está ligada à busca de formas apropriadas de tornar o ‘real’ presente – de apreendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação. Nessa história, a

representação tem-se apresentado em suas duas dimensões – a representação externa, por meio de sistemas de signos como a pintura, por exemplo, ou a própria linguagem; e a representação interna ou mental – a representação do ‘real’ na consciência”. (SILVA, 2000, p. 90)

Com o pós-estruturalismo, desenvolveu-se uma vertente de pensamento contrária à noção clássica de representação. O ponto de ruptura com a ideia clássica situa-se na concepção da linguagem e de todo o sistema de significação como uma estrutura caracterizada pela instabilidade e pela indeterminação. Dessa forma, o conceito de representação apropria-se dessas mesmas características atribuídas à linguagem. (SILVA, 2000)

Hall (1997), na obra *The work of representation*, refere-se a três teorias sobre a representação: a abordagem *reflexiva*, a *intencional* e a *construcionista*. Cada uma delas concebe, de forma diferenciada, a interpretação dos significados nas mensagens. Assim, na abordagem *reflexiva*, a linguagem é transparente e, como um espelho, reflete o objeto e os significados que estão no “mundo real”. A abordagem *intencional* argumenta que o autor é o único que retém o significado que ele próprio coloca em seu texto, discurso ou imagem. E, finalmente, a abordagem construcionista concebe a linguagem como um produto social onde os significados são construídos por meio dos sistemas de representação. (HALL, 1997 apud SANTI; SANTI, 2008) Segundo essa vertente teórica, o mundo material, os eventos e os objetos não possuem significado por si mesmos, nós os construímos através da linguagem, mediante os sistemas de representação, conceitos e signos. É essa perspectiva construcionista que Hall admite corresponder à sua concepção de representação.

Em seu estudo sobre as representações, Hall tem como premissa básica o entendimento da cultura “como um conjunto de significados partilhados”. Essa concepção de cultura<sup>15</sup>, “com ênfase no significado, na importância da formação do senso comum, a partir de um conjunto de práticas estruturado pela produção e intercâmbio de significados, será central para o exame do conceito de representação”. (SANTI; SANTI, 2008, não paginado) De fato, nesse entendimento de cultura está a origem da análise de Hall (1997) sobre o funcionamento da linguagem como processo de significação. Segundo ele, “os significados só podem ser partilhados pelo acesso comum à linguagem, que funciona como sistema de representação”. (HALL, 1997 apud SANTI; SANTI, 2008, não paginado) Acentua Hall,

---

<sup>15</sup> A “*virada cultural*” refere-se a um movimento intelectual, no âmbito dos Estudos Culturais, responsável pela mudança de paradigma nas ciências sociais e nas humanidades, que exerceu influência decisiva na mudança do conceito de cultura, entendida como prática de significação, como uma condição constitutiva da vida social.

é através do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos – como representamos – que damos significado. Ou seja, em parte damos significado aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. E, em parte, damos significado através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas do cotidiano. (HALL, 1997 apud SANTI ; SANTI, 2008, não paginado).

Como lembra o autor, os significados culturais têm efeitos concretos e regulam práticas sociais. O ato de reconhecer o significado faz parte do senso de nossa própria identidade, mediante o sentimento de pertencimento. Segundo Hall (1997 apud SANTI; SANTI, 2008, não paginado), “o significado só acontece em função de convenções associadas à linguagem que, por sua vez, funciona como sistema de codificação do mundo, reconhecido e aceito comunitariamente por cada cultura segundo suas especificidades” Em outras palavras: as linguagens funcionam através da representação: elas são sistemas de representação. Acentua, Hall (apud SANTI; SANTI, 2008, não paginado):

a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às verdadeiras formas concretas assumidas pelo significado, no exercício concreto da leitura e interpretação; e tal requer análise dos verdadeiros sinais, símbolos, figuras, imagens, narrativas, palavras e sons – as formas materiais – onde circula o significado simbólico.

Nessa mesma linha teórica, Woodward (2000) abre vias analíticas fecundas ao abordar a relação entre identidade e representação. Nesse sentido, toma como referência a perspectiva teórica de Hall (1997) ao circunscrever sua análise sobre sistemas de representação a partir da relação entre cultura e significado. Senão, vejamos:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2000, p. 17)

Silva (2000) reitera, em sua análise, o estreito vínculo de dependência da identidade / diferença em relação à representação. Enfatiza que é através da representação que a identidade e a diferença passam a ter sentido. Em sintonia com a vertente de pensamento de teóricos e teóricas ligados aos Estudos Culturais, concebe a representação como “um sistema



linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder”. (SILVA, 2000, p.91) Nesse sentido, afirma:

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica de suas formas de representação. (SILVA, 2000, p. 91)

#### 1.4.3 Identidade Cultural: uma questão de “ser” e de “tornar-se” em constante transformação

Em seu ensaio: “Identidade cultural e diáspora”<sup>16</sup>, Stuart Hall (1996) propõe-se a estabelecer um diálogo e abrir vias de investigação sobre o tema da identidade e da representação culturais. Instiga-nos a pensar a partir de práticas culturais e formas de representação – cinema, fotografia, poesia – que têm o tema do negro como centro, pondo em questão a identidade cultural.

Na verdade, Hall (1996), em sintonia com as teorias sobre enunciação mais recentes, assume a posição de diáspora negra por entender que escreve e fala de uma história e uma cultura que lhes são específicas. Com foco na representação visual, toma como exemplo o surgimento de um “novo cinema do Caribe” para pensar distintas concepções sobre a identidade cultural. Tem como fio condutor de sua análise o entendimento de que a identidade é “uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre construída interna e não externamente à representação. (HALL, 1996, p.68)

Cabe destacar, em Hall, essa relação entre identidade e representação cultural. Enfatiza ele que “todos nós escrevemos e falamos *desde* um lugar e a um tempo particulares, *desde* uma história e uma cultura que nos são específicas”. (HALL, 1996, p. 68) O autor exemplifica essa dimensão posicional da identidade com sua própria trajetória:

Nasci e passei minha infância e adolescência numa família de baixa classe-média, na Jamaica. Toda a vida de adulto tenho vivido na Inglaterra, na sombra da diáspora negra – ‘na barriga da fera’. Escrevo tendo ao fundo uma vida de trabalho em estudos culturais. Se este ensaio denotar preocupação com a experiência da diáspora e suas narrativas de deslocamento, lembre-se então que todos os discursos são ‘localizados’, e que o coração tem suas próprias razões. (HALL, 1996, p. 68)

---

<sup>16</sup> Stuart Hall (1996) circunscreve sua análise sobre o conceito de “identidade cultural” a partir do exemplo da diáspora negra, com base na representação do cinema caribenho emergente.

Para o autor, há duas formas diferentes de se pensar a “identidade cultural”. Delineia a primeira definição “em termos de uma cultura partilhada, uma espécie de ‘*ser verdadeiro e uno*’ coletivo, oculto sob os muitos ‘*seres*’ mais superficiais ou artificialmente impostos, que pessoas com ancestralidade e história em comum compartilham. (HALL, 1996, p.68)

Tomando como exemplo o caso da diáspora caribenha na busca de uma “identidade essencial” ou autêntica, o autor circunscreve os termos da primeira forma de se pensar a identidade cultural. Segundo Hall (1996, p. 68),

[...] nossas identidades culturais refletem as experiências históricas vividas em comum e os códigos culturais partilhados que nos fornecem, a nós, como um ‘povo uno’, quadros de referências e sentido estáveis, contínuos e imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real. Tal ‘unidade’, subjacente a todas as diferenças de superfície, é a verdade, a essência da ‘condição caribenha’ da experiência negra. É esta identidade que uma diáspora negra ou caribenha deve escavar, descobrir, trazer à luz e expressar na representação cinemática.

A busca por esse tipo de identidade contribuiu, de forma relevante, nas lutas pós-coloniais e continua a exercer, de forma criativa, uma forte influência, impulsionando as produções contemporâneas no campo da representação visual e cinematográfica, lembra Hall. Também, tem se constituído fonte de inspiração de poetas da negritude e do trabalho fotográfico de uma geração de artistas jamaicanos e rastafarianos, no contexto das práticas emergentes de representação. Como acentua Hall (1996, p.69), não se deve desconsiderar a importância do “ato de redescoberta imaginativa implicada nessa concepção do reconhecer de uma identidade essencial”. Para ele, as “*histórias ocultas*” foram fundamentais na emergência dos mais importantes movimentos sociais contemporâneos, como o feminista, o anti-colonialista e o anti-racista. E, assim, reitera o sentido de reconstrução, em termos visuais, da “unidade subjacente do povo negro”, dispersado pela diáspora negra com a colonização e a escravidão:

Tais imagens propõem basicamente um modo de impor uma coerência imaginária à experiência da dispersão e fragmentação, que é a história de todas as diásporas forçadas. Fazem-no representando ou ‘figurando’ a África como a mãe de todas essas civilizações diferentes. O triângulo, afinal de contas, está ‘centrado’ na África. África é o nome do termo ausente, a grande aporia, que jaz no centro de nossa identidade cultural e dá-lhe um sentido que ela, até recentemente, não tinha. [...] Tais textos restauram uma plenitude ou profusão imaginária, que se pode contrapor à rubrica interrompida do nosso passado. São recursos de resistência e identidade, úteis para o confronto com os meios fragmentados e patológicos pelos quais essa experiência foi reconstruída nos regimes dominantes de representação cinemática e visual do Ocidente. (HALL, 1996, p. 69)

Há, porém, uma segunda forma de se conceber a identidade cultural, ainda que relacionada com a primeira. Ao circunscrever essa definição, Hall admite que assim como existem aspectos semelhantes, há também “pontos críticos de *diferença* profunda e significativa que constituem ‘o que nós realmente somos’; ou melhor – já que a história interveio – ‘o que nós nos tornamos’”. (HALL, 1996, p.69) Assim, explicita Hall (1996, p. 69):

Não podemos falar por muito tempo, com exatidão, sobre ‘uma experiência, uma identidade’, sem admitir a existência de seu outro lado – as rupturas e descontinuidades, que constituem precisamente a ‘singularidade’ do caribenho. Neste sentido, tanto é uma questão de ‘ser’ quanto de ‘se tornar ou devir’. Pertence ao passado, mas também ao futuro. Não é algo que já exista, transcendendo a lugar, tempo, cultura e história. As identidades culturais provêm de alguma parte, têm histórias. Mas, como tudo que é histórico, sofrem transformação constante. Longe de fixas eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo ‘jogo’ da história, da cultura e do poder.

A rigor, essa segunda concepção de identidade cultural nega o sentido da fixidez a um passado essencializado e ressalta o processo em permanente transformação, ao qual as identidades estão sujeitas ao ininterrupto “jogo” da história, da cultura e do poder. Assim, Hall (1996) enfatiza, nessa definição, que as identidades, “longe de estarem alicerçadas numa simples ‘recuperação’ do passado, que espera para ser descoberto e que, quando for, há de garantir nossa percepção de nós mesmos pela eternidade, são apenas os nomes que aplicamos às diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado”. (HALL, 1996, p.69)

Aqui, Hall está a mobilizar a perspectiva discursiva da representação, fundamentada em Foucault, especialmente no tocante aos aspectos: conceito de discurso, a questão do poder/conhecimento e a questão do sujeito. Seu foco analítico concentra-se nos efeitos da representação – como o conhecimento produzido pelos discursos que regulam as condutas e que incidem na formação/ construção de identidades e na interpretação de fatos históricos. Como lembra o autor, somente a partir dessa concepção de identidade cultural é que podemos captar a real dimensão do caráter traumático da “experiência colonial”. As formas através das quais os negros foram “posicionados e sujeitados nos regimes dominantes de representação” fazem parte de uma prática de poder cultural e normalização. Na verdade, acentua Hall, “fomos construídos por esses regimes, nas categorias de conhecimento do Ocidente, como diferentes e outros. Eles tinham o poder de fazer com que nos víssemos, e

experimentássemos a *nós mesmos*, como ‘*outros*’”. (HALL, 1996, p.70) E, reitera Hall acerca desse processo de sujeição pelo conhecimento:

Todo regime de representação é um regime de poder formado, como lembrou Foucault, pelo binômio fatal “conhecer/poder”. Mas esse tipo de conhecimento não é externo, é interno. Uma coisa é posicionar um sujeito ou um conjunto de pessoas como o Outro de um discurso dominante. Coisa muito diferente é sujeitá-los a esse “conhecimento”, não só como uma questão de dominação e vontade impostas, mas pela força da compulsão íntima e a conformação subjetiva à norma. (HALL, 1996, p. 70)

Com efeito, essa noção de alteridade como “compulsão íntima” altera a concepção de “identidade cultural”. Assim, afirma Hall: “a identidade cultural não é jamais uma essência fixa que se mantenha imutável, fora da história e da cultura”. (HALL, 1996, p.70) Eis uma premissa básica para se pensar as identidades culturais – elas possuem suas histórias e culturas. Histórias que são contestadas/ reconstruídas ao evocarem origens e fronteiras do passado, especialmente na luta política pelo reconhecimento das identidades nacionais e étnicas. Histórias que produzem efeitos concretos, reais e simbólicos. Como lembra Hall, “o passado continua a nos falar”. Mas, agora, não mais como um simples passado restrito a fatos. “É construído sempre por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito”. (HALL, 1996, p.70) Com base em tais premissas, Hall assim reafirma sua concepção acerca das identidades culturais:

As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um *posicionamento*. (HALL, 1996, p.70)

Na verdade, Hall reitera as principais noções-chave que fundamentam sua concepção sobre as identidades culturais acentuando desde a sua fluidez e, portanto, são “pontos instáveis de identificação”, construídas com e através da diferença num processo de rupturas e descontinuidades com suas origens, dentro do discurso, sujeitas ao “jogo” da história e da cultura.

Vale destacar, o que é relevante para objeto de nossa investigação, essa perspectiva conceitual de Stuart Hall acerca da identidade cultural. Interessa-nos de modo especial, munir-mos de referencial teórico que nos ajude a refletir sobre os processos identitários, em tempos contemporâneos, nos marcos do turismo em Barreirinhas-Ma.

## 1.5 A identidade nos interstícios do hibridismo cultural sob o enfoque de Homi Bhabha

No âmbito da crítica pós-colonial e das teorizações acerca das identidades em meio a diferença cultural circunscreve-se o pensamento do indo-britânico, Homi K. Bhabha<sup>17</sup>. Sua inserção nessa área de estudos dá-se a partir da sua própria vivência como integrante da elite local de uma sociedade colonizada pelos ingleses durante dois séculos. Além disso, seu interesse em refletir sobre as questões que envolvem o processo de construção da identidade em contextos coloniais, tem origem em seus trabalhos iniciais, com foco na análise crítica do discurso colonial britânico na Índia, no século XIX. Bhabha integra o projeto dos Estudos Pós-coloniais<sup>18</sup>, uma das matrizes no debate contemporâneo da identidade. É considerado como um dos “*membros cosmopolitas das diásporas*”, ao lado de Salman Rushdie e Stuart Hall.

Seu pensamento demarca sua posição como crítico e intelectual que explicita e assume compromisso com a causa democrática e socialista. Chega a indagar-se qual poderia ser a função de uma perspectiva teórica comprometida, uma vez que o hibridismo cultural e histórico do mundo pós-colonial é tomado como lugar paradigmático de partida. Nesse sentido, questiona, ainda, “em que formas híbridas, poderá emergir uma política da afirmativa teórica?” Em sua argumentação, delineia, como alternativa, o caminho da “*negociação*”<sup>19</sup> negando, aqui, qualquer sentido sindicalista de reformismo, mas numa busca de “articular elementos antagônicos e oposicionais sem a racionalidade redentora da superação dialética ou da transcendência”. (BHABHA, 2007, p. 52)

De fato, sua perspectiva analítica está voltada para os múltiplos processos contraditórios e antagônicos em cenários de desigualdade, de discriminação, atento às vozes e histórias de mulheres, colonizados, grupos minoritários, portadores de sexualidade policiadas. Assim, desenvolve uma concepção da “demografia do novo internacionalismo” como a

---

<sup>17</sup> Homi K. Bhabha ministra as disciplinas Teoria da Cultura e Teoria da Literatura na Universidade de Chicago. É, também, Professor Visitante de Ciências Humanas no University College, de Londres.

<sup>18</sup> A questão da pós-colonialidade na perspectiva analítica de Bhabha: A pós-colonialidade [...] é um salutar lembrete das relações ‘neocoloniais’ remanescentes no interior da ‘nova’ ordem mundial e da divisão de trabalho multinacional. Tal perspectiva permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência. Além disto, no entanto, a crítica pós-colonial dá testemunho desses países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais – constituídos, se me permitem forjar a expressão, ‘**de outro modo que não a modernidade**’ (grifo nosso). Tais culturas de *contra-modernidade* pós-colonial podem ser contingentes à modernidade, descontinuas ou em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para ‘traduzir’, e portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade. (BHABHA, 2007, p. 26)

<sup>19</sup> Significa que em tal “temporalidade discursiva, o evento da teoria torna-se a *negociação* de instâncias contraditórias e antagônicas que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos e entre a teoria e a razão prático-política. Veja Bhabha. O local da cultura (2007). Capítulo I “O Compromisso com a Teoria” (p.43-69)

“história da migração pós-colonial, as narrativas da diáspora cultural e política, os grandes deslocamentos sociais de comunidades camponesas e aborígenes, as poéticas do exílio, a prosa austera dos refugiados políticos e económicos”. (BHABHA, 2007, p. 24)

Bhabha consolida sua produção teórica, como crítico da literatura colonial e pós-colonial, com enfoque que vai além da representação e da linguagem, postulando a passagem do psíquico ao político, circunscrevendo o processo de construção da identidade como algo conflitante e ambíguo. Sua obra contempla uma base teórica densa e complexa que abrange, entre outras vertentes, o pós-estruturalismo, a semiótica e a psicanálise. Desenvolve suas análises de forma original e polêmica sobre temas centrais às questões do mundo contemporâneo, como hibridismo, pós-colonialismo, identidade e nação.

#### 1.5.1 A diferença cultural como questão-chave na recriação da teoria crítica comprometida

Em seu livro, “*O local da cultura*” (2007), no primeiro capítulo, “Compromisso com a teoria”, Bhabha consubstancia uma densa e profunda reflexão acerca das questões teóricas que envolvem os termos – o teórico / o político – no debate em torno “do lugar e do tempo do intelectual comprometido” num mundo pós-colonial marcado pelo hibridismo cultural e histórico. Assume uma postura de desconstrução da fronteira tradicional entre teoria/política e de resistência à “*en-clausura*” do teórico. Em sua argumentação, defende “uma certa relação do saber como crucial para estruturar nossas ideias a respeito do que pode ser o objeto da teoria no ato de determinar nossos objetivos políticos específicos”. (BHABHA, 2007, p.58) Demarca pontos de intersecção ideológicos e teóricos em suas múltiplas vertentes<sup>20</sup>. Assim, em sua reflexão sobre qual poderia ser a função de uma perspectiva teórica comprometida, questiona: “em que formas híbridas poderá emergir uma política da afirmativa teórica? Que tensões e ambivalências marcam esse lugar enigmático de onde fala a teoria?”. (BHABHA, 2007, p.47)

---

<sup>20</sup> Bhabha enfatiza que, mesmo na vertente do pensamento socialista, identifica-se “um processo diferente de articulação de prioridades, cujos objetos políticos podem ser recalcitrantes e contraditórios”. Assim afirma: “dentro do marxismo contemporâneo, por exemplo, observa-se a contínua tensão entre a fração inglesa, humanista, trabalhista e as tendências “teoricistas”, estruturalistas, da nova esquerda. Dentro do feminismo, há de novo uma diferença marcante de ênfase entre a tradição psicanalítica/semiótica e articulação marxista de gênero e classe através de uma teoria de interpelação cultural e ideológica”. (BHABHA, 2007, p. 52-53)

Nesse processo reflexivo, impõe-se a delinear uma revisão da história da teoria crítica<sup>21</sup>, denominando-a de “ocidental”. No entanto, busca discernir entre a história institucional da teoria crítica e a sua potencialidade conceitual para a mudança e inovação. Para isso, enfatiza a importância de se compreender “a tensão existente no interior da teoria crítica entre sua delimitação institucional e sua força revisionária”. De fato, o que está em questão, para o autor, é demonstrar “um outro testemunho de argumentação analítica, um engajamento diferente na política de e em torno da dominação cultural” (BHABHA, 2007, p. 60). Assim, afirma:

[...] devemos historicizar o momento da ‘emergência do signo’, ‘a questão do sujeito’ ou a ‘construção discursiva da realidade social’ para citar uns poucos tópicos em voga na teoria contemporânea. Isso só pode acontecer se recolocarmos as exigências referenciais e institucionais desse trabalho teórico no campo da diferença cultural – e não da diversidade cultural. (BHABHA, 2007, p.60)

Essa é uma chave-analítica no pensamento de Bhabha. É fundamental delimitar as diferenças existentes entre as noções de diferença cultural e diversidade cultural não só como indicativo para a revisão da teoria crítica, mas para pensar o lugar da teoria na luta pós-colonial contra as relações dominantes de poder e conhecimento. É esse o “compromisso da teoria”. Nesse sentido, afirma ele:

A diversidade cultural é um objeto epistemológico – a cultura como objeto do conhecimento empírico – enquanto a diferença cultural é o processo de *enunciação* da cultura como ‘*conhecível*’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. (BHABHA, 2007, p. 63)

Bhabha (2007, p. 63) faz uma afirmativa categórica: “a cultura só emerge como um problema, ou uma problemática, no ponto em que há uma perda de significado na contestação e articulação da vida cotidiana entre classes, gêneros, raças, nações”. No entanto, ressalta que a realidade “do limite ou texto-limite” da cultura raramente é contemplada pelas

---

<sup>21</sup> Bhabha afirma ser essa, obviamente, uma designação de poder institucional e eurocentrismo ideológico. A teoria crítica frequentemente trata de textos no interior das tradições e condições conhecidas de antropologia colonial, seja para universalizar seu sentido dentro de seu próprio discurso acadêmico e cultural, seja para aguçar sua crítica interna do signo logocêntrico ocidental, do sujeito idealista ou mesmo das ilusões e desilusões da sociedade civil. Essa é a manobra familiar do conhecimento teórico, onde, tendo-se aberto o abismo da diferença cultural, um mediador ou metáfora da alteridade deverá conter os efeitos da diferença. Para que seja institucionalmente eficiente como disciplina, deve-se garantir que o conhecimento da diferença cultural exclua o Outro; a diferença e a alteridade tornam-se, assim, a fantasia de um certo espaço cultural ou, de fato, a certeza de uma forma de conhecimento teórico que desconstrua a “vantagem” epistemológica do ocidente.

análises teóricas além dos estreitos limites das “bem intencionadas polêmicas moralistas contra o preconceito e o estereótipo ou da asserção generalizadora do racismo individual ou institucional”. Isso denota uma rejeição a pensar o “limite da cultura como um problema da enunciação da diferença cultural”. (BHABHA, 2007, p. 63)

Em sua reflexão, formula uma crítica à própria tradição liberal – o relativismo filosófico e algumas correntes da antropologia – enfocando a concepção típica dessa tradição da diversidade cultural como algo positivo a ser estimulado. Afirmar ser “um lugar comum das sociedades pluralistas e democráticas dizer que elas podem estimular e acomodar a diversidade cultural”. (BHABHA, 1996, p.36)

Assim, entende que essa atitude “culturada” ou “civilizada” tem como característica a aptidão para olhar culturas como se estivessem expostas num “*musée imaginaire*”, prontas para serem colecionadas ou apreciadas. Tais concepções de defesa da diversidade cultural têm servido de subsídio às políticas de educação multicultural em diferentes países. Nesse contexto, delineia duas grandes questões a serem refletidas.

Uma primeira, considerada por demais óbvia, consiste numa forma de acolhida e estímulo à diversidade cultural, mas estando sempre presente uma “*contenção*” em relação a ela. Assim, explica Bhabha: “uma norma transparente é constituída, uma norma dada pela sociedade hospedeira ou cultura dominante, a qual diz que ‘essas outras culturas são boas, mas devemos ser capazes de localizá-las dentro de nossos próprios circuitos’. É isso o que pretendemos dizer quando nos referimos à *criação* da diversidade cultural e à *contenção* da diferença cultural”. (BHABHA, 1996, p.36)

A segunda questão compreende uma crítica contundente aos princípios universalistas, subjacentes à concepção de multiculturalismo em sua expressão concreta. Nesse sentido, afirma que, nas sociedades onde o multiculturalismo é estimulado, o racismo expande-se com diferentes tendências e índoles. Destaca, dessa forma, o paradoxo existente entre o universalismo que permite a diversidade e, ao mesmo tempo, dissimula normas, valores e interesses etnocêntricos.

Em sua contundente crítica à diversidade cultural, Bhabha assume a perspectiva da diferença cultural. Para isso, fundamenta seus argumentos desconstruindo o entendimento de nação, de cultura nacional estruturada na homogeneidade, em uma unidade forçada. Sua perspectiva analítica incide nas identidades múltiplas, não uniformes, tomando por base o seu entendimento acerca de “nação”, de cultura nacional, no cenário da experiência pós-colonial.



A natureza mutante do que entendemos por ‘população nacional’ é sempre mais visivelmente construída a partir de um espectro de diferentes tipos de interesses, diferentes espécies de história cultural, diferentes linhagens pós-coloniais, diferentes orientações sexuais. (BHABHA, 1996, p.35)

De fato, a perspectiva analítica de Bhabha em relação à questão da diferença cultural tem como fundamento o entendimento de que determinados conceitos, como: culturas nacionais homogêneas e a transmissão consensual de tradições históricas ou comunidades étnicas “orgânicas”, estão submetidos a uma severa crítica ou sendo redefinidos. Está em redefinição o próprio conceito de culturas nacionais homogêneas como fundamento de uma concepção de cultura que tem como cenário a experiência pós-colonial, assumindo, como objeto de análise, as culturas híbridas. Nessa perspectiva, está em questão um momento histórico no qual se articulam identidades múltiplas a desafiarem caminhos, seja positiva ou negativamente, seja progressiva ou regressivamente. (BAHBHA, 1996) Em verdade, Bhabha, nos interstícios de seu pensamento, trabalha a diferença cultural como elemento-chave na recriação de uma teoria crítica comprometida.

## 2 O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: um espetáculo da natureza para o mundo

No presente capítulo, abordamos sobre o turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, tendo a cidade de Barreirinhas-Maranhão (Brasil) como principal via de acesso do fluxo turístico. Nesse contexto, o turismo é o grande vetor que mobiliza o imaginário, instiga desejos e cria vontades ao produzir o espaço e redefinir o tempo. Nos circuitos do turismo, constitui-se, para o mundo, o grande espetáculo da natureza circunscrito nos “Lençóis Maranhenses”. É uma construção midiática em que Estado e empresariado articulam-se, em uma poderosa investida de *marketing*, difundindo imagens e propagando discursos no sentido de mercantilizar esse patrimônio da natureza incitando a demanda do turismo, inserindo assim o local na dinâmica global do capital. Em verdade, efetiva-se a produção de um “lugar turístico” conseguindo fetichizar o grande e singular espetáculo dos Lençóis Maranhenses.

Adentrando na lógica do Turismo, trata-se de uma mercadoria “*sui generis*”, vendida sob os signos do exótico, do pitoresco, da excitante aventura como espaço para desfrutar o bem viver. É essa uma mercadoria turística com forte apelo no mercado global. De fato, hoje, os Lençóis Maranhenses constituem um dos espaços contemporâneos, com uma poderosa demanda na concorrência do mercado turístico, integrando redes de investimentos que consubstanciam expansão do capital.

Para discutir o PARNA dos Lençóis Maranhenses sob a égide do turismo global, agregamos a discussão de analistas que concebem o turismo no contexto da mundialização do capital, desvendando questões-chaves no âmbito da mercantilização e fetichização, da construção material e imaterial, do imaginário turístico, das conexões de tempo e espaço, da paisagem e cultura. Para tanto, apoiamos-nos em estudiosos dos processos da expansão do capital e suas expressões, bem como em especialistas que refletem, de forma específica, as encarnações desse processo global no contexto do turismo. Dentre esses especialistas, destacamos: Carlos, (1999), *O turismo e a produção do não-lugar*; Silveira, (2002), *Da fetichização dos lugares à produção local do turismo*; Coriolano, (2002), *Da sedução do turismo ao turismo de sedução*. Associamos a essa discussão, a análise de D’Antona<sup>22</sup> (2000),

---

<sup>22</sup> A produção científica de D’Antona (2000), com aportes teóricos sobre as relações entre comunidades tradicionais e unidades de conservação, constitui, de modo especial, uma referência para pesquisadores/as que tenham como universo de investigação as formas de vida e de sociabilidade de sujeitos sociais como pescadores-lavradores residentes em povoados de Barreirinhas, situados dentro e no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. O autor faz uma abordagem *oikônômica*, que tem como foco o estudo da “interação do homem com o seu meio”. Dentre outras dimensões e níveis dessa relação, analisa a combinação das atividades que constituem a base da subsistência das populações locais – pesca / agricultura e olaria em relação ao tempo e espaço – inverno / verão e praia / interior.

*O lugar do Parque Nacional no espaço das comunidades dos Lençóis Maranhenses*, que nos abre vias para pensar especificamente o nosso fenômeno de estudo nas trajetórias do turismo, permitindo-nos visualizar movimentos das populações locais nas conexões espaço – tempo.

Em termos de dinâmica expositiva, este capítulo está estruturado em três eixos básicos:

- Um primeiro eixo em que desenvolvemos uma discussão teórica fundante, intitulado “O turismo no contexto da mundialização: marco de rupturas a delinear novas conexões de espaço e tempo”;
- Um segundo, denominado: “O turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: a produção de um lugar turístico”, em que nos detemos nas expressões do turismo no PNLM, configurando este Parque como área especial de proteção integral e focalizando as ações governamentais na região dos Lençóis Maranhenses; discutindo, então, a dinâmica local – global no espaço turístico do PNLM;
- Um terceiro eixo: “Barreirinhas como pólo de atração regional no acesso ao PARNA dos Lençóis Maranhenses: da tradição à contemporaneidade” em que abordamos, especificamente, esse município, tentando sublinhar as metamorfoses do espaço social circunscrevendo o passado e a emergência do processo do turismo a partir dos seus marcos históricos.

## **2.1 O Turismo no contexto da mundialização: marco de rupturas em novas conexões de espaço e tempo**

A lógica da globalização e da modernidade aproxima os lugares, os povos, pois possui uma vocação universalista e cosmopolita; torna os lugares interdependentes no desenvolvimento das atividades industriais e comerciais e agora, nas atividades de lazer. [...] O turismo globalizado vincula-se à expansão do capitalismo e à ideologia da modernidade, quando os lugares mais longínquos passam a fazer parte das redes – investimentos, empregos, negócios, serviços, infra-estrutura, relações sociais, de interesses globais. (CORIOLANO, 2002, p.16-17)

Nas últimas décadas do século XX e primeira do século XXI, vivencia-se, no mundo contemporâneo, uma expansão capitalista que parece não ter limites e controles. Nos circuitos cibernético-informacionais, o capital promove transformações no seu padrão de acumulação e nas suas formas de valorização, nos marcos da mundialização com dominância financeira. De fato, é um novo momento do capitalismo, marcado por transformações tão amplas quanto radicais, num ritmo vertiginoso e alucinante... O espaço virtual desestabiliza

nossas referências de localização e tudo parece acontecer rápido demais, em um tempo instantâneo e fugaz. É um mundo de instabilidade e fluidez, com profundas transformações sócio-culturais que bem se expressam nas novas conexões de tempo-espaço.

Nessa civilização contemporânea do capital, acirra-se a lógica da mercantilização sem limites, com a universalização da lei do valor a submeter, mais e mais, dimensões da vida coletiva – cultural, espiritual e simbólica – e da natureza ao predomínio do valor de troca. Assim, o sistema do capital transpõe barreiras e limites impondo a lógica do mercado a redefinir escalas: o global se localiza e o local se globaliza; constituindo-se, nos termos de Boaventura de Sousa Santos (2002), processos de “localismo globalizado” e de “globalismo localizado”, que operam, em conjunção, determinando hierarquização, desestruturação e reestruturação de espaços, de práticas, de atividades a produzir diferentes formas de globalização. De fato, são diferentes expressões de mundialização do capital, construindo as escalas global-local e reestruturando espaço-tempo.

No âmbito da expansão do capital mundializado, o turismo afirma-se como um setor de atividade econômica que, em seus circuitos, impõe a lógica de mercantilização a diferentes espaços do planeta, redefinindo-os como “espaços turísticos”. Assim, “praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas”. (CARLOS, 1999, p.25) É a “produção de ‘lugares turísticos’ alicerçada, em grande parte, na elaboração de um discurso que contribuiu para a coisificação de uma fetichização de certos pontos do território”. (SILVEIRA, 2002, p.36) É o contexto da produção do turismo a gerar intensos fluxos e deslocamentos, transformando-o em um fenômeno massivo, em escala mundializada. A rigor, é o turismo como um “marco da globalização”. (RODRIGUES, 2002)

Dados do World Travel Tourism Council – WTTC revelam que o turismo é uma das atividades econômicas que mais têm crescido; expandindo-se por todos os lugares, inserindo-se em redes de investimentos, negócios, serviços e relações internacionais. Assim, vem consolidando-se de forma competitiva, no ramo da exportação, como uma das estratégias do capitalismo global a ampliar mercados, transformando espaços em produtos de consumo e construindo imagens através da publicidade. (TSUJI, 2002)

Para delinear, com maior visibilidade, a ação do turismo no Brasil contemporâneo, cabe circunscrever determinadas marcas dos processos de ajuste do país à nova ordem do capital, configurando o que se convencionou chamar de “ajuste estrutural brasileiro”. De fato, o Brasil, tardiamente, nos anos 90, insere-se no ciclo de ajuste latino-americano de forma intensiva, subordinada, periférica e essencialmente fragmentada,

desenvolvendo uma inserção marcadamente seletiva<sup>23</sup>, que tem, como contra-face, o abandono de áreas definidas pelo mercado global como não competitivas. (CARVALHO, 1999; 2001; 2003) Assim, tal inserção tende a ser amplamente diferenciada, considerando os diversos subespaços desse amplo e heterogêneo país.

Nos percursos excludentes dessa diferenciação, poderá estar sendo traçado o que a economista Tânia Bacelar de Araújo (2000) denomina de “roteiro da fragmentação brasileira”. Argumenta Araújo (2000) que tal seletividade e fragmentação da inserção brasileira à ordem do capital mundializado tende a ampliar históricas e profundas desigualdades, com a institucionalização de uma nova expressão de desigualdades: o aumento da heterogeneidade no interior das próprias macrorregiões, podendo cada uma delas apresentar a confluência de três configurações distintas: áreas dinâmicas; áreas em processo de reestruturação; áreas estagnadas ou áreas de potencial pouco utilizado.

Ao dirigir o foco da análise para o Nordeste, em sua heterogeneidade intrarregional – que justifica a nomeação de “Nordestes”, cunhada por Araújo<sup>24</sup> – delineia-se, com clareza, no contexto da pluralidade nordestina, na década de 1990 e anos 2000, polos dinâmicos competitivos que, efetivamente, integram-se no mercado global, fazendo parte dos processos de ajuste seletivo brasileiro. Dentre esses polos, destacam-se os Polos turísticos implantados nas cidades litorâneas do Nordeste.<sup>25</sup> É o turismo como via de inserção no mercado global, com efetivo potencial competitivo na economia globalizada, encarnando a lógica da mercantilização, conferindo ao lazer o signo do valor de troca. Com efeito, o turismo, de forma peculiar, incorpora o lazer como produto de consumo, investindo na elaboração da sua necessidade, criando desejos e impondo ritmos à sociedade. Assim, constitui espaços e tempos próprios do lazer turístico, transformando lugares em espetáculo, com um poder de atração a difundir-se para além de fronteiras. Em verdade, a produção

---

<sup>23</sup> Sobre essa inserção do Brasil à nova ordem do capital mundializado, nos marcos do chamado “ajuste estrutural brasileiro”, ver tese de doutoramento de Alba Maria Pinho de Carvalho, apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, em 1999, intitulada “O Brasil real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais”.

<sup>24</sup> A economista Tânia Bacelar de Araújo, especialista na análise do Nordeste brasileiro, sustenta a tese de que, ao longo da História, nunca houve um Nordeste economicamente homogêneo, sendo possível destacar subconjuntos sócioeconômicos diferenciados, em virtude de variados processos de ocupação humana e econômica: Nordeste a estender-se do Rio Grande do Norte até Alagoas; Nordeste do Ceará; Nordeste de Sergipe e Bahia, integrante de uma “certa região leste”; Nordeste do Piauí e Maranhão, mais conhecido como espaço de transição entre Nordeste seco e a região amazônica, chamado por alguns estudiosos de “meio norte”. Assim, afirma a expressão “Nordestes”, destacada em títulos de artigos e capítulos de livros, como o artigo “Nordeste, Nordestes: que Nordeste?”, no livro: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento, organizado por Affonso, R. B. e Silva, P. L. B. publicado pela FUNDAP / Ed. UNESP, São Paulo, 1995.

<sup>25</sup> Araújo (2000), em seus estudos e análises do Nordeste contemporâneo, demarca sete pólos dinâmicos, com capacidade de inserção competitiva na economia globalizada: o Complexo Petroquímico de Camaçari; o Pólo Têxtil e de Confecções de Fortaleza; o Complexo Minerometalúrgico de Carajás, no Maranhão; o Polo Agroindustrial de Petrolina e Juazeiro, com base na agricultura irrigada do submédio São Francisco; as áreas de moderna agricultura de grãos que se estendem desde os cerrados baianos, atingindo o sul do Maranhão e Piauí; o moderno Polo de Fruticultura do Rio Grande do Norte, com base na agricultura irrigada do Vale Açu; diversos polos turísticos, implantados nas principais cidades litorâneas do Nordeste.

global do turismo implica novas formas de organização da atividade, como bem esclarece Silveira:

Nessa organização, progressivamente concentrada em grandes empresas, os lugares e os calendários são dados estratégicos. Haveria, hoje, uma verdadeira segmentação do tempo e do espaço. [...] Paralelamente, o progresso e a maior disponibilidade dos transportes, a aceleração dos deslocamentos e a força da publicidade convergem para que as pessoas sejam mais móveis nos polos turísticos. Daí uma fragmentação dos lugares turísticos. Novas formas organizacionais nascem ao abrigo dessas fragmentações cruzadas: roteiros, pacotes turísticos e *resorts*, entre outros. É a venda de fragmentos geográficos para o consumo turístico. (SILVEIRA, 2002, p.39-40)

A rigor, o turismo é um campo que vive das especificidades, explorando a busca do novo, do inusitado, da aventura. (RODRIGUES, 2002) Assim, o Nordeste, em seu extenso e diverso litoral, afirma-se como um espaço turístico extremamente competitivo na amálgama sol, mar, belezas inusitadas. Praias nordestinas integram o “imaginário turístico” a difundir-se pelo mundo como “lugares paradisíacos” a serem intensa e vorazmente consumidos por quem pode pagar para desfrutar de seus encantos.

No espaço turístico que tomamos como campo de investigação, a diversidade nordestina expressa-se em um espetáculo exótico de dunas livres, lagoas, manguezais, vegetação de restinga, exuberância da flora. É o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; de fato, “um espetáculo da natureza para o mundo” em seus lençóis de areias que se movem entrecortados por cursos fluviais. É inconteste a sua força de atração turística vinculando Maranhão e Lençóis em uma hibridização dos tempos contemporâneos.

## **2.2 Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: a produção de um lugar turístico**

### **2.2.1 O PARNA dos Lençóis Maranhenses: área especial de proteção integral**

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, localizado no litoral Oriental do Estado do Maranhão, preserva um ecossistema único de dunas, manguezais e restingas, revelando um potencial para o desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas para a conservação, manejo e monitoramento ambiental. O Parque é composto por um extenso campo de dunas com lagoas temporárias e perenes, apresentando morfodinâmica própria que difere de outras áreas costeiras do Brasil com maior quantidade de informações científicas. O relevo é suavemente ondulado, com dunas do tipo barcanas formadas por areias quartzozas alinhadas no sentido NO/SE, onde são identificados cinco tipos principais de feições morfológicas: praias, pós-praia, planície com montículos de deflação eólica, dunas e planície de inundação. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2002, p.135)

A leitura do PNLM, contida no Plano de Manejo, feita com extremo rigor técnico, expressa, de forma precisa com uso de terminologia específica, a diversidade de elementos que contribuem para a formação de ecossistemas diversos que o caracterizam por suas formas peculiares.

Outra descrição desse fenômeno geográfico – o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses –, através do olhar do antropólogo D’Antona, oferece pistas instigantes para quem ainda não o conhece possa ter uma imagem desse ambiente natural de beleza ímpar. O autor inicia sua narrativa movimentando seu olhar no sentido praia em direção ao interior do Parque. Assim, descreve uma trajetória de descobertas inusitadas, destacando a grandiosidade do cenário dominado pelo deserto de dunas e lagoas que se descortina num primeiro momento. Na sequência acresce-se, à paisagem, o rio Preguiças, que serpenteia os Grandes e Pequenos Lençóis em ambas as posições geográficas, seja a oeste ou leste. Fala, ainda, de uma vegetação tipo agreste, no rumo do sul, seguindo até a foz dos rios Preguiças e Peria, onde destaca a palmeira-símbolo: o buriti. Vale, portanto, seguirmos suas trilhas:

A região se compõe por um sistema exótico, talvez único. Ao norte há o oceano. Da praia para o interior predomina o areal, cenário de enormes dunas e lagoas, nos dois grandes desertos: os Grandes Lençóis (a oeste do rio Preguiças) e os Pequenos Lençóis (a leste do mesmo rio). Rumo ao sul, o areal se confunde com a vegetação agreste até que esta se torna aquela típica do cerrado. Na foz dos rios maiores (o Preguiças e o Peria, por exemplo) encontra-se o mangue que resiste à contínua ação do vento que empurra areia em direção ao interior. Nas margens dos rios e várzeas surgem as palmeiras, sobretudo o buriti. (D’ANTONA, 2000, p. 23)

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) foi criado em 02.06.1981, pelo Dec. Lei 86.060, como área especial de proteção ambiental. Assim, numa descrição resumida de especialistas, o Parque possui como elementos característicos: “[...] uma série de dunas que se prolongam desde o Golfo Maranhense até a foz do Rio Parnaíba. A costa apresenta-se baixa, com dunas elevadas, restingas, lagoas e ilhas, raros manguezais e com amplas desembocaduras”. (IBAMA, 1989, p.78) Outro dado importante refere-se à origem do nome atribuído à unidade:

A característica fisiográfica do Parque, devido apresentar uma área de relevo plano, constituído por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais assemelham-se a ‘lençóis jogados sobre a cama’, originou a denominação da Unidade de Conservação de *Lençóis Maranhenses*. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS,, 2002 p. 5)

O ato de criação do Parque tem origem em uma “proposta apresentada pelo projeto Radam Brasil<sup>26</sup> para preencher lacunas existentes no então sistema de Unidades de Conservação, bem como atendendo às reivindicações da comunidade científica e instituições que atuam na área ambiental do Estado do Maranhão”. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS,, 2002, p. 5)

Consoante com os termos da Lei, o Decreto Federal Nº 86.060, de 02/06/1981, cria e estabelece os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como área especial de proteção ambiental:

Art 1º - Fica criado, no litoral do Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com área estimada em 155.000 ha (cento e cinquenta e cinco mil hectares), subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal IBDF, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área de que trata este artigo é constituída de terras da União e está compreendida dentro do seguinte perímetro:

Inicia no ponto de coordenadas geográficas: latitude 02°39'29" S e longitude 43°11'42" WGr, localizado no alinhamento da rede de telégrafos que liga Humberto de Campos a Barreirinhas, o ponto 1; segue, por linha reta e seca, no sentido norte, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°30'00" S e longitude 43°11'42" WGr, ponto 2; inflete, no sentido geral noroeste, por outra linha reta e seca, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°22'03" S e longitude 43°25'34" WGr, localizado na interseção desta linha com a Ilha Santaninha, na sua parte setentrional, ponto 3; contorna esta, no sentido geral sudoeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°33'11" S e longitude 43°27'56" WGr, ponto 4; adentra perpendicularmente 1 (hum) quilômetro no Oceano Atlântico contornando o litoral no sentido horário até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°33'50" S e longitude 42°45'00" WGr, ponto 5; segue pela estrada carroçável que liga Ponta do Mangue a Barreirinhas até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 2°44'39" S e longitude 42°51'11" WGr, localizado na interseção desta estrada com a linha de telégrafos, ponto 6; segue por esta linha, no sentido geral noroeste, até o ponto 1 desta descrição, fechando o perímetro.

Art 2º - O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tem por finalidade precípua proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, existentes no local, ficando sujeito, ao regime especial do Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. [...] (BRASIL. Decreto 86.060..., 2008)

Resumindo, o PNLM situa-se no litoral oriental do Estado do Maranhão, possuindo uma superfície de 155.000 hectares e uma área costeira regular com 270 km de perímetro, abrangendo parte dos Municípios de Barreirinhas, (44,86%), Santo Amaro do Maranhão (42,15%) e Primeira Cruz (6,89%). (IBAMA, 2003) Na descrição clara e precisa do geógrafo e ambientalista Aziz Ab'Saber (2001, p.98),

---

<sup>26</sup> Órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, que realiza pesquisa dos recursos naturais do Brasil através de radares de alta precisão tecnológica. (RAMOS, 2008, p.282)



[...] trata-se de um campo de dunas da ordem de aproximadamente 1.500 quilômetros quadrados, completados a leste por dois pequenos 'lençóis'. As dunas regionais se estendem ao longo da costa, em um eixo leste-oeste, por 75 a 80 quilômetros, adentrando de 25 a 30 quilômetros na mancha central. Em seu corpo total, os Lençóis Maranhenses têm um formato de um pastel alongado com terminações bem marcadas para outros setores e ecossistemas da planície costeira do nordeste maranhense.

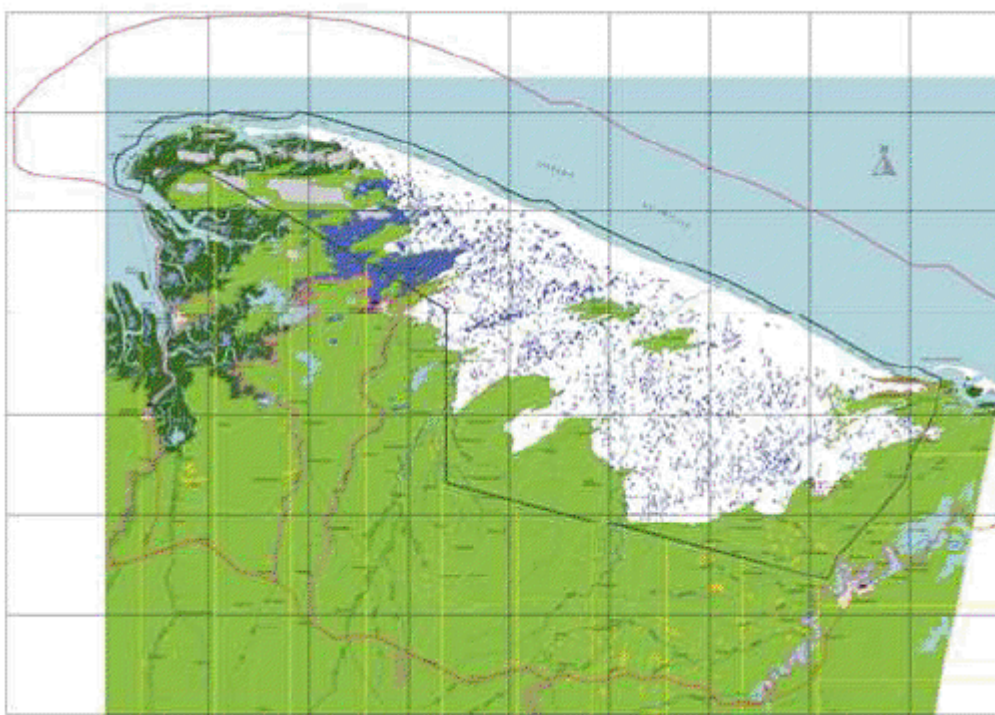


Figura 1 – Área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Fonte: Plano de Manejo do PNLM (2002)

Estudos indicam que o modelo de criação de parques tem origem na consciência conservacionista como resposta à insatisfação ao modo de vida urbana com o distanciamento do ambiente natural e suas consequências quanto ao esgotamento dos recursos naturais e à destruição do meio ambiente, na modernidade. D'Antona (2000) desenvolve uma via de reflexão sobre essa origem da consciência preservacionista na cultura ocidental, consubstanciado nas análises de Thomas (1988) acerca das transformações da sociedade inglesa, num período em que os indivíduos começam a refletir sobre as exigências físicas do modo de vida moderno. Para o autor, esse é um tempo em que começam as incertezas quanto à validade da meta do período moderno construída ao longo da história da humanidade: o predomínio do homem sobre a natureza. Esse cenário, que tem, como principais características, urbanização, industrialização, aumento de produção e consumo de energia,

assinala níveis insustentáveis de domínio e degradação do meio ambiente atingidos pela humanidade. A resposta a essa situação não propõe uma ruptura com o modo de vida em curso, mas é criada uma área de “refúgio”, um “lugar de preservação”, como argumenta o autor. Assim, o parque é esse modelo alternativo. Nele encontram-se consubstanciados os distintos níveis e formas de domínio do espaço e do tempo em sintonia com o modo de organização e produção moderna, como esclarece o autor:

O parque é aquele lugar de preservação. É aquele lugar da *natureza distante* que compensa a aceleração do ritmo de vida, pois, nos devidos tempos, as pessoas podem se deslocar fisicamente até ele ou evocá-lo em suas memórias para atenuar a “insatisfação” da vida urbana. É aquele lugar cuja existência a todos tranquiliza quanto à não-extinção dos recursos naturais que precisamos utilizar. A definição de suas fronteiras expressa o domínio técnico do espaço (pelo estabelecimento de parâmetros geográficos), o domínio do tempo (tanto pelo momento de criação da unidade quanto pela definição de momentos para utilizar o parque), domínio político do estado-nação (sua capacidade de institucionalizar o parque e estabelecer fronteira) e a coerência com o modo de organização e produção moderna: o lugar do parque está coordenado ao espaço da atividade econômica e social, é o lugar da não-produção, do lazer, da preservação. (D’ANTONA, 2000, p.14-15)

Confirmando essa tendência, de acordo com a Lei Federal Nº 9985 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as “Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei”. Os Parques Nacionais (PARNAs) constituem uma das categorias de unidades de conservação (UCs) de proteção integral, previstas na referida Lei, e têm como objetivos básicos:

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2003, p. 266)

De fato, o ato de criação de um PARNA traz subjacente essa concepção preservacionista, ao mesmo tempo em que a legislação prevê e incentiva a visitação pública, tendo em vista constituírem áreas de grande beleza cênica. Para isso, a prática dessa atividade deve atender a determinados procedimentos técnicos e cumprir as exigências legais, tais como: ser zoneada, planejada e controlada, estando sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, pelo órgão responsável por sua gestão, e àquelas previstas em regulamento. (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2006)

Assim, o próprio ato de criação determina que o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses deva ficar subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

(IBDF). Posteriormente, esse órgão foi extinto, por força da Lei Federal de 14 de fevereiro de 1989, e, em 22 de fevereiro do mesmo ano, foi então, criado o Ibama, para o qual foram transferidos patrimônio, recursos orçamentários, financeiros e competência. Portanto, no período de 1989 a 2007, o Parque ficou sob guarda e gestão do Governo Federal, através do Ibama, ano em que este órgão foi desmembrado e, portanto, as áreas de proteção ambiental ficaram sob a responsabilidade e gestão do recém-criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>27</sup>.

No entanto, de acordo com as informações obtidas junto ao referido órgão, percebe-se que houve uma lacuna no intervalo de tempo entre o marco de criação do PNLM e o período da chegada do órgão gestor na área. O fato é justificado por deficiências na própria estrutura do IBAMA, no que se refere ao quadro de pessoal. Assim, de fato, a gestão do PNLM tem início a partir de 1998, período em que o gestor passou a residir em Barreirinhas. O Chefe do Parque, Júlio César Andrade, em 2006/2007, assim revela o início desse processo, em meio a contradições:

[...] Eu creio que o primeiro Chefe passou a residir em Barreirinhas em 1998 e, a partir de 2000, com a abertura da estrada MA 402, nomeou-se o Chefe, ligado à Prefeitura local. Na época, ele era Secretário de Administração, então já residia no local e passou-se a implementar o Parque. De que ponto de vista? Através do Plano de Manejo. [...] E antes mesmo da execução do Plano de Manejo, [...] em 2000, já foi feito um contrato para construção da sede do Parque, sendo uma, próxima a Barreirinhas, no Cantinho e a outra sede lá no Atins. Essas estruturas foram planejadas e tiveram suas construções iniciadas antes mesmo da realização do plano de manejo, quando, normalmente, a regra é que você só construa qualquer estrutura de alvenaria nos Parques Nacionais, nas Unidades de Conservação, após a realização do plano de manejo, que é quando nos traz especialistas para a Unidade e esses especialistas vão pensar os melhores locais para fixar a administração do Parque. Aqui foi o contrário. [...]. (Informação oral)<sup>28</sup>

Então, somente no ano de 2000, tem início a construção do Plano de Manejo<sup>29</sup> do PNLM. Coube ao Governo do Estado do Maranhão firmar contrato com o Laboratório de Hidrobiologia (Labohidro) da UFMA para coordenar a equipe técnica de elaboração do referido plano, formada por profissionais, em sua maioria, das ciências biológicas e especialistas em águas, hidrologia. O trabalho específico à Unidade de Conservação foi

<sup>27</sup> Criado segundo a Lei 11.516/07, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). No Artigo 1º, Inciso I, da referida Lei, tem como objetivos: “executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes a atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11616.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11616.htm)> Acesso em: 21 de agosto de 2008.

<sup>28</sup> Entrevista com o chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses em outubro de 2006.

<sup>29</sup> “O Plano de Manejo é o instrumento oficial de planejamento das Unidades de Conservação (UC). Nele estão contidas a caracterização das Áreas de Influência e a Zona de Amortecimento do PNLM, onde são identificadas as ameaças e oportunidades que o entorno oferece à UC, assim como a avaliação dessa dinâmica para futuras ações de manejo”. Brasil. MMA / IBAMA (2002) Plano de Manejo do PNLM

coordenado por técnicos vindos de Brasília para essa finalidade, mediante procedimentos de estudo baseados em “uma estrutura de matriz de ameaças e pressões, fortalezas e fraquezas e uma matriz estratégica, inclusive com reuniões de planejamento envolvendo a população de Barreirinhas, a população de Santo Amaro e, em alguma medida, a população de Primeira Cruz”, nas palavras do então Chefe do Parque, em entrevista concedida durante o trabalho de campo, em 2006.

O Plano de Manejo é, portanto, um documento-chave e “contém as diretrizes principais para o ordenamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, visando à conservação da diversidade biológica a longo prazo e concentrando-a como eixo fundamental do processo conservacionista”. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2002, p.1, Encarte 1) Ademais, é destacado no referido plano que “a área preservada contribuirá com a educação ambiental, através da investigação dos valores naturais, baseada num extenso programa de interpretação desses recursos na região”. (Id. *ibid.*, p.5)

Nesse sentido, as ações de manejo propostas para serem executadas em uma Unidade de Conservação dependem do grau de conhecimento acerca do uso da terra e das atividades desenvolvidas no município e nas áreas de entorno. Para isso, o Plano de Manejo do PNLM visa a caracterizar os municípios que integram as denominadas Zonas de Amortecimento e Área de Influência<sup>30</sup>, sob os aspectos sócio-econômicos, no sentido de orientar as atividades locais para a proteção da biodiversidade. (Id. *Ibid.*, 2002)

Dessa forma, “a Zona de Amortecimento (ZA) do PNLM possui uma área de 4.232,31 km<sup>2</sup>, exclui as sedes municipais de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão [...]”. Enquanto que a Área de Influência do PNLM “abrange seis municípios do litoral oriental maranhense cujas atividades e programas de desenvolvimento podem ter repercussão direta ou indireta na Unidade de Conservação”. (IBAMA, 2004, p. 59) A seleção dos seis municípios orientou-se segundo o critério da existência de microbacias que drenam para o interior do PNLM. Tais municípios são: Barreirinhas, Santo Amaro, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Paulino Neves e Tutóia. Os três primeiros municípios citados encontram-se parcialmente dentro do Parque, dentre os quais, destaca-se o município de Barreirinhas, que abriga 44,86% da área total do PNLM.

---

<sup>30</sup>“Caracteriza-se como Área de Influência aquela que exerce relações com a Unidade de Conservação, considerando-se principalmente os municípios da microrregião e as microbacias onde a mesma está inserida, bem como quaisquer outras áreas onde fatores intrínsecos interfiram na Unidade [...]. [...] Zona de Amortecimento é ‘o entorno de Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade’ (inciso XVIII, artigo 2º da Lei nº 9.985 – SNUC)”. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2002, p.59)

Em entrevista, o então Chefe do PNLM, revela fatos significativos que, na sua visão, representam o “momento em que o parque passa, mais ou menos, a ser identificado como existente na vida das pessoas que residem no parque”:

Uma, é um Projeto de Compensação Ambiental, que é um Artigo que foi introduzido na Lei do Sistema Nacional de Conservação de 2000, que se refere a grandes projetos que causem danos significativos ao meio ambiente, eles são obrigados a, no mínimo, contribuir, com meio por cento, do valor do investimento, para reverter em desenvolvimento das Unidades de Conservação, para implementação das Unidades de Conservação. E o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi então beneficiado com um valor, em torno de R\$ 400.000,00, por volta de 2002 até 2003, para fazer a demarcação do Parque com marcos de concreto e, ao mesmo tempo, com um levantamento fundiário. Este levantamento seria feito em Cartório para saber quem tem títulos de propriedade dentro do Parque e, também, em visitas às comunidades, cada um dos povoados e verificar os posseiros que moravam dentro do Parque o que é que eles tinham de posses, o que é que eles tinham de animais, o que é que eles tinham de lavoura, o que é que eles tinham de casa, o que é que eles tinham basicamente de propriedade para o momento em que eles viessem a ser indenizados e que se tivesse que ser feita uma avaliação do valor e, também, uma espécie de recenseamento dessa população. (Informação oral)<sup>31</sup>

O outro momento que, na visão do então chefe do Parque, marca o início da presença do Ibama, como órgão gestor do PNLM, corresponde ao final de 2002. Nesse período, foi realizado o primeiro concurso público nacional do Ibama, desde sua criação em 1989, tendo como resultado a lotação de “três funcionários de nível universitário, segundo a Norma, chamados analistas ambientais para trabalhar, praticamente, dentro do Parque”. Numa perspectiva otimista, o chefe do PNLM complementa afirmando:

[...] e se o Ibama antes era um órgão basicamente local, constituído por agentes que viviam no município, a partir de 2002, ele passa a ter técnicos de fora, com um nível universitário e com uma visão, eu chamaria com uma gestão ecossistêmica, o que implicou, também, de alguma forma, num certo choque com o poder local constituído e a que as pessoas estavam acostumadas com ações mais pontuais e, de uma certa forma, respeitando mais o poder local. (Informação oral)<sup>32</sup>

De fato, esse é um marco relevante, pois, com o fortalecimento da equipe técnica que integra a Chefia do Parque em 2002, passa a consubstanciar-se como um novo agente na correlação de forças na esfera do poder local, na defesa do meio ambiente e de fazer cumprir a legislação ambiental, justamente num momento em que a área dos Lençóis Maranhenses passa a ter maior visibilidade e, portanto, tornando-se objeto da ambição desmedida de imobiliárias e demais investidores. O resgate parcial dessa história, na narrativa do então gestor, revela a complexidade que envolve a gestão do PARNA dos Lençóis Maranhenses:

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida pelo chefe do PNLM, em outubro de 2006.

<sup>32</sup> Entrevista concedida pelo chefe do PNLM, em outubro de 2006.

[...] O Parque tinha apenas o Chefe mais um técnico ambiental; passou a ter cinco técnicos, sendo um técnico ambiental e quatro técnicos administrativos e mais um Chefe e três analistas ambientais, que passaram a atuar de forma mais forte dentro do Parque, de forma a implementar atividades, como: desde organizar seminários para discutir o uso público do Parque, trabalhos de aproximação com as comunidades, escrevendo Projetos para o desenvolvimento de ações comunitárias, projetos de educação ambiental e, ao mesmo tempo, coordenando ações fiscalizatórias, especialmente para coibir a especulação imobiliária que passou a se desenvolver, fortemente, com a abertura da estrada, pressionada por agentes imobiliários de São Luís que passaram a comprar terrenos que passaram a ficar extremamente valorizados. Então, terrenos em beira de praia, que, muitas vezes, seriam terrenos da União ou terrenos nas áreas de preservação permanente, especialmente nas margens do Rio Preguiças. [...] (Informação oral)<sup>33</sup>

Nesse contexto, o processo de especulação imobiliária resultou em construções irregulares em áreas de preservação permanente, contrariando a legislação ambiental, e, em alguns casos, com anuência do poder público Estadual ou Municipal, como denuncia o chefe do PNLM:

Então, detonou-se um número de construções de pousadas, de casas de veraneio em torno do Rio Preguiças e nas proximidades de Barreirinhas, com fins de hotelaria [...] a maioria desses empreendimentos foram construídos em áreas de preservação permanente e tem uma das legislações ambientais mais antigas do Brasil, o Código Florestal de 1967, que estabelece uma distância mínima que varia, a depender da largura do rio. Aqui em Barreirinhas, em média exige um recuo da margem do rio, em torno de 100 m, a partir do ponto da maré mais alta. [...] Então, o Ibama junto com o Ministério Público realizaram uma ação chamada “*Operação Rio Preguiças*”, no intuito de notificar e, posteriormente, foram feitas autuações, da maioria desses empreendimentos [...] E, muitas vezes esses empreendimentos tinham contado, até mesmo com licenciamento ambientais do Estado, com Alvarás da Prefeitura, não levando em conta essa Legislação Ambiental. [...] (Informação oral)<sup>34</sup>

Então, acrescenta o Chefe do PNLM, esse poderia também ser considerado como um marco no âmbito das “ações fiscalizatórias do Ibama voltadas à proteção do Parque Nacional e, também, à proteção da Zona de Amortecimento, já que o Parque tem 155.000ha, mas a Zona de Amortecimento é superior a 1 milhão de hectares, [...] que passou a ser decretada com o Plano de Manejo que foi validado em 2003”.

Ambos os Chefes que entrevistamos durante o trabalho de campo, Júlio César Andrade e Ivone Fecury, são unânimes em reconhecerem a deficiência no quadro de funcionários, tanto em quantidade, como no aspecto da formação profissional condizente com as atribuições específicas do órgão gestor – seja o Ibama ou Instituto Chico Mendes de

---

<sup>33</sup> Entrevista com o chefe do PNLM, em outubro de 2006.

<sup>34</sup> Entrevista com o chefe do PNLM, em outubro de 2006.

Conservação da Biodiversidade – nos períodos correspondentes a cada uma das vigências.

Como afirma Júlio César Andrade:

O plano de manejo circula que o Parque deveria ter 56 servidores para desenvolver todas as atividades do planejamento, desde a implementação das atividades turísticas, passando pelas atividades de fiscalização, ações de educação ambiental, ações com a população que hoje reside dentro do Parque, com a população do entorno, da Zona de Amortecimento; ações de licenciamento; ações de fomento e atividades sustentáveis nessas zonas; de articulação com o poder público [...]. Boa parte de nosso quadro de oito servidores, hoje, cinco deles são funcionários de mais ou menos vinte anos de carreira, que vieram de outros órgãos, onde tiveram outra formação, menos focada na questão ambiental de uma forma holística, de uma forma ampla. [...] Nós não temos recursos nem humanos, nem materiais para executar 10% da nossa atribuição. (Informação oral)<sup>35</sup>

## 2.2.2 A região dos Lençóis Maranhenses no foco das ações governamentais

Com a institucionalização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) tem início uma série de propostas interventivas voltadas para a organização do turismo, abrangendo os municípios que integram essa área dos Lençóis Maranhenses. Tais ações consubstanciaram-se em diferentes acordos de cooperação técnica e parcerias entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, inclusive com a parceria de um organismo internacional, e do setor privado, como o Sebrae. Nesse sentido, vale destacar os principais acordos de cooperação técnica e respectivas propostas que deram origem a estudos, diagnósticos da área e planejamento, que resultaram em planos e projetos sucintamente apresentados a seguir:

- *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste* - Prodetur NE I e II.

Consubstancia um programa de financiamento múltiplo concebido pelo Banco do Nordeste (BNB) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolvido em duas fases I e II. Teve como objetivo “reforçar a capacidade da Região Nordeste em sustentar o crescimento do setor turístico, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico da região”. (PDITS, 2004, p. 25)

Dos US\$ 400 milhões contratados pelo Banco do Nordeste, coube ao Estado do Maranhão a parcela de US\$ 28 milhões, liberada a partir da assinatura do contrato, em dezembro de 1998 (Prodetur NE II, 2004). O Prodetur NE I, no Maranhão, foi executado entre

---

<sup>35</sup> Entrevista com o chefe do PNLM, em outubro de 2006.

dezembro de 1998 e 2004, tendo por base o documento elaborado pela Maratur<sup>36</sup>: “Estratégia para o Desenvolvimento Turístico do Maranhão”. Apenas São Luís e Alcântara foram beneficiadas pelo Prodetur NE I, enquanto a região dos Lençóis Maranhenses e Delta das Américas receberam efeitos indiretos pelas ações do Programa, como revela o documento de Avaliação:

As estratégias de desenvolvimento turístico definidas para execução do Prodetur NE I, no Maranhão, geraram importantes impactos indiretos no turismo estadual. [...] Assim, pode-se afirmar que, em linhas gerais, a primeira etapa do Programa teve três papéis importantes: complementar as ações de urbanismo e de recuperação do patrimônio histórico e arquitetônico; impulsionar a estruturação dos Lençóis Maranhenses enquanto produto turístico; e inserir o Delta das Américas em um roteiro turístico interestadual. (PDITS, 2004, p.44)

A segunda fase: Prodetur Ne II, seguindo as orientações contidas nas análises e propostas de aprimoramento do Prodetur NE I recomenda aos estados integrantes desse programa que elaborem Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), tendo em vista “garantir que os recursos sejam aplicados em consonância com diretrizes relacionadas à sustentabilidade e à participação da comunidade, tendo a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região como propósito final”. (PDITS, 2004, p.13) O PDITS do Maranhão foi elaborado, entre julho de 2003 e julho de 2004, pela Fundação Sousândrade de Apoio do Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão (FSADU); tendo, esta, subcontratado a consultoria HVS International para o enfoque específico sobre o turismo.

A avaliação dos resultados obtidos na primeira fase do programa chamou atenção para duas dimensões-chave contempladas nesse processo: “a melhoria das condições físicas das áreas dos atrativos”, que, articulada com “investimentos em planejamento e marketing”, propiciaram a “criação de imagem do Maranhão enquanto destino turístico nacional”. Essa estratégia gerou o impacto desejado, em termos mercadológicos para o destino, como revela o documento:

[...] O turismo, no Estado, então alcançou visibilidade no mercado e começaram a surgir operações turísticas estruturadas, inserindo São Luís e os Lençóis Maranhenses (cujo acesso foi facilitado pela abertura da rodovia MA 402) e o Delta das Américas na carteira de produtos das grandes operadoras nacionais. (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2004, p.15)

---

<sup>36</sup> Empresa responsável pelo planejamento e gestão do turismo, no Maranhão, nesse período.



Nesse sentido, o PDITS, ao delinear a área de planejamento, considera que:

além de consolidar o processo de influência dos centros históricos de São Luís e Alcântara, foi identificada a necessidade de viabilizar investimentos na zona de influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. A proposta do PDITS é a priorização dos eixos temáticos relacionados com esses atrativos (ecoturístico e histórico-cultural), incorporando os Lençóis Maranhenses ao escopo do estudo. [...] (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2004, p.15)

Vale sublinhar que, em termos operacionais, o PDITS elaborou uma proposta de desenvolvimento turístico a partir de “matrizes SWOT” de cada tema tratado no diagnóstico, com vistas a definir as estratégias mais adequadas ao modelo de desenvolvimento desejado para o destino. Assim, para movimentar os “eixos estratégicos” definidos no plano, foi indicada a “abordagem por *aglomerados temáticos de produtos turísticos*”. Essa concepção em torno de aglomerados veio fortalecer as propostas contidas no “Plano Maior”, que será abordado a seguir. Na verdade, o plano ressalta a importância do enfoque das estratégias e ações em torno de eixos temáticos, mudando o foco habitual nos municípios. Nessa estratégia, foram definidos oito aglomerados, porém apenas dois foram classificados como prioritários, quais sejam: Histórico-Cultural e Natural. O aglomerado Natural corresponde aos eixos temáticos, do ecoturismo e aventura, abrangendo a região dos Lençóis Maranhenses, com destaque para o município de Barreirinhas e o Delta das Américas. Vale destacar que, na definição de prioridades, foram classificados outros eixos temáticos, como “secundários”. E, nessa segunda classificação, o aglomerado Lazer “Veraneio” tem como área de intervenção o município de Barreirinhas.

- O “*Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão: Plano Maior*”

Financiado pelo Prodetur NE I, em 2000, e concebido para ser executado em quatro fases: diagnóstico, definição de estratégias, elaboração do plano operacional e implantação do plano, esta última dividida em duas etapas: a primeira, de estruturação (2000 a 2003); e a segunda, de consolidação (2003 a 2010). O Plano Maior “define as zonas turísticas prioritárias para o Estado e propõe programas em diversas áreas com o intuito de desenvolver a atividade turística no Maranhão”. (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2004, p.84)

As informações agrupadas e organizadas na etapa do Diagnóstico permitiram uma análise abrangente do Estado, com identificação de problemas e potencialidades. Nesse sentido, o Diagnóstico revelou que Barreirinhas já se constituía a ‘porta’ de entrada para o

Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; sem, no entanto, possuir infraestrutura adequada, centro de apoio e serviços. Em resposta a essa situação, no Plano Operacional foram definidos programas, subprogramas e ações a serem desenvolvidas com vistas a dotar o Município das condições estruturais necessárias para tornar-se o “principal núcleo receptor” de visitantes. O Diagnóstico possibilitou ainda, a definição de cinco polos considerados potenciais para desenvolvimento do turismo, segundo os recursos naturais e socioculturais dos municípios que os integram:

- Polo 1 – Histórico Cultural, abrangendo os municípios: São Luís, Alcântara, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar;
  - Polo 2– Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, ou Polo dos Lençóis, com os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão, Humberto de Campos e Primeira Cruz;
  - Polo 3 – Delta das Américas, com os seguintes municípios: Paulino Neves, Tutóia e Araióses;
  - Polo 4 – Floresta dos Guarás, com os municípios: Cedral, Cururupu, Guimarães e Porto Rico do Maranhão;
  - Polo 5 – Chapada das Mesas, com os municípios: Imperatriz, Carolina e Riachão.
- (MARANHÃO, 2000)

Tais polos representam, na perspectiva do “Plano Maior”, um recorte das características geográficas, culturais e sócio-econômicas do Estado. No aspecto geográfico, o Maranhão destaca-se pela particularidade de possuir o segundo maior litoral, com mais de 600 quilômetros de costa, além da maior bacia hidrográfica do Nordeste do país.

- *“Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Região dos Lençóis Maranhenses”*

Originado do acordo de Cooperação Técnica entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional – Aeci e o Ministério do Turismo – MTur, celebrado em 2003, com execução prevista para um período de três anos: 2005/2007. Para viabilização do mesmo, foi organizado um sistema de “financiamento compartilhado” entre a Aeci, o Ministério de Turismo (MTur), o Governo do Estado do Maranhão e a Prefeitura Municipal de Barreirinhas, além de outros parceiros.

Em sintonia com o acordo celebrado, a perspectiva do referido Projeto esteve voltada para viabilizar o desenvolvimento sustentável do turismo em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De fato, os municípios de Barreirinhas, Paulino Neves,

Tutóia e Santo Amaro do Maranhão – que integram o Parque Nacional dos Lençóis – apresentam baixo IDH. Especificamente, Barreirinhas apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)<sup>37</sup>, de 0,552, considerado o segundo valor mais baixo de todo o Brasil, de acordo com fontes documentais do referido Projeto. (BRASIL, 2003 p.7)

Para delimitar as principais questões, objeto de intervenção desse Projeto, foi adotada uma estratégia de participação representativa envolvendo o conjunto de agentes sociais integrantes de setores-chave das sociedades locais e, especificamente do âmbito do turismo, agrupando-os por municípios. Como resultado desse processo participativo, foi definido como objetivo prioritário do Projeto: “*Melhoria da oferta turística das comunidades de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Santo Amaro do Maranhão, na zona de Influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*”. Nessa perspectiva, foram estruturados como componentes básicos os seguintes eixos operacionais: “*Preservação da riqueza natural da área; diversificação da oferta turística; melhoria dos serviços turísticos básicos e, estímulo a uma promoção adequada dos atrativos turísticos da região*”. (BRASIL, 2003, p.8)

Vale sublinhar que, no âmbito desse mesmo acordo de Cooperação Técnica Brasil-Espanha, resultou uma proposta de suporte técnico e financeiro para o setor da pesca, consubstanciada no *Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal nos Lençóis Maranhenses*, que, por conseguinte, abrange o *Projeto de Implementação do Entrepósito de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas/MA*<sup>38</sup>, tendo como executores a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI).

- *Projeto Roteiro Turístico Integrado MA-PI-CE,*

Abrangendo três destinos turísticos: Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Jericoacoara. O Projeto tem origem no Programa Nacional de Regionalização do Turismo do MTur, desenvolvido em parceria com o SEBRAE. A princípio, foi celebrado um contrato com vigência para 2005 a 2007 e, posteriormente, renovado e ampliado o prazo para o período de 2007 a 2010, mediante a constituição de um Consórcio Integrado de Turismo, composto com a seguinte parceria: Sebrae, Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo; Prefeituras de Barreirinhas, Tutóia e Paulino Neves; Banco do Nordeste do Brasil;

---

<sup>37</sup> O IDH-M leva em consideração as seguintes variáveis: esperança de vida ao nascer, faixa de alfabetização de adultos, taxa bruta de frequência escolar e renda *per capita*. Elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Fundação João Pinheiro de Minas Gerais e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

<sup>38</sup> Esse Projeto será abordado no quarto capítulo, no item em que apresentamos e sistematizamos o material empírico referente ao segmento social – Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras.

Ministério do Turismo (MTur); Agência Espanhola de Cooperação Internacional (Aeci) e Ibama.

O projeto tem como objetivo geral: “Estruturar os sistemas de oferta turística, de forma a aumentar o fluxo e permanência dos turistas nos destinos do Roteiro Integrado correspondentes aos municípios do Estado do Maranhão – Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Araiões e sua integração com os Estados do Piauí e Ceará”. (SEBRAE, 2007)

Essa mesma fonte documental revela que, no Maranhão, o público-alvo das ações do Projeto compõe-se de 129 empreendedores do ramo turístico nos setores de Hotelaria, Bares e Restaurantes, Receptivos e Agências de Viagem e Sistemas de Transportes de Passeio no território integrado pelos municípios citados. O Roteiro Integrado abrange, portanto, 400 quilômetros de estrada correspondentes ao percurso que liga os três destinos turísticos – Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Jericoacoara – cada um tem suas especificidades, mas um fator comum, que é o foco “sol e praia”.

- *Programa Turismo nos Parques*<sup>39</sup>

Um acordo de cooperação técnica e financeira firmado entre o Ministério do Turismo (MTur) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 10/08/2008, com foco na preservação dos Parques Nacionais e no fortalecimento do turismo nessas áreas. Nesse sentido, foram disponibilizados R\$ 28 milhões – dos quais R\$ 10 milhões do MTur e R\$ 18 milhões do MMA – a serem distribuídos, numa primeira etapa do programa, a seis unidades<sup>40</sup> de conservação ambiental federal. O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA) está entre essas seis unidades selecionadas, para o qual foram destinados R\$ 5.089 milhões. No ato de lançamento do referido Programa, o Ministro do Turismo, Luiz Barretto, em seu discurso, enfatizou a relevância desse acordo pela conjunção de três fatores: “[...] natureza mais protegida, turismo mais fortalecido e economia mais movimentada”. Em outras palavras, o programa objetiva desencadear um processo concomitante de aumento do número de visitantes nos parques e aumento da geração de emprego e renda nas atividades econômicas ligadas direta e indiretamente ao turismo. E complementa o Ministro Luiz Barretto:

Vamos realizar um diagnóstico de seis parques nacionais para aumentar a visitação, aumentar a preservação, melhorar a qualidade a ser oferecida ao visitante. Também

---

<sup>39</sup> As informações sobre esse Programa, assim como as citações, têm como fonte os sites disponíveis em: <[www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias)> e <[www.noticiasdaamazonia.com.br/3578-mma-define-com-mtur-passos-para-estruturar-seis-parques-nacionais/](http://www.noticiasdaamazonia.com.br/3578-mma-define-com-mtur-passos-para-estruturar-seis-parques-nacionais/)>. Acesso em 22 março de 2010.

<sup>40</sup> Os seis Parques Nacionais selecionados para essa primeira etapa do Programa são os seguintes: Aparados da Serra (RS), Chapada dos Veadeiros (GO), Serra dos Órgãos (RJ), Lençóis Maranhenses (MA), Serra da Capivara (PI) e Jaú (AM).

queremos ver a possibilidade de melhoria de infra-estrutura desses parques, que estão distribuídos em seis diferentes regiões do país. (BRASIL. Mtur, 2008)

Em consonância com essa posição, o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirma: “nós estamos imprimindo uma nova orientação em relação às Unidades de Conservação. Entendemos que a melhor defesa é o bom uso. E o melhor dos bons usos é o turismo e o ecoturismo, que gera emprego e renda nas comunidades locais”. (BRASIL. Ministério do Turismo, 2008)

Ademais, esse acordo de cooperação técnica e financeira abrangeu a assinatura de duas portarias interministeriais. A primeira instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial de Fomento ao Turismo com Sustentabilidade Ambiental, que tem como objetivo: “planejar estratégias de desenvolvimento da atividade turística com base nos princípios de sustentabilidade ambiental”. A segunda portaria “determinou a construção e estabeleceu parâmetros para regulamentação das estradas-parque, vias que ampliam o acesso e as áreas de recepção do visitante nas unidades de conservação”. Integra, ainda, esse programa, a assinatura da Instrução Normativa que dispõe sobre a Condução de Visitantes em Unidades de Conservação. “O documento estabelece estratégias de manejo da visitação, além de normas e procedimentos visando a qualificação da atividade de condução de visitantes em Unidades de Conservação de Proteção Integral”.

Aqui, vale uma reflexão sobre o significado e o alcance desse Programa, considerando o compromisso político-institucional publicamente expresso nesse acordo de cooperação técnica e financeira entre dois ministérios que têm funções-chave na implementação de políticas públicas na área do turismo e do meio ambiente. Em princípio, o acordo tem como fundamento as concepções teóricas de “*sustentabilidade ambiental*” a orientarem a prática do turismo em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Quanto à inserção do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses nesse Programa, vale destacar o aporte financeiro que recebeu para ser aplicado em melhorias de vias de acesso e estrutura de visitação. Tais recursos, se aplicados com rigor técnico e isentos de atos contrários aos fins propostos, poderão atender às demandas prementes, em face da situação existente, até o período em que concluímos o trabalho de campo: em setembro de 2008. Vale sublinhar, no contexto desse programa, a assinatura da Instrução Normativa que estabelece as regras sobre a Condução de Visitantes em Unidades de Conservação. O documento define “estratégias de manejo da visitação, além de normas e procedimentos visando à qualificação da atividade de condução de visitantes em Unidades de Conservação de Proteção Integral”. A

aplicabilidade dessa norma poderá trazer resultados positivos para o segmento dos Condutores Turísticos de Barreirinhas, especialmente os que receberam o Certificado, expedido pelo Ibama, do Curso de Monitor Ambiental<sup>41</sup>, realizado em 2006/7.

Como se constata, a região dos Lençóis Maranhenses emerge como objeto de intervenções dos governos federal, estadual e municipais, além do setor privado como o Sebrae-Maranhão, a partir de 2000. Tais propostas, formalizadas através de instrumentos de planejamento, mediante acordos e parcerias institucionais, consubstanciam formas concretas de viabilizar apoio técnico e suporte financeiro para a região dos Lençóis Maranhenses, ao longo desses anos, com foco em Barreirinhas, que, desde então, já começava a se estruturar como destino turístico, não deixando de abranger os demais municípios que também integram essa área. Na verdade, o grande atrativo é, sem dúvida, o PARNA dos Lençóis Maranhenses como Polo Turístico do Maranhão e do Brasil, em expansão para o mundo, com o crescente aumento do fluxo de turistas, ávidos por conhecerem esse instigante e exótico fenômeno da natureza.

### 2.2.3 O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o local/global na dinâmica do turismo

O fenômeno da globalização, tal como uma moeda, tem duas faces – o verso e o reverso, que correspondem ao global e ao fragmento – um não vive sem o outro. Fortalecer as diferenças – expressas pelo lugar – significa alimentar o global. O turismo vive das especificidades, uma vez que as pessoas se deslocam em busca do novo, do inusitado, da aventura, de um lugar – caracterizado por sua força identitária. (RODRIGUES, 2002, p.12)

O Parque Nacional dos Lençóis é, hoje, um “*espaço global*” pela via do turismo, na medida em que a região, por suas características peculiares, constitui-se polo de atração de visitantes provenientes de diferentes lugares do mundo e, assim, vem consolidando sua posição como destino turístico regional, nacional e internacional. Nessa dinâmica, o destino Barreirinhas – Lençóis Maranhenses representa, sobretudo, uma via de inserção do Estado do Maranhão na economia global, por meio do competitivo mercado turístico, capaz de atrair consumidores de “paraísos perdidos” em busca de aventura ou, mesmo, amantes do turismo voltado para a apreciação de ecossistemas, na modalidade de ecoturismo.

Avalia a chefe do PNLM, Ivone Fecury, em entrevista que nos concedeu em setembro de 2008:

---

<sup>41</sup> O curso de Monitor Ambiental promovido pelo Ibama em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (Semtuc) será abordado no quarto capítulo, no item em que apresentamos e sistematizamos o material empírico referente ao segmento social Prestadores de Serviços Turísticos.

Pela própria posição dessa Unidade perante o mundo, atualmente, os focos estão voltados muito para cá [...] O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é hoje uma das prioridades do Instituto Chico Mendes, é uma das prioridades do Ministério do Turismo. Contamos com recursos investidos; estamos inclusive, em pleno andamento de uma consultoria já contratada pelo Ministério do Turismo e vários projetos nessa área. (Informação oral)<sup>42</sup>

A produção do PNLM, como espaço turístico, mobiliza discursos e imagens que difundem o inusitado do local para o mercado global. É a efetivação de uma globalização do imaginário, mediante a qual se exporta a natureza tomada como marca, sinal, índice do peculiar que define o território. (FERRARA, 1994)

Érika Fernandes-Pinto, uma das primeiras gestoras do PNLM, chama atenção para a condição privilegiada desse Parque nos circuitos turísticos globais, a partir de sua divulgação intensiva na mídia nacional e internacional. Afirma ela:

Amiúde o PNLM não ser oficialmente aberto à visitação, paradoxalmente este Parque é uma das UCs brasileiras mais divulgadas na mídia televisiva, além de uso de imagens da unidade para os diversos fins – cartazes publicitários, folderes, programas de televisão, documentários, vídeo-clipes, comerciais, filmes de curta e longa metragem, campanhas institucionais, estampa de *souvenirs*, entre outros. Além da mídia regional, estadual e nacional, a divulgação da unidade e o uso de sua imagem atingem também a mídia internacional. (FERNANDES-PINTO, et al, 2007, p.6)

A rigor, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses encarna um aparente paradoxo: não estar oficialmente aberto à visitação<sup>43</sup> e, no entanto, receber intensos fluxos turísticos, oriundos de diferentes espaços do globo. De fato, tem-se a liberação do PNLM para o mundo pela força da “globalização do imaginário”, que propaga as especificidades desse espaço local, tornando-o absolutamente único em imagens, a circular nos espaços midiáticos, estimulando desejos de desfrutar dos encantos de dunas de areias que se movem em meio a lagoas e rios.

O turismo global, em suas novas conexões de espaço-tempo, transforma o território do Maranhão, circunscrito no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em uma mercadoria inusitada nos circuitos do mercado global, deflagrando um aumento crescente e desordenado dos fluxos turísticos.

---

<sup>42</sup> Por ocasião do término do nosso trabalho de campo, em setembro de 2008, a chefe do PNLM, Ivone Fecury concedeu-nos uma ampla entrevista que nos possibilitou melhor avaliar as questões dos Lençóis Maranhenses como Unidade de Conservação (UC).

<sup>43</sup> Essa era a situação oficial até o término de nossa pesquisa de campo, em setembro de 2008.

Essa intensa mercantilização do PARNA dos Lençóis Maranhenses, como lugar turístico global, a gerar vertiginoso aumento dos fluxos turísticos para além dos necessários mecanismos de controle, vem colocando em questão a preservação desse espaço local, que assume a condição de patrimônio da humanidade. Nessa perspectiva, o discurso do chefe do PNLM é emblemático na consciência desta dimensão universal deste patrimônio ambiental situado em terras maranhenses:

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses pertence não apenas à população de Barreirinhas ou à população residente dentro dele ou à população do Maranhão, mas a toda a população brasileira, ou mesmo, a toda a população mundial, se reconhecemos que ali existe um ecossistema único que precisa ser preservado na sua inteireza (Informação oral).<sup>44</sup>

A rigor, como unidade de conservação (UC) de proteção integral, o Parque está sujeito à legislação ambiental vigente, sendo que o ordenamento do uso público está previsto no Plano de Manejo homologado em 2003. No entanto, na prática, esse processo de manejo tem se configurado de forma contraditória às normas institucionais específicas para unidades de conservação. Em princípio, existe um ato normativo do Ministério do Meio Ambiente que orienta sobre a visitação em UCs, sublinhando que essa atividade “deve ser cuidadosamente planejada para que possa cumprir os objetivos de sua criação, além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional”. (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2006, p. 9) Os estudiosos e especialistas em áreas de Parques alertam:

[...] O planejamento e a normatização devem se dar anteriormente ao início do fluxo de visitação e estar associados a estratégias de controle e monitoramento das atividades. Mas, na realidade de alguns PARNAs, a visitação começa a se desenvolver por força da demanda turística local, somente com a finalidade de lazer, e antes da unidade estar implementada e preparada para receber adequadamente os visitantes. (FERNANDES-PINTO et al, 2007, p.1)

Esse modelo ideal, tem sido, às vezes, impossível de ser adotado na íntegra, especialmente considerando as peculiaridades de cada situação; podendo haver interferência de fatores externos à unidade e internos ao órgão gestor, fazendo com que a visitação ocorra de forma desordenada, em face da demanda turística.

Uma reflexão sobre essa questão do controle e monitoramento, a partir de estudos e levantamentos empíricos, revelam a disparidade de situações quanto às atividades de uso

---

<sup>44</sup> Entrevista com o chefe do PNLM em outubro de 2006.



público entre os 62 PARNAS existentes, no país, até julho de 2007. Produção específica de quatro especialistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Ibama sobre a maneira de ordenar a visitação em uma unidade de conservação, já amplamente divulgada,<sup>45</sup> bem circunscreve essa diversidade de situações:

Enquanto alguns deles possuem concessão de uso a empresas prestadoras de serviço, com estruturas de visitação e de arrecadação consolidadas, outros ainda não possuem sequer estrutura administrativa organizada. Entre estes extremos é que se situam a maioria dos Parques Nacionais brasileiros. (FERNANDES-PINTO. et al, 2007, p.2)

E o documento agrega dados estatísticos que consubstanciam um quadro geral da situação dos Parques Nacionais brasileiros no tocante a este dilema da visitação pública:

De acordo com dados do MMA/IBAMA (2005), apenas 35% dos Parques Nacionais estavam oficialmente abertos à visitação e possuíam condições mínimas de infraestrutura para o controle, monitoramento e recebimento de visitantes. Entretanto, se considerarmos os Parques que não estavam oficialmente abertos à visitação – mas que recebiam fluxos constantes de visitantes sem controle – o número de unidades com visitação atingia 85%. (FERNANDES-PINTO. et al, 2007, p. 2)

Em verdade, a demanda turística impõe-se como uma força em confronto com mecanismos de ordenamento do uso público. É a força do mercado diante do Estado que, via de regra, não dispõe dos recursos institucionais para controlar o mercado turístico.

No caso específico do PNLM, é flagrante o descompasso entre o manejo e monitoramento e a demanda turística massiva, gerando como consequências: “o aumento desenfreado e desordenado do fluxo de visitantes e a concentração da atividade no tempo e no espaço, além da prática de atividades conflitantes com a existência de uma área protegida”. (FERNANDES-PINTO et al., 2007, p.5) Em verdade, o global impõe seu ritmo ao local, criando descompassos e comprometendo a perspectiva de um turismo sustentável que preserve os Lençóis Maranhenses como um espetáculo da natureza para o mundo.

Adentrando na produção do turismo, no PARNA dos Lençóis Maranhenses, cabe destacar um conjunto de fatores que concorreu para o acelerado crescimento da atividade turística na região, dentre os quais, podem ser destacados os seguintes: a construção da estrada MA-402, facilitando o acesso da capital do Estado, São Luís, para Barreirinhas; a divulgação intensa e massiva dos Lençóis Maranhenses na mídia nacional e internacional e a

---

<sup>45</sup> Trata-se do texto: “Como ordenar visitação em uma unidade de conservação já amplamente divulgada? O caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, de autoria de Fernandes-Pinto, Érika; Fukuda, Juliana C.; Andrade, Júlio César S.; e Camargos, Maria Carolina, publicado em 2007.

execução de projetos de estímulo ao desenvolvimento do turismo na região, tendo como foco a divulgação dos atrativos.

O turismo, no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses assume uma dimensão global e a aventura é uma marca desse turismo, também consumida como elemento inusitado. O acesso ao Parque é feito por difíceis vias, construídas, principalmente, por “trilhas na areia em meio à vegetação nativa que circunda as bordas do campo de dunas livres”. (FERNANDES-PINTO et al., 2007, p.5) Dessa forma, esse trajeto só é viável através de veículos *off-road*, predominando o uso de carros Toyota Bandeirantes, adaptados para essa finalidade. As condições são peculiarmente adversas nas duas únicas estações do ano, bem demarcando as dificuldades da aventura:

[...] na época de chuvas formam-se grandes áreas com acúmulo de água e os veículos precisam ser equipados com *snorkel* – tubo externo ao veículo que evita a entrada de água no motor quando o carro tem de passar por corpos d’água mais profundos que a altura do capô – para poder trafegar. Na época seca a areia tende a se descompactar gerando grandes bolsões de areia fofa. (FERNANDES-PINTO et al, 2007, p. 5)

Consoante o Plano de Manejo do Parque, não é permitido o tráfego de veículos sobre o “campo de dunas livres”, não havendo restrições explícitas ao tráfego nas áreas de “dunas fixas e restinga”. Um dado relevante denota o quanto o Parque, com uma extensão de 155 mil hectares, ainda está por ser conhecido integralmente em seus atrativos naturais, uma vez que apenas três áreas concentram a maior parte do fluxo de visitação: a Lagoa Azul e a Lagoa Bonita, em Barreirinhas, e a Lagoa da Gaivota, em Santo Amaro do Maranhão. Em Barreirinhas, outras áreas atraem um fluxo mais restrito de turistas, porém em caráter permanente, como o povoado do Atins, Canto do Atins, a Lagoa da Esperança, a Betânia e a Queimada dos Britos. (FERNANDES-PINTO et al, 2007)

Com a homologação do Plano de Manejo do PNLM, em 2003, o IBAMA – órgão gestor na época – iniciou o trabalho de sua implementação. Em um primeiro momento, foi desenvolvida uma estratégia de ordenamento do uso público abrangendo as seguintes ações: “controle e monitoramento do fluxo de visitação, orientação dos visitantes, oficinas participativas e reuniões com o *trade* turístico, cadastramento dos atores atuantes no PNLM e capacitação de condutores de visitantes”. (FERNANDES-PINTO, et al, 2007, p. 3)

Especificamente em relação ao controle e monitoramento da visitação e orientação e sensibilização dos visitantes, foram realizadas operações nos acessos aos principais atrativos ao PNLM, de início durante os períodos de maior fluxo turístico e com

foco nos feriados e no mês de julho. A partir de 2005 até 2006, tais operações passaram a ser realizadas diariamente, mediante o apoio do Programa de Voluntários, auxiliado pelo Corpo de Bombeiros de São Luís. Consistia em um trabalho minucioso, envolvendo distintas ações programadas para fins específicos, como bem explicita o documento já referido sobre o ordenamento de visitas em unidades de conservação:

[...] contagem do número de veículos e turistas que adentravam na unidade por dia, e na abordagem dos veículos na entrada do Parque, para registro das informações (sobre os veículos, motoristas e guias) e fornecimento de orientações sobre a unidade de conservação, sua importância e normas de visitação. [...] Estas operações tiveram por objetivo gerar estatísticas mínimas sobre a visitação turística no PNLM, divulgar normas, sensibilizar o *trade* turístico e os visitantes. Além disso, trata-se de um manejo indireto, pois intenciona influenciar o comportamento das pessoas para uma utilização menos impactante do ambiente. [...] (FERNANDES-PINTO et al, 2007, p.8)

Os resultados dessa estatística diária referente ao ano de 2006 são reveladores de um fluxo total de 52.819 visitantes ao PNLM, distribuídos ao longo do referido ano, apresentados em gráfico a seguir. Destacam-se dois períodos de maior concentração de visitantes: os meses de janeiro e julho, devido às férias, já tradicionais no contexto brasileiro. Nos meses de agosto e setembro observa-se um significativo fluxo, estimulado pelo período de férias nos países da Europa, o que confirma os efeitos da divulgação internacional do Parque. (FERNANDES-PINTO et al, 2007)

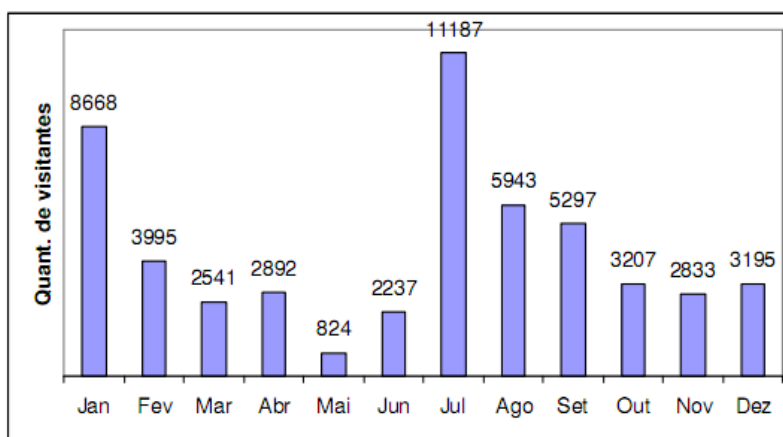


Figura 2 – Quantidade de visitantes à região da Lagoa Azul em 2006, por mês

Fonte: (FERNANDES-PINTO et al, 2007, p. 9)

O fato é que o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses constitui, nos tempos contemporâneos, um “lugar turístico” aberto para o mundo. Em verdade, é a “produção do turismo” a fazer de um majestoso espetáculo da natureza um “localismo globalizado”.

### **2.3 Barreirinhas como polo de atração regional de acesso ao PARNA: da tradição à modernidade**

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses vem conquistando relevância geoeconômica e social para o Estado do Maranhão, considerando o seu status de espaço global nos circuitos do turismo. Desse modo, o PARNA dos Lençóis Maranhenses tem se constituído um fator-chave, gerador de mudanças espaciais e socioculturais. Tais mudanças revelam-se de forma intensa em Barreirinhas, que, atualmente, tem-se firmado como polo turístico, tornando-se uma das prioridades do governo federal e estadual e, portanto, alvo de incentivos para o desenvolvimento de infraestrutura. De fato, dentre as sedes municipais circunscritas no PNLM, Barreirinhas é o principal polo de atração regional na condição de acesso privilegiado.

Assim, a pequena e isolada cidade do interior maranhense, até a década de 70/80 do século XX, ao assumir a condição de destino turístico nacional e internacional, vivencia uma verdadeira metamorfose sócio-espacial, com transformações no padrão de vida e formas de sociabilidade dos que habitam esse espaço turístico. Desse modo, é fundamental configurar a tradição para permitir visualizar a contemporaneidade em Barreirinhas, ou seja, tentar configurar marcos do passado para dar realce às mudanças do presente, no sentido de chegar a delinear tendências de futuro. É o delineamento do passado como condição para avaliar as mudanças do presente, na perspectiva de intuir tendências de futuro. Assim, nessa abordagem, o nosso esforço é sistematizar elementos fundantes da tradição encarnada nas configurações geográficas, históricas e demográficas e nas representações dos habitantes sobre seu lugar que delineiem bases para discutir as metamorfoses de Barreirinhas como espaço social. De fato, é a busca de recompor os fios que articulam passado, presente e futuro<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> As configurações, aqui apresentadas neste segundo capítulo, sobre essa processualidade da tradição à contemporaneidade em Barreirinhas visam a circunscrever bases histórico-empíricas para as discussões do quinto capítulo em que apresentamos descobertas da pesquisa que empreendemos nos últimos quatro anos e que nos permitiram adentrar nas mudanças, vivenciadas na sociedade barreirinense, que determinaram redefinições identitárias de diferentes sujeitos sociais. Logo, este segundo capítulo articula-se ao quinto capítulo no resgate dos nexos e conexões do tempo nas reconfigurações sócio espaciais.

### 2.3.1 O município em suas origens: das demarcações jurídico-administrativas aos delineamentos geográficos, históricos e demográficos

A origem do nome Barreirinhas advém da presença de barreiras ou ladeiras de barro, um tipo argila, ladeadas por dunas de areia, “barreirinhas” de 10 até 20 metros de altura. Em função desses marcos característicos, a região é conhecida por Barreirinhas há mais de 200 anos, antes mesmo da criação do Distrito, em 14/06/1871. (MARQUES, 1970 apud D’ANTONA, 2000)

Fontes pesquisadas atribuem que a povoação de Barreirinhas ocorreu por volta de 1850, às margens do rio Preguiças. O IBGE assim circunscreve esse processo histórico de povoamento do município:

Desconhece-se a data em que ocorreu o devassamento do território. Admite-se, porém, que a penetração se tenha realizado pelo rio Preguiças, em grande parte navegável, e por seus afluentes que permitem o tráfego de pequenas embarcações. A fixação do homem na região foi determinada pela fertilidade de suas margens do citado rio e de seus afluentes, pelas pastagens e campos apropriados à criação do gado, pela abundância de peixe nos rios e lagoas, e, pela amenidade do clima. Há quem admita, também, que a construção de uma ponte em 1849, sobre o rio Mocambo, como parte de uma estrada que vinha da comarca de Campo Maior-PI à de Brejo-MA e desta à de Icatu-MA, contribuiu para o seu desbravamento. (IBGE, 2010)<sup>47</sup>

Fatos referentes a processos jurisdicional-administrativos que consubstanciam a formação histórica de Barreirinhas encontram-se assim descritos por César Marques: “Esta freguesia foi formada à custa das freguesias de Tutóia, Brejo, Miritiba e São Bernardo, criada pela lei provincial nº 481, de 18 de junho de 1858, e instituída canonicamente em 1º de outubro do mesmo ano. [...] Este lugar é abundante de peixe, e seus campos são ótimos para criação de gado vacum e plantação da cana-de-açúcar”. (MARQUES, 2008, p.194-5) Esse é considerado o primeiro documento sobre Barreirinhas, constituindo um fato de grande significado, pois “com a promulgação desta lei passou a existir oficialmente o nome Barreirinhas, que antes era um simples povoado pertencendo à vila de Tutóia, que por sua vez também era jurisdicionado da Comarca de Brejo, o maior e mais antigo município da região”. (RAMOS, 2008, p.51)

Nessa sequência de atos e fatos que circunscrevem a formação do município, segundo o IBGE, o Distrito foi “elevado à categoria de vila com denominação de Barreirinhas, pela Lei Provincial nº 951, de 14 de junho de 1871, desmembrado do município

---

<sup>47</sup> Os dados apresentados neste capítulo, tendo como fonte o IBGE, encontram-se disponíveis em: <<http://www.ibge.cidades.gov.br/cidades>>. Acesso em: 28 fev. 2010.

de Tutóia, com sede na povoação de Barreirinhas”. Ainda de acordo com a mesma fonte, o ato de criação do município ocorreu oficialmente pelo Dec-Lei do Estado nº 45, de 29 de março de 1938. Vale destacar a importância desse ato de emancipação do município, outorgando-lhe autonomia política e administrativa. Nesse sentido, Ramos (2008) delinea os aspectos de maior relevância desse processo de emancipação de Barreirinhas:

Cabe situar a inserção do município de Barreirinhas no Estado do Maranhão, especificamente na região Nordeste do Brasil. Segundo o IBGE, o Estado do Maranhão está dividido em cinco grandes mesorregiões e 21 microrregiões homogêneas, constituindo-se em 217 municípios. A Microrregião dos Lençóis Maranhenses, com área de 10.314 km<sup>2</sup>, é composta de seis municípios: Barreirinhas, Humberto de Campos, Paulino Neves, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Tutóia.

Figura 3 – Localização e Limites de Barreirinhas

O Maranhão é um Estado litorâneo que possui 640 quilômetros de costa, assim divididos: litoral ocidental, que abrange da foz do rio Gurupi até o golfo Maranhense; e litoral oriental, estendendo-se do golfo Maranhense à foz do rio Parnaíba. É neste último – litoral oriental – que se localizam os Lençóis Maranhenses.

O município de Barreirinhas possui uma extensão territorial de 2.347 km<sup>2</sup>, abrangendo 44,86% do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Situa-se a 246 km da Capital, São Luís, na Mesorregião do Norte Maranhense e na Microrregião 04 dos Lençóis Maranhenses. A sede do município fica situada à margem direita do Rio Preguiças<sup>48</sup>, em terreno plano e arenoso, a 42 km da foz.

De acordo com a atual divisão política do Maranhão, Barreirinhas tem como limites geográficos:

Ao Norte: Oceano Atlântico;

Ao Sul: município de Santa Quitéria do Maranhão;

A Leste: município de Paulino Neves e Santana do Maranhão;

A Oeste: município de Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz”. (RAMOS, 2008, p. 91)

O município de Barreirinhas abriga em seu interior um considerável contingente de recursos hídricos. Sua principal bacia hidrográfica é a do Rio Preguiças, receptora da maioria dos córregos e rios da região; destacando-se, dentre seus afluentes, os rios Cocal, Munim, Santa Rosa, São José dos Sacos, Santo Inácio, Fura Braço, Palmeiras, Massangano e Juçaral. “O Rio Preguiças tem como nascente a Barra da Campineira, no município de Anapurus, e percorre mais de 120 km até desaguar no Oceano Atlântico, no município de Barreirinhas” (AECI, 2007, p.129). Dada a grande diferença da altura das marés no Maranhão, o rio sofre uma influência direta dos movimentos de alta e baixa maré.

Juntamente com os rios Negro, Juçaral e Cocal constituem as maiores bacias hidrográficas de Barreirinhas. Também integram a bacia hidrográfica de Barreirinhas os riachos: Achuí, Tucuns, Bom Passar, Sucuruju, Pirunga, Porção, Manoelzinho, Varginha, Pacas, São José, Passagem do Canto, Guaribas, Uriti, Bosque, Tabocas, Formiga, Baixão do Buritizal, São Domingos e São Bento. (RAMOS, 2008)

O Rio Preguiças é considerado o mais importante da região dos Lençóis Maranhenses, fazendo parte dos processos históricos de povoamento e formação de Barreirinhas. É de relevância para a economia e para a cultura local e regional, integrando a

---

<sup>48</sup> De acordo com o conhecimento popular o rio é denominado Preguiças em referência à existência, no passado, de muitos bichos-preguiças nas margens do rio, além do fato de suas águas correrem preguiçosamente. (IBAMA, 2002, p.94)

vida cotidiana de seus moradores. Por ser o maior rio navegável da região que permite o acesso ao mar e, ainda, por sua beleza exuberante, o rio Preguiças constitui uma referência identitária do município, que hoje se afirma nos circuitos do turismo. A beleza paisagística de suas águas de coloração verde escuro margeando uma vegetação diversificada, composta de matas ciliares, buritizais, juçarais e carnaubais, tem lhe conferido a posição de “atrativo turístico pioneiro” e, portanto, indispensável em qualquer roteiro vendido no destino Barreirinhas – Lençóis Maranhenses. (BRASIL, 2007) Vale, portanto, apresentar a descrição do cenário que se descortina durante o trajeto de um dos principais trechos percorridos durante o passeio náutico pelo Rio Preguiças:

Do povoado de São Domingos à sua foz no povoado de Atins, devido a influência de água salgada oriunda dos regimes de marés, o Rio percorre a planície flúvio-marinha apresentando-se nestes trechos cada vez mais sinuoso, possibilitando o aparecimento de inúmeras ilhas fluviais sedimentares, braços, furos e igarapés, formando um belíssimo estuário coberto por manguezais até alcançar as dunas dos Pequenos Lençóis, Vassouras, Caburé, Mandacaru, Atins e o mar. (BRASIL, 2007, p.130)

O Rio Preguiças é também “fonte de vida e inspiração” para poetas e escritores da terra e integrantes da Academia Barreirinhense de Letras, como Baial Ramos, José Maria de Jesus e Silva e Enéas Miranda Conceição<sup>49</sup>. (RAMOS, 2008, p. 110-122) Em versos e prosa, esses poetas traduzem sentimentos, magia, sedução e encantamento que se misturam de forma fantasmagórica à memória dos tempos quando, ainda crianças ou jovens estudantes, em períodos de férias, em Barreirinhas, usufruíam de momentos de folguedos em suas águas. Foi nele que se inspiraram poemas de amor e saudade a cantarem sua beleza majestosa, seus encantos e mistérios. São exemplares fragmentos de poemas de barreirinhenses a expressarem sentimentos e emoções desencadeadas pelo Rio, revelando representações que nos permitem perceber a multiplicidade de significados da terra para os que se consideram seus filhos:

“*Meditações do Rio Preguiças (Recordações de amor e saudade)*”, de José Maria de Jesus e Silva:

Te vejo e vi, Velho Rio,  
Te enroscando, manso frio,  
Como serpente no cio,  
Se espreguiçando a sonhar.

Vai, no embalo das águas,  
Murmurando as tuas mágoas,  
No pastoreio das algas,

---

<sup>49</sup> Personalidade de destaque na sociedade barreirinhense, como homem público. Foi Secretário de Educação em dois períodos (1970-1972 e 1982-1988), professor de Ensino Religioso, Filosofia, Artes, Latim e Estudos Sociais; membro fundador da Academia Barreirinhense de Letras, instituída em 10/09/2004 e, atualmente, é presidente desta entidade. Em reconhecimento à sua contribuição sócio-cultural como poeta, artista plástico, filósofo e escritor, foi condecorado em 1º de maio de 1995, pela Câmara Municipal, com o título de *Arquivo vivo de Barreirinhas*. (RAMOS, 2008)



Que tu levas para o mar. [...]

[...] Oh, meu Rio encantado,  
Não fiques assim calado,  
Vem sussurrar ao meu lado  
Tua história verdadeira! (RAMOS, 2008, p.112-3)

*“Rio Preguiças”* de Baial Ramos

Minha terra tem um Rio  
Que corre como a Paz,  
Sua beleza é esplêndida  
Igual não existe jamais.

Quando é noite de lua cheia  
Ele fica belo e dourado,  
Um poema de água doce  
Refletindo um céu prateado. [...] (RAMOS, 2008, p.110)

*“Lentidão do Preguiças”* de Enéas Miranda Conceição:

Corre, corre vagarosamente, eis tua ação;  
servidora ao teu povo que navega,  
despercebido de tua grande utilidade,  
pedindo assim, trato e proteção!...

Chamam-te “Preguiças”, e tu nem liga,  
tua beleza é uma dádiva do criador,  
conquistaste aos milhares ampla admiração!  
Peculiaridade que ninguém duvida. (RAMOS, 2008, p. 122)

D’Antona (2000), pesquisador da região dos Lençóis Maranhenses, durante o trabalho de campo vivenciou experiência etnográfica e assim descreve, com seu olhar de antropólogo, a íntima relação que os moradores têm com o Rio:

Muito da vida de Barreirinhas ocorre em função do rio Preguiças ou graças a ele: via de acesso para as comunidades e para o Parque Nacional; fonte de alimentos e recursos; área de lazer e trabalho; enfim, o rio integra a vida cotidiana das pessoas que, sem hesitar, dizem: ‘o Preguiça é a nossa riqueza’. [...] O acesso é feito, geralmente, em canoa a remo – tradicional por ali – nas ‘lanchas’ (barcos para 50 passageiros) e, mais recentemente, nas ‘voadeiras’. Muitas casas têm o Preguiças ou algum de seus braços como quintal e esta proximidade possibilita um elevado intercâmbio entre a pesca de rio, agricultura e olaria (conforme o caso). O rio, incorporado à casa, faz parte da rotina diária das famílias. (D’ANTONA, 2000, p.37)

No resgate histórico-geográfico de Barreirinhas, na busca de circunscrever a tradição, coloca-se a questão da sua ocupação. Como o espaço foi ocupado pelos seus habitantes? Eis uma temática a ser esclarecida. A literatura pesquisada delineia diferentes

fatores que contribuíram para o processo de ocupação do espaço onde atualmente situa-se o município de Barreirinhas. Dentre esses fatores, sublinha-se a importância de duas estradas: uma, datando de 1849, saía de Campo Maior, no Piauí, chegava até Brejo e alcançava Icatu; a outra, de 1835, saía de São Bernardo do Parnaíba, atual São Bernardo, chegando até São José do Periaí, atual Humberto de Campos. Ambas as estradas favoreceram o processo migratório formado por cearenses e piauienses para a região, motivados “pelas pastagens naturais existentes [...] e pela disponibilidade de terras férteis para a lavoura, o que ensejou o surgimento de vários povoados”. (IBAMA, 2002, p. 94)

Uma peculiaridade desse processo migratório revela que uma das frentes de ocupação, a que saiu de São Bernardo, em 1835, é que de fato deu origem à formação da cidade de Barreirinhas:

[...] Essa segunda estrada possibilitou a navegabilidade do rio Preguiças e de seus afluentes e conseqüentemente a ocupação da área da qual se originou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Barreirinhas, à margem do Rio Preguiças (atual cidade de Barreirinhas). Permitiu, também, a formação de alguns povoados rurais ribeirinhos: Santa Rosa, Barreira Velha, São Domingos, Alto Bonito e Santo Antônio, sendo este o mais importante pela produção de açúcar e aguardente e pela fazenda de gado da Companhia de Jesus, que ficava em suas imediações. (IBAMA, 2002, p.94)

Outra versão acerca desse processo de ocupação enfatiza a formação de duas frentes, quais sejam a litorânea e a agrícola-pastoril:

A primeira frente de ocupação, conhecida como Frente Litorânea, formada inicialmente por portugueses e seus escravos e depois por cearenses e piauienses. Esta frente é fruto do comércio flúvio-marinho que se intensificou na região a partir do Século XIX, estendendo-se até meados do Século XX. Foi formada por pessoas que possuíam estreitas relações com a pesca, agricultura e o comércio. A segunda frente, chamada de Frente Agrícola-pastoril, foi predominantemente formada por cearenses, piauienses e caboclos. Concentrou-se mais no interior do continente, preferindo constituir as suas vilas próximas às redes hidrográficas dos principais rios da região. Essa frente se iniciou a partir da segunda metade do Século XIX, com a construção de uma antiga estrada provincial que ligava o Município de Campo Maior, no Piauí, à Vila de Miritiua, atual cidade de Humberto de Campos, passando por Barreirinhas. A partir dessa frente surgiram alguns povoados agrícolas como Sobradinho, Santo Antônio, Buriti Amarelo e Buriti Grosso. (IBAMA, 2002 apud BRASIL, 2007, p.142-3)

De fato, essa segunda frente de ocupação teve um papel relevante na formação de diversos povoados, hoje circunscritos no mapa do município. Dentre esses povoados rurais ribeirinhos, destaca-se o de Santo Antônio, considerado o mais antigo de Barreirinhas, situado à margem esquerda do rio Preguiças e dos riachos Axuí e Massangano. Suas terras sempre

férteis e próprias para o cultivo da mandioca, arroz, milho e, de modo especial, a cana. Sua importância é reconhecida pela produção de açúcar e pela fazenda de gado, localizada em suas imediações, que, originalmente, pertenceu aos padres jesuítas da Companhia de Jesus. (IBAMA, 2002) Essa história, quem nos conta com detalhes relevantes é um filho da terra e pesquisador de Barreirinhas:

No século XVIII existia em Santo Antônio a Fazenda Santo Inácio, de propriedade da Companhia de Jesus, passando posteriormente a pertencer a vários senhores de engenho, depois da expulsão dos jesuítas. [...] No passado, Santo Antônio foi um grande centro produtor de açúcar e aguardente de cana. A produção era vendida na capital da província [...] Contam os mais antigos que os engenhos de cana-de-açúcar eram movidos pelas águas do rio Axuí e pelo trabalho dos escravos. (RAMOS, 2008 p.31)

Nesse sentido, Marques informa que, em 1860, o Quarteirão<sup>50</sup> de Santo Antônio tinha 320 pessoas livres e 150 escravas; e, no Quarteirão de Santa Cruz, tinha 380 livres e 160 escravas. (MARQUES, 2008, p.195)

Em Barreirinhas, entrevistados relataram casos contados por seus pais e avós sobre o tempo em que existiam engenhos de cana-de-açúcar, tanto em Santo Antônio como em Santa Cruz, com suas antigas fazendas que utilizavam mão-de-obra escrava. Destacamos, aqui, a entrevista com a Sra. Adelina Rosa da Silva e o seu filho, Antônio R. da Silva Neto<sup>51</sup>, filhos da terra e residentes na sede de Barreirinhas. A família é proprietária das terras do povoado Santo Antônio, como revela Antônio Neto:

Esse povoado de Santo Antônio era de nosso avô. A área todinha. Antes de morrer, vendeu para o meu pai. Lá tinha um engenho puxado a boi. [...] Puxava e fazia a garapa. Aí ele ia preparar essa garapa nuns cochos (depósitos para fermentação) e fazia a cachaça. [...] Meu pai ainda chegou a plantar quinze mil pés de caju. [...] (Informação oral)<sup>52</sup>

A Sra. Adelina Reis da Silva assim complementa a narrativa de seu filho:

Meu pai tinha uma fábrica de cachaça e tiquira<sup>53</sup> do engenho. Esse engenho era aqui mesmo. Ele plantava a cana lá no povoado e trazia para cá, onde tinha um engenho aqui no quintal (explica que era um terreno muito grande e tomava a quadra toda, próximo onde hoje é a Quadra Esportiva, na Av. Joaquim Soeiro de Carvalho). [...]

<sup>50</sup> Segundo a divisão político-administrativa adotada pela província do Maranhão em 1861, a freguesia de Barreirinhas era formada por quarteirões como revela César Marques: “[...] É o distrito de paz, pertencente à Tutóia, e está dividido em 14 quarteirões. Distingue-se o quarteirão das Barreirinhas por ser a sede da freguesia e a residência do pároco e das autoridades. [...]” (MARQUES, 2008, p.195)

<sup>51</sup> Entrevista realizada em maio de 2008, com membros de uma família tradicional de Barreirinhas, num momento em que se encontravam sentados à porta de sua casa, como, costumeiramente, fazem todas as noites.

<sup>52</sup> Entrevista realizada em maio de 2008.

<sup>53</sup> Aguardente de mandioca, típica do Maranhão. Barreirinhas se destaca como centro produtor.

No dia em que meu pai completou 80 anos, ele botou a fábrica para virar à meia noite. Do alambique correndo a cachaça para os convidados irem aparar e beber. Ele morreu com 84 anos. Além disso, ele fabricava: rapadura, tiquira, que é da mandioca e, como ele tinha roça, arrancava a mandioca, tinha uma casa de forno e fazia uns 'beijuzão'. [...] (Informação oral)<sup>54</sup>

Nas configurações de Barreirinhas, um dado precisa ser destacado pela sua importância nas conexões tempo-espaço: a questão das estações do ano. Senão, vejamos. Em razão da proximidade com a linha do Equador, na região dos Lençóis não ocorrem as quatro estações, mas apenas duas: o verão e o inverno, diferenciadas pela incidência de chuvas e não pela variação de temperatura, que atinge uma média anual de 26° C. (IBGE 1990 apud D'ANTONA, 2000)

O antropólogo D'Antona, em seu estudo sobre o modo de vida de comunidades residentes na região dos Lençóis Maranhenses, abre vias de análise que nos ajudam a compreender a variação das práticas socioeconômicas segundo as estações do ano:

O 'inverno', estação das chuvas, ocorre entre janeiro e junho; o 'verão', estação sem chuvas, ocorre entre julho e dezembro, aproximadamente. [...] No calendário do morador dos Lençóis Maranhenses não há equivalência rígida exata entre datas (meses) e estações climáticas, pois estas começam e terminam conforme as chuvas aparecem e cessam. [...] A chuva, elemento que define as estações, representa um marco importante no 'calendário social', cujo efeito mais evidente está nas praias: desertas no verão; repletas de pescadores no inverno. (D'ANTONA, 2000, p.4-25)

Na argumentação do referido autor, a mudança de estação – inverno / verão – exerce uma influência direta no tipo de atividade das pessoas – agricultura / pesca – determinando, por conseguinte, um deslocamento físico do interior para o litoral durante o inverno e do litoral para o interior no verão.

É esse um fenômeno que ocorre, de modo especial, com famílias dos povoados Tapuio e Laranjeira ao se deslocarem para a praia no povoado Caburé durante o inverno. E esse tema foi objeto de uma pesquisa<sup>55</sup> desenvolvida por um grupo de pesquisadores/as do Curso de Ciências Sociais, do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA (1992 /1995). O antropólogo D'Antona constrói uma interlocução com esse grupo, avançando na discussão do seu objeto de pesquisa, a partir de vias circunscritas nos trabalhos das

---

<sup>54</sup> Entrevista realizada em maio de 2008.

<sup>55</sup> O Projeto de Pesquisa intitulado "Estudo do deslocamento de famílias camponesas às margens do Rio Preguiças" (1992-1995), sob a coordenação da Profa. Luiza Maria Jansen Ferreira, possibilitou a inserção de alunos/as do Curso de Ciências Sociais da UFMA, que, a partir desse processo, produziram suas Monografias de conclusão do referido curso de graduação, tais como: Gaioso, Arydimar V. (1996) A construção do espaço em Tapuio e Laranjeiras e Souza, Eliane de C. (1995) A gente tá aqui e tá lá: atividades econômicas dos moradores de Tapuio, Barreirinhas – Ma.

pesquisadoras. O referido autor desenvolve uma “reflexão sobre o lugar do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses no espaço de vida das comunidades que residem e circulam pelos Lençóis Maranhenses”. (D’ANTONA, p. 2000, p.9)

Avançando nas configurações fundantes de Barreirinhas, é decisivo sublinhar que o município viveu em relativo isolamento por algumas décadas do século XX, devido, principalmente, às dificuldades de acesso pela precariedade das estradas que ligavam Barreirinhas a outras cidades e à capital do Estado. Em períodos remotos, o rio Preguiças era o único meio de acesso a Barreirinhas. Nessa época, “navios de bom porte subiam até a localidade chamada Vila Regina, situada a 36 km rio acima, e de lá seus passageiros faziam o transbordo em canoas que os levavam até Barreirinhas, num percurso de 10 km”. (TSUJI, 2002, p.58) Marques (2008), referindo-se a esse tempo em que a única forma de acesso se dava por via fluvial e marítima, afirma: “os transportes fazem-se por mar e rios navegáveis do município. A navegação marítima é servida de barcos a vela. Depois que se extinguiu a navegação costeira por vapores maranhenses, Barreirinhas não viu mais vapores no seu porto”. (MARQUES, 2008, p.195) Ramos (2008), em estudo sobre a história de Barreirinhas, revela que, em 1860, já existia um serviço de transporte marítimo, através de dois barcos: o *Hiate San’ José* e o *Hiate Parnahybano*, que realizavam viagens para fora da freguesia, nos trajetos para São Luís, capital da província do Maranhão, e para Paranaíba, na província do Piauí, respectivamente.

De fato, no que se refere ao transporte náutico em Barreirinhas, a situação permanece inalterada, como explicita o pesquisador da história do município:

Até o ano de 1970, o único meio de transporte existente em Barreirinhas eram os barcos à vela. Fazia-se viagem para São Luís, Parnaíba e Fortaleza transportando passageiros, produtos e mercadorias. [...] A maioria dos barcos existentes hoje em dia destina-se à pesca de alto mar. [...] Outros, mais sofisticados, são apropriados para passeios turísticos, transportes escolares e passageiros. (RAMOS, 2008, p.144-5)

Ainda hoje funciona, regularmente, esse serviço de transporte pelo Rio Preguiças, em embarcações motorizadas, que fazem o percurso Barreirinhas – Atins e vice-versa, atendendo às populações residentes nos povoados ribeirinhos como: Vassouras, Espadarte, Mandacaru, Bar da Hora, Caburé e Atins.

D’Antona (2000), referindo-se a um período mais recente, revela que a precariedade de acesso, especialmente dos caminhos vicinais que ligam povoados rurais ao município, continuava a ser o grande problema apontado pelos moradores. Tradicionalmente,

essa situação também era sentida, inclusive, no trajeto que ligava a capital do Estado, como revela o pesquisador:

Não havia vias pavimentadas. A maioria dos caminhos são antigos leitos de areia que somente podem ser trafegados por veículos com tração nas quatro rodas, por tratores ou por animais. As vias estão sujeitas às condições sazonais; no alto inverno ficam alagadas (passam por dentro de lagoas) e, no alto verão, a areia seca torna-se muito fofa – nestes momentos apenas tratores se aventuram a percorrê-las. Nem mesmo a estrada que liga Barreirinhas à BR 222 – via de acesso à capital do estado – é asfaltada. Por estradas, a distância São Luís - Barreirinhas é de, aproximadamente, 350 km em, pelo menos, 7 longas horas de viagem em ônibus intermunicipal. (D'ANTONA, 2000, p. 37)

Com a abertura da rodovia MA-402, em 2002, há uma melhoria considerável nas condições de tráfego, com pista asfaltada, sinalizada e de acesso ao município de Barreirinhas. Assim, passa a ser a via preferencial de moradores e distintos segmentos sociais que trabalham na cidade, assim como turistas que visitam o destino Barreirinhas/Lençóis Maranhenses. Também denominada de Rodovia Translitorânea, essa rodovia reduziu o trajeto de São Luís a Barreirinhas de 345 para 257 km, permitindo fazer-se o percurso em 3 horas e meia. Essa estrada é considerada um marco no desenvolvimento do turismo em Barreirinhas. Esse trecho da estrada que percorre o Maranhão foi construído pelo governo do Estado, com recursos do Governo Federal, no âmbito das ações de fortalecimento do turismo na área dos Lençóis Maranhenses. Ainda está prevista a conclusão dessa mesma estrada, MA-402, no perímetro que ligará Barreirinhas à Parnaíba. Esse trecho integrará a malha rodoviária federal que liga os Lençóis Maranhenses às rodovias do litoral nordestino, pois se estende até a cidade de Tutóia, no Maranhão, e Parnaíba, no vizinho estado do Piauí.

O transporte aéreo passou a funcionar, em Barreirinhas, com a construção do aeroporto, em 1945, na gestão do Prefeito José Raimundo Reis, tendo uma pista de 400 metros de comprimento para aviões de pequeno porte. Nele, funcionaram linhas de taxi aéreo, que foram pioneiras nesse serviço, como: Certa, Aliança, Cururupu e Tabalipa. (RAMOS, 2008) Hoje, o serviço de taxi aéreo existe exclusivamente para fazer sobrevôo turístico nos Lençóis Maranhenses. O aeroporto tem passado, ao longo dos anos, por reformas, manutenção e ampliação da pista de pouso; possuindo, atualmente, uma pista com 1.000 metros e capacidade para receber jatinhos. Atualmente, a via aérea continua a ser utilizada por um público diferenciado: personalidades públicas, como: Ministros; Governadores de Estado; executivos das esferas federais e estaduais, que se deslocam para participar de eventos, celebração de acordos de cooperação técnica, inauguração de obras públicas; e turistas. No caso específico de “pacotes turísticos”, o acesso aeroviário constitui-se uma opção seletiva,

sendo utilizado o sistema de frete de aviões de pequeno porte (monomotores e bimotores), de propriedade das seguintes empresas de táxi aéreo: Litorânea Táxi Aéreo, Cururupu Táxi Aéreo e Operatur, que fazem a rota São Luís/ Barreirinhas / São Luís.

Em face da importância de Barreirinhas, como polo turístico regional, chegou a ser cogitada e, até mesmo, iniciada a construção de um aeroporto internacional na cidade. Segundo dados da Assessoria de Comunicação do Governo do Estado, (10/05/2007), o Governador Jackson Lago garantiu investimentos, em Barreirinhas, em atendimento às solicitações do *trade* turístico. Dentre as melhorias previstas, constavam duas obras relevantes no sentido de dotar, cada vez mais, o município de infraestrutura necessária ao desenvolvimento do turismo no polo dos Lençóis Maranhenses. Uma, que seria a construção, em parceria com a Infraero, do Aeroporto para aviões de pequeno e médio porte, em Barreirinhas. A outra, seria o asfaltamento de 140 quilômetros da estrada que liga Barreirinhas a Pirangi (Ceará), em ação conjunta com os estados do Piauí e Ceará, garantindo um turismo integrado entre esses estados do Nordeste.

No entanto, por motivos de disputas políticas entre os Estados do Maranhão e Piauí, o aeroporto projetado para Barreirinhas foi construído na cidade de Parnaíba do vizinho estado do Piauí. Ademais, a possibilidade de um aeroporto internacional em Barreirinhas provocou o descontentamento de setores empresariais de São Luís-Maranhão e de forças políticas que argumentavam os prejuízos que tal fato traria para o turismo no polo São Luís – Alcântara.

### 2.3.2 O Monumento ao trabalhador: uma autorrepresentação das pessoas, e do seu modo de subsistência, perdida no afã das mudanças

No centro da cidade, na Praça do Trabalhador, em comemoração aos cem anos de criação do Distrito, em 14 de junho de 1971, foi erguido um monumento, tendo como eixo estruturante uma figura representando um *trabalhador rural*. Em sua base, encontravam-se desenhados os principais recursos que representam a economia local, na perspectiva de quem o projetou. Assim, vale conhecer a descrição e interpretação do próprio autor que idealizou e desenhou o monumento, o Sr. Enéas Miranda Conceição, o *Arquivo Vivo de Barreirinhas*:

[...] Eu desenhei no chão e cortei o molde em papelão, papel de cimento e quem construiu chama-se Edgar Correia Vilar. Hoje ele está velhinho, morando em Belém-Pa. Então, por que o monumento é um homem que está com a enxada? Eu desenhei, simplesmente de perfil, é o meu modo de pensar. Está com a enxada para mostrar que a enxada é o símbolo do trabalhador; está de chapéu, pronto para a

viagem, para andar. O que tem nos quatro ângulos? A mandioca, produto da terra; a palmeira, o peixe e o caju, como principais fontes de renda. Então, aqui são os produtos que caracterizam a região. Esse foi o sentido da estátua. (Informação oral)  
<sup>56</sup>

D'Antona, com seu olhar antropológico, entende que um monumento é um “artefato que legitima e constrói a tradição”. Em suas palavras:

[...] um monumento conta sobre quem o fez e o momento em que foi feito, constituindo-se em fonte de memória, revela tradição e, na qualidade de sinal de “permanência e antiguidade”, constrói a tradição. Por outro lado, muito de seu valor ou sentido depende daquele que o observa e consegue captar seus significados. (D'ANTONA, 2000 p. 25)

Com esse entendimento, utilizou-se do monumento em homenagem ao trabalhador de Barreirinhas para descrever a economia regional, interpretando-o como “*uma rica indicação da autorrepresentação das pessoas e seu modo de subsistência*”. E, assim, descreve esse símbolo:

Sobre uma coluna, um homem com uma enxada apoiada no ombro. Em cada uma das faces da coluna, em desenhos estilizados: o caju, o peixe, a mandioca e a palmeira (buriti). [...] Tais elementos não-urbanos transportam para o centro da praça o contexto dos indivíduos dos Lençóis Maranhenses – um sinal do movimento repetido diariamente, o deslocamento da zona rural para a urbana. (D'ANTONA, 2000, p. 25-6)

Assim, de forma didática, o idealizador do monumento consegue reunir os elementos que constituem a base da subsistência e as matérias-primas das principais ocupações da população local. Assim, em uma estrutura quadrangular, que serve de suporte à figura do trabalhador, estão desenhados os recursos da subsistência, como bem interpreta o pesquisador:

[...] a base da alimentação (mandioca e peixe) e aquelas matérias-primas utilizadas cotidianamente para construção, locomoção, confecção de instrumentos de trabalho (basicamente produtos coletados das palmeiras). Representa as principais ocupações: extrativismo vegetal e o artesanato de suas matérias-primas (buriti), a pesca (peixe) e a agricultura (mandioca). O caju, cuja produção se organiza entre o extrativismo e a agricultura completa a base *oikonômica* por seu papel na alternância sazonal de atividades – além de ser, tradicionalmente, o principal produto arrecadador do município de Barreirinhas. (D'ANTONA, 2000, p. 26)<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Entrevista, com Enéas Miranda Conceição, em 1º maio de 2008.

<sup>57</sup> D'Antona assim fundamenta essa sua perspectiva teórica: “a abordagem oikonômica não é materialista ou estritamente voltada para os ‘modos de produção’. Integra o estudo das bases materiais e o estudo das formas de representação simbólica de uma sociedade. Interessam-me os saberes e as técnicas *oikonômicas*, o uso do espaço e de recursos. Por este motivo considero os diversos níveis de interação do ser humano com o seu meio (produção, moradia, técnica e



Dados do IBGE<sup>58</sup> (1996) bem configuram a Barreirinhas representada no monumento que assumia uma vocação agrícola, pesqueira e extrativista. Na agricultura, os principais produtos então “cultivados no município eram os seguintes, por ordem de importância: mandioca, castanha de caju, laranja, melancia, arroz, cana-de-açúcar, coco-da-praia, milho, feijão e banana”. (IBAMA, 2002, p.71) Cabem, aqui, alguns destaques nesse esforço de configuração do passado para pensar o presente. A *mandioca* destacava-se como o principal produto agrícola da região e, ao mesmo tempo, constituía-se a base da alimentação familiar. Da mandioca são extraídos subprodutos como a farinha de puba (ingrediente básico da alimentação), a tapioca (utilizada para bolos e beiju), e a tiquira, bebida destilada, com elevado teor alcoólico.

Segundo Ramos (2008), até os anos 60, Barreirinhas destacava-se, no Estado, como o primeiro produtor de banana e o segundo em castanha de *caju*. A castanha ainda ocupa a mesma posição nos dias atuais. No entanto, toda a produção de castanha é exportada *in natura* para o Estado do Ceará, chegando a atingir 1800 toneladas anualmente.

A *palmeira* desenhada no monumento representa o extrativismo vegetal (de buriti, tucum, carnaúba, jaborandi e árvores do mangue) e as atividades que dele decorrem. Dentre essas palmeiras, destaca-se o buriti, que domina o cenário natural, espalhando-se em locais úmidos do interior aos arredores de Barreirinhas. É uma palmeira imponente que chega a medir 50 metros de altura e 50 centímetros de diâmetro, encontrando-se presente nas margens dos rios, ao redor das lagoas e em locais alagadiços. No Hino da cidade, o buriti é chamado “rei da nossa natureza”, tão grande é a sua importância econômica, para o município, como fonte de matéria-prima do artesanato, gerando renda às artesãs, como fonte de vida e de inspiração para poetas. Na verdade, o buriti é considerada a “árvore da vida”, sendo 100% utilizável, como descreve D’Antona (2000, p. 26):

Da medula extrai-se a fécula; do broto, o palmito; a polpa dos frutos serve para produção de óleo, suco e doce; com o pecíolo se fazem casas; dos “olhos” (brotos das folhas), se extrai o linho – um fio fino utilizado no artesanato.

Em Barreirinhas dos anos 70 do século passado, a *pesca* é considerada uma atividade fundamental para o município, tanto em sentido econômico, como no aspecto social. Essa proeminência da atividade pesqueira mantém-se nos anos 2000. O município ocupa a

---

concepções), levando em conta noções de tempo, espaço, lugar e entropia, elementos privilegiados para o estudo sobre o relacionamento das sociedades com o meio ambiente. [...]” (D’ANTONA, 2000:12)

<sup>58</sup> Estes dados constam no Plano de Manejo do PNLM (IBAMA, 2002, p. 71)

quarta maior produção de pescado do Maranhão e, portanto, a quarta maior receita, tendo como fonte a produção pesqueira. Ademais, estudos revelam que nas principais comunidades pesqueiras do município – Atins, Bar da Hora, Caburé, Mandacaru, Ponta do Mangue, Tapuio e Santo Inácio – praticamente a maioria da população está diretamente envolvida com a pesca artesanal, considerando que as crianças iniciam desde cedo a pescar e a capturar mariscos, em companhia de seus pais. (IABS, 2007, p.14-5) <sup>59</sup>

D’Antona (2000), em seu estudo desenvolvido nos anos 90, chama atenção para a ausência, no monumento, de outras atividades como a pecuária e a olaria, considerando que estas, então, eram também desenvolvidas na região dos Lençóis. Em sua argumentação, atribui a ausência da pecuária à falta de tradição da atividade, em Barreirinhas, se comparada aos municípios vizinhos. Quanto à olaria, a ausência pode ser justificada pelo fato de que somente num período posterior à data do monumento, ou seja, 1971, verificou-se uma expansão da olaria empresarial, ocupando vastas áreas e absorvendo mão-de-obra local durante o verão. No entanto, dados do IBGE (1996 apud IBAMA, 2002, p.72), revelam que, de fato, a pecuária pouco significou, para a economia do município, em face do modo extensivo de manejo, ou seja, o gado sendo criado solto nos campos de várzeas que surgem após as dunas e sem assistência técnica. Ainda com relação à pecuária, essa mesma fonte dá destaque para uma peculiaridade na região dos Lençóis Maranhenses. Trata-se da criação de caprinos, utilizados habitualmente na alimentação das famílias em face da tradição de seu consumo por migrantes piauienses e cearenses.

Vale, aqui, destacar que, no afã das mudanças, movida pela perspectiva avassaladora da modernização, esse “monumento-símbolo”, a consubstanciar uma representação da vida de Barreirinhas no imaginário social, foi destruído numa expressão de violência modernizante a ser contextualizada nas metamorfoses do espaço social sob a égide do turismo. Na verdade, no contexto de um projeto de reestruturação do espaço urbano de Barreirinhas<sup>60</sup>, constava uma reforma da Praça do Trabalhador, localizada no centro da cidade. Durante os trabalhos de demolição do antigo espaço, com a retirada do piso e corte de árvores, também foi retirado o Monumento ao Trabalhador; e, segundo informações de moradores locais, foi destruído esse símbolo da vida social barreirinhense. Na oportunidade, houve mobilização dos moradores reivindicando medidas cabíveis, junto à Câmara de Vereadores, no sentido de exigir do gestor municipal, Dr. Miltinho Rocha, o retorno do

---

<sup>59</sup> É preciso cotejar essas informações oficiais com o configurado no quarto capítulo, no item, “Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira em Barreirinhas nos tempos passados / o ofício da pesca.

<sup>60</sup> As obras de reforma e reestruturação da cidade para aparelhá-la de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do turismo, realizadas no período 2006/7, integravam as ações do Governo do Maranhão.

referido monumento ao centro da Praça do Trabalhador. No entanto, as mobilizações populares não obtiveram êxito. Assim, no ato de inauguração das obras, como a Avenida Beira Rio e, inclusive, a Praça do Trabalhador, em dezembro de 2007, o espaço público foi entregue, num momento festivo, à população. E, em substituição ao antigo monumento, encontrava-se erguida uma imitação grosseira, que não tem autenticidade e, portanto, descaracterizada em seu significado como um marco histórico da vida do município. O idealizador do monumento que, como muitos, ainda tinham, à época, a esperança de vê-lo de volta ao centro da Praça, assim avalia a sua retirada:

Olho com profundo respeito... eu não sou bem entendido nessas questões, mas sou íntegro no meu modo de pensar! Eu acho que ele deve voltar e estou com o povo que está reclamando! Onde vai ficar, onde está, eu não sei. Ela deve ser conservada! É que é um marco histórico. [...] Não é porque, talvez nem sabem que fui eu o autor dela, quem desenhou... No entendimento do povo que dá assim, uns ‘gritinhos’ e, todo dia alguém me pergunta e eu estou respondendo: compete a gente, agora de reclamar os nossos direitos. A estátua não devia ser retirada! Porque é histórica, ela é o marco da história! É a única coisa que tem (Informação oral).<sup>61</sup>

Outra barreirinhense e professora da rede pública de ensino, com destacada inserção na vida cultural da cidade, manifesta sua crítica acerca da retirada do monumento, revelando um profundo descontentamento pelo desrespeito à história e às tradições locais, assim se expressando:

O Prefeito, uma vez, disse para mim que ia mandar retirar e substituir essa estátua porque estava muito feia. Mas, segundo algumas pessoas já me falaram que a estátua vai ter que voltar para o mesmo lugar porque faz parte do Patrimônio Histórico da cidade. Eu acredito que essa estátua não seja retirada porque nós temos que preservar as nossas raízes. Inclusive, nessa reforma, não deveriam ter retirado os ladrilhos da Praça. [...] Chegaram a cortar duas mangueiras. Não cortaram mais porque o Ibama proibiu. Mas os ladrilhos não deveriam ter sido retirados, faziam parte! Porque se começar a mudar tudo da cidade, aí perde a identidade. Daqui a pouco não se sabe mais como era a cidade. (Informação oral)<sup>62</sup>

Adentrando no universo simbólico tal substituição é prenhe de significados. Antes de tudo, é a encarnação de uma visão reducionista de “progresso” que desconhece tradição, valores, história. Movidas pela euforia das metamorfoses desencadeadas em Barreirinhas a reconfigurarem tempo–espaço, as autoridades municipais submetem-se ao ritmo avassalador das demandas turísticas que impõem padrões econômicos, sociais, estéticos e culturais. De

---

<sup>61</sup> Entrevista com o Sr. Enéas Miranda Conceição, em novembro de 2006.

<sup>62</sup> Entrevista com a Profa. Régina Raposo, em novembro de 2006. Cabe sublinhar aqui, o fecundo trabalho que tem desenvolvido como professora de geografia no ensino médio em Barreirinhas, contribuindo, assim, na formação da consciência ambiental e cultural de seus alunos/as, por meio de seminários com foco nas temáticas: turismo, cultura e questão ambiental.

fato, é a força dos imperativos do turismo global desestruturando a vida local, reestruturando-a sob a forma de uma inclusão subalterna. (SANTOS, 2002)

### 2.3.3 Marcos da história do turismo na cidade

Fontes documentais, que enfocam a história contemporânea do município, assim como a história do turismo em Barreirinhas, geralmente fazem referência a um fato que ocorreu bem antes da criação do PARNA dos Lençóis Maranhense. Em sentido restrito, esse fato não tem nenhuma relação com o turismo, muito menos com o Parque; no entanto, representou um marco na dinamização da economia local e, ao mesmo tempo, foi precursor na divulgação desse fenômeno da natureza, antes mesmo que ele existisse como área de proteção integral e fosse reconhecido por força de uma Lei. Trata-se da chegada da Petrobrás que, por decisão do Governo Federal, nos anos 60 a 80 do século XX, enviou a Barreirinhas equipes técnicas para realizarem ensaios de prospecção de petróleo na região<sup>63</sup>. Esse período pode ser considerado como precursor do turismo, ao dar projeção nacional ao município e, por ter viabilizado a construção de estradas vicinais, tendo em vista o acesso de veículos aos locais de instalação das sondas petrolíferas. (RAMOS, 2008).

Com o processo de abertura das estradas, deu-se início ao tráfego na região e, assim, foram se estruturando alojamentos das equipes próximos aos locais de trabalho, gerando o surgimento de pequenos comércios, bares e prostíbulos. (RAMOS, 2008) Assim, esse período é considerado de relevância social e econômica para o município por ter ampliado a oferta de empregos para jovens moradores e, sobremaneira, por ter dinamizado e fortalecido a economia local. Vale apresentar, a seguir, um fragmento da narrativa de Ramos (2008) contendo detalhes acerca de um intenso tráfego em Barreirinhas das equipes da Petrobrás, instaurado por terra e pelo ar. Tais equipes foram pioneiras no acesso, por terra, em contemplar a vista panorâmica e em divulgar um espaço geográfico de beleza exótica formado por dunas de areia que, naquele tempo, a população local denominava de “morraria”. Assim, afirma o escritor:

Os trabalhadores da Petrobrás e os gringos – algumas equipes eram estrangeiras, como a United – foram as primeiras pessoas de fora a conhecerem os Lençóis Maranhenses. Naquela época não havia estrada para São Luís e, portanto, todo o pessoal técnico e de função administrativa da Petrobrás viajava de avião. Aeronaves

---

<sup>63</sup> As pesquisas realizadas identificaram que a quantidade de petróleo encontrada não compensava os custos necessários para exploração, justificando-se assim a retirada da equipe técnica do local.

sobrevoavam Barreirinhas todos os dias e os passageiros gozavam dos vãos panorâmicos sobre os Lençóis. (RAMOS, 2008, p. 275)

A década de 80 do século XX constitui-se, na verdade, o principal marco para o turismo em Barreirinhas, com o ato governamental de criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em 1981. É o momento em que a cidade torna-se conhecida na qualidade de ter um acesso privilegiado à região dos Lençóis. Como relata Ramos (2008), nesse período, Barreirinhas não possuía a mínima estrutura para receber visitantes. Mesmo assim, afirma o pesquisador e filho da terra, foi o tempo em que começaram a chegar os primeiros turistas e, em na sua descrição, “na maioria, hippies, cabeludos, com mochila nos ombros”. (RAMOS, 2008, p.276)

Essa década marca, também, o início da realização de um evento cultural de natureza popular: a Vaquejada Regional, criada em 1984. Representa um acontecimento de grande relevância para o município, pois, a cada ano atrai um público sempre maior, vindo de municípios vizinhos, de São Luís e de outros Estados do Brasil. Esse evento continua a ser realizado, anualmente, todos os meses de julho, e, portanto, integra o calendário turístico-cultural do município, sob a coordenação da Secretaria de Turismo e Cultura (Semtuc). Realiza-se no espaço denominado “Parque Folclórico Francisco Pedro Monroe da Conceição”, em homenagem ao idealizador. No local existem barracas com venda de artesanato, bebidas e comidas típicas da região, além de um palco onde são apresentadas diversas atrações culturais entre músicos regionais e grupos de Bumba-meu-boi vindos dos municípios vizinhos, como Morros, Axixá e de São Luís. Vale destacar que, na programação cultural da Vaquejada, há sempre a apresentação de um grupo local, denominado “Caetés”, que tem à frente o Prof. Zezinho<sup>64</sup>, como produtor cultural. Em entrevista, Zezinho – como é conhecido por todos da cidade – relatou acerca de sua trajetória, quando iniciou a trabalhar na área cultural, enfatizando a idéia da formação do grupo que, todos os anos, durante a Vaquejada, apresenta um tipo de dança com coreografia e vestimenta projetada e desenhada por ele e sua equipe:

Em 1984 começou a 1ª Vaquejada de Barreirinhas. Então, eu fui convidado para participar [...] Nesse desfile, as pessoas deveriam vestir trajes que representassem personagens e produtos regionais, onde tinham: um casal de ‘vaqueiro’, um casal

---

<sup>64</sup> José de Jesus Menezes Nascimento (Zezinho), natural de Barreirinhas, possui formação acadêmica com Licenciatura em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Funcionário público e professor do ensino médio, na Escola Joaquim Soeiro de Carvalho, ministra a disciplina Língua Portuguesa. Como produtor cultural é idealizador e coordenador do grupo “Caetés”, assumindo o trabalho de coreógrafo e figurinista. O grupo é formado por 48 dançarinos/as, além de quatro pessoas que atuam na coordenação.

representando o ‘buriti’, outro casal representando a ‘juçara’, outro casal representando o ‘caju’. [...] Depois desse evento, eu fiquei pensando que deveria ter alguma manifestação cultural com apresentações. [...] A primeira idéia para isso foi convidar meus amigos; fizemos uma reunião e organizamos o Grupo Caetés. Desde esse tempo [1985], em todas as Vaquejadas a gente apresenta um tipo de dança. [...] Assim, começamos a conceber a “Dança do Boiadeiro”, numa homenagem ao Vaqueiro. A gente já dançou ‘o cigano’, eu fiz uma Dança do Negro, em homenagem aos 100 anos da Abolição dos escravos. [...] (Informação oral)<sup>65</sup>

De fato, na década de 80 do século XX, começa a delinear-se um cenário de Barreirinhas como destino turístico regional. Assim, com o crescimento da demanda turística, estimulada durante os períodos da Vaquejada, e em decorrência da divulgação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses que se intensificou, começaram a surgir as primeiras pousadas, além dos pequenos meios de hospedagem que já existiam, como: “Hotel Barreirinhas de dona Dulce Correia, Hotel de Dona Santa, Hotel da Dedé, Hotel Brasinha, da família Canavieira, e a Pousada da Nonata”. (RAMOS, 2008, p. 277)

Nesse mesmo período, início dos anos 80, a cidade só dispunha de três lanchas, que faziam linha para as praias: a “Fé em Deus”; “Irleide” e a lancha de Cândido Ramos. Ainda nessa década, surgem as primeiras lanchas voadeiras e as primeiras Toyotas para realizarem o transporte náutico e terrestre de turistas ao Caburé e aos Lençóis Maranhenses, respectivamente. (RAMOS, 2008) É o momento em que começam a emergir, na cena de Barreirinhas, novos personagens a assumirem a prestação de serviços, em resposta às demandas turísticas.

Continuando na busca de delinear os principais marcos da história do turismo em Barreirinhas, identificamos, durante o trabalho de campo, através de entrevistas e grupos focais, um marco que está gravado na memória de Artesãos, Pescadores/as Artesanais e moradores antigos de Barreirinhas. Trata-se da administração do ex-prefeito Léo Costa como responsável pela divulgação da imagem de Barreirinhas associada aos Lençóis Maranhenses, para o Brasil e para o mundo, no período de sua gestão – 1989 a 1992. O Sr. Enéas Miranda Conceição – profundo conhecedor da história da cidade – confirma essa versão em sua narrativa:

Barreirinhas, que nasceu no final do século XVIII, [...] a partir de 1989, com a posse do novo Prefeito, Arieldes Macário da Costa, filho da terra e sociólogo, político, conhecido, popularmente, por Léo. Ele veio trazer o turista para Barreirinhas; desde 1981 já havia sido aprovada a Lei que cria o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas é considerada como *portal de entrada* dos Lençóis Maranhenses, uma das belezas raras, mundialmente conhecida. E com o lançamento de Barreirinhas como *‘capital do turismo’*, chamada a partir de 1989, no mandato de

---

<sup>65</sup> Entrevista com o professor e produtor cultural, José de Jesus Meneses Nascimento (Zezinho) em julho de 2008.

Léo Costa, o fluxo turístico logo se desenvolveu, e cada dia aumenta, no sentido de conhecer essa beleza raríssima, que são os nossos Lençóis – composição de dunas de areias ou quartzo, considerada com essa formação há mais de dez mil anos. (Informação oral)<sup>66</sup>

Em entrevista, o ex-prefeito, Léo Costa, faz um resgate de sua gestão relatando sua intervenção em setores vitais para o município, quando destaca o trabalho que desenvolveu no sentido de divulgar a cidade de Barreirinhas como potencial turístico. Nesse sentido, vale apresentar fragmentos de sua entrevista, em que retrata o cenário de uma cidade isolada que, até aquele momento, não havia, ainda, despertado para o turismo:

Barreirinhas, quando eu assumi, primeiramente era muito isolada, com acesso até difícil. Digo assim, o acesso para o grande público, para a grande massa da população, era por transporte rodoviário, um trajeto de 360 km, dos quais 160 km em piçarra. Essa piçarra, geralmente no inverno, se tornava mais difícil, porque a estrada se tornava muito ruim muito lamacenta. O setor de asfalto, principalmente o trecho de entroncamento até o lugar Placas, constantemente, também, estava esburacado. Então, isso dava à cidade uma dificuldade de acesso. Então, por isso mesmo era uma cidade isolada, uma cidade pacata, uma cidade muito tímida. De um modo geral, eu observava que as pessoas não tinham uma noção nem aproximada de que ali era um Parque Nacional com uma formação natural diferenciada dentro do Estado. De forma que o tema do Turismo era um tema que não estava presente. Praticamente, nós colocamos o turismo como tema no debate público e, isso daí, as pessoas não entendiam direito a questão do turismo, a importância e a possibilidade do turismo para a cidade. (Informação oral)<sup>67</sup>

Léo Costa fala da estratégia publicitária que, então, utilizou para divulgar Barreirinhas como potencial turístico. De fato, foi um verdadeiro trabalho de *marketing* no sentido de chamar atenção para Barreirinhas, sublinhando seu potencial turístico. Para isso, afirma ter contratado um Jornalista<sup>68</sup>, que realizou um trabalho intenso de registro fotográfico e o projeto de divulgação, cuidadosamente planejado. Assim, em sua narrativa, o ex-prefeito revela ter, estrategicamente, escolhido como momento-chave para lançar Barreirinhas na mídia, o evento cultural da Vaquejada, realizado anualmente nos meses de Julho. Naquele tempo, apesar das dificuldades de acesso, a Vaquejada já atraía um grande público para a cidade. E, durante os quatro anos de sua gestão, enfatiza, durante a entrevista, que a Vaquejada passou por uma mudança na programação, ao valorizar “a cultura mais autêntica maranhense”. Afirmo o ex-prefeito em sua entrevista:

---

<sup>66</sup> Entrevista com Sr. Enéas Miranda Conceição, Presidente da Academia Barreirinhense de Letras, em maio de 2008.

<sup>67</sup> Entrevista concedida por Arieldes Macário da Costa (Léo Costa), ex-prefeito de Barreirinhas – gestão 1989 a 1992 –, em janeiro de 2010.

<sup>68</sup> Jornalista Gil Maranhão.

[...] Foram quatro grandes Vaquejadas e isso levantou a auto-estima da cidade, a auto-estima dos barreirinhenses que moravam aqui. Nesses momentos, a cidade ficava abarrotada de gente e aquele balneário do Morro da Ladeira ficava apinhado de gente. Foram bonitas e, segundo muitas pessoas, esses momentos não se repetiram mais. Os gestores que vieram depois terceirizavam [...], não queriam pagar os grupos daqui de São Luís, os grandes cantores como Papete, o pessoal do Laborarte, Boi Barrica, Boi de Morros, Boi de Axixá, Rosa Reis, Tutuca, esse pessoal todo foi para lá na minha gestão. Todos eles podem dar esses depoimentos. [...] E foi um momento muito importante porque era o momento que você estava lançando um destino turístico. Divulgou o espaço como destino turístico. (Informação oral)<sup>69</sup>

Assim, vivendo um contexto marcado pela discriminação política, Léo Costa destaca, nesse processo de divulgação de Barreirinhas, a participação de Fernando César Mesquita.<sup>70</sup> Assim, no início dos anos de 1990 entra em cena a Empresa Maranhense de Turismo (Maratur) que, dentre suas principais ações, promoveu o lançamento dos municípios de Carolina e Barreirinhas (Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses) para o mercado turístico nacional e internacional. O Estado foi novamente dividido em zonas turísticas, dentre elas a Zona dos Lençóis Maranhenses, compreendendo: Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro, Tutóia, Paulino Neves e Araisos. (AECI, 2007, p. 269)

Na memória dos barreirinhenses e na literatura específica sobre o município, emerge outro fato a constituir um marco no aumento do fluxo turístico na cidade: a abertura da estrada MA-402, também denominada de Translitorânea, concluída no ano de 2002. Indiscutivelmente, esse foi um fator determinante no aumento do fluxo turístico, na medida em que facilitou o acesso à cidade por via terrestre.

No ano 2000, o município de Barreirinhas possuía um contingente populacional de 39.669 habitantes, segundo o Censo Demográfico realizado, pelo IBGE, em 2000. Desses, 26.141 residiam na zona rural e somente 13.119 na zona urbana.

Assim, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses começa a ser descoberto pelo Brasil e pelo mundo, pela paisagem de beleza peculiar, com motivação para o ecoturismo e turismo de aventura. E, nesse contexto, a cidade de Barreirinhas – como principal área de acesso ao referido Parque – inseriu-se no circuito nacional e internacional como destino turístico. As estratégias de *marketing* e publicidade têm se intensificado veiculando informações e divulgando imagens, via internet, das belezas exóticas desse lugar paradisíaco, possuidor de flora e fauna exuberantes, com vistas a ampliar e consolidar a inserção do destino Barreirinhas – Lençóis Maranhenses no mercado turístico nacional e internacional.

<sup>69</sup> Entrevista com o ex-prefeito de Barreirinhas, Léo Costa, em janeiro de 2010.

<sup>70</sup> Durante o Governo de Édson Lobão (1991 a 1994), Fernando César Mesquita assumiu a presidência da Empresa Maranhense de Turismo (Maratur), período em que desenvolveu uma política de divulgação do Parque Nacional dos Lençóis, tendo Barreirinhas como acesso privilegiado. (RAMOS, 2008)



O Diagnóstico Turístico de Barreirinhas (AECI, 2007) delineia um cenário da posição do destino Barreirinhas no âmbito da oferta de operadoras nacionais e internacionais e, ao mesmo tempo, já sinaliza para os possíveis danos ambientais resultantes do uso massivo pelo turismo, ao longo dos anos, dos atrativos naturais:

Atualmente Barreirinhas é ofertada por operadoras nacionais e internacionais, de diversos portes, que operam principalmente os segmentos de lazer e de ecoturismo, com destaque para o primeiro, o que tem gerado uma grande preocupação em relação ao uso massivo pelos turistas dos atrativos naturais, que possuem características ambientais frágeis. Apesar desse receio, é evidente o aspecto positivo do núcleo encontrar-se mais acessível ao mercado consumidor, estando disponível em vários pontos de venda no território nacional e no exterior.(AECI, 2007 p. 304)

Aqui, cabe sublinhar um fato que confirma o reconhecimento institucional pelo Ministério do Turismo, em 2007, ao selecionar Barreirinhas / Lençóis Maranhenses como um dos 65 destinos turísticos indutores do desenvolvimento turístico regional, conforme diagnóstico consubstanciado no *Relatório Brasil*. Esse documento integra a segunda edição do *Plano Nacional do Turismo – PNT 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão*, que tem, como propósito geral, avançar “na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo, buscando, ao mesmo tempo, consolidar o Brasil como um dos principais destinos turísticos mundiais”. (BRASIL.Ministério do Turismo, 2008, p.17) Assim, cabe destacar a relevância desse documento, como instrumento técnico, que norteará a política pública do turismo do país até 2010, com efeitos e desdobramentos no âmbito político, social e econômico para o destino Barreirinhas.

Essa nova versão do PNT 2007/2010 reafirma a perspectiva central que fundamenta as propostas de planejamento do Ministério do Turismo, com foco na “expansão e fortalecimento do mercado interno”. Fica explícita, portanto, a estratégia institucional em identificar novos destinos no país, com capacidade de induzir o desenvolvimento regional pela via do turismo. Assim, o delineamento do conjunto de 65 destinos turísticos “significa que esses destinos serão priorizados para receber investimentos técnicos e financeiros do MTur e serão foco de articulações e busca de parcerias com outros ministérios e instituições”. (BRASIL. Ministério do Turismo, 2008, p.18) E, a inserção de Barreirinhas é a legitimação oficial de sua condição de lugar turístico no contexto brasileiro.

### 3 O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA: um olhar crítico-reflexivo sobre os caminhos da pesquisa

#### 3.1 A pesquisadora e seu campo de estudos: delimitando referenciais fundantes

Ao circunscrever o nosso objeto no campo dos Estudos Culturais, estamos lançando-nos ao instigante trabalho de “repensar radicalmente a centralidade do cultural e a articulação entre os fatores materiais e culturais ou simbólicos na análise social”. (HALL, 1997, p.32) Em verdade, esse trabalho, que ora apresentamos, encarna esse esforço crítico-investigativo de delinear a imbricação entre os fatores considerados materiais e objetivos e os elementos subjetivos e simbólicos nos percursos de redefinições identitárias, a partir dos processos sócio-culturais de mudanças deflagrados pelo turismo na sua dinâmica global/local.

Assim, a concepção de cultura constituiu eixo aglutinador do processo de estudos e investigação que se volta para a questão das “identidades em construção”. Logo, identidade assume a condição de categoria fundante na construção teórico-metodológica e nesse horizonte, abrem-se fecundas vias a partir do diálogo com autores que constituem referências nessa articulação analítica de cultura e identidade.

Ao adentrar nos interstícios desse campo, tomamos consciência da amplitude e complexidade da nossa proposta de investigação. Isso impõe delimitar o lugar de onde falamos. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de explicitar nosso entendimento de pesquisa. Na nossa trajetória investigativa, assumimos, como perspectiva de produção científica, o *Racionalismo Aberto e Crítico* nos marcos delineados por Carvalho, em suas produções ao longo dos anos 2000<sup>71</sup>.

Seguindo as trilhas de Bourdieu (1989), o “ofício da pesquisa” coloca a exigência de adotar práticas adequadas às “normas da ciência” que constituem um “*modus operandi*” científico, que requerem tornar-se apto na própria prática e, assim, assumir a direção desse ‘jogo científico’, tendo, como postura essencial, a reflexão permanente sobre o processo e sobre o produto.

---

<sup>71</sup> Carvalho, Alba M. P. em seus textos epistemológicos ao longo da década de 90 / anos 2000, vem delineando essa perspectiva do “Racionalismo Aberto e Crítico” como via do fazer científico. Especificamente em seu artigo “O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica”, publicado no livro: “Cultura: Metodologias e Investigação” (2009), sistematiza essa concepção de pesquisa, configurando as inspirações e princípios que a circunscrevem. Nesta perspectiva, fundada na epistemologia de Gaston Bachelard, estabelece uma interlocução crítica entre os racionalismos de Pierre Bourdieu, Karl Marx e Boaventura de Sousa Santos. Ao ler e refletir essa construção epistemológica, nela identifico os elementos que norteiam o nosso trabalho investigativo.

No exercício desse ofício da pesquisa, a operação que dirige todo o percurso é a *construção do objeto* e, portanto, considerada a tarefa fundante da investigação. Nas palavras de Bourdieu (1989, p. 27),

[...] A construção do objecto não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural [...] é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Esse aporte de Bourdieu sobre a construção do objeto evidencia o verdadeiro significado da ideia de processo que bem expressa o percurso dos que se aventuram no exercício desse “ofício da pesquisa”. Assim, seguindo o “modus operandi” por ele definido ao ensinar esse ofício, a construção do objeto, como uma operação fundamental, efetiva-se, processualmente, mediante uma sucessão de aproximações, recortes, erros e acertos, correções e reconstruções. Como tal, dá-se na íntima relação entre a teoria e a realidade empírica, uma vez que o objeto de estudo não se encontra isolado de um contexto. Nesse processo, a teoria é que conduz e orienta todas as opções práticas da pesquisa e as aproximações feitas ao objeto de estudo, através de observações, reflexões e análises. Isso impõe uma postura mental que Bourdieu (1989, p. 29) considera como “o primeiro preceito do método”, que é “*pensar relacionalmente*”. Assim, o exercício de pensar relacionalmente, nos percursos de aproximação com o objeto, exige “a tessitura teoria/empíria: movimentar Teorias para pensar elementos da Empíria, adentrando nos interstícios do objeto. [...] Em verdade, trata-se de uma “tessitura teórico-conceitual que impõe o exercício do “*rigor criativo*”, superando qualquer resquício de “*rigidez disciplinar*”, rompendo com dogmatismos e formalismos que empobrecem o processo de pensar. (CARVALHO, 2009)

Ao assumirmos essa perspectiva de produção científica, inspirada no Racionalismo Aberto e Crítico, exercitamos, também, o esforço de construção do método de investigação de forma ampla, no sentido de mobilizar recursos técnicos capazes de atenderem à demanda do objeto. Assim, em face da natureza do fenômeno que estamos a investigar, buscamos desenvolver uma proposta de pesquisa, de natureza qualitativa, com apoio em aportes quantitativos, como recurso complementar. A rigor, qualitativo e quantitativo são duas dimensões metodológicas que podem se articular a partir das exigências do objeto. Nessa perspectiva de articulações metodológicas, comungamos com o pensamento de Bourdieu (1989, 26) em sua argumentação contrária à adesão rígida a um ou outro método, que denomina “*monoteísmo metodológico*”, ao mesmo tempo em que incita a “mobilizar todas as

técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis”.

### 3.2 Resgate da construção processual do objeto

No percurso como pesquisadores, estamos a vivenciar, plenamente, a tessitura processual de construção do objeto na investigação que funda a tese de doutorado que ora estamos a constituir na sua dinâmica expositiva. Em verdade, é um processo que se iniciou em 2005, quando construí o projeto de investigação, para fins de seleção, ao Doutorado em Cultura, na Universidade de Aveiro – Portugal, intitulado: “*Barreirinhas em tempos de turismo: o global e o local tecendo novas identidades culturais*”. O referido projeto consubstancia o resultado de diferentes momentos de interlocução com autores específicos, e de aproximações ao campo de estudo, deflagrado em janeiro de 2005 mediante pesquisa bibliográfica e documental, com foco em dados históricos, sócio-econômicos e político-culturais de Barreirinhas. Nesse momento, foi-nos particularmente fecunda a leitura dos seguintes trabalhos: D’Antona, Álvaro de Oliveira (2000) “*O lugar do Parque Nacional no Espaço das Comunidades dos Lençóis Maranhenses*”; Tsuji, Tetsuo (2002) “*Região dos Lençóis Maranhenses: cenários futuros do ecoturismo e desenvolvimento sustentável*”; “Planejamento Estratégico do Município de Barreirinhas – Fórum DLIS de Barreirinhas” (2002); “Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão: *Plano Maior*” – 2000 / 2002. Como resultado dessa pesquisa, elaboramos o texto: “*Adentrando na realidade de Barreirinhas: uma aproximação através de olhares de pesquisadores e estudiosos*”<sup>72</sup>.

Respondendo às provocações do fenômeno que estava a instigar-nos, aos poucos lançamo-nos, por inteiro, nos caminhos tortuosos e apaixonantes da pesquisa, sem a devida clareza das vicissitudes, da magia, do encanto, do medo e insegurança que iríamos vivenciar ao adentrar em uma temática ampla, no esforço de demarcações do objeto. Enfim, ainda não tínhamos o domínio do desafio a enfrentar na definição do fio condutor do estudo em idas e vindas entre a teoria e a empiria, durante o apropriar-se da bibliografia e o desenrolar do trabalho de campo.

Ao lançar um olhar reflexivo acerca do caminho percorrido, identificamos “*marcos*” nessa construção processual do objeto de pesquisa. Um *primeiro marco* consubstancia-se no projeto original, onde situamos a pesquisa “*no amplo campo da cultura,*

---

<sup>72</sup> Esse texto foi elaborado em atendimento à solicitação da Profa. Dra. Maria Manuel Baptista, do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, em janeiro de 2005, numa interlocução que precedeu à elaboração do Projeto de Pesquisa, servindo-lhe de subsídio.

com enfoque específico no Turismo”, explicitando a direção do nosso olhar, ao fazer afirmativas:<sup>73</sup>

[...] Incidamos a proposta investigativa nas mudanças sócio culturais que vão se efetivando no interior de uma comunidade considerada tradicional no Estado do Maranhão: *Barreirinhas*, município que constitui o portal de entrada para o *Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. (GRAÇA, 2005, p.4)

[...] Interessamo-nos em investigar o processo de *conflito de identidades em Barreirinhas nos circuitos do turismo mundializado* que chega via Parque Nacional dos Lençóis, a partir do final da década de 90 / anos 2000”. [...] trabalhar a dinâmica contemporânea entre o global e o local, analisando processos de permanência, de rupturas, de assimilações, de adaptações, enfim, processos de metamorfoses e resistências. (GRAÇA, 2005, p.4).

[...] *Investigar como a população local vem convivendo com o ritmo vertiginoso do fluxo turístico*, decorrente da ampla difusão, no final dos anos 90, do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, tanto a nível nacional como mundial. O nosso questionamento incide nas *(re)definições de identidades*, na convivência cotidiana com processos mundializados que chegam à comunidade de Barreirinhas via turismo. (GRAÇA, 2005, p.4)

Nesse primeiro momento, o propósito de investigação centrava-se em três eixos conceituais: *cultura, comunidade e turismo*. Tais eixos, considerados estruturadores nessa formulação original do Projeto, eram assim enunciados:

[...] vias privilegiadas para circunscrever, analiticamente, o objeto de estudo: *turismo cultural, com o olhar voltado para as redefinições no âmbito dos circuitos turísticos mundializados no modo de vida da comunidade de Barreirinhas*. Em verdade, a exigência teórica para adentrar nos meandros desse objeto é *(re)construir um olhar sobre a questão cultural em sua relação com a atividade turística na sociedade contemporânea mundializada, no intuito de compreender a relação global-local numa comunidade tradicional* que vem recebendo, no seu cotidiano, os impactos do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. (GRAÇA, 2005, p.7)

No contexto do projeto original, os objetivos gerais voltam-se, portanto, para *as mudanças socioculturais então em curso na comunidade de Barreirinhas em face da chegada do turismo* e para o *processo de conflito de identidade*, no sentido da análise de *permanências e metamorfoses em meio à dinâmica global-local*. Nos objetivos específicos merecem destaque duas proposições: “*desvendar em narrativas de diferentes atores da comunidade de Barreirinhas processos de assimilações, de adaptações, de rupturas e continuidades*”e

---

<sup>73</sup> No resgate dos diferentes momentos do nosso percurso, consubstanciado em produções distintas – *Projeto/ Relatórios/ Textos* – decidimos marcar, em itálico, determinados elementos-chaves que, a nosso ver, merecem destaque no processo de construção do objeto.

*“analisar mudanças nos padrões de pensar, de sentir, de julgar, de posicionar-se, enfim, de viver o cotidiano”.*

Submetendo essa formulação primeira do objeto ao olhar crítico, após caminhos percorridos, num esforço de reflexão epistemológica, cabe fazer algumas pontuações. Senão, vejamos.

Nessa primeira aproximação, já delineava caminhos de estudo que iriam circunscrever a trajetória investigativa, tais como: incidir nas mudanças culturais; investigar conflitos de identidade nos circuitos do turismo mundializado; investigar como a população convive com o ritmo vertiginoso de mudanças; e analisar processos de permanência, de rupturas.

Em relação aos três eixos conceituais que estão delineados, fica claro o esforço de sustentação da análise que for se consolidando no processo. Especificamente, o conceito de “cultura” constitui o eixo articulador para pensar o objeto nesse nosso estudo. Já a categoria “comunidade” foi instrumento teórico que perdeu centralidade, ao longo das reflexões, a partir das intuições e descobertas no adentrar às tessituras da realidade em Barreirinhas. Na verdade, no Projeto original, ao traçar a trajetória do “conceito de comunidade”, no âmbito das Ciências Sociais, partindo do pensamento clássico weberiano até chegar ao olhar contemporâneo de Bauman (2003), já sublinhava a necessidade de (re)pensar a noção de comunidade como ferramenta analítica. Nesse sentido, resgatamos a discussão crítica de Bauman focando os princípios e atributos do que ele denomina como a “*bem-tecida rede de obrigações comunitárias que têm como base a homogeneidade e a mesmidade*”. A sua argumentação revela a incapacidade desta categoria comunidade de explicar a dinâmica social na vida contemporânea. Diz ele: “essa mesmidade encontra dificuldades, em que suas condições começam a desabar: quando o equilíbrio entre a comunicação ‘de dentro’ e ‘de fora’, antes inclinado para o interior, começa a mudar, esboçando a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’ (BAUMAN, 2003). O autor destaca, então, que o golpe mortal na ‘naturalidade’ do entendimento comunitário foi desferido pelo advento da informática. E, assim, afirma: a partir do momento em que a informação passa a viajar independentemente de seus portadores, e numa velocidade muito além da capacidade dos meios mais avançados de transporte (como no tipo de sociedade que todos habitamos nos dias de hoje), a fronteira entre ‘dentro’ e o ‘fora’ não pode mais ser estabelecida e muito menos mantida. (BAUMAN, 2003, p.18-19)

Ao adentrarmos nas formas de sociabilidade em Barreirinhas, especialmente nos ciclos de mudanças que a sociedade desse município vem vivenciando, fomos percebendo, com clareza, a pertinência das formulações de Bauman. De fato, com o turismo, essa idéia de

homogeneidade, peculiar à concepção clássica de comunidade, desaba pelo ritmo intenso das mudanças que estabelece novas conexões de tempo-espaço no cotidiano da cidade. A informática, o tempo virtual, de que fala Bauman, como elemento decisivo da implosão da dinâmica de homogeneidade comunitária, no caso de Barreirinhas, chega com uma velocidade intensiva através do turismo.

Assim, para interpretar o processo peculiar de transformação em Barreirinhas, foi ficando claro que a categoria de comunidade não nos oferecia potencialidade analítica. Dessa forma, recorremos a outro aporte conceitual, de modo a estabelecer os nexos entre o passado supostamente compartilhado e o presente, sob o impacto da globalização e dos processos associados às mudanças na relação local-global ou, nas palavras de Bauman, nesse *mundo rapidamente privatizado e individualizado*.

Bauman (2003, p.164) abre-nos um caminho nessa encruzilhada reflexiva ao afirmar: “*precisamente quando a comunidade entra em colapso, a identidade é inventada*”. Para esse analista, a “identidade” é a *substituta da comunidade* e, numa observação muito sagaz, afirma: “*a identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos*”. Em linguagem metafórica, o autor pontua pistas para trabalhar o novo tecido social nas novas configurações da vida contemporânea, nas suas conexões de tempo e espaço.

Assim, no decorrer das sucessivas aproximações, passamos a privilegiar a identidade como categoria fundante da investigação. Vale mencionar que, ainda nesse *primeiro marco*, consubstanciado no projeto original, já esboçávamos a pretensão de investigar *as redefinições de identidades que vêm se processando em Barreirinhas, em situações de hibridação cultural*. Essa é, sem dúvida, a ‘pedra de toque’ que passa a ser o fio condutor que nos mobilizou a trabalhar nas trilhas conceituais estabelecendo um fecundo diálogo entre a teoria e a empiria.

O *segundo marco* que identificamos nessa reflexão epistemológica sobre a construção do objeto encontra-se delineado no Relatório Anual que produzimos no ano de 2006. Ao submetê-lo ao olhar crítico, após transcorrido o tempo, percebemos que, nesse momento de nossa trajetória como pesquisadores, incorremos em um olhar excessivamente ampliado do objeto, desfocando o fio condutor. De fato, sentimo-nos impelidos a estudar a realidade de Barreirinhas, em suas múltiplas dimensões, ao nos depararmos com a magnitude das mudanças que estão a ocorrer em compasso irregular e atingindo, de forma desigual, determinados segmentos sociais em processos de inclusão/exclusão. Assim, embora mantendo

o foco nas “mudanças” a ocorrerem em Barreirinhas, “*sob o fluxo do turismo*”, nesse momento do processo investigativo, tomamos, como foco de estudo, os “*diferentes campos da vida social*” da cidade. Nesse sentido, explicitamos no texto desse Relatório, a pretensão de analisar uma vasta gama de aspectos, dimensões, seja no contexto das relações interpessoais entre diversos segmentos sociais e dos moradores/as locais, seja no âmbito da dinâmica político-institucional. Ao lançar um olhar reflexivo sobre o trajeto metodológico durante esse período, percebemos que, ao desejarmos conhecer, de forma ampliada, as diferentes dimensões da cidade de Barreirinhas, caímos na “armadilha do objeto pré-construído”, nos termos de Bourdieu. Apresentamos, a seguir, o conjunto de proposições contidas no referido Relatório/2006 que apontam nessa direção ampliada:

Em verdade, a pretensão é desvendar as *mudanças sócio-político-culturais* em Barreirinhas, *sob o fluxo do turismo*, enfocando *os diferentes campos da vida social*:

- *Economia*: emergência de novas atividades econômicas decorrentes do turismo e a existência de ações de fortalecimento às cooperativas locais;
- *Cultural*: valores, hábitos, tradições, modos de vida, expressões da cultura popular;
- *Político*: relações de poder, impactos do turismo nos Partidos Políticos, na Escola, na Igreja, rebatimento na vida política local;
- *Educacional*: sistema formal de ensino – mudanças / adaptações curriculares; capacitação de professores e mudanças na formação escolar de crianças e jovens;
- *Padrões de sociabilidade*: formas de viver e conviver, processos de interação, novos parâmetros de relações sociais;
- *Perspectivas e mudanças no horizonte de vida de determinados segmentos*, sobretudo *jovens / adultos homens e mulheres que desenvolvem atividades relacionadas ao turismo: gerentes/ donos de pousada e agências de turismo, artesãos e comerciantes diversos, donos e/ou pilotos de lanchas e toyoteiros; garçons. Incluímos, ainda, nesse universo, trabalhadores que realizam atividades tradicionais na área da pesca artesanal, olaria e agricultura.*
- *Ambiental*: mudanças no ambiente físico a partir do turismo, existência e cumprimento de uma legislação de defesa do meio ambiente e as ações voltadas para a educação ambiental da população local e de visitantes.

Na maturação acadêmica vivenciada na trajetória investigativa, ao lançar o olhar para essa proposição, identificamos, a princípio, que aí estão circunscritos vários objetos de



estudo. Logo percebemo-nos a desviar a atenção do foco central de análise. Não obstante, entendemos que essa ampliação de foco foi importante em termos de contextualização do objeto. De fato, durante o trabalho de campo precisamos configurar essa visão contextual da cidade. Para tanto, fizemos incursões no âmbito do sistema e sua estrutura institucional, nas esferas do poder público local/regional/nacional e da sociedade civil organizada demarcando forças emergentes de associações e cooperativas locais. Assim, fomos tecendo os fios da complexa teia de relações e interações que move a cadeia produtiva do turismo em Barreirinhas.

O *terceiro marco* nessa construção processual do objeto encontra-se configurado nos Relatórios Semestral e Anual de 2007. Em meio a um processo de desvendamento, permeado de descobertas e definições, buscamos explicar o fio condutor dos nossos estudos: o modo de viver, conviver e de estar no mundo dos moradores de Barreirinhas, nos circuitos do turismo. Assim, passamos a circunscrever como eixo central de observação: *o ritmo e a dinâmica de vida, os espaços sociais expressos nas interações, nas representações e redefinições do ‘viver’ em Barreirinhas, na era do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Nesse contexto, circunscrevemos as buscas de pesquisa nos seguintes termos: *perceber/ captar os significados e sentidos das mudanças que se processam no cotidiano e no imaginário da população local priorizando segmentos e entidades associativas* que se relacionam, se organizam e (re)organizam na busca de conquistar espaços, visibilidade e afirmar identidades. Nessa direção, definimos que os nossos interesses de pesquisa vinculavam-se ao esforço de *desvendar os sentidos e significado desse processo incessante e vertiginoso de mudanças em Barreirinhas provocado pelos circuitos do turismo*, mediante a análise de três dimensões:

- Mudanças efetivas nas condições de vida e nas formas de sociabilidade;
- Representações dessas mudanças no imaginário da população;
- Redefinição de identidades culturais da população e, especificamente de determinados segmentos.

Num olhar reflexivo acerca do processo vivenciado, reconhecemos que esse *marco* representou um momento fecundo para o estudo, consubstanciando um esforço de explicitação de rumos investigativos. E, de fato, as demarcações de “fio condutor”, “foco de estudo” e “eixo central” constituíram um fecundo referencial a orientar-nos nos percursos do trabalho de campo durante um longo tempo. Assim, centramo-nos no estudo do modo de viver e conviver dos moradores de Barreirinhas buscando compreender como o espaço e o

tempo se redefiniam para a população criando novas escalas, padrões e referenciais. Nessa linha, merece destaque a demarcação, com vista a perceber e captar os significados e sentidos das mudanças para os sujeitos envolvidos. Compreendemos que foi a partir dessas explicitações de estudo que chegamos a circunscrever a questão das redefinições identitárias que constitui a “pedra de toque” na definição do nosso objeto. Assim, destacamos, na formulação desse *terceiro marco*, a tríplice dimensão de análise então configurada: mudanças objetivas, mudanças subjetivas de representações e redefinições identitárias.

Nessa direção investigativa, a categoria de identidade assume a centralidade como base fundante do nosso processo investigativo. Assim, já nos delineamentos teórico-metodológicos, explicitamos que o objeto de estudo exige compreender “*os processos de construção de identidades nos circuitos das mudanças que marcam a vida contemporânea, encarnados em processos denominados de globalização*”. (Relatório Anual, 2007, p.18) Para isso, apropriamo-nos de pistas delineadas no pensamento de “autores-referência” nesse campo de estudos, aqui já citados. Tal apropriação contribuiu na construção da base conceitual que, hoje, circunscreve a análise dos processos identitários em tempos contemporâneos nos circuitos do turismo em Barreirinhas-Ma.

Finalmente, identificamos, nesse percurso de reconstrução do objeto, um *quarto marco* que se encontra consubstanciado no Relatório 1º Semestre de 2008 e no Relatório de “finalização” do trabalho de campo. A rigor, esse marco encarna o momento em que nos voltamos, de modo específico, para a construção da dinâmica expositiva da tese.

Na verdade, esse *quarto marco* revela a culminância de um processo “prenhe” de descobertas, informações, dados, percepções e inquietações que configuram um rico material de trabalho que estamos a analisar à luz das teorias, na perspectiva de apropriar-nos das transformações do ciclo turístico de Barreirinhas, na condição de “concreto pensado”.

Ao vivenciarmos momentos de imersão em campo, numa verdadeira “*aventura acadêmico-existencial*”, experimentamos desafios e dificuldades inerentes ao próprio processo investigativo. Num olhar reflexivo sobre os percursos dessa nossa trajetória, percebemos que, no decorrer das sucessivas aproximações ao universo empírico, passamos por um crescente processo de “amadurecimento”, como pesquisadores, no próprio exercício do *Ofício* de Pesquisa, nos termos de Bourdieu (2003). Nesse amadurecimento do fazer científico, foi ficando mais nítido o fio condutor dos nossos estudos. Temos clareza de que o nosso foco de estudo está centrado nos *processos de redefinição/ reconstrução das identidades no ciclo de mudanças provocadas pelo turismo em Barreirinhas*. Nessa

consciência metodológica, temos convicção de ser, a identidade, a categoria fundante, concebendo-a como um processo em aberto, em constante mudança e transformação.

No entanto, cabe ressaltar que todas as demarcações e recortes de estudos, delineadas ao longo da construção do objeto, foram importantes para abrir vias e apontar questões-chaves na contextualização dos processos identitários, tais como: novas conexões de tempo/ espaço no ritmo vertiginoso de mudanças; a relação global/local; novas formas de viver e conviver, gestando padrões de sociabilidade. Cabe ressaltar a pertinência da tríplice dimensão analítica – delineada no terceiro marco – como uma referência para adentrar no objeto, qual seja: mudanças efetivas nas condições de vida e forma de sociabilidade; mudanças de representações e redefinições de identidades culturais.

De fato, após essa exposição dos caminhos percorridos na construção do nosso objeto de estudo, concordamos com a tese de Bourdieu (1989, p. 27) ao afirmar: “é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício[...]”. O autor revela assim, os meandros aos quais está enredado o pesquisador, nesse fazer científico, expondo caminhos e estratégias desse jogo científico que é, em última instância um *modus operandi*, em que a “pedra de toque” é a construção do objeto.

### **3.3 Percursos Metodológicos – tessituras de um “*artesanato intelectual*”**

Na configuração dos percursos metodológicos, partimos de uma demarcação fundante clássica, enunciada por Karl Marx no posfácio da segunda edição de “O Capital”, em janeiro de 1873:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. (MARX, 1988, p.20)

De fato, essa distinção entre método de investigação e método de exposição é decisiva nos processos de construção do conhecimento científico.

Assim, detivemo-nos a delinear o método de investigação que, por diferentes vias e alternativas, propiciasse o adentrar no objeto, rastreando suas relações e conexões. Para tanto, desenvolvemos diferentes aproximações do objeto que nos possibilitaram bases conceituais, aportes históricos e, sobretudo, um vasto material empírico, sob a forma de

observações e narrativas dos sujeitos. De posse desse material, passamos a construir sistematizações e análises que melhor nos propiciassem expor o que foi investigado, delineando, desse modo, uma metodologia de exposição.

A seguir, passamos a configurar a dinâmica investigativa enfocando a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e, de modo especial, o trabalho de campo.

### 3.3.1 Pesquisa Bibliográfica: estudos teórico-metodológicos como momento da investigação

Durante todo o percurso da investigação, realizamos leituras e desenvolvemos reflexões, fundamentadas em autores selecionados em função das exigências do objeto. Assim, tomamos como marco o pensamento de “autores-referência” nesse campo de estudos: Stuart Hall (1996, 1997, 2000, 2005); Homi K. Bhabha (2007); Kathryn Woodward (2000); Tomaz Tadeu da Silva (2000). O estudo desses autores permitiu-nos construir as bases teóricas de trabalho, circunscrevendo, sobretudo, no campo da cultura, a categoria de identidade, base fundante da investigação.

Em concomitância aos estudos teórico-conceituais, realizamos leituras específicas sobre questões metodológicas da pesquisa. Destacamos, aqui, as reflexões de Pierre Bourdieu (1989), sobre o “ofício da pesquisa”, que nos inspiraram nos caminhos da investigação. Também trabalhamos, sistematicamente, a produção metodológica de Carvalho, Alba (2004, 2005; 2009) sobre o Racionalismo Crítico e Aberto, perspectiva que assumimos no nosso horizonte investigativo. Outras leituras, especificamente sobre a pesquisa qualitativa, resgatando o pensamento de outros estudiosos, como: Minayo, Maria Cecília (1996) e Cortes, Soraya (1998). Aprofundamos, também, nossa reflexão, sobre o trabalho etnográfico de campo, em especial acerca dos princípios da observação participante, na ótica dos clássicos da antropologia, Malinowski (1976) e Geertz (2006).

Ressaltamos, aqui, que esse diálogo com os autores, seja na perspectiva teórico-conceitual, seja voltado para as questões metodológicas da pesquisa, foi fundamental durante as sucessivas aproximações ao objeto e no percurso do trabalho de campo. Assim, os momentos de estudo contribuíram, sobremaneira, na própria reflexão acerca do fenômeno investigado em suas múltiplas expressões e, ao mesmo tempo, orientaram-nos na reestruturação metodológica de procedimentos utilizados no trabalho de campo, com ênfase nos recursos da pesquisa qualitativa. Durante esse processo, assumimos, como um desafio da construção metodológica, buscar manter o vínculo entre teoria e metodologia como um requisito essencial do “ofício da pesquisa”, como afirma Bourdieu (1989, p. 24):

[...] as opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções mais ‘teóricas’ de construção do objecto. É em função de uma certa construção do objecto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou análise dos dados, etc. se impõe .

### 3.3.2 Pesquisa Documental: fontes a desvendar horizontes na dinâmica da pesquisa

Numa primeira incursão na busca de fontes documentais, buscamos ter acesso a estudos sócio-antropológicos sobre o modo de vida das comunidades residentes na área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), além de outros, especificamente sobre o fenômeno do turismo em Barreirinhas, realizados por estudantes de diferentes formações acadêmicas, integrantes, em sua maioria, da Universidade Federal do Maranhão, cabendo destacar: projeto de pesquisa da professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, Ferreira, Luíza M. C. J. (1994) *Estudo do deslocamento de famílias camponesas às margens do rio Preguiças*; e trabalhos monográficos de Graduação, destacando os seguintes: Souza, Eliane C. de (1995), *A gente tá aqui e tá lá: atividades econômicas dos moradores de Tapuio, Barreirinhas-Ma.*; Silva, David I. B. (2004), *Turismo nos Lençóis Maranhenses: a identificação da modalidade turística praticada no município de Barreirinhas*.

Nos processos de pesquisa documental, cabe destacar, como inspiração analítica no desvendamento da realidade do Parque Nacional dos Lençóis, e também de Barreirinhas, os trabalhos do antropólogo Álvaro D’Antona: *O verão, o inverno e o inverso: sobre o modo de vida de comunidades residentes no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*, sua dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP-SP, (1997); *O Lugar do Parque Nacional no Espaço das Comunidades dos Lençóis Maranhenses*, texto das Edições IBAMA – Série Meio Ambiente (2000), que sintetiza a dissertação de mestrado do autor enfocando as relações entre as comunidades tradicionais e Unidade de Conservação; *O verão, o Inverno e o inverso: Lençóis Maranhenses, imagens*, livro publicado pelo IBAMA (2002), em que D’Antona privilegia os aspectos descritivos do trabalho de campo realizado na região do PNLM. Também constituiu material de pesquisa documental o trabalho de Tsuji, T.: *Região dos Lençóis Maranhenses: cenários futuros de ecoturismo e desenvolvimento sustentável* (2002), referente a uma pesquisa em Barreirinhas em que o autor, no início dos anos 2000, utilizando a técnica de cenários, apresenta alternativas futuras para a região vislumbrando o ano 2010.

Dando continuidade ao percurso investigativo, trabalhamos o acervo documental vinculado a determinadas Instituições Federais, Estaduais e Municipais que, por suas

finalidades específicas, possuem relação direta, com a questão do Turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). Cabe ressaltar o estudo documental junto à Secretaria de Turismo e Cultura de Barreirinhas e à Secretaria de Educação Desporto e Lazer de Barreirinhas. Tivemos, ainda, acesso a um importante acervo oficial oriundo das referidas instituições: Leis, Planos, Projetos, Diagnóstico e Relatórios de Pesquisa.

Vale ressaltar que parte desse material consubstancia informações referentes ao PNLM, merecendo destaque os seguintes documentos: Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (2002); Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação / o caso do PNLM (2006); Estudo sobre as Populações Humanas no PNLM (2003). Cabe, ainda, ressaltar documentos produzidos por organismos institucionais a circunscrever a questão do turismo, como o Diagnóstico Turístico de Barreirinhas (2007), realizado como ação prevista no Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Região dos Lençóis Maranhenses e desenvolvido pela Agência de Cooperação Internacional (AECI).

Em verdade, todo o acervo obtido durante a pesquisa constitui relevante fonte documental pelo conjunto de informações referentes ao foco de estudo e ao universo de pesquisa.

### 3.3.3 Trabalho de Campo como ápice do processo investigativo: exercício de “*conversão do olhar*”

No percurso da investigação, o Trabalho de Campo constituiu um dos momentos metodológicos de relevância, tendo, como marco inicial, uma primeira aproximação ao universo empírico, através de uma visita exploratória. Essa visita foi realizada em Janeiro de 2006, que, no calendário das estações do ano, corresponde ao tempo do Inverno, em Barreirinhas. Vale mencionar que em Barreirinhas, como em todo o estado do Maranhão, só identificam-se duas estações durante o ano: o Inverno, período das chuvas e o Verão, período da seca. Em Barreirinhas, existe uma peculiaridade em relação à influência que esse calendário das duas estações exerce nas práticas de vida e trabalho dos moradores da região. (D’ANTONA, 2000) De fato, qual “chuva de inverno”, esse contato exploratório com a realidade propiciou-nos elementos para efetivar um processo de maturação na (re)construção do objeto de pesquisa, buscando, na literatura específica, pistas conceituais para fazer a tessitura teoria/empíria. (CARVALHO, 2004) O estudo exploratório no inverno de Barreirinhas ofereceu-nos material empírico básico para o período de produção acadêmica, no

Curso de Doutorado na Universidade de Aveiro – Portugal, quando desenvolvemos, no período de março a junho de 2006, um fecundo tempo de trabalho, leituras e reflexões.

De volta ao Maranhão, em julho/2006, retornamos à Barreirinhas, dando início a um processo de sucessivas inserções, com períodos de permanência em campo, cumprindo um cronograma de trabalho desenvolvido ao longo de mais de dois anos concluído em setembro/2008. Num esforço de conhecer e desvendar a realidade de Barreirinhas, realizamos um processo exigente e gradual de aproximações, numa estreita vinculação teoria e metodologia, perpassado de múltiplas dificuldades e inseguranças, vivenciadas, superadas, acrescidas de outras e redimensionadas a cada nova incursão investigativa. Esse trabalho de campo constituiu, portanto, um ciclo que marcou nossa trajetória de vida, como pesquisadora e como cidadã, por tudo que vivemos e aprendemos. Como afirma Bourdieu (1989, p.49):

Tratando-se de pensar o mundo social, nunca se corre o risco de exagerar a dificuldade ou as ameaças. A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural. A ruptura é, com efeito, uma ‘conversão de olhar’ [...] Trata-se de produzir, se não ‘um homem novo’, pelo menos ‘um novo olhar, um olhar sociológico.

De fato, a realidade de Barreirinhas, em princípio, apresentava-se ao nosso olhar como algo já construído, já dado: uma cidade onde tudo gira em torno do turismo. Em uma primeira aproximação, própria de quem chega e se detém no que vê, nas aparências, Barreirinhas apresenta-se como um local de turismo em efervescência. O nosso esforço foi romper esse pré-construído, em sua força a se impor como a ‘*verdade*’. Foi buscar ver a Barreirinhas além do que nossos olhos podiam ver! Para isso, precisávamos entender as especificidades, adentrar nas potencialidades analíticas que o campo nos oferecia, fazendo o exercício de ‘*despir-nos*’ de preconceitos e estereótipos, como recomenda a tradição antropológica: “*é preciso estranhar o familiar, e familiarizar-se com o estranho*”. (DA MATTA, 1978, p. 29) Para penetrar nessa realidade, foram fundamentais momentos de permanência em campo para observar sem pressa, ouvir sem direcionar, estabelecer contatos, enfim, começar a familiarizar-nos com a vida da cidade, em sua dinâmica mais ampla, contextual e com a vida dos moradores de Barreirinhas, em especial, detendo-nos em determinados sujeitos que passaram a constituir o público-alvo da investigação.

Para isso, foi preciso um tempo de ‘*maturação*’, de ‘*tomar chegada*’ para que pudessemos nos familiarizar com o que nos era estranho e desconhecido, a princípio, e estranhamos o que em nós estava naturalizado. Utilizamos os recursos da observação, no

sentido de perceber a própria rotina de vida e de trabalho e conhecer os espaços e posições que os segmentos pesquisados ocupam na grande teia de relações mediadas pelo turismo. Nesse momento de aproximações com os novos personagens da cena contemporânea de Barreirinhas, fomos nos transformando como pesquisadores, esforçando-nos para não cair nas armadilhas do “pré-construído”, fomos convertendo nosso olhar. Nesse momento, buscamos fazer o exercício de “*pensar relacionalmente*” (BOURDIEU, 1989), tendo os aportes teórico-metodológicos a subsidiar esse nosso olhar.

Ao longo de meses, nesses mais de dois anos, vivenciamos o desafiante processo de desconstrução do olhar. Começamos tal empreitada pela construção de um “*novo olhar, olhar sociológico*” sobre o espaço físico de Barreirinhas. Andamos, a perambular, como um estrangeiro em terras desconhecidas, pelas vias, logradouros e periferia da cidade, fazendo, de cada vez, diferentes percursos. Nessas andanças, privilegiamos o principal espaço físico onde tudo acontece, na vida da cidade e onde se efetivam relações de trabalho dos jovens Condutores Turísticos, Toyoteiros e Pilotos de Lanchas, ora à espera do momento da saída para os passeios, ora em contatos com turistas que chegam às Agências / Receptivos Turísticos. Esse espaço compreende o perímetro central da cidade, constituído pelas Avenidas Joaquim Soeiro de Carvalho e Beira Rio. Constitui um dos pontos de convergência dos movimentos de chegada e saída de turistas para os passeios terrestre e náutico, tendo em vista ser o local onde se concentram parte das Agências de Turismo, do comércio em geral, supermercados, bares, restaurantes e agência bancária. Esse centro é o eixo onde circulam veículos particulares, táxis, carros de frete (Toyotas), autocarros, motocicletas, bicicletas e carros de som, com anúncios diversos, a prestarem um serviço típico de cidades do interior maranhense.

É, portanto, um espaço que se caracteriza pelo afluxo de pessoas e carros, pelo burburinho intenso e pelas dinâmicas sociais que se entrecruzam nesta cidade que vivencia as metamorfoses dos circuitos turísticos. Desde as primeiras horas da manhã, até o início da noite, transitam pessoas de diferentes procedências, movidas por distintos objetivos. Assim, em meio a essas múltiplas interações, circunscreve-se um dinamismo próprio da vida das pessoas que moram na cidade ou em seus povoados e municípios vizinhos. É o cotidiano de Barreirinhas que acontece na cena contemporânea. Dependendo do período do mês, ou seja, quando o Banco realiza o pagamento das aposentadorias do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), do Bolsa Família e outros benefícios, formam-se grande filas, em sua maioria, de idosos/as, nas portas da única Agência Bancária da cidade e da Casa Lotérica. Vale



lembrar que o transporte<sup>74</sup> dessas pessoas é feito por carros Toyotas, adaptados para passageiros, com tábuas ou cadeiras em suas carrocerias, em situação de total desconforto e sem nenhuma segurança, geralmente, com superlotação e excesso de carga.

Nesse cenário da cidade, deflagra-se a dinâmica gerada pelo turismo com a movimentação dos carros toyotas, com os respectivos Toyoteiros e Condutores Turísticos que, atendendo a uma agenda de serviço das Agências/ Operadoras locais – com as quais mantêm contrato de trabalho – dirigem-se às Pousadas e Hotéis para receberem os turistas que já os aguardam para os passeios. Nessa Avenida central, observa-se, ainda, uma aglomeração de Condutores Turísticos e Toyoteiros que, de forma autônoma, oferecem seus serviços aos turistas que chegam ou transitam pelo local. É um espaço livre, onde acontecem negociação e ofertas de serviços turísticos a preços mais baixos, numa obstinada competição por espaço e mercado. Ao mesmo tempo, outros grupos de turistas dirigem-se ao cais, na Avenida Beira Rio, onde se encontram as lanchas ‘voadeiras’ com os Pilotos, para o passeio náutico pelo Rio Preguiças, com destino à praia do Caburé. A agenda desses passeios é, geralmente, feita através de uma Agência de Turismo local. Em alguns casos, essas Agências / Receptivos locais têm suas próprias lanchas voadeiras com respectivos Pilotos e Toyotas com Toyoteiros contratados para os serviços de transporte. Outras Operadoras utilizam esses serviços através de contratos com as respectivas Cooperativas de transporte náutico e terrestre ou, ainda, com os próprios proprietários de Lanchas e Toyotas.

Ao adentrarem nesse cenário, urdido num emaranhado de sentidos, podemos afirmar que vivenciamos uma “*aventura acadêmico-existencial*” que nos possibilitou experimentar desafios inerentes ao próprio processo investigativo ou, nos termos de Bourdieu (1989, p. 49), ao “*Ofício de Pesquisa*”. Nesse processo de sucessivas aproximações com o universo empírico, fomos, de fato, “*convertendo o nosso olhar*” como pesquisadores, em meio às dificuldades de desvendar significados para além das aparências. Na verdade, ao longo de cada visita, novas descobertas, novas inquietações surgiam e novas exigências metodológicas emergiam, no sentido de ter melhor definido o fio condutor da pesquisa. Nessa busca, experimentamos, de forma efetiva, a tessitura do “*artesanato intelectual*”, no dizer de Mills (1982).

O Trabalho de Campo foi, portanto, um momento fecundo para a investigação, trazendo informações, dados, percepções e descobertas que provocaram a interlocução com os autores contemporâneos que estudam processos identitários no campo dos Estudos Culturais.

---

<sup>74</sup> Esse cenário de transportes em Barreirinhas é configurado, com detalhes, no Capítulo 4, especificamente no item referente ao Segmento Prestadores de Serviços Turísticos, delineando permanências em meio a mudanças.

Para isso, vivenciamos uma permanente vigilância para desvendar tais processos na dinâmica das relações pessoais e institucionais, no contexto da cadeia do Turismo em Barreirinhas. Diante desse universo muito amplo, precisamos fazer recortes, delimitar o foco do nosso objeto de estudo e definir o público-alvo da pesquisa. Assim, como encaminhamento estratégico para adentrar na realidade de Barreirinhas, utilizamos o recurso heurístico de demarcar duas instâncias de investigação: a instância macro, formada pelo sistema institucional e a micro, pelo sistema da vida cotidiana.

Na esfera do sistema institucional, realizamos investigação, mediante entrevistas com agentes, gestores, técnicos, lideranças de órgãos públicos e entidades associativas, na busca de obter uma visão contextual de Barreirinhas em tempos de turismo. Nesse campo, incidimos nosso olhar em duas instituições-chaves locais: a gestora da atividade turística no município, a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (SEMTUC) e o ex-IBAMA que, a partir de 2007, passou a constituir o Instituto Chico Mendes – ICMBio, órgão Federal, responsável pelas Unidades de Conservação – assumindo a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Nesse âmbito institucional, constituíram-se, também, como campo específico de investigação, Cooperativas populares locais, que agregam os segmentos sociais selecionados como público-alvo da pesquisa. Assim, as cooperativas representaram uma referência e, ao mesmo tempo, constituíram-se como facilitadoras de acesso ao público-alvo; cabendo destacar as seguintes: Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses (ARTECOOP), Cooperativa de Condutores e Monitores Ambientais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (COMCOOP), Cooperativa de Transportes Náuticos dos Pilotos e Proprietários de Embarcações de Barreirinhas (COPERNÁUTICA) e a Cooperativa de Turismo e Transporte Alternativo dos Lençóis Maranhenses (COOTTALMAR). Cabe ainda mencionar, como instituição referência, a Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas, órgão de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca.

O nível micro corresponde ao universo formado pelos segmentos sociais definidos como público-alvo da investigação, quais sejam: Artesãs e Prestadores de Serviços Turísticos (Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros); e Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras. É o nível da vida cotidiana e seus atores, em movimentos de (re)definições identitárias nos circuitos das intensas mudanças deflagradas pelo turismo em Barreirinhas.

Durante os momentos de imersão na realidade, procuramos inserir-nos na vida da cidade recorrendo aos princípios da observação participante, atentos à rotina dos moradores e, em especial, à dinâmica diária dos segmentos sociais diretamente integrados à cadeia do

Turismo em suas relações de trabalho. Assim, durante esse percurso em campo, vivemos momentos intensos de emoção pela oportunidade de estreitar laços e relações de confiança com pessoas que aceitaram falar de suas vidas e seus trabalhos. São narrativas que passam pelos filtros afetivos e culturais dos relatos, pela força das palavras, pelo muito vivido, pelos dramas, alegrias e esperanças contidos em cada discurso. Em verdade, as entrevistas constituem memórias de um passado mais distante ou ‘recortes’ de um tempo mais recente, da trajetória de vida das pessoas com quem convivemos na condição de pesquisadores.

De fato, o Trabalho de Campo constituiu um momento privilegiado de aproximação e vivência com o universo de pesquisa, permitindo-nos, portanto, descobrir novas pistas de investigação e, ao mesmo tempo, instigando-nos a reflexões teórico-metodológicas orientadas a partir de um fecundo diálogo com determinados autores/as, cujas concepções abriram vias no estudo do fenômeno investigado. Ao mesmo tempo, pudemos experimentar as inseguranças e dificuldades inerentes ao *‘ofício da pesquisa’*. Tais dificuldades manifestam-se com maior ou menor intensidade em diferentes momentos. No início, pelo medo do desconhecido e, no momento final, pela incerteza de delimitar um “tempo de conclusão” do Trabalho de Campo e, especialmente, de cumprir um *“ritual de saída de campo”*. Assim, com a consciência de que o momento de saída do campo, além das questões éticas e metodológicas, envolve, também, processos e relações intersubjetivas, vivenciamos um *tempo de despedida e agradecimentos*. Agradecer às pessoas que contribuíram para a pesquisa dando informações, narrando suas vidas no passado e no presente. Como parte do *“ofício de pesquisa”*, assim como chegamos e nos apresentamos como pesquisadores a todas as pessoas com quem mantivemos contato, consideramos necessário explicar a essas mesmas pessoas que concluímos essa etapa do trabalho de campo e estávamos saindo, ao mesmo tempo agradecendo a todos, em especial aos que tivemos um contato mais frequente.

Na oportunidade, assumimos o compromisso, junto ao público com que convivemos no processo de pesquisa, de voltar à Barreirinhas para dar um retorno dos resultados da investigação, consubstanciados em exemplares da tese, e, ao mesmo tempo, apresentar e discutir, em público, as descobertas centrais do trabalho.

### 3.3.3.1 Sujeitos em movimento no cenário da Barreirinhas contemporânea: a definição do público-alvo da investigação

As vivências no Trabalho de Campo, em mais de dois anos de investigação, estiveram centradas em determinados sujeitos em movimento no cenário de Barreirinhas, constituindo o público-alvo do processo de pesquisa.

Nessa narrativa metodológica, que ora circunscrevo, é fundamental explicitar a dinâmica de constituição desse público-alvo, em meio aos múltiplos atores da cena contemporânea de Barreirinhas. Nesse sentido, faz-se necessário, um resgate das definições do campo de estudo, a partir do Projeto original. Assim, quando iniciamos o trabalho de campo, nas primeiras incursões, mediante visitas exploratórias, pensávamos incidir a pesquisa em determinados segmentos: *moradores antigos, lideranças comunitárias tradicionais e contemporâneas, figuras-chave da política local, donos de pousadas e restaurantes*.

Com as sucessivas aproximações, as exigências do objeto foram impondo uma redefinição desse público-alvo, contemplando segmentos sociais que, sob diferentes formas e em distintos níveis, estão vivenciando mudanças que se processam na Barreirinhas em tempos de turismo, tais como: *Artesãs, Prestadores de Serviços Turísticos (Condutores Turísticos, Pilotos de Lanchas e Toyoteiros) e Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras*. Assim, demarcamos esse público-alvo da pesquisa, tendo em vista a dinâmica real da Barreirinhas contemporânea que, a cada aproximação, estava a provocar a nossa “imaginação sociológica”<sup>75</sup>.

Na busca de sistematizar o processo investigativo, mobilizamos um recurso analítico de categorizar o público-alvo em dois grupos assim configurados: um, formado por segmentos sociais constitutivos da cadeia produtiva do Turismo em Barreirinhas; e, outro, por um segmento social que, não estando diretamente vinculado à cadeia produtiva turística, vivencia o Turismo do seu lugar social.

O grupo primeiro dos segmentos sociais que integram a cadeia produtiva do turismo é constituído por profissionais que emergiram e/ou redefiniram suas identidades profissionais na dinâmica ditada pelo turismo em Barreirinhas, tais como: Artesãs e Prestadores de Serviços Turísticos (Condutores Turísticos, Pilotos de Lanchas e Toyoteiros).

---

<sup>75</sup> Cabe ressaltar que os segmentos aqui configurados como público-alvo respondem às exigências do objeto de pesquisa na medida em que encarnam “personagens” com inserções diferenciadas no cenário turístico; permitindo, assim, delinear os impactos e repercussões de mudanças nas redefinições de identidades. No entanto, é importante ressaltar que, na cena contemporânea de Barreirinhas, outros segmentos têm destaque no campo do turismo, como proprietários de Agências e Receptivos locais, de Meios de Hospedagens e Restaurantes. Por opção metodológica da pesquisa, tais segmentos não foram contemplados, colocando-se como provocações para estudos posteriores.

O outro segmento social constituinte do público-alvo da pesquisa, que vivencia o turismo do seu lugar social, é formado por Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras.<sup>76</sup>

Na verdade, o Trabalho de Campo ofereceu-nos informações valiosas, estimulando-nos a movimentarmos as inspirações teóricas de Stuart Hall (2000) em uma ruptura com a perspectiva *essencialista sobre identidade*, instigando-me a desvendarmos esses processos identitários de articulações e hibridações que se gestam nas trajetórias de vida das Artesãs, dos Pescadores/as Artesanais e marisqueiras e dos Prestadores de Serviços Turísticos (Condutores Turísticos, Pilotos de Lanchas e Toyoteiros). A pretensão é compreender ressignificações de práticas e valores em meio a novas configurações na vida material e simbólica no contexto contemporâneo de Barreirinhas.

Temos clareza de que entender as mudanças intensas e radicais que ampliam o momento presente em Barreirinhas pressupõe adentrar nos interstícios, as articulações entre o passado e o presente; descartando, aqui, qualquer visão linear do tempo. São tempos que se misturam em articulações que implodem com qualquer olhar linear sobre a vida social.

### **3.4 O ofício da pesquisa em atos: articulações de técnicas e procedimentos**

Em consonância com a perspectiva de produção científica assumida, inspirada no Racionalismo Aberto e Crítico, exercitamos a construção do método de pesquisa sem restrições, “*a priori*”, tendo em vista mobilizar diferentes recursos técnicos, em resposta às demandas do objeto. Assim, diante da natureza do fenômeno que estamos a investigar, com foco em processos identitários em curso, construídos na “*narrativização do eu*” (HALL, 2000, p. 109), optamos pela pesquisa qualitativa por se adequar à captação de dimensões subjetivas das ações humanas. Ademais, a perspectiva qualitativa, pela natureza do objeto, permite estudar o fenômeno em sua dinâmica cotidiana. Não obstante, sendo coerente à postura contrária ao “*monoteísmo metodológico*”, nos termos de Bourdieu (1989, p. 25), recorremos a aportes quantitativos como recurso complementar.

Dessa forma, no decorrer da pesquisa, procurando não nos restringirmos a esquemas metodológicos rígidos que pudessem tolher nosso olhar e limitar nossa análise, decidimos percorrer determinadas vias investigativas com a flexibilidade necessária de fazer adaptações ou reformulações de acordo com as exigências do objeto e as condições concretas que estávamos a vivenciar em campo. Assim, no decorrer do Trabalho de Campo,

---

<sup>76</sup> No Capítulo 4 que trata dos processos identitários em curso, configuramos, no item 4.1. um perfil sócio-demográfico de cada uma das categorias profissionais que integram os segmentos sociais estudados.

descobrimos pistas e caminhos, fomos construindo o percurso da investigação e definindo o uso dos recursos e instrumentais mais adequados às demandas do objeto sem ater-me a prescrições metodológicas rígidas. Seguindo as trilhas de Bourdieu (1989), renunciamos a qualquer postura ou atitude rígida, buscando exercitar o rigor criativo<sup>77</sup>.

Como abordagem qualitativa, movimentamos distintos recursos, tais como: observação participativa, entrevista e grupo focal. Como instrumento complementar, utilizamos o questionário com questões fechadas e abertas, tendo em vista construir o perfil sócio-demográfico e profissional dos segmentos constitutivos do público-alvo.

### 3.4.1 Observação participativa

Na verdade, é no campo da Antropologia que tem origem a reflexão sobre o recurso da observação como instrumento complementar de captação da realidade empírica. Sem dúvida, os clássicos da antropologia, como Malinowski (1976) e Geertz (2006), em suas produções, desenvolveram vias fecundas sobre o trabalho etnográfico fundado nos princípios da observação participante. No âmbito da tradição antropológica, configura-se como observação participante,

[...] um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por esse contexto. (SCHWART; SCHWART, apud MINAYO 1996, p.105)

Durante os períodos de vivência em campo, procuramos nos aproximar dos princípios da observação participante sob a ótica dos clássicos da antropologia como Malinowski (1976) e Geertz (2006). Nas nossas reflexões metodológicas, temos clareza que, embora com experiências de imersão na vida de Barreirinhas e determinados povoados rurais e comunidades pesqueiras, não vivenciamos, em todo o seu potencial, a observação participante segundo os princípios etnográficos. Como pesquisadores, assumimos uma postura de ir além da observação sistemática, do “olhar” a realidade em uma perspectiva distante, de fora. Procuramos, sim, adentrar na tessitura da vida social, atenta a tudo que estava a acontecer no dia-a-dia de Barreirinhas, fazendo registros sistemáticos diários no

<sup>77</sup> Bourdieu (1989, p.26), afirma que “a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história”

‘caderno de campo’. Foi o esforço de resgatar aspectos e questões relevantes no âmbito do objeto, contemplando especificamente a dinâmica de vida e trabalho dos/as moradores/as da cidade e dos demais segmentos constituintes do público-alvo da pesquisa. Ao mesmo tempo, buscamos uma inserção efetiva no contexto da vida da cidade, ao longo do percurso de mais de dois anos no Trabalho de Campo, ao adotar a observação participativa<sup>78</sup> como recurso metodológico. Segundo Cruz Neto (1999), a observação participativa se dá através de um contato direto entre o pesquisador e o fenômeno observado; buscando, dessa forma, obter informações sobre a realidade social dos atores sociais em seus próprios contextos. Trata-se, portanto, de uma forma distinta de observação que equivale a algo mais que um simples “olhar” do pesquisador na busca de captar as peculiaridades e múltiplas dimensões da realidade estudada.

De fato, vivenciamos dimensões da observação participativa para nos aproximarmos, ao máximo, da abrangência do nosso objeto de estudo, tendo presente a dinâmica das interações, das experiências de vida e de trabalho dos distintos segmentos sociais constitutivos do público-alvo.

Nesse processo, tivemos como inspiração as reflexões de Geertz (2006), ao referir-se ao “movimento intelectual característico e o ritmo conceptual da análise”, em seu trabalho voltado aos significados do “eu” e o “ponto de vista dos nativos” em Java, Bali e Marrocos. Afirma ele:

É um bordejar dialético contínuo entre o menor detalhe nos locais menores, e a mais global das estruturas globais, de tal forma que ambos possam ser observados simultaneamente. [...] Saltando continuamente de uma visão de totalidade, através das várias partes que a compõem, para uma visão das partes através da totalidade que é a causa de sua existência. E vice-versa, como uma moção intelectual perpétua, buscamos fazer com que uma seja explicação para a outra. (GEERTZ, 2006, p. 105)

A rigor, Geertz e os mestres da etnografia delineiam um processo de investigação que pressupõe viver com o público estudado, partilhar o seu cotidiano. Tal proximidade é exigente, impondo “tempo de vivência”, ou melhor, “vivência sem tempo”. Assim, pelas circunstâncias da nossa inserção em campo e pela própria amplitude das metamorfoses de vida de Barreirinhas, não foi possível essa “vivência sem tempo”, essa imersão intensa no cotidiano sem limites de tempo. No entanto, no “tempo possível” que vivemos em

---

<sup>78</sup> Na construção metodológica do nosso trabalho fazemos uma distinção entre observação participante e observação participativa. Compreendemos a observação participante um processo exigente de vivência “*in loco*” com a população pesquisada, enquanto a observação participativa distingue-se pelo grau de envolvimento do/a pesquisador/a mediante períodos de vivência restritos a situações. (CRUZ NETO, 1999) Através de pesquisas bibliográficas em teses e dissertações de mestrado, identificamos estudos que utilizam a observação participativa com um número específico de encontros entre pesquisador/a e grupos pesquisados.

Barreirinhas, buscamos de todas as formas, ampliar, ao máximo, as nossas possibilidades de observação. Em verdade, durante o percurso investigativo, vivenciamos a “*observação participativa*”, como forma de ampliar nosso olhar. Nos limites das nossas possibilidades, tentamos encarnar o “*bordejar dialético*” de Geertz, “*saltando continuamente de uma visão de totalidade, através das várias partes que a compõem, para uma visão das partes através da totalidade [...]*” (GEERTZ, 2006, p.105), ao aproximar-nos de determinados elementos da cena da Barreirinhas do Turismo focando o específico em seus detalhes, sempre na perspectiva mais global das estruturas.

Em diferentes momentos de imersão em campo, tentamos encarnar essa dinâmica dialética totalidade / partes. Tal vivência investigativa deu-se, sobretudo, na nossa participação em eventos locais, realizados seja por força de um calendário religioso ou atendendo às agendas institucionais de interesse para a pesquisa.

No campo da religiosidade, a Igreja Católica em Barreirinhas ainda mantém um relativo domínio, apesar da ampla difusão das religiões de origem ‘protestante’. Tivemos a oportunidade de participar de dois dos principais eventos que congregam ampla mobilização popular, que são a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição e a procissão de ‘*Corpus Christi*’. Assim, pudemos observar diferentes formas de manifestação de fé cristã por parte de moradores da sede e oriundos das várias comunidades rurais que integram a Paróquia. É a afirmação de uma “Barreirinhas religiosa” pelo expressivo contingente do público participante, inclusive com destacada presença de jovens. Um outro espaço religioso que frequentamos, costumeiramente, foram as Missas diárias na Igreja Matriz. Nesses eventos, chamou-nos atenção, de modo especial, a preocupação com as questões vitais que estão a afligir a população local, especificamente a saúde pública do município, com destaque para a situação em que se encontra o único Hospital existente na cidade. Durante a procissão de *Corpus Christi*, inclusive, verificou-se uma parada em frente ao referido Hospital, para a bênção dos doentes, com uma prédica do Pároco invocando a exigência de uma Política Pública de Saúde.

No campo educacional, tivemos a oportunidade de exercitar o *bordejar dialético* totalidade/ partes em eventos diversos, com públicos específicos: professores da rede municipal e estadual de ensino e corpo discente de uma escola. Na verdade, interessava-nos conhecer, no âmbito do sistema público de ensino em Barreirinhas, mais especificamente acerca da proposta curricular e da prática docente em sala de aula, quanto às formas de inserção de temáticas sobre turismo, educação ambiental e questões culturais. Ou seja, preocupava-nos como esses conteúdos estavam chegando, via escola, às novas gerações de



estudantes da cidade que estão a conviver com as mutações sócio-ambientais e culturais no contexto do Turismo que tem como principal atrativo um Parque Nacional. Assim, como pesquisadores, na posição de observadores, tivemos a oportunidade de participar dos seguintes eventos:

- Iº Seminário “*Turismo e Desenvolvimento Sustentável*”, realizado em novembro de 2006, no âmbito da única Escola pública de Ensino Médio, por iniciativa da professora Vitória Régina Raposo, que ministra a disciplina Geografia. A atividade acadêmica envolveu diretamente as turmas da 2ª e 3ª séries, sendo que o momento da apresentação de comunicações, no turno noturno, congregou todo o corpo discente e docente da referida Escola, além de ser aberto à participação da comunidade;
- Encontro com Gestores da Rede Municipal de Ensino promovido pela Secretaria de Educação Esporte e Lazer do Município, em novembro de 2006;
- Oficina de Capacitação “*Caminhos do Futuro*”<sup>79</sup>, realizada em dezembro de 2006, com o objetivo de desenvolver um trabalho de Educação para o Turismo, mediante a produção de material didático e a capacitação de multiplicadores e professores do ensino fundamental (7ª a 8ª séries) e do ensino médio, além de técnicos vinculados às Secretarias e órgãos de educação e turismo dos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão, Paulino Neves, Tutóia, Alcântara e Raposa.

Cabe sublinhar que, nessas nossas incursões na área educacional nos percursos do trabalho de campo, no período de 2006 a 2008, constatamos que esses conteúdos específicos sobre turismo, cultura e meio ambiente, como temas transversais, vêm sendo trabalhados, de forma pontual, por iniciativas isoladas de determinados professores/as da rede pública de ensino em Barreirinhas. Segundo informações de técnicos da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer<sup>80</sup>, durante o período das festas juninas, por exemplo, determinados

---

<sup>79</sup> Esse trabalho integra as ações do Projeto de Desenvolvimento do Turismo na Região dos Lençóis Maranhenses, no contexto do acordo celebrado entre o Ministério do Turismo (Mtur) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). A Oficina Caminhos do Futuro foi realizada em parceria com o Instituto de Academias Profissionalizantes (IAP) e o Núcleo de Turismo da Universidade de São Paulo (USP Leste), com o apoio das Secretarias Municipais de Educação Esporte e Lazer e do Turismo e Cultura de Barreirinhas.

<sup>80</sup> Em entrevista com a Diretora da Divisão Pedagógica, Edileuza Lima e o Coordenador Pedagógico (da sede), Antônio José Davi Silva, em Junho/2007, fomos informados que, por força da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), todos os municípios do país, teriam que estruturar o Sistema de Ensino. Naquele momento, o Sistema de Ensino de Barreirinhas já encontrava-se na Câmara de Vereadores para ser apreciado e aprovado. Ainda estavam em elaboração os demais componentes do referido Sistema: Regimento Interno e a Proposta de Avaliação, que deverão ser aprovados em outra instância institucional, qual seja, o Conselho Municipal de Educação. A rigor, cada Escola deverá ter a sua Proposta Político-Pedagógica, (PPP) a qual será, previamente, apreciada pela comunidade escolar. É justamente a Proposta Político Pedagógica de cada Escola que

professores trabalham, em sala de aula, conteúdos sobre as tradições culturais locais e outros realizam um festival cultural, com apresentação de danças e comidas típicas na Escola, aberto à comunidade. Na verdade, observa-se um nítido descompasso entre o ritmo acelerado de mudanças sócio-culturais deflagradas no contexto do turismo e o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico das Escolas da rede municipal de ensino público, em particular, no atendimento às demandas dessa realidade em mutação.

Um evento marcante no processo de organização da atividade turística em Barreirinhas, do qual participamos na condição de pesquisadores, foi a constituição do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). A rigor, os Conselhos Municipais, em sua expressão plena, consubstanciam um processo democrático de gestão pública na medida em que dão poderes efetivos à sociedade civil organizada para, juntamente com o poder público, para definir os rumos daquela atividade específica no município. Nesse sentido, o fato é relevante por constituir o principal espaço de construção de processo democrático na formulação e implementação da Política Municipal de Turismo. Observamos que esse processo ocorreu em meio à reivindicação de inclusão. como membros do referido Conselho, de determinados segmentos – vinculados a meios de transporte, artesanato e cultura local – que se perceberam excluídos numa primeira versão do documento. Assim, após as orientações jurídicas pertinentes aos procedimentos e prazos para atender à reivindicação dos referidos segmentos, o processo de constituição do COMTUR foi formalizado e registrado em Ata, em reunião convocada para essa finalidade, em junho de 2007.

Nas nossas trajetórias de imersão na sociedade barreirinhense, vivenciamos, de modo mais frequente, momentos de observação participativa no âmbito específico da vida associativa e nos processos de capacitação dos segmentos constituintes do público-alvo. E, nesses momentos, sempre buscamos seguir as pistas de Geertz no movimento simultâneo do geral e do particular. Assim, na condição de pesquisadores, participamos, em novembro de 2006, de um dos Módulos do Curso de Monitores Ambientais Locais, promovido pelo então IBAMA, em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e o Sebrae, oferecido a 40 Condutores Turísticos que prestam serviços junto às Agências de Turismo locais. Esse momento foi de aproximação com os integrantes desse segmento, propiciando-nos um adentrar nas especificidades das suas formas de trabalho. Tivemos oportunidade de realizar entrevistas semi-estruturadas com vistas a construir o perfil sócio-profissional dessa categoria. Outra ocasião que nos permitiu exercitar a observação participativa junto a essa categoria

---

deverá contemplar os conteúdos a serem trabalhados, de forma transversal, no contexto da grade curricular, inclusive as temáticas em pauta.

profissional trata-se de uma reunião, convocada pelo presidente interino da Associação de Condutores com o grupo que participa do processo de transição entre Associação versus Cooperativa de Condutores e Monitores Ambientais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. A reunião tinha como objetivo a discussão e planejamento de uma estratégia a ser posta em prática durante o período do Carnaval/2008, considerado de alta temporada do turismo. Em face da proximidade do período que se caracteriza pelo aumento do fluxo turístico, os Condutores Turísticos visavam intervir, não apenas, para reduzir a prática da informalidade desse serviço, que geralmente aumenta nesses períodos, mas, sobretudo, fazer a diferença no mercado turístico local, ao garantirem a prestação de um serviço qualificado aos visitantes.

Finalmente, um outro momento de grande importância para a pesquisa foi a oportunidade de observar o processo de discussão para definição dos valores a serem cobrados, para os passeios turísticos, que antecedeu a implantação do “*voucher*” único<sup>81</sup>. Esse processo envolveu não apenas os segmentos em estudo – Condutores Turísticos, Toyoteiros e Pilotos de Lancha – mas, também, os Agentes locais, donos das Operadoras de Turismo. Mesmo tendo vivenciado esse processo de forma parcial, os momentos em que estivemos presente, como observadores, muito contribuíram para entendermos e conhecermos as diferentes posições, as disputas entre segmentos e agentes, as percepções e expectativas que a maioria tem em relação ao “*voucher*” único em Barreirinhas. Nesse sentido, cabe salientar os diferentes interesses que entram em jogo quando a discussão e decisão a tomar passa por definição de preços dos serviços prestados pelos segmentos envolvidos. Assim, embora todos segmentos sociais e Agentes de Turismo estejam unidos em torno de um aspecto – dar organização à atividade turística em Barreirinhas – há divergências internas em meio ao desencontro entre a expectativas dos que prestam serviços e a visão empresarial dos que exercem a hegemonia na condução da atividade turística, que tem como principal atração o PNLM. Nesse contexto, há, ainda, outros interlocutores que participam dessa discussão, em diferentes instâncias, sobre a implantação do “*voucher*” único: o Gestor público municipal, em função da arrecadação propiciada pela cobrança dessa taxa como receita da Prefeitura; a Secretaria de Turismo e Cultura, como órgão gestor da política de turismo no município; o próprio Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o órgão gestor do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o ICMBio. No caso do ICMBio, há questões específicas a serem

---

<sup>81</sup> Sistema de controle turístico que funcionará como um passaporte de visitação aos atrativos naturais que fazem parte de todo o acervo, que é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; incluindo, também, os Pequenos Lençóis, com o passeio náutico, até o povoado Caburé.

discutidas e adaptadas em relação ao “*voucher*” único, tendo em vista o PNLM ser uma Unidade de Conservação sujeita à legislação federal. Assim, essa proposta, ainda em discussão ao nível do *trade* turístico em Barreirinhas, está a depender de uma interlocução de natureza jurídica e política entre a SEMTUC e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Participamos, ainda, de uma reunião do Arranjo Produtivo do Caju e da tiquira, coordenado pelo Gestor do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP), ligado à Secretaria Estadual de Planejamento, que contou com a presença de autoridades, destacando-se, dentre outros: Prefeito, vereadores, representantes dos Bancos do Brasil e do Nordeste, Secretário Municipal de Agricultura, Consultora do SEBRAE e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreirinhas. Tal reunião teve como objetivo a realização de uma sondagem junto ao público produtor de caju e da tiquira a respeito das principais questões e demandas do setor. Esse momento foi de particular importância porque nos permitiu exercitar esse movimento dialético entre o todo e as partes em Barreirinhas, nas trilhas de Geertz. Em princípio, chamou-nos atenção a presença de um contingente expressivo de homens e mulheres que trabalham na agricultura. Mas, de modo especial, foram significativas as intervenções de uma jovem produtora de tiquira do povoado Tabocas e um produtor de caju. Assim, numa linguagem simples e sem rodeios, a jovem produtora de tiquira, ao referir-se às condições de baixa produtividade com que vem trabalhando, da mesma forma que seu pai e seu avô, destaca a necessidade de tecnologia para obter qualidade e colocar o seu produto no mercado. Afirma querer que a tiquira produzida em Barreirinhas tenha “identidade” para que seja reconhecida e valorizada no mercado regional, evitando a prática comum de, ao sair para o município de Humberto de Campos, receber um rótulo como se tivesse sido produzida naquela cidade. Enquanto isso o produtor de caju, após uma explicação contextualizada da questão agrícola que enfrenta, afirma: “precisamos de pesquisa de solo e de combate às pragas, especialmente o cupim”. Num momento posterior, foram organizados dois grandes grupos de trabalho para discutirem e relacionarem as principais questões. Esse evento nos possibilitou conhecer, através de depoimentos, as condições de trabalho desses dois segmentos produtivos e perceber que ambos têm potencial para inserção no mercado turístico. Fica clara a necessidade de um trabalho para que os homens e mulheres que integram o “arranjo produtivo do caju e da tiquira” possam ser incluídos na cadeia produtiva do turismo em Barreirinhas. Isso coloca, mais uma vez, em questão a Política Pública Municipal de Turismo no sentido de contemplar projetos de inserção de determinados segmentos locais. Esses segmentos sociais do caju e da tiquira têm potencialidade semelhante às Artesãs.

Outro acontecimento em Barreirinhas que mobilizou os segmentos que integram a cadeia produtiva do turismo foi a III Semana de Financiamento do Turismo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), realizada em nov. 2007. Esse evento contou com a presença de uma equipe da Direção do referido Banco, do representante do MTur e do Secretário Adjunto de Turismo e Cultura de Barreirinhas, congregando um grande público de diferentes segmentos, representados por dirigentes das respectivas Cooperativas: Cooperativa de Artesãos dos Lençóis Maranhenses (COOPALMAR), Cooperativa de Condutores e Monitores Ambientais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (COMCOOP), Cooperativa de Transportes Náuticos de Barreirinhas (COPERNÁUTICA) e a Cooperativa de Turismo e Transportes Alternativos dos Lençóis Maranhenses (COOTTALMAR). Tal evento estava sendo esperado pelos integrantes da cadeia produtiva do Turismo, com grande ansiedade, por permitir uma interlocução direta com o Banco público voltado para a intervenção no social, qual seja o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O objetivo principal teve como foco apresentar as linhas de financiamento do BNB, na perspectiva do apoio ao fortalecimento e crescimento do turismo da região dos Lençóis Maranhenses. Na intervenção de abertura do evento, um dos integrantes da equipe do BNB afirmou que o próprio Ministério do Turismo (MTur) indicou Barreirinhas como cidade turística a ser trabalhada, na perspectiva da construção de “modelo de turismo”, com características internacionais, que sirva de referência para as outras cidades do Maranhão com vocação turística.

Cabe mencionar que, na condição de pesquisadores, sempre contamos com o apoio irrestrito das autoridades locais e dos dirigentes de associações e entidades de classe, no sentido de ter acesso e participação em todos os espaços e eventos locais, tanto em relação aos promovidos por órgãos públicos em parceria com o município, como em relação às reuniões restritas ao âmbito das Cooperativas que congregam os segmentos pesquisados.

Com efeito, essa nossa inserção nos eventos em Barreirinhas efetivou-se mediante uma estratégia de relacionamentos e contatos institucionais com pessoas-chave na posição de gestores de órgãos municipais e entidades associativas. Assim, buscávamos obter informações sobre o calendário de atividades programadas para o período de nossa permanência ou para os próximos dias e meses. No caso dos eventos futuros, procurávamos, então, orientar o nosso planejamento de viagens em função da agenda prevista, tendo sempre presente o potencial de cada acontecimento para a pesquisa. Tais eventos abrangiam uma ampla diversidade de conteúdos e propósitos, congregando considerável contingente de público local, sobretudo os integrantes do *trade* turístico. Assim, na medida do possível, aproveitamos as oportunidades

surgidas articulando com a nossa própria agenda de investigação, no contexto da dinâmica do Trabalho de Campo.

Consideramos como de fundamental importância para a pesquisa nossa inserção nesse processo que passa pela via institucional, em seus diferentes níveis, na medida em que nos possibilitou obter dados e informações, assim como, observar posições e percepções dos representantes e componentes da ampla cadeia produtiva do turismo em Barreirinhas.

### 3.4.2 Entrevista

A entrevista é considerada, na literatura especializada, como a técnica mais usada durante o trabalho de campo, tanto em sentido amplo, como meio de comunicação verbal, como no sentido específico de colectar informações sobre determinado tema científico. (MINAYO, 1996) Kahn e Cannell, em suas elaborações referem-se à “entrevista de pesquisa”, conceituando-a assim:

Conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a esse objectivo. (KAHN ; CANNELL apud MINAYO, 1996, p.105)

Na verdade, a entrevista, como fonte de informação, possibilita o acesso do pesquisador a dados primários, constituindo via privilegiada para acesso a dimensões subjetivas: ideias, maneira de pensar, opiniões, crenças, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, conduta ou comportamento, razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças.

No âmbito acadêmico, há controvérsias e discussões no campo conceitual da entrevista. De fato, cientistas e pesquisadores questionam desde a fidedignidade do informante ao lugar social do pesquisador, incluindo critérios de objetividade do trabalho científico e de representatividade da fala de um entrevistado. (MINAYO, 1996) Assim, indagam “em que sentido a fala de um é representativa da fala de muitos?” Em resposta a essa questão, Bourdieu argumenta:

Todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe são produtos de condições objectivas idênticas. Daí a possibilidade de se exercer, na análise da prática social, o efeito de *universalização* e de *particularização*, na medida em que eles se homogeneizam, distinguindo-se dos outros. (BOURDIEU, 1996, p.180)

Ao abordar a entrevista como recurso técnico da pesquisa qualitativa, Minayo (1996) ressalta a relevância da palavra como símbolo de comunicação. Nessa perspectiva analítica, afirma:

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO, 1996, p.13)

Concebendo a entrevista como técnica primordial da pesquisa qualitativa, mobilizamos esse recurso nas seguintes modalidades: semi-estruturada e em profundidade. A entrevista semi-estruturada é a forma que combina o uso de perguntas estruturadas e abertas, em que o entrevistado fica livre para discorrer sobre as questões colocadas pelo pesquisador. Já a entrevista em profundidade é uma modalidade que, embora o/a pesquisador/a possa fazer uso de um roteiro, a interlocução se dá de forma a permitir ao entrevistado ir mais fundo em sua narrativa sobre o tema ou questão.

Na verdade, no decorrer da pesquisa, a entrevista permitiu-nos estabelecer uma interlocução com sujeitos distintos da cena de Barreirinhas: segmentos sociais constitutivos do público-alvo e dirigentes de entidades que congregam tais segmentos, gestores públicos e consultores técnicos relacionados ao campo institucional de interesse da pesquisa. A rigor, pela via da entrevista, adentramos no sistema da vida cotidiana e no sistema institucional. Resgatamos o olhar dos segmentos sociais constitutivos da cadeia produtiva do turismo e, de modo especial, um segmento que, do seu lugar social, vivencia as repercussões dos fluxos turísticos. Resgatamos a concepção dos atores institucionais que, nos seus contextos de atuação, definem e desenvolvem políticas nesta Barreirinhas que se redefine nos circuitos do turismo.

Em um primeiro momento de imersão em campo, utilizamos a entrevista semi-estruturada, orientada por um roteiro específico<sup>82</sup>, para cada segmento social investigado no âmbito do sistema da vida cotidiana. No decorrer do trabalho de campo, passamos a intensificar o processo investigativo mediante o emprego de entrevistas em profundidade. Também entrevistamos representantes e dirigentes de entidades associativas e de classe que congregam esses segmentos sociais integrantes do público-alvo. Com os segmentos-chave a

---

<sup>82</sup> Anexos os roteiros específicos das entrevistas utilizados para cada segmento social que constitui o público-alvo: Artesãos e Prestadores de Serviços Turísticos (Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha, Toyoteiros) e Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras.

circunscreverem o público-alvo, o conteúdo das entrevistas teve como foco as mudanças contemporâneas em Barreirinhas, a partir da abertura da estrada MA 402, marcando a partir daí o aumento do fluxo turístico na cidade. Em função desse marco temporal, utilizamos um roteiro em que abordávamos, de forma sequencial, o passado, o presente e o futuro. Assim, estabelecia-se um diálogo mediante o qual os/as entrevistados/as faziam um exercício de memória resgatando momentos e situações passadas características da vida da cidade e de suas trajetórias de vida antes do deflagrar do turismo. Na sequência da entrevista, solicitávamo-lhes que falassem como percebem o momento presente que estão vivendo, após a chegada do Turismo. De modo especial, buscávamos que os sujeitos entrevistados refletissem e falassem sobre as mudanças que estão a ocorrer e os efeitos e sentidos dessas mudanças em suas vidas. Finalmente, fechávamos a entrevista estimulando-os a lançarem um olhar para o tempo futuro, buscando captar as diferentes visões e expectativas em relação ao turismo na cidade, assim como na vida e no trabalho de cada um dos segmentos pesquisados.

Vale dizer que a maioria dos/as entrevistados/as tinha dificuldade de pensar o passado de forma isolada, mas sempre o fazia, em termos comparativos, trazendo, imediatamente, a reflexão para o presente. Por outro lado, destaco, de modo particular, o prazer demonstrado por moradores/as entrevistados ao relembrares os momentos de suas vidas passadas, em Barreirinhas. A experiência discursiva propiciava-lhes uma verdadeira viagem ao passado. Alguns momentos foram lembrados com um sabor especial e suas narrativas eram sempre acompanhadas de emoções e algumas permeadas com “boas gargalhadas”. Assim, destacamos os momentos sempre lembrados pelos/as entrevistados/as: os bailes de Carnaval, com Bailes de “1ª” e de “2ª” classes; as festas nos períodos de férias; os namoros às escondidas do olhar vigilante dos pais; os passeios ou “piqueniques” aos domingos, de canoa, pelo Rio Preguiças; os banhos diários no Rio Preguiças; e as novenas, em louvor a Santos da Igreja Católica, celebradas nas diversas localidades do meio rural e urbano, seguidas de festas ou bailes. Suas narrativas, sempre carregadas de forte emoção, traçavam linhas e formas, davam cores e movimento a um passado, hoje ressignificado em suas lembranças.

Na situação específica dos representantes de entidades associativas, as entrevistas incidiram sobre o processo organizativo dos distintos segmentos, referente às dificuldades e principais desafios encontrados na consolidação das respectivas entidades, no âmbito da cadeia produtiva do turismo local. Abordamos, também, suas percepções e expectativas em relação à proposta de implantação do “voucher” único como ‘passaporte de visita’ aos atrativos turísticos em Barreirinhas.



Quanto aos dirigentes do órgão de classe que congrega Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras e a Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas, as entrevistas tiveram, como foco, os temas gerais que configuram a pesca artesanal local e a importância econômica e social desse segmento para o município, além de aspectos específicos da realidade de vida e trabalho de homens e mulheres da pesca artesanal no contexto da Barreirinhas do turismo.

Enfim, durante as 98 entrevistas realizadas no Trabalho de Campo, tivemos o privilégio de ouvir histórias de vida de Artesãs, de Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras de Barreirinhas. Ouvimos, também, as narrativas sobre o modo de vida e trabalho e as expectativas de futuro de jovens e adultos que estão na ‘linha de frente’ da cadeia do turismo: os Prestadores de Serviços Turísticos (Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros).

Nesse percurso de resgate de narrativas e depoimentos, consubstanciados em entrevistas, contamos com a ajuda imensurável de pessoas integrantes da estrutura institucional: dirigentes de órgãos públicos municipais; professores/as que, ao mesmo tempo, constituem uma parcela significativa dos “moradores/as antigos/as” de Barreirinhas; e o Presidente da Academia Barreirinhense de Letras, Sr. Enéas de Miranda Conceição, uma pessoa-referência para pesquisadores de fora, estudantes da cidade e visitantes.

No campo do sistema institucional, entrevistamos sujeitos que ocupam diferentes posições, tais como: gestor, consultor/a, superintendente, presidente, diretor/a, conselheiro, chefe/a, técnico/a de órgãos públicos, privados, do Terceiro Setor<sup>83</sup> e membros de Conselhos Municipais. No cômputo geral, ao longo de mais de dois anos, realizamos 30 entrevistas com dirigentes institucionais.

Cabe mencionar que, desde o início do trabalho de campo, em todos os contatos e entrevistas com o público-alvo e atores institucionais, prestamos informações sobre os objetivos e finalidade acadêmica da pesquisa. Nessas oportunidades, solicitávamo-lhes a permissão para fazer uso do gravador, garantindo, a todos, o caráter confidencial das entrevistas, no sentido de ser preservado o anonimato das narrativas e depoimentos, ao que

---

<sup>83</sup> No Brasil, assim como em outros países, ocorre o crescimento do Terceiro Setor que, por sua vez, coexiste com dois outros setores: Primeiro Setor, representado pelo governo, cumprindo esse uma função administrativa dos bens públicos, correspondendo, assim, às ações do Estado com fins públicos, tanto no âmbito municipal, estadual como federal; e o Segundo Setor, representado pelo mercado, ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos. Quanto à questão conceitual do Terceiro Setor, não há um consenso por parte daqueles que pesquisam o assunto, havendo, assim, diversas definições. Segundo Fernandes (1994, p.21), o conceito abrange um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Esse é o sentido positivo da expressão “bens e serviços públicos” nesse caso implicam uma dupla qualificação – não geram lucros e respondem a necessidades coletivas. Ver: Gerência de Estudos Setoriais (GESET), Terceiro Setor e o Desenvolvimento Social, disponível: <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>. Acesso em: 21 jan. 2009.

sempre obtivemos anuência de todos/as. Utilizamos o recurso técnico de fazer a devolução do texto transcrito das entrevistas para a maioria das pessoas que as concederam, com o objetivo de possibilitar-lhes a apreciação do conteúdo de suas narrativas, com vistas a eventuais correções.

### 3.4.3 Grupo focal

Na literatura contemporânea tem-se constatado o crescimento expressivo de trabalhos sobre a técnica de grupos focais, com ênfase na descrição acerca dos procedimentos e análises de seus aspectos metodológicos. Encontram-se, portanto, reflexões acerca das modalidades, do alcance, limites e validade de seus resultados, no contexto da pesquisa qualitativa. Nesse sentido, tem sido significativa a utilização dessa técnica em trabalhos acadêmicos, e no âmbito profissional, em diferentes áreas do conhecimento e da prática interventiva de modo especial, nos campos da saúde, educação, ciências sociais e comunicação.

A técnica de grupos focais tem um histórico que pode ser demarcado em fases, com características peculiares a cada uma delas. A primeira, a partir da década de 20, refere-se ao seu uso, por cientistas sociais, para diferentes fins; destacando-se a pesquisa de opinião pública. Durante a Segunda Guerra Mundial essa técnica foi utilizada como instrumento de investigação quanto aos efeitos da propaganda política, à eficácia do material utilizado no treinamento das tropas, assim como na avaliação dos fatores e níveis de produtividade junto aos grupos de trabalho. A partir dos anos 80, desenvolve-se uma crescente ampliação do uso de grupos focais por profissionais nos campos da saúde e da comunicação social. (VEIGA; GONDIM, 2001, p.3)

Gondim (2002) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que tem por objetivo coletar dados das interações grupais durante a discussão de um tema de interesse do/a pesquisador/a. Nessa mesma perspectiva conceitual, Tanaka e Melo (2001, p. 8) afirmam: “grupo focal é uma técnica qualitativa, não diretiva que tem como objetivo o controle da discussão de um grupo de pessoas em torno de um tema específico, mediante o processo de interação que se estabelece, sob a coordenação de um/a moderador/a ou facilitador/a”. O desenvolvimento da pesquisa através dessa técnica depende da habilidade do pesquisador/a na condução do processo intragrupal.

Na literatura, autores salientam ser o grupo focal uma técnica de pesquisa qualitativa que ocupa posição intermediária entre a observação participante e a entrevista em

profundidade. Na verdade, ela é considerada como recurso para captar processos intersubjetivos, tais como: percepções, atitudes, opiniões, valores e representações de grupos sociais. (VEIGA; GONDIM, 2001) A relevância dessa técnica está no uso da interação grupal, que propicia a produção de dados e a captação de informações que poderiam ser menos acessíveis, no caso de uma abordagem individual. Além disso, ela pode ser empregada para ampliar o entendimento do/a pesquisador/a em relação a opiniões, motivações e preocupações expressas por sujeitos que integram um determinado grupo.

Morgan (apud GONDIM, 2002, p. 4-5) adota uma tipologia em que classifica os grupos focais em três modalidades:

- Grupos auto-referentes: “usados como principal fonte de dados [...] servem a uma variedade de propósitos, não só para explorar novas áreas pouco conhecidas pelo pesquisador, mas aprofundar e definir questões de outras bem conhecidas, responder a indagações de pesquisa, investigar perguntas de natureza cultural e avaliar opiniões, atitudes, experiências anteriores e perspectivas futuras”.
- Grupos focais como técnica complementar: “em que o grupo serve de estudo preliminar na avaliação de programas de intervenção e construção de questionários e escalas”;
- Grupo focal como uma proposta multi-métodos qualitativos “que integra seus resultados com os da observação participante e da entrevista em profundidade. [...] Tais combinações de método dependem dos objectivos da pesquisa. A utilização de grupos focais em sequência às entrevistas individuais, por exemplo, facilita a avaliação do confronto de opiniões, já que se tem maior clareza do que as pessoas isoladamente pensam sobre um tema específico. A associação dos grupos focais com a observação participante, outro exemplo, permite igualmente comparar o conteúdo produzido no grupo com o cotidiano dos participantes em seu ambiente natural.

Entendemos que essa reflexão metodológica sobre grupos focais, como instrumento de estudo e pesquisa, oferece diferentes pistas a serem construídas e articuladas na execução dessa técnica, sempre em atendimento às exigências do objeto de investigação e de acordo com as condições de trabalho. De fato, existe toda uma configuração metodológica básica do grupo focal, mas, quando o/a pesquisador/a se encontra em face de determinadas situações no trabalho de campo, precisará de competência técnica para delinear estratégias operacionais e critérios específicos à técnica, com vistas a garantir a efetivação do processo em seus propósitos. Nesse contexto, essas questões vêm confirmar a exigência fundamental, de natureza técnica, que consiste na habilidade do/a pesquisador/a na condução de trabalhos com grupos. Em termos operacionais, a atuação do moderador é determinante para os resultados a atingir, desde a concepção e construção do roteiro a orientar o debate como, de modo especial, a postura que assumirá na condução do processo. Como afirma Gondim (2002, p. 3), “o moderador de um grupo focal exerce uma função de facilitador do processo de

discussão, e sua ênfase está nos processos psicossociais que emergem, ou seja, no jogo de inter influências de formação de opiniões sobre um determinado tema”. Assim, seu papel primordial está, não somente, em criar um ambiente favorável ao debate, em que os participantes sintam-se com liberdade para expressar suas opiniões, mas em saber dosar, na maior ou menor diretividade do grupo, com vistas a promover uma discussão produtiva. Cabe mencionar que, além do moderador, é recomendada a presença de uma pessoa para atuar como relator, fazendo o registro de todo o debate.

Há, ainda, uma série de dimensões, a serem consideradas no planejamento da técnica, que envolvem decisões referentes a aspectos específicos: composição do grupo; número e homogeneidade ou heterogeneidade dos participantes (cultura, idade, gênero, profissão etc.); uso de recurso tecnológico a ser empregado (face-a-face ou mediados por tecnologias de informação); definição dos locais de realização (naturais ou artificiais, em laboratórios). Uma questão de natureza ética que merece atenção do/a pesquisador/a diz respeito à garantia de privacidade e preservação do anonimato dos participantes na divulgação dos resultados.

Finalmente, um aspecto relevante diz respeito à opção quanto à análise dos resultados, ou seja, dos conteúdos manifestos e gerados nos debates. Essa opção dependerá dos propósitos do/a pesquisador/a e do produto a ser consolidado: se um relatório técnico, com vistas a orientar tomada de decisões, ou uma produção científico-acadêmica. Nesse aspecto em particular, as decisões envolvem análise de processos e de conteúdo: oposições, convergências, temas centrais de argumentação intra e intergrupais, análise de discurso. (GONDIM, 2002)

Como pesquisadores, decidimos utilizar o recurso técnico do grupo focal, assumindo a postura metodológica de estarmos atentos para não cairmos na armadilha do uso indiscriminado de métodos, e, ao mesmo tempo, sem nos deixar ‘engessar’ na rigidez de suas regras e guias de procedimentos. De fato, a opção pelo uso da técnica de grupo focal deu-se no contexto de construção do nosso objeto de investigação e no processo de aproximações sucessivas ao universo empírico. Seguindo as orientações metodológicas e princípios da técnica de grupos focais, tomamos como referência a tipologia de Morgan da modalidade “*proposta de multi-métodos qualitativos*”. Assim, mobilizamos uma forma de triangulação técnica associando grupo focal com a entrevista em profundidade e a observação participativa. Em função das exigências do objeto e das condições efetivas de trabalho em campo, movimentamos esta técnica de grupo focal de forma flexível, no entanto, buscando resguardar

sua configuração básica. Assim, fizemos adaptações, delineando formas de operacionalização que atendessem às particularidades do campo em estudo.

O uso da técnica com grupos focais seguiu um planejamento específico para cada segmento condensando um conjunto de procedimentos operacionais no contexto da pesquisa. Destacamos, a seguir, os elementos constitutivos, do planejamento, que nortearam a execução da técnica:

- Definição do objetivo visado com o uso da técnica no contexto da pesquisa;
- O tema geral do debate: “*o processo de mudança em Barreirinhas, e na vida de seus moradores, a partir do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*” serviu como mote para estimular os integrantes dos grupos à participação;
- Um roteiro de questões contemplando aspectos e dimensões relacionadas às trajetórias de vida de cada categoria profissional – Artesãs, Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras.

Na dinâmica investigativa do Trabalho de Campo, ao desenvolver a técnica com grupos focais, assumimos como objetivo, captar as percepções dos grupos acerca de diferentes situações vivenciadas em determinados espaços e tempos: no passado / no presente e suas expectativas em relação ao futuro em Barreirinhas e nos povoados em que residem. Dessa forma, o uso do roteiro foi fundamental para evitar digressões, mantendo o foco em dimensões das vidas dos segmentos, entremeadas entre os tempos – passado / presente / futuro. Assim, a discussão/ reflexão privilegiou o seguinte: fatos e situações gravadas na memória coletiva em relação ao tempo vivido antes da chegada do turismo; percepções sobre fatos atuais e mudanças produzidas com a chegada do turismo em Barreirinhas; e, finalmente, perspectivas e visões acerca do futuro, enquanto Artesãs, Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras, em suas diferentes formas e níveis de inserção na cadeia produtiva do turismo em Barreirinhas.

Durante o trabalho de campo, realizamos a técnica de grupo focal com dois segmentos sociais – Artesãs e Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras; perfazendo um total de 8 sessões, assim distribuídas: cinco com Artesãs e três com Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras.

Ambos os segmentos, Artesãs e Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras, foram agrupados por local de moradia. No caso das Artesãs, as localidades foram selecionadas de acordo com a disponibilidade e interesse demonstrados pelas respectivas lideranças. Dessa

forma, as sessões com os grupos focais ocorreram em um bairro da cidade, denominado Cebola, e quatro povoados rurais, a saber: Boa Vista, Vigia, Manoelzinho e Laranjeira.

Os espaços de realização das reuniões foram as próprias residências de lideranças locais, considerando a disponibilidade das pessoas em receberem o grupo e o critério de conveniência em termos de maior proximidade em relação aos demais participantes. Da mesma forma, os tamanhos dos grupos variaram de acordo com o número de artesãs residentes em cada local, que integram a ARTECOOP e que tiveram disponibilidade em participar das reuniões. Assim, a realidade colocou-nos dilemas na execução da técnica, inclusive quanto ao tamanho dos grupos. Em face disso, resolvemos trabalhar com o número de artesãs que compareceram às sessões. Era essa a condição, nesse contexto, de desenvolver os grupos focais. Em cada localidade, o trabalho com o grupo focal assumiu delineamentos específicos. Senão, vejamos.

O bairro Cebola, apesar de ser considerado periferia da cidade, possui uma relativa proximidade do centro da cidade, com vias de acesso pelo bairro da Ladeira e pela Avenida 31 de Março, que leva ao Aeroporto. Um dado relevante é o fato de que, em função de sua posição privilegiada, situado às margens do Rio Preguiças, seus terrenos e residências vêm passando por um processo de valorização, a partir do processo de intensificação do turismo em Barreirinhas. Vale sublinhar que o bairro tem sua história relacionada ao artesanato e ao turismo<sup>84</sup>.

Cebola conta com 06 artesãs que são sócias da Artecoop, das quais, somente três participaram da reunião com grupo focal. As demais justificaram suas ausências por motivos de natureza pessoal. Valorizando a presença e interesse em participar da reunião dessas artesãs, realizamos o debate seguindo o roteiro previamente elaborado. Na verdade, em se tratando de um grupo reduzido, permitiu-se um clima descontraído, contribuindo para aprofundar o debate sobre o tema central, que são as mudanças em suas vidas como artesãs em Barreirinhas. Durante a discussão foram abordadas questões da vida privada – as relações de gênero no contexto familiar, as mudanças de valores na educação dos filhos e outras dimensões da vida da cidade em relação às manifestações culturais e suas percepções acerca

---

<sup>84</sup> Nesse bairro da Cebola reside a artesã Lindalva Dantas Carvalho, conhecida popularmente por “Preta Simão”, considerada uma das primeiras moradoras do local. Preta Simão tem uma história de vida singular, ligada ao turismo e ao artesanato. No período em que se iniciou o aumento do fluxo turístico, Preta Simão, com muita sabedoria, teve a iniciativa de utilizar sua residência (uma casa de taipa, coberta de palha e plástico) como “espaço de visitação turística” para comercialização de produtos, explanação e demonstração do trabalho artesanal com a fibra do buriti. Dentre os/as visitantes, uma pessoa do Rio de Janeiro ficou sensibilizada com as precárias condições de vida dessa artesã e propôs ajudar-lhe financeiramente na construção de uma nova casa, devidamente projetada com um espaço para recepção de visitantes e demonstração dos procedimentos de preparo da fibra do buriti. Hoje, sua casa continua a ser ponto de visitação de turistas desejosos não apenas de comprar o artesanato, mas de conhecer o processo de trabalho e preparo da fibra do buriti como principal matéria-prima.

das condições de abastecimento e do custo de vida. O debate, com foco nas mudanças que têm ocorrido na vida e no trabalho das artesãs, trouxe informações relevantes para a pesquisa. Foi, justamente, através dessa sessão com um pequeno número de artesãs que delineamos pistas para articular grupo focal com entrevistas em profundidade. Na verdade, em suas narrativas, resgataram as origens da prática de suas mães no tingimento natural do linho do buriti com recursos da flora local. Nos últimos anos, essa nova geração de artesãs está a desenvolver esse processo, com novas pesquisas e experiências, buscando aperfeiçoá-lo a partir de uma concepção de qualidade no acabamento do produto final. Todo esse processo tem íntima relação com os processos identitários desse segmento que estamos a investigar e que será aprofundado no Capítulo 4.

Outro local de desenvolvimento da técnica com grupo focal foi o povoado Boa Vista, situado a 10 km do centro de Barreirinhas, em uma área plana e alta, permitindo uma ampla visão do cenário que o compõe. Possui terrenos com buritizais e cajueiros e algumas áreas oferecem uma visão privilegiada do Rio Preguiças. Daí a origem e razão de seu nome. Com o crescimento da atividade turística em Barreirinhas, o povoado tem sido alvo de grandes investimentos no setor hoteleiro e outros empreendimentos imobiliários, tais como condomínios residenciais e negócios no ramo de bares e restaurantes. De fato, Boa Vista possui terrenos situados numa extensa área com grande potencial paisagístico de beleza natural, tendo como atrativo maior a presença do Rio Preguiças que passa majestosa e lentamente por suas margens, com suas águas de tonalidade verdejante. Nessa área tem se intensificado um processo de ocupação e especulação dos terrenos, com foco na atividade turística<sup>85</sup>.

O povoado Boa Vista conta com 09 artesãs, que são sócias da Cooperativa, das quais 07 participaram da reunião de Grupo Focal realizada na residência de uma das sócias. O debate gerado entre as participantes, em torno do tema central, permitiu-nos perceber, dentre outras, situações de conflitos e disputas internas entre integrantes do próprio segmento e externas com outros segmentos da cadeia do turismo, em especial donos de pousadas e agências, na competição pelo controle do mercado para seus produtos e serviços, que têm o turista como alvo principal. Além desses aspectos, cabe destacar as percepções das participantes, em relação às posições que passaram a ocupar na composição da renda familiar, significando, portanto, um fator determinante de novos padrões nas relações de gênero. Tais questões oferecem pistas ou elementos para o estudo dos processos identitários em curso e

---

<sup>85</sup> As mudanças sócioespaciais serão abordadas no Capítulo 4, especificamente no item 4.1.2. “A ocupação do espaço pelo turismo: valorização de terrenos versus especulação imobiliária”.

representam um indicativo de sustentabilidade do artesanato em Barreirinhas como fator de inclusão social.

O povoado Vigia – um terceiro local de reunião com grupo focal com Artesãs – situa-se a 31 km da sede de Barreirinhas. Após percorrer um trecho da estrada BR-402, o acesso ao local se faz por uma estrada vicinal sem conservação e, portanto, com precárias condições de tráfego. Apresenta características típicas do mundo rural tanto no aspecto físico de localização das casas, distribuídas de forma dispersa umas das outras, como na forma de relações entre as pessoas, nos modos de convivência, no jeito simples de ser e, ao mesmo tempo, na maneira desconfiada ao comunicar-se com um visitante. Em termos demográficos, a localidade possui, aproximadamente, 60 famílias (entre 6 a 10 pessoas por família), segundo informações das próprias moradoras. A população local tem como principal ocupação o trabalho na agricultura, na produção da mandioca e arroz e também o caju. No atual cenário, o artesanato assume um papel relevante na vida das famílias e na economia da localidade.

No povoado Vigia residem 14 artesãs, que são sócias da ARTECOOP, embora a grande maioria das mulheres residentes no local também desenvolvam a atividade do artesanato de forma independente. O encontro com Grupo Focal foi realizado com a presença de 12 artesãs, sócias da Cooperativa, na residência de uma das integrantes do grupo, com duração aproximada de 1 ½ hora. Vale mencionar que, nessa sessão, contamos com a ajuda de uma artesã do povoado Boa Vista que, espontaneamente, se dispôs a nos acompanhar ao local da sessão com o grupo focal. Esse fato favoreceu, positivamente, para gerar um clima descontraído, facilitando o relacionamento mútuo entre pesquisadores e artesãs. Assim, contribuiu, sobremaneira, para dissipar alguma desconfiança em relação à nossa presença no meio do grupo, apesar de, sempre, na condição de pesquisadores, fazermos nossa auto-apresentação antes de dar início ao debate. Houve um bom nível de participação na discussão, com resgate de histórias de suas vidas no passado, num período considerado árduo para as artesãs de Barreirinhas, que ressaltaram as dificuldades que essa geração de mulheres vivenciou, na luta por sobrevivência, quando ainda eram crianças e adolescentes. Em relação ao cenário atual do artesanato na cidade, o debate permitiu captar as distintas percepções das participantes em torno de questões centradas nos seguintes pontos: o processo de capacitação das artesãs da Cooperativa; a consequente melhoria da qualidade do produto versus a valorização no mercado; e a libertação do “atravessador”<sup>86</sup> na comercialização de seus produtos.

---

<sup>86</sup> O mesmo que “intermediário”: aquele que compra mercadorias por preço baixo para revendê-las com grande lucro.



O outro local de reunião com grupo focal com Artesãs, o povoado Manoelzinho, situa-se a 44 km da sede do município de Barreirinhas. Em termos demográficos, no local residem 90 famílias, que têm como atividades principais: a agricultura familiar, especialmente na produção da mandioca, do milho e verduras, e o artesanato. Durante o debate, a partir do tema gerador – as mudanças provocadas pelo turismo em suas vidas e na vida da cidade –, as artesãs deixam claro que a mulher tem participação efetiva em quase todas as fases que envolvem a atividade na lavoura, excetuando-se o trabalho da capina e preparo do terreno. Nesse povoado residem 10 artesãs sócias da Artecoop, das quais oito participaram da sessão com grupo focal. Considerando o cenário atual do artesanato local, durante a discussão foram abordados vários aspectos, tais como: percepções a respeito da valorização dos produtos no mercado, em função do turismo; a atuação do SEBRAE viabilizando a capacitação e aperfeiçoamento do trabalho das artesãs, através de Oficinas; percepções sobre a concorrência e a pirataria no âmbito do mercado local; e, finalmente, a consciência da necessidade urgente de ações para a preservação dos buritizais, fonte da principal matéria-prima do artesanato. Tais questões serão apresentadas no Cap. 4.

Por fim, o povoado Laranjeira, que se distingue dos demais pelo fato de nele residirem artesãs que, não obstante possuírem uma trajetória de vida associativa, optaram por desvincular-se da Artecoop, passando a trabalhar de forma independente. Nesse sentido, as artesãs informaram-nos que a comercialização de seus produtos se faz, principalmente, através de contatos comerciais com pessoas fora de Barreirinhas. De fato, as artesãs desse povoado, juntamente com as residentes na localidade vizinha, denominada Tapuio, são consideradas precursoras, em Barreirinhas, no processo de organização da categoria, quando no ano 2000 registraram a primeira Associação das Artesãs com, aproximadamente, 40 integrantes.<sup>87</sup>

Laranjeira e Tapuio são povoados vizinhos separados apenas por uma pequena ponte de madeira, sob a qual corre um pequeno córrego oriundo do Rio Preguiças. Destacam-se pelas atividades que desenvolvem na olaria, lavoura e pesca artesanal, de acordo com o tempo, se Verão ou Inverno, como explica D'Antona (2000, p. 38-39):

Tapuio e Laranjeira estão próximos e distantes. O maior afastamento entre seus moradores se dá pelo modo de vida durante o verão: enquanto Tapuio se caracteriza pela lavoura, Laranjeira se sobressai pelas olarias. Este estereótipo, fruto da primeira observação que se faz das comunidades é generalizado por seus moradores e por outros de localidades distantes [...] Observação mais atenta revela que, nas duas

---

<sup>87</sup> O enfraquecimento do sentido de coesão via cooperativa, que levou à desagregação das artesãs dos povoados Laranjeira e Tapuio, é uma questão relevante nas redefinições identitárias desse segmento, que será devidamente tratada no Capítulo 4.

localidades, ocorre a combinação de atividades durante o verão. Em Laranjeira pratica-se a olaria, a pesca no rio e, em menor escala, a agricultura. Em Tapuio, a agricultura e a pesca.

A sessão com o grupo focal realizou-se com dez artesãs, em frente à residência de uma artesã que exerce uma forma de liderança junto às mesmas. Após nossa apresentação inicial e explicações acerca dos objetivos da pesquisa, demos início ao debate a partir do tema central voltado para as mudanças em suas vidas, como mulheres e artesãs, no contexto do turismo em Barreirinhas. A reunião ocorreu com a participação das artesãs em clima de descontração e bom humor.

Quanto ao segundo segmento social com que utilizamos a técnica de grupo focal – Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras – as reuniões foram realizadas em três comunidades pesqueiras de Barreirinhas. A escolha das localidades obedeceu a diferentes critérios. As comunidades de Atins e Tapuio foram escolhidas por suas condições em relação à pesca artesanal e ao turismo. Ambas as localidades possuem um contingente significativo de homens e mulheres que trabalham na pesca artesanal e, ao mesmo tempo, já se observa alguma inserção de moradores na atividade turística. Enquanto Atins vem consolidando posição como roteiro turístico em Barreirinhas, Tapuio, num período mais recente, vem se destacando como mais um produto a ser oferecido aos turistas, no campo do turismo cultural, com a visitação à Casa de Farinha<sup>88</sup>. O povoado Ponta do Mangue foi escolhido por encarnar uma situação totalmente peculiar em relação aos demais. Devido à sua localização geográfica, compreende um núcleo residencial dentro dos limites do PARNA dos Lençóis Maranhenses. Assim, pudemos trabalhar com duas comunidades pesqueiras que estão envolvidas com o turismo e uma que ainda se mantém distante de tal influência.

Tendo em vista conquistar a confiabilidade junto ao público-alvo residente nas referidas comunidades, mantivemos um contato prévio com o Presidente da Colônia de Pescadores Z-18, de Barreirinhas, com o objetivo de obter informações acerca das lideranças locais ligadas ao setor da pesca artesanal. Assim, ao chegarmos às comunidades, realizávamos, de imediato, contatos com as pessoas indicadas, no sentido de explicar os objetivos da pesquisa e obter, junto às mesmas, o apoio necessário referente ao convite aos pescadores/as artesanais e marisqueiras filiados/as à Colônia de Pescadores, bem como a disponibilização de um local para a sessão com o grupo focal.

---

<sup>88</sup> A Casa de Farinha, como espaço de visitação turística, será apresentada e discutida no Capítulo 5, item 5.1.3 “A produção local do turismo: ressignificando espaços tradicionais”.

Assim, o trabalho foi iniciado pelo povoado de Atins, que possui um contingente total de 280 pescadores artesanais e marisqueiras<sup>89</sup>. O local ocupa uma posição geográfica privilegiada, como ponto de confluência do mar com o Rio Preguiças. Por sua beleza natural pouco explorada, com ampla área de praia, o local vem, num processo crescente, tornando-se uma das atrações turísticas de Barreirinhas, além da proximidade ao Parque Nacional dos Lençóis. Atins tem exercido um fascínio tanto junto ao público adepto do turismo de aventura, como junto a outro perfil de turistas, especialmente estrangeiros que sempre retornam ao local, e indicam a outros amigos, pelas características do ‘lugar paradisíaco’ que possui condições básicas referentes a meios de hospedagem e restaurante. Ao mesmo tempo, o povoado reúne um conjunto de outros atrativos expressos no modo de vida simples e sossegado de uma vila de pescadores/as, pelas condições de tranquilidade e segurança associados à beleza natural da praia. Em decorrência desses fatores, as terras do povoado vêm se constituindo alvo de especulação imobiliária. O acesso ao local pode ser feito via transporte náutico ou terrestre. Pela via terrestre, somente é possível através de veículo com tração 4x4, tendo em sua direção um Toyoteiro hábil que conheça as trilhas de acesso. A via náutica pode ser feita através de lanchas “voadeiras” ou, outra opção, o barco que faz transporte diariamente de Barreirinhas a Atins. Essa é a alternativa preferida de um segmento diferenciado de turistas estrangeiros, alguns em viagem de retorno ao local que, sem pressa de chegar, optam por usufruir das belezas da vegetação às margens do Rio Preguiças.

Em Atins, a reunião foi realizada na sede da Colônia de Pescadores que, no momento, se encontrava disponível, por ser mês de julho, período de férias escolares. Na verdade, a sala da Colônia de Pescadores encontra-se cedida para uso da Secretaria de Educação do Estado, como um meio de suprir a deficiência de salas em prédios da rede pública de ensino, onde funciona uma turma (noturno) do 1º ano de Ensino Médio.

Para divulgação e convite, considerando as condições locais, utilizamos o recurso direto da comunicação oral. Para isso, aceitamos a oferta de um Toyoteiro, que também é Condutor Turístico, em percorrer as duas principais ruas do povoado, passando de porta em porta, fazendo a convocação. Na oportunidade, além do convite, dava-se uma explicação dos objetivos e informava-se local e horário da reunião. O resultado desse processo de comunicação foi maior do que se esperava, afluindo, ao local da reunião, um contingente considerável de pessoas. Mesmo tendo clareza das exigências metodológicas quanto à composição dos grupos focais de ter no máximo 12 pessoas, com vistas a garantir a

---

<sup>89</sup> Fonte: Proyecto de Desarrollo de la Pesca Artesanal en el Área de Influencia del Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, 2003 apud IABS. Projeto de Implementação do Entrepasto de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas, 2007.

participação de todos, precisamos flexibilizar tal exigência. Assim em face da situação concreta, em especial as dificuldades de acesso ao local e de comunicação, realizamos a sessão com um total de 15 Pescadores Artesanais e Marisqueiras que demonstraram interesse em participar da sessão. De fato, foi um momento relevante para a pesquisa. Houve um debate efetivo, entre os presentes, em torno das mudanças que têm ocorrido no campo da pesca artesanal em Barreirinhas e, em particular, das diferentes percepções e opiniões sobre as condições de vida e trabalho; algumas em forma de denúncia, sobretudo em face da pesca predatória que vem sendo praticada, livremente, há muitos anos no litoral de Barreirinhas. A duração da técnica com grupo focal foi de uma hora e meia.

O povoado Tapuio, com características peculiares, situa-se às margens do Rio Preguiças e possui um significativo contingente formado por 160 pescadores/as artesanais. A reunião com grupo focal foi realizada na casa da representante da Colônia, no amplo quintal, embaixo de mangueiras e cajueiros. Nesse local, habitualmente, são feitas as reuniões com o Presidente da Colônia, quando em visita aos povoados Tapuio e Laranjeira. O espaço foi cuidadosamente preparado pelo casal anfitrião que, com antecedência, pensou em todos os detalhes necessários para a realização da reunião, de modo especial no aspecto de acomodação para as pessoas sentarem e na iluminação da área, embaixo de um cajueiro. O convite fora realizado por intermédio da representante da Colônia e compareceram 20 Pescadores/as Artesanais, dos quais 15 disponibilizaram-se a participar do debate, contando com residentes de ambos os povoados. Mais uma vez flexibilizamos a técnica em função das exigências da realidade, preservando o essencial, que é a interação do grupo na discussão de questões-chave.

De fato, consideramos a sessão com o grupo focal, realizada no povoado Tapuio, um dos momentos mais fecundos do Trabalho de Campo. O debate teve início em torno de um tema que atualmente mobiliza o grupo: o processo organizativo dos trabalhadores/as da pesca artesanal no povoado. A continuidade da discussão teve como foco a realidade vivida pelo grupo, no contexto da pesca artesanal, sem perder de vista a relação com o turismo em Barreirinhas e seus efeitos na vida do povoado, especificamente no trabalho do/a pescador/a artesanal. No contexto geral dos debates emergiram outras questões internas inerentes à administração da Colônia de Pescadores de Barreirinhas além de percepções diferenciadas, e às vezes contraditórias, acerca do turismo – seus efeitos e sua importância na vida dos moradores locais. Vale destacar uma questão que gerou intenso debate entre os participantes: ausência de políticas públicas de apoio ao pescador artesanal. Na oportunidade, observamos as mais diversas reações e discursos expressando sentimentos de indignação, crítica veemente,

decepção e, até mesmo, reações de impotência em face da ausência de ações públicas efetivas de apoio à pesca artesanal, sobretudo em linhas de crédito para investimento em barcos para pesca em alto mar e política de assistência técnica.

Ponta do Mangue é uma comunidade com um contingente de 80 Pescadores Artesanais e Marisqueiras que, conforme já afirmamos, situa-se dentro da área natural protegida do PNLN. Essa comunidade vive uma situação de quase isolamento em relação a Barreirinhas e, apesar de ter acesso por via náutica e terrestre, ambas as vias apresentam graus de dificuldades<sup>90</sup>. O povoado é, portanto, um reduto de Pescadores Artesanais e Marisqueiras, com características peculiares em virtude de estar inserido na área que abrange os “Grandes Lençóis”. Ademais, possui uma configuração espacial típica de uma vila de pescadores, com casas dispersas umas das outras, entremeadas por amplos quintais utilizados para a prática da agricultura familiar (mandioca, macaxeira, feijão, milho, maxixe, abóbora) e criação de pequenos animais como porco, galinha e bode.

Em contato com a liderança local e após as informações sobre nosso objetivo, definiu-se o horário e local da reunião com Pescadores e Marisqueiras. Como área de reserva, ou seja, situada dentro do Parque dos Lençóis Maranhenses, o ICMBio não permite que o povoado possua energia elétrica. Assim, a reunião foi realizada na única sala de aula da Unidade de Ensino Maximiano Diniz Aguiar, que possui o recurso do lampião a gás e, em noite de lua cheia, seguimos com um grupo de pescadores e marisqueiras, por caminhos de areia branca, ao local da reunião. Do grupo focal participou um total de 14 Pescadores Artesanais e Marisqueiras.

A partir do tema gerador do debate, estabeleceu-se uma interação entre o grupo. Destacamos, aqui, uma questão que gerou uma intensa repercussão em termos de sentimentos de revolta e impotência entre os participantes, referente à prática da “pesca de arrasto<sup>91</sup>”. Embora sabendo que na dinâmica do grupo focal não se busca o consenso, nesse caso, na discussão sobre esse problema não houve discordância, na medida em que todos/as foram unânimes em demonstrar indignação diante de uma prática que vem ocorrendo há muitos anos, sem que haja punição aos infratores das leis ambientais.

---

<sup>90</sup> No caso da opção de acesso por via náutica, faz-se até o povoado Atins. A partir de então, o percurso será por terra, necessitando percorrer um trecho de aproximadamente 15 km de trilhas de areia em meio à vegetação, passando à margem da morraria (denominação utilizada pelas populações tradicionais para definir as extensas faixas de dunas que caracterizam os “grandes lençóis”). A outra alternativa de acesso por via terrestre é feita em carro com tração 4x4, após atravessar o Rio, no porto da balsa, passando pelo povoado Cantinho, seguindo um percurso por trilhas que somente um Toyoteiro com experiência nessa área consegue êxito.

<sup>91</sup> Essa prática predatória será abordada no próximo capítulo, no item 4.4.2.3. “O problema da pesca predatória / tempo de escassez”.

Vale sublinhar que a técnica de grupo focal constitui um recurso instrumental de grande alcance, sendo adequado como fonte de informações acerca de percepções, sentimentos e experiências vivenciadas pelo público-alvo. Conforme já explicitamos, não obstante os aportes metodológicos que orientam a execução da técnica, fizeram-se necessárias algumas adaptações em face das situações específicas de deslocamento às áreas, das condições locais e características do público-alvo sem, no entanto, comprometer os princípios básicos referendados na literatura. Destacamos, de modo especial, a decisão que tomamos como pesquisadores, ao assumirmos as funções de moderadores e relatores das discussões. Para isso, utilizamos o apoio do gravador, com a aquiescência dos referidos grupos, no sentido de assegurar o registro integral dos conteúdos dos discursos de cada participante. Na verdade, o uso do gravador, associado às nossas anotações no decorrer dos debates, supriu a ausência do relator. No entanto, demo-lhes a garantia de que será preservada a identificação pessoal de cada participante, na divulgação dos resultados. Cabe, aqui, mencionar distintas experiências profissionais, como: Assistente Social, no campo da Extensão Rural, no estado do Maranhão; e docente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e na Faculdade São Luís, que me deram aporte considerável na condução de debates; enfim, no domínio da técnica de grupo focal com os segmentos que integram o público-alvo da pesquisa.

Os resultados obtidos em todas as reuniões com grupos focais, com ambos os segmentos – Artesãos e Pescadores Artesanais e Marisqueiras – encontram-se apresentados e sistematizados no quarto Capítulo.

### **3.5 A metodologia de exposição: a construção de caminhos analíticos**

#### **3.5.1 Análise de conteúdo como técnica de sistematização e interpretação do material empírico**

Optamos por usar a análise de conteúdo, como recurso técnico na forma de organização e tratamento do material empírico, com vistas à interpretação e inferência. De fato busco na análise de conteúdo o aporte técnico para trabalhar o amplo acervo de informações, concepções, narrativas circunscritas no trabalho de campo. É um recurso sistemático para adentrar no objeto, no sentido de desvendar e entender a dinâmica, anseios e contradições nos percursos e ‘rotas’ dos segmentos sociais pesquisados, em seus processos identitários, na Barreirinhas do Turismo.

Bardin (1979), ao configurar a dinâmica dessa técnica, delineia uma indicação-chave: não existe um modelo, um paradigma pronto de análise de conteúdo, pelo contrário, “a técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento”. (BARDIN, 1979, p.32) Com efeito, a pedra-de-toque dessa técnica é a reinvenção buscando a construção de uma sistemática em função do objeto de estudo e da natureza do material que o/a pesquisador/a dispõe.

### 3.5.2. Estruturação da dinâmica metodológica: um *modus operandi* na análise de conteúdo

No caso específico da construção da presente tese, nesse momento de sistematização e análise do material levantado no trabalho de campo, configuramos um *modus operandi* de análise de conteúdo em conformidade com o objeto de estudo e a natureza do material empírico. Assim, delineamos um percurso específico viabilizando momentos constitutivos da análise de conteúdo dentro da orientação metodológica norteadora do trabalho. De fato, vivenciamos um processo de estruturação da dinâmica metodológica da análise de conteúdo que expomos a seguir. Em verdade, explicitando um olhar reflexivo sobre essa construção do percurso metodológico, circunscrevemos cada momento em suas diferentes operações.

Ao longo dessa construção metodológica, tivemos, como referência teórica, a categoria fundante do trabalho: *identidade*. A rigor, é esse o eixo analítico estruturante do nosso olhar nas configurações da análise de conteúdo. O turismo, como movimento deflagrador a desestabilizar identidades de grupos e segmentos, é a referência histórico-empírica nos processos de análise como um marco de ruptura a delinear novas conexões de tempo e espaço.

Um momento preliminar – que antecede o processo de análise propriamente dito – compreende a organização do material empírico. Nesse momento, faz-se a escolha dos documentos a serem analisados e a organização desse material. É o que Bardin (1979) denomina de “pré-análise”. Considerando ser o material de campo oriundo de entrevistas e grupos focais, foi necessário o trabalho de transcrição de todo o conjunto de narrativas, que passou a se constituir o *corpus* resultante da pesquisa, nos termos dos especialistas em análise de conteúdo. Cabe sublinhar que, em nossa pesquisa, esse *corpus* é constituído no total de 94 entrevistas (com Artesãs, Prestadores de Serviços Turísticos e Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras) e oito reuniões de grupos focais; sendo cinco, grupos focais com Artesãs, e três, com Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras, conforme explicitamos no Quadro 1. Este quadro apresenta o somatório de entrevistas e grupos focais realizados por segmento social – Artesãs,

Prestadores de Serviços Turísticos e Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras – especificando as localidades (bairro e povoados rurais) onde foram desenvolvidas as reuniões de grupo focal.

ENTREVISTAS	Nº	GRUPOS FOCALIS/ Bairro e Povoados	Nº GF /	Participantes
Artesãs	08	(Cebola, Boa Vista, Vigia, Manoelzinho e Laranjeira)	5	40
Prestadores de serviços turísticos (Condutores Turísticos / Pilotos de Lanchas / Toyoteiros )	76			
Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras	10	Atins, Ponta do Mangue, Tapuio	3	44
<b>TOTAIS</b>	<b>94</b>		<b>8</b>	<b>84</b>

Quadro 1– Quantidade de entrevistas e grupos focais por segmento social

Fonte: própria autora

Assim, efetivamos um exaustivo trabalho de transcrição, nos interstícios do trabalho de campo, durante todo o percurso investigativo. Tal procedimento que, aparentemente, parece ser estritamente de natureza técnica, constituiu um recurso auxiliar, na tessitura teoria / empiria, encarnando momentos de aproximação sucessivos, com nosso objeto, na reflexão acerca de ressignificações de práticas, valores e tradições, em meio a novas configurações na vida material e simbólica dos segmentos constitutivos do público-alvo. Ajudou-nos, sobretudo, a apropriarmo-nos de conteúdos que traduzem as múltiplas teias de relações e interações sociais, econômicas e políticas que se articulam no âmbito da cadeia produtiva do turismo em Barreirinhas.

Feita essa organização do material empírico e tendo, no horizonte, a categoria fundante de *identidade* – circunscrita nos aportes contemporâneos da teoria cultural – delineamos o primeiro momento de sistematização da análise de conteúdo. É esse um momento-chave desse processo, constituindo-se na apresentação e sistematização do material circunscrito no trabalho de campo. Para tanto, efetivamos a construção de textos-sínteses a configurarem resumos que contemplem os aspectos fundamentais das narrativas das



entrevistas e dos grupos focais. Em verdade, é um esforço de circunscrever as temáticas e as ideias desenvolvidas pelos/as entrevistados/as e integrantes dos grupos focais.

Nas configurações específicas da análise de conteúdo por nós desenvolvida, decidimos que os textos-síntese seriam construídos por segmentos constitutivos do público-alvo. E, na construção destes textos-síntese, demarcamos como unidades de análise: *temas*, os aspectos-chave que circunscrevem o conteúdo de entrevistas e grupos focais; *eixos temáticos*, as ideias centrais desenvolvidas pelos sujeitos entrevistados e pelos grupos focais.

É esse um momento de trabalho exaustivo e fundamental para a análise, e, como tal, foi desenvolvido com cuidado, atenção, mesmo vigilância, no sentido de priorizar os conteúdos básicos em uma síntese suficientemente ampla e objetiva. Para dar maior visibilidade aos pontos essenciais constitutivos da tessitura dos textos-sínteses, construímos quadros compostos de três colunas, especificando: temas discutidos; eixos temáticos e recortes de narrativas, por segmento social.

Uma vez concluído esse primeiro momento, iniciamos o segundo a consubstanciar um avanço no trabalho de sistematização analítica. Nesse momento, trabalhamos na construção de quadros, por segmento social constituinte do público-alvo, configurando, a partir das sínteses desenvolvidas, os seguintes indicadores: categorias operacionais como suportes de análise do material; descritores a consubstanciar os eixos temáticos nos dois tempos históricos: antes e depois do turismo; e, unidades de conteúdo a materializar os temas discutidos.

Os quadros elaborados por segmento social, estão incluídos neste trabalho de acordo com a seguinte dinâmica expositiva: os quadros 2 (A, B e C), no capítulo 4, após cada texto-síntese, referente a cada segmento; e os quadros 3 (A,B e C), inseridos no capítulo 5 ao final da abordagem analítica de cada segmento. Tais quadros, a consubstanciarem referências-chave permitiram-nos avançar de forma sistemática na construção das análises que expomos no último capítulo da Tese.

## **4 PROCESSOS IDENTITÁRIOS EM CURSO: apresentação e sistematização do material empírico na dinâmica da análise de conteúdo**

Neste capítulo, sistematizamos e apresentamos o material empírico produzido ao longo de mais de dois anos de pesquisa de campo, no período de Julho/2006 a Setembro/2008, na cidade de Barreirinhas – Maranhão/ Brasil.

De fato, este momento vem consubstanciar um processo de pesquisa qualitativa que se inicia a partir da construção do objeto, mediante aproximações sucessivas, consolidando-se com a definição de eixos de estudo, categorias analíticas, público-alvo e aportes teórico-conceituais. Em verdade, é este um momento peculiar nos percursos da produção científica que consiste em resgatar, para o espaço de pesquisa, os dados empíricos, encarnando os princípios do “*pensar relacionalmente*”, com a consciência da íntima tessitura teoria / empiria. É o esforço de materializar observações e práticas discursivas reconstruindo o “*corpus* empírico” a ser trabalhado nos interstícios da reflexão analítica. Neste momento, prepara-se o material discursivo a revelar dimensões-chave no desvendamento do objeto.

### **4.1 Segmentos sociais da sociedade de Barreirinhas que constituem público-alvo da investigação: perfis sócio-demográficos e profissionais**

#### **4.1.1 Artesãs**

As Artesãs constituintes do público-alvo da pesquisa encarnam por excelência, o segmento que vem passando por um processo intenso de redefinições identitárias nos circuitos do turismo em Barreirinhas. Representam o segmento que se vincula à própria história de Barreirinhas. Gerações de mulheres da população barreirinhense herdaram de suas mães a tradição na prática de tecer delicadas tramas com a fibra do buriti. Trata-se de uma palmeira nativa considerada a *espécie-símbolo* da região dos Lençóis Maranhenses. Os buritizais, presentes, em abundância, nas margens de rios e brejos, representam, para a população local, uma fonte de recursos para múltiplas finalidades, como alimento, abrigo e renda.

A maioria do segmento estudado é integrante da Artecoop (Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses), incluindo um grupo dissidente dessa Cooperativa que reside nos povoados Tapuio e Laranjeira que, atualmente, trabalha de forma autônoma e individual.

O público pesquisado compõe-se de 42 artesãs, naturais de Barreirinhas, dentre as quais, apenas uma é natural de outro município do Maranhão. Esse grupo é formado por

mulheres de diferentes gerações, abrangendo uma ampla faixa etária dos 18 aos 71 anos, predominando, com 26 artesãs que se encontram no intervalo de idade entre 26 e 45 anos.

Tais mulheres, em sua maioria, possuem o ensino fundamental incompleto, mais precisamente 30 artesãs. Uma minoria, 4 artesãs, está frequentando o Projeto de Alfabetização de Adultos. No grupo pesquisado, 6 artesãs estão cursando o ensino médio.

Esse quadro da escolaridade das artesãs é emblemático da situação de várias gerações de mulheres do meio rural brasileiro, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. O caso de Barreirinhas, além das características comuns aos demais municípios do Maranhão, em face da peculiaridade de integrar a região dos Lençóis Maranhenses, agravou ainda mais as condições de vida das populações rurais, sobretudo pela situação de isolamento. De fato, uma conjunção de fatores, ao longo dos tempos, contribuiu para a composição dessa realidade, que ainda hoje existe com alguns atenuantes, tais como: situação de isolamento pela ausência de estradas e condições adversas de deslocamento das populações; dimensões estruturais e políticas que determinaram a precariedade histórica do ensino público no Estado e no município, em especial nas áreas rurais; relações de gênero a definirem uma posição de subordinação da mulher ao marido, sempre limitadas às tarefas domésticas. Nos tempos da “Barreirinhas do Turismo”, as mudanças geradas com as demandas de trabalho, exigindo tempo integral de trabalho, a se entrecruzarem com o cotidiano da vida privada têm, de certa forma, dificultado a decisão das Artesãs em investirem tempo na melhoria do nível de escolaridade. No entanto, o fato de seis Artesãs encontrarem-se cursando o ensino médio é um sinal que aponta para melhoria dos níveis de escolaridade do grupo pesquisado.

#### 4.1.2 Prestadores de Serviços Turísticos: condutor turístico, piloto de lancha e toyoteiro

O segmento Prestadores de Serviços Turísticos é composto por Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros. Na verdade, como explicitamos no capítulo 3, integram, esse segmento, profissionais que emergiram e ou redefiniram suas identidades profissionais na dinâmica do turismo. No âmbito da pesquisa, mediante um recurso heurístico, tais profissionais, constituintes do público-alvo, encontram-se agrupados a partir da característica comum, como prestadores de serviços turísticos, tendo em vista o procedimento metodológico da análise de conteúdo. Não obstante, possuem especificidades, enquanto

categorias profissionais distintas, diante do que optamos por delinear, de forma resumida, os perfis sócio-demográficos e profissionais separadamente.

- Condutor Turístico

Na “Barreirinhas do Turismo” existe um contingente significativo<sup>92</sup> de pessoas que prestam serviços a turistas e visitantes, que, popularmente, são denominados de “guias turísticos”. Nesse mesmo contexto, inclui-se um grupo de jovens que possui capacitação específica, através do Ibama, como Condutores de Visitantes, também denominados de Condutores Turísticos<sup>93</sup>.

Dentre os integrantes dessa categoria profissional, a pesquisa atingiu 40 Condutores Turísticos, sendo, quase a totalidade, integrantes da Cooperativa de Condutores de Visitantes e Monitores Ambientais dos Lençóis Maranhenses (Comcoop). Esse público é formado por jovens, em sua maioria do sexo masculino, solteiros, predominando a faixa etária entre 18 e 25 anos, nascidos em Barreirinhas.

Quanto à escolaridade, os dados revelam o seguinte: 13, dos entrevistados, frequentam o Ensino Fundamental; 22 encontram-se cursando o Ensino Médio; apenas 3 possuem o 2º Grau completo e 2 informaram que haviam abandonado, temporariamente, os estudos, mas pretendem retornar.

Quanto ao tempo de inserção na atividade turística, a maior parte possui entre 4 e 7 anos de experiência; trabalhando em tempo integral, de acordo com a demanda. Dentre os entrevistados, um deles considera-se o pioneiro, com 16 anos de prática nesse serviço.

Em termos de qualificação profissional na área do turismo, a maioria dos entrevistados, ou seja, 28 concluíram o Curso de Monitores Ambientais Locais<sup>94</sup>, realizado pelo Ibama no período de 2006 e 2007. Dentre os integrantes desse segmento, há alguns que têm a vantagem de possuir outra habilitação no ramo dos transportes turísticos, terrestre ou náutico, diante do que, eventualmente, prestam serviços turísticos como Pilotos de Lancha ou Toyoteiros.

---

<sup>92</sup> Em 2004, o IBAMA realizou o cadastro de pessoas físicas e jurídicas do *trade* turístico que atuavam no PNLM. Nesse processo, foram cadastradas 162 pessoas como “condutores de visitantes” do PNLM.

<sup>93</sup> As questões institucionais quanto à nomenclatura utilizada para designar essa categoria profissional, encontram-se apresentadas neste capítulo, no item 4.3.2.2. “Exigências para atuação no mercado turístico – capacitação/ habilitação”, que contém um sub-item que trata das “polêmicas sobre a denominação profissional: o poder de definir”.

<sup>94</sup> Esse Curso de Monitores Ambientais Locais é abordado neste capítulo, no item “Exigências para atuação no mercado turístico – capacitação / habilitação”.

- Toyoteiro.

Essa categoria profissional não está restrita à atividade turística. O Toyoteiro de Barreirinhas tem a característica de existir, como tal, bem antes do ciclo do turismo, na prestação de serviço no transporte alternativo.<sup>95</sup>

Ao todo, foram entrevistados 14 Toyoteiros, integrantes da Cooperativa de Turismo e Transporte Alternativo dos Lençóis Maranhenses (Coottalmar). A categoria profissional de Toyoteiros é constituída por pessoas do sexo masculino, em sua maioria nascidos em Barreirinhas ou em municípios vizinhos. Essa categoria profissional possui uma formação heterogênea quanto à faixa etária, com dois grupos de gerações distintas. Um que representa a maioria, é composto de pessoas mais jovens, com idade entre 23 e 30 anos; outro grupo que reúne os veteranos na atividade, com idade entre 40 e 60 anos; havendo o caso de um toyoteiro com 78 anos, que, durante a entrevista, declarou ainda encontrar-se na ativa.

Quanto ao tempo de inserção nesse ramo de trabalho, a maioria do grupo afirma ter entre 5 e 7 anos de experiência e uma minoria já atua nesse ramo de transporte alternativo entre 10 e 12 anos, havendo o caso dos “pioneiros” dessa profissão, em Barreirinhas, que estão há mais de 20 anos nessa atividade.

Dentre os integrantes desse segmento, há Toyoteiros que trabalham em outros ramos de atividade, especialmente como proprietários de comércios, tais como mercadinhos de secos e molhados e lojas de peças para motos. Há o caso de um Toyoteiro que é também proprietário de uma oficina mecânica de carros Toyota. Alguns desses Toyoteiros atuam em ambas as atividades; outros, porém, privilegiam o ramo do comércio e passam a administrar o serviço de transporte turístico ou de passageiros para os interiores mediante a contratação de um profissional.

Quanto ao nível de escolaridade, o grupo divide-se em dois extremos: uma parte possui o ensino fundamental incompleto e outra subdivide-se entre os que ainda cursam o 2º Grau e os que já concluíram.

- Piloto de Lancha

O universo de 22 entrevistados é formado por pessoas do sexo masculino e, a maioria, natural de Barreirinhas. Existe uma particularidade nessa categoria profissional

---

<sup>95</sup> Essa peculiaridade do Toyoteiro encontra-se desenvolvida neste capítulo, no item “Iniciação no trabalho turístico: inserção casual e informal”.

formada por dois grupos distintos: um, constituído por Pilotos de Lanchas “voadeiras” que prestam os serviços de transporte náutico turístico. E o outro grupo, formado por proprietários/a de lanchas que agenciam o passeio náutico diretamente com o turista ou agências de turismo e administram o trabalho realizado por seus pilotos. Ambos, Pilotos e proprietários, são sócios da Cooperativa de Transportes Náuticos de Barreirinhas (Copernáutica), pois o estatuto dessa Cooperativa prevê essa abertura.<sup>96</sup>

O universo pesquisado apresenta um perfil que assim se configura. A faixa etária predominante do grupo situa-se entre 21 e 35 anos. Quanto à escolaridade, a maior parte do grupo possui o Ensino Fundamental incompleto, uma minoria, está cursando o Ensino Médio e os demais possuem o 2º Grau completo. Dentre os entrevistados, proprietários de lanchas, há um que possui Curso Superior completo e outro que ainda está cursando.

Em relação ao tempo de trabalho com o turismo, há predominância do período entre 4 e 10 anos de experiência nesse campo do transporte náutico.

Quanto às experiências profissionais antes de entrarem para o ramo do transporte náutico, destacam-se as seguintes: uma parte, que tem suas origens familiares no trabalho na lavoura e na pesca; e outra parte, que se inseriu em serviços diversos na sede do município, destacando-se o trabalho em oficinas mecânicas especializadas em motores de popa de lancha, onde alguns iniciaram, desde a adolescência, como aprendizes.

#### 4.1.3 Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras

Segundo a legislação trabalhista,<sup>97</sup> pescador é “aquele que exerce sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros” (*Art. 1º*). Outro conceito, com semelhante teor, encontra-se no Registro Geral da Pesca, que considera pescador artesanal a pessoa que faz da pesca “sua profissão habitual ou meio principal de vida, exercendo sua atividade de forma autônoma, com meios de produção próprios, individualmente, ou em regime de economia familiar ou, ainda, com o auxílio eventual de parceiros, sem vínculo empregatício”.<sup>98</sup>

---

<sup>96</sup> Essa situação peculiar de uma mesma Cooperativa congregar empregados e patrões encontra-se desenvolvida neste capítulo, no item “Dilemas e desafios da organização cooperativa na cadeia turística”.

<sup>97</sup> Lei nº 10.779, de 25 de Novembro de 2003. In: Silvino, Ana Sílvia Costa. *Análise do Conceito de Pescador Artesanal na Legislação Federal Pesqueira, Trabalhista e Previdenciária*. (Consultora Nacional – Legislação Pesqueira). Acesso à Internet, dia 26/12/2008.

<sup>98</sup> Percebe-se que ambos os conceitos, tanto o da legislação trabalhista como o do Registro Geral da Pesca, não qualificam a questão de gênero no âmbito da categoria ou desconsideram o expressivo contingente de mulheres – pescadoras artesanais – que, tradicionalmente, exerce essa profissão em nosso país tratando o setor pesqueiro como, homogeneamente, masculino.

Integra, ainda, esse segmento, uma categoria profissional, também existente em outras regiões do litoral pesqueiro no país, constituída por um contingente de mulheres denominadas de marisqueiras. Marisqueira é a mulher que depende da cata do marisco e, eventualmente, outros recursos pesqueiros, tendo em vista a manutenção da família.

O público pesquisado compõe-se de 54 Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras. Desse total, 10 foram abordados/as através de entrevistas em profundidade, realizadas em momentos distintos: na sede da Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas e durante as visitas às comunidades nas quais residem. Os/as demais 44 Pescadores/as e Marisqueiras são residentes nas comunidades pesqueiras que visitamos: Atins, Ponta do Mangue, Tapuio e Laranjeira, com os/as quais realizamos a técnica de grupo focal, combinando com entrevistas e observação participativa.

Com vistas a traçar um perfil sócio-demográfico desse segmento, apresentamos os dados referentes à naturalidade, à faixa etária predominante e ao nível de escolaridade do grupo pesquisado. Quanto à naturalidade, a maioria do público pesquisado é de Barreirinhas. Em relação à faixa etária, a maioria do público concentra-se no intervalo de 41 a 60 anos. E os dados em relação à escolaridade revelam a própria situação de abandono a que, historicamente, as populações rurais estiveram sujeitas. Assim, como herança de um passado sem escolas, tem-se, hoje um cenário em que a maioria do público pesquisado possui apenas o ensino fundamental incompleto. Do total pesquisado, apenas 10 possuem o fundamental completo; 2 possuem o ensino médio completo e 1, Curso Superior.

A pesca artesanal e a cata do marisco são realizadas por homens e mulheres da mesma família. São, portanto, trabalhos que envolvem todo o grupo familiar. De acordo com os depoimentos dos/as entrevistados/as, a iniciação nesse ofício realiza-se, de modo geral, ainda na infância, sempre em companhia dos pais. Entre os/as pesquisados/as, a maioria informou ter-se iniciado na atividade entre 10 e 15 anos de idade. Outros, em número de 13, afirmam ter começado a praticar esse trabalho entre 7 e 9 anos de idade, sempre acompanhados e aprendendo com os pais. A atividade da cata do marisco, realizada nas comunidades situadas em regiões de praia, é feita exclusivamente por mulheres e crianças do sexo feminino, em companhia de suas mães. O produto dessa atividade eventualmente é comercializado em pousadas e restaurantes da cidade, mas a maioria tem como finalidade o consumo familiar. A mulher pescadora artesanal desenvolve a pesca em água doce e geralmente reside na sede de Barreirinhas ou em povoados às margens do Rio Preguiças. Utilizam pequenas canoas e costumam descer até o Alazão, que é uma localidade propícia à

pesca de água doce, conforme relatou-nos o Presidente da Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas.

O grande contingente de homens e mulheres que realiza a prática da pesca artesanal e a cata de mariscos, formado por Pescadores/as e Marisqueiras, é filiado à Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas<sup>99</sup>, fundada em 26 de Abril de 1975. No início da organização, havia o registro apenas de profissionais do sexo masculino. Hoje, segundo informações do presidente do órgão de classe, em entrevista concedida em novembro de 2007, até este período constavam, no Livro de Registro de filiação à entidade, um total de 2.567, entre pescadores/as e marisqueiras. Cabe mencionar que a presença da mulher é significativa na vida da Colônia, não apenas em termos quantitativos, pois representam, atualmente, quase a metade do contingente de sócios, mas, em especial, pelo interesse demonstrado, pela efetiva participação nas reuniões, inclusive na composição da diretoria, atualmente integrada por duas mulheres.

#### **4.2 Segmento Social Artesãs: texto-síntese da produção do trabalho de campo**

Na sistematização e análise dos aspectos essenciais das entrevistas e grupos focais com o segmento social Artesãs, o texto-síntese está consubstanciado nos seguintes temas:

- Ser Artesã em Barreirinhas nos tempos passados;
- Ser Artesã na “Barreirinhas do Turismo”;
- Artesãs em suas “teias” de relações sociais;
- Futuro do artesanato em Barreirinhas.

##### **4.2.1 Ser Artesã em Barreirinhas nos tempos passados**

O tema ser Artesã em Barreirinhas nos tempos passados está delineado a partir de dois eixos temáticos: iniciação doméstica e padrão tradicional.

A trajetória de vida das artesãs de Barreirinhas tem uma origem comum: o artesanato constitui-se uma prática tradicional, transmitida de mãe para filha ainda no período da infância ou pré-adolescência.

---

<sup>99</sup> A Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas constitui-se o órgão de classe dos/as trabalhadores/as do setor artesanal da pesca no local, segundo o princípio da livre organização previsto no Art. 8º da Constituição da República Federativa do Brasil.



Desde criança já trabalhava com minha mãe, com o artesanato [...] Também foi do mesmo jeito, eu aprendi foi com a minha mãe, lá no Baixão, a fazer sacola. [...] (Informação oral)<sup>100</sup>

De fato, o público pesquisado integra gerações que receberam decisiva influência materna quanto à iniciação do ofício de fazer o artesanato com o “linho”<sup>101</sup> do buriti, predominando a faixa de idade entre 8 e 12 anos, com casos de iniciação ainda com 5 e 6 anos. Em suas narrativas, as artesãs relembram o tempo de suas vidas, na infância e na adolescência, em que a produção artesanal concentrava-se, basicamente, na confecção de um só tipo de sacola. Os depoimentos de artesãs, em reuniões de grupo focal, revelam essa experiência de vida:

Todo mundo aqui começou foi fazendo sacola. Quando eu me entendi foi sacola. A minha mãe tirava o linho, aí a gente foi começando a fazer sacola. Aí depois a gente começou a fazer chapéu. (Informação oral)<sup>102</sup>

Aqui se fazia a mesma bolsa, o ponto sempre era o macramé. Aí a cor mesma era a natural da fibra. A gente fazia também chapéus. (Informação oral)<sup>103</sup>

Na época que eu comecei novinha, a gente fazia sacola. Foi primeiro a sacola. [...] Eu aprendi desde criança, porque logo eu perdi a minha mãe, fiquei pequena com 5 anos, quando ela morreu. Ela soube me ensinar a fazer sacola, e eu aprendi com ela. Aí eu fiquei com meus irmãos, nós ficamos sete. A maiorzinha era eu. E aprendi a fazer o artesanato (a sacola) e fiquei lutando. Não era nada bom. Perdi minha mãe e fui criar meus irmãos com o meu pai, nós todos pequeninhos, e já trabalhando, porque aí já aprendi. Aprendi a tirar o linho, aprendi a fazer as sacolas. (Informação oral)<sup>104</sup>

Relatam essas mulheres que no decurso de sua infância, as tarefas domésticas eram permeadas tanto com o aprendizado do ofício do artesanato, quanto com o trabalho na lavoura familiar, na olaria e na pesca artesanal, dependendo do local de residência. Ou seja, a vida das jovens artesãs esteve sempre intimamente imbricada com as atividades ligadas à subsistência do grupo familiar. Alguns depoimentos revelam essa realidade vivenciada pelas artesãs:

---

<sup>100</sup> Grupo focal realizado no povoado Vigia, em Maio em 2008.

<sup>101</sup> A fibra do buriti é conhecida em Barreirinhas e em toda a região dos Lençóis Maranhenses como “linho”, que é obtido através da extração dos brotos das folhas jovens, denominados de “olho”. O trabalho de coleta dos “olhos” é geralmente realizado pelo grupo familiar; havendo, no entanto, uma divisão interna, assim configurada: as mulheres e crianças realizam a coleta das palmeiras jovens, enquanto que, nas palmeiras de maior porte, a extração é feita exclusivamente por homens. A partir da extração do “olho”, desencadeia-se uma série de etapas que são realizadas quase exclusivamente pelas mulheres.

<sup>102</sup> Artesã, grupo focal – povoado Vigia, Maio 2008.

<sup>103</sup> Artesã, grupo focal – povoado Vigia, Maio 2008.

<sup>104</sup> Grupo focal, povoado Vigia, em Maio/2008.

Quando eu me criei, mamãe ia para a roça com papai e eu ficava com os irmãos menores. Eu era pequena, uns 8 anos, eu trepava em cima do fogãozinho para fazer o fogo com um tiçãozinho (pedaço pequeno de lenha acesa) para fazer o ‘de comer’ para os outros irmãos. Quando eles chegavam, já estava o comerzinho ali pronto, para eles. [...] a gente ia pegar água no rio, a gente não tinha carvão, a gente não tinha gás, eu carregava a lenha para fazer o fogo, eu fazia tudo isso. [...]. (Informação oral).<sup>105</sup>

[...] Trabalhava também na roça e em olaria. Fazia até tijolo, com meu pai. (Informação oral)<sup>106</sup>

Meu pai amolava o sacho e a gente ia para a roça com ele, capinar [...]. (Informação oral)<sup>107</sup>

De fato, em tempos passados, antes da chegada do turismo, no contexto de um município que viveu durante décadas isolado, com dificuldades de acesso, o artesanato era desvalorizado dentro das próprias comunidades.

A vida antigamente era difícil porque as pessoas não davam valor ao nosso trabalho. Até porque não tinha saída mesmo, não era conhecido, né? Os que conheciam eram os que já sabiam e não queriam. As pessoas que queriam comprar algum produto, mas era assim, trocando por ‘roupinhas’. Porque antes, nós, artesãs, passávamos muita precisão, muita fome, porque o dinheiro não dava para comprar. Se a gente fazia uma toalha dessa aqui, não dava para comprar a carne e o arroz. (Informação oral).<sup>108</sup>

Essa desvalorização do artesanato nas próprias comunidades locais relacionava-se a distintos fatores que remetem à realidade de Barreirinhas nesse contexto. Destaca-se, aqui, a falta de um mercado consumidor que, só a partir do aumento do fluxo turístico, se fez presente na cidade. Além disso, a dispersão espacial das artesãs, por residirem em diferentes povoados, e alguns, distantes da sede do município e de difícil acesso, contribuiu para reforçar os vínculos de dependência com a presença ativa de intermediários ou “atravessadores” no processo de comercialização, geralmente a preços irrisórios ou em sistema de troca. O depoimento da artesã revela essa realidade:

Sou nascida e criada aqui. Comecei a trabalhar com 10 anos. Com 10 anos eu já ia tirar o olho do buriti lá no alagadiço. Eu mesma que tirava o olho do buriti no alagadiço, eu fazia as sacolinhas. Só que, nesse tempo, o nosso trabalho não tinha, assim, saída. A gente fazia era trocar por roupinhas [...] até porque eu era despida de roupa, eu achava muito pouco, eu ficava ganhando aquelas roupinhas. A gente fazia as redes, fazia sacolas, as toalhas, mas o pessoal não dava valor. As pessoas queriam, assim, que a gente trocasse por alguma besteira. (Informação oral).<sup>109</sup>

---

<sup>105</sup> Grupo focal, povoado Vigia – Maio/2008.

<sup>106</sup> Entrevista - Artesã A, agosto de 2008.

<sup>107</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>108</sup> Entrevista – Artesã – bairro Cebola, agosto/2008.

<sup>109</sup> Artesã bairro Cebola, agosto/2008.

Ao longo dos tempos, o padrão tradicional do artesanato em Barreirinhas passou por modificações lentas que se expressavam na confecção de produtos distintos: de início, sacola, rosto de tamancos; depois, chapéus.

O começo é igual ao das outras também. No princípio a gente fazia sacola, também. Eu morava na Santa Maria, um povoado adiante daqui. Aí, depois, a sacola foi caindo, aí ninguém quis mais saber [...] Porque só quem fazia as sacolas eram as mulheres mais antigas, as mães da gente. Aí o pessoal novo foi pegando o gosto pelos chapéus e, então, as velhas não quiseram mais saber de fazer sacola e aí continuamos fazendo chapéus, né? (Informação oral).<sup>110</sup>

As artesãs do povoado Manoelzinho enfatizam que, naquele tempo, a produção era feita “sem acabamento”, mesmo com o início na diversificação do tipo de trama; configurando, assim, o padrão tradicional, como se flagra nas narrativas a seguir:

Só o que a gente não fazia era o acabamento! Era só mesmo a trancinha, feito o cabresto. Não tinha o acabamento que hoje a gente faz.

Antes do turismo, em Barreirinhas, nós fazíamos só um tipo de sacola, aliás, que a gente via fazer, era só aranha e aquela outra com o ponto macramê, o chapéu e rosto de tamanco. Era esse o artesanato que tinha aqui. “Mas até a trama dessa sacola não era assim, era bem grandona. Depois é que veio o aperfeiçoamento.

Mas tinham sacolas comuns e as trabalhadas. Nesse tempo também tinham as trabalhadas que a gente suava [...] Era trabalhada! Só que não era assim esse ponto de flor, era diferente, era “brilhante”, “maia”, “florzinha” também, mas não era usado em todas as sacolas (Informação oral).<sup>111</sup>

No interior desse padrão tradicional podem-se bem identificar, no percurso de vida e trabalho das artesãs, momentos distintos com características peculiares. Em um primeiro momento, na origem do processo, a produção artesanal era feita de forma individual, em que cada artesã trabalhava nos interstícios do tempo, entre as atividades de subsistência da família. As matérias-primas básicas eram a palha do tucum e a palha da carnaúba, sem perspectiva de mercado. A fibra do buriti, nesse período, era utilizada principalmente para a confecção de redes para uso doméstico. Segundo os depoimentos das entrevistadas, era comum a utilização dessas redes, feitas com a fibra do buriti, no período do verão, pelos membros da família. De fato, nessa fase, a produção artesanal era constituída, basicamente, de esteiras de palha de carnaúba e de tucum e comercializadas para fora da cidade, para pessoas com interesse em criar outros produtos artesanais, a partir dessa base em forma de esteira. A narrativa de uma artesã bem circunscreve esse momento:

---

<sup>110</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>111</sup> Grupo focal – povoado Manoelzinho, maio de 2008.

Desde criança já trabalhava com minha mãe, com o artesanato. Não assim com a fibra do buriti, mas outro tipo de artesanato, com a palha do tucum e a palha da carnaúba. O buriti, na época, a gente só trabalhava com a fibra do buriti para fazer rede. A gente dormia nas redes de buriti. Eu, por exemplo, tinha a minha rede e todos na minha casa tinham uma rede de buriti. Porque não tinha turista em Barreirinhas e, então, não tinha muita saída. A gente vendia esteiras de palha de carnaúba, de tucum e as pessoas levavam para fora para fazer outro tipo de artesanato. (Informação oral)<sup>112</sup>

Identificamos uma segunda fase no percurso de vida das artesãs, ainda no contexto do padrão tradicional: é o momento em que passaram a utilizar a fibra do buriti como matéria-prima básica do artesanato local. É o tempo em que as artesãs, com foco no mercado, começam a diversificar a produção com peças feitas em crochê e produtos de utilidade doméstica, como vassoura e espanador. A comercialização de tais produtos ainda era incipiente, efetivando-se por meio de “atravessadores” que buscavam adquirir os produtos diretamente nos povoados, locais de residência das artesãs. Nessa fase, de acordo com os depoimentos, predominava a prática do escambo, ou seja, a troca dos produtos artesanais por roupas ou alimentos, como carne, açúcar, café e feijão. Segundo as entrevistadas, suas mães, as principais artesãs desse período, submetiam-se a esse tipo de comercialização em face da premente necessidade em obter recursos para subsistência da família. Essa fase corresponde ao período em que começam a entrar os primeiros turistas na cidade, de forma moderada, e a presença de visitantes era inconstante, com oscilações em razão das dificuldades de acesso, como revelam os depoimentos de artesãs:

Quando eu comecei a fazer, comecei também a fazer sacolas. Aí depois mudou e agente passou a fazer os chapéus. Mas só que, naquele tempo era assim, mais difícil da gente vender, porque nesse tempo não tinha ainda, essa estrada que tem hoje. Então era muito difícil para a gente vender os produtos. Naquele tempo, era só os ‘compradores’ que apareciam aqui. Nesse período a gente vendia trocando assim, por açúcar, café, 1kg de carne, de feijão, era assim. (Informação oral).<sup>113</sup>

[...] Então, depois começaram a vir turistas para Barreirinhas, aí as pessoas começaram a trabalhar com a fibra do buriti, faziam crochê, faziam também vassoura, espanador e a sacola de palha de carnaúba que tinha muita saída. A gente fazia nossos produtos e vendia para o ‘atravessador’ por um preço muito barato mesmo que, às vezes, só vendia mesmo porque estava precisando. (Informação oral).<sup>114</sup>

Também foi mesmo jeito, eu aprendi foi com a minha mãe, lá no Baixão, a fazer sacola. Nesse tempo era mais sofrimento mesmo. Eu lembro como se fosse hoje. Ela fazia e ia vender. Nesse tempo, tinha um homem no Sobradinho que comprava [...] Ela vendia a mercadoria para poder comer [...] Era meu pai quem tirava o olho

<sup>112</sup> Entrevista com Artesã A, setembro de 2008.

<sup>113</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>114</sup> Entrevista – Artesã “B”, Agosto/2008.

do buriti e a mãe tirava o linho. Aí nós ajudávamos. Era muita mulher que tinha em casa. [...]. (Informação oral).<sup>115</sup>.

#### 4.2.2 Ser Artesã na “Barreirinhas do Turismo”

A trajetória de vida das Artesãs revela uma multiplicidade de caminhos que se entrecruzam e se interpenetram nas relações familiares, no trabalho da lavoura ou na pesca artesanal e no âmbito da vida associativa no mundo do artesanato, seja na dinâmica local, com as demais sócias da Cooperativa, ou fora do estado. Hoje, nos circuitos do turismo, as escalas de espaço e tempo rompem com o local. As artesãs produzem no espaço local, mas transitam para o estadual, o nacional, participando de feiras e eventos da moda regional, nacional. Nesse sentido, pela via do artesanato, tais mulheres têm conquistado posições e ampliado espaços no mercado local e nacional mediante um longo percurso que passa pela construção da vida associativa, pela capacitação e aperfeiçoamento no trabalho artesanal e no estímulo ao processo criativo.

Nessa trajetória integrada por várias gerações de mulheres está em curso a produção de novos sentidos, a construção de novas identidades do *ser artesã na “Barreirinhas do Turismo”*, em que se engendram processos de construção, fragmentação e (re)construção de identidades, em meio a dilemas e lutas, conquistas e disputas por reconhecimento no mundo da moda de acessórios, por posição no mercado nacional e internacional. Esse tema está desenvolvido a partir de três eixos temáticos:

- Empreendedorismo cooperativo;
- Padrão mercadológico;
- Inserção nos mercados nacionais e internacionais.

---

<sup>115</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

#### 4.2.2.1 Empreendedorismo cooperativo

Qual o sentido de falar em empreendedorismo<sup>116</sup> no trabalho artesanal? No eixo temático anterior afirmamos que as artesãs de Barreirinhas produziam de forma isolada e seguindo um padrão tradicional que foi transmitido por suas mães. Um marco de ruptura com esse padrão inicia-se com a atuação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Maranhão (Sebrae), junto às artesãs em Barreirinhas, simultaneamente ao aumento do fluxo turístico, com a abertura da estrada MA-402.

Como instituição de fomento às micro e pequenas empresas, inclusive cooperativas populares, a presença do Sebrae em Barreirinhas tem como razão estratégica a posição que o município ocupa, como um dos principais destinos turísticos do Maranhão, ao integrar a região dos Lençóis Maranhenses. Nesse sentido, o Sebrae/Maranhão, desde 2000, passou a constituir-se parceiro institucional do Governo do Estado, no contexto do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão: Plano Maior (MARANHÃO, 2000), que contempla essa região com uma proposta específica, fundamentada no princípio da sustentabilidade. (SEBRAE, 2003)

Nesse processo, a atuação do Sebrae, junto às artesãs em Barreirinhas deu-se de forma articulada com o Sebrae-Nacional e a Agência de Promoção de Exportações (Apex),<sup>117</sup> através do Projeto Setorial Integrado (PSI). Tal projeto tem como foco central “estruturar o artesanato como atividade econômica” e, ao mesmo tempo, visa a obter “recursos para fomentar a exportação de produtos artesanais maranhenses, inseridos num contexto de valorização do próprio artesanato brasileiro, estimulado pela Apex e seus parceiros”. (SEBRAE, 2003, p.4).

Esse projeto é desenvolvido nos municípios de Barreirinhas e Tutóia, em sintonia com as diretrizes do Programa Sebrae de Artesanato. Viabiliza uma metodologia fundamentada em três pilares: o primeiro visava à “*preparação do indivíduo*” – a artesã –

---

<sup>116</sup> O empreendedorismo tem sido abordado por uma vasta literatura; não havendo, entre as principais referências teóricas, uma única definição isenta de controvérsias. Ademais, houve um alargamento gradativo do conceito, extrapolando o campo econômico para a área social, política e institucional, nas quais o empreendedorismo veio a designar o exercício de um papel motor na implantação de projetos de interesse comum ou na reconfiguração das instituições. (FERREIRA, 2005 apud GAIGER, 2008, p.59). Nesse sentido, tem se constituído um tema central no âmbito da discussão sobre programas de políticas públicas para formação de cooperativas populares no Brasil. Afirma Gaiger que “a dimensão empreendedora é indissociável da dimensão solidária dos empreendimentos. Isto significa que a união e a inteligência coletiva dos trabalhadores são mobilizadas como recursos fundamentais para que os empreendimentos lidem a realidade contingente e logrem sua sobrevivência gerando benefícios às pessoas neles implicadas. [...] Nesse contexto, o empreendedorismo diz respeito à liderança e à gestão econômicas capazes de produzir os resultados econômicos e as satisfações extra-econômicas intrínsecas aos empreendimentos. (GAIGER, 2008, p. 62).

<sup>117</sup> Apex – Órgão do Governo Federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. No Estado do Maranhão, sua atuação visa de modo geral, à organização, desenvolvimento e consolidação dos núcleos produtores de artesanato existentes em São Luís e nos municípios de Barreirinhas e Tutóia (região dos Lençóis Maranhenses).

para atuar como empresária/empreendedora em sua arte; o segundo pilar, centrado na “*organização de grupos*” como estratégia básica para a busca de soluções para necessidades comuns e o estímulo ao processo associativo; e o terceiro pilar, com foco no *desenvolvimento dos produtos*, mediante um processo de “revitalização”, “atendendo à necessidade de diversificação, aprimoramento técnico, acabamento e tingimento”. (SEBRAE, 2003, p. 5-6)

No período de 1999 a 2000, artesãs residentes nos povoados Tapuio e Laranjeira, deflagram seu processo organizativo, com o apoio técnico do Sebrae. Em 2004 foi constituída a 1ª entidade organizativa: a Associação das Artesãs de Tapuio. A exemplo dessa associação, artesãs de outros povoados rurais também iniciaram vivenciar essa experiência associativa. Nesse contexto, a atuação do Sebrae foi decisiva no sentido de fomentar e estimular o desenvolvimento do espírito cooperativo mediante um processo integrado e articulado entre os grupos de artesãs residentes em 12 povoados, tendo no horizonte a idéia de formação de uma cooperativa.

O trabalho de mobilização e conscientização desenvolvido pelo Sebrae, com vistas ao processo associativo das artesãs no povoado Tapuio, pode ser percesbido na narrativa que se segue. Nessa narrativa, fica clara a ação estratégica desenvolvida pela referida Instituição, junto às artesãs dos demais povoados, na difusão e fortalecimento dessa ideia do associativismo:

Olha, a gente começou a reunir em 2000. Em 2000 vieram as primeiras pessoas do SEBRAE fazendo reuniões. Nesse período, a gente juntava até de 40 pessoas. A gente já teve Curso aqui nesse Clube, aqui ao lado, que a gente passou a semana todinha 40 mulheres fazendo o curso. Aí, algumas foram saindo, só sei que ficaram 35. [...] Porque aí, os técnicos do Sebrae andavam em 12 povoados de Barreirinhas. Todos os 12 tinham grupos de artesãs. Mas, sempre que tinham Seminários em Barreirinhas, juntavam todos os 12 grupos. E aí para cada povoado eles iam dizendo assim, dando as idéias do que a gente poderia fazer [...].(Informação oral).<sup>118</sup>

O depoimento de uma artesã que participou desse processo deixa revelar os fatores que motivaram o grupo de artesãs do povoado Tapuio a constituírem a primeira entidade associativa: a participação cada vez mais frequente em eventos para exposição de produtos artesanais e a necessidade de viabilizarem a comercialização dos produtos segundo as regras legais:

[...] Foi quando a gente resolveu registrar uma Associação porque a gente queria vender fora de Barreirinhas, queria ir para as feiras e não tinha Associação. Aí o pessoal do Sebrae sempre orientava a gente. Assim diziam: é melhor vocês

---

<sup>118</sup> Entrevista com Artesã do povoado Tapuio, novembro/2006.

registrarem uma Associação porque quando a gente for para as Feiras de Artesanato, a gente leva os produtos em nome da associação. Tira uma nota avulsa, que é melhor! (Informação oral)<sup>119</sup>

E conclui afirmando com orgulho de quem viveu esse momento histórico no processo de organização das artesãs de seu povoado:

A 1ª comunidade a se destacar e a realizar o sonho de registrar uma Associação foi a gente aqui de Tapuio. A gente registrou a Associação e, no dia em que a gente recebeu o Estatuto com ela toda registrada, fizemos um almoço. [...]. (Informação oral).<sup>120</sup>

Em meados de 2006, esse processo culminou com a formação e registro da Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses (Artecoop); contando, então, com 94 associados/as e abrangendo 12 comunidades da zona urbana e rural de Barreirinhas: Morro Alto, Palmeira dos Eduardos, Manoelzinho, São José dos Sacos, Juçaral das Canoas, Baixão dos Paulinos, Vigia, Santa Cruz, Marcelino, Tapuio, Boa Vista e Cebola. Em seu estatuto consta, como objetivo principal, “a produção e comercialização de artesanatos confeccionados com a fibra do buriti (palmeira regional)”.(Estatuto da Artecoop, 2006, p.2)

Na verdade, o Sebrae, de forma estratégica, atingiu pontos-chave nesse trabalho junto às artesãs; gestando, simultaneamente, um processo de mudança de mentalidade mediante o estímulo ao espírito associativo e à capacitação para “gerenciar negócios”. Nesse sentido, realizou “oficinas de conscientização, focadas no empreendedorismo, onde seriam evidenciadas ainda noções básicas quanto ao gerenciamento de um pequeno negócio, formar preços, calcular margem de lucro e planejar o crescimento”. (SEBRAE, 2003, p.5) Tais dimensões constituem os dois primeiros pilares da metodologia interventiva do trabalho com as artesãs.

Depoimentos das artesãs revelam dimensões desse processo de mudança, evidenciando uma nova concepção do artesanato como negócio, que se expressa na postura assumida pelo grupo na comercialização dos produtos:

A gente trabalhava no artesanato porque achava que era um meio de viver [...] A gente achava que estava ganhando, mas, na realidade, a gente não estava ganhando. Estava perdendo, porque o valor não recompensava. E depois, com o turismo, aí foi que a gente viu [...] O Governo mesmo, investiu em Curso, em capacitação e, com isso, melhorou muito! Hoje mesmo eu lembro que, quando a gente não tinha para quem vender o produto, e lojista é quem dava o valor, e dizia: eu dou tanto, se quiser... Aí a gente achava que estava bom. Já hoje é diferente! Hoje a gente leva o

---

<sup>119</sup> Entrevista - Artesã “A”, povoado Tapuio, novembro/2006.

<sup>120</sup> Entrevista Artesã A, povoado Tapuio, setembro de 2008.



produto da gente e a gente que diz: é tanto, ou então, não dá para vender. Porque a gente já tem uma história para contar. A gente já sabe o valor, a gente já tem o conhecimento da ficha técnica dos gastos. É uma base de cálculo de tudo que a gente gasta no produto: de fibra, de acessórios, o tempo de trabalho e tem a percentagem, por exemplo, que fica para a Cooperativa. E, com isso, é formada a “ficha técnica”. Aí tem que ver para a gente não perder, se está ganhando. (Informação oral)<sup>121</sup>

O turismo trouxe uma alavanca muito grande para nós, trouxe sim! Hoje em dia, a gente já sabe botar preço no nosso material, porque antes a gente não sabia! Vendia um caminho de mesa por oito ou seis reais. Hoje, um caminho de mesa, por menos que a gente vende aqui é 15,00, é 25,00. Então, esse é o meu ponto de vista. Agora, cada uma diz aquilo que acha. (Informação oral).<sup>122</sup>

De fato, a mudança se fez sentir à medida que as Artesãs assimilavam os conteúdos transmitidos durante os cursos promovidos pelo Sebrae e da própria experiência enquanto “donas de seu próprio negócio” – o artesanato que produzem. Os depoimentos configuram esse processo em transição, do padrão tradicional, do tempo em que o artesanato era considerado algo complementar, “uma ajuda”, passando a aproximar-se do padrão mercadológico, a ser valorizado no mercado e, portanto, a constituir-se “uma fonte de renda” para as artesãs. Enfatizam, ainda, a diferença entre o ontem, antes do turismo, e o hoje, após o turismo:

Porque, hoje, a gente já vê o artesanato como um ‘emprego’, até uma fonte de renda. E na época passada não, era só uma ajuda. Hoje não, depois que melhorou o acabamento, que tivemos mais turistas, então teve mais saída e ainda mais depois que montamos essa loja. Agora, a gente já tem artesã que diz: eu me mantenho do artesanato! Então, não é mais uma ajuda, já é uma profissão e uma fonte de renda também. Nós temos vários produtos, não temos só um tipo, a gente tem variedade de produtos e acabamento muito bom! (Informação oral)<sup>123</sup>

Naquela época nós éramos acostumadas com o pouco. Era aquele pouco que não se tinha essa noção de visão lá fora. Entendeu? Então, hoje, esse turismo trouxe uma grande melhoria para nós, nesse ponto! Hoje em dia nós já sabemos, a gente já vende um caminho de mesa mais caro, já valoriza o nosso produto. Mas que o turismo trouxe uma grande melhoria para Barreirinhas, trouxe! [...].(Informação oral)<sup>124</sup>

#### 4.2.2.2 Padrão mercadológico

Como vimos, as artesãs, em Barreirinhas, começaram a ser despertadas e orientadas para o “mundo dos negócios” e motivadas a desenvolverem o “espírito associativo”, à medida que se inseriram no Projeto de Artesanato do Sebrae-Maranhão, no

---

<sup>121</sup> Grupo focal, povoado Manoelzinho, maio/2008.

<sup>122</sup> Grupo focal, povoado Boa Vista, abril/2008.

<sup>123</sup> Entrevista – Artesã A, povoado Tapuio, setembro/2008.

<sup>124</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

período de 1999 a 2000. Esse momento corresponde a um tempo em que o fluxo turístico intensifica-se, tornando-se uma realidade no contexto de Barreirinhas.

O Projeto de Artesanato do Sebrae-Maranhão integra um programa de alcance nacional, desenvolvido pela instituição, e tem o artesanato, como “fonte de riqueza e tradição que precisa ser valorizada”, alicerçado em três pilares de sua metodologia de trabalho. Os dois primeiros pilares – “*preparação do indivíduo*” e “*organização dos grupos*”-devidamente desenvolvidos no eixo relativo ao empreendedorismo cooperativo. O terceiro pilar – “*desenvolvimento dos produtos*” – constitui a estratégia-chave para a construção coletiva do padrão mercadológico. Na prática, essa estratégia atuou como componente motivador ao instigar as sócias da cooperativa para participarem de um processo de capacitação e criação coletiva de novos produtos, segundo critérios de padronização das peças, atendendo às exigências do mercado consumidor interno e externo.

Nessa perspectiva, o Sebrae desenvolveu, com as artesãs de Barreirinhas, um trabalho efetivo através de “oficinas de criatividade, ministradas por especialistas, tendo como preocupações básicas o respeito às tradições e o efeito multiplicador para outros artesãos e comunidades”. (Sebrae, 2003: 6) Em suas narrativas, as artesãs expressam a visão que têm sobre essas oficinas de criatividade:

Hoje, já estamos bem melhor. Depois que a gente teve uma palestra com o pessoal do Sebrae é que eles foram explicando para as pessoas, aí eles foram passando para as outras como que se trabalhava. (Informação oral)<sup>125</sup>

Para mim, o que melhorou mais a minha situação foi depois que a gente fez esse Projeto com o Sebrae. Foi aí que o nosso material teve mais saída, que antes não tinha. Quando começou a ter saída, foi dessa época para cá. E depois que o turismo entrou, também. (Informação oral)<sup>126</sup>

Porque é assim: nós temos a Oficina para criação de novos produtos. Aí lá a gente cria, faz um produto assim, deu certo? Vamos botar uma coisa diferente [...] e vai criando o produto que então vai para a Coleção. [...].(Informação oral)<sup>127</sup>

Eu acho assim, depois do turismo, porque antes, a gente vendia os produtos da gente mas não tinham valor. Eram muito desvalorizados. E, hoje, não! O pouquinho que a gente vende [...] se vende um produto, já compra dois quilos de comida. E antes, a gente dava seis, sete produtos num quilo de comida para a gente comer com a família. E hoje, não! Melhorou sobre a condição de venda, sobre o preço, melhorou sobre como a gente produzir, como a gente tingir o linho. (Informação oral)<sup>128</sup>

---

<sup>125</sup> Entrevista Artesã B – bairro da Cebola, agosto/2008.

<sup>126</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>127</sup> Grupo focal – povoado Manoelzinho, maio/2008.

<sup>128</sup> Grupo focal – povoado Manoelzinho, maio/2008.

Na verdade, as oficinas de criatividade desempenharam um papel fundamental na revitalização do produto – diversificação, aprimoramento técnico, acabamento e tingimento – ajustando-o às exigências do mercado e, ao mesmo tempo, preservando as peculiaridades da arte maranhense de tecer com as fibras do buriti. Esse processo contou com a orientação de consultores do Instituto Centro Cape – Capacitação de Pequenos Empreendedores de Minas Gerais e com a presença de *designers* com experiência no campo específico do artesanato de acessórios para moda, como: bolsas, cintos, chapéus e brincos.

Tais oficinas constituíram-se, portanto, verdadeiros “laboratórios” que instigaram não só a capacidade de inovar e criar, mas o desejo das artesãs em pesquisarem e descobrirem novos pigmentos extraídos da flora regional para darem novas cores ao artesanato de Barreirinhas. Assim, contribuiu para a descoberta de uma diversidade de substâncias coloríficas existentes no meio ambiente, aliada às novas técnicas de tingimento do linho como componente decisivo no processo de construção do “padrão mercadológico” do artesanato local. De fato, essa técnica de tingir o linho “conferiu aos produtos maranhenses um diferencial importante para o mercado internacional”, ávido por “produtos ecologicamente corretos, confeccionados sem agressão ao meio ambiente e identificados com a história local”. (SEBRAE, 2003, p.7) Ademais, essa tecnologia empregada, que garantiu uma maior fixação do pigmento ao linho, possibilitou, ainda, a descoberta de 40 tonalidades, entre básicas e intermediárias.

A seguir, fragmentos de grupos focais nos quais as artesãs referem-se ao tempo em que suas mães realizavam esse procedimento de tingir o linho, porém de modo restrito a um único pigmento proveniente de um vegetal: o “gonçalo-alves”. Reconhecem, no entanto, que, com o advento das oficinas de criatividade e estimuladas à pesquisa e à experimentação, passaram a diversificar o uso das espécies vegetais e a desenvolver novas técnicas de tingimento do linho:

É, tudo isso já existia, mas nossas mães nunca procuraram descobrir novas cores. Agora, com a nossa geração, é que descobrimos. Mas, tudo isso se deve aos momentos de capacitação nas Oficinas. Eles (designers) sempre falam para se fazer tentativas e experiências para descobrir novas cores. Então, eles lançavam a idéia para a gente fazer. Quando a gente chegava em casa íamos ver e experimentar. Daí começou a surgir uma variedade maior de cores. (Informação oral)<sup>129</sup>

Para criar novos modelos, novas pintura? A gente fica juntando uma com a outra para ver a cor que vai dar. Cada dia que se passa a gente vai criando uma tecnologia melhor! Cada dia que se passa, a gente inventa uma novidade. (Informação oral)<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

<sup>130</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

Porque antes a gente tinha essa tinta aqui, mas não se usava – o açafrão, o anil, o urucu. A gente usava o urucu só como corante na comida [...] E agora não, a gente usa várias cores de produtos naturais. Antes, a gente usava uma tintura artificial, a anilina. (Informação oral)<sup>131</sup>

No desenvolvimento desse processo de pesquisa e experimentação de novos pigmentos da flora local foram decisivos o estímulo e orientação do *designer* que, periodicamente, vinha a Barreirinhas, como deixam claro as narrativas das artesãs:

Aqui começamos assim. O designer veio e nos reunimos todas, na casa, [...] para fazer experiências com os produtos. Aí, misturamos as cores, verificando as tonalidades diferentes, depois já misturava com outra, resultando em outro tom. Aí, fomos usando alguns pigmentos que segurassem. Para raiz e casca, a gente usa o sabão. [...] (Informação oral)<sup>132</sup>

O designer veio aqui e disse que queria que se procurasse outras cores que fossem naturais. Aí a gente foi procurando aqui no mato [...] saímos no mato e a gente conseguiu. (Informação oral)<sup>133</sup>

Porque, antes, era só o ‘gonçalo-alves’, que dá o tom marrom! Aí depois nós descobrimos muitas cores, como a salsa, o urucu, a folha de maracujá, o anil, que é outra folha do mato, o caju, a faveira [...] Tudo isso a gente usa. (Informação oral)<sup>134</sup>

Uma outra artesã faz uma exposição detalhada acerca do procedimento utilizado no tingimento do linho do buriti. Ressalta que esse trabalho requer conhecimento e habilidade prática semelhantes a um experimento que exige observação atenta, associada à realização de testes para verificação dos resultados:

Qualquer material que se utilize para tingir o linho passa por um procedimento que envolve algumas etapas: primeiro, coloca-se a substância natural (casca do côco, salsa, eucalipto, pariri) para cozinhar por meia hora. Nesse momento, deve-se colocar uma porção de cinza<sup>135</sup>. A cinza é que fixa e dá a cor. Assim, tem a salsa, que a gente coloca no fogo, para cozinhar, por meia hora. Em seguida, coloca-se o linho dentro. Depois, tira-se o linho e coloca mais um pouco de cinza. Nem todas sabem fazer esse processo corretamente. Muitas pessoas tentam fazer, mas não dá o resultado esperado. A gente vai pegando, experimentando, botando para cozinhar, observando e fazendo o teste com o linho. Dependendo da cor que fica, a gente passa a usar. Aí, uma passa a informação para as outras. (Informação oral)<sup>136</sup>

Vale sublinhar a amplitude da proposta de apoio técnico do Sebrae–Maranhão, com foco em “toda a cadeia produtiva, desde a capacitação do artesão até a comercialização

---

<sup>131</sup> Artesã – grupo focal – povoado Manoelzinho, maio/2008.

<sup>132</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

<sup>133</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

<sup>134</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

<sup>135</sup> Resíduo de combustão, vulgarmente conhecido como “borralho”. Novo Dicionário Aurélio – versão eletrônica.

<sup>136</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

dos produtos dentro do país e estruturando-se para a exportação para outros países”. (SEBRAE, 2003, p.8) Na prática, tal processo consubstancia um marco de mudanças significativas na vida das artesãs, repercutindo em construções e (re) construções identitárias. De fato, esse processo é um divisor de águas nos percursos de vida das artesãs que integram a Artecoop. Significa, portanto, uma mudança radical em suas rotas de vida, no padrão de trabalho, na melhoria de renda e ao ressignificar as relações de gênero no contexto familiar e na sociedade.

Esse momento circunscreve, portanto, uma virada cultural na vida das artesãs. Encarna o início de um processo fecundo na aquisição de novos conhecimentos, no aprendizado de novas técnicas, em novas experiências e, sobretudo, ao enfrentarem os desafios da inserção no mundo dos negócios. Encarna, portanto, amplos significados na vida de cada artesã tanto no plano econômico como em termos simbólicos e culturais. Nesse processo de mudanças, cada uma reconhece que cada vez mais está atingindo melhores níveis de capacitação e aperfeiçoamento de sua arte no trabalho de tecer novas e criativas tramas com a qualidade e o padrão mercadológico. Nesse processo, as Artesãs têm experimentado mudanças no ser mulher e no ser artesã, em novas formas de sociabilidade no cotidiano da vida familiar e no trabalho artesanal, em sistema de cooperação, a enfrentar novos dilemas e desafios, dentre os quais, destacamos os seguintes:

- Processos de comercialização do artesanato na lógica mercantil

No contexto do “empreendedorismo cooperativo”, uma questão-chave é a comercialização dos produtos. A partir da existência da Cooperativa, as artesãs organizaram uma loja, situada na sede de Barreirinhas, para atuar como um centro de comercialização de seus produtos. De fato, esse constitui-se um marco no rompimento das artesãs com o vínculo de dependência do “atravessador”. O relato da artesã vem confirmar o que significa essa comercialização independente, mesmo reconhecendo os obstáculos a serem superados:

Porque antigamente a gente vendia para os ‘atravessadores’. Hoje em dia não, a gente já coloca na Cooperativa, num preço maior para vender diretamente para os turistas. Aí melhorou bastante. Para nós não está bom ainda porque a gente ainda não tem a sede própria da Cooperativa. A sala onde funciona a Loja é alugada. Aí tem essas despesas todas: do aluguel, da água, luz, da pessoa que fica lá atendendo, com isso; o lucro fica pouco para as sócias. Essa sede é que está dificultando. (Informação oral)<sup>137</sup>

---

<sup>137</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

- Tensão entre a comercialização através da cooperativa e a comercialização independente

De fato, não obstante o avanço das artesãs na inserção no “mundo dos negócios”, o processo é complexo. Percebemos que as artesãs que se encontram na direção da cooperativa têm enfrentado dilemas na consolidação do negócio, em especial as situações que vêm de encontro aos princípios do “espírito cooperativo”, mediante as disputas internas e a concorrência externa. Uma primeira dificuldade diz respeito ao processo de consignação dos produtos à cooperativa, que tem gerado insatisfação e uma certa polêmica entre as sócias. O ponto nodal situa-se na necessidade das artesãs em obterem a liquidez a curto prazo, ou de forma imediata, na comercialização de seu produto. Em contrapartida, a direção da cooperativa alega falta de condições em atender a essa expectativa das sócias, pois não dispõe de reservas financeiras em caixa. Assim, na prática, o produto permanece em exposição na Loja da Cooperativa e, à medida que é vendido, a artesã recebe o valor correspondente, descontado o percentual estipulado à cooperativa. Esse fato tem motivado insatisfação e, sobretudo, gerado um clima de desconfiança por parte das sócias em face de casos de ocorrência de “desaparecimento” de peças. Daí a existência de posições divergentes, e até mesmo de atitudes de caráter individualista, que contrariam os princípios do cooperativismo mediante a busca de alternativa pela via da comercialização independente dos produtos. Nesses casos, geralmente, a artesã transgride duplamente ao colocar o produto no mercado com o preço reduzido, conforme fora tabelado pela cooperativa. A seguir, depoimentos de artesãs revelam essa realidade e as visões contraditórias em que algumas tentam justificar esse tipo de ocorrência a partir das condições de subsistência:

Pois é o que eu mais precisava quando andava por aqui (e isso vem de muito tempo); Eu dizia: olha minha gente, eu quero é um lugar onde a gente bote o material da gente [...] que a gente faça e leve para vender lá e receber esse dinheiro, porque a gente precisa! Graças a Deus, tem essa Cooperativa! Mas tem também essa falta de dinheiro para pagar [...] e, é como eu estou falando. Muita gente não tem essa condição de chegar numa loja e dizer: me venda isso, me venda aquilo fiado para eu pagar só no tempo em que conseguir vender meu material na Cooperativa. [...] (Informação oral)<sup>138</sup>

Eu já tenho visto muitas pessoas que vão vender seus ‘materiais’. Vendem porque estão com necessidade [...] Eu vou falar: nós aqui somos pobres. Não são todas que têm condição de dizer: hoje eu estou precisando de café, de açúcar, de comprar uma farinha, um arroz, chegar lá no comércio e comprar, porque não leva dinheiro! O que

<sup>138</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

sabe fazer é isto, o artesanato. Você vai na loja da Cooperativa, ah vou botar meu material aqui na loja<sup>139</sup> porque não tem dinheiro para pagar. O que elas fazem? Elas vão procurar venda para o material delas, para se manterem! Isso é o que tenho a dizer! Que eu tenho visto muitas pessoas dizerem isto. Porque chega na loja, não tem dinheiro para pagar. [...].(Informação oral)<sup>140</sup>

Nesse processo de comercialização, as artesãs deparam-se com outra situação, que é a concorrência interna realizada entre membros da própria cooperativa. As narrativas a seguir revelam os meandros de uma relação eivada de contradições, motivada pela disputa por mercado entre integrantes da própria cooperativa. Tais exemplos evidenciam tipos de comportamento de pessoas que, embora tenham passado por um processo de formação do “espírito cooperativo”, no entanto, não assimilaram os princípios da ética e da lealdade ao grupo como fundamentos do empreendimento associativo e cooperativo:

E é uma coisa assim, às vezes eu vejo, a Cooperativa mesmo está acontecendo isso. No caso, a gente cria o produto, que só nas Oficinas de Criatividade, onde se faz um produto, vai para a Coleção e se faz o lançamento [...] Só que é assim, como eu disse, o caso da concorrência. [...] Os produtos que ficam tendo mais valor hoje são os produtos que são criados nas Oficinas, que estão indo para o lançamento [...] Então, com isso, as pessoas chegam a fazer o mesmo, a copiar o produto, e começam a vender. Isso é o que está acontecendo e as vezes a gente fica dizendo, mas estão vendendo mais barato, estão prejudicando! [...].(Informação oral)<sup>141</sup>

Mas, um caso inusitado, relatado por uma artesã, ultrapassa qualquer princípio no qual se possa qualificar esse tipo de comportamento, adotado por sócias da Cooperativa, quando alguém trai a si própria. É o caso da artesã que “falsifica o seu próprio produto”. O depoimento da Artesã esclarece como se dá, na prática, esse tipo de “falsificação”. É uma atitude desleal e, como tal, acreditamos que deva ser levado ao conhecimento da diretoria, tendo em vista uma tomada de posição que possa coibir esse tipo de prática.

E uma das coisas que a gente descobriu, no Curso que nós tivemos na semana passada em Barreirinhas, que o produto pirata sempre é assim: tem a pessoa que faz o produto original, não é? E vem um outro lá e agora tira a cópia para fazer o pirata, né? Só que na nossa Cooperativa está diferente. A própria que faz o original está fazendo o pirata! A pessoa mesmo está falsificando o seu produto. É, a própria artesã da Cooperativa que está fazendo isso. “Ah, eu vou fazer um quase igual, mas não é como o delas, e vou vender mais barato na outra loja ali”. Então, como ele descobriu que nós mesmas que estamos fazendo isso. Então, se nós continuarmos assim, não vai melhorar não! Vai é piorar! (Informação oral)<sup>142</sup> (Grupo focal – povoado Manoelzinho – Maio/2008)

---

<sup>139</sup> No cooperativismo, sócios/as deverão deixar sua produção na ‘loja’, que é o centro de comercialização administrado pela entidade cooperativa em sistema de consignação.

<sup>140</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

<sup>141</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista – Abril/2008.

<sup>142</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

Ao mesmo tempo, há ainda a concorrência externa, que é considerada como algo inerente à lógica do capital. Essa questão é abordada por artesãs do bairro da Cebola, durante reunião com grupo focal, sob óticas distintas. A princípio, vale destacar que ambos os relatos exaltam a beleza do artesanato que só as artesãs da Artecoop produzem e que, portanto, torna-se algo cobiçado pela condição de superioridade em relação aos produtos “piratas” que, na verdade, são cópias, sem o nível de perfeição, vendidas pelos atravessadores:

Existe sim a concorrência. Porque a gente bola [concebe] uma bolsa bonita que aqui as outras artesãs não fazem. Quando a gente bota na Cooperativa, os atravessadores entram pelo meio, compram aquela bolsa para tirar a amostra. Aí, logo, nas outras lojas fica tudo cheio da mesma bolsa que a gente criou. Lá, eles vendem mais barato que a nossa. Porque os atravessadores compram das ‘fazedoiras’ [artesãs que só copiam] bem baratinho, aí botam no comércio local mais barato do que a nossa que está na Loja. (Informação oral)<sup>143</sup>

Na verdade, as artesãs demonstram que têm assimilado elementos-chave dessa concepção mercadológica desenvolvida pelo Sebrae–Maranhão, através do Projeto “Artesanato em Fibra de Buriti”. Dessa forma, a produção da Artecoop busca manter a essência do artesanato em beleza e criatividade, aliada à identidade regional; agregando, porém, novos conceitos de versatilidade e modernidade exigidos pelo padrão mercadológico.

O discurso da artesã contém elementos dessa concepção ao explicar os efeitos contraditórios da concorrência, que estimula a criatividade enfatizando a diferença dos produtos da Artecoop, especialmente no que tange ao acabamento que lhes garante o padrão de qualidade exigido pelo mercado consumidor. Sua narrativa revela, portanto, que começa a encarnar o significado desse padrão mercadológico como uma concepção-chave na conquista do público-alvo – o turista – na comercialização de seus produtos:

É chato? É chato ter concorrência. Mas, sem concorrência, você não chega a lugar nenhum! Se não tivesse concorrência, não existia criatividade da gente para bolar coisas diferentes. Tem que ter concorrência. E a concorrência ainda é melhor ainda, por que? Porque através da concorrência... lá eles fazem a peça, mas nunca fica igualzinha àquela lá da Cooperativa, da Artecoop. Então, por que a nossa é melhor? Porque a bolsa da Artecoop é todo tempo daquele mesmo tamanho, bem bonitinha, com acabamento. Então, mesmo eles fazendo, mas nunca é igual à nossa! Então, a Artecoop sempre está lá em cima! Por que? Porque o turista vai comprar, se ele chegar e comparar, tem muita diferença! Então, ele não vai comprar a outra, comprar material malfeito, sem acabamento. Ele quer comprar uma coisa que dure mais! Que ele possa ter orgulho de usar. (Informação oral)<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

<sup>144</sup> Grupo focal, bairro da Cebola, abril/2008.



#### 4.2.2.3 Inserção nos mercados nacionais e internacionais

No processo de formação das Artesãs da Artecoop, com base nos fundamentos do “empreendedorismo cooperativo”, assim como no sentido da produção artesanal voltada para atender a um “padrão mercadológico”, vale destacar o trabalho desenvolvido pelo Sebrae-Maranhão através dos Projetos “Artesanato em Fibras de Buriti” e “Talentos do Brasil.”<sup>145</sup> Este último, desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Sebrae e a Caixa Econômica Federal (CEF).

A relevância desses projetos situa-se, sobretudo, na contribuição que têm dado ao processo de fortalecimento do artesanato de fibra produzido no Maranhão, mediante um trabalho sistemático de orientação e consultoria técnica às Artesãs que integram a Artecoop e uma Associação do Bairro do Monte Castelo, nos municípios de Barreirinhas e Tutóia, no Estado do Maranhão.

Nesse contexto, em relação ao segmento em estudo – as artesãs da Artecoop –, o Projeto “Talentos do Brasil” tem viabilizado a participação em feiras e exposições nacionais. Dentre os eventos nacionais, destaca-se o “*Capital Fashion Week*”(CFW) – *Pocket Edition 2008*”, realizado em Brasília.

Vale sublinhar que, no âmbito do Projeto “Artesanato em Fibras de Buriti”, foi viabilizada a participação das Artesãs em sete feiras e exposições. Dentre os eventos nacionais, têm destaque os seguintes: a 25ª *Griff Fair*, em São Paulo, e a 13ª Feira Nacional do Artesanato, que ocorreu em Belo Horizonte (MG). Dentre os eventos internacionais, são destaque as feiras *Tendence* e *L’Artigiano in Feira* que ocorreram, respectivamente, em Frankfurt (Alemanha) e Milão (Itália). (SEBRAE, 2003) Para participação nesses eventos internacionais, “os artesãos também contaram com o apoio de consultores e especialistas em negócios internacionais, que auxiliaram nas estratégias de promoção, na participação em rodadas de negócios e mostras internacionais de artesanato, além da comercialização propriamente dita fora do Brasil, formação de redes de contato e na própria divulgação dos produtos”. (SEBRAE, 2003, p.8)

---

<sup>145</sup> O Projeto Talentos do Brasil atinge 15 grupos de artesãos em 12 estados do Brasil. Tem como objetivo “dar visibilidade mercadológica (nacional e internacional) aos produtos confeccionados por artesãos ligados à agricultura familiar em todas as regiões do País, como acontece com os dois grupos maranhenses de artesanato em fibra do buriti assistidos pelo projeto – Cooperativa das Artesãs dos Lençóis (Artecoop) e a Associação do Bairro do Monte Castelo dos municípios de Barreirinhas e Tutóia, respectivamente. (SEBRAE, 2008)

De fato, ambos os projetos fundamentam-se na perspectiva mercadológica para desenvolverem suas ações; tendo, portanto, como foco, a divulgação dos produtos artesanais de fibra em feiras e exposições nacionais e internacionais. Nesse sentido, as participações nesses eventos constituem-se, sobretudo, oportunidades “para testar a aceitabilidade dos 40 produtos artesanais desenvolvidos durante o projeto, além de conhecer as exigências do mercado consumidor”. (SEBRAE, 2003, p.7)

Referindo-se, especialmente, ao Projeto “Talentos do Brasil”, a presidente da Artecoop dá ênfase à recente participação da entidade em dois eventos nacionais. Na oportunidade, expressa, também, sua visão acerca do alcance do referido projeto em termos de divulgação e valorização do artesanato, tendo em vista as possibilidades de ampliação para o mercado internacional:

Ah, na parte dos produtos, nós estamos muito bem, graças a Deus! No mercado, nós tivemos um desfile no Rio de Janeiro (em 10/09/2008) e agora, no próximo dia 25/09/08, a gente vai ter uma “Rodada Internacional”, que vai ser em Brasília. São pessoas de fora do país que estão vindo para essa Rodada e vamos estar lá, divulgando a nossa Coleção Nova<sup>146</sup>. [...] O Talentos do Brasil agora deu uma ‘reviravolta’ e está muito melhor. Nós tivemos a Gestora do Projeto, ela veio aqui em Barreirinhas, teve duas horas de reunião com a gente, que é a técnica do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrícola) e esse Projeto agora é ‘mercado’. Agora eles vão partir para o mercado internacional. Eles querem levar os nossos produtos lá para fora. (Informação oral)<sup>147</sup>

A presidente da Artecoop cita, como exemplo, os valores de mercado das bolsas confeccionadas pelas sócias da entidade de acordo com avaliação de especialistas. Esse resultado é, portanto, atribuído ao nível de aprimoramento técnico da produção artesanal conquistado pelas Artesãs por meio de oficinas de capacitação, com a mediação de *designers*:

[...] Nós temos bolsas que ficaram com o valor de R\$ 450,00. Isso é o que a gente já sabe! Porque as nossas bolsas, elas estão com o forro feito com raspagem de couro, a alça é de couro legítimo. O fecho dentro é totalmente diferente [...] Se você olhar nossas bolsas! No Sebrae, eles já têm as fotos do desfile, a coisa mais linda do mundo! [...] Porque nós estamos no Projeto “Talentos do Brasil. [...] (Informação oral)<sup>148</sup>

A artesã Maria de Lourdes Lopes Rodrigues, que participou do desfile do Projeto Talentos do Brasil durante o “*Capital Fashion Week (CFW) – Pochet Edition 2008*” como representante da Artecoop, revela a emoção e o estado de perplexidade ao receber os

<sup>146</sup> A nova coleção “Talentos do Brasil” foi organizada pelo *designer* carioca Renato Imbroisi. RIBEIRO, (2008).

<sup>147</sup> Entrevista com a Presidente da Artecoop, setembro/2008.

<sup>148</sup> Entrevista com a Presidente da Artecoop, setembro/2008.

aplausos, que significam mais uma conquista, em nível nacional, no disputado segmento da moda. De modo geral, eventos dessa natureza têm forte componente simbólico em relação aos processos identitários em curso, como pode-se ver em fragmentos de seu depoimento:

Eu nem acreditei quando vi nosso trabalho apresentado dessa forma e de uma maneira tão linda. Receber os aplausos de toda essa gente entendida de moda foi muito gratificante. Mostra que o nosso trabalho tem um diferencial e interessa às pessoas que fazem moda no Brasil e no mundo. (SEBRAE, 2008)

Ademais, a presidente da Artecoop acrescenta uma informação relevante, demonstrando entusiasmo e expectativa acerca da proposta de criação de uma “rede de cooperativismo” e da possibilidade de seus produtos serem patenteados:

Nessa Rodada Internacional, quem vai negociar é uma Comissão do “Talentos do Brasil”. Eles estão criando uma rede de Cooperativismo que atue assim, como uma Cooperativa Central. Essa Cooperativa Central que vai cuidar de toda negociação, eles que vão ficar responsáveis [...] a gente manda a nossa Nota Fiscal só até lá onde eles, de lá utilizam uma Nota Fiscal do Talentos mesmo, que é da Cooperativa Central. Esse nosso produto também vai ter etiqueta, dentro do produto, como existe em roupas [...] os nossos produtos vão ser patenteados! Então o Talentos do Brasil renovou, e para melhor! (Informação oral)<sup>149</sup>

Vale sublinhar, ainda, o fato da Artecoop ter sido contemplada em 2009, juntamente com outros três núcleos produtivos do artesanato maranhense, com o Prêmio “*Sebrae TOP 100 de Artesanato*”. Esse prêmio significa que os 4 núcleos do Maranhão estão entre as cem melhores unidades produtivas do artesanato do Brasil. A imprensa<sup>150</sup> de São Luís dá destaque a esse fato inédito, pois é a primeira vez que o artesanato maranhense situa-se entre as cem unidades mais competitivas do país, segundo dez critérios de gestão estabelecidos pela coordenação do concurso.

Sem dúvida, esse cenário, aqui delineado, é significativo, como material empírico no contexto da investigação dos processos de construção e redefinição identitárias das Artesãs que integram a Artecoop.

#### 4.2.3 Artesãs em suas “teias” de relações sociais

Na investigação dos processos identitários do segmento Artesãs em Barreirinhas, esse tema tem como propósito circunscrever o cotidiano de suas vidas, no âmbito do espaço

---

<sup>149</sup> Entrevista com a Presidente da Artecoop, setembro/2008.

<sup>150</sup> PERSORVISAN, Kátia. Vencedoras. **Jornal Pequeno**, São Luís, 22 maio 2009. Cad. Variedades. Coluna Contexto.

privado, com foco nas formas de sociabilidade e de subsistência nas relações domésticas, com destaque para as relações de gênero.<sup>151</sup>

A configuração desse tema faz-se a partir de um corte temporal em dois períodos distintos: um, anterior à chegada do turismo e outro, a partir do aumento do fluxo turístico em Barreirinhas. O primeiro período corresponde ao tempo em que as artesãs e suas mães viviam sob o domínio absoluto da figura paterna, no sentido patriarcal.<sup>152</sup> O segundo período configura-se pelas intensas mudanças na vida de Barreirinhas, e de seus moradores, provocadas pelo turismo. Este segundo período é um marco significativo no processo de mudanças e redefinições identitárias das Artesãs. É, portanto, um tempo em que múltiplos fatores convergem simultaneamente, circunscrevendo um campo de intensas mudanças nas formas de ser mulher e artesã, especialmente nas relações de gênero, como revelam o conteúdo de entrevistas e grupos focais concernentes ao período mencionado.

Assim, este tema “Artesãs em suas teias de relações sociais” está desenvolvido a partir dos seguintes eixos temáticos:

- Modos de viver e conviver no passado;
- Mudanças no viver e conviver na “Barreirinhas do Turismo”;
- Mudanças nas relações de gênero no contexto familiar: o empoderamento da mulher-artesã.

#### 4.2.3.1 Modos de viver e conviver no passado

Esse eixo temático consubstancia um recorte empírico das dimensões da vida cotidiana das artesãs no tempo em que ainda, meninas-aprendizes desse ofício, viviam com seus pais. Assim, no contexto de suas vidas no passado, privilegiamos os seguintes aspectos: as condições de existência e a produção para o consumo da família em povoados rurais de Barreirinhas; as visões sobre fartura e escassez no abastecimento da cidade; e os momentos mistos de religiosidade e lazer a constituírem-se oportunidades de “paqueras” e namoros furtivos em que se tornavam os festejos em louvor a um Santo ou Santa da Igreja Católica, seguidos de festas nos povoados rurais de Barreirinhas.

---

<sup>151</sup> Foge, ao objeto de estudo desta tese, fazer uma abordagem teórico-conceitual sobre as questões de gênero. Não obstante, no âmbito das relações sociais das artesãs, a perspectiva de gênero constitui elemento fecundo na análise do material empírico a delinear dimensões de suas trajetórias de vida e a desvendar processos identitários em curso.

<sup>152</sup> “O termo ‘patriarcado’ remete, em geral, a um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina. O termo ‘gênero’ remete a uma não fixidez nem universalidade das relações entre homens e mulheres. Remete à idéia de que as relações sócio-simbólicas são construídas e transformáveis”. (MACHADO, 2000).

Conforme apresentamos no perfil sócio-demográfico, as Artesãs não somente têm origens rurais, como a maioria ainda reside em povoados de Barreirinhas. Viviam, portanto, integradas a padrões de sociabilidade e de organização familiar, nos quais as relações entre homens e mulheres estavam perpassadas por condições de gênero<sup>153</sup> típicas de pequenas comunidades rurais do Estado do Maranhão, nos anos 60 e 70 do século passado, sujeitas às condições de quase isolamento pela falta de estradas e precariedade dos sistemas de comunicação e transportes. Nesse contexto, as artesãs e suas mães foram educadas e socializadas segundo concepções morais e padrões sociais que definem o que é próprio do homem e o que é próprio da mulher. Era o tempo em que a dimensão natural do sexo era usada como fator de diferenciação social, dando primazia ao homem em detrimento da condição da mulher na sociedade. Em seus depoimentos, as Artesãs revelam aspectos desses tempos e das condições de suas vidas e de suas mães, quando prestavam obediência à rígida disciplina, ao controle e às normas da vida doméstica, na condição de subalternas aos pais e maridos, respectivamente.

Ao reportarem-se aos povoados rurais de Barreirinhas, que outrora constituíam locais de moradia, as meninas, então aprendizes de artesãs nas décadas de 60 e 70 do século passado, têm gravadas em suas memórias situações do cotidiano que revelam as péssimas condições de existência pela ausência de políticas públicas, em especial, a falta de infraestrutura básica (água, energia elétrica, coleta de lixo) e de acesso aos serviços de educação e saúde.

Nesse sentido, em relação às precárias condições de infra-estrutura dos povoados rurais, as Artesãs relatam que, para suprir tais necessidades, enquanto crianças e jovens realizavam determinadas tarefas cumprindo com uma pesada rotina de trabalho doméstico, quer no transporte de água do rio ao local de moradia ou em retirá-la de poços; quer em apanhar e transportar lenha da mata para utilizá-la no preparo dos alimentos, conforme a narrativa a seguir:

A gente ia pegar água no rio, a gente não tinha carvão, a gente não tinha gás, eu carregava lenha para fazer o fogo, eu fazia tudo isso. Hoje eu digo para os meus meninos: a bomba de puxar água está bem aqui, o fogão está ali, o saco de carvão está tudo aqui, eles ainda acham ruim. Então não entendo! Eu digo, a melhora está muito grande. Porque a diferença está muito grande da situação que me criei e da que estou criando meus filhos hoje. [...] (Informação oral)<sup>154</sup>

---

<sup>153</sup> Para Saffioti (1992), as características de gênero são construções sócio-culturais que variam através da história e se referem a papéis psicológicos, sociais, econômicos e culturais que a sociedade atribui às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo.

<sup>154</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

Na verdade, quando se trata de falar da vida no passado, as Artesãs guardam lembranças, às vezes contraditórias. Assim, enquanto umas ressaltam as dificuldades vividas no dia-a-dia, outras recordam, com saudade, o tempo em que havia muita fartura tanto na produção agrícola como na pesca artesanal. Além disso, algumas destacam o clima de segurança que predominava na vida das comunidades rurais; havendo, entre os moradores, um convívio tranquilo, em que todas as pessoas se conheciam. Senão, vejamos a seguinte narrativa:

Eu acho que naquele tempo era um tempo bom. A gente trabalhava demais, trabalhava na roça, como nós todas aqui sabemos. Nós trabalhávamos na roça era de enxada, era de facão, arrancando mandioca, fazendo farinha, mas nós tínhamos essas Lagoas por aí, davam peixe, nós pescávamos, tinha aquele peixe para comer, nós plantávamos arroz! Nós não passávamos fome não! Em outros tempos aqui, esses quintais todos aqui eram cheios de plantação. Nós tínhamos fartura. Tínhamos os nossos canteiros, nós tínhamos cebola, tinha o tomate, tinha cheiro verde para comer com os peixinhos que a gente pegava.[...]. (Informação oral)<sup>155</sup>

Hoje, se você faz um canteiro, roubam todinho! Se você planta um pé de banana, levam os cachos! Está uma coisa horrível! Agora, dizem que está bom, porque, para mim, foi o tempo mais ruim que eu vi em toda a minha vida. Hoje ninguém pode ter mais nada não, senhora! Se tem, é escondido! O que é seu é roubado. (Informação oral)<sup>156</sup>

O depoimento de uma Artesã delineia o tempo passado em que os pais trabalhavam na roça, e produziam muita farinha de mandioca, em oposição ao tempo de hoje, em que as novas gerações acomodaram-se, passando a depender da aposentadoria dos pais:

Antes dos velhos serem aposentados, os filhos, no interior, trabalhavam demais! Tinham roças e roças, tinham farinhadas e farinhadas! Sobradinho (povoado rural) é bem aí, onde eu me criei. Todo mundo trabalhava de roça. No mês de Agosto era aquela fartura de farinhada; eu ia pescar, levava peixe para lá para a gente comer com um saco de farinha. Hoje, o Sobradinho virou capoeira. Por que? Porque os velhos recebem dinheiro da aposentadoria e os filhos não querem mais trabalhar! Eles dizem: ah, meu pai tira um empréstimo, compra isso, aquilo outro. E daí para pior. (Informação oral)<sup>157</sup>

Há, ainda, o caso específico das artesãs que há muitos anos residem na sede de Barreirinhas e que fazem uma comparação, em termos do custo de vida, dimensionando os baixos preços de antigamente, muito embora houvesse escassez de alguns produtos, especialmente a carne bovina, em oposição à fartura que existe no tempo presente:

---

<sup>155</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

<sup>156</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

<sup>157</sup> Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

A alimentação, há 20 anos atrás, as coisas eram todas mais baratas. A comida, tudo era mais barato. Agora está tudo mais caro! Era porque a praia é perto daqui. Pegavam os peixes tudo aí perto. A carne era mais barata. O comestível era mais barato. Mas tinha dificuldade de conseguir comprar, principalmente a carne. É porque nesse tempo só existia um local onde se comprava comida, só no Mercado. Todo mundo corria para lá [...] Era só no Mercado que vendia tudo, desde a banana, farinha, milho, as verduras. (Informação oral)<sup>158</sup>

No contexto da Barreirinhas de antigamente, vale destacar a narrativa de uma Artesã, reconhecida entre as pessoas da localidade como a “moradora mais antiga do bairro da Cebola”. Ao relatar suas lembranças, tal Artesã refere-se às relações de vizinhança existentes entre os moradores da referida localidade. Tais práticas de convivência, abordadas por ela, assemelham-se aos padrões típicos das relações sociais da “comunidade”, na perspectiva de Ferdinand Tönnies (apud BAUMAN, 2003), fundadas em *um entendimento compartilhado por todos seus membros*, que, como salienta Bauman, [...] “é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”. (BAUMAN, 2003, p.15) No caso da situação vivida e narrada pela Artesã, esse “entendimento” expressa-se na prática da partilha de produtos do próprio trabalho, como, por exemplo, da pesca ou da criação de pequenos animais. O elo entre as pessoas do bairro estava no conhecimento que cada um possuía do outro, permitindo um sentimento de igualdade naquela condição de escassez e na solidariedade em partilhar a abundância de bens extraídos e produzidos por elas. Senão, vejamos a narrativa da Artesã:

A vizinhança aqui do bairro, eu acho que antes a gente se conhecia mais. Porque era assim. Aqui era um lugar muito de pobreza, mas era um lugar muito farto. A gente não tinha era o transporte, porque bem aqui nesse Posto que a gente tem aqui, a gente ia com uma redinha, um landroazinho, que a gente tinha, pegava um paneiro de duas quartas. Não sei se você sabe o que é paneiro de 2/4, mas é um paneiro que pega pra mais de 15kg de peixe. A gente trazia de 15kg de peixe, chegava e repartia nas casas. Porque nesse tempo era pouca casa mesmo. Nós mesmos que pescávamos. Aí a gente ficava dividindo um prato na casa de um, na casa de outro. Se a gente matava um porco, claro que tinha que levar um pedaço para um vizinho e outro para o outro. E hoje não. Se eu tiver eu como, se não tiver, vizinho não me olha. É só para nós conversarmos, mas de dividir panela, não! (Informação oral).<sup>159</sup>

Esse mesmo padrão de relações comunitárias predominava no âmbito das festas nos tempos passados. Nesse contexto, as artesãs referem-se, especialmente, aos festejos religiosos da Igreja Católica vinculados a um/a Santo/a padroeiro/a daquele bairro ou povoado. Dependendo da distância da localidade em que se realizava o festejo, esse fato

---

<sup>158</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

<sup>159</sup> Entrevista Artesã B, agosto de 2008.

constituía-se um complicador em termos das dificuldades de acesso, sendo mais usado o lombo de animais ou mesmo a pé. Num período mais recente, a população passou a utilizar o transporte alternativo – as Toyotas. O termo “festejo” refere-se a uma comemoração litúrgica da Igreja Católica em que as pessoas se reúnem às noites, na capela, para a novena em louvor ao Santo ou Santa. Dependendo da programação de cada local, é realizada uma procissão, tendo a celebração da Santa Missa como encerramento das atividades religiosas. Esse momento religioso é sempre acompanhado de outras festividades leigas, como leilões de objetos ou animais doados à Igreja pelos moradores do local. Nessa mesma localidade, de forma independente, era sempre realizada uma festa-baile como culminância do festejo. As artesãs transmitem entusiasmo e euforia ao relatarem essas festas, pois constituíam momentos especiais muito esperados pelas jovens por propiciarem oportunidades de encontros com jovens do sexo oposto, apesar de vigiadas pelos pais. A seguir, fragmentos dos relatos das Artesãs do povoado Vigia acerca desses eventos:

A maioria das festas era só assim mesmo. Tinha a festa de São Gonçalo e dava muita gente. Agora que não dá mais não, é uma bagunça ... Tem só o festejo ligado a um Santo. Aqui a gente festeja Santa Luzia. A festa é todo ano, no mês de Dezembro. Tem leilão depois tem a festa. O barracão, onde ocorre a festa, está até, ali [...].(Informação oral).<sup>160</sup>

No tempo da festa, tem a novena. Durante nove dias rezando, toda noite. Aí quando é para amanhecer o dia da Santa é que tem a festa. (Informação oral).<sup>161</sup>

No meu tempo foi difícil, mas já foi mais liberado... eu já ‘chamegava’. Eu participei de festas, que não vou mentir[...]. (Informação oral).<sup>162</sup>

Um tema relacionado às festas e que despertava interesse ou motivo de descontração entre as artesãs trata-se dos momentos de namoro, mais precisamente pela magia que envolve o jogo da conquista e a emoção do encontro. Na verdade, esse tema estava sempre associado às festas que eram precedidas de um clima de suspense pela incerteza, na medida em que as jovens artesãs dependiam da permissão, do bom humor e disposição dos pais em levá-las consigo a tais eventos festivos. Caso contrário, não teriam autorização para ir. Nessa relação entre pais e filhas, uma artesã reporta-se à imagem da mãe como uma aliada das filhas. Em sua imaginação, pois nem chegou a conhecê-la, é a mãe quem tem a sensibilidade e como mulher conhece os desejos das filhas e, portanto, nessas situações, sempre se coloca como mediadora junto ao marido.

---

<sup>160</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>161</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>162</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.



Quando nossa mãe morreu nós éramos pequeninas, nós três somos irmãs. Eu não conheci minha mãe. Eu nem me lembro que jeito era minha mãe. Nós fomos criadas só com o nosso pai. Mas, sempre, acho que todas vocês sabem, que sempre o pai é mais seguro... nunca é como a mãe. Quando uma filha quer uma coisa, corre para a mãe [...].(Informação oral).<sup>163</sup>

Ainda no âmbito das relações familiares, as artesãs relembram a existência de uma prática tradicional existente entre as famílias, em que os pais exerciam o poder de escolher os “pretendentes” a maridos de suas filhas. Hoje, mesmo tendo na memória o controle severo a que foram submetidas pelos pais, em seus relatos, as artesãs deixam passar um misto de encantamento e ousadia pelas poucas situações de transgressão ou mesmo de frustração acerca desse tempo que marca a juventude em suas vidas. Assim, o grupo focal do povoado Vigia ressalta distintas experiências de vida das Artesãs:

No meu tempo, o namoro era escondido! Ah, nesse tempo tinha que ser bem escondido! Deus defenda do pai saber. Era uma pisa, uma surra, na hora! (Informação oral).<sup>164</sup>

Esse negócio de namoro era a parte mais difícil! [...] Porque sabe, naquela época, do meu tempo, até que a situação já estava mais ou menos. Mas no tempo das filhas mais velhas, a situação era mais difícil. Por exemplo, a moça tinha que se casar com um rapaz que fosse do gosto dos velhos, né? Os pais que escolhiam o noivo para a filha. E se não fosse, nada feito. Era cinturão na certa! [risos] Do meu tempo para cá, cada qual já escolhia seus namorados. (Informação oral)<sup>165</sup>.

Meu pai era muito ‘brabo’ e aí se ele soubesse que a gente estava namorando, iria entregar logo, não era? Aí, eu e ela aqui, minha irmã, nós não tivemos chance de namorar, assim de se divertir [...] A gente era muito privada de tudo [...] A gente não saía de noite, a gente não ia nem na casa da avó da gente. (Informação oral)<sup>166</sup>.

Outras artesãs fazem uma comparação desse padrão de sociabilidade em que foram educadas com os tempos atuais, com a forma como hoje elas educam suas filhas, ou seja, mais libertas dessa rigidez:

Nossa juventude foi muito difícil. E depois que nós casamos, viemos morar aqui na Vigia, a vida melhorou muito! Aí, já criei meus filhos de uma forma diferente. Criei meus filhos já libertos dessa rigidez. (Informação oral).<sup>167</sup>

---

<sup>163</sup>Grupo focal – povoado Manoelzinho, maio/2008.

<sup>164</sup>Grupo focal – povoado Manoelzinho, maio/2008.

<sup>165</sup>Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>166</sup>Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>167</sup>Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

#### 4.2.3.2 Mudanças no viver e conviver na “Barreirinhas do Turismo”

Nesse eixo temático, circunscrito aos tempos “depois do turismo”, abordamos aspectos relevantes para o objeto de pesquisa, relacionados às mudanças no contexto social de Barreirinhas a partir dos efeitos provocados pelo turismo.

Na verdade, hoje o turismo faz parte da vida das pessoas que vivem na cidade. Os/as moradores/as locais respiram os “ares” do turismo pelo movimento intenso de carros e pessoas circulando em ruas e avenidas, pelo movimento e burburinho de turistas rumo aos passeios durante as chegadas e saídas em pousadas, hotéis, agências e receptivos locais. Assim, cada morador/a tem um modo de olhar, de sentir e viver o turismo dependendo do lugar de onde fala, de sua maior ou menor inserção na atividade turística e da posição que ocupa na sociedade barreirinhense.

No caso específico do segmento Artesãs é evidente a dupla posição que ocupam moradoras da cidade e integrantes da cadeia produtiva do turismo. Assim, percebemos que ora estão a falar como “moradoras locais”, ora como Artesãs que têm o artesanato como um negócio e o turismo como uma atividade que gera mercado para seus produtos. Assim, esse tema foi abordado sob diferentes perspectivas, em que as artesãs expressaram suas visões acerca do turismo, circunscrevendo uma ampla gama de questões, desde a valorização imobiliária e suas consequências para as pessoas e para o meio ambiente. Nesse aspecto ambiental, abordaram desde a poluição do Rio Preguiças à redução dos peixes e, sobretudo, a devastação dos buritizais, palmeira que produz a principal matéria-prima para o artesanato.

Uma Artesã, que fala do seu lugar social como moradora do povoado Tapuio, reconhece as vantagens do turismo para “alguns” moradores que venderam seus terrenos com a valorização da área às margens do Rio Preguiças e assim construíram suas casas na parte interna do povoado. Ressalta, ainda, a importância do turismo na geração de renda em atividades como o próprio artesanato e o comércio em pequenos bares, inclusive com o atrativo de um prato da gastronomia regional: a galinha caipira. Senão, vejamos sua argumentação, em que ressalta os aspectos positivos:

Para alguns moradores do Tapuio, essa vinda de turistas foi muito bom, né? Pessoas que tinham vontade de ter uma casa boa e não tinha condição e, moravam na beirada do Rio e, como hoje, a beirada do Rio está sendo valorizada, venderam e construíram casas boas do outro lado. Então, para isso, para quem vendeu, foi positivo? Foi bom? Foi bom.[...] O turismo trouxe também recursos porque temos visitas e aí através dessas visitas, o povo vende o artesanato, vende a farinha, vende outras coisas, vende uma galinha caipira. O povoado de Tapuio é muito visitado hoje. Nesses feriados, é cheio de gente em Tapuio. Tem bares, as pessoas foram

refazendo e ampliando os bares e, através do turismo, é onde têm uma fonte de renda. Temos pessoas no povoado que hoje têm casas boas através do turismo. [...] Então, para muita gente que se beneficia do turismo, foi bom. [...].(Informação oral).<sup>168</sup>

E continua a expor sua visão, desta vez, enfocando os efeitos negativos para a população em geral, residente nos povoados Tapuio e Laranjeira, apontando para a redução de peixes, no Rio Preguiças que tem dificultado a vida de pescadores/as artesanais. Em sua argumentação, levanta, como suspeita, dois fatores associados ao turismo: um, o nível de poluição do Rio Preguiças produzido pelo processo desordenado de ocupação do solo, sem a devida preocupação com os esgotos, e o outro, o intenso movimento de lanchas voadeiras circulando diuturnamente, como declara:

[...] Mas, em termos da população isso não tem trazido muita bondade pra gente, até porque, essas casas construídas na margem do Rio jogam esgoto no Rio. E, isso pra gente é péssimo! E também, tem muita construção no Tapuio e em Laranjeira. Mas, para outras pessoas não tem trazido muita bondade. Até porque, de primeiro, a gente via muito peixe no Rio, hoje, a gente não tem mais. Não sei se é por causa das lanchas, porque são muitas lanchas, muita zoadá ou se é por causa da poluição. Porque a gente sabe que o nosso Rio está com 10% de poluição, ou até mais de 10%. Essa informação me foi dada pelo pessoal da saúde. Porque nós temos três Agentes de Saúde no Tapuio. (Informação oral)<sup>169</sup>

Na condição de moradoras de Barreirinhas, as Artesãs deixam evidente que percebem os efeitos contraditórios do turismo na cidade; denunciando, inclusive, que determinados setores têm se beneficiado, tais como os proprietários de pousadas e restaurantes. Ao mesmo tempo, são unânimes em relação ao aumento do custo de vida, que denominam carestia, como um dos principais aspectos negativos do turismo para a população que reside na cidade. Nesse sentido, apontam para o setor de alimentos, especialmente os preços da carne e do peixe, como o que mais prejudica os moradores locais:

No meu pensar, eu acho que o turismo trouxe mudança mas, assim, como é que se diz... acho que foi para dentro da sede mesmo de Barreirinhas. Para esses donos de pousadas e dos restaurantes. Porque para nós, aqui do interior, não tem essas vantagens não. Acho que o turismo trouxe foi carestia para Barreirinhas, também. (Informação oral)<sup>170</sup>

A gente pode dizer que melhorou com o turismo. Mas melhorou por uma parte, mas tem parte que não é boa. Pelo menos eu digo assim, que a comida, tem muita gente que reclama. Do preço da comida que salteou muito na Barreirinhas, devido o

---

<sup>168</sup> Entrevista com Artesã A, residente no povoado Tapuio, setembro 2008.

<sup>169</sup> Entrevista com Artesã A, residente no povoado Tapuio, setembro 2008.

<sup>170</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

turismo. Hoje, um quilo de pescada, não é qualquer um de nós que pode comer um quilo de pescada! (Informação oral)<sup>171</sup>

Além da visão em torno do aumento dos preços, as Artesãs ainda denunciavam o tratamento diferenciado que às vezes recebem por parte dos proprietários de açougue e dos pescadores, que têm as pousadas como clientes preferenciais. Vejamos as narrativas a seguir:

É por causa da carestia. E dizem que é só por causa do turismo. Tem muita coisa que vai só para as pousadas... Um dia desses cheguei lá (em Barreirinhas), eles estavam só cortando as cabeças para um lado e as carnes, o filé para as pousadas, para os turistas [...].(Informação oral)<sup>172</sup>

Eu concordo, porque compro. O melhor peixe, os pescadores já vêm com os peixes separados para vender para as pousadas. (Informação oral)<sup>173</sup>

Outras Artesãs dos povoados Laranjeira e Vigia enfatizam as mudanças ocorridas a partir da abertura da “nova estrada” – MA-402 que contribuiu de forma decisiva no aumento do fluxo turístico em Barreirinhas. Nesse sentido, as artesãs apontam as mudanças que ocorreram nos povoados em que residem, em relação aos aspectos de infraestrutura, tais como: energia elétrica e água encanada; instalação de unidades de ensino público; além de outros serviços como gás e carvão para fins domésticos, que, atualmente, são adquiridos na porta de suas casas ou no comércio local. É importante lembrar que todas essas mudanças ocorreram nesse contexto que marca o aumento do fluxo do turismo em Barreirinhas; não significando, porém, que sejam resultados desse fenômeno. No entanto, inegavelmente, são mudanças que as Artesãs associam aos tempos da “Barreirinhas do Turismo” e, sem dúvida, representam melhoria na qualidade de vida dos/as moradores/as dos povoados rurais:

Para nós, uma das mudanças que realmente, foi a abertura da BR [estrada que liga Barreirinhas a São Luís] que foi uma mudança muito grande, mais facilidade [...] Temos hoje, também, a energia que chegou ao povoado, em 2005 e, sabemos que tudo isso é importante para nossa vida. (Informação oral)<sup>174</sup>  
Antigamente era ruim, né? Então, depois que começaram a vir os turistas, primeiro melhorou a estrada, fizeram uma estrada nova e ficou muito melhor. Antes a gente aqui não tinha energia. A água encanada faz pouco tempo que temos [...].(Informação oral)<sup>175</sup>

[...] Hoje já tem a Escola aqui, porque não tinha. Era muito dificultoso para a gente, né? Mas agora não, melhorou! (Informação oral)<sup>176</sup>

---

<sup>171</sup>Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>172</sup>Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>173</sup>Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

<sup>174</sup>Grupo focal – povoado Vigia – Maio/2008.

<sup>175</sup>Grupo focal, povoado Laranjeira, em agosto/2008.

<sup>176</sup>Grupo focal, povoado Laranjeira, em agosto/2008.

Nós íamos buscar tanta lenha dentro dos matos para cozinhar! Hoje não! Hoje o carvão passa na porta de casa. Além disso, tem o gás! Todo mundo tem suas casas arrumadinhas, de tijolo. Melhorou a renda das famílias. (Informação oral)<sup>177</sup>

Nesse contexto, vale sublinhar um fato, citado pelas Artesãs, que tem relação direta com o turismo; a transformação da Casa de Farinha,<sup>178</sup> no povoado Tapuio, como atrativo turístico. Na verdade, as Artesãs que residem no povoado Laranjeira, vizinho ao Tapuio, sentem-se privilegiadas pela comodidade na venda de seus produtos, ao atenderem à demanda da Casa de Farinha, sem precisarem se deslocar para a sede de Barreirinhas. É como explica uma Artesã:

Tem a Casa de Farinha que vem bastante turista, tem as moças de lá que compram, vêm atrás do material e a gente vende! Então, para nós, não precisa mais a gente sair daqui para ir para Barreirinhas por terra, naquele Porto do Banho. Agora, os turistas vêm na porta comprar nossos produtos. Não precisamos mais! Para mim mudou muito! (Informação oral)<sup>179</sup>

Essas mesmas artesãs acrescentam um dado relevante no que se refere à melhoria da renda com a produção artesanal. Para atenderem à demanda turística, intensificaram o ritmo de trabalho. Esse processo, em que o trabalho artesanal passa a ser valorizado e a contribuir de forma significativa na renda familiar, provocou uma mudança na divisão sexual do trabalho doméstico nessa localidade. Assim, o homem assume o trabalho da pesca artesanal, antes feito com a participação da mulher, e hoje, a mulher dedica seu tempo integralmente ao trabalho artesanal. Esse é um dado relevante nos processos de redefinições identitárias das mulheres Artesãs:

A renda melhorou com tudo [...] mas o artesanato a gente trabalha mesmo é direto. É noite e dia mesmo! Não pára não! (Informação oral)<sup>180</sup>

Não, porque as mulheres ficam no croché, no artesanato, né? Então, os homens, os maridos, vão pescar. Então, junta uma coisa com a outra, né? O dinheiro do artesanato com o do peixe, dá pra gente sobreviver! (Informação oral)<sup>181</sup>

---

<sup>177</sup> Grupo focal, povoado Laranjeira, em agosto/2008.

<sup>178</sup> A Casa de Farinha da comunidade Tapuio será devidamente abordada no próximo capítulo, no item que trabalha “A produção local do turismo: ressignificando espaços sociais tradicionais”. Esse espaço da Casa de Farinha, a princípio organizado para demonstração do processo de produção da farinha, foi também, estrategicamente ampliado com um ambiente específico para exposição e venda do artesanato de fibra do buriti. Daí a participação das artesãs do povoado vizinho, Laranjeira, como fornecedoras dos produtos que são revendidos para a família proprietária do atrativo turístico.

<sup>179</sup> Grupo focal, povoado Laranjeira, em agosto/2008.

<sup>180</sup> Grupo focal, povoado Laranjeira, em agosto/2008.

<sup>181</sup> Grupo focal, povoado Laranjeira, em agosto/2008.

#### 4.2.3.3 Mudanças nas relações de gênero no contexto familiar: o empoderamento da mulher artesã

Este eixo temático, também circunscrito aos tempos da “Barreirinhas do Turismo”, aborda aspectos relevantes para o estudo dos processos identitários: as novas demandas no ofício do artesanato e as repercussões na vida familiar, com foco nas relações de gênero e nas redefinições do papel da mulher em relação ao papel do marido.

O estudo do segmento Artesãs no contexto contemporâneo de Barreirinhas, sob o viés da questão de gênero, é emblemático por abrir vias de análise para desvendar os processos identitários em curso. Entendemos que tais relações são componentes estruturais e históricos dos sistemas de dominação que legitimam formas de discriminação entre os sexos numa dada sociedade, que são, portanto, passíveis de ressignificação pela ação dos sujeitos.

A análise do material empírico revela que a trajetória de vida das Artesãs, em tempos de turismo, está permeada de rupturas e hibridações em relação a um passado comum a todas. Em outras palavras, as mulheres-artesãs estão a reconstruir identidades e a redefinir rumos e rotas de seus destinos.

No contexto das relações de gênero, a questão-chave está nas estruturas de desigualdade e subordinação que fundamentam tais relações sociais. Esses processos de subordinação da mulher têm se manifestado, ao longo dos tempos, de forma diferenciada dependendo do contexto social, período ou classe social.

Vale sublinhar que ocorreram mudanças significativas na dinâmica do trabalho artesanal das sócias da Artecoop, numa trajetória que se iniciou desde a organização da Cooperativa. Esse percurso foi amplamente abordado nos itens que enfocaram o empreendedorismo cooperativo e o padrão mercadológico. Cabe, aqui, enfatizar que, para alcançar o nível de padronização e acabamento dos produtos, segundo as exigências do mercado nacional e internacional, as Artesãs submeteram-se a uma nova dinâmica de vida e de trabalho, mediante a participação em cursos e oficinas de criatividade com frequentes, e, às vezes, prolongados períodos de ausência do lar. Essa demanda profissional gerou uma alteração na rotina doméstica dessas mulheres, constituindo-se, para a maioria, situações de conflitos; representando, para o conjunto das Artesãs, uma ruptura com o padrão tradicional das relações de gênero no contexto familiar.

Em seus depoimentos, as Artesãs revelam como percebem esse processo, assim como as estratégias que têm utilizado no sentido de superarem determinadas situações geradas com as mudanças na dinâmica profissional do trabalho artesanal. Em princípio, o conflito

entre as Artesãs e seus maridos se estabelece a partir de um ponto básico: a autonomia das mulheres na decisão de participarem dos cursos e oficinas de capacitação oferecidos pelo Sebrae. Na verdade, a partir do envolvimento das mulheres-artesãs em situações que exigem tempo integral, no mundo do artesanato como negócio, gerou-se uma mudança na rotina da família que promoveu certa desestabilização da estrutura de vida doméstica, em que, historicamente, na divisão sexual do trabalho, incide sobre a mulher a responsabilidade do trabalho doméstico em geral.

Esse é um marco significativo como processo de redefinição identitária da mulher e mãe dona de casa que começa a assumir uma nova posição de sujeito na sociedade como Artesã-profissional. Os dados empíricos demonstram que foi um processo que ocorreu de forma lenta, às vezes invisível para a sociedade, na privacidade de cada casa, através de pequenos passos de resistência, mas de forma determinada. Os depoimentos a seguir deixam evidente que, não obstante haver sinais de mudança nos padrões de dominação, algumas Artesãs ainda sofrem privação na liberdade de tomarem decisões e de auto-determinarem-se, muito embora busquem, pela via do diálogo, marcarem uma posição de defesa de seu ponto de vista:

Eles [maridos] não entendem. Por mais que a gente explique. Agora o meu está entendendo mais ou menos um pouquinho. Mas, por mais que a gente explique para eles porque que a gente tem que ir para essas reuniões. Porque é assim[...].(Informação oral)<sup>182</sup>

Por que ele se chateia? Porque os homens sempre gostam que a mulher esteja perto deles ali, todo o tempo? Acho que eles se sentem autoritários, para estar mandando na mulher! Mas a gente explica para ele: olha, eu vou por isso... mas não entende de jeito nenhum! (Informação oral)<sup>183</sup>

No meu caso, assim, nunca houve tanto problema, não sabe? Porque sempre assim, quando ele diz tu não vai! Mas, eu tento conversar com ele. Porque se eu não for, eu perco muita coisa, não é? Porque onde a gente está aprendendo alguma coisa, onde a gente está ganhando alguma coisa, é através do nosso trabalho. E se nós não formos? Aí até que ele concorda, né? Mas ele não é dessas pessoas de andar proibindo, tu não vai. Às vezes a gente vai, passa três dias. Se é para ir hoje ou depois de amanhã, quem decide é a gente. Mas meu esposo não anda me proibindo de participar do trabalho, não. (Informação oral).<sup>184</sup>

Esses sinais de mudança tornam-se mais evidentes no caso das Artesãs do bairro da Cebola e do povoado Vigia quando se trata de defender a liberdade de exercerem o ofício do artesanato e, assim, poderem assumir as responsabilidades profissionais que cada nova

---

<sup>182</sup>Grupo focal – povoado Boa Vista, abril 2008.

<sup>183</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

<sup>184</sup> Grupo focal – povoado Manoelzinho, maio/2008.

situação exige. As narrativas demonstram que as Artesãs estão, gradativamente, conquistando o respeito de seus maridos, o poder de autodeterminação e a capacidade de decidirem em relação às novas oportunidades surgidas; enfim, tudo que se possa traduzir em autonomia na tomada de decisões:

Porque hoje em dia, a mulher é mais independente. Porque ela trabalha e tem o seu próprio dinheiro. Aí ela já pode fazer um negócio, contando que já vai pagar com aquele dinheiro do artesanato. Eu, pelo menos me sinto assim: independente! (Informação oral).<sup>185</sup>

É um serviço enjoativo, porque é reunião, a gente passa de dois a três dias no interior. Aí deixa a casa aí só com os filhos, jogados. O marido fica com a cara ruim. [...] São reuniões feitas pelo Sebrae para capacitar mais a gente, para ensinar como fazer o acabamento bem feito dos produtos. Como que a gente deve fazer esse acabamento. E a gente tem de ir. O marido fica com raiva [...] mas, quando a gente chega, fica alegre. (Informação oral).<sup>186</sup>

Minha irmã, se eu fosse mesmo mole, eu não saa de casa não! (Informação oral).<sup>187</sup>

Às vezes, quando a minha menina estava lá em casa, eu saía assim, por três dias. Eu já cozinhava o feijão, deixava o feijão cozido na geladeira, dividia nos depósitos. Já ensinava meus filhos para quando chegarem para esquentar. Teve uma vez que meu marido me disse que eu agora, só ia comer “coisa” do Sebrae, porque eu não parava mais em casa, minha vida era só no mundo! Eu fiquei tão triste! Fiquei, assim, me deu um aperto dentro do coração, porque ele disse isso comigo. Mas eu disse um monte de coisa para ele, porque eu sou assim, irritada! (Informação oral).<sup>188</sup>

Sobre esse negócio, meu marido não cria problema não. Logo no início, ele quis “melar”, mas eu disse: meu filho, você tem que entender porque é um serviço que a gente tem de fazer para ver se vai pra frente! E aí, a gente tem que trabalhar, porque eu não vou ter tempo de cuidar só de você, tenho que fazer minhas coisas, fazer meu negócio! Hoje eu saio, vou para qualquer lugar! Amanhã eu vou sair, ninguém me pergunta mais para onde que eu vou porque já sabe para onde é. [...] E, às vezes, no dia-a-dia, eles estão vendo que melhorou, né? A gente compra um quilo de carne, um quilo de peixe, uma coisa para casa... então acabam entendendo! É uma grande ajuda para eles próprios. Para nós e eles. (Informação oral).<sup>189</sup>

Como se pode inferir, o processo de organização e capacitação das Artesãs vem propiciando essa ruptura gradual com a condição de subalternidade desde que elas passaram a reagir ao controle e a desafiar o domínio a que viviam submetidas, buscando estabelecer novos padrões de convivência com seus maridos e filhos. É o que revelam as artesãs, em suas narrativas:

Em relação ao marido... se vamos começar dos maridos, temos muita coisa para contar. Eu tive muita dificuldade... Mas, como ele não pode comigo... [risos]

<sup>185</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

<sup>186</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

<sup>187</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008

<sup>188</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>189</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.



porque eu tenho certeza que é disso aqui, do artesanato, que sobrevivo! Se eu deixar de fazer ou se eu deixar de participar das feiras (lá fora eu ainda não fui, mas mando meu trabalho). Então, se eu deixar de fazer esse trabalho, como é que eu vou viver? Se bem que ele ajuda, mas hoje, numa família, o marido bota (dinheiro em casa) e a mulher também tem que botar. Eu não sou do tempo que se dizia que só o marido é quem mantém a casa. Eu não penso assim. Tem que ser os dois. Porque se um bota um tanto e o outro bota outro, lá, aquele pouquinho se torna muito! Então, tive muita dificuldade, mas como ele não pode mesmo comigo! Quando ele dizia assim: tu não vai. Ai é que eu ia mesmo. Tu não faz isso! Quando ele saía por uma porta, eu já estava na outra! (Informação oral).<sup>190</sup>

Lá em casa mesmo... hoje não! Hoje meu marido já aceita. Quando chega dia de reunião, eu digo: olha, eu vou para reunião tal dia. Ou, às vezes eu nem digo. Amanhã vou sair e pronto, não sei nem a hora que vou chegar, nem o dia! Mas, de primeiro, ele ficava zangado demais! Eu dizia: rapaz tu tens teus compromissos, eu tenho os meus! Então, tu não te importa com os meus compromissos, que eu não te proíbo de tu ir para as tuas reuniões! Ele também. É líder de um bocado de coisa. Ele é Presidente do Sindicato e Presidente da Associação daqui [...].(Informação oral).<sup>191</sup>

Tem um probleminha porque sempre tem, assim, uma reclamação. Mas a gente contorna porque é a nossa sobrevivência, não é? É o artesanato. Se eles não deixarem a gente participar, piora a situação. A parte da agricultura está muito devagar; não dá, às vezes, nem para o sustento. A gente sobrevive mais, do artesanato. A gente faz tudo para não deixar ele tão humilhado! (Informação oral)<sup>192</sup>

Vale sublinhar a visão otimista de uma Artesã acerca dessa relação de gênero em Barreirinhas. Em seu discurso, apresenta exemplos concretos que indicam um processo de crescimento pessoal na vida das artesãs, de modo geral, assim como faz uma avaliação positiva de sua própria trajetória:

Na vida hoje, das mulheres de Barreirinhas, eu nem vejo mais mulher assim, submissa, não. Já estão muito independentes. Eu já voltei a estudar. A maioria das mulheres está voltando a estudar. [...] Eu só fiz até a 3ª, parei de estudar e, com 14 anos, eu procurei formar família e fui passar uma vida de ‘cão’. Mas hoje eu digo que estou no céu; não por causa do marido, mas por minha vida em si. Porque voltei para a sala de aula há cinco anos atrás e hoje já estou na 8ª série, já passei em Concurso Público, né? E, como artesã, eu já sou Presidente de uma Cooperativa! (Informação oral)<sup>193</sup>

Há, no entanto, depoimentos em que se vê demonstrado que a predominância de um clima de entendimento e cooperação mútua na relação de algumas Artesãs com seus respectivos maridos decorreu da melhoria de renda obtida, por ela com o trabalho artesanal:

---

<sup>190</sup> Grupo focal – bairro Cebola – Abril/2008.

<sup>191</sup> Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>192</sup> Grupo focal – povoado Manoelzinho, maio/2008.

<sup>193</sup> Entrevista, Artesã e Presidente da Artcoop, setembro/2008.

Para mim, acho que mudou assim, ele deve estar gostando de eu estar ajudando ele nas despesas de casa, né? Ele me apoia, ajuda a tirar o linho do buriti [...].(Informação oral).<sup>194</sup>

O meu marido também me apoia, ele me ajuda! Mas tem dias que ele se zanga, quando eu passo de semana em Barreirinhas, nos Cursos do Sebrae. Tem vez que ele se zanga, mas ali mesmo se acalma. Mas ele gosta também, assim, porque eu ajudo muito ele com o artesanato. (Informação oral)<sup>195</sup>

O discurso a seguir enfatiza uma dimensão-chave quando se trata de pensar em mudança nas relações de gênero – a ruptura com a dependência financeira que as mulheres-artesãs têm experimentado a partir de todo o processo de organização e da valorização de seus produtos:

Ele está compreendendo porque, antigamente, a gente dependia dele para comprar uma roupa, um calçado. Hoje em dia não! Nós trabalhamos (eu tenho três filhas, mas só uma mora comigo), compramos nossas coisas, não dependemos dele. Às vezes ele se zangava, ficava muito zangado. Quando eu saía, ele dizia: tu não tens o que fazer? Tu já estás indo? Mas hoje em dia não, ele fica calado, já compreende a minha parte e, melhorou muito para nós depois dessa divulgação que teve do Sebrae para nós, foi uma grande ajuda. Nós estamos na luta e espero que nunca vá terminar [...] Então melhorou muito! E ele está entendendo as coisas, a cada dia. (Informação oral)<sup>196</sup>

Vale destacar, ainda, os depoimentos reveladores de uma nova consciência do ser mulher e artesã na “Barreirinhas do Turismo”, assim como um crescimento da autoestima como forma de empoderamento das Artesãs do bairro da Cebola:

-Eu, pelo menos, me sinto assim: independente!  
-Hoje temos nome na praça!”  
-Eu me sinto independente, criativa!”  
-Nós já estamos firmes para caminhar com os nossos próprios pés! Porque nós já tivemos bastante capacitação. Foram muitos Cursos, desde de 2000 que a gente faz cursos. E são Cursos, tudo no sentido de capacitar a gente para caminhar com os nossos próprios pés. (Informação oral)<sup>197</sup>

#### 4.2.4 Futuro do artesanato em Barreirinhas

O olhar das artesãs voltado para o futuro do artesanato em Barreirinhas prendeu-se a duas dimensões:

- Conservação dos buritizais – palmeira que produz a matéria-prima básica da produção artesanal;

<sup>194</sup>Grupo focal – povoado Vigia, em maio/2008.

<sup>195</sup>Grupo focal – povoado Boa Vista, abril/2008.

<sup>196</sup>Grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>197</sup> Grupo focal – bairro Cebola, abril/2008.

- Formação de nova geração de artesãs.

Sabe-se que a demanda por produtos artesanais da fibra do buriti, em Barreirinhas, tem aumentado a partir de dois fatores: o crescimento do fluxo turístico atraído pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e a divulgação desses produtos pelas artesãs por meio da participação em eventos nacionais e internacionais da moda de acessórios. Esses fatores propiciam, portanto, a emergência de novos mercados, incidindo diretamente em uma maior pressão sobre os recursos naturais, fonte de matéria-prima. Os resultados disso já se fazem sentir pelos efeitos da degradação dos buritizais, na redução da capacidade reprodutiva e na morte de muitas palmeiras. Tal situação tem sido objeto de estudos e pesquisas, com foco na cadeia produtiva do extrativismo e do artesanato da fibra do buriti na região dos Lençóis Maranhenses. (SARAIVA; SAWYER, 2007; FERNANDES-PINTO, 2006) Ademais, essa questão tem sido uma preocupação, por parte das artesãs, conforme deixam explícito em seus depoimentos:

Se a gente não começar a tratar bem os buritizais agora, daqui a 5 anos eu não vou poder fazer uma bolsa. E se hoje eu estou achando bom me alimentar do buriti (porque eu estou me alimentando de lá, do meio ambiente), e se eu não preservar? E se eu só destruir? Daqui a cinco anos eu não vou fazer uma bolsa para vender, para me alimentar e dar o pão para os meus filhos? Eu não vou ter. (Informação oral)<sup>198</sup>

A gente já tem povoados que o artesão já não está mais tirando um ‘olho’ do buriti porque não tem! Quem quiser trabalhar, tem que comprar de outras comunidades! Aqui mesmo, perto de Barreirinhas, no povoado Morro Alto, é uma dessas comunidades. Se você for lá, vai ver! Tem bem pouquinha palha no pé do buriti e eles não conseguem mais subir porque o pé já está muito alto e é muito pequeno o olho. Ainda mais quando é para se fazer um chapéu, pois um “olho” grande é que dá para um chapéu ou uma bolsa; essas bolsas de ‘macramê’ gastam muita fibra. Pois nós já temos comunidades que não têm mais essa matéria-prima que é a fibra do buriti. (Informação oral)<sup>199</sup>

As artesãs fazem críticas ao aumento indiscriminado dessa prática de extração da fibra do buriti, uma vez que, sem obedecer ao critério básico, ou seja, o resguardo de um determinado período de intervalo exigido no manejo<sup>200</sup>, tendo em vista a recuperação da palmeira, o resultado inequívoco é a destruição dos buritizais.

<sup>198</sup>Entrevista com Artesã e Presidente da Artecoop, em setembro/2008

<sup>199</sup>Entrevista com Artesã “B” do bairro Cebola, em agosto/2008.

<sup>200</sup> Saraiva; Sawyer (2007, p.5), em estudo acerca do potencial econômico e sócio-ambiental do artesanato do buriti em comunidades tradicionais nos Lençóis Maranhenses, afirmam: “O extrativismo do buriti envolve práticas tradicionais de manejo baseadas em conhecimento minucioso dos ambientes singulares e das espécies associadas. Entretanto, a coleta de ‘olhos’, se mal manejada, pode exercer uma grande pressão sobre os recursos e levar as palmeiras à morte. Fernandes-Pinto (2006) identificou na região de Barreirinhas [...] uma situação crítica de sobre-exploração dos buritizais e quinze atividades que geravam impactos negativos direto nestas áreas”.

Conscientes dessa situação, as artesãs da Artecoop têm discutido possíveis alternativas ora no sentido da conservação dos buritizais, via “reflorestamento”, ora no sentido da “criação de uma reserva ambiental” nos povoados em que há maior concentração de artesãs ou, ainda, mediante uma campanha educativa, com foco nas novas gerações, com a inserção dessa temática na grade curricular dos ensinos fundamental e médio. De fato, a situação vem atingindo níveis insustentáveis, uma vez que não há fiscalização ou ação efetiva, por parte dos gestores municipais e demais órgãos públicos, no sentido de coibir a devastação dos buritizais no município. O depoimento da presidente da Artecoop confirma algumas iniciativas tomadas pela entidade, ao mesmo tempo em que revela a consciência de que tais ações são insignificantes em face de um universo de “mais de dez mil artesãos” em Barreirinhas:

Nós, da Cooperativa, já estamos muito preocupadas com essa necessidade! Até em Palmeira dos Eduardos (povoado rural), a gente já está lá com o reflorestamento. Um momento antes do reflorestamento com um “viveiro” (plantação de mudas). De lá a gente quer levar para outras comunidades, onde tenha o terreno ‘alagado’, para que possa fazer o reflorestamento. Então, mas nós só somos 94 artesãos, que estamos fazendo isso! E o resto? Porque são mais de dez mil artesãos que têm em Barreirinhas! E muitos se preocupam só em tirar o olho, fazer o produto e vender. Não está nem aí! Ainda tem gente que diz assim: ah, não vai acabar não, isso aí é pela natureza! (Informação oral)<sup>201</sup>

Sempre que vou para reunião, que eu sei que tem alguém que pode nos ajudar nesse sentido de um ‘projeto de meio ambiente’, eu estou falando sobre isso. A minha preocupação não está nem em vender o artesanato. Hoje, a minha preocupação é que, daqui a 5 anos, se a gente não tiver uma pessoa, uma força maior para nos ajudar em termos de preservação ambiental, ou seja, uma reserva, não sei bem... eu só acho é que tem que partir da gente, como artesã e, principalmente, dos governos. Porque tem que ser uma coisa geral. Não uma ‘coisinha’, que vamos fazer bem aqui no povoado, Palmeira, como foi feito lá, um replantio e nunca mais foi feito em lugar nenhum. Então, o que tem que ser feito, primeiro, uma ação que envolva Barreirinhas em geral, todos os povoados. Ou seja, uma Campanha... assim como eles fazem campanha política, porque não fazer uma campanha sobre o meio ambiente? Mas que envolva todo mundo, não só nós, da Cooperativa, como todos os artesãos. Porque a maioria dos artesãos não sabe nem como que ele vai tirar o buriti. Ele sabe que se tira o olho do buriti todo mês! Mas, ele não sabe que, se ele tirar todo mês, o pé do buriti vai morrer! (Informação oral)<sup>202</sup>

Só quero que eles [o poder público], pelo menos, prestem atenção que os buritizais são uma fonte de renda para muitas e muitas pessoas de Barreirinhas. Então, se os Governos não começarem a tomar providência [...] começando pelas Escolas, mas que seja uma coisa [...] que dissesse assim: vai ter uma matéria a mais, na escola, que pelo menos tenha uma Professora que fale sobre o meio ambiente. E que vá começando pelas crianças, então que seja geral, em todas as Escolas, nas Igrejas, e por aí, começar uma Campanha. [...] É isso, a gente não teve governo nenhum que se preocupasse [...] Não tem uma reunião que eu já fui, que diga assim, tem um político ou alguém que fale sobre isso! (Informação oral)<sup>203</sup>

<sup>201</sup> Entrevista com Artesã e Presidente da Artecoop, em setembro/2008.

<sup>202</sup> Entrevista com Artesã e Presidente da Artecoop, em setembro/2008.

<sup>203</sup> Entrevista com Artesã e Presidente da Artecoop, em setembro/2008

Vale ressaltar que o processo de extração da fibra do buriti em Barreirinhas vem sofrendo alterações ao longo dos tempos. As artesãs relataram situações vividas no tempo em que eram crianças e adolescentes, quando o artesanato fazia parte do cotidiano das famílias e suas mães desempenhavam um papel central. Nesse sentido, na divisão do trabalho, cabia aos homens da família, no caso, seus pais, realizarem a atividade que exige maior esforço físico e habilidade, que é a retirada do “olho” do buriti, uma palmeira de caule flexível e de grande porte. Na sequência desse processo de extração da matéria-prima, cabe às mulheres o trabalho de beneficiamento, que consiste em desfiar e retirar o “linho” da palha e, finalmente, tingir as fibras.

Esse processo de extrair a fibra é concluído com a secagem do “linho”, mediante sua exposição ao sol. Com isso, fecha-se o ciclo da extração ao beneficiamento da fibra, realizado por pessoas da mesma família. Atualmente, em Barreirinhas, em face do aumento da demanda pela matéria-prima, há pessoas que realizam esse trabalho. Sem nenhum cuidado com a conservação das palmeiras, tais pessoas praticam a retirada dos “olhos” dos buritizais para comercializarem junto às artesãs locais e, inclusive, exportar para outros municípios. Assim, Artesãs demonstram preocupação em relação a essa prática indiscriminada de retirada de “olhos” dos buritizais por pessoas da localidade que desconhecem ou desconsideram os riscos ambientais que o manejo incorreto promove:

Porque nós moramos aqui, nós vivemos disso aqui. Isso aqui é que é nosso tesouro! Isso aqui que é a nossa ‘roça’, isso aqui que é o nosso ‘banco’, né? [...] Eles tiram o linho para fora, onde chegam a tirar 100kg de linho. Nós, aqui, somos mil e quinhentas artesãs... nós, quando vamos tirar, tiramos 1kg cada uma. Assim, lá vão 1.500kg! O que eles tiram não já está fazendo falta para nós? (Informação oral)<sup>204</sup>

Vou falar a verdade. Eu sou contra esse pessoal que tira o linho aqui [...] Eu tiro o linho do meu quintal! É por lua que se tira. Numa lua sim, e outra, não. Os meninos que tiram o linho aqui não respeitam, pois tem uns pés que estão, para bem dizer, mortos. Se eles tiram nessa lua, na outra lua, sai outro linho, eles tornam a tirar. É isso que mata a palmeira. (Informação oral)<sup>205</sup>

Esse comércio de “olhos” *in natura* e de “linho” não beneficiado tem sido apontado por pesquisadores como uma das causas da sobre-exploração dos buritizais na região dos Lençóis Maranhenses. Estudiosos do tema afirmam que “o extrativismo e o aumento da comercialização dos produtos florestais não madeireiros (PFNM) interferem na

---

<sup>204</sup>(Entrevista com Artesã “B”, bairro Cebola, agosto/2008)

<sup>205</sup>Artesã – grupo focal – povoado Laranjeira agosto/2008.

sócio-política local e regional através do empoderamento político de certos grupos e interferência no sistema de terras e posse dos recursos”. (SARAIVA; SAWYER, 2007, p.:9).

Confirmando esse prognóstico, o depoimento de uma artesã demonstra que, em Barreirinhas, já há indícios de um conflito relacionado à questão da propriedade da terra:

Então, eu sempre falo para eles. Nós não temos um pedaço de terra para nós plantar. E ele (o buriti) é uma planta que ele só dá no molhado. Ele não dá assim no seco. Aí, hoje, os buritizais, os brejos estão tudo vendidos. Aí a gente não tem como plantar. É o seu fulano que comprou, dona Maria que comprou, seu José, seu Antônio que comprou um pedaço e eles não querem liberar pra gente plantar, mesmo que nós queiramos. (Informação oral)<sup>206</sup>

De fato, a temática da conservação dos buritizais, como uma forma de garantir o futuro do artesanato em Barreirinhas, está na pauta de discussões e ações das Artesãs; seja de quem trabalha de forma independente, seja por parte das sócias da Artecoop. Mas, como se pode perceber, tais ações ocorrem de forma isolada e, portanto, sem o alcance e o necessário apoio por parte do poder público em face da dimensão do problema. As narrativas das artesãs revelam que elas se percebem como num “beco sem saída” ou, mesmo, diante de uma situação de impotência:

[...] Porque têm pessoas que vão tirar o olho e depois não esperam passar dois meses para tirar um outro olho naquela mesma palmeira. Todo mês tira. E, com isso, aquele pé de buriti vai indo, ele morre! Então, se a gente não se preocupar de plantar, daqui mais uns dias, a gente não tem mais com que trabalhar. (Informação oral)<sup>207</sup>

Para o futuro não vai ter não!  
Não vai ter para os nossos filhos... Se discute, mas não se toma uma atitude! Só fazem falar...(Informação oral)<sup>208</sup>

Com relação a essa história do meio ambiente, cada reunião que tem, as pessoas falam assim: ah! O meio ambiente é desse jeito, o meio ambiente é desse outro. Aí falam, falam, um fala aqui, outro fala pra acolá [...] Se passa um mês, tem outra reunião, o mesmo assunto, se passar outro mês, o mesmo assunto. Aí pergunto: serviu de que? Para que? Falar e não agir? (Informação oral)<sup>209</sup>

Não temos projeto. Só nós mesmas que plantamos, aqui e acolá. Todo ano, uma planta um, dois, três ou quatro pés, onde tem espaço, a gente vai plantando. Se existiu algum Projeto do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), lá mesmo morreu esse projeto. Porque para as comunidades [...] pra cá, para a Vigia, pelo menos, a gente nunca ouviu falar! (Informação oral)<sup>210</sup>

<sup>206</sup>Entrevista com Artesã “B” do bairro Cebola, agosto/2008.

<sup>207</sup>Entrevista com Artesã “B” do bairro Cebola, agosto/2008.

<sup>208</sup>Entrevista com Artesã “B” do bairro Cebola, agosto/2008.

<sup>209</sup>Artesãs – grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

<sup>210</sup>Artesãs – grupo focal – povoado Vigia, maio/2008.

Na verdade, as Artesãs demonstram ter consciência de que, a cada dia, a situação tende a se agravar, considerando a demanda sempre maior de produtos, especialmente por parte de determinados clientes que trabalham com pedidos em grande quantidade, conforme deixa evidente o depoimento a seguir:

[...] Agora mesmo, eu estive em Barreirinhas e a menina me falando que tem um cliente que está querendo fechar um pedido com a Cooperativa [...] Só que esse cliente, ele não compra pouco. Ele só compra em grande quantidade. Então, ele disse que o mínimo para ele é mil peças por mês! Aí eu passei lá e a Diretora de Comercialização me disse: olha, o cliente vai confirmar e vocês vão ter que trabalhar! Eu disse: olha, eu não me preocupo com esse cliente aqui. Mas eu já me preocupo é onde a gente vai plantar o buriti? Porque o produto que ele quer leva muita fibra, que é o chapéu! Porque, na produção do chapéu, tem que ser só fibra escolhida e ele pega muita! Então, eu já me preocupo! Já pensou? Todo mês nós precisar de fibra para mil peças? Eu me preocupo com isso[...].(Informação oral)<sup>211</sup>

Vale destacar a informação das artesãs do povoado Laranjeira acerca de um trabalho no âmbito da educação ambiental, desenvolvido pela escola da rede pública municipal, envolvendo a participação das mães dos alunos:

Meu filho chegou em casa dizendo: olha mãe, cada um de nós tem que plantar um pé de buriti no quintal! Foi uma reunião que eles tiveram lá na escola sobre o meio ambiente.

O Messias estava fazendo um estágio. Aí, ele foi com os meninos na casa da Diretora tirar umas mudas de buriti e levaram para plantar no Colégio. A gente está lá cuidando desses pés, no Colégio. (Informação oral)<sup>212</sup>

Outra questão, referente ao futuro do artesanato em Barreirinhas, diz respeito à inserção das novas gerações, filhas dessas artesãs. Segundo depoimentos das Artesãs, suas filhas aprenderam os “primeiros passos” do artesanato por iniciativa própria, pela convivência diária com as mães, na observação direta de sua prática artesanal. Não obstante, algumas rejeitam a ideia de seguir a profissão das mães, pois entendem ser um trabalho que não é valorizado socialmente e por não propiciar um nível de renda estável. Nesse sentido, há uma tendência por parte dessas novas gerações em dedicarem-se aos estudos, com vistas a atingir formação universitária, uma vez que as mães, em sua maioria, não tiveram condições de fazê-lo, como afirma a Artesã:

[...] Todas as filhas das artesãs sabem fazer, só que elas não querem! Porque elas acham que é um produto barato e que não tem muita saída e que elas querem estudar

---

<sup>211</sup> Artesã – grupo focal – povoado Manoelzinho, maio/2008.

<sup>212</sup> Grupo focal – povoado Laranjeira, agosto/2008.

e ter um futuro melhor. Porque a maioria das nossas artesãs, nenhuma tem o Ensino Médio. A maioria delas não tem Ensino Médio! Agora que têm algumas que estão estudando, que nem eu que estou no 1º ano do Ensino Médio. Mas, a maioria das filhas das artesãs sabem fazer artesanato. A minha filha sabe, mas não faz! (Informação oral)<sup>213</sup>

Diante dessa posição de recusa à prática do artesanato por parte das jovens filhas das artesãs, a presidente da Artecoop, conhecendo essa realidade, falou de uma estratégia pedagógica que tenciona implementar no sentido de estimular a formação das novas gerações de artesãs:

[...] Então, para isso mudar, eu acho que a gente tem que começar a trabalhar, mesmo, nas comunidades! A gente até já pensou nisso, em cada povoado, a gente montasse uma ‘escolinha’. Por exemplo, na 4ª feira seria no povoado Manoelzinho. Então, no Manoelzinho a gente vai levar as artesãs, que lá elas fazem “macramé<sup>214</sup>”. Então, a gente vai levar artesãs que façam croché, chapéu e bolsa, macramé, essas coisas. Macramé é todo esse pontinho feito na mão, que elas fazem muito bem. (Informação oral)<sup>215</sup>

Na verdade, as artesãs almejam para suas filhas um futuro melhor. Desejam que elas aprendam as novas técnicas e tramas e, ao mesmo tempo, valorizem o trabalho artesanal para que se sintam estimuladas a darem continuidade ao que conquistaram até agora, mas que tenham, aliados à arte, os estudos. É essa visão de futuro que buscam passar para suas filhas. Têm clareza de que o futuro se constrói aqui e agora, como afirmam as artesãs do povoado Manoelzinho:

Olha, eu vejo assim, que até mesmo, às vezes converso muito com minhas filhas. Segundo o que eu vejo. Tudo bem, é o nosso desejo que melhore, mas segundo o que estou vendo, se não investir no estudo, nossa tendência é piorar. Porque eu vejo tanta de gente que hoje tem faculdade, é formada e estão sem emprego. Então, eu digo assim, por exemplo, que nós não temos estudo, mas nós temos uma prática que muitos não fazem. Então, eu acho assim. Se nós queremos o melhor, nós temos que investir! No caso, nossos filhos, nossas filhas, temos que investir. Porque hoje...antes não, eu lembro assim no tempo em que bastava ter a 2ª série, a 3ª série, já tinha um emprego, né? Hoje não! Hoje você tem que ter o Ensino Médio, tem que ter Curso Superior, tem que ter tudo e, às vezes, tem diploma, mas está sem emprego... Então, é o que eu vejo. (Informação oral)<sup>216</sup>

Assim, sobre o que ela falou, eu concordo com tudo que ela falou. Porque isso está tudo em cima da realidade. Porque se a gente não investir hoje no produto do artesanato, nem nada, não produzir, não ensinar para os nossos filhos, vai se tornar uma situação pior! (Informação oral)<sup>217</sup>

<sup>213</sup>Entrevista com Artesã “A” do povoado Tapuio, em setembro/2008.

<sup>214</sup> Espécie de passamanaria feita de cordão trançado e com nós. Bordado tipo de linha ou fio próprio para bordados, filés e crochês. Dicionário Aurélio – Versão eletrônica.

<sup>215</sup> Entrevista com a Presidente da Artecoop, em setembro/2008.

<sup>216</sup>Grupo focal – povoado Manoelzinho – maio/2008.

<sup>217</sup>Grupo focal – povoado Manoelzinho – maio/2008.



Esse aspecto referente às percepções, motivações e possíveis níveis de inserção das novas gerações no mundo do artesanato em Barreirinhas foge ao objeto desta pesquisa. Tanto que não realizamos entrevistas com as filhas das artesãs. Fica, no entanto, como indicação para novos estudos, pois entendemos ser essa dimensão um outro pilar de sustentação, num futuro próximo, da atividade artesanal em Barreirinhas.

O segmento Artesãs da “Barreirinhas do Turismo” deu o primeiro passo rumo à conquista de mercado e reconhecimento nacional e internacional do artesanato local no mundo da moda de acessórios, utensílios domésticos, decoração e ambientação. O caminho a percorrer é longo e cheio de armadilhas. Vivemos a “era da modernidade líquida”, em que tudo é efêmero, fluido, frágil e transitório, usando o aporte de Bauman (2004). Nesse mundo *fashion* da moda, em que está se inserindo o artesanato local, são muitos os desafios na busca da sustentabilidade dessa atividade e, dentre eles, estão: o conhecimento, a capacitação permanente, o respeito ao meio ambiente e a identificação com a cultura local. Como bem diz uma artesã do povoado Manoelzinho:

A concorrência está muito grande! E até mesmo nós, como artesãs, se nós não investir, não der valor no que nós temos hoje, quem sabe o futuro não seja melhor para nós, seja pior! Porque outras vezes, sempre eu lembro que a gente só dá valor às coisas quando perde. Hoje nós temos tudo na mão! Nós temos oportunidade de sair, de levar nosso produto, de aprender e nós não damos valor? Então, se nós esperamos um futuro melhor, nós temos que investir agora! (Informação oral)<sup>218</sup>

O quadro a seguir, condensa a síntese do material empírico aqui sistematizado.

TEMAS DISCUTIDOS	EIXOS TEMÁTICOS	RECORTES DE NARRATIVAS
1. Ser artesã em Barreirinhas nos tempos passados.	<b>a) Iniciação doméstica</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprendizado com a mãe;</li> <li>• Conjugação com outras atividades</li> <li>• Predominância de um tipo de produto</li> </ul> <b>b) Padrão tradicional</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distintos momentos</li> <li>• Diferentes produtos</li> </ul> <b>a) Empreendedorismo cooperativo:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação para atuar como empreendedora</li> <li>• Organização de grupo</li> <li>• Formação do espírito cooperativo</li> </ul>	“Desde criança já trabalhava com minha mãe com o artesanato”. “Na época que comecei novinha, a gente fazia sacola. Eu aprendi desde criança com a minha mãe [...] Ela soube me ensinar a fazer sacola” [...] “Todo mundo aqui começou foi fazendo sacola.” “Aqui se fazia a mesma bolsa, o ponto era o macramé. A cor era a natural da fibra. Só que a gente não tinha o acabamento que hoje a gente faz.” “Então, a gente já estava há bastante tempo trabalhando, quando em 2000 apareceu o Sebrae.”

<sup>218</sup> Grupo focal – povoado Manoelzinho – maio/2008.

<p><b>2. Ser Artesã na “Barreirinhas do Turismo”</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos de comercialização do artesanato na lógica mercantil</li> <li>• Tensão entre comercialização através da cooperativa / comercialização independente</li> </ul> <p><b>b) Padrão mercadológico:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mediação do <i>designer</i></li> <li>• Desenvolvimento do produto: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revitalização</li> <li>• Diversificação p/ o mercado</li> <li>• Aprimoramento técnico</li> <li>• Novas técnicas de tingimento</li> <li>• Acabamento</li> </ul> </li> </ul> <p><b>c) Inserção nos mercados nacionais e internacionais:</b></p> <p>Feiras e exposições de moda</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgar os produtos</li> <li>- Testar a aceitabilidade</li> <li>- Conhecer as exigências do mercado consumidor <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exigência de uma marca para os produtos</li> </ul> </li> </ul> <p><b>a) Modos de viver e conviver no passado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições de existência em áreas rurais;</li> <li>• Experiência de fartura de bens da natureza e escassez no abastecimento de determinadas mercadorias; <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Momentos de religiosidade e lazer – festejos em louvor ao Santo ou Santa da Igreja Católica;</li> </ul> </li> </ul>	<p>Então o Sebrae veio e começou a reunir a gente em grupo. [...] eles disseram se a gente se organizasse a gente ia conseguir formar uma associação ou mesmo uma cooperativa.”</p> <p>“A gente trabalhava no artesanato porque achava que era um meio de viver [...] a gente achava que estava ganhando mas, na realidade, a gente não estava ganhando. Estava perdendo porque o valor não compensava. E depois do turismo, foi que a gente viu. O Governo mesmo investiu em Cursos, em capacitação [...]</p> <p>[...] “Hoje a gente já vê o artesanato como um emprego, até uma fonte de renda.”</p> <p>Hoje a gente já tem o conhecimento da ficha técnica dos gastos. É uma base de cálculo de tudo que a gente gasta no produto: fibra, acessórios, o tempo de trabalho e tem a porcentagem que fica para a Cooperativa. E com isso é formada a ficha técnica.”</p> <p>[...] E hoje, melhorou sobre a condição de venda, sobre o preço, melhorou como a gente produzir, como a gente tingir o linho.”</p> <p>“O <i>designer</i> veio aqui e disse que queria que se procurasse outras cores que fossem naturais. Aí a gente foi procurando... saímos no mato e conseguimos. [...] nós descobrimos muitas cores, como a salsa, o urucu, a folha de maracujá, o anil, que é outra folha do mato, o caju, a faveira. Tudo isso a gente usa.”</p> <p>“O diferencial está na pintura das peças. Porque nós trabalhamos tudo natural. Não usamos o artificial.”</p> <p>“Nossas bolsas estão com forro feito com raspagem de couro, a alça é de couro legítimo, o fecho dentro é, totalmente, diferente. [...] Porque nós estamos no projeto “Talentos do Brasil”. O Projeto “Talentos” agora deu uma reviravolta e está muito melhor... esse Projeto agora é mercado. Agora, eles vão partir para o mercado internacional.”</p> <p>“Ah na parte dos produtos estamos muito bem, graças à Deus! Quanto</p>
<p><b>3. Artesãs em suas teias de relações sociais</b></p>		

<p><b>4. Futuro do artesanato em Barreirinhas</b></p>	<p><b>b) Mudanças no viver e conviver na “Barreirinhas do Turismo”</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• novas demandas no ofício do artesanato</li> <li>• Mudanças no contexto social de Barreirinhas</li> </ul> <p><b>c) Mudanças nas relações de gênero no contexto familiar / empoderamento da mulher</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redefinições do papel da mulher em relação ao papel do marido</li> </ul> <p><b>a) Ética do cuidado / preservação dos buritizais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cuidado com os recursos naturais / matéria prima</li> </ul> <p><b>b) Ressignificação do ofício / Formação de novas gerações de artesãs.</b></p>	<p>ao mercado, nós tivemos um desfile no Rio de Janeiro (em 10/09/2008) e, agora no próximo dia 25/09/2008, a gente vai ter uma “Rodada Internacional de negócios” em Brasília. São pessoas de fora do país que estão vindo para essa Rodada e vamos estar lá, divulgando a nossa Coleção Nova.</p> <p>[...] Esse nosso produto vai ter etiqueta, como existe em roupas. Os nossos produtos vão ser patenteados.”</p> <p>“[...] nós temos Oficina para criação de novos produtos. Lá a gente cria [...] e vai criando o produto que então vai para a Coleção.”</p> <p>“A gente ia pegar água no rio, a gente não tinha carvão, a gente não tinha gás, eu carregava lenha para fazer o fogo, eu fazia tudo isso.[...]”</p> <p>“A gente trabalhava demais, na roça como todas nós aqui sabemos. Nós trabalhávamos de enxada, de facão, arrancando mandioca, fazendo farinha, mas nós tínhamos essas Lagoas por aí, davam peixe [...] Nós não passávamos fome não! Nós tínhamos fartura.”</p> <p>“A alimentação há 20 anos atrás, as coisas eram todas mais baratas. Agora, está tudo mais caro. [...] Mas tinha dificuldade para conseguir comprar, principalmente, a carne. [...]</p> <p>“As festas eram muito animadas, as Vaquejadas, a dança de São Gonçalo, os festejos de Santo Antônio e São Bernardo, da Padroeira, N.S. da Conceição. [...]”</p> <p>“No meu tempo o namoro era escondido. Ah, nesse tempo tinha que ser bem escondido. Deus defenda do pai saber. Era uma pisa, uma surra na hora!”</p> <p>“[...] o turismo trouxe mudança assim... foi pra dentro de Barreirinhas, para esses donos de pousadas, de restaurantes.”</p> <p>“A gente pode dizer que melhorou com o turismo.[...] por uma parte, mas tem parte que não é boa. Pelo menos, a comida, tem muita gente que reclama [...] o preço salteou muito.”</p> <p>“Porque hoje em dia a mulher é mais independente. Porque ela</p>
---	--	--

		<p>trabalha e tem o seu próprio dinheiro. [...] Eu pelo menos me sinto assim: independente!”</p> <p>“ [...] O marido fica com a cara ruim... São reuniões feitas pelo Sebrae para capacitar a gente, para ensinar como fazer o acabamento dos produtos. [...] E a gente tem que ir. O marido fica com raiva... mas, quando a gente chega, fica alegre.”</p> <p>“Porque ele se chateia? Porque os homens sempre gostam que a mulher esteja perto deles ali, todo o tempo? Acho que eles se sentem autoritários, para estar mandando na mulher. Mas, a gente explica para ele... mas não entende de jeito nenhum.”</p> <p>“Logo no início ele quis ‘melar’, mas eu disse: você tem que entender porque é um serviço que a gente tem que fazer para ver se vai pra frente! [...] eu não vou ter tempo de cuidar só de você, tenho minhas coisas, fazer meu negócio! [...] no dia-a-dia, eles estão vendo que melhorou. A gente compra um kg de carne, uma coisa para a casa... então, acabam entendendo!”</p> <p>“Se a gente não começar a tratar bem os buritizais agora, daqui a 5 anos eu não vou poder fazer bolsa. [...]”</p> <p>“A gente já tem povoados que o artesão já não está mais tirando o ‘olho’ do buriti, porque não tem!”</p> <p>“Nós da Cooperativa já estamos preocupadas com essa necessidade. [...] Então, nós somos 94 artesãs... e o resto? Porque são mais de 10 mil artesãos em Barreirinhas? E muitos se preocupam só com em tirar o ‘olho’, fazer o produto e vender. Não está nem aí!”</p> <p>“Só quero que eles (os governantes) pelo menos prestem atenção que os buritizais são uma fonte de renda para muitas pessoas de Barreirinhas. Então, se os Governos não tomarem providência... [...]”</p> <p>“[...] Todas as filhas das artesãs sabem fazer, só que elas não querem! Porque elas acham que é um produto barato e que não tem muita saída, e, que elas querem estudar e ter um futuro melhor. Porque, a maioria das nossas artesãs, nenhuma tem o Ensino Médio. Agora, que têm algumas que</p>
--	--	---

		<p>estão estudando, que nem eu que estou no 1º ano do Ensino Médio. Mas, a maioria das filhas das artesãs, sabem fazer artesanato. A minha filha sabe, mas não faz!”</p> <p>“Assim, sobre o que ela falou, eu concordo com tudo que ela falou. Porque isso está tudo em cima da realidade. Porque, se a gente não investir hoje no produto do artesanato, nem nada, não produzir, não ensinar para os nossos filhos, vai se tornar uma situação pior!”</p>
--	--	--

Quadro 2 A - Segmento social artesãs

Fonte: Própria autora

#### 4.3 Segmento social Prestadores de Serviços Turísticos: texto-síntese da produção do trabalho de campo

O segmento social Prestadores de Serviços Turísticos é composto por profissionais que emergiram e ou redefiniram suas identidades profissionais no contexto da “Barreirinhas do Turismo”: Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros. Tais profissionais encarnam o que denominamos de “*personagens do turismo*” pelo vínculo orgânico que estabelecem com essa atividade e, ao mesmo tempo, pela centralidade que esse trabalho representa em suas vidas. Possuem como característica comum o fato de integrarem o *trade* turístico de Barreirinhas, observando-se as especificidades de cada categoria profissional na prestação de serviços, conforme desenvolvemos a seguir. No âmbito específico do destino Barreirinhas–Lençóis Maranhenses, esse segmento presta serviços na oferta de diferentes circuitos turísticos, comercializados por agências e receptivos locais, sendo os principais: Lagoa Azul, Lagoa do Peixe, Lagoa Bonita; Rio Preguiças até o povoado Caburé; Cardoso – banho em cachoeiras; visita à Casa de Farinha no povoado Tapuio e Trekking do Canto do Atins. (AECI, 2007)

Neste item abordamos os aspectos centrais das entrevistas com 76 integrantes do segmento Prestadores de Serviços Turísticos – Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros –, organizados nos seguintes eixos temáticos:

- Prática profissional antes da inserção no turismo;
- Ser profissional do turismo em Barreirinhas;
- Cooperativismo como estratégia de fortalecimento das categorias profissionais;
- Representação e produção de identidades individuais e coletivas;

- Relações profissionais na cadeia turística.

#### 4.3.1 Prática profissional antes da inserção no turismo

Considerando nosso objeto de estudo, com vistas a desvendar os processos identitários de integrantes desse segmento social, buscamos conhecer aspectos da vida desses sujeitos integrantes desse segmento social, de modo particular os relacionados aos tipos de trabalhos que exerciam antes da chegada do turismo em Barreirinhas.

Desse segmento, vale destacar uma característica relevante para a pesquisa referente ao fato de a maioria dos entrevistados ser natural de Barreirinhas, oriunda de áreas rurais. Assim, na trajetória de vida desses sujeitos, predomina a inserção em três tipos de trabalho: na lavoura familiar, na pesca artesanal e no comércio, principalmente na modalidade ambulante. As narrativas dos entrevistados revelam suas origens rurais e suas trajetórias de vida e trabalho com os pais; evidenciando, em alguns casos, um trânsito entre estes setores de atividade: lavoura , pesca ou, ainda, comércio:

Trabalhei na lavoura produzindo farinha e tiquira. A melhor tiquira que deu aqui é a que meu pai fazia, no Pati. Quando jovem, vim para a cidade. Vim estudar aqui em Barreirinhas. Depois fui para São Luís, onde fiz o Científico e, depois, voltei para Barreirinhas, onde botei um comércio. A vida aqui era muito boa porque era calma, mas a renda era menor. No comércio, a gente vendia menos. [...] (Informação oral)<sup>219</sup>

Eu trabalhava com meus pais na agricultura, na roça. Era boa, só que assim, a gente trabalhava muito. O trabalho era mais duro. Gostava desse tempo pela amizade que a gente fazia lá na roça. Quando a gente estava plantando, conversava muito com as pessoas. (Informação oral)<sup>220</sup>

Trabalhei na lavoura e no comércio com o meu pai. Ele era criador de gado, mexia com gado também. Nós trabalhávamos de todo jeito, aqui em Barreirinhas. Aqui, meu pai tinha roça de arroz, ele tinha dois terrenos. A gente plantava muito arroz, botava o gado para pisar o terreno, quando tirava, fazia o plantio de arroz. O gado era mais para o consumo da família. A cidade era pequena, todo mundo tinha gado aqui. [...] (Informação oral)<sup>221</sup>

Antes do turismo, trabalhava como pescador, uma parte do tempo, a outra parte para estudar. O resultado da pesca, parte era para comercializar e parte para o consumo de minha família. Meu pai era lavrador. [...] (Informação oral)<sup>222</sup>

Antes, pescava com meu pai, trabalhei também como comerciante. [...] (Informação oral)<sup>223</sup>

<sup>219</sup> Entrevista com Toyoteiro “F” em novembro de 2007.

<sup>220</sup> Entrevista com Condutor Turístico “H” em janeiro de 2008.

<sup>221</sup> Entrevista com Piloto e proprietário da lancha “A” em agosto de 2008.

<sup>222</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “H” em janeiro de 2008.

<sup>223</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “G” em janeiro de 2008.

De fato, antes do turismo, o mercado de trabalho local era restrito aos setores tradicionais, como registra um entrevistado:

[...] aqui, antigamente, só tinha, como opção, ou a pessoa era pescador ou trabalhava em roça na agricultura ou no comércio. [...] (Informação oral)<sup>224</sup>

A atividade no setor do comércio, sobretudo a modalidade ambulante, esteve sempre nos percursos de vida de jovens e adultos que integram esse segmento. Um traço peculiar do comércio ambulante em Barreirinhas, no tempo anterior ao turismo, é, precisamente, ter sido exercido por jovens oriundos do meio rural, conhecedores das vias de acesso aos diferentes povoados, os quais, como vendedores ambulantes de mercadorias diversas, supriam as necessidades das comunidades rurais submetidas ao isolamento pela ausência ou precariedade das estradas. Ademais, as narrativas dos entrevistados revelam que havia uma alternância de atividades de acordo com a variação sazonal no trabalho agrícola. Desse modo, intercalavam um tempo dedicado ao trabalho na lavoura e outro período exercendo as atividades no comércio ambulante. Essa é, portanto, uma marca nos processos de redefinições identitárias de uma geração que se considera precursora dos Toyoteiros. Os depoimentos a seguir revelam a alternância entre as atividades:

Trabalhei muito foi de vender mercadoria. Trabalhei de comércio, depois comecei a vender como ambulante. Depois, eu passei a trabalhar na roça, no povoado rural chamado Cocal. Lá, plantava mandioca e fazia farinha. Depois que deixei a roça, voltei novamente a trabalhar como vendedor, viajando todo tempo. [...] (Informação oral)<sup>225</sup>

Eu trabalhava na lavoura, depois passei a vendedor ambulante. Ainda hoje trabalho como vendedor ambulante. [...] (Informação oral)<sup>226</sup>

É importante registrar o fato de que, nas duas últimas décadas, a construção civil tem absorvido uma parte significativa da mão-de-obra não qualificada de jovens e adultos, tendo em vista o crescimento da demanda por esse serviço na cidade, a partir de investimentos no setor imobiliário gerados com o turismo:

Comecei a trabalhar na roça, depois trabalhei, com meu pai, na construção civil, construindo casas. [...] (Informação oral)<sup>227</sup>

---

<sup>224</sup> Entrevista com proprietário de lancha “D” em agosto de 2008.

<sup>225</sup> Entrevista com Toyoteiro “H” em janeiro de 2008.

<sup>226</sup> Entrevista com Toyoteiro “D” em novembro de 2007.

<sup>227</sup> Entrevista com Condutor Turístico “F” em janeiro de 2008.

Não obstante predominasse esse cenário no mercado de trabalho na Barreirinhas no passado, identificamos, dentre os integrantes desse segmento, pessoas que, antes dos circuitos turísticos, já trabalhavam como profissionais no ramo de transporte náutico e terrestre. O transporte náutico dos tempos passados era feito por meio de embarcações a motor, conduzidas por um comandante, com a ajuda de auxiliares de convés que asseguravam o transporte de moradores dos povoados ribeirinhos para a sede do município e vice-versa.

Quanto ao transporte terrestre no passado em Barreirinhas, a alternativa surgiu com a entrada de carros, da marca Toyota Bandeirante, com tração 4x4. Somente determinados motoristas desenvolveram a habilidade para conduzir tais veículos, que trafegavam sempre com carga máxima de passageiros por trilhas de areia e lama que caracterizam o trajeto de acesso às áreas rurais, atenuando a dificuldade de mobilidade de moradores de povoados que viviam em situação de quase isolamento da sede municipal. Esse é um dado relevante, tendo em vista as redefinições identitárias desses sujeitos, hoje denominados Toyoteiros, após a inserção no serviço de transporte nos tempos da “Barreirinhas do Turismo”.

#### 4.3.2 Ser profissional do turismo em Barreirinhas

Nos percursos de vida dos “*personagens do turismo*”, buscamos conhecer os processos de construção e redefinições identitárias a partir de sua inserção na cadeia do turismo em Barreirinhas.

Cabe salientar que, entre os profissionais que compõem esse segmento social, o Condutor Turístico constitui a categoria emergente, ou seja, aquela que foi “construída” a partir da demanda criada pelo intenso fluxo turístico na cidade. Assim, para os jovens moradores da cidade que iniciaram a vida profissional como Condutores Turísticos, os processos de mudança e redefinição identitária têm ocorrido de forma mais intensa. De fato, os jovens moradores de Barreirinhas foram surpreendidos com demandas nesse campo de trabalho e, de imediato, dispuseram-se a experimentar essa aventura nos circuitos do turismo; iniciando-se, assim, em uma prática sem qualquer capacitação prévia, como se pode constatar com base nas entrevistas.

De forma diferenciada, esse processo atingiu os demais profissionais que integram esse segmento – Toyoteiros e Pilotos de Lancha – não deixando, também, de representar um marco nos múltiplos processos identitários desses sujeitos. De fato, em Barreirinhas antes do turismo, conforme referimos no item anterior, alguns desses sujeitos já atuavam como



profissionais na prestação de serviços de transporte terrestre e náutico para a população local residente na sede e em povoados rurais e municípios vizinhos, os quais foram, posteriormente, absorvidos no setor turístico.

Assim, nos tempos da “Barreirinhas do Turismo”, existem dois tipos de serviços de transportes terrestre e náutico – um, voltado para a oferta turística e outro, tradicionalmente voltado para o deslocamento urbano da população local.

Especificamente no transporte náutico, com a demanda turística, começam a surgir, no local, as chamadas lanchas “voadeiras”. Atualmente, o transporte náutico turístico é feito, predominantemente, por esse tipo de lanchas,<sup>228</sup> variando em relação à capacidade de lotação. A partir de então, com a crescente demanda turística, ampliou-se o mercado de trabalho nesse setor, propiciando a inserção de novas gerações de jovens como Pilotos de Lanchas. Ao mesmo tempo, ocorreu a atração de pessoas vindas de outros estados do país, que se inseriram nesse mercado de transporte náutico turístico, como proprietários de lanchas, conforme será abordado a seguir. Enquanto isso, o transporte náutico tradicional, por meio de embarcações a motor, continua a ser prestado diariamente em horários regulares, à população em geral, no trajeto de Barreirinhas a Atins e vice-versa. De fato, esse é um serviço essencial às localidades situadas nas margens do rio Preguiças, no transporte de pessoas e cargas diversas, especialmente produtos adquiridos em Barreirinhas para o abastecimento de famílias e pequenos comércios. Vale mencionar que, dependendo da temporada turística, além de moradores locais, também viajam, nessas embarcações, alguns turistas, a maioria estrangeiros, geralmente em viagem de retorno a Barreirinhas, fazendo a opção por um passeio num ritmo mais lento, com tempo de apreciar e usufruir a beleza cênica da vegetação típica da região. Esses barcos possuem, portanto, características diferenciadas das lanchas “voadeiras”, tanto no porte como na distribuição do espaço para acomodação dos/as passageiros/as. De fato, tais embarcações detêm maior capacidade de passageiros e carga, caracterizando-se pela baixa velocidade que atingem, durante o trajeto da viagem, em relação às lanchas “voadeiras”. Ambas estão sujeitas às normas e à fiscalização da Capitania dos Portos em relação aos equipamentos de segurança, especialmente os coletes salva-vidas.

Quanto ao transporte terrestre em Barreirinhas, as populações residentes em áreas rurais do município e demais localidades da área do PNLM, em face das precárias condições das estradas vicinais, continuam a depender do serviço prestado por meio de carros, da marca Toyota, com tração 4x4. Tais carros fazem o transporte de pessoas e cargas, quase nos

---

<sup>228</sup> Em relação à estrutura de equipamentos náuticos, o Diagnóstico Turístico de Barreirinhas (AECI, 2007;209) revela que existem aproximadamente 100 lanchas “voadeiras”, um catamarã e duas escunas de passeio.

mesmos padrões de antigamente, como “transporte alternativo”.<sup>229</sup> Durante a pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de entrevistar Toyoteiros que trabalharam no tempo passado e, ainda hoje, continuam prestando esse serviço de “transporte alternativo” à população local nos períodos de “baixa temporada” no turismo.

A partir da demanda turística em Barreirinhas, esses antigos Toyoteiros passaram a inserir-se nesse setor; constituindo-se, portanto, os pioneiros no transporte turístico, nas áreas de acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em carros Toyotas 4x4. Ao mesmo tempo, uma nova geração de Toyoteiros começa a se formar e, de modo aleatório, insere-se no setor de transporte turístico, em face de uma demanda crescente. O Diagnóstico Turístico de Barreirinhas (AECI, 2007, p.209) revela existir um total de aproximadamente 100 carros Toyota atendendo ao serviço de transporte turístico em Barreirinhas.

Na verdade, o fator determinante de inserção desses agentes profissionais na cadeia do turismo em Barreirinhas foi justamente o aumento do fluxo turístico na cidade. A abertura da rodovia MA-402, em 2002, constituiu um elemento que viabilizou o crescimento acelerado da demanda por esses serviços de transporte, tanto náutico como terrestre.

Ser profissional do turismo em Barreirinhas, para os integrantes do segmento Prestadores de Serviços Turísticos, tem se constituído um permanente aprendizado, que teve início, num primeiro momento, de forma aleatória, quando ainda não conheciam o caminho a percorrer nem faziam idéia do significado desse processo em suas vidas. Assim, diante das oportunidades surgidas, das “portas que se abriram”, cada um desses sujeitos tem a sua história de inserção na área do turismo.

Refletir sobre esse período que marca o início do fluxo turístico em Barreirinhas faz-nos lembrar uma frase que ouvimos, com frequência, ao longo do percurso do trabalho de campo: “*Barreirinhas não estava preparada para o turismo*” ou, ainda, “*o turismo chegou de*

---

<sup>229</sup> De acordo com o IBGE, os serviços alternativos de transporte coletivo, realizado por meio de vans, kombis e lotações, existem em 52% dos municípios do país. Essa mesma fonte confirma que “as regiões Norte e Nordeste são as que têm a maior proporção de municípios com o serviço”. Disponível em: <[www.agenciabrasil.gov.br/noticias](http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias)>. Acesso em 23 out. 2009. No caso de Barreirinhas e demais municípios que integram a região dos Lençóis Maranhenses, os carros Toyotas com tração 4x4, que prestam serviços de frete e transporte coletivo possuem características peculiares. Há muitos anos já existiam, bem antes da “explosão” do chamado “transporte alternativo” nos grandes centros urbanos do país, sem que atendessem aos padrões exigidos para transporte de passageiros, pois não cumpriam os requisitos de segurança e conforto. Na verdade, assemelham-se aos tradicionais “paus-de-arara” – caminhão coberto, com varas longitudinais na carroceria, às quais os passageiros se agarram. É usado principalmente no transporte da população pobre do Nordeste, expulsa pela seca e pela falta de condições de vida – os chamados “retirantes nordestinos” – com destino a São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nos tempos da Barreirinhas do Turismo, continuam a existir os mesmos serviços de frete e transporte coletivo a moradores das diferentes localidades que integram o PNLN que, sem condições de locomoção, pela precariedade ou mesmo ausência de estradas, submetem-se a viajar em carrocerias de carros Toyotas, nas quais são adaptadas tábuas paralelas que servem de assento, tendo uma lona como cobertura improvisada, para proteção do sol e da chuva. Essas pessoas dividem o espaço com suas bagagens e cargas diversas que sempre estão a levar para as localidades em que residem.

*repente e a cidade não estava preparada para essa mudança*". Essa afirmação sinaliza para os significados desse processo súbito de "chegada do turismo" na vida de uma pacata cidade do interior do Maranhão que, durante décadas, viveu em situação de quase completo isolamento da capital do Estado e de outras cidades, devido às dificuldades de acesso pela precariedade das estradas.

Considerando esse novo cenário da cidade e da vida dessas pessoas que, de repente, identificaram oportunidades de trabalho e passaram a viver intensamente o ciclo do turismo, desenvolvemos este tema: "Ser profissional do turismo em Barreirinhas" a partir de três eixos analíticos:

- Iniciação no setor turístico: inserção casual e informal;
- Exigências para atuação no mercado turístico: capacitação e habilitação;
- Mudanças na vida pessoal com a inserção na cadeia do turismo.

#### 4.3.2.1 Iniciação no setor turístico: inserção casual e informal

A iniciação de jovens e adultos na cadeia do turismo em Barreirinhas significou, para a maioria, uma decisão pessoal em querer arriscar, em buscar novos caminhos na vida, numa cidade que, até então, lhes oferecia a possibilidade de trabalho na agricultura, na pesca artesanal ou no comércio. Buscaram, portanto, dar um novo rumo as suas vidas e decidiram experimentar o desconhecido no trabalho turístico.

No caso específico dos jovens que se inseriram no mercado<sup>230</sup> como Condutores Turísticos, a iniciação deu-se à medida que identificaram oportunidades de acesso fácil a um trabalho que, a princípio, não exigia qualificação nem vínculo em tempo integral. Esse mercado turístico, que começa a se abrir, está a oferecer uma alternativa de renda extra e a gerar expectativas de melhores condições de vida para um segmento da sociedade local com restritas opções de trabalho.

De fato, nessa primeira fase, esses foram os principais fatores que motivaram a inserção desses sujeitos no setor do turismo em Barreirinhas. A narrativa dos entrevistados deixa clara a forma espontânea de ingresso nesse tipo de trabalho sem nenhuma capacitação; alguns eram, ainda menores de idade quando se aventuraram a prestar esse serviço de forma aleatória:

---

<sup>230</sup> Nesse período, esses jovens, auto-denominavam-se de "guias" turísticos.

Passei a trabalhar como ‘guia’ turístico, já até esqueci o ano. Mas eu tinha 13 anos (1981). Eu tinha 13 anos quando fiz a primeira travessia de barco com um casal de franceses. Até o pessoal de Atins ficou com medo, e perguntava: o que esse pessoal quer aqui? O que veio fazer? O que está querendo? Você sabe, as pessoas do interior ficam desconfiadas. [...] (Informação oral)<sup>231</sup>

[...] Iniciei a trabalhar no turismo através de um colega que trabalhava na loja comigo, sempre me convidava para ir à Lagoa. Uma vez me convidou para ir à Lagoa com ele, juntamente com turistas que tinha conseguido. Fui arriscando a gorjeta. Ganhei o quê? Quinze reais. Aí eu gostei. No outro dia já estava na rua, correndo atrás de turistas [...]. (Informação oral)<sup>232</sup>

[...] Nessa época eu fui morar com um rapaz que trabalhava como condutor. Foi ele quem me incentivou a entrar no ramo do turismo. Desse tempo para cá, sempre eu venho participando dos cursos [...]. (Informação oral)<sup>233</sup>

Merece destaque a referência feita pelo Condutor Turístico, nesse último depoimento, quanto a sua participação posterior em cursos, na medida em que continuou engajado nesse setor. De fato, essa atividade nos circuitos turísticos de Barreirinhas, que se inicia de maneira informal, com o passar do tempo assume um caráter profissional; exigindo, desse modo, capacitação.<sup>234</sup>

Avançando nas configurações da iniciação profissional desse segmento, voltamos o olhar para a categoria de Pilotos de Lancha. Segundo as narrativas dos que exercem este ofício, a iniciação, para uma parte dessa categoria, dá-se, fundamentalmente, pela influência da figura paterna. A narrativa de um Piloto deixa claro como se deu essa herança, transmitida de pai para filho:

Bom, na minha juventude, eu trabalhei também, para fora, participando das equipes de pesquisa, para a PETROBRÁS, em 1984. Era uma equipe de geofísica para pesquisar onde estava o petróleo, com detonação de ‘bolas’ na região de Belém a Santarém, não era aqui em Barreirinhas. Aí foi um tempo que meu pai foi ficando mais idoso, ele tinha uma lancha que fazia linha para Mandacaru e Atins e, então, ele me chamou para tomar conta da lancha porque ele não tinha mais força para esse trabalho. Em 1985 eu assumi a direção da lancha. Fiquei trabalhando um tempão ainda, uns 15 anos, nessa lancha, transportando passageiros daqui até Atins. (Informação oral)<sup>235</sup>

Interessante observar uma tendência significativa entre os jovens que começaram a trabalhar em oficinas mecânicas especializadas em motores de popa de lanchas. O contato com profissionais dessa área levou-os a identificarem-se com a profissão de Piloto;

---

<sup>231</sup> Entrevista Condutor Turístico “J” em Janeiro/2008.

<sup>232</sup> Entrevista com Condutor Turístico “B” em Abril/2008.

<sup>233</sup> Entrevista com Condutor Turístico “G” em Janeiro/2008.

<sup>234</sup> O processo de capacitação profissional dos Condutores Turísticos será desenvolvido, especificamente, no sub-item “Exigências para a atuação no mercado turístico: capacitação e habilitação.”

<sup>235</sup> Entrevista com proprietário e Piloto de Lancha “A” em Agosto/2008.

descobrimos, assim, uma alternativa de trabalho que oferecesse menor desgaste ou, então, o prazer em pilotar, como deixaram claro em suas narrativas:

Fui mecânico de motor de popa de lancha desde os 13 anos até, mais ou menos, uns 18 anos. Nessa época, não tinha idade para tirar a Carteira. Aí, tirei Carteira para ser Piloto e continuei a ser Piloto e mecânico. A vida não era boa porque entrava pouco dinheiro, a gente trabalhava demais, além do desgaste com produto químico tipo gasolina. [...] (Informação oral)<sup>236</sup>

Eu comecei como auxiliar de mecânico, na verdade. Aí comecei a pilotar e fui gostando... continuei na mecânica. Aí a oficina fechou. [...] Hoje em dia, ele vende em loja de roupa e eu continuei como Piloto. (Informação oral)<sup>237</sup>

Quanto à categoria dos Toyoteiros, particularmente a nova geração, a maioria passou por um momento, que antecedeu a inserção propriamente dita na cadeia turística, no trabalho como aprendizes em oficinas mecânicas de carros toyotas. O cotidiano nessas oficinas propiciou oportunidades de observação e prática em dirigir os referidos carros em circunstâncias eventuais durante o trabalho; tendo-se iniciado, naturalmente, na forma do “aprender a fazer, fazendo”. Com o crescente fluxo turístico na cidade, esses jovens motivaram-se a trabalhar no transporte de visitantes; passando a inserir-se, de fato, como Toyoteiros. Nesse percurso, alguns conseguiram recursos para comprar a sua própria toyota, passando então a trabalhar por conta própria. Na verdade, esse é o sonho de todos eles: ser dono de sua própria toyota. Dentre os entrevistados, há o caso de um jovem que passou de aprendiz de mecânico a proprietário de uma oficina mecânica especializada em carros toyota, além de continuar a prestar o serviço turístico como Toyoteiro.

As narrativas revelam distintas trajetórias de vida que também expressam a forma mais frequente de iniciação profissional como Toyoteiros. Ou seja, o aprendizado deu-se na prática, num processo experiencial de dirigir o carro e aprender a dominá-lo nas areias que fazem parte das trilhas e das rotas dos passeios turísticos:

Comecei na oficina, trabalhando como mecânico, ‘mexendo com carro’, com 10 anos de idade. Comecei a lavar carro e daí fui trabalhar na oficina de outros e, depois de algum tempo, fui fazendo a minha oficina. Hoje, continuo com a oficina, mas sou toyoteiro, dono do carro. Na toyota, trabalhando na área turística, a gente ganha muito mais. Consequentemente, a qualidade de vida melhora. (Informação oral)<sup>238</sup>

Trabalhei como mecânico de toyota, na oficina do Tomé. Dentro da oficina, comecei a aprender a dirigir esses carros toyota. Pegava o carro dele, com um sobrinho dele,

---

<sup>236</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “E” em janeiro/2008.

<sup>237</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “I” em agosto/2008.

<sup>238</sup> Entrevista com Toyoteiro “J” em novembro/2007.

de vez em quando, acabei aprendendo a dirigir. Depois comecei a trabalhar como motorista de toyota e, aos poucos, fui largando a Oficina. Hoje, sou proprietário da minha toyota. Atualmente, o trabalho mecânico, só faço no meu próprio carro. (Informação oral)<sup>239</sup>

Meu primeiro serviço era Mecânico de toyota. Depois fui ser motorista de toyota. Aí, quando me formei, fui ser professor de matemática, pelo município. [...] Depois que comprei o carro e passei a trabalhar como toyoteiro [...] (Informação oral)<sup>240</sup>. (Entrevista – Toyoteiro – Janeiro/2008)

Ademais, as narrativas indicam que a inserção no ofício de Toyoteiro permitiu-lhes descobrir novos sentidos para suas vidas, inclusive num claro processo de ascensão social, passando a proprietários do equipamento de trabalho, proprietários de uma oficina mecânica ou, mesmo, pela natureza de um trabalho, que embora árduo para muitos, pode ser prazeroso para outros. Essa mudança traz elementos para se refletir sobre a questão-chave das redefinições identitárias.

Uma prática comum de iniciação no trabalho como Toyoteiro ocorria quando o filho, ainda adolescente, acompanhava o pai na rotina de viagens a povoados vizinhos e, com a observação diária, seguida de experiências eventuais, começava, na prática, a exercer esse ofício. A narrativa, a seguir, circunscreve uma trajetória de vida e trabalho que se inicia ainda na adolescência:

Com 11 anos de idade vim morar em Barreirinhas porque meu pai veio trabalhar aqui, fazendo transporte da população da cidade para os povoados porque não tinham estradas. Então ficamos fazendo o transporte alternativo da cidade. Em 1995, compramos uma toyota, época em que já começamos a trabalhar com o turismo. Em 95 a gente levava algumas pessoas para as Lagoas e, daí, então, a partir de 99/2000, foi mesmo quando começou o grande foco de turismo na cidade. Aí eu fiquei só na área do turismo. Meu pai ainda continua com o transporte alternativo. [...]. (Informação oral)<sup>241</sup>

Como afirmamos, os Toyoteiros, com maior tempo de serviço autodenominam-se de “pioneiros” no transporte turístico em Barreirinhas, conforme revelam os depoimentos a seguir:

Eu sempre fui Toyoteiro. Comecei a trabalhar nesse ramo desde 1984. Sou um dos pioneiros. Sou proprietário da toyota. [...] (Informação oral)<sup>242</sup>

Fui um dos pioneiros no trabalho como Toyoteiro. Aqui na Barreirinha só existiam três carros [...] Fazem mais ou menos uns 12 anos – 1996. Isso foi no tempo em que o Léo foi Prefeito. [...] Então, eu digo: fui eu que, praticamente, ensinei todo esse

<sup>239</sup> Entrevista com Toyoteiro “C” em novembro/2007.

<sup>240</sup> Entrevista com Toyoteiro “B” em janeiro/2008.

<sup>241</sup> Entrevista com Toyoteiro “K” em agosto/2008.

<sup>242</sup> Entrevista com Toyoteiro “I” em novembro/2007.

povo. Porque aqui ninguém conhecia lugar nenhum, não sabia o acesso às dunas, ninguém conhecia! E então eles dizem: de fato, e o senhor ainda continua trabalhando! [...] (Informação oral)<sup>243</sup>

Não obstante essa condição de precursores no transporte turístico, essa geração pioneira de Toyoteiros experimentou mudanças na rotina e dinâmica de trabalho na medida que passou a trabalhar com um público diferenciado e a percorrer novas trilhas e rotas de acesso ao PARNA dos Lençóis Maranhenses. Em verdade, o “ser Toyoteiro” é uma identidade profissional que se afirma nas rotas do turismo que transforma a pacata Barreirinhas na “Barreirinhas do Turismo”.

Adentrando nos interstícios dessa categoria profissional, identificamos duas gerações de Toyoteiros: a dos veteranos e a dos mais jovens. Mesmo com a inserção dessa nova geração de Toyoteiros no mercado turístico, os pioneiros continuam trabalhando de forma articulada, ou seja, atendendo às duas demandas: transporte de turistas e transporte de passageiros e cargas, de acordo com a sazonalidade existente no calendário turístico da cidade. Os depoimentos revelam as formas híbridas do “ser Toyoteiro” nas oscilações do tempo na “Barreirinhas do Turismo”:

Eu acho que a minha vida profissional, ela tem período que rende bem, eu trabalho todos os dias. Agora tem período também que pára, aí eu fico em casa. O meu trabalho não é somente no ramo do turismo. Quando o negócio está ruim, a gente tem que ir para o interior para render alguma coisa. Para isso, eu tiro o equipamento do carro, que é a *jardineira*, que a gente chama aqui e aí vou para o interior carregando carga, passageiro mesmo. Porque a região aqui é muito arenosa, só toyota mesmo que passa. [...]. (Informação oral)<sup>244</sup>

[...] Então, depois que eu passei a ser Toyoteiro, hoje sou empresário, é bem diferente de ser funcionário. A vantagem é que não trabalho somente no turismo. Ou seja, na temporada em que não há passeio, tenho frete particular, meu carro é de frete. [...] (Informação oral)<sup>245</sup>

[...] Ainda hoje trabalho como vendedor ambulante. Vendo coisas diversas, como: redes, cadeiras de plástico, balde, panela de alumínio. Ao mesmo tempo, sou Toyoteiro. Porque é assim: na alta temporada, nós estamos no turismo e, na baixa, se nós fôssemos só esperar pelo turismo, a gente morria de fome aqui. Não dá para manter a família, manter o carro que pede peças, né? Quando não tem turismo nós caímos no mato, como vendedor ambulante. (Informação oral)<sup>246</sup>

Na verdade, essa forma híbrida do “ser Toyoteiro” expressa-se pela alternância de profissões que se imbricam na dinâmica de vida da geração dos Toyoteiros pioneiros, de acordo com a demanda turística. Assim, parte significativa dessa geração mantém-se no

<sup>243</sup> Entrevista com Toyoteiro “H” em janeiro/2008.

<sup>244</sup> Entrevista com Toyoteiro “F” em novembro 2007.

<sup>245</sup> Entrevista com Toyoteiro “A” em novembro 2007.

<sup>246</sup> Entrevista com Toyoteiro “D” em Novembro/2007.

exercício de profissões tradicionais, tais como o comércio ambulante e o “transporte alternativo” de passageiros para áreas rurais, nos interstícios do tempo na “Barreirinhas do Turismo”.

#### 4.3.2.2 Exigências para atuação no mercado turístico: capacitação e habilitação

Esse eixo temático instiga-nos a refletir sobre rotas e percursos dos sujeitos que integram esse segmento – Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros – na construção identitária do ser profissional do turismo em Barreirinhas.

Numa primeira aproximação, percebemos distintas situações configurando processos identitários em construção e ou em redefinição. De modo geral, nos planos de futuro dos integrantes dessas três categorias profissionais está a aspiração em atingir melhores níveis de habilitação e capacitação como mediação para viabilizar sonhos, tais como: fazer um curso universitário na área de turismo, hotelaria, ter seu próprio negócio na área do turismo ou, quem sabe, sua própria agência ou receptivo local. No cotidiano de trabalho desse segmento defrontam-se, as questões concretas que lhes garantem espaço nesse mercado cada vez mais competitivo: capacitação profissional, habilitação prática e institucional.

Após o processo casual e informal de inserção, a capacitação para o trabalho tem se constituído para o segmento Prestadores de Serviços Turísticos, no decorrer da vivência na cadeia do turismo, uma busca pessoal e, ao mesmo tempo, uma exigência do próprio mercado. Entre os componentes desse segmento predomina a concepção de que a garantia para consolidar posição no mercado turístico local passa necessariamente pela capacitação permanente, considerando as especificidades de cada categoria profissional: Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros.

De fato, a perspectiva de qualificação profissional está no horizonte de vida das distintas categorias profissionais, assim como nas metas institucionais em diferentes esferas de poder, tanto pública como privada, mediante a execução de projetos de capacitação voltados, especialmente, para Condutores Turísticos, em atendimento às diretrizes do Ministério do Turismo (MTur) e exigências do mercado turístico.

O processo de capacitação e habilitação do segmento Prestadores de Serviços Turísticos será delineado no âmbito de propostas de diferentes instituições atuantes em Barreirinhas, considerando-se as peculiaridades na forma de inserção de cada uma dessas categorias profissionais no mercado turístico local.



- Condutor Turístico: capacitação profissional como exigência do mercado

Em face da relevância e especificidade dos serviços prestados pela categoria dos Condutores Turísticos no âmbito da cadeia turística de Barreirinhas, as instituições públicas e privadas têm demonstrado preocupação diante da baixa qualificação da maioria dos jovens que, de forma casual e informal, inseriram-se no campo do turismo em Barreirinhas. Na verdade, esse cenário inicial tem se modificado ao longo dos últimos cinco anos; no entanto, de forma lenta e parcial em relação ao ritmo de crescimento da demanda. É fato inconteste que a diversificação das demandas impostas ao mercado turístico local–global tem, cada vez mais, acrescentado novas exigências, sobretudo no aspecto da qualificação dos profissionais que atuam na linha de frente, ou seja, no contato direto com os turistas nacionais e internacionais. Assim, a questão da capacitação profissional é sempre recorrente em Barreirinhas, tendo em vista que, a cada dia, cresce o número de jovens, de ambos os sexos, que se insere na cadeia turística, inclusive os denominados “clandestinos”. Estes são assim chamados, pois, além de optarem por não integrar a Cooperativa de Condutores de Visitantes e Monitores Ambientais dos Lençóis Maranhenses (Comcoop), ficam à margem do processo de capacitação nessa área, passando a atuar de forma aleatória.

Nesse contexto, destacamos, como marco no processo de capacitação da categoria de Condutores Turísticos, o Curso de Monitores Ambientais Locais<sup>247</sup> promovido pelo então Ibama (2006 a 2007), em parceria com a Prefeitura de Barreirinhas, o Sebrae/Maranhão e o *trade* local.

Vale sublinhar que, apesar de haver consenso em relação à importância e necessidade desse curso em Barreirinhas, existia uma dificuldade: a incompatibilidade entre a carga horária do curso e o ritmo intenso da atividade turística. O impasse foi resolvido mediante uma proposta da coordenação do curso às agências e receptivos locais. Para viabilizar a participação do público selecionado, sem solução de continuidade das atividades turísticas, foi elaborado um cronograma especial de realização do curso, ou seja, somente nos meses considerados de “baixa temporada”, segundo o calendário turístico local. Além disso, ficou estabelecido que as atividades do curso seriam concentradas em apenas três dias da semana (de segunda-feira a quarta- feira, nos quais o fluxo de turistas também é reduzido), em

---

<sup>247</sup> O Curso Básico para Monitores Ambientais Locais, realizado em Barreirinhas em 2006/07, foi estruturado com uma carga horária de 160h/aulas (52h/aulas práticas e 108h/aulas teóricas), abrangendo 4 módulos concentrados nas seguintes áreas: Meio Ambiente e Cultura; Turismo e Sustentabilidade; o Trabalho do Monitor; e Primeiros Socorros e Segurança. Como resultado final, foram capacitados 32 participantes, dentre os 40 que iniciaram. A maioria dos participantes era de Barreirinhas; havendo, no entanto, 03 integrantes oriundos do município de Santo Amaro, que também integra o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. (OLIVEIRA;MARGOS, s.d.)

tempo integral (turnos matutino e vespertino). Dessa forma, seria garantida a atuação dos Condutores nos demais dias da semana. A aceitação dessa proposta por parte dos donos de agências e receptivos locais demonstra não somente o apoio à iniciativa do Ibama, mas, especialmente, o reconhecimento de que esse trabalho vem de encontro à deficiência existente no aspecto da capacitação e qualificação profissional, do quadro de pessoal inserido no mercado turístico local.

Em consonância com os critérios de seleção definidos na proposta institucional, o Curso de Monitores Ambientais Locais atingiu, preferencialmente, o público que já se encontrava inserido no mercado turístico local. É importante ressaltar que esse processo de capacitação deu-se a partir da própria demanda do órgão gestor do PARNA dos Lençóis Maranhenses. Desse modo, a proposta do referido curso objetiva:

Contribuir para formação de Monitores Ambientais Locais para atuarem na condução de visitantes em Unidades de Conservação no Brasil ou em sítios turísticos inseridos nas áreas de entorno às Ucs. (COUTINHO, 2006, p.6)

O enunciado dos objetivos específicos deixa clara a perspectiva institucional, no sentido de formar um grupo de Monitores Ambientais aptos para desempenharem funções como coparticipantes no trabalho de gestão do PNLM:

Interpretar o ambiente; orientar e sensibilizar para a importância do meio ambiente; conduzir grupos de visitantes com segurança; estar apto para contribuir em ações de monitoramento dos impactos gerados pela visitação pública; contribuir com mecanismos de gestão ambiental, que são adotados pelos gestores da unidade de conservação; e participar do conselho gestor da unidade. (COUTINHO, 2006, p.6)

Na verdade, esse curso representou, para os Condutores Turísticos que participaram, um diferencial, em termos de capacitação profissional, pelo conteúdo programático, pela dinâmica metodológica utilizada com aulas teóricas e momentos de prática realizados no próprio Parque Nacional dos Lençóis e, sobretudo, pelo significado simbólico e social: o Certificado de Conclusão expedido pelo Ibama, instituição federal responsável pela gestão do PARNA dos Lençóis Maranhenses. Esse certificado representa um “selo de qualidade” que comprova a capacitação profissional dos participantes, mas, também, define posições desses sujeitos na cadeia turística de Barreirinhas. Isso significa que o processo de capacitação e habilitação constitui um instrumento de normalização e hierarquização das identidades e das diferenças.

De fato, no âmbito do processo de capacitação dos distintos segmentos que integram a cadeia turística de Barreirinhas, a pesquisa revelou-nos discursos e práticas que apontam para a “afirmação da identidade” e “marcação da diferença”, de modo especial em relação ao processo de capacitação dos Condutores Turísticos. É o que será abordado no tema a seguir.

No transcorrer do processo de capacitação, emerge a polêmica relativa à denominação profissional dada ao Condutor Turístico. Interessa ressaltar um fato emblemático que, aparentemente, restringe-se apenas a uma questão de escolha da nomenclatura a ser utilizada, pelo então Ibama, para o profissional que seria objeto de capacitação do curso de Monitores Ambientais. A princípio apresentamos os diferentes discursos e a posição de onde falam os distintos sujeitos sociais envolvidos nesse processo. A seguir, fragmentos de uma entrevista com o presidente da Cooperativa de Condutores de Visitantes e Monitores Ambientais dos Lençóis Maranhenses (Comcoop), que deixa transparecer a ponta desse *iceberg* representado pelo complexo campo de instituições que têm o poder de definir, normalizar e regulamentar a categoria profissional de Condutores Turísticos no país:

[...] Em 2006 fiz o Curso de Monitor Ambiental, pelo IBAMA. Na realidade, quando nós fizemos o Curso do IBAMA, era uma proposta do Ministério do Turismo, com o Ministério do Meio Ambiente, para tentar regulamentar a nossa profissão. Porque, Condutor Turístico, até hoje, não tem uma regulamentação. Ou você é Guia, formado pela EMBRATUR, que é o Curso que o SENAC dá, ou não tem uma outra escala no padrão. Mas aí, o que aconteceu? O Mtur, preocupado com isso, principalmente dentro dos Parques Nacionais, criou essa nova atividade, que seria Monitor Ambiental. Não seria um Guia, seria um Monitor Ambiental, para poder regulamentar a profissão de Condutor de Turismo. Você não ia ser um Condutor de Turismo, mas um Monitor Ambiental para trabalhar dentro do Parque Nacional. Concluímos o Curso, em torno de 28 pessoas, dentre os 40 inscritos que iniciaram.(Informação oral)<sup>248</sup>

Observa-se que essa controvérsia está além da simples nomenclatura, mas, sobretudo, diz respeito ao poder de definir níveis e competências de sujeitos que se submeteram a uma capacitação. Nesse caso específico, a situação traz para o foro a posição de distintas instituições públicas que têm jurisdição para estabelecer critérios e normas para capacitação e regulamentação do exercício profissional em campos específicos de atuação. Assim, em se tratando de uma Unidade de Conservação, como o Parque Nacional do Lençóis Maranhenses, a questão envolve aspectos relacionados ao turismo e ao meio ambiente.

---

<sup>248</sup> Entrevista com Condutor Turístico “J” em Abril/2008.

No entanto, vale conhecer a visão de técnicos e representantes de instituições públicas envolvidas nesse assunto. A princípio, a Analista Ambiental, Maria Carolina Camargos, do ex-IBAMA, então integrante da equipe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, coordenadora do curso de Monitores Ambientais Locais em Barreirinhas, procurou elucidar as questões que envolvem a denominação do profissional, objeto da capacitação, ao mesmo tempo em que relaciona com os objetivos do curso:

[...] Porque a denominação Monitor Ambiental foi pensada para ser um guia que, além das habilidades de guia, tivesse a capacidade de monitorar os espaços ambientais da atividades turística. Então, se imaginou esse termo, Monitor Ambiental. [...] No final das contas, o que vai ficar para a Unidade de Conservação é Condutor de Visitante. Mas, também, ele vai ter que ter essa habilidade de ter essa noção de impacto ambiental da atividade, de pensar o que pode ser feito, para poder atuar junto [...].(Informação oral)<sup>249</sup>

A Chefa do PARNA dos Lençóis Maranhenses, Ivone Fecury, presente à entrevista, complementou essa informação ao enfatizar a demanda do Parque em relação ao perfil do profissional que precisa ser formado. Ou seja, interessava ao então Ibama capacitar profissionais para atuarem como “guias” de visitantes, mas, que, ao mesmo tempo, tivessem conhecimentos básicos acerca da flora e fauna da região e, portanto, soubessem interpretar o ambiente. Daí a importância de definir uma nomenclatura para essa categoria profissional que atenda a esse perfil, mas não entre em conflito com as regras estabelecidas pela Embratur, como explica:

[...] Até é bom a gente esclarecer bem o seguinte: o Monitor pensado, esse Monitor que foi dado esse Curso aqui, isso foi, vamos dizer, estabelecido pelo Ministério do Meio Ambiente. O 1º Curso de Condutor de Visitante, se não me falha a memória, foi dado em 1993. Foi a primeira vez que se chamou o guia local de Condutor de Visitantes pela própria exigência que, na época, a então EMBRATUR (a Embratur agora tem uma outra função, mas, na época, esses assuntos ficavam ligados ao órgão) não admitia que essa categoria, que não é bilíngue, que não tem um Curso Superior, fosse chamada de Guia. Então, foi-se atrás de uma nomenclatura que atendesse ao que a gente queria em Unidade de Conservação, mas que não ferisse as regras da Embratur. Enquanto que o Condutor, além de conduzir o turista, ele vai ter que ter aquele conhecimento básico da região, da flora, da fauna, entendeu? [...] Basicamente, o Condutor, na nossa concepção, é o guia (que não pode ser chamado de guia porque o perfil é outro), com a habilidade de interpretar o ambiente. (Informação oral)<sup>250</sup>

---

<sup>249</sup> Entrevista com a Analista Ambiental do ICMBio, que então integrava a equipe de gestão do PNLM, em maio/2008.

<sup>250</sup> Entrevista com a Chefa do PARNA dos Lençóis Maranhenses, em maio/2008.

Essa questão foi também abordada, em entrevista, com o então Secretário Adjunto da Semtuc, Antônio Reges Júnior. O secretário adjunto acrescenta novas informações acerca dessa polêmica em relação à nomenclatura:

[...] Então, a gente ainda tem que definir isso, Condutores Turísticos, que hoje é Cooperativa, não é mais Associação. Já está formalizada a Cooperativa dos Condutores de Visitantes [...] porque não existe Condutor de Turismo, então foi uma informação que levei para eles sobre a nova nomenclatura, uma outra denominação. A Embratur ainda está em estudo para poder reconhecer. Hoje, a única profissão que o Ministério do Turismo reconhece e é legalizada, dentro da área do turismo, é de Guia de Turismo. [...] (Informação oral)<sup>251</sup>

E, continuando seu discurso, o secretário adjunto sinaliza para uma alternativa que está sendo cogitada, pela Semtuc, no sentido de viabilizar, a médio prazo, a qualificação desses sujeitos e garantir-lhes o direito de exercerem a função de “Condutores de Visitantes” no PARNA dos Lençóis Maranhenses. Senão, vejamos outro trecho da sua entrevista:

[...] Falando nisso, a Karina, (Secretária Municipal de Turismo e Cultura), [...] em reuniões com o SENAC, o Ministério Público e o IBAMA, para ver a questão da legalidade e buscar articular o Curso de Guia Turístico para Barreirinhas. Porque a gente sabe que a maioria deles não tem o 2º Grau. Então, qual é a proposta? A proposta é que se tenha um Supletivo e esses jovens, que não têm o 2º grau, cursem esse Supletivo paralelamente ao Curso de Guia Turístico. Então, com isso, eles vão poder obter esse Certificado. [...] Isso foi pensado e está em articulação com a Secretaria de Educação do Estado porque vai ser necessário essa parceria com a Secretaria Municipal de Educação daqui de Barreirinhas e o SENAC. [...] (Informação oral)<sup>252</sup>

Percebe-se, portanto, que a questão da qualificação profissional de Condutores de Visitantes ou Monitores Ambientais em Parques Nacionais não se restringe à escolha da nomenclatura, uma vez que todo esse processo, que implica uma “certificação profissional”, está sujeito à legislação específica de responsabilidade de órgãos públicos vinculados aos Ministérios do Meio Ambiente (MMA)<sup>253</sup> e do Turismo (MTur)<sup>254</sup>. Por outro lado, em relação à idéia da Semtuc de viabilizar uma capacitação que lhes dê o certificado de Guia Turístico, vê-se que ainda está em fase preliminar de entendimentos entre dirigentes institucionais em diferentes esferas do poder público do país. Não resta dúvida de que o adiamento em resolver tais questões de natureza técnica e jurídico-institucional repercutem não apenas na

<sup>251</sup> Entrevista com o Secretário Adjunto da SEMTUC, em maio/2008.

<sup>252</sup> Continuação da entrevista com o Secretário Adjunto da SEMTUC, em maio/2008.

<sup>253</sup> No âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Analista Ambiental, Maria Carolina Camargos, informou-nos que encontra-se em definição uma Norma interna que deverá especificar a função do Monitor Ambiental em Unidades de Conservação (UC) abertas à visitação.

<sup>254</sup> Quanto ao Ministério do Turismo (Mtur), é atualmente, o órgão que tem jurisdição para certificar e validar o Curso de Guia Turístico, ministrado pelo Senac, mediante a Carteira de Guia Turístico, com validade em todo o país.

denominação que dê conta da função social dessa categoria no exercício profissional na cadeia turística de Barreirinhas, mas incide, também, nos processos identitários dos sujeitos diretamente envolvidos nessa questão, assim como de muitos outros que estão a exercer tais funções de forma “clandestina” ou que almejam inserir-se nesse mercado de trabalho.

Enquanto isso, na dinâmica da vida em Barreirinhas, a categoria profissional em foco continua a ser denominada de Condutores Turísticos e, na prática, continua a prestar os serviços turísticos junto às agências e receptivos locais ou de forma independente, na esperança de que ‘os ventos soprem a favor’ da viabilização dessa proposta de capacitação mencionada pelo então secretário adjunto da Semtuc.

Não obstante esse impasse, outros cursos têm sido oferecidos à categoria de Condutores Turísticos por instituições públicas e privadas, tais como: inglês, promovido pela Prefeitura Municipal de Barreirinhas, em 2007 e 2008; associativismo e cooperativismo, oferecido pelo Sebrae-Maranhão, em 2007; primeiros socorros e competências mínimas para o condutor (CMC), promovidos pela Abeta (Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura), em 2007 e 2008; atingindo, especialmente, o público que já se encontrava inserido no mercado como Condutores Turísticos.

Vale sublinhar a atuação da *Planeja* que, a partir de 2008, passou a implementar o Projeto “Ação e Arte”<sup>255</sup> em Barreirinhas. Dentre as atividades previstas, foram realizados Cursos de capacitação, com objetivos e conteúdos programáticos distintos, tais como: informática, inglês e informante turístico. De acordo com os critérios seletivos definidos pela referida ONG, esses cursos eram voltados para o público jovem, permitindo acesso tanto aos que já integravam a cadeia turística, quanto aos que ainda aspiravam inserir-se. Um Condutor Turístico relata a sua participação em cursos oferecidos pela Planeja:

[...] Agora estou fazendo uns cursos [...]. Esses cursos fazem parte de um Projeto Ação e Arte, da Planeja, uma ONG, patrocinado pela Petrobrás. Os cursos que faço são: Inglês, Computação e Informante Turístico. São esses itens que eles oferecem para nós, para melhorar o nosso conhecimento aqui na área de Barreirinhas. Estou gostando muito. A duração do curso é de um ano. Vamos sair com o Certificado, com certeza. (Informação oral)<sup>256</sup>

---

<sup>255</sup> O Projeto Ação e Arte é patrocinado pela Petrobrás, elaborado e executado pela *Planeja*, ONG. A proposta abrange os municípios de São Luís e Barreirinhas, no estado do Maranhão, com foco na formação da consciência cidadã e na viabilização de oportunidades de trabalho, tendo como público-alvo crianças, jovens e adultos.

<sup>256</sup> Entrevista – Condutor Turístico – Janeiro/2008.

- Piloto de Lancha: capacitação institucional

No âmbito das exigências para atuação profissional no mercado turístico impostas a esse segmento Prestadores de Serviços Turísticos, as demais categorias, tanto os Pilotos de Lancha quanto os Toyoteiros, também precisam cumprir determinados requisitos relacionados à capacitação e habilitação profissional.

Especificamente, em relação aos Pilotos de Lancha, a Marinha do Brasil, por intermédio da Capitania dos Portos do Maranhão, tem promovido cursos de auxiliar de convés, habilitando os interessados em trabalharem na área do transporte náutico turístico em Barreirinhas.

A narrativa de um Piloto de Lancha enfoca aspectos significativos para análise das redefinições identitárias nos circuitos do turismo em Barreirinhas. A princípio, refere-se à prática costumeira entre os jovens, já mencionada anteriormente, que consistia na inserção casual e informal no mercado turístico local. Em seguida, acrescenta um dado relevante nesse processo, que, em face da informalidade, havia total flexibilidade e, portanto, trânsito livre entre as categorias profissionais, à medida que surgiam oportunidades que oferecessem mais vantagens em termos de renda ou, mesmo, ao identificar alguma aptidão para outro tipo de trabalho na cadeia turística local.

Olha, comecei a trabalhar com o turismo no final de 1999. No início eu trabalhava como Condutor Turístico, acompanhando os grupos até os Lençóis. Trabalhava, nessa época, com meu irmão aqui, antes de fundarem a “Eco Trilha”. No ano seguinte, no final de 2000, comecei a trabalhar como Piloto de Lancha voadeira. [...] (Informação oral)<sup>257</sup>

Continuando em sua narrativa, o entrevistado deixa claro que a oportunidade de ter experimentado trabalhar como Piloto de “voadeira” instigou-lhe a buscar capacitação profissional como Auxiliar de Convés e, assim, passou a integrar a categoria, especializada em transporte náutico, como Piloto de Lancha. O entrevistado acrescenta outra informação acerca das exigências da Marinha Brasileira em relação às especificidades da capacitação, conforme seja a categoria – amador ou profissional:

[...] Na época eu fiz um Curso aqui de Arrais Amador (até 2001), de conhecimentos práticos para poder conduzir o barco. É uma Carteira para a categoria de “esporte e recreio”, só a passeio e se divertir com amigos, sem comércio. Para o comércio, tem que ser Auxiliar de Convés. Assim, no ano seguinte, o pessoal da Marinha

---

<sup>257</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “H” em agosto/2008.

promoveu outra capacitação, onde fiz o curso de Auxiliar de Convés, em 2003, que é a habilitação para trabalhar com passageiros. (Informação oral)<sup>258</sup>

Ainda em relação à exigência da qualificação profissional, constatamos que existe uma demanda, entre os Pilotos de Lancha, por uma capacitação muito peculiar, voltada para a aquisição de conhecimentos e habilidades na área das relações interpessoais no trabalho com os turistas, como explicita o presidente da cooperativa:

[...] Inclusive a gente vai pedir para receber um Curso para se saber como receber o turista, como a gente deve se relacionar com ele. Porque a gente mora no interior, não se tinha costume desse trabalho com pessoas de fora. [...] (Informação oral)<sup>259</sup>

Nesse mesmo sentido de interesse pessoal por capacitação, um Piloto de Lancha enfatiza a necessidade que sente em aprender a falar inglês. Para isso, tem buscado motivar outros integrantes da categoria, com vistas a formar uma turma e, então, conseguir apoio de instituições locais na promoção de um curso de inglês básico, mas que instrumentalize os participantes para a comunicação com os turistas. Argumenta ele:

[...] Já conversei com vários amigos meus que trabalham no ramo... Temos que ter, no mínimo, um Curso de Inglês, o básico. Não precisamos falar inglês fluentemente. Nós somos cento e cinquenta e poucos Pilotos, eu só quero 1/3, o mínimo de 15 pessoas. Vamos nos juntar, contratar um professor de inglês para a gente aprender o básico. [...] Eu quero aprender o que eu falo no dia a dia, em inglês. Não quero conversar com o turista em inglês. Eu quero saber falar, em inglês, o que preciso dizer durante os passeios, no dia a dia. As informações que passo para ele, o essencial. (Informação oral)<sup>260</sup>

Esses exemplos dos Pilotos de Lancha são significativos como processos de afirmação identitária desses profissionais do turismo. Ambos têm consciência da necessidade de adquirir novos conhecimentos e habilidades para prestarem um serviço diferenciado nesse campo tão exigente do turismo e num contexto que se torna cada dia mais competitivo. De fato, essa é uma dimensão relevante nas trajetórias peculiares da vida profissional desses sujeitos como elementos empíricos fundamentais para a análise dos processos de construção e redefinições identitárias.

---

<sup>258</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “H” em Agosto/2008.

<sup>259</sup> Entrevista com o presidente da Cooperáutica, em Agosto/2008.

<sup>260</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “I” em agosto/2008.



- Toyoteiro: a habilitação prática *versus* institucional

No caso específico da categoria profissional dos Toyoteiros, existe uma peculiaridade em relação à habilitação para o exercício profissional. A princípio, há a exigência institucional de que todos os Toyoteiros, como qualquer outra pessoa que pleiteie a carteira de habilitação, submetam-se aos exames específicos, provas e teste de direção, no caso do Toyoteiro, em veículo 4x4, junto ao órgão público responsável pela expedição do referido documento, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Mas, ao mesmo tempo, existe um outro processo de habilitação, específico para o trabalho na área de transporte terrestre turístico, que se realiza à medida que cada um desenvolve e exercita na prática, conforme revela um entrevistado:

A gente vai aprendendo na prática. E a gente ainda apanha bastante! Tem muito barreirinhense que ainda apanha nas trilhas e são Toyoteiros. Então, com o tempo, ele vai trabalhando, vai operando, é que ele aprende como desatolar o carro da areia. Porque o carro também atola na areia! A areia é muito forte, aprende a desatolar o carro da lama, a maneira de trocar a marcha. Quero dizer, ele não pode ficar trocando de marcha em cima da “borracheira” da areia, tem que meter uma marcha de força antes, aí ele poder detonar! (Informação oral)<sup>261</sup>

[...] Essa habilidade, para nós, é um orgulho, porque nem todo mundo faz o que a gente faz. Tem várias pessoas que vêm de fora, que são motoristas há mais tempo do que a gente, mas não conseguem controlar o carro como a gente controla, como a gente entende do carro. Onde a gente roda, o caminho é difícil! Tem que ser um cara animado, não pode ser estressado, tem que ser um cara de bem com a vida! Porque tem tanto obstáculo no caminho, muita areia, lama. Tem que saber manejar bem o carro na areia, na lama e na água. Tem que ter o controle do carro, tem que saber o que está fazendo. Se o cara estiver estressado, quebra o carro dele”. (Informação oral)<sup>262</sup>

Tais depoimentos deixam clara uma dimensão peculiar à categoria dos Toyoteiros, no que se refere à forma como se realiza esse processo da habilitação profissional. Na verdade, o processo de “aprender na prática” é uma condição imposta pelas características geográficas da realidade local, pelo solo arenoso, típico da região dos Lençóis Maranhenses. Em seus relatos, os Toyoteiros enfatizam sempre as dificuldades por eles enfrentadas nos caminhos, trilhas e nos diversos “arrodeios”<sup>263</sup> que levam ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Dessa forma, possuir essa habilidade de conduzir um carro Toyota, nas rotas do turismo em Barreirinhas, tem um valor simbólico e social na medida em que é uma

---

<sup>261</sup> Entrevista com Toyoteiro “A” em Novembro/2007.

<sup>262</sup> Entrevista com Toyoteiro “B” em Novembro/2007.

<sup>263</sup> Denominação dada aos desvios do trajeto principal feitos para evitarem alguns pontos de maior dificuldade de ultrapassagem.

demonstração de garra e coragem, além do orgulho que cada um sente em ser Toyoteiro. É, portanto, uma forma de representação identitária que cada Toyoteiro traz consigo. Ademais, esse modo de aprendizagem é também como uma herança transmitida de gerações passadas às atuais, ou mesmo de pais para filhos, nativos dessa região dos Lençóis Maranhenses.

De fato, considerando as condições de acesso às áreas de visitação do PNLM, os Toyoteiros constituem uma categoria profissional que presta um serviço qualificado, no transporte turístico em Barreirinhas, pelo conhecimento que têm das trilhas de acesso ao PARNA dos Lençóis Maranhenses e pela experiência na direção do veículo 4x4 em caminhos dominados pela areia. O depoimento de um Toyoteiro enfoca a percepção que tem do grau de responsabilidade e importância desse serviço prestado pela categoria profissional no transporte turístico em Barreirinhas, confirmando a peculiaridade que é ser Toyoteiro em Barreirinhas:

A vida do Toyoteiro é difícil porque, você já viu, tem mês que a gente ganha R\$ 750,00 e tem mês que ganha R\$ 4.500,00, entendeu? É uma coisa que, se o cara não tiver o hábito de controlar as coisas, acaba desistindo. Às vezes, várias pessoas em Barreirinhas já tentaram levar essa vida, mas não conseguem aguentar! E o carro Toyota quebra muito! Só dá para quem entende o que é Toyota. Se não for assim, um cara envolvido com o carro, é melhor nem entrar que não tem jeito de dar certo. Além disso, basta ele lutar todo dia conduzindo dez pessoas, onde cada pessoa é de um lugar diferente e não ter problema nenhum, acho que é uma grande coisa. [...]. (Informação oral)<sup>264</sup>

No contexto do trabalho de Toyoteiros e Pilotos de Lancha, marcado por mudanças geradas no próprio processo de organização da cadeia turística local, vale destacar uma condição necessária para consolidar posição nessa mesma cadeia. Trata-se da qualidade dos equipamentos utilizados nos serviços; sejam as lanchas voadeiras, sejam as Toyotas 4x4.

Nesse sentido, os profissionais que integram o ramo do transporte náutico, atentos a esse requisito, têm feito investimentos na reforma, pintura e estofamento dos bancos, além da aquisição de novas lanchas “voadeiras”, com capacidade ampliada para 6 e 12 pessoas, devidamente equipadas com coletes salva-vidas, conforme as exigências da Marinha do Brasil, órgão que regulamenta e fiscaliza esse serviço.

Durante o trabalho de campo, identificamos que parte do trabalho de reforma das lanchas tem sido feita por uma artesã que, desde 2006, passou a integrar o segmento de Prestadores de Serviços Turísticos, na categoria de Pilotos de Lancha, inserindo-se como proprietária de uma lancha. O caso da artesã e proprietária de lancha é apenas um exemplo de

---

<sup>264</sup> Entrevista com Toyoteiro “I” em Novembro/2007.

pessoas que optaram por investir nesse ramo do transporte náutico turístico e administrar o trabalho do Piloto de Lancha.<sup>265</sup> Na verdade, esse fato revela as formas híbridas dos processos de redefinição de identidades nos circuitos do turismo:

[...] Já estou com dois anos com essa lancha (desde 2006). A partir que eu tive ela, as portas foram se abrindo [...] Por causa dela que eu já entrei no serviço náutico, né? Como comprei de segunda, tive que refazer ela. E eu mesma refiz. Então, todo mundo gostou e eu passei a fazer esse serviço. [...] Como vi a demanda aqui sobre fazimento de toldos para lancha, bancos para lanchas e eu sei fazer tudo isso, passei a prestar esse serviço. Esse serviço para a náutica, que é fazer os bancos, as cobertas das voadeiras, os pequenos consertos na parte de napa, de cobertura e revestimento do fundo da lancha. E eu passei a trabalhar! Então, já estou trabalhando, já tenho bastante clientela, freguesia. Já faço bastante banco para as voadeiras. Tenho até as fotos, se você quiser anexar [...]. (Informação oral)<sup>266</sup>

Nessa mesma perspectiva de mudanças, para atenderem às demandas de transporte terrestre para fins turísticos, os proprietários de carros Toyota também precisaram investir em reformas de seus veículos. Para isso, recorreram a oficinas especializadas nesse tipo de trabalho, no sentido de fazerem a adaptação da estrutura denominada “jardineira”<sup>267</sup> nas carrocerias das Toyotas, tendo em vista oferecerem comodidade e segurança aos turistas.

Por outro lado, os dirigentes da Cooperativa (Coottalmar) revelam possuir uma visão crítica acerca dessa adaptação feita nos carros. Afirmam que essa medida é apenas um arranjo, uma forma improvisada de atender à demanda turística sem, no entanto, atentar para a legislação que regulamenta o transporte de passageiros:

[...] Porque, na verdade, a Toyota, aqui na área dos Lençóis, não é um carro regulamentado como carro de passageiro, é um carro de carga. Então, ele é um carro adaptado e, com isso, nós estamos encontrando problema em adquirir um financiamento para a troca de veículo. Porque o carro adequado para o serviço do turismo não é regulamentado como carro de passageiro, ele é um 4x4, de carga. Para isso, temos despesas na adaptação desse carro, que é chamado ‘jardineira’. Essa adaptação é feita em São Luís ou aqui em Barreirinhas. [...] É por isso que a gente sobrevive de frete, tanto no serviço com o turismo, com os passeios, como no frete particular, pois ele é um carro de carga. (Informação oral)<sup>268</sup>

[...] Este carro improvisado que nós criamos aqui, a chamada “jardineira”, esse carro carrega 10 turistas, com mais o guia e o condutor, são 12 pessoas. Mas acontece que esse carro tem um problema: ele é um carro de carga. Esse Toyota é um carro de carga, ele não é um carro de passageiro. No dia em que, se Deus defenda, houver um acidente, nós temos problema![...]. (Informação oral)<sup>269</sup>

<sup>265</sup> Essa questão será abordada, especificamente, no eixo temático – Dilemas e desafios da organização cooperativa.

<sup>266</sup> Entrevista com artesã e proprietária de lancha.

<sup>267</sup> Termo regional que designa um carro adaptado para fins de transporte coletivo em áreas rurais. Em Barreirinhas, no transporte turístico, os Toyoteiros assim denominam uma estrutura de ferro ajustada à carroceria dos carros Toyota, composta de barras de ferro paralelas, às quais são presos, com solda, os assentos individuais com encosto; possuindo, ainda, uma cobertura de material apropriado para proteger os turistas do sol e da chuva.

<sup>268</sup> Entrevista com o então presidente da COOTTALMAR, em novembro/2007.

<sup>269</sup> Entrevista com o então presidente da COOTTALMAR, em novembro/2007.

Complementando sua narrativa, o então presidente da cooperativa de Turismo e Transporte Alternativo dos Lençóis Maranhenses (Coottalmar) revela que a categoria vem discutindo internamente e mantendo contatos com a direção da agência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em São Luís, tendo em vista encaminhar propostas e conhecer as linhas de financiamento e crédito para renovação da frota de veículos.

Nesse sentido, informou-nos que a cooperativa possui um projeto para uma carroceria padronizada, desenvolvido pelo Departamento de Desenho Industrial da UFMA, com o propósito de obter recursos para viabilizar sua execução no processo de renovação da frota de veículos. Especificamente, a idéia consiste em adquirir novos carros da Toyota e, neles, fazer a adaptação dessas carrocerias, devidamente padronizadas, de acordo com o projeto mencionado. No entanto, a viabilização desse projeto dependerá de uma legislação, como explica o então dirigente da cooperativa:

[...] Nós estamos com um projeto para fazer um carro para colocar aqui nos Lençóis Maranhenses, para transportar o turista de dentro de Barreirinhas para os grandes Lençóis e para a região do Delta de Parnaíba, que vai até Fortaleza. [...] Nós vamos, primeiramente, tentar a aquisição do recurso. [...] Esse carro, aqui, pode ser montado em Caxias do Sul. Agora depende de uma pequena coisa: legislação! É o que as montadoras alegam. [...] Então, com esse projeto, uma legislação, através das bancadas do Maranhão, do Piauí e do Ceará, devem juntar e criar um carro desse para essa região dos Lençóis/ Delta/ Jericoacoara. Ai a gente só usaria o chassi desse carro. A gente já tem contato com a fábrica. Mas, para isso, temos que garantir, primeiramente, o dinheiro, esperar que o turismo melhore para poder bancar um carro desse. [...] (Informação oral)<sup>270</sup>

Na verdade, essa proposta é inovadora e aponta no sentido de atender aos requisitos de qualidade e segurança do equipamento, segundo as exigências do Ministério do Turismo. Ao mesmo tempo, esse projeto tem a vantagem de ter sido elaborado por especialistas da área do desenho industrial da UFMA em articulação com a categoria profissional dos Toyoteiros, que detém conhecimento e prática de trabalho nas trilhas e, portanto, das peculiaridades do solo e demais condições da realidade local no percurso de acesso ao PARNA dos Lençóis Maranhenses. Mas, como o próprio entrevistado reconhece, para ter êxito, o projeto terá que passar pelo Poder Legislativo e, posteriormente, conseguir recursos financeiros.

---

<sup>270</sup> Entrevista com o então presidente da COOTTALMAR, em Novembro/2007.

No entanto, em conversa com outros, percebemos que a categoria está, na realidade, mobilizada para conseguir acesso a uma linha de financiamento, através do BNB, com o objetivo de renovar a frota de veículos Toyota 4x4.

#### 4.3.2.3 Mudanças na vida pessoal com a inserção na cadeia do turismo

Ao abordar o tema “Ser profissional do turismo em Barreirinhas”, buscamos captar as percepções dos sujeitos que integram esse segmento acerca das mudanças em suas vidas, no modo de ser e conviver a partir de sua inserção no turismo. De fato, essa é uma dimensão central, tendo em vista nosso objeto de estudo, em relação às redefinições identitárias desses sujeitos que vivem cotidianamente os processos e práticas profissionais da atividade turística. Nesse sentido, destacamos as distintas visões na perspectiva de cada categoria profissional.

De modo geral, os entrevistados reconhecem que houve mudanças significativas em suas vidas. Os Condutores Turísticos, em suas narrativas, apontam para os sentidos das mudanças, representados sob a forma de melhoria na faixa de renda e, por conseguinte, no poder aquisitivo a definir um novo padrão de consumo. Enfim, o material empírico configura situações que indicam uma melhoria na qualidade de vida, como bem expressa um entrevistado ao dimensionar a mudança: “foi como da água para o vinho”, comparando com o tempo em que desenvolvia outros tipos de trabalho, antes do turismo, ao destacar três dimensões-chave: horas de trabalho, renda e conhecimento adquirido:

[...] Depois que chegou o turismo, melhorou. Mudou, como posso dizer? Mudou tudo. Foi como da ‘água para o vinho’! Mudou 100% a minha vida. Trabalhava muito, agora já não trabalho tanto, ganho mais e melhorou 100% meu conhecimento. [...]. (Informação oral)<sup>271</sup>

A narrativa de outro Condutor Turístico enfatiza esses mesmos ganhos que obteve com o turismo: conhecimento, trabalho e renda. Com isso, ele se reconhece como alguém que tem uma “vida normal”. Essa expressão traduz um sentimento de pertencimento, de alguém que hoje faz parte da sociedade. Antes desse trabalho, vivia uma situação de excluído, em que tudo lhe era negado ou proibido. Assim, destaca o fato de hoje ter acesso a locais que antes não tinha condições, além de ter um novo padrão de consumo. Fala com o orgulho de quem não passará mais pelo constrangimento de ser “barrado no baile” da vida. Esse é, portanto,

---

<sup>271</sup> Entrevista com Condutor Turístico “H” em janeiro/2008.

para ele, o significado de ter uma “vida normal”, a vida que todo cidadão tem direito de ter. É o que revela sua narrativa:

[...] Consegui muitas coisas com o turismo, aprendi muito, também! O que mudou? Eu acho, assim, que não tenho mais necessidade, tenho uma vida normal. As coisas que eu sempre pretendi ter. [...] Antigamente, quando eu não tinha trabalho, eu ia para a festa e não podia entrar, ia para um local, não podia pagar nada para ninguém, nem lanche. Tinha vontade de comprar uma roupa, não podia. Então mudou muita coisa: o consumo, poder ter as coisas e poder sair. (Informação oral)<sup>272</sup>

Nesse mesmo sentido de mudança, a narrativa de um Condutor Turístico, filho de Pescador Artesanal, delinea sua trajetória de vida cotejando as diferenças nas condições de vida antes e após o turismo:

[...] Mudou muito a minha vida! Antes do turismo, além de trabalhar numa ótica, eu pescava com o meu pai. Ele é pescador, criou os filhos todos, trabalhando na pesca. Uma vida muito cansativa. Agora não, eu pesco por esporte. A minha vida foi um pouco dura. Acho que todo mundo passa dificuldades na sua vida, mas, depois, com o turismo, melhorou bastante! [...] (Informação oral)<sup>273</sup>

No decorrer de sua narrativa, o entrevistado revela uma prática comum entre os Condutores Turísticos na relação instável com agências e receptivos locais, caracterizando-se pela mudança frequente, pela própria inexistência de vínculos trabalhistas. Na sua trajetória de vida, prevaleceu uma característica pessoal decisiva para os que vivem num mundo dominado pela competitividade: a capacidade de vislumbrar e maximizar as oportunidades que surgem na vida. Como ele próprio avalia o mercado de trabalho, em seu retorno à Barreirinhas, após ter vivenciado um período de sete meses nos Estados Unidos:

[...]Continuei a trabalhar, de uma Agência para outra, fui melhorando... Depois surgiu uma oportunidade de viver fora do Brasil, nos Estados Unidos, durante sete meses, em uma cidade próxima de Dallas. Eu acho que foi essa experiência que me estruturou mais, tanto na minha estrutura, como na minha formação em geral. Quando retornei à Barreirinhas, as ‘portas’ estavam todas mais abertas para mim. Tive a oportunidade de fazer o Curso de Monitor Ambiental pelo IBAMA, em 2006, de Primeiros Socorros, pela Abeta, fiz curso de informática e tenho o curso de inglês. (Informação oral)<sup>274</sup>.

Destacamos, aqui, depoimentos que enfatizam aspectos relacionados às características pessoais relevantes para se refletir sobre dimensões-chave no processo de redefinições identitárias dos Pilotos de Lancha após sua inserção no mercado de transporte

---

<sup>272</sup> Entrevista com Condutor Turístico “B” em maio/2008.

<sup>273</sup> Entrevista com Condutor Turístico “E” em maio/2008.

<sup>274</sup> Entrevista com Condutor Turístico “E” em maio/2008.

náutico turístico. Assim, um primeiro entrevistado dá ênfase à mudança na capacidade de comunicação, tornando-se “mais aberto” no sentido de ter superado a timidez:

[...]Cada dia que passa me torno outra pessoa. Por exemplo, eu hoje estou conversando com a senhora dessa maneira... Se você viesse fazer uma entrevista comigo há quatro anos atrás (olhe que tenho 14 anos no ramo), se você viesse falar comigo para uma entrevista, eu estaria mais tímido. Hoje eu falo melhor, eu converso melhor, me tornei mais aberto. [...] (Informação oral).<sup>275</sup>

O depoimento de outro Piloto de Lancha contém elementos valiosos para análise dos processos de mudança e redefinição identitárias ao delinear, nessa introspecção, a parte de si mesmo que muda e a que permanece sem mudar ou, ainda, o que gostaria que não mudasse na trajetória de vida e trabalho na dinâmica do turismo. Assim, numa reflexão sobre si, embora reconheça que o contato profissional com os turistas tem contribuído para o seu amadurecimento; contudo, afirma que continua a ser o mesmo, que não vai mudar. Senão vejamos sua afirmativa:

[...] Aprendo muito porque as pessoas que vêm de fora sempre trazem algumas histórias de suas cidades para contar para a gente. Então a gente vai amadurecendo mais um pouco. [...] Mas sempre sinto que sou eu mesmo, não vai mudar coisa alguma [...] Estou falando assim de mim mesmo, como tratar meus amigos ou a vida em sociedade, isso não vai mudar, entendeu? [...]. (Informação oral)<sup>276</sup>

Na verdade, essa é a sua forma peculiar de perceber-se nesse contexto de mudanças. Assim, o entrevistado circunscreve em seu discurso uma “auto-identificação” na ótica do senso comum, ou seja, “a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partrilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL, 2000, p.106), reafirmando uma convicção de que sempre será o mesmo, seja no convívio mais íntimo com os amigos, seja numa acepção mais ampla da vida em sociedade. Sem ter clareza dessa “fragmentação” por que passa, reconhece, no entanto, que, na trajetória de vida na cadeia turística, tem havido mudanças na “forma de conviver com outras pessoas”. E conclui afirmando: “as condições de vida vai mudar, mudou e está mudando cada vez mais”. Na verdade, o jovem percebe-se como que dividido entre o que mudou e o que continua mudando em suas condições de vida. E conclui reafirmando, numa perspectiva essencialista e imutável de identidade, tanto em relação ao seu jeito de ser, e na

---

<sup>275</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “I” em julho/2008.

<sup>276</sup> Entrevista – Piloto de Lancha “H” – Maio/2008.

maneira de conviver com amigos e em sociedade, quanto em relação ao seu “eu”, como se percebe em fragmentos de seu discurso:

[...] Estou falando assim de mim mesmo, como tratar meus amigos ou a vida em sociedade, isso não vai mudar, entendeu? Muda como estou falando essa parte do turismo. Muda assim a forma de conviver com outras pessoas, as condições de vida vai mudar, mudou e está mudando cada vez mais. Mas eu, em si, não mudo! [...] (Informação oral)<sup>277</sup>

Sem dúvida, vale sublinhar o quanto é fecunda a narrativa do entrevistado, como material empírico, que nos ajuda a refletir, segundo os aportes de Hall (2000, p.108), ao afirmar que as identidades são “multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições [...]”. Essa é uma chave-analítica que será aprofundada no capítulo 5, em que mobilizamos nosso olhar nessa tessitura teoria-empíria.

Quanto à categoria dos Toyoteiros, suas narrativas delineiam uma avaliação de suas trajetórias individuais marcadas pelo exercício de um trabalho árduo e cansativo, como reconhece a maioria, e, ao mesmo tempo, prazeroso, na visão de outros. No entanto, todos expressam um discurso que indica mudanças de posições nos percursos no ciclo do turismo em Barreirinhas.

Assim, um Toyoteiro enfatiza o ponto essencial, que, para ele, representa mudança de vida, quando passou a ser proprietário da Toyota. Na verdade, essa é uma das muitas situações encontradas ao longo do percurso do trabalho de campo a revelar mudanças nas posições-de-sujeito. Nesse caso, o entrevistado, por meio do trabalho como mecânico em oficina de carros Toyotas, consegue adquirir seu próprio equipamento de trabalho. É relevante a mudança de posição ao deixar de ser empregado e passar a proprietário da Toyota, como relata:

[...] Mudou muito a minha vida. Porque se eu continuasse na mecânica, acho que hoje eu não teria nada. Hoje, já tenho meu carro próprio. (Informação oral)<sup>278</sup>

De fato, esse processo de mudança de identidade profissional é significativo a partir das novas posições de sujeito que cada um desses profissionais passa a assumir na sociedade, de modo geral, e, em particular, no contexto das relações de trabalho na cadeia turística. Nesse contexto, os entrevistados enfatizam, de modo especial, a mudança em relação

---

<sup>277</sup>Entrevista – Piloto de Lancha “H” – Maio/2008.

<sup>278</sup>Entrevista com Toyoteiro “C” em novembro/2007.



ao nível de renda e padrão de consumo e à autonomia no trabalho, no caso dos que ascendem à condição de proprietários do veículo.

É significativo o relato de um Toyoteiro, ex-professor de Matemática, ao enfatizar outros sentidos da mudança em sua vida. Nesse sentido, compara a vida rotineira de sala de aula em oposição à magia que existe na dinâmica das viagens por lugares diferentes; destacando, assim, o lado prazeroso de “ser Toyoteiro”. Afirma ele:

[...] Quando eu era professor, minha vida tinha a mesma rotina, todo dia, quando amanhecia eu ia dar aula para os alunos. Hoje em dia não, já é diferente, tem dia que estou aqui em Barreirinhas, tem dias que estou em Tutóia ou em Santo Amaro. Entendeu? É uma atividade que não tem rotina, é uma coisa boa, bem animada! A gente vai em vários lugares, conhece pessoas diferentes. [...] (Informação oral)<sup>279</sup>

E conclui reafirmando o que representa o lado bom da mudança em sua vida: ausência de rotina e a oportunidade de conhecer outras culturas.

[...] Minha vida melhorou muito! A melhor coisa na vida é a pessoa estar cada dia num lugar diferente, conhecendo outras culturas, outros modos de ser e modos de agir. Cada dia é algo novo! (Informação oral)<sup>280</sup>

#### 4.3.3 Cooperativismo como estratégia de fortalecimento das categorias profissionais

A princípio, vale explicitar a relevância desse tema para o objeto de investigação, tendo em vista representar, nesse contexto, uma proposta de fortalecimento de empreendimentos populares integrados à cadeia do turismo em Barreirinhas. Na verdade, trata-se do Projeto de “Reaplicação de tecnologia social de incubação de cooperativas populares e organização comunitária em áreas de Baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com potencial turístico”. Tal proposta, oriunda do Ministério do Turismo,<sup>281</sup> é desenvolvida em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vale sublinhar que essa iniciativa do MTur integra o conjunto de atividades previstas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, na Região dos Lençóis Maranhenses, que tem como um dos objetivos “o fomento aos grupos locais em cooperativas, para a geração de alternativas de trabalho e renda”. (BRASIL, 2003, p.9)

<sup>279</sup> Entrevista com Toyoteiro “...” B” em janeiro/2008.

<sup>280</sup> Entrevista com Toyoteiro “...” B em janeiro/2008.

<sup>281</sup> O Ministério do Turismo (Mtur) firmou um acordo de cooperação técnica com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ), para o biênio 2006/2008, no trabalho de assessoria e transferência de tecnologia de incubação. O acordo visava à criação e implantação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares dos Lençóis Maranhenses, denominada ITCP/ Lençóis, abrangendo os municípios de Barreirinhas, Paulino Neves, Santo Amaro do Maranhão e Tutóia. Este acordo integra as ações previstas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Região dos Lençóis Maranhenses. (2005/2007) Mtur/AECI

Assim, tendo em vista o nosso objeto de estudo, buscamos conhecer, especificamente, a dinâmica associativa das categorias profissionais que integram o segmento Prestadores de Serviços Turísticos no processo de formação e consolidação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo em Barreirinhas. O material empírico produzido no trabalho de campo, com foco na organização cooperativa, está estruturado em dois eixos temáticos:

- A proposta das cooperativas populares ITCP/Lençóis Maranhenses;
- Dilemas e desafios, desencantos e expectativas na organização cooperativa na cadeia turística local.

#### 4.3.3.1 A proposta das cooperativas populares: ITCP/ Lençóis Maranhenses

Tendo em vista conhecer a proposta de trabalho a ser desenvolvido junto às cooperativas populares, entramos em contato com a equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/ Lençóis Maranhenses, recém-chegada em Barreirinhas. Em entrevista com a referida equipe, obtivemos informações detalhadas acerca da decisão do Ministério do Turismo em apoiar e estimular a organização de cooperativas populares em Barreirinhas e demais municípios da região dos Lençóis Maranhenses. Em sua narrativa, a coordenadora da ITCP/Lençóis Maranhenses assim delinea as ideias centrais e os objetivos da proposta:

O Ministério do Turismo sentiu a necessidade em trabalhar com as cooperativas populares que se encontram em regiões de Parques Nacionais. Tem, como Projeto Piloto, as cooperativas da Serra da Capivara, no Piauí, que é um Parque Nacional e, aqui, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. [...] Então, a ideia é implantar uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na região dos Lençóis para atender à demanda das cooperativas populares da cadeia do turismo. [...] O objetivo é fortalecer as cooperativas populares que existem e estimular a possibilidade do surgimento de novas, onde há demanda. [...] Nosso trabalho junto aos grupos inclui não apenas a orientação quanto aos aspectos de formalização da cooperativa, mas abrange todo o processo de gestão e treinamento de pessoal. (Informação oral)<sup>282</sup>

Complementando as informações, um técnico da equipe ITCP/ Lençóis aponta um dado de realidade, referente ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Barreirinhas, como o principal fator que determinou essa proposta, pelo Mtur, com foco no estímulo e fortalecimento de cooperativas populares da região. Senão, vejamos o fragmento da entrevista:

---

<sup>282</sup> Entrevista com a Coordenadora da equipe ITCP/Lençóis Maranhenses, em outubro/2006.

O Ministério do Turismo escolheu atuar em Barreirinhas porque é um lugar que tem um potencial turístico muito grande e um IDH muito baixo. Assim, o Ministério quis fazer isso para que melhore as condições de vida do pessoal das cooperativas. Então, é um trabalho voltado para melhorar a geração do trabalho e renda. Essa é a nossa função, prestar uma assessoria às cooperativas, atendendo Barreirinhas, Tutóia, Paulino Neves e Santo Amaro. [...].(Informação oral)<sup>283</sup>

Considerando o universo de pesquisa, nosso interesse de investigação incide sobre as cooperativas populares, em Barreirinhas, concernentes às categorias profissionais que integram o segmento dos Prestadores de Serviços Turísticos, a saber: a Coottalmar (Cooperativa de Turismo e Transporte Alternativo dos Lençóis Maranhenses), registrada em 2001; a Coopernáutica (Cooperativa de Transporte Náutico dos Pilotos e Proprietários de Embarcações de Barreirinhas), formalizada em 2005; e a Comcoop (Cooperativa de Condutores de Visitantes e Monitores Ambientais dos Lençóis Maranhenses), registrada em 2008.

Convém ressaltar que a abordagem sobre o processo associativo das respectivas categorias profissionais será feita na perspectiva do objeto de estudo, ou seja, como referência empírica a revelar processos de construções e reconstruções identitárias desses sujeitos na trajetória de trabalho na cadeia turística de Barreirinhas.

Assim, os aspectos referentes aos dilemas e desafios da organização cooperativa no contexto específico de cada uma das cooperativas mencionadas serão abordados sob a ótica dos próprios cooperados, enquanto sujeitos que falam a partir da posição que ocupam na cadeia turística de Barreirinhas. Dessa forma, o conjunto do material empírico está organizado em temas recorrentes abordados durante as entrevistas, com foco em aspectos relacionados às fragilidades na formação do “espírito cooperativo”, a partir de questões concretas vivenciadas pelos próprios cooperados na teia de relações na cadeia do turismo.

#### 4.3.3.2 Dilemas e desafios da organização cooperativa na cadeia turística

A Coottalmar possuía, em setembro de 2008, 82 Toyoteiros em seu quadro de sócios, de acordo com informações do presidente recém-eleito no último pleito realizado em maio de 2008. Desse universo, entrevistamos 14 Toyoteiros durante o trabalho de campo.

O conteúdo das entrevistas com Toyoteiros consubstancia um conjunto de informações, com distintas percepções acerca da Coottalmar, revelando uma situação de fragilidade no aspecto de formação do “espírito associativo”; especificamente, em relação à

---

<sup>283</sup> Entrevista com um integrante da equipe ITCP/Lençóis Maranhenses, em outubro/2006.

união e participação dos membros na vida da cooperativa. Na ótica dos sujeitos envolvidos, esse é o ponto-chave, fator de desagregação e desestímulo, gerando efeitos que dificultam a própria gestão do empreendimento cooperativo. Vale sublinhar, ainda, que os entrevistados apontam questões externas à Cooperativa, no âmbito da gestão pública municipal, especificamente no que diz respeito às deficiências no controle do transporte turístico e à organização do turismo em Barreirinhas. Nesse sentido, os resultados obtidos são reveladores dos dilemas e desafios da organização da cooperativa no contexto turístico.

Predomina entre os cooperados um clima de desencanto com a própria cooperativa. A narrativa, a seguir, delineia um cenário de quase total desagregação da entidade, com base na constatação de um dado concreto, que é o baixo índice de participação dos membros na vida da cooperativa, inclusive em relação ao pagamento das cotas. Na verdade, esse desafio, como o próprio entrevistado afirma, não é específico desta cooperativa dos Toyoteiros, mas, também, das demais:

Olha, a vantagem, até agora, é a gente poder dizer que faz parte de uma organização. Porque, na verdade, hoje, todas as cooperativas, associações, as entidades são carentes por falta de união, participação dos membros. Porque a nossa Cooperativa tem 82 sócios, mas só 32 têm suas cotas em dia. E os que participam são apenas 15. É muito fraco! [...] Até agora não temos vantagem. [...] Tem muito Toyoteiro desanimado porque acha que não tem vantagem. [...] (Informação oral)<sup>284</sup>

Os depoimentos, a seguir, refletem pontos de vista de Toyoteiros que são fundadores da cooperativa e, portanto, com condições de avaliar os fatores que têm contribuído para a atual situação de desânimo e desinteresse por parte dos cooperados. Assim, quando afirmam que “a cooperativa não funciona” ou, ainda, que “a gente conseguiu pouca coisa”, estão se referindo aos efeitos da própria desorganização interna como, também, à falta de apoio do poder público:

Sou sócio-fundador da Coottalmar e, atualmente, integro a Diretoria como Vice-Presidente. Olhe, a gente ainda espera ter benefícios para ficar satisfeito em ser da Cooperativa. Até o momento, o que a gente conseguiu foi pouca coisa [...].(Informação oral)<sup>285</sup>.

Olha, as vantagens são poucas. Agora, desvantagens são demais! Porque a nossa Cooperativa aqui, não funciona. Eu estou falando da minha situação porque a Cooperativa não funciona. E todos os sócios da Cooperativa, se quiserem trabalhar, trabalham ‘clandestinamente’, porque a Cooperativa não funciona. [...] (Informação oral)<sup>286</sup>

---

<sup>284</sup> Entrevista com Toyoteiro “A” em novembro/2007.

<sup>285</sup> Entrevista com Toyoteiro “I” em Novembro/2007.

<sup>286</sup> Entrevista com Toyoteiro “G” em Novembro/2007.

Nessa perspectiva de crítica ao poder público, os Toyoteiros deixam claro o que esperam do gestor municipal em relação à organização e fiscalização dos passeios turísticos: a criação do *voucher* único<sup>287</sup>. Na verdade, o *voucher* constitui a esperança para as categorias que integram esse segmento, não apenas para os Toyoteiros, uma vez que, mediante a fiscalização efetiva pelo gestor público, evitar-se-ia a penetração de “clandestinos” e a concorrência desleal; garantindo, desse modo, trabalho para todas as categorias profissionais que prestam serviços turísticos. No entanto, na avaliação dos entrevistados, a implantação desse sistema em Barreirinhas está a depender de vontade política do poder público municipal:

[...] Por esse motivo, a Cooperativa vive aí “jogada para as cobras” e quem quiser ganhar um ‘tantinho’ que procure uma Agência qualquer para fazer suas viagens. Simplesmente, por falta de um documento chamado “*voucher*”, de fiscalização do poder público! [...] (Informação oral)<sup>288</sup>

[...] Para ela funcionar dependia só de um ponto: força política do poder público municipal. Interesse do poder público, só isso! Já foi articulado diversas vezes em reuniões da cooperativa. A cooperativa precisa ter um *voucher* para poder negociar com as agências etc. Esse *voucher* é de responsabilidade do município. E, estipulando esse “*voucher*”, tem que ter fiscalização do próprio poder do município. E o prefeito não tem interesse nessa parte! (Informação oral)<sup>289</sup>

Nesse sentido, outro Toyoteiro é mais contundente em sua crítica ao enfatizar que em Barreirinhas não existe gestão pública. Afirma que, dentre “uma série de coisas”, não existe fiscalização nem organização, especialmente do setor de transporte, gerando perdas para o trabalhador e para a própria sociedade de modo geral. Senão, vejamos um trecho de sua entrevista:

[...] As pessoas dizem assim: não, porque Barreirinhas é um turismo! É um turismo, mas ele não está agregado para a gente ter renda. Há momentos que se perde! Porque a cidade não está fiscalizada, não está disciplinada...É uma série de coisas que contribui para que o trabalhador não cresça. [...] Eu digo isso com muita clareza. Se tivesse gestão pública dentro de Barreirinhas, as coisas estariam melhor para todo mundo. Isso atrapalha muito porque o transporte não é disciplinado. Quem pode disciplinar? O poder público. O gestor público. Ele tem o poder de arrumar, de delegar os serviços. (Informação oral)<sup>290</sup>

---

<sup>287</sup> Sistema de controle da atividade turística, em estudo, para ser implantado em Barreirinhas, sob a coordenação da Prefeitura Municipal, em parceria com o trade turístico. Constitui um ‘passaporte’ de visitação turística aos atrativos naturais que fazem parte de todo o acervo, que é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, inclusive os Pequenos Lençóis, mediante o passeio náutico até o povoado Caburé.

<sup>288</sup> Entrevista com Toyoteiro “B” em Novembro/2007.

<sup>289</sup> Entrevista com Toyoteiro “G” em Novembro/2007.

<sup>290</sup> Entrevista com Toyoteiro “E” em Novembro/2007.

Na verdade, o olhar dos entrevistados incide neste mesmo ponto: falta de apoio do gestor público, especialmente no que diz respeito à organização e fiscalização do setor de transportes turísticos na cidade. Daí, o entrevistado afirmar: “até agora, a gente acha que não está bem organizado, está faltando força”. Essa narrativa indica que prevalece uma situação de descontrole no acesso dos turistas ao Parque Nacional. Assim, a categoria fica exposta à concorrência com qualquer motorista que chegue de outro lugar com o carro tracionado e, sem nenhum controle, tenha acesso livre ao Parque. Ademais, existe a figura do chamado “clandestino”, ou seja, o motorista que não integra a Coottalmar, mas compete no mercado turístico com os Toyoteiros:

[...] Até agora, a gente acha que não está bem organizada, está faltando força. Falta a gente ter uma Agência para que os turistas venham diretamente falar com a gente. Penso que a Cooperativa deveria fazer esse papel de ‘agência’ junto ao turista. Nós não temos isso. Desse jeito os turistas vêm aqui para a rua, enquanto a Cooperativa está lá... Sendo assim, cada qual que se vira para ver se pega aquele frete. Porque o povo, que é ‘clandestino’ aí, fica trabalhando sem ser cooperado. Vem um lá de fora, chega aí, entra com o seu carro tracionado 4x4, vai bater lá nos Lençóis e nós ficamos aqui, só olhando. Isso tudo falta organizar. [...] Eles deviam deixar os carros deles e pegar os nossos carros porque nós vivemos aqui trabalhando. [...]. (Informação oral)<sup>291</sup>

Mesmo diante desse cenário, em que predomina a falta de coesão e participação dos sócios da Coottalmar, merece destaque o depoimento de um Toyoteiro ao defender o sistema cooperativista como única alternativa para o fortalecimento dos nativos no mercado turístico local que se revela, a cada dia, mais competitivo:

[...] Para dizer assim, eu poderia abandonar a Cooperativa. Mas não tenho essa ideia de abandonar porque eu sei que é o único meio de segurar os nativos. Apesar de saber que não sou nativo, sou de outra cidade. Mas eu vejo que o único meio de apoiar os nativos é através de cooperativas ou associação. Agora muita gente não percebe essa força! Se a gente fosse unido, éramos fortes! Agora somos fracos porque não existe união. (Informação oral)<sup>292</sup>

Além desses desafios inerentes ao processo organizativo da cooperativa, vale destacar uma questão-chave que tem mobilizado ambas as categorias profissionais de Toyoteiros e Pilotos de Lancha: o acesso a uma linha de crédito popular junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). De fato, essa reivindicação, junto ao BNB tem como objetivos a renovação da frota de carros, no caso dos Toyoteiros e a aquisição de novos motores de lanchas e ou novas lanchas, no caso dos Pilotos. Essa é uma questão vital para ambas as

---

<sup>291</sup> Entrevista com Toyoteiro “D” em Janeiro/2008.

<sup>292</sup> Entrevista com Toyoteiro “A” em Novembro/2007.

categorias, considerando a situação da maioria, tanto dos carros Toyota como das Lanchas voadeiras, em relação à quilomentragem avançada e ao desgaste das peças, exigindo despesas frequentes, com a reposição das mesmas. Ademais, preocupam-se com a qualidade do serviço prestado e a segurança dos visitantes.

Finalmente, um grande desafio a ser enfrentado por todas as categorias profissionais que prestam serviço turístico em Barreirinhas consiste na previsão, para 2010, da abertura de licitação pública pelo Ministério do Meio Ambiente para concessão de serviço turístico no PARNA dos Lençóis Maranhenses. Diante dessa possibilidade que preocupa a todos, em face da incerteza dos resultados futuros dessa decisão ministerial, o depoimento de um Toyoteiro refere-se à atuação de um técnico da ITCP ao chamar atenção da categoria para a importância do fortalecimento da cooperativa. Nesse sentido, o técnico estimula a categoria para se manter unida e organizada, enquanto membros da cooperativa, tendo em vista estar preparada para enfrentar a iminente mudança de cenário no âmbito da cadeia turística em Barreirinhas.

A desunião aqui está muito grande. Então, os técnicos da ITCP estão querendo trabalhar para a gente se unir mais, em termos de cooperativados, e não ter desunião. Porque pode ocorrer uma licitação para uso do Parque. Então, eles estão tentando acordar as Cooperativas locais para não deixar que cheguem certos empresários de fora para investir na nossa cidade e a gente ficar desempregado e de fora. Então, sempre estão insistindo nesse sentido. Estamos todos preocupados por isso. Aqui está muito desorganizado, uns para um lado, outros para outro, não está tendo união, ainda, no sentido de se conscientizar para trabalhar todos como uma equipe! (Informação oral)<sup>293</sup>

Já a Coopernáutica, possuía, em Setembro de 2008, 88 cooperados, entre Pilotos de Lancha e proprietários de embarcações, em seu quadro de sócios, segundo as informações do presidente da entidade, Sr. Danilo Nogueira Ramos. Desses, entrevistamos 22 sócios, entre Pilotos e proprietários de lanchas, durante o trabalho de campo. O conjunto do material empírico está organizado a partir de um eixo temático: dilemas e desafios da organização cooperativa no contexto da cadeia turística.

A princípio, vale ressaltar que a cooperativa abrange duas classes sociais distintas Pilotos e proprietários de embarcações; havendo, por conseguinte, uma diferença básica em relação aos que são proprietários das lanchas e os que trabalham como Pilotos nas lanchas. Assim, os que só têm a sua força de trabalho prestam o serviço de transporte náutico aos turistas, ou seja, exercem, de fato, o ofício de Pilotos de Lancha como empregados; enquanto

---

<sup>293</sup> Entrevista com Toyoteiro “K” em Agosto/2008.

os que são proprietários de lanchas limitam-se a administrar o trabalho dos Pilotos. Ambos são sócios da Copernáutica, pois o estatuto da entidade prevê essa possibilidade, como explica o presidente da cooperativa:

Dentro da nossa cooperativa têm Pilotos que trabalham para outros empresários, inclusive, pessoas de fora de Barreirinhas, que trouxeram barcos e colocaram aí no Rio para fazer esse serviço. (Informação oral)<sup>294</sup>

Na verdade, existem dois tipos de proprietários de lanchas que integram a cooperativa: os pequenos proprietários, que residem em Barreirinhas e têm no máximo três lanchas de pequeno porte no serviço de transporte náutico; e alguns empresários de São Luís, que investem no setor turístico colocando barcos no Rio Preguiças, com capacidade que varia entre 17 e 25 pessoas, de acordo com informações dos entrevistados.

Vale sublinhar o que esse grupo dos pequenos proprietários de lanchas têm em comum, podendo ser caracterizados como microempreendedores ao identificarem a área do transporte náutico turístico em Barreirinhas como promissora e com possibilidades de ser um negócio rentável. De fato, é esse um pequeno negócio que propicia acumulação de capital e, via de regra, uma parte desses proprietários detém sempre mais de uma lancha. As entrevistas com esse público revelam distintas trajetórias de vida desses sujeitos que integram o quadro de sócios da Coopernáutica:

Há 10 anos trabalho com o turismo, fico mais na parte da administração. Tenho três lanchas e os meus pilotos. [...] Administro o frete da lancha e mando eles para praia com os turistas. [...] (Informação oral)<sup>295</sup>

Ah, eu sempre vinha para cá, minha família é daqui, sempre vinha. [...] Aí, chegou um ponto quando comecei a ver os passeios, aí acabei decidindo ficar aqui. Trabalhava de Piloto, comecei a pilotar lancha, gostei e acabei comprando uma, depois mais outra. [...] (Informação oral)<sup>296</sup>

A seguir, duas trajetórias distintas de sujeitos que deixaram seus lugares de origem – Paraíba e Rio de Janeiro –, atraídos pela possibilidade de mudar de trabalho, tornando-se microempresário e assumindo portanto, novas “posições-de-sujeito” no setor de transportes turísticos em Barreirinhas.

Trabalhei em comércio, supermercado. Sou da Paraíba, vim para morar e estamos aí! Trabalho há quatro anos nesse ramo e sou proprietário de 3 lanchas. Tenho três

---

<sup>294</sup> Entrevista com o presidente da Coopernáutica, Danilo Nogueira Ramos, em agosto/2008.

<sup>295</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “B” em Janeiro/2008.

<sup>296</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “F” em Janeiro/2008.



Pilotos que trabalham nas lanchas. Sou o dono das lanchas, é uma raridade eu ir para a praia (fazer o transporte dos turistas).[...](Informação oral)<sup>297</sup>

Sou carioca do Rio de Janeiro e moro em Barreirinhas desde janeiro de 2002. Fui contratado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro para compor uma equipe, aqui, para montar uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Desde que cheguei, estou envolvido no trabalho com os barcos. Sou Piloto profissional e dono de barco. Tenho dois barcos. Normalmente, eu não trabalho no barco. Tenho os Pilotos que assumem esse trabalho.[...] (Informação oral)<sup>298</sup>

Quanto aos empresários de barcos que atuam no mercado turístico local, em face da flexibilidade do estatuto da Coopernáutica, também são sócios da entidade. Tais empresários têm um perfil diferenciado dos pequenos proprietários quanto ao capital empregado e à capacidade de investimento. Eles não residem em Barreirinhas, mas decidiram investir em lanchas de médio porte e as têm colocado no Rio Preguiças para fazerem o transporte turístico. Na visão da maioria dos entrevistados, a forma como esses empresários vêm atuando, ao ampliarem cada vez mais o número de lanchas no transporte turístico em Barreirinhas, tem gerado uma distorção e constitui um desvio dos princípios e objetivos de uma cooperativa popular. Em verdade, tais empresários constituem uma ameaça aos demais sócios da cooperativa, ou seja, os Pilotos e pequenos proprietários. As narrativas dos cooperados, tanto os Pilotos como os pequenos proprietários de lancha, revelam que a situação é preocupante pela competição desigual que se estabeleceu internamente e, no próprio mercado do transporte náutico turístico na cidade. Ao mesmo tempo, percebemos que, diante desse fato, há divergência de opiniões dentro da própria categoria, uma vez que, na perspectiva dos Pilotos que trabalham com os barcos desses empresários, o que importa é ter o trabalho garantido e receber pela produção. Ademais, pareceu-nos que o conjunto dos cooperados não tem buscado saídas para a questão, limitando-se a constatar o fato. O depoimento do presidente da cooperativa é elucidativo sobre essa situação e contribui para a reflexão sobre as possíveis implicações em termos da sustentabilidade do turismo local:

O nosso objetivo maior aqui, é impedir que pessoas de fora venham colocar barcos aqui dentro para tirar o emprego, como eu falei no começo. Nós queremos um emprego garantido! Nós somos filhos daqui e eu acho que nós merecemos ter o nosso emprego garantido. Fazer com que impeçam de outras pessoas colocar barcos. Têm empresários aqui que já têm muitos barcos, aqui no rio, transportando passageiros. Um deles é o Sr. Nemésio. Ele já se cadastrou na Cooperativa, mas continua trazendo barcos. [...] Mas sabemos que cada dia que passa ele está trazendo mais uma, mais duas e já têm umas duas lanchas grandes, de 15 ou 17 pessoas, que ele trouxe. Isso aí tira muito o trabalho dos outros. Ele tem muitos

---

<sup>297</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “C” em Janeiro/2008.

<sup>298</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “G” em Setembro 2008.

barcos aí. [...] Cada dia que passa ele está trazendo lancha, está botando aí no Rio. [...]. (Informação oral)<sup>299</sup>

Outro pequeno proprietário de lancha aponta nessa mesma direção da sustentabilidade do turismo local ao demonstrar preocupação com a possibilidade desse fato propiciar a concentração da atividade turística nas mãos de poucos, caso não haja uma efetiva organização do turismo em Barreirinhas e, ao mesmo tempo, um posicionamento por parte da cooperativa.

Olha, se não houver uma organização do turismo, o que vai acontecer é que o turismo vai ficar na mão de duas ou três pessoas. E, normalmente, pessoal de fora. Como sempre acontece, já não é novidade isso. Aqui já está começando com os barcos. [...] (Informação oral)<sup>300</sup>

Este mesmo entrevistado amplia a informação ao apontar para a principal diferença existente entre os dois tipos de proprietários que integram a cooperativa – os pequenos proprietários e os empresários de embarcações – baseada no fato de que os primeiros dependem do barco para viver. Enquanto que os empresários caracterizam-se como grandes investidores nesse setor de transporte náutico turístico em Barreirinhas. O diferencial está, portanto, no capital do empresário, que lhe dá poder para financiar o frete do barco por um prazo ampliado; acirrando, assim, a competição existente no mercado turístico local e, ao mesmo tempo, gerando um processo que poderá num futuro próximo, vir a excluir os pequenos proprietários. Vejamos a argumentação de um entrevistado acerca desse fato:

[...] Hoje, tem um empresário de São Luís, muito rico, que já está com 8 barcos grandes aí! E cada dia chega um barco novo para ele. Como ele tem muito dinheiro, ele pode dar prazo, no frete do barco, de 30, 40, 50 dias! E o pessoal que vive do barco não pode dar esse prazo! Esse pessoal não tem capital para bancar a gasolina. O combustível é muito alto. [...] Se ele der um prazo de 30 dias, ele vai ter que tirar o dinheiro do bolso para pagar o combustível! Ele não vai ter esse capital. Então, ele vive desse negócio! Então, ele tem que receber logo o dinheiro para poder comprar comida. (Informação oral)<sup>301</sup>

Vê-se que a situação está se agravando de tal forma e a concorrência tem preocupado os pequenos proprietários de lancha, como revela um entrevistado:

[...] Tem outro rapaz, que é dono de um “ferry-boat” em São Luís, que tem oito lanchas, está agora comprando uma lancha de 25 lugares e isso vai nos deixar em baixa. E ainda está trazendo mais duas outras de 12 lugares. Ou seja, ele vai ficar

<sup>299</sup> Entrevista com o presidente da COOPERNÁUTICA, em Agosto/2008.

<sup>300</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “G” em setembro/2008.

<sup>301</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “G” em setembro/2008.

com uma faixa de onze lanchas, uma delas com capacidade para 25 pessoas, que vai nos derrubar. (Informação oral)<sup>302</sup>

De fato, no contexto atual, a presença desses empresários de barcos acentua desigualdades e assimetrias, bem revelando o poder da acumulação do capital, concentrando o negócio do “transporte náutico” nas mãos de poucos. E o que é mais grave, com a legitimação da cooperativa, que aceita esses empresários como cooperados.

Por outro lado, esses casos citados constituem, apenas, uma dimensão do problema a indicar os sinais da lógica do capital a impor seu domínio no setor do transporte náutico turístico em Barreirinhas. Nesse sentido, as narrativas de pequenos proprietários de lancha deixam evidente que o campo está minado por todos os lados. Ou seja, além da forte concorrência imposta pelos grandes empresários de embarcações, existe a ação dos proprietários de agências e receptivos locais, na medida em que cada uma dessas operadoras está adquirindo seus equipamentos – lanchas e carros Toyota – e contratando os respectivos profissionais como empregados para prestarem os serviços aos seus clientes. Fragmentos das entrevistas delineiam esse cenário:

[...] Está bem complicada a situação por esses fatores. [...] A concorrência aumentando, os empresários de agências comprando motores 4 tempos, motores mais caros, mas com baixo consumo. E a gente foi ficando com os motores 2 tempos e lanchas um pouco mal cuidadas. A gente não se ligou muito na questão da qualidade do serviço. Tudo isso influenciou para a situação chegar a esse ponto. [...] (Informação oral)<sup>303</sup>

[...] As agências começaram a comprar barcos, comprar Toyotas e estão fazendo concorrência com a Cooperativa. Isso é o que está acontecendo agora. [...] (Informação oral)<sup>304</sup>

No contexto da organização da Coopernáutica, as questões abordadas pelos entrevistados são as mesmas apontadas pelos sócios da Coottalmar, ou seja, falta de organização, que revela a fragilidade na formação do espírito associativo, e falta de apoio do gestor público municipal.

A narrativa, a seguir, revela que a cooperativa vem passando por uma crise interna no âmbito da gestão da entidade. É como se a direção tivesse perdido de vista os objetivos da entidade, passando a conduzi-la em sentido contrário, ou seja, sem atender aos propósitos para os quais foi organizada. Dessa forma, há evidências de uma crise em face do que os cooperados se deixam levar pelo desânimo e pela omissão. Nesse cenário desfavorável ao

---

<sup>302</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “B” em janeiro/2008.

<sup>303</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “D” em setembro/2008.

<sup>304</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “G” em setembro/2008.

empreendimento cooperativo, a narrativa desse proprietário de lancha aponta para o desinteresse da diretoria em atuar com determinação e a falta de apoio institucional. Senão, vejamos um fragmento da entrevista:

Sou um dos fundadores da Cooperativa. Olha, para falar a verdade, no momento eu não estou vendo vantagem nenhuma ser e não ser da Cooperativa. Antes, estava muito melhor, mas, de repente, acabou tomando outros rumos. [...] Então, eu acho que deveria ter mais interesse da Diretoria em procurar soluções entre nós mesmos e tocar pra frente. [...] Também falta muito apoio, por parte da Prefeitura. A gente não tem apoio, de ninguém da Prefeitura, apoio de nada. Fica tudo jogado. Não está beneficiando ninguém que faça parte da Cooperativa. (Informação oral)<sup>305</sup>

Essa crise pode ser resumida nos seguintes fatores: falta de motivação e de capacitação dos sócios para a gestão e organização da entidade. O depoimento do presidente da cooperativa revela essa deficiência e, inclusive, deixa claro que se ressentia de apoio efetivo por parte da ITCP:

A ITCP gastando dinheiro com um grupo aqui para auxiliar as Cooperativas. [...] Eles deixaram a coisa de qualquer jeito. [...] E nós somos pessoas que não temos experiência no ramo, nós entramos porque alguém nos apontou: não, você entra como Presidente e nós estamos para auxiliar. [...] Até agora, me parece que o atual técnico está dando mais assistência à cooperativa dos Condutores e a nossa ele deixou um pouco de lado [...] Ele devia estar com a gente, reunindo a diretoria e os sócios para a gente criar o Regimento Interno, procurar trabalhar a questão dos preços que a Semtuc está aguardando a nossa sugestão de “tabela” para poder implantar o “voucher”. (Informação oral)<sup>306</sup>

Com relação ao *voucher*, vale resaltar que todas categorias profissionais que integram esse segmento, não apenas os Pilotos de Lancha, aguardam com ansiedade pela implantação do sistema único de controle da atividade turística em Barreirinhas.

Alguns, como este pequeno proprietário de lancha, acrescenta, ainda, que somente através da força da organização da própria categoria e de toda a cadeia turística será construída a base para fazer acontecer o verdadeiro turismo em Barreirinhas. Todas as categorias profissionais que integram esse segmento defendem a necessidade de haver um controle e organização do próprio *trade*, como explicita um pequeno proprietário de lancha:

A perspectiva da Coopernáutica vai depender, exclusivamente, dessa parte de *voucher* único para organizar o turismo em Barreirinhas. Porque agora está uma concorrência predatória, não se consegue tocar a Cooperativa porque os preços estão, cada vez, arriando mais! [...] Então, se a gente não se organizar, [...] organizar todo o ‘trade’ turístico em Barreirinhas, acabar com os moleques de rua,

---

<sup>305</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “F” em janeiro/2008.

<sup>306</sup> Entrevista com o presidente da COOPERNÁUTICA em agosto/2008.

esse negócio todo, Coopernáutica, nem a Coottalmar, cooperativa nenhuma, vai funcionar! [...] Bem, nós já estamos organizados. Já trabalhamos com *voucher* nosso, numa época, mas está havendo uma oposição das Agências. Entendeu? [...] Teoricamente, isso só vai acabar, com a implantação do *voucher* único! (Informação oral)<sup>307</sup>

Aproximando o olhar da teia de relações que se estabelecem na cadeia turística de Barreirinhas, identifica-se que prevalece um cenário extremamente competitivo, no qual, segundo a lógica do capital, sempre vence o mais forte. Essa situação de concorrência, que beneficia os que detêm o capital, é enfatizada por um integrante da cooperativa de transportes náuticos:

O lado negativo é porque as Agências não trabalham em parceria. É aquela concorrência muito grande. [...] O que acontece? Como tem muitos cooperados que são proprietários de lanchas, as Agências, em vez de entrar em parceria com a gente, não. Elas tomaram outro rumo. Compraram suas lanchas e oferecem, diretamente, os passeios a seus clientes. Então, somente se houver número de turistas excedente, é que eles requisitam os serviços da nossa Cooperativa. Eles chegam aqui na Beira Rio e aí ocorre aquela concorrência mesmo rivalidade dentro do grupo da Cooperativa. [...] Chega a um ponto em que eles fazem o passeio, apenas para ganhar a comissão do Restaurante lá no Caburé. Assim não tem condição. Esse é o lado ruim da história. (Informação oral)<sup>308</sup>

Como se pode constatar, a disputa por mercado é acirrada entre os integrantes do *trade* turístico em Barreirinhas.

No que diz respeito à Comcoop, durante o trabalho de campo em novembro/2006, período em que realizamos a maioria das entrevistas com a categoria profissional de Condutores Turísticos, o grupo ainda encontrava-se na fase inicial do processo associativo. Entre janeiro e abril de 2008, o grupo já vivenciava um processo de transição para o sistema de cooperativa. Assim tivemos a oportunidade de entrevistar tanto o presidente da Associação de Condutores, Marco Antônio Oliveira Ferreira, quanto o presidente da Cooperativa, Jony Gomes da Silva (Júnior), antes e após a efetivação do registro da entidade cooperativa. Segundo o presidente da recém-formada Comcoop, a entidade possuía 75 sócios em setembro de 2008. Desses, entrevistamos um total de 40 Condutores Turísticos, ao longo do trabalho de campo.

Em relação ao processo de organização e formação da Cooperativa, pudemos observar que o foco do discurso dos integrantes da categoria está centrado na importância de atingir uma maior organização e, conseqüentemente, obter a valorização, junto ao *trade*, como profissionais do turismo. Ademais, existe a esperança de que, com a cooperativa, possa haver

---

<sup>307</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “G” em setembro/2008.

<sup>308</sup> Entrevista com pequeno proprietário de lancha “D” em setembro/2008.

mudança nas relações entre Condutores Turísticos e as agências e, assim, todos possam ter garantia de trabalho.

O depoimento do presidente da Associação de Condutores Turísticos encarna uma visão de quem acredita na força do coletivo, no sentido da coesão em torno de um mesmo objetivo, e que todos falam por “uma só voz”:

Fui presidente durante dois anos e hoje sou só membro da Associação. Quer dizer, na realidade, ainda sou presidente porque a gente está trabalhando para formar a Cooperativa e, por isso, eu não passei o nome da Associação para o novo presidente. [...] Olha, d. Irlene, a Associação é legal porque quando a Associação está reunida, eu acredito que as coisas funcionam melhor, né? Há uma maior credibilidade entre os sócios, um relacionamento mais legal. Na área, eu acredito que a gente trabalha melhor. Há um entrosamento melhor das pessoas, dos associados em relação a isso. Fora da Associação é uma bagunça só! ‘Neguinho’ bota o preço que quer, fala o que quiser [...] Eu acho que, com a Associação é melhor por essa parte, porque você tem uma voz só, o que eu falar aqui, qualquer um vai falar onde chegar. Há uma organização. (Informação oral)<sup>309</sup>

O atual presidente da cooperativa desempenhou um papel fundamental, durante o período de transição de associação para cooperativa, ao desenvolver um trabalho no sentido de motivar e reagrupar os sócios, que se encontravam dispersos e desanimados. Sua entrevista expressa a expectativa que tem em relação ao processo de organização da cooperativa e à nova estrutura e organização do serviço turístico que se propõe a construir. Assim, fala do lugar que atualmente se posiciona, como presidente da cooperativa. Seu discurso fundamenta-se em ideias-chave, como: organização do serviço, parceria com outras agências de turismo, valorização do serviço e esperança no futuro com a cooperativa. Senão, vejamos um trecho de sua entrevista:

Estou na Associação que está se transformando numa Cooperativa. A gente está lutando para que isso aconteça. Vai trazer acho que um serviço mais organizado, possibilidade de fazer parceria com outras agências de turismo, outros órgãos que trabalham. É quase uma certeza de que vai ter trabalho direto para nós. Porque as outras pessoas vão ter que usar o serviço da Cooperativa, o que não acontece hoje! O serviço não é tão valorizado. Com a presença da Cooperativa, as coisas vão mudar. A gente está com uma esperança tão grande que a gente já usou essa esperança outras vezes e nunca aconteceu. A gente já teve muita confiança na Associação que não valeu a pena! Agora, a gente tem que ter uma esperança. (Informação oral)<sup>310</sup>

O processo cooperativo é emblemático como prática social e simbólica que atua na construção e redefinição de identidades individuais e coletivas. Tais elementos serão

---

<sup>309</sup> Entrevista com o Condutor Turístico e ex-presidente da Associação dos Condutores, em janeiro/2008.

<sup>310</sup> Entrevista com o presidente da COMCOOP, Jony Gomes Silva, em abril/2008.

retomados, no próximo capítulo, como referência empírica, sob a inspiração dos aportes da teoria cultural contemporânea.

#### 4.3.4 Representação e produção de identidades individuais e coletivas

##### 4.3.4.1 “Quem eu sou?”

Durante o trabalho de campo buscamos, por meio das narrativas dos sujeitos, captar os significados produzidos pelas representações e o sentido dado às suas experiências – àquilo que são e àquilo que querem ser na cadeia turística de Barreirinhas. Para isso, durante as entrevistas com os integrantes desse segmento Prestadores de Serviços Turísticos, buscamos estimular que falassem sobre o cotidiano do trabalho que realizam, sobre os sentidos desse trabalho em suas vidas no tempo presente e, ainda, que cada um pudesse expressar sentimentos de pertencimento à categoria profissional da qual faz parte e falassem sobre as perspectivas de futuro na vida profissional.

No discurso de Condutores Turísticos, vale destacar um dado relevante quanto aos significados que atribuem ao “ser Condutor Turístico” – um sentimento de orgulho da profissão, de gostar do que fazem, por ser um trabalho prazeroso e pelo fato de, a cada dia, conhecerem pessoas diferentes.

A narrativa de um entrevistado revela aspectos de seu cotidiano de trabalho como Condutor Turístico, especialmente o ritmo intenso que, regra geral, é lhe exigido em termos de carga horária ou tempo de trabalho diário. Dessa forma, demonstra ser essa uma característica do profissional do turismo, ou seja, estar disponível para atender às demandas que possam surgir, sem colocar limites ou um horário fixo a cumprir. Ao mesmo tempo, ressalta um aspecto que ele considera como “vantagem” desse trabalho, que é a possibilidade de, a cada dia, interagir com pessoas de diferentes culturas:

Olha, para mim não tem horário fixo. Eu sou empregado, mas eu não trabalho só oito horas. Às vezes começo a trabalhar às seis horas e vou até meia-noite. Trabalho de oito horas da manhã, vou até dez da noite. Ou, então, de oito da manhã, vou até às seis, é assim. Gosto. Até hoje, gosto do que faço. O lado bom de trabalhar com o turismo, quando você trabalha sério, você é responsável pelo que faz, a vantagem é que você, quase todos os dias você está com um novo grupo, você está interagindo com novas pessoas, tanto brasileiros [...] trabalho muito com europeus: portugueses, franceses, alemães, italianos e espanhóis. [...]. (Informação oral)<sup>311</sup>

---

<sup>311</sup> Entrevista com Condutor Turístico A em janeiro de 2008.

Outra característica que marca a identidade profissional do Condutor Turístico é o fato de se perceber profissional com habilidade específica para trabalhar na área dos Lençóis Maranhenses. Na narrativa, a seguir, vê-se que o entrevistado utiliza o termo “guia” ao referir-se à categoria de Condutor Turístico e, como nativo dessa região, enfatiza o conhecimento e a experiência que possui em fazer a pé a travessia do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

[...] Saber fazer a travessia do Parque. Até porque, a travessia do Parque dos Lençóis, são poucos os “guias” que fazem. A maioria dos “guias” que você vê aqui em Barreirinhas, são poucos os que conhecem a região. (Informação oral)<sup>312</sup>

A análise do dados empíricos à luz do pensamento de Hall, permite-nos perceber a diversidade de discursos, práticas e posições-de-sujeito, objeto da investigação, nas trajetórias de vida no passado e no momento presente. Na concepção de Hall (2000), as identidades estão constantemente em processo de mudança e transformação. O discurso de um Condutor Turístico é emblemático para se pensar as identidades em mutação nas rotas do turismo em Barreirinhas:

Veja, o meu dia-a-dia é um dos melhores possíveis! Porque é assim: quando eu optei trabalhar com fotografia, era justamente vendo a oportunidade de estar saindo um pouco daquela situação que eu trabalhei o tempo inteiro, que foi com Oficina mecânica, que é interno, aquela parte de estofados, também, num ambiente muito interno. Então, como optei por trabalhar com fotografias, com filmagens (faço filmagem), entendeu, foi por estar trabalhando externamente... Quando veio o turismo, só veio juntar essas duas coisas. Então eu consegui conciliar tanto a fotografia com o turismo. Eu trabalho com os dois ao mesmo tempo. Assim, toda vez que vou fazer um passeio, eu saio com a minha máquina, eu fotografo o passeio dos meus clientes e, no final, a gente reúne e faz uma espécie de ‘confraternização’! (Informação oral)<sup>313</sup>

E, nesse processo de identidades “multiplamente construídas”, o entrevistado vai revelando novas facetas de um perfil de profissional que está a assumir novas posições, além de Condutor Turístico. Uma peculiaridade nessa trajetória profissional de quem tem “o maior prazer de trabalhar” ao articular a fotografia, como arte, com a dinâmica interativa que se estabelece entre o Condutor Turístico e os visitantes.

[...] Eu tenho um trabalho fotográfico dos Lençóis, que são mais de 300 fotos. Inclusive, agora, estou com uma exposição aqui, exposição nômade. Então, eu consigo trazer a fotografia para junto do turismo. Então, é uma atividade, assim que eu faço, que eu mais gosto, dentro da área de trabalho, que é fotografia e estar

---

<sup>312</sup> Entrevista com Condutor Turístico “J” em janeiro/2008.

<sup>313</sup> Entrevista com Condutor Turístico J, e presidente da Comcoop, em abril de 2008.



naquele processo de relações humanas – estar conversando com o pessoal. É uma das coisas que eu tenho o maior prazer de fazer, é trabalhar! (Informação oral)<sup>314</sup>

De fato, esse Condutor Turístico reafirma, em entrevista posterior, esse seu lado artístico, que no ano de 2008 completava dez anos no trabalho com fotografia:

[...] Há dez anos eu fotografo essa natureza linda que Deus nos deu. Não só a natureza, como as pessoas que vivem, a fauna e a flora, o nativo, nossa região como um todo. [...] Então, agora no dia dos Pais (agosto/2008) fizeram 10 anos que faço fotografia nos Lençóis. Agora em novembro, estou organizando, antes que acabe o ano, a minha Exposição, chamada “Via Barreirinhas”.[...] Vou poder estar mostrando algumas imagens de Barreirinhas que não voltam mais, como por exemplo, o Monumento ao Trabalhador, que foi destruído. Eu tenho tudo isso em arquivo. [...] (Informação oral)<sup>315</sup>

Informa, ainda, mais uma incursão na área cultural, como cinegrafista, ao participar do Iº Festival de Cine-vídeo – *Curta Lençóis* –, voltado para o tema natureza e turismo, promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais (DAC) da UFMA, em janeiro de 2008, em Barreirinhas. Nesse evento, Júnior concorreu com o filme: “A natureza pede paz”, com trilha sonora de João Chiador<sup>316</sup>, logrando o 1º Lugar.

A categoria profissional de Pilotos de Lancha é formada por sujeitos com posições distintas: proprietários de lanchas e empregados. Estes são os Pilotos que prestam o serviço aos turistas. Na verdade, o proprietário de lanchas, como “empresário”, estabelece uma relação de trabalho com os Pilotos, seus empregados. Os depoimentos, a seguir, revelam as distintas posições-de-sujeito e o lugar de onde falam. Assim, o discurso do “empresário” refere-se ao Piloto de Lancha como um “taxista”, evidenciando a própria contradição, inerente a toda relação de produção, como relação entre desiguais – patrão e empregado:

Olha, eu acho que o Piloto de Lancha é, tipo, como se fosse um taxista. A gente que é empresário, praticamente, a gente pode dizer isso, a gente sofre muito... Para falar a verdade, todo ser humano que trabalha com empregado tem dificuldade, você sente muita necessidade. Tipo assim, o Piloto que é bom de pilotar a lancha é ruim de cuidar da lancha. O piloto que é bom de cuidar da lancha é ruim de arranjar frete. Aí, é meio complicado. [...] (Informação oral)<sup>317</sup>

Enquanto isso, o Piloto de Lancha, que trabalha como empregado de um proprietário de lancha no transporte de grupos de turistas, tem o seu discurso centrado na representação do “tipo ideal” de profissional que todos os Pilotos devem ser ao enfatizar

<sup>314</sup> Entrevista com Condutor Turístico J, fotógrafo e presidente da Comcoop, em setembro de 2008.

<sup>315</sup> Entrevista com Condutor Turístico, fotógrafo, cinegrafista e presidente da COMCOOP, em setembro de 2008.

<sup>316</sup> Compositor de “toadas” de Bumba-meu-boi, da cidade de São José de Ribamar, que tem como inspiração a defesa do meio ambiente.

<sup>317</sup> Entrevista com proprietário de lancha B em janeiro de 2008.

determinadas características-chave como a base da relação profissional com o “cliente”, quais sejam a educação e o bom humor encarnados em um padrão de urbanidade e cortesia. Vejamos o seu argumento:

A primeira coisa nesse trabalho: educação e profissionalismo! São as duas coisas fundamentais! Por exemplo, educação. No mínimo, você tem que dar um ‘bom dia’ quando você recebe o seu cliente. Você é um cara educado? Então, receba o cliente com o sorriso no rosto. Não importam os seus problemas pessoais. Sorria, diga bom dia! Meu nome é ...! Seja bem-vindo a Barreirinhas! O cliente não vai mais esquecer o seu nome, pela simpatia e pelo profissionalismo que você está ali exercendo! (Informação oral)<sup>318</sup>

Durante o percurso do trabalho de campo tivemos a oportunidade de observar a prática cotidiana do Toyoteiro adentrando no seu universo de trabalho, captando discursos a revelarem elementos simbólicos construídos no imaginário de cada um dos entrevistados. Dessa forma, descobrimos percepções contraditórias acerca dessa prática profissional permeada de dificuldades e momentos aprazíveis. Enquanto uns entrevistados ressaltam o lado árduo e penoso desse trabalho, a exigir, além da habilidade específica associada ao conhecimento da realidade, “ser corajoso e guerreiro”, outros ressaltam a dimensão prazerosa de uma prática livre de rotina de quem se aventura, diariamente, nas trilhas de acesso ao PARNA dos Lençóis Maranhenses, no transporte de pessoas de diferentes culturas. Assim, pudemos perceber que, independente da ênfase dada em seus discursos, todos revelam possuir autoestima elevada ao revelarem distintos significados do “ser Toyoteiro” – habilitação peculiar, construída na experiência e no conhecimento da região dos Lençóis, agregando representações que dão sentido às suas experiências e àquilo que se percebem ser: fortes, corajosos e guerreiros. Na verdade, esse orgulho em pertencer a uma categoria profissional que tem a responsabilidade em conduzir turistas por caminhos cheios de armadilhas, com bom humor e coragem, são marcas simbólicas com as quais “*se representam a si próprios*”, como revelam em seus discursos:

Ser Toyoteiro é assim, a expressão dele! A maneira dele trabalhar e de ser uma pessoa forte, dura, guerreira, porque nenhum motorista, se aceitasse fazer um teste [...] Traga um motorista de São Luís e bote na região dos Lençóis, que ele não faz coisa nenhuma. Ele não tira o carro nem a duzentos metros da região, pois atola, ele quebra, o carro não sai. Não opera, de jeito nenhum! (Informação oral)<sup>319</sup>

A vida do toyoteiro é complicada. [...] É uma coisa que, se o cara não tiver o hábito de controlar as coisas, acaba desistindo. [...] E o carro toyota quebra muito! Só dá certo quem entende o que é toyota. [...]. Onde a gente roda, o caminho é difícil! Tem

---

<sup>318</sup> Entrevista com Piloto de Lancha I em agosto de 2008.

<sup>319</sup> Entrevista com Toyoteiro A em novembro de 2007.

que ser um cara animado, não pode ser estressado, tem que ser um cara de bem com a vida! Essa habilidade, para nós, é um orgulho, porque nem todo mundo faz o que a gente faz. Tem várias pessoas que vêm de fora, que são motoristas há mais tempo do que a gente, mas não conseguem controlar o carro como a gente controla, como a gente entende do carro. (Informação oral)<sup>320</sup>

O discurso a seguir é emblemático para se compreender os sentidos e significados da representação e como os sujeitos posicionam-se em seu interior. No caso específico, o entrevistado utiliza-se do tema e da própria narrativa de uma telenovela transmitida nos anos 80, do século XX, por uma rede de televisão nacional, que teve como título “Irmãos Coragem”, para simbolizar a categoria profissional dos toyoteiros:

[...] Inclusive eu tinha um *slogan* no carro (agora não está mais porque eu já reformei esse carro e, por isso, tirei), mas vou colocar novamente. Quando eu comprei esse carro, eu comprei na coragem, por acreditar nesse turismo e, por isso, coloquei o seguinte slogan nele: ‘*Irmãos Coragem*’. É na coragem que se enfrenta essa vida aqui! (Informação oral)<sup>321</sup>

#### 4.3.4.2 “Quem eu quero ser?”

Os profissionais integrantes desse segmento – Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros, percebem, com clareza, os dilemas e desafios que estão a enfrentar nos tempos da “Barreirinhas do Turismo”. Nessa dinâmica, estão buscando consolidar espaço e posição, como profissionais que integram a cadeia turística, enfrentando as adversidades da natureza e as disputas internas e externas ao próprio segmento, em meio à concorrência e à competição. Nessa trajetória, cada um tem um “sonho”, um ideal a atingir no futuro próximo. A maioria “quer ser” um profissional mais qualificado através de um curso universitário ou mesmo do curso de “guia turístico” credenciado pelo Ministério do Turismo. Alguns depoimentos revelam, portanto, o que está no imaginário, o que mobiliza e dá sentido à vida desses “*personagens do turismo*”:

Olha, é aquela coisa, a gente busca crescer sempre mais, se especializar mais para trabalhar na área. A gente, cada vez, está buscando isso, crescer, se especializar, trabalhando mais, fazendo com que o cliente seja bem atendido e aprenda muito mais, e consiga ganhar mais ainda. [...] Olha, porque a gente ainda não é credenciado pela Embratur, um dos meus sonhos é ser credenciado pela Embratur e ser reconhecido como profissional da área do turismo. (Informação oral)<sup>322</sup>

---

<sup>320</sup> Entrevista com Toyoteiro B em janeiro de 2008.

<sup>321</sup> Entrevista com Toyoteiro “G” em novembro de 2007.

<sup>322</sup> Entrevista com Condutor Turístico “C” em janeiro de 2008.

A minha perspectiva é trabalhar certo, de maneira correta, agradar aos clientes e ganhar meu dinheiro. Se eu puder, pretendo fazer uma Faculdade de Turismo. Estou com isso na cabeça. Estou fazendo um curso de inglês, já tenho alguma noção. [...] Mas isso vai depender do meu ganho nesse trabalho. (Informação oral)<sup>323</sup>

Outros têm como objetivo na vida ser profissionais autônomos, sem depender de patrão, trabalhando nesse mesmo campo do turismo. As narrativas, a seguir, apontam para distintas rotas que traçam para suas vidas. Uma primeira alternativa é o caminho do conhecimento, do aperfeiçoamento, via Universidade. Essa é uma meta que está no horizonte de vida de muitos que integram esse segmento. Enquanto para outros, as rotas que estão a traçar passam pelo caminho dos negócios, mesmo conhecendo os desafios e obstáculos a vencerem num mercado cada vez mais competitivo:

Montar uma empresa para mim mesmo. Poder trabalhar e deixar de trabalhar para os outros. Vou deixar de trabalhar para o patrão. Vou estudar um pouco! Mas vai valer a pena! Quando terminar, estou querendo fazer Turismo. Já estou no ramo, gosto, quero me aperfeiçoar mais! (Informação oral)<sup>324</sup>

[...] Vou trabalhar para mim mesmo. Quero ter o meu próprio negócio para trabalhar. Estou pensando em trabalhar no turismo mesmo. Continuar no turismo, mas não como empregado de alguém. Trabalhar para fornecer transporte ou alguma coisa assim. [...] (Informação oral)<sup>325</sup>

A minha perspectiva de vida? Eu penso em crescer, futuramente, com o turismo em Barreirinhas. Comprando uma embarcação minha, sendo um cara autônomo! Mas que, para mim conseguir isso, é difícil! Por que? Eu não tenho bens. [...] Então, não tenho como fazer um empréstimo. Se eu conseguisse um empréstimo, um empréstimo para uma lancha dessa que eu trabalho, custa no mínimo R\$ 40.000,00. Então, para conseguir comprar uma lancha, o Banco não financia quarenta mil reais. Tenho que conseguir a outra diferença! [...] (Informação oral)<sup>326</sup>

Para a categoria profissional dos Toyoteiros, os principais objetivos a conquistar podem ser resumidos em três palavras: união, organização e financiamento para renovação da frota de veículos. Tais objetivos significam uma estratégia para consolidar *posições-de-sujeitos* no mercado do transporte turístico em Barreirinhas.

Aqui, o nosso futuro depende se a gente se organizar e se tiver incentivo, também. Por exemplo: para renovação de frota, alguma facilidade de financiamento, né? (Informação oral)<sup>327</sup>

Como Toyoteiro, o futuro da gente é se organizar, se juntar, ser mais unido e procurar recursos para que a gente tenha uma frota de carros melhor do que a atual, porque a gente tem um carro bom. Não existe um carro igual a ele. Mas é um carro

<sup>323</sup> Entrevista com Condutor Turístico “G” em janeiro de 2008.

<sup>324</sup> Entrevista com Condutor Turístico “H” em janeiro de 2008.

<sup>325</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “H” em janeiro de 2008.

<sup>326</sup> Entrevista com Piloto de Lancha “I” em agosto de 2008.

<sup>327</sup> Entrevista com Toyoteiro “I” em novembro de 2008.

que saiu há seis anos de fabricação, a tendência é ele perder a capacidade. [...] Então, uma cooperativa legal com as Leis, com o grupo unido, com uma frota de carro novo, fica mais fácil a gente pegar serviço. (Informação oral)<sup>328</sup>

Cabe lembrar que, na visão, tanto dos Toyoteiros como Pilotos de Lancha, pensar no que “querem ser” remete para a discussão da sustentabilidade do turismo em Barreirinhas, tendo como ponto de partida uma leitura do cenário atual. Dessa forma, na perspectiva crítica dos integrantes dessas categorias profissionais, o principal desafio para o destino Barreirinhas–Lençóis Maranhenses constitui o estado de desorganização em que se encontra essa atividade na cidade, em face da falta de ações efetivas e compromisso político dos gestores públicos tanto da esfera municipal como estadual. Assim, ao apontarem críticas ao poder público municipal e estadual, justificam o sentimento de insegurança e incerteza que têm quanto ao futuro do turismo em Barreirinhas; em especial, para os *filhos da terra*. Nesse discurso o entrevistado está, claramente, referindo-se ao “nós” barreirinhenses e a “eles”, os que vêm de fora. Revela, ainda, como se percebem, nessa relação entre “nós” e “eles”, como o lado mais fraco nesse elo da cadeia turística ao enfatizar o que lhes falta: visão empreendedora e de recursos financeiros para investir e competir:

[...]Porque a tendência, pelo que a gente vê aqui, vai crescer o movimento. Mas eu acho que os filhos da terra, por não terem até uma visão melhor e, financeiramente, não são fortes como os que vêm lá de fora. Acho que a tendência aqui, para nós, vai ser perder espaço. Se a gente não se organizar, vai ser difícil. Eu acho que é isso, se não houver incentivo, se não houver união do grupo mesmo, a tendência é a gente ir perdendo espaço. (Informação oral)<sup>329</sup>

O turismo em Barreirinhas, se tiver organização, eu creio que a cidade vai crescer mais ainda! Vai crescer tanto a cidade como as pessoas que estão envolvidas com o turismo porque a expectativa é desenvolver. É só o que a gente ouve falar em Barreirinhas é no turismo. Só que a gente não está vendo tanto resultado porque está desorganizado. Mas no momento em que se organizar [...] Creio que seja culpa do Governo Estadual e do Municipal, porque quem manda no estado é o Governador e quem manda no município é o Prefeito. Então, eles dois se unindo, creio que tem organização. Porque nós temos a Cooperativa, mas não temos apoio de ninguém, então não tem como organizar coisa alguma. (Informação oral)<sup>330</sup>

#### 4.3.5 Relações profissionais na cadeia turística: concorrência e competição

Abordar a relação profissional entre os segmentos que integram a cadeia do turismo, em Barreirinhas, passa, necessariamente, por um ponto-chave que mobiliza o mundo dos negócios, sejam macro ou micro empreendimentos: a concorrência, a busca pelo lucro.

<sup>328</sup>Entrevista com Toyoteiro “A” em novembro de 2008.

<sup>329</sup>Entrevista com Toyoteiro “I” em novembro de 2008.

<sup>330</sup>Entrevista com Toyoteiro “B” em novembro de 2008.

Foge ao objeto deste estudo fazer um enfoque dos processos econômicos gerados no âmbito do destino turístico Barreirinhas–Lençóis Maranhenses como campo de atração para investidores de diferentes portes, numa ampla rede de negócios e setores. No entanto, justificamos esse eixo temático, com foco na relação entre o público-alvo da pesquisa e as agências e receptivos locais, tendo em vista a estreita relação que existe entre esses sujeitos na viabilização da atividade turística, seja de cooperação ou de concorrência.

Durante o trabalho de campo, um Toyoteiro expressa seu entendimento sobre a necessária articulação entre os segmentos que, na sua concepção, “movimentam o turismo” em Barreirinhas. Assim, afirma ele:

Eu acho que o toyoteiro é fundamental nesse meio turístico aqui. Porque o turista precisa de hospedagem, precisa de transporte e precisa de guia. Acho que hospedagens, agências, toyoteiros e os guias são quatro que estão, assim, bem próximos um do outro e que é principal, dali, para movimentar o turismo. O principal mesmo é a atração, os Lençóis! (Informação oral)<sup>331</sup>

Essa é uma visão parcial da teia de relações entre os segmentos que integram a cadeia turística. Na verdade, para que “*o turismo aconteça*”, é necessária uma articulação entre proprietários de agências e receptivos locais e os profissionais que prestam os serviços de transporte náutico e terrestre, além do Condutor Turístico. No entanto, isso não significa que seja um processo isento de disputas e concorrências internas e externas aos componentes do próprio *trade*. Assim, não se pode negar que, nesse contexto da cadeia turística, os proprietários de agências e receptivos locais detêm a hegemonia, em relação ao segmento em foco, pelo próprio poder econômico, pelo conhecimento e informações que possuem e pela posição que ocupam no mercado, na forma conectada de trabalhar em rede, articulados com outras agências de viagens e rede de hotéis na capital do Estado, em outras regiões do país e, até mesmo, fora do país.

No contexto das relações locais entre agências, receptivos locais e as categorias profissionais – Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros – há determinadas situações pautadas por regras e vínculos trabalhistas e, no âmbito geral do mercado turístico, não existe regra de convivência a seguir, mas uma variedade de processos interativos, que vão desde a cooperação à disputa aberta por espaço, por mercado, entre os sujeitos envolvidos na prestação dos serviços turísticos em Barreirinhas. Assim, no contexto das relações do mercado turístico, cada componente do *trade* atua livremente, segundo as leis do mercado, na busca por lucro. Dessa forma, cada proprietário de agência estabelece o tipo de relação

---

<sup>331</sup> Entrevista com Toyoteiro “F” em novembro de 2008.

trabalhista que lhe convier com os profissionais que prestam os serviços turísticos. Sendo assim, tanto há relações formais de trabalho, como relações sem vínculo, nas quais distintos profissionais prestam os serviços de forma eventual, dependendo da demanda existente de acordo com a sazonalidade da atividade turística. Nos casos em que existe o vínculo trabalhista, geralmente os equipamentos (lanchas e carros toyota) pertencem aos donos das agências.

Assim, há agências e receptivos locais que estabelecem vínculos trabalhistas com os profissionais; alguns deles afirmam que possuem Carteira de Trabalho assinada, tendo especificados a renda fixa e adicionais por serviços prestados. Os depoimentos a seguir, revelam distintas formas de relações de trabalho existentes entre Condutores Turísticos e agências e receptivos de Barreirinhas e outras agências com sede em São Paulo e em São Luís. Não obstante o foco do estudo não esteja voltado para as relações de trabalho, tais dimensões são relevantes para a análise dos processos identitários em curso:

Trabalho desde 2002; agora, vão fazer seis anos. Sou representante de uma empresa de São Luís, aqui em Barreirinhas; a “Rio Ave Turismo”. Eu trabalho, também, para a “Tropical Adventure”, que é uma empresa associada a uma outra. A “Tropical Adventure” é receptivo da “Rio Ave”. Então, como eu trabalho para a Rio Ave aqui, dá para conciliar. Quem me paga na realidade é a “Rio Ave”, com Carteira assinada e tudo (3 anos e 4 meses). A Tropical é um serviço extra que faço ‘por fora’. Pela Rio Ave, tenho um fixo na carteira de trabalho e, além desse valor fixo, eu tenho uma diária que ganho por fora. Assim, se eu for para o Caburé, ganho uma diária, se for para a Lagoa é outra diária. [...] (Informação oral)<sup>332</sup>

Sou ligado a uma empresa de São Paulo. Essa empresa me mantém aqui, independente de ter ou não ter serviço. Nós temos um contrato há dois anos (desde 2006). Mas, antes desse contrato, eu já trabalho há 05 anos com essa empresa, ou seja, desde 2003. Foi uma das primeiras empresas que entraram para trabalhar aqui. O nome dela é “Ambiental Expedições”. [...] Mas tenho contatos com outras agências de São Luís, que, vez por outra, presto serviço, como: a “Maracá”, a “Taguatur”, em momentos que eles precisam. Principalmente quando realizam alguns eventos grandes, um grupo maior, eu sempre sou solicitado. No Maranhão ela não tem uma sede fixa. Ela repassa o serviço para uma empresa daqui, chamada “Guará”, que tem a base aqui. Esta empresa daqui fornece os carros, as lanchas, o transporte para São Luís a Barreirinhas e vice-versa e eu, sou a pessoa contratada para atuar aqui para poder administrar essa parte. (Informação oral)<sup>333</sup>

Comecei a trabalhar com o turismo tem mais ou menos uns oito anos. Trabalho para uma empresa chamada “Maracá Turismo”. Existe uma relação com o dono da “Rota das Trilhas”, que presta serviço para a Maracá Turismo, para quem eu trabalho. Essa empresa utiliza os serviços dele como: carro [toyota], lancha, a estrutura que ele tem. Eu sou o coordenador da Maracá, aqui em Barreirinhas. Então, como a gente não tem uma estrutura montada aqui, a gente terceiriza os serviços de carro e lancha com a “Rota das Trilhas”. (Informação oral)<sup>334</sup>

<sup>332</sup>Entrevista com Condutor Turístico “A” em Maio/2008.

<sup>333</sup>Entrevista com Condutor Turístico “K” em abril/2008.

<sup>334</sup>Entrevista com Condutor Turístico “F” em janeiro/2008.

Trabalho para a “Rota das Trilhas” pilotando o catamarã no passeio para Caburé. Trabalho com essa Agência, praticamente, desde quando ele fundou a Rota das Trilhas, em 2006. A partir desse ano comecei a trabalhar com ele conduzindo o catamarã, ou então lancha voadeira, ou então como condutor turístico. Sou um dos que trabalha aqui. Graças a Deus, ultimamente, o nosso grupo é um grupo de confiança. Todos nós trabalhamos em cima, com segurança. Nós somos seis do grupo da Rota das Trilhas, no caso: toyoteiro, piloto e condutor. Praticamente, a gente está tendo uma sociedade entre eu e ele. Eu entro com 10% e ele com 90%. (informação oral)<sup>335</sup>

Dentre os integrantes do segmento, há situações em que os profissionais, geralmente os Condutores Turísticos, optam por trabalharem de forma independente ou, usando suas palavras, como “*freelancer*”, quando, de acordo com a demanda ditada pela alta ou baixa temporada turística local, as agências de turismo requisitam seus serviços profissionais:

Está com três anos, desde 2005, que trabalho com o turismo. Não trabalho com agências, sou freelancer. Porque é assim, não tenho agência fixa, mas eu não ando correndo atrás de turista. Não sou desses. Sempre que as pessoas precisam, me ligam para o celular. Têm os toyoteiros quando precisam, me ligam, eu não ando correndo atrás de pessoas. Isso acho ridículo! Uma coisa muito feia! A coisa mais feia que acho aqui em Barreirinhas é isso, o turista vai chegando e vêm, de um lado e outro, pessoas abordando. Isso faz até com que a pessoa queira voltar na mesma hora. (Informação oral)<sup>336</sup>

Há casos, principalmente de Toyoteiros, que atualmente optaram por trabalharem de forma independente, devido aos prejuízos que tiveram no passado com agências que contrataram seus serviços, mas, após acumularem dívidas, saíram do mercado e simplesmente não honraram com seus compromissos.

Sempre trabalhei particular e independente. Não tive espaço nas agências porque as agências só querem trabalhar fiado e muitas delas não pagam. Então eu fui enganado, perdi dinheiro, inclusive de uma agência que era famosa, hoje não sei se é mais, a “Portal Turismo”, com sede em São Luís. Eu fui enganado. E, assim, foram outras pessoas. Então, eu apanhei muito! Aí não deu para eu trabalhar fiado, não! (Informação oral)<sup>337</sup>

Sou dono da toyota e não tenho contrato com agência de turismo. Quem me conhece, liga para mim ou, então, estou na rua, eles chegam no carro, então fecho o passeio diretamente com eles. Mas tem vez que os donos de agência me chamam, mas só que não tenho contrato com ninguém. Aquele que me chama naquele dia eu trabalho, é assim. Outro dia se outro chamar já estou livre para atender. Vão em minha casa, na minha rua tem muita gente de fora, já me conhecem, já têm meu telefone, é assim (Informação oral)<sup>338</sup>

---

<sup>335</sup>Entrevista com Piloto de Lancha “H” em Maio/2008.

<sup>336</sup>Entrevista – Condutor Turístico “B” em maio/2008.

<sup>337</sup>Entrevista com Toyoteiro A em novembro/2007.

<sup>338</sup>Entrevista com Toyoteiro “D” em novembro de 2007.



Os dados de campo indicam, portanto, que tem se acirrado a competição no mercado dos serviços turísticos, especialmente entre as agências e as cooperativas que prestam os serviços de transporte náutico e terrestre. Dessa forma, as agências têm se equipado, cada vez mais, adquirindo carros toyota, catamarã e lanchas voadeiras e, com isso, vêm expandindo seus negócios, passando a prestarem os serviços diretamente aos turistas, mediante a contratação de profissionais que já atuam no mercado como toyoteiros ou pilotos de lancha. Isso resulta em consequências negativas para os profissionais que integram as cooperativas de transporte náutico e terrestre, como revela o depoimento a seguir:

[...] Existe um lado negativo porque as agências... eu vou falar da relação com a nossa Cooperativa. As agências não trabalham em parceria. É aquela concorrência muito grande. [...] Como tem muitos cooperados que são proprietários de lanchas, as agências, em vez de entrar em parceria com a gente, não. Elas tomaram outro rumo: compraram suas lanchas e oferecem, diretamente, os passeios a seus clientes. Então, somente se houver número de turistas excedente, é que eles requisitam os serviços da nossa Cooperativa. [...] E, desde que essas operadoras compraram suas lanchas, caiu muito para nós, da Cooperativa. (Informação oral)<sup>339</sup>

Ademais, mesmo quando as agências utilizam os serviços das referidas cooperativas, o poder de ganho fica sempre com agências e receptivos locais, como afirma o Toyoteiro ao se perceber como o “lado mais fraco” ou que tem o menor poder de ganho na cadeia turística local:

Eu só sou o dono da toyota. Me sinto mais como comerciante. Espero ter mais prazer, assim, por parte da toyota, porque com o turismo é que a gente tem mais vontade de dar certo, porque a gente vê que é um meio muito bom! Mas é essa a situação! Não está desenvolvido, pois pelo lado do toyoteiro é o lado mais fraco. Eu acho que deve estar bom para as agências. Deve estar muito bom. Olhe, se eles cobram na base de R\$ 40,00 por cabeça, um turista, para mandar para a Lagoa Azul e vem fretar a nossa toyota por R\$ 140,00 ou R\$ 150,00, que leva dez pessoas, ela faz R\$ 400,00. Para o condutor turístico ela paga R\$ 15,00 por viagem. Então, o Condutor ganha pouco, o dono da toyota, todos nós ganhamos pouco. Agora a agências não, porque elas fazem um pacote por R\$ 400,00 e vão pagar R\$ 150,00 para o toyoteiro. No meu caso, que desse dinheiro tiro R\$ 20,00 para o motorista, ficam R\$ 130,00. Destes, tiro R\$ 30,00 para o combustível, fico apenas com R\$ 100,00, ainda pago R\$ 10,00 para a balsa que atravessa o veículo no Rio, mais o gelo, fica em torno de R\$ 90,00. Mas é muita areia, pesa muito. Se quebrar uma mola, come os R\$ 90,00 (Informação oral)<sup>340</sup>

O quadro a seguir, condensa a síntese do material empírico aqui sistematizado.

---

<sup>339</sup>Entrevista com pequeno proprietário de lancha “D” em setembro/2008.

<sup>340</sup>Entrevista com o Toyoteiro F em novembro de 2007.

TEMAS	EIXOS TEMÁTICOS	RECORTES DE NARRATIVAS
<p><b>1. Prática profissional antes da inserção no turismo.</b></p>	<p><b>a) Principais ramos de trabalho:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura familiar e pesca artesanal</li> <li>• Comércio (fixo e ambulante)</li> <li>• Mecânica: Oficina mecânica de carros toyota</li> <li>Oficina Mecânica de popa de lancha</li> <li>• Serviço de transporte terrestre: toyoteiro – carros de frete / transporte para povoados rurais</li> <li>• Serviço de transporte náutico – comandante de embarcação</li> </ul>	<p>“Eu trabalhava com meus pais na agricultura, na roça. Era boa, só que assim, a gente trabalhava muito. O trabalho era mais duro. [...]” (Entrevista – Condutor turístico – Janeiro/2008)</p> <p>“Antes, pescava com meu pai, trabalhei também como comerciante. [...]” (Entrevista – Condutor Turístico – Janeiro/2008)</p> <p>“Trabalhei na lavoura e no comércio com o meu pai. Ele era criador de gado, mexia com gado também. Nós trabalhávamos de todo jeito, aqui em Barreirinhas. Aqui, meu pai tinha roça de arroz, ele tinha dois terrenos. A gente plantava muito arroz, botava o gado para pisar o terreno, quando tirava, fazia o plantio de arroz. O gado era mais, para o consumo da família. [...]” (Entrevista – Piloto de Lancha – Agosto/2008)</p> <p>“[...] Aqui, antigamente, só tinha como opção, ou a pessoa era pescador ou trabalhava em roça na agricultura ou no comércio. [...]” (Entrevista – pequeno proprietário de lancha – Janeiro/2008)</p> <p>“Trabalhei muito foi de vender mercadoria. Trabalhei de comércio, depois comecei a vender como ambulante. Depois, eu passei a trabalhar na roça, no povoado rural chamado Cocal. Lá, plantava mandioca e fazia farinha. Depois que deixei a roça, voltei novamente a trabalhar como vendedor, viajando todo tempo. [...]” (Entrevista – Toyoteiro – Janeiro/2008)</p> <p>“Comecei na oficina, trabalhando como mecânico, ‘mexendo com carro’, com 10 anos de idade. Comecei a lavar carro e daí fui trabalhar na oficina de outros e depois de algum tempo, fui fazendo a minha oficina. [...]” (Entrevista – Toyoteiro – Novembro/2007)</p> <p>“Fui mecânico de motor de popa de lancha, desde os 13 anos até mais ou menos uns 18 anos. Nessa época, não tinha idade para tirar a Carteira. Aí, tirei Carteira para ser Piloto e continuei a ser Piloto e mecânico. [...]”(Entrevista–Piloto de Lancha“E”– Janeiro/2008)</p> <p>“Eu sempre fui Toyoteiro. Comecei a trabalhar nesse ramos desde 1984. Sou um dos pioneiros. Sou proprietário da toyota. [...]”(Entrevista – Toyoteiro – Janeiro/2008)</p>
<p><b>2. Ser profissional do</b></p>		

<p><b>turismo em Barreirinhas.</b></p>	<p><b>a) Iniciação em trabalho especializado na área do turismo – inserção casual e informal</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Condutor turístico</li> <li>• Toyoteiro</li> <li>• Piloto de Lancha</li> </ul> <p><b>b) Exigências para atuação profissional no mercado turístico – capacitação / habilitação.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Condutor turístico: capacitação profissional como exigência do mercado</li> <li>• Condutor turístico: polêmicas sobre denominação profissional.</li> <li>• Piloto de lancha: curso capacitação institucional</li> </ul>	<p>“Com 11 anos de idade vim morar em Barreirinhas porque meu pai veio trabalhar aqui, fazendo transporte da população da cidade para os povoados porque não tinham estradas. Então ficamos fazendo o transporte alternativo da cidade. [...]” (Entrevista – Toyoteiro – Agosto/2008)</p> <p>“Bom, na minha juventude, eu trabalhei também, para fora, participando das equipes de pesquisa, para a PETROBRÁS, em 1984. [...] Aí foi um tempo que, meu pai foi ficando mais idoso, ele tinha uma lancha que fazia linha para Mandacaru e Atins e, então, ele me chamou para tomar conta da lancha, porque ele não tinha mais força para esse trabalho. Em 1985 eu assumi a direção da lancha. Fiquei trabalhando um tempão ainda, uns 15 anos, nessa lancha, transportando passageiros, daqui até Atins.” (Entrevista – Piloto de Lancha “A” – Agosto/2008)</p> <p>“Iniciei a trabalhar com o turismo, através de um colega que trabalhava na loja comigo, sempre me convidava para ir à Lagoa. Uma vez, me convidou para ir à Lagoa com ele, juntamente com turistas que tinha conseguido. Fui arriscando a gorjeta. Ganhei o que? Quinze reais. Aí eu gostei, no outro dia, já estava na rua, correndo atrás de turistas. [...]” (Entrevista – Condutor Turístico – Abril/2008)</p> <p>“Trabalhei como mecânico de toyota, na oficina do Tomé. Dentro da oficina, comecei a aprender a dirigir esses carros toyota. Pegava o carro dele, com um sobrinho dele, de vez em quando, acabei aprendendo a dirigir. Depois comecei a trabalhar como motorista de toyota e, aos poucos, fui largando a Oficina. Hoje, sou proprietário da minha toyota. [...]” (Entrevista – Toyoteiro – Novembro/2007)</p> <p>“Fui um dos pioneiros no trabalho como toyoteiro. Aqui na Barreirinha só existiam três carros [...] Fazem mais ou menos uns 12 anos – 1996. Isso foi no tempo em que o Léo foi Prefeito. [...] Então eu digo: fui eu que, praticamente, ensinei todo esse povo. Porque aqui ninguém conhecia lugar nenhum, não sabia o acesso às dunas, ninguém conhecia! [...]” (Entrevista – Toyoteiro – Janeiro 2008)</p> <p>“Eu comecei como auxiliar de mecânico, na verdade. Aí comecei a pilotar e fui gostando [...] Hoje em dia eu continuei como piloto.” (Entrevista – Piloto de Lancha “I” – Agosto/2008)</p>
--	---	---

<p><b>3.Cooperativismo como estratégia de fortalecimento das categorias profissionais no contexto do turismo.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toyoteiro: habilitação prática e capacitação institucional</li> </ul> <p><b>c) Mudanças na vida com a inserção na cadeia do turismo</b></p> <p><b>a) A proposta das Cooperativas Populares - ITCP</b></p> <p><b>b) Dilemas e desafios da organização cooperativa na cadeia turística.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COOTTALMAR (Cooperativa de Turismo e Transporte Alternativo dos Lençóis Maranhenses)</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COOPERNÁUTICA</li> </ul>	<p>“Em 2006 fiz o Curso de Monitor Ambiental, pelo IBAMA. Porque na realidade, quando nós fizemos o Curso do IBAMA, era uma proposta do Ministério do Turismo com o Ministério do Meio Ambiente, para tentar regulamentar a nossa profissão. Porque, Condutor de Turismo, até hoje não tem uma regulamentação. Ou você é guia formado pela EMBRATUR, que é o Curso que o SENAC dá. Ou não tem uma outra escala no padrão. Mas, aí o que aconteceu? O MTur preocupado com isso, principalmente, dentro dos Parques Nacionais, criou essa nova atividade que seria Monitor Ambiental. [...] (Entrevista Condutor Turístico – Abril/2008)</p> <p>“ [...] No ano seguinte, no final de 2000, comecei a trabalhar como Piloto de Lancha voadeira. Na época eu fiz um Curso aqui de Arrais Amador, em 2001, de conhecimentos práticos para poder conduzir o barco. É uma Carteira para a categoria de “esporte e recreio”, só a passeio [...]. Para o comércio, tem que ser Auxiliar de Convés. Assim, no ano seguinte, o pessoal da Marinha promoveu outra capacitação, onde fiz o curso de Auxiliar de Convés, em 2003, que é a habilitação para trabalhar com passageiros.” (Entrevista – Piloto de Lancha”H” – Agosto/2008)</p> <p>“A gente vai aprendendo na prática. E a gente ainda apanha bastante! Tem muito barreirinhense que ainda apanha nas trilhas. Têm muitos, e são toyoteiros. Então, com o tempo ele vai trabalhando, vai operando é que ele aprende como desatolar o carro da areia. Porque o carro também atola na areia! A areia é muito forte, aprende a desatolar o carro da lama, a maneira de trocar a marcha. [...]” (Entrevista – Toyoteiro – Novembro/2007)</p> <p>“[...] Depois que chegou o turismo, melhorou. Mudou, como posso dizer? Mudou tudo. Foi como, da ‘água para o vinho’, mudou 100% a minha vida. Trabalhava muito, agora já não trabalho tanto, ganho mais e, melhorou 100% meu conhecimento. [...]” (Entrevista – Condutor Turístico – Janeiro/2008)</p> <p>“[...]Cada dia que passa me torno outra pessoa. Por exemplo, eu hoje estou conversando com a senhora dessa maneira... Hoje eu falo melhor, eu converso melhor, me</p>
---	---	---



<p><b>5.Relações profissionais na cadeia turística.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toyoteiro</li> </ul> <p><b>b) “Quem eu quero ser”</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Condutor turístico</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Piloto de lancha</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Toyoteiro</li> </ul> <p><b>a)Relações com as agências /receptivos locais – concorrência / competição.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrato de trabalho / sociedade</li> </ul>	<p>ponto. Porque, para mim, tem que ter qualidade, todo serviço, tem que ter qualidade! (Entrevista – pequeno proprietário de lancha – Janeiro/2008)</p> <p>“Em breve vamos ter a concessão, só nós podemos atuar nessa área. Então, vai ser um avanço muito grande para a gente. Não vamos ter mais empresários como tem hoje com 9 ou 10 lanchas que, possivelmente a tendência é crescer a sua frota de barcos, deixando a gente inferior a eles.” (Entretista – pequeno proprietário de lancha – Janeiro/2008)</p> <p>“Faço parte da Associação. Mas, vamos dizer que agora não está tendo vantagem, mas daqui a um ano ou dois anos, com certeza. Porque em Barreirinhas existe muito o turismo informal e eu creio que depois da Associação não vai ter mais. É perigoso e é ruim para a cidade!”(Entrevista – Condutor Turístico – Janeiro/2008)</p> <p>“Estou na Associação que está se transformando numa Cooperativa. A gente está lutando para que isso aconteça. Vai trazer, acho que um serviço mais organizado, possibilidade de fazer parceria com outras agências de turismo, outros órgãos que trabalham. É quase uma certeza de que vai ter trabalho direto para nós. Porque as outras pessoas vão ter que usar o serviço da Cooperativa, o que não acontece hoje! O serviço não é tão valorizado. Com a presença da Cooperativa, as coisas vão mudar. A gente está com uma esperança tão grande que gente já usou essa esperança outras vezes e nunca aconteceu.” (Entrevista – Condutor Turístico – Abril/2008)</p> <p>“Olha, para mim não tem horário fixo. Eu sou empregado, mas eu não trabalho só oito horas. Às vezes começo a trabalhar às seis horas e vou até meia-noite. Trabalho de oito horas da manhã, vou até dez da noite. Ou então de oito da manhã, vou até às seis, é assim. Gosto. Até hoje, gosto do que faço. O lado bom de trabalhar com o turismo, quando você trabalha sério, você é responsável pelo que faz, a vantagem é que você, quase todos os dias você está com um novo grupo, você está interagindo com novas pessoas, tanto brasileiros [...] trabalho muito com europeus: portugueses, franceses, alemães, italianos e espanhóis [...]” (Entrevista – Condutor Turístico – Janeiro/2008)</p> <p>“A primeira coisa nesse trabalho: educação e profissionalismo! São as duas coisas</p>
---	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho independente</li> <li>• Concorrência / competição no mercado turístico</li> </ul>	<p>fundamentais! Por exemplo, educação. No mínimo, você tem que dar um ‘bom dia’ quando você recebe o seu cliente. Você é um cara educado? Então, receba o cliente, com o sorriso no rosto. [...] Sorria, diga bom dia! Meu nome é ...! Seja bem-vindo à Barreirinhas! O cliente, não vai mais esquecer o seu nome, pela simpatia e pelo profissionalismo que você está ali exercendo!” (Entrevista – Piloto de Lancha – Agosto/2008)</p> <p>“Ser Toyoteiro é assim, a expressão dele! A maneira dele trabalhar e de ser uma pessoa forte, dura guerreira, porque nenhum motorista, se aceitasse fazer um teste [...] Traga um motorista de São Luís e bote na região dos Lençóis, que ele não faz coisa nenhuma. Ele não tira o carro nem a duzentos metros da região, pois atola, ele quebra, o carro não sai. Não opera, de jeito nenhum!” (Entrevista – Toyoteiro “B” – Novembro/2007)</p> <p>“Olha, é aquela coisa, a gente busca crescer sempre mais, se especializar mais para trabalhar na área. A gente, cada vez, está buscando isso, crescer, se especializar, trabalhando mais, fazendo com que o cliente seja bem atendido e aprenda muito mais, e consiga ganhar mais ainda. [...] Olha, porque, a gente ainda não é credenciado pela Embratur, um dos meus sonhos é ser credenciado pela Embratur e ser reconhecido como profissional da área do turismo.” (Entrevista – Condutor Turístico – Janeiro/2008)</p> <p>“A minha perspectiva é trabalhar certo, de maneira correta, agradar aos clientes e ganhar meu dinheiro. Se eu puder, pretendo fazer uma Faculdade de Turismo. Estou com isso na cabeça. Estou fazendo um Curso de Inglês, já tenho alguma noção [...] (Entrevista – Piloto de Lancha – Janeiro 2008)</p> <p>“Como toyoteiro, o futuro da gente é se organizar, se juntar, ser mais unido e procurar recursos para que a gente tenha uma frota de carros melhor do que a atual, porque a gente tem um carro bom. Não existe um carro igual a ele. Mas é um carro que saiu há seis anos de fabricação, a tendência é ele perder a capacidade. [...] Então, uma Cooperativa legal com as Leis, com o grupo unido, com uma frota de carro novo, fica mais fácil a gente pegar serviço.” (Entrevista – Toyoteiro “B” – Novembro/2008)</p>
--	---	--

		<p>“Trabalho desde 2002, agora, vão fazer seis anos. Sou representante de uma empresa de São Luís, aqui em Barreirinhas, a “Rio Ave Turismo”. Eu trabalho também, para a “Tropical Adventure”, que é uma empresa associada a uma outra. A “Tropical Adventure” é receptivo da “Rio Ave”. Então, como eu trabalho para a Rio Ave aqui, dá para conciliar. Quem me paga na realidade é a “Rio Ave”, com Carteira Assinada e tudo (3 anos e 4 meses). A Tropical é um serviço extra que faço ‘por fora’. Pela Rio Ave, tenho um fixo na Carteira e além desse valor fixo, eu tenho uma diária que ganho por fora. [...]” (Entrevista – Condutor Turístico – Janeiro/2008).</p> <p>“Trabalho para a “Rota das Trilhas”, pilotando o catamarã no passeio para Caburé. Trabalho com essa Agência, praticamente, desde quando ele fundou a Rota das Trilhas, em 2006. A partir desse ano comecei a trabalhar com ele, conduzindo o catamarã ou então lancha voadeira, ou então como condutor turístico. [...] Nós somos seis do grupo da Rota das Trilhas, no caso: toyoteiro, piloto e condutor. Praticamente, a gente está tendo uma sociedade entre eu e ele. Eu entro com 10% e ele com 90%.” (Entrevista – Piloto de Lancha – Maio/2008).</p> <p>“Está com três anos, desde 2005, que trabalho com o turismo. Não trabalho com Agências, sou freelancer. Porque é assim. Não tenho Agência fixa, mas eu não ando correndo atrás de turista. Não sou desses. Sempre que as pessoas precisam, me ligam para o celular. Têm os toyoteiros quando precisam, me ligam, eu não ando correndo atrás, de pessoas. Isso acho ridículo! Uma coisa muito feia! A coisa mais feia que acho aqui em Barreirinhas é isso, o turista vai chegando e vem, de um lado e outro, pessoas abordando. Isso faz até com que a pessoa queira voltar na mesma hora.” (Entrevista – Condutor Turístico – Maio/2008).</p> <p>“ [...] Existe um lado negativo porque as agências... eu vou falar da relação com a nossa Cooperativa. As agências não trabalham em parceria. É aquela concorrência muito grande. [...] Como tem muitos cooperados que são proprietários de lanchas, as agências, em vez de entrar em parceria com a gente, não. Elas tomaram outro rumo: compraram suas lanchas e oferecem, diretamente, os passeios a seus clientes. Então, somente, se houver número de turistas excedente, é que eles requisitam os serviços da nossa Cooperativa. Então, eles chegam aqui na Beira Rio, aí ocorre aquela concorrência, mesmo rivalidade com o grupo da Cooperativa e uma disputa interna [...]</p>
--	--	--



		(Entrevista – pequeno proprietário de lancha – Agosto/2008).
--	--	--

Quadro 2B – Segmento social –prestadores de serviços turísticos (condutor turístico, piloto de lancha, toyoteiro).

Fonte: Própria autora

#### **4.4 Segmento social Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras: texto-síntese da produção do trabalho de campo**

No âmbito das definições e demarcações do processo investigativo, os/as Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras integram o segmento social que, não possuindo vínculo direto com o turismo em Barreirinhas, vivencia esse processo de seu lugar social. Esse segmento social constitui uma expressiva parcela da população local, que, desde os primeiros tempos, habita a região; portanto, são moradores antigos desempenhando relevante papel, na vida social de Barreirinhas, no exercício de uma das atividades tradicionais na economia do município. Buscamos investigar os possíveis efeitos da atividade turística no cotidiano da vida e do trabalho, no modo de ser e conviver desses sujeitos, ou seja, que mudanças o turismo tem provocado em seus processos identitários enquanto “artesãos e artesãs da pesca” que, ao longo do tempo, vêm afirmando identidades em meio a mudanças que atingem a categoria dos pescadores artesanais no Nordeste brasileiro.

A pesca artesanal<sup>341</sup> insere-se entre as quatro atividades mais importantes economicamente para Barreirinhas, ao lado da agricultura familiar, do artesanato e do turismo. Dados do Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina no Nordeste do Brasil revelam que o município de Barreirinhas possui a quarta maior produção de pescado no contexto maranhense e a quarta maior receita em função da produção pesqueira, entre os municípios do Maranhão, com R\$ 6.520.228,18 (6,3%) (apud BRASIL. Ministério do Turismo, 2003, p.20)

<sup>341</sup> Em face da relevância desse setor em Barreirinhas, em 2003, foi aprovado o “*Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal nos Lençóis Maranhenses*”, mediante um acordo de cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Espanha. Os sujeitos da cooperação são a Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República SEAP-PR, (em Julho/2008 passou a Ministério) e a Aeci (Agência Espanhola de Cooperação Internacional).

Com suas especificidades locais e regionais, a pesca artesanal em Barreirinhas traz, em sua história, as consequências de uma mesma herança da intervenção do Estado Brasileiro, ao longo de cinco décadas<sup>342</sup>, a que foram submetidas as demais regiões pesqueiras do país. O Relatório Integrado: Diagnóstico da Pesca Artesanal no Brasil – subsídio para o fortalecimento institucional da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2004) apresenta um estudo minucioso desse setor no país e revela os interesses econômicos que orientaram a intervenção do Estado Brasileiro junto a essa categoria:

A postura de órgãos públicos das três esferas do poder frente ao setor pesqueiro artesanal é historicamente pautada por uma mescla de autoritarismo e assistencialismo, em que a edição de instrumentos legais, a abertura de linhas de crédito, o apoio técnico às etapas produtivas e comerciais e o fomento à organização da produção não consideram os reais interesses e demandas dos pescadores artesanais, geralmente relegados ao papel de meros espectadores dos processos que os envolvem e afetam seus interesses. (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2004, p.120)

Na verdade, sempre predominou no passado e, ainda, nos dias atuais, uma visão ideológica tendenciosa acerca dos pescadores artesanais, concebendo-os como ineficientes e improdutivos. Dessa forma, tornam-se alvos de “programas de assistência social”, tendo em vista atenuar a situação de precariedade que circunscreve a categoria dos pescadores artesanais no contexto brasileiro. Não obstante, dados estatísticos do Ibama e IBGE indicam uma outra perspectiva acerca dessa categoria, contrapondo, então, informações que apontam uma tendência crescente de contribuição da pesca artesanal para a produção pesqueira nacional, desde 1980. Nesse sentido, o citado Diagnóstico da Pesca Artesanal no Brasil revela a seguinte realidade:

A pesca artesanal apresenta distintas realidades regionais. [...] A produção pesqueira artesanal é maior na região Norte (136.588 toneladas em 2002), seguida das regiões Nordeste (97.240 toneladas), Sudeste (33.400 toneladas) e Sul (14.100 toneladas). Enquanto os desembarques nas regiões Norte e Nordeste são predominantemente artesanais, nas regiões Sudeste e Sul, são as pescarias industriais que sustentam grande parte da produção. [...] Na região Nordeste, a importância da pesca artesanal vem aumentando ao longo do tempo, sendo atualmente mais elevada que na região Norte. (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2004, p.5)

---

<sup>342</sup> “A partir de 1995, sete entidades federais responsabilizaram-se de forma sequencial ou sobreposta pelos assuntos da pesca no país: o Serviço da Patrulha Costeira, o Serviço de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Departamento de Aquicultura e Pesca (DPA) do Ministério da Agricultura e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vinculada à Presidência da República”. (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2004 p.120)

A intervenção do Estado Brasileiro nas atividades de pesca teve início em meados do século XIX, quando a Marinha estabeleceu como norma o registro dos pescadores e suas embarcações nas Capitanias de Portos. A partir de 1912, o Ministério da Agricultura passou a normatizar e controlar as atividades pesqueiras, voltando ao controle da Marinha em 1920. Todavia, o processo de consolidação do aparato jurídico-institucional da pesca nacional tem como marco a década de 1960, mediante a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e a promulgação do Decreto-lei 221 de 1967. Com isso, o Estado Brasileiro passa a dar um tratamento diferenciado à pesca industrial, atendendo às demandas dos grupos empresariais, como explicita Diegues (1983):

Tanto a criação da Sudepe, quanto a assinatura do referido decreto vêm atender aos interesses de grupos empresariais, que a partir da metade do século iniciam um processo de verticalização de todas as etapas da produção pesqueira, incrementado pela crescente expropriação das comunidades de pescadores, pelo aumento das demandas por alimentos dos centros urbanos e pelo aporte de capitais de outros setores da economia. Principal instrumento de ação da Sudepe, o decreto 221/1967 foi precedido pelo enquadramento das indústrias de pesca como indústrias de base, sujeitas a gozarem de benefícios fiscais, como, por exemplo, isenção de imposto de renda e de taxas para importação de equipamentos de captura e beneficiamento da produção. (DIEGUES apud VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2004, p.121).

Assim, pelo fato de os incentivos fiscais do Decreto-lei 221/1967 priorizarem as pessoas jurídicas, os benefícios foram direcionados para o setor pesqueiro industrial. Desse modo, a pesca artesanal ficou relegada a uma posição secundária, recebendo do Poder Público um apoio assistencial assim configurado: o estímulo à criação de cooperativas; a possibilidade de serem destinadas, através da Sudepe, verbas específicas para manutenção e execução dos programas de assistência médica e educacional aos pescadores profissionais e suas famílias; e a possibilidade de revenda, pela Sudepe, de embarcações, motores e equipamentos destinados à pesca e de concessão de empréstimo, para aquisição dos mesmos, aos pescadores, individualmente, às Colônias e às Cooperativas de Pescadores. (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2004)

O referido relatório, ao apresentar uma análise do contexto da pesca no Brasil, destaca a forte capitalização do setor pesqueiro no país, implicando no aumento da marginalização dos pescadores artesanais e no favorecimento de empresários alheios às atividades pesqueiras, em especial os localizados nas regiões sul e sudeste do país, que absorveram, de 1967 a 1974, cerca de 97% dos recursos destinados ao setor. Nesse contexto, enfatiza, como fatores restritivos ao desenvolvimento da pesca artesanal, “a falta de apoio e

informações, associada às fragilidades no processo organizacional, ainda baseado nas Colônias”. (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2004, p.122)

Em 1989, a Sudepe foi extinta, tendo sido suas atribuições incorporadas ao recém-criado Ibama, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Nesse processo de mudança institucional, ocorreu que as “tímidas e por vezes equivocadas” ações de fomento à pesca artesanal foram interrompidas, tendo em vista que, ao novo órgão tutor, foram atribuídas outras funções: “coordenar, regulamentar, orientar e fiscalizar a execução das ações e atividades relacionadas à gestão dos recursos pesqueiros”. (Id. *ibid.*, p.123) Nesse sentido, o Ibama “passa a atuar como órgão de pesquisa, regulamentação e fiscalização do setor, focalizando suas ações e políticas na necessidade de manutenção da biodiversidade aquática e costeira”. (Id. *ibid.*, p.123)

No ano de 1998, é estruturado o Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DPA / Mapa), tendo em vista autorizar e monitorar os empreendimentos aquícolas. Em 2002, o Decreto Federal 4.118 dispõe sobre as áreas de competência dos Ministérios e estabelece, entre as atribuições do Mapa, “a produção e o fomento das atividades pesqueiras e aquicultura”. (Id. *ibid.*, p.124)

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), integrada à Presidência da República, que manteve as mesmas atribuições e grande parte das políticas do DPA-MAPA, não obstante as críticas e reconhecimento das posturas parciais e equivocadas desse órgão feitos por distintas entidades representativas do setor pesqueiro.

Em atendimento a uma antiga reivindicação do setor, em 29 de junho de 2008, considerado o “Dia do Pescador”, o Presidente da República sancionou a lei que criou o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em substituição à SEAP. Nessa mesma oportunidade, foi sancionada, ainda, a nova Lei da Pesca e Aquicultura. A relevância desta última está no fato de que, a partir de então, os pescadores e aquicultores passaram a ser considerados como produtores rurais, com direito ao crédito rural e acesso a recursos, a preços módicos, para financiar a produção.

Essa incursão nos principais marcos da criação e formação da estrutura institucional da pesca tem o intuito de delinear um quadro síntese desse processo político-institucional que evidencia os propósitos da intervenção do Estado Brasileiro no setor da pesca e, nesse contexto, situar a posição do segmento da pesca artesanal. Análises de pesquisadores acerca dessa dinâmica indicam que, no âmbito das ações dos distintos órgãos criados em diferentes conjunturas, predominou uma perspectiva assistencialista, associada às funções de normatização e fiscalização, em detrimento às ações de estímulo e fomento ao

setor pesqueiro artesanal. Enfatizam, ainda, que, no percurso de cinco décadas de intervenção do Estado brasileiro nesse setor, “não foi traçada uma linha de política consistente que atendesse às necessidades básicas e anseios dos produtores artesanais e que permitisse o desenvolvimento do setor em bases sustentáveis”. (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2004, p.120)

Com base nessa configuração dos principais marcos da intervenção do Estado brasileiro nas atividades de pesca no país, buscamos delinear o lugar da pesca artesanal, nesse contexto, para melhor entendimento da pesca artesanal em Barreirinhas.

Durante o trabalho de campo, mediante processos de aproximações sucessivas com esse segmento, numa primeira abordagem, realizamos entrevistas em profundidade com Pedro Pereira da Silva e Charles Enoc Constantino Silva, presidente e secretário da Colônia de Pescadores Z-18, de Barreirinhas, respectivamente. Tais entrevistas contribuíram, sobremaneira, para uma configuração geral da pesca artesanal em Barreirinhas e uma caracterização do “ser pescador/a artesanal e marisqueira”. Ademais, suas narrativas abriram pistas que nos instigaram a buscar fontes documentais, no sentido de ampliar o conhecimento acerca da história da pesca artesanal no Brasil, agregando informações que nos aproximaram da realidade que compõe o cotidiano dos Pescadores/as e Marisqueiras integrantes do universo da pesca artesanal de Barreirinhas.

Nessa dinâmica investigativa, vivenciamos um tempo peculiar no exercício do *ofício da pesquisa*, marcado por momentos de imersão em povoados e determinadas comunidades de pescadores/as de Barreirinhas: Atins, Ponta do Mangue, Tapuio e Laranjeira. Sem dúvida, durante essas visitas como pesquisadores, pudemos vivenciar um processo de interação com homens e mulheres da pesca artesanal local e, nessa convivência, perceber o modo próprio de ser e estar no mundo. Ademais, vale sublinhar a disponibilidade demonstrada por todos/as em atenderem ao convite para as reuniões de grupos focais, mesmo após uma intensa jornada de trabalho. Sem dúvida, contribuíram com informações, percepções, dúvidas e anseios acerca de dimensões centrais e relevantes em suas vidas, tais como: o trabalho da pesca e cata do marisco; outras atividades articuladas à pesca e que se integram no tempo e no espaço – no inverno e no verão / na praia e no interior –, como a agricultura e a olaria; a insegurança gerada pela falta de informações oficiais do ICMBio acerca da situação das famílias residentes no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; distintas visões sobre os efeitos do turismo em suas vidas; a carência de informações sobre o Projeto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal nos Lençóis Maranhenses; e o grito de

indignação em decorrência da prática da pesca predatória realizada, ao longo de anos, no litoral de Barreirinhas. O conteúdo aqui sistematizado – resultante de entrevistas e grupos focais com integrantes do segmento e membros da Diretoria da Colônia de Pescadores de Barreirinhas – abriu vias para desvendar os processos identitários desses sujeitos – homens e mulheres da pesca artesanal – que, de “seu lugar social”, vivenciam os tempos da “Barreirinhas do Turismo”.

A sistematização desse material oriundo do trabalho de campo está organizada em cinco temas:

- Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira em Barreirinhas nos tempos passados: o ofício da pesca;
- Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira em Barreirinhas no contexto de mudanças tecnológicas: a exploração do trabalho do pescador;
- Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira “na Barreirinhas do Turismo”: um olhar de quem vivencia o turismo de seu lugar social;
- Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira residente no PARNA dos Lençóis Maranhenses: uma situação de risco social;
- Perspectivas de futuro para Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras em Barreirinhas.

#### 4.4.1 Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira em Barreirinhas nos tempos passados: o ofício da pesca

Tendo em vista o estudo dos processos identitários desse segmento, esse tema constitui a configuração preliminar do exercício do ofício de pescador/a artesanal no contexto da tradição. Assim, aborda os seguintes eixos temáticos:

- Iniciação no ofício de pescador/a e marisqueira – tempo de fartura de peixe e camarão;
- Dois modos de pesca artesanal: de água salgada e de água doce;
- Padrão tradicional de pesca artesanal;
- A pesca artesanal articulada a outras atividades;
- Relações de comercialização: a rede de atravessadores.

#### 4.4.1.1 Iniciação no ofício de Pescador/a Artesanal e Marisqueira – tempo de fartura

Na ótica dos integrantes do segmento, as lembranças do passado têm como referência o tempo em que aprendiam a pescar com seus pais ou o tempo em que existia fartura de peixes e camarões. De fato, a pesca artesanal e a cata do marisco são atividades realizadas por homens e mulheres da mesma família. São, portanto, trabalhos que envolvem todo o grupo familiar. De acordo com as entrevistas com pescadores / pescadoras e marisqueiras, a iniciação nesse ofício da pesca e da cata do marisco dá-se ainda na infância ou na adolescência dos/as filhos/as, em companhia dos pais. Assim, o aprendizado é feito na prática, no dia-a-dia, quando os ensinamentos são transmitidos de geração para geração. Os pais exercem um papel decisivo nesse processo, que se caracteriza por “aprender a fazer, fazendo”, ocasião em que é transmitido além do valor do trabalho, “o gosto pela pesca”. Dentre os/as entrevistados/as, a maioria informou ter iniciado na atividade entre 10 e 15 anos, embora um número significativo afirme ter começado a acompanhar seus pais, nesse trabalho, entre os 7 e 9 anos de idade. Esse momento na vida, especialmente das crianças, tem o seu lado lúdico e, ao mesmo tempo, não deixa de ser um processo de aprendizado, resguardando os limites da capacidade e força física dos mesmos na execução de determinadas tarefas. De fato, no caso dos adolescentes, a inserção na prática da pesca direciona-se no sentido da valorização do trabalho e do desenvolvimento da responsabilidade para participar do processo de subsistência da família ou, ainda, como forma de remuneração para despesas pessoais. As distintas narrativas confirmam, com riqueza de detalhes, como se dá a reprodução do ciclo de vida e do trabalho das famílias com as novas gerações e como também é transmitido o “prazer de pescar”. Fazem, ainda, referência aos apetrechos de pesca utilizados, equivalentes ao tamanho do/a criança /jovem aprendiz da atividade pesqueira, tais como: “tarrafinha”, “cofinho” e “jacazinho”:

O meu vínculo maior é que eu me criei na pesca! Me casei com um pescador e adoro a minha profissão de pescadora porque é uma coisa que eu gosto muito é de viver pescando! (Informação oral)<sup>343</sup>

Sou pescador de muito tempo, desde criancinha. Eu faço malha e pesco. Eu compreendo da maneira toda da pesca. (Informação oral)<sup>344</sup>

---

<sup>343</sup>Entrevista com Pescadora Artesanal “A” em agosto de 2008.

<sup>344</sup>Entrevista – Pescador Artesanal “B” em Agosto de 2008.

Desde menina que comecei a trabalhar tirando mariscos com minha mãe, com o meu pai. É assim que eu levei meus filhos, também, quando eram pequenos! Lá, é a diária da família. Se eu vou para a praia, claro que eu tenho meus filhos, e não vou só. ‘Vambora’ meus filhos, hoje nós vamos tirar sarnambi! Bota um jacazinho no animal, se manda para a praia! Quando dá assim, conforme a maré [...] a gente tira com a maré seca. Quando a maré vai enchendo a gente vem embora, porque aí toma tudo. É assim que é! (Informação oral)<sup>345</sup>

Eu não sei nem se eu nasci os dentes dentro d’água! Porque quando eu me entendi, já foi meu pai me levando para o meio da praia (Informação oral)<sup>346</sup>

Iniciei a trabalhar na pesca desde a idade de 8 anos; saía para trabalhar com meu pai. Primeiramente, quando eu comecei a trabalhar, para viver, eu trabalhava de tarrafa, uma tarrafinha, com o cofinho do lado, pescando o camarãozinho, essas coisas, vendendo para ganhar um dinheirinho, para aliviar um pouco. Mesmo nesse tempo eu não tinha responsabilidade [...] porque o meu pai dava o de comer e o dinheirinho era para comprar uma roupinha, sabe como é! (Informação oral)<sup>347</sup>

#### 4.4.1.2 Dois modos de pesca artesanal: de água salgada e de água doce

Por sua posição geográfica, Barreirinhas possui uma característica peculiar na atividade pesqueira, comum a outros municípios também localizados em áreas litorâneas. É o que esclarece o secretário da Colônia de Pescadores de Barreirinhas ao se referir às “duas grandes linhas” da pesca artesanal: a de água salgada e a de água doce. A linha da pesca na água salgada é desenvolvida nas comunidades banhadas pelo mar, como: Mandacaru, Bar da Hora, Atins, Canto do Atins e Ponta do Mangue. Como explica um dirigente da Colônia de Pescadores de Barreirinhas:

Na verdade, Barreirinhas tem duas linhas dentro da área pesqueira: uma linha de água salgada e outra linha de pesca de água doce. [...] Nesses povoados, todos os pescadores trabalham com água salgada, até porque o mar está bem próximo e a maioria deles pescam em canoas pequenas, (até 8m, 5m, 2m) e nelas vão, em média, quatro pessoas levando um apetrecho de pesca chamado “malhadeira”. Essa que é chamada a rede de espera. Então, eles vão num dia, voltam no mesmo dia, às vezes quando a canoa é bem grande eles vão num dia e voltam no outro dia, com esse apetrecho de pesca[...].(informação oral)<sup>348</sup>

No entanto, há uma diferenciação interna na pesca na água salgada: a pesca de alto mar, em grandes barcos, e a pesca em canoas pequenas, feita nas proximidades da praia. Esta última, como explicou o entrevistado, é a praticada pelos pescadores locais e guarda em si as características específicas da pesca artesanal propriamente dita, como relata um pescador:

---

<sup>345</sup>Entrevista com Marisqueira “C” em novembro de 2007.

<sup>346</sup>Entrevista – Pescador Artesanal “D” em novembro de 2007.

<sup>347</sup>Entrevista com Pescador Artesanal “F” em janeiro de 2008.

<sup>348</sup>Entrevista com o secretário da Colônia de Pescadores, em novembro de 2007.



Olhe, no passado quase não tinha essa pescaria de alto mar. Ela era mais aqui, próximo da beira da praia, tempo que tinha bastante peixe. (Informação oral)<sup>349</sup>

O outro tipo de pesca de alto mar se diferencia-se dos padrões artesanais e, portanto, será abordada no tema que trata da pesca no contexto das mudanças tecnológicas.

A pesca da água doce é realizada em povoados localizados às margens de rios que compõem a bacia fluvial de Barreirinhas, assim como do rio Preguiças, dentre eles: Boa Vista, São Domingos, Bosque, Caetés, Espadarte e outros. O entrevistado delineia o perfil do pescador artesanal da água doce:

Nesse caso da água doce, ainda se pesca com *anzol*, linha de mão que chamamos. Pescam, também, com *tarrafas* e *curral* (currais que são feitos). Nesse tipo de pesca da água doce, os peixes são *traíra*, *cará*, *carazinho*, *cascudo*, *uiú*, a própria *piaba* e outros. Então, são peixes pequenos, que não têm valor de mercado nenhum. Eles pescam, a maioria, para comer e, às vezes, vendem um quilinho ali para um vizinho, mas não tem mercado, propriamente, para eles. (Informação oral)<sup>350</sup>

#### 4.4.1.3 Padrão tradicional da pesca artesanal

O que caracteriza o padrão tradicional da pesca artesanal em Barreirinhas nos tempos passados? Falar do trabalho da pesca com pescadores e pescadoras é como puxar a ponta de um novelo de linha, pois a conversa não tem fim, as questões imbricam-se e alternam-se entre fronteiras do tempo passado e do tempo presente. Nesse sentido, os depoimentos e narrativas que ouvimos durante o percurso de campo reproduzem fragmentos de histórias de vida de homens e mulheres trabalhadores/as da pesca artesanal de Barreirinhas a revelarem processos identitários, tecidos em tempos e espaços distintos, em articulação com outros campos de atividade.

As narrativas a seguir circunscrevem características peculiares desse padrão tradicional de pesca:

Antigamente, a pescada de linha não era feita de nylon. Meu pai fazia, comprava o fio. Ele colocava num carretel, fincava dois paus e, ali, botava as coisas, arranjava assim uma concha, emparelhava e fazia aquela linha de fio. Ia no mato, tirava a raspagem do murici, fazia aquela goma e metia a linha para que aquilo ficasse bem duro. E assim que meu pai pescava, para pegar o camurupim, quando chegou aqui.

---

<sup>349</sup>Entrevista com Pescador Artesanal “H” em novembro de 2007.

<sup>350</sup>Entrevista com o secretário da Colônia de Pescadores em novembro de 2007.

Nessa época, tinha muito peixe! Mas, naquele tempo, as coisas eram muito difíceis que a gente não tinha condição de nada! (Informação oral)<sup>351</sup>

A gente pescava de linha. Era só a pescaria que existia. Era a tarrafa e a linha. Aí, os que pescavam de tarrafa, pescavam na aqui, na quebradinha do mar, na beirada [...] eles não pegavam o peixe, mas pegavam o ‘saúna’<sup>352</sup>, muitos conhecem aqui como tamacarana. É um peixinho miúdo, mas é até bom o peixe! (Informação oral)<sup>353</sup>

Não tinha a caçoeira. A caçoeira foi de um certo tempo prá cá. Nesse tempo, pescavam tanto no curral<sup>354</sup> como pegavam na linha. Isso eu não me lembro a data. Ah, faz muito mais do que 10 anos, fazem uns 30 anos. (Informação oral)<sup>355</sup>

A gente tinha rede de lança aqui, os mais antigos do que eu. Botavam a rede aí, pegavam duas / três canoas de peixe só de um lance. Hoje em dia não tem mais peixe graúdo, só essa sardinhazinha, que a gente chama ‘lenque’, né? (Informação oral)<sup>356</sup>

O depoimento, a seguir, retrata as condições de vida e trabalho do pescador artesanal e, nas palavras do entrevistado, caracteriza “a pescaria artesanal total”. De fato, esse é um caso emblemático, que representa o conjunto dos/as trabalhadores/as da pesca artesanal em Barreirinhas, no qual uma conjunção de fatores contribuem para os efeitos produzidos ao longo de suas vidas de trabalho intenso, expresso na saúde debilitada e no exaurir das forças do pescador, que, mesmo assim, ainda precisa continuar no ofício da pesca:

Olhe, aqui é por época. [...] O Inverno foi muito bom, mas, não tem jeito, pois o comprador daqui é pouco. O peixe tem que se levar para Barreirinhas. Olhe, eu pesco esse tipo de peixe aí, que, lá para onde você, que mora em São Luís, ele se chama ‘pitiu’ e aqui nós chama ‘saúna’. Eu pesco, também, o peixe-serra, mas minha pescaria é salgando. É no sal. Você sabe como é? Eu tenho um barco. Barquinho à vela, tipo canoa. É a pescaria artesanal total, não é? Mas eu vivo adoentado. Eu estou arriado. Então, fiquei com medo de trabalhar muito no mar. Eu agora pesco com meu filho. [...] Mas eu pesco aqui mais por perto porque estou com medo de botar força, porque vou fazer uma operação[...] (Informação oral)<sup>357</sup>

Ademais, falar da pesca artesanal no tempo passado é lembrar de um tempo em que existia muita fartura de peixe, em oposição ao tempo presente, marcado pelos efeitos devastadores da pesca predatória, que será abordada no item específico a esse problema, como se percebe na narrativa de uma Marisqueira:

<sup>351</sup> Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008.

<sup>352</sup> Bras. Zool. Designação comum a dois peixes teleósteos mugilídeos (*Querimana curvidens*, *Q. brevirostris*) da costa brasileira. Diferem da tainha por terem as nadadeiras dorsal e anal cobertas de escamas e por não terem estrias escuras ao longo do corpo. Dicionário Aurélio. Versão Eletrônica. Acesso em: 29 ago. 2008

<sup>353</sup> Grupo focal – povoado Ponta do Mangue – Julho/2008.

<sup>354</sup> Bras. Armadilha para apanhar peixe; caçara. Dicionário Aurélio. Versão Eletrônica. Acesso em: 29 ago. 2008.

<sup>355</sup> Grupo focal – povoado Ponta do Mangue – Julho/2008.

<sup>356</sup> (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008.

<sup>357</sup> Entrevista – pescador artesanal – povoado Atins – Julho/2008.

No meu tempo dava uma fartura de peixe! Pegavam muito bagre de curral, dava muito peixe! Muita fartura de peixe. Como eu vi até o peixe nadando na beirada d'água no mar, nesse tempo, quando eu era menina! Hoje não tem mais isso. [...] Vi muito peixe quando eu era nova. (Informação oral)<sup>358</sup>

Não obstante, outros afirmam que, nesse tempo de fartura, não existia mercado para tanto peixe, como relata um pescador:

O que eu quero dizer é o seguinte: no passado, nós tínhamos muito peixe, como disse, ainda agora, o J.D, que ele enchia a canoa de peixe mais o pai do Zé. Cansei de ver pegar muito peixe! Todos os pescadores que iam pescar, mas não tinham para quem vender! Tinha muito peixe, mas não tinha o preço, não tinha dinheiro. Era todo mundo com o peixe seco nas barracas, com o peixe nas tinas. Então, nós tínhamos uma dificuldade: não tinha gelo para o cara botar e todo mundo salgava o peixe. E aí, ia se virar para vender. (Informação oral)<sup>359</sup>

Essa mesma fartura de mariscos é relatada por uma marisqueira de Atins:

Antigamente, quando a gente chegou aqui, a gente pegava muito siri<sup>360</sup>. Na praia tinha muito esse marisco<sup>361</sup>, mesmo! E nós chegamos aqui, meu pai adoeceu, passou três meses, e, nós quase todo dia nós íamos apanhar o marisco. E, minha mãe e uma outra irmã, a gente enchia aquelas cuias<sup>362</sup> de marisco, botava na cabeça e vinha arriar em casa. Era do que a gente sobrevivia, também! [...] A gente pesca também. A gente não vai lá fora (alto mar), mas pesca na beirada da praia. Havendo necessidade, a gente faz!(informação oral)<sup>363</sup>

#### 4.4.1.4 A pesca artesanal articulada a outras atividades

Os momentos de imersão em determinadas comunidades de pescadores/as de Barreirinhas permitiram-nos construir um outro olhar, além do que imaginávamos conhecer ou que nos era familiar, em relação ao modo de viver e trabalhar de homens e mulheres da pesca artesanal. Ao configurar o cenário de Barreirinhas, como município incidimos o nosso olhar nas atividades consideradas a base da economia local. Simbolicamente, tais atividades encontravam-se representadas em um monumento erguido na Praça do Trabalhador.<sup>364</sup> Conforme já explicitamos no segundo capítulo, naquele monumento, encontravam-se

<sup>358</sup> Grupo focal – povoado Ponta do Mangue – Julho/2008.

<sup>359</sup> Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – agosto/2008.

<sup>360</sup> Bras. Designação comum a todas as espécies de crustáceos decápodes, braquiúros, portunídeos, caracterizados por terem nadadeiras no último par de pernas. Vivem na água mas podem sair para as praias, onde se enterram. Alimentam-se de detritos em geral. A carne é muito saborosa. Novo Dicionário Aurélio. *Versão Eletrônica*.

<sup>361</sup> Zool. Designação comum a todos os animais invertebrados marinhos que podem servir de alimento ao homem. [Em sentido restrito, designa apenas os moluscos e crustáceos: lagosta, camarão, mexilhão, amêijoia, etc.]

<sup>362</sup> Vaso feito do fruto maduro (cuieteira) depois de esvaziado do miolo. [Sin. (nessas acepç.): *cabaça* ou *cabaço*, *coité*, *cuieté* ou *cuietê*, *cuitê* ou *cuitê*.]

<sup>363</sup> Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008.

<sup>364</sup> O Monumento ao Trabalhador foi discutido no segundo capítulo, no item: “O monumento ao trabalhador: uma autorepresentação das pessoas e do seu modo de subsistência, perdida no afã das mudanças”.

representados os principais recursos naturais – o caju, o peixe, a mandioca e a palmeira (buriti) –; expressando, assim, “a base da subsistência e as matérias-primas das principais ocupações” da população local.(D’ANTONA, 2000, p.25)

Dentre as áreas pesquisadas pelo autor, interessa-nos, de modo especial, as comunidades de pescadores de Tapuio e Laranjeira, que também integram o universo empírico de nossa pesquisa. Muito embora o público-alvo de nossa pesquisa não se restrinja às localidades de Tapuio e Laranjeira, é a partir do estudo dessas comunidades que D’Antona (2000) configura a base definidora do processo de interação de seus habitantes com os lugares, ao longo do ano ao indicar uma peculiar associação de termos: inverno, litoral, pesca; verão, interior, lavoura. Assim, tendo em vista nosso objeto de estudo, encontramos nos trabalhos de D’Antona (2000, 2002) aportes analíticos e empíricos para a construção do nosso percurso de investigação, especificamente nos momentos de imersão, durante o trabalho de campo, com o segmento de Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras.

De fato, essa é a chave-analítica para entendimento da dinâmica e modos de viver e trabalhar de pescadores/as habitantes dos povoados Tapuio e Laranjeira, que dividem tempo e espaço entre os trabalhos na agricultura, na pesca e na olaria. Nesse sentido, afirma D’Antona (2000, p. 39-40):

[...] Se o Inverno é bom na praia, o verão é bom no interior. O verão é condição para as olarias. Mas o verão é ruim para pescar e para conseguir dinheiro todo dia. De modo análogo, ocorre a ambiguidade do Inverno: boa estação para pescar, ruim para plantar e para fazer tijolos. Esta dupla oposição (ruim/bom; bom/ruim) de cada estação se “resolve” com o deslocamento sazonal: o verão é bom no interior; o inverno é bom na praia.[...].

A despeito de assumir, como pressuposto metodológico, a tradição antropológica fundamentada no pensamento de Da Mata (1978, p.29) em relação à postura do/a pesquisador/a durante o trabalho de campo “estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho”, nossa imersão nessas comunidades se fez tendo, no horizonte, as reflexões e informações de D’Antona acerca do modo de vida dessas comunidades. De fato, D’Antona (2000) abriu-nos pistas de investigação que aprisionaram o nosso olhar. As suas indicações ajudaram-nos a orientar as nossas descobertas de campo. Assim, pudemos perceber a combinação de práticas socioeconômicas que se alternam durante o verão e o inverno, em cada um desses espaços, como bem afirma o autor:

Observação mais atenta revela que, nas duas localidades, ocorre a combinação de atividades durante o verão. Em Laranjeira, pratica-se a olaria, a pesca de rio e, em

menor escala, a agricultura. Em Tapuio, a agricultura e a pesca. [...] A pesca de verão é uma atividade complementar, pois, justificam, não garante o sustento da família; “a do Caburé é melhor”. No inverno, moradores de Tapuio e Laranjeira se encontram na praia para pescar, mas, mesmo assim, as características das atividades básicas de verão influenciam o modo como se dá a mudança. A vocação agrícola dos moradores de Tapuio justifica que vários indivíduos permaneçam no interior para cuidar das roças; em compensação, a dificuldade de se lidar com barro durante a chuva justifica o deslocamento de quase todos os moradores de Laranjeira para a praia. [...].(D’ANTONA, 2000, p.39)

Cabe sublinhar, a partir da nossa inserção em campo, que as histórias de vida de homens e mulheres de Tapuio e Laranjeira, no trabalho específico da pesca artesanal, são similares às dos demais povoados que integraram o nosso percurso investigativo, como Atins e Ponta do Mangue. Ademais, é difícil separar a pesca da lavoura, em qualquer um desses lugares, pois ambas as atividades compõem a base da subsistência familiar, como deixa evidente a narrativa de uma Marisqueira da Ponta do Mangue.

Sou marisqueira e meu marido é vivo, novo e forte! Ele é pescador e é lavrador. Porque lá é o seguinte; a gente trabalha na roça e trabalha na pescaria. Todo mundo lá faz aquele cercado, né? De tudo a gente planta: arroz, feijão, milho, batata, mandioca (que se faz a farinha) e macaxeira (a gente faz bolo, faz tudo). E aí o arroz, o milho, o feijão a batata, a abóbora, a melancia.... É tudo a gente planta, o melão aqui da praia, a gente planta e dá. Tudo dá! O problema é a terra... A gente não tem a condição de fazer uma estrutura melhor. É isso que nós não temos. Mas que, em nosso povoado, a terra dá tudo! [...] É aquele negócio, cada um trabalha individual, faz o seu cercado e planta a sua mandioca. Olha, a minha área, a gente vai no mato e faz aquela roça, cerca e planta. [...].(Informação oral)<sup>365</sup>

Com efeito, em relação à produção agrícola, o povoado Tapuio destaca-se dos demais, pois lá a agricultura “é reconhecida como a mais organizada e cuidadosa de toda a Barreirinhas” (D’ANTONA, 2000, p.40).

Tendo em vista os processos identitários em construção, o depoimento de um pescador-lavrador de Tapuio demonstra possuir atributos do que se poderia denominar um empreendedor nato. De fato, revela-se uma pessoa de visão, determinado a atuar em distintos campos, agregando conhecimento e domínio nas técnicas agrícolas e da pesca. Identifica oportunidades e maximiza tempo, trabalho e renda familiar. Demonstra que transita do mundo da pesca à produção agrícola, com inserção, ainda, no trabalho na olaria. Na pesca, até recentemente, comercializava o produto e, portanto, autodenominava-se de “atravessador”, na medida em que levava o produto da praia para três restaurantes de Barreirinhas. Fala, com orgulho, da produção agrícola, seja no cultivo da mandioca e preparo da farinha, seja no cultivo

---

<sup>365</sup>Entrevista com Marisqueira “C” do povoado Ponta do Mangue em novembro de 2007.

da banana. Quanto à comercialização da banana, submete-se às regras do atravessador e demonstra perceber o quanto deixa de ganhar em cada cento do produto:

Trabalho também do mesmo jeito na agricultura: é cavar, plantar. Planto banana, planto mandioca, planto o feijão. Faço também a farinha, a amarelinha, da lavra da gente! Eu não fico só em um ramo. Eu trabalho de pesca, eu trabalho de atravessador do peixe. Eu atravesso de lá da praia para Barreirinhas. Tem vez que eu atravesso para os hotéis. Agora eu deixei de fazer esse trabalho porque eu adoeci, mas eu trabalhava com 3 restaurantes: o Bar La Vento, na Vânia, lá no Rodolfo, que é o Terraço Preguiças, e o Bela Vista. [...] Trabalho aqui na minha lavoura, trabalho com banana, eu tenho meu bananal (os cachos de banana, uma beleza, você vê aí). Lá na roça eu tenho bananal bom, tenho mandioca madura e, agora, estou com o trabalhador para fazer o material na olaria. A banana é toda vendida em Barreirinhas. A gente vende para o atravessador. Para você ver, a gente vende a R\$ 8,00 o cento dessa banana (um cento de banana dá oito dúzias e quatro bananas!). Só para você ver quanto é que o atravessador ganha mais do que o produtor! (Informação oral)<sup>366</sup>

A narrativa de um pescador indica como os pescadores artesanais do povoado Tapuio têm aproveitado as oportunidades surgidas com a chegada do turismo, articulando tempo e espaços de vida ao desenvolver e agregar novas atividades na luta por melhores condições de existência ou como ele se expressa: *“é a sobrevivência que faz o cabra fazer tudo”*:

Olha, eu vou lhe dizer como é que nós vivemos aqui. Porque aqui, nenhum *desses pescadores aqui vive da pesca! Porque se todo mundo aqui for viver da pesca*, vão morrer de fome, tudinho! Porque ele sai daqui, ele pesca durante três dias ali, (porque a gente só pesca algum peixinho quando a maré está boa. Não é qualquer maré que você vai lá e pegar o peixe para você chegar lá e vender. Mas quando você vai em cima da maré boa você passa lá, dois ou três dias e traz 15 a 20 kg de peixe, às vezes, 40 a 50 kg. [...] Então nós aqui fazemos de tudo para sobreviver. É a sobrevivência que faz o cabra fazer de tudo! [...] Então, cada qual faz seu meio de viver. (Informação oral)<sup>367</sup>

#### 4.4.1.5 Relações de comercialização: a rede de atravessadores

Às questões inerentes à produção, agregam-se dificuldades no processo de comercialização, que se impõem ao pescador artesanal quando no exercício do ofício da pesca, de forma autônoma, dentro dos padrões tradicionais e que, no tempo presente, ainda é praticada em Barreirinhas. Tais dificuldades do pescador artesanal de comercialização do produto do seu trabalho decorre da falta de condições objetivas para armazenamento do pescado. Concretamente, os pescadores artesanais dos diferentes povoados se ressentem de

<sup>366</sup>Entrevista com pescador-lavrador do povoado Tapuio em agosto/2008.

<sup>367</sup>Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – agosto de 2008.

um local em que possam acondicionar o peixe; ficando, assim, na dependência do atravessador:

[...] A gente leva o peixe para Barreirinhas quando tem comprador. Aqui só tem comprador de peixe quando chega a seca, que a água do verão... Aqui você não acha quem compre o peixe. (Informação oral)<sup>368</sup>

Vendemos o peixe aqui mesmo em Barreirinhas. Lá tem os atravessadores. O atravessador vai buscar lá no mar e passa já para outros atravessadores. A gente não tem aonde coloque mesmo o pesqueiro da gente. Não tem. Tudo vem através do atravessador. (Informação oral)<sup>369</sup>

As narrativas de pescadores artesanais dos povoados Tapuio e Atins deixam clara a existência de uma ativa rede de atravessadores que, na prática, extraem lucro com a revenda do pescado, expropriando o pescador:

O peixe comprado de R\$ 3,50 que o pescador traz para o atravessador, eles vendem a R\$ 6,00 ou 5,00. E o pescador só fica com esse. É por isso que ele termina com a rede, não tem como fazer a outra. É essa bem aí que é a história!. (informação oral)<sup>370</sup>

De fato, dentro dos processos tradicionais da pesca artesanal é justamente nessa comercialização, via atravessadores, que se configura uma das questões-chave, no exercício desse ofício, que fragilizam a categoria, impedindo-lhe o acesso a melhores condições de vida, como explicita a Marisqueira:

[...] Porque um pai de família, tem 10 filhos, tem 8 filhos, só vive daquela pescaria, de canoinha à vela. Aí, ele vai lá fora no mar, tem dia de trazer 1kg de peixe, 2kg de peixe, tem vezes que dá mais, esse pouco que ele pega, no dia que ele pega 20 kg, Ave Maria, é uma vantagem para ele! O que que acontece? Ele pega lá mesmo para revender para um atravessador daqui da Barreirinhas. [...] Ele compra lá, o mais caro hoje, que é o peixe de 1ª que eles chamam, ele paga R\$ 3,00 e chega aqui, esse atravessador, vende por R\$ 6,00. Quando chega aqui, o atravessador não classifica como ele classifica lá para o pescador que vai sofrer lá fora. Ele vende tudo num preço só. Se o próprio pescador que pesca e vende lá para ele por R\$ 3,00, R\$ 2,00 ou R\$ 1,20, se ele vier pra cá, ele compra é de R\$ 6,00, se ele quiser comer! E sendo o peixe que ele pescou [...]. É assim que é a vida daqui do pescador! Então, o pescador hoje, minha irmã, é muito sofrido! (Informação oral)<sup>371</sup>

#### 4.4.2 Ser pescador/a artesanal em Barreirinhas no contexto de mudanças tecnológicas: exploração do trabalho do pescador

O tempo atrás era o mesmo do hoje. Hoje não tem diferença de nada! Hoje, o pescador mais fraco, sempre é o mais devagar, do que os tempos antigos. Porque

<sup>368</sup>Grupo focal no povoado Atins – Julho/2008.

<sup>369</sup>Entrevista – Pescador Artesanal “B”, agosto/2008.

<sup>370</sup>Entrevista – pescador artesanal “B”, agosto/2008.

<sup>371</sup>Entrevista com Marisqueira “C” do povoado Ponta do Mangue, em novembro/2007.

hoje em dia está mais diferente [...] porque hoje cada vez as coisas estão ficando cada vez mais difíceis, para aqueles que sempre são mais fracos.(Informação oral)<sup>372</sup>

Esse depoimento de um Pescador Artesanal bem enfatiza a situação de precariedade e subordinação desse segmento, ao longo dos tempos, na medida em que destaca a sua posição de fragilidade, de lugar marginal que se mantém e se reproduz por décadas. É nesse sentido, que ele lança o seu grito de indignação de que “nada mudou”. Reconhece, no entanto, que, nesse contexto de fragilização, a situação hoje está cada vez mais difícil para o pescador artesanal. Em verdade, essa categoria, nas últimas três décadas, vem sofrendo fortes impactos com a inserção da lógica do capital no setor pesqueiro. Assim, o turismo só agrava uma situação de marginalização do pescador artesanal no contexto de capitalização do setor pesqueiro.

Dessa forma, a discussão da redefinição dos processos identitários da categoria dos Pescadores Artesanais exige uma configuração das mudanças tecnológicas que atingem o trabalho da pesca em um contexto de exploração do trabalho do pescador. Dada a centralidade desse tema, o mesmo está estruturado nos seguintes eixos temáticos:

- A pesca da água salgada em alto mar: o pescador artesanal como empregado no sistema empresarial da pesca – redefinições identitárias;
- Mudanças tecnológicas: acesso fragmentado e parcial;
- O problema da pesca predatória: tempo de escassez;
- A falta de assistência técnica e de linhas de crédito.

#### 4.4.2.1 A pesca da água salgada em alto mar: o pescador artesanal como empregado no sistema empresarial da pesca – redefinições identitárias

A pesca da água salgada em alto mar tem características diferenciadas da artesanal: é feita em embarcações de grande porte, utilizando-se da mão-de-obra de Pescadores Artesanais, mediante o uso de tecnologias que permitem uma maior produtividade do trabalho. O proprietário da embarcação e dos demais meios de produção define as relações de produção com o grupo de pescadores contratados para cada empreitada, estabelecendo a forma de pagamento por produção, como esclarece o entrevistado:

A pesca de alto mar feita em embarcações grandes, os pescadores são uma espécie de empregados. Pescadores são empregados dos donos de barco e ganham por produção. Na verdade, é o tipo do barco que tem tudo, em que o dono dá o barco

---

<sup>372</sup>Grupo focal – povoado Atins – julho/2008.



pronto para eles pescarem [...] Eles são usados como mão-de-obra. [...] Nesses barcos eles pescam também de rede malhadeira, só que, eles passam em média 15 dias no mar. Em média, também um grupo de 4 ou 5 pescadores que fazem essa pesca. Nessa pesca, os peixes que eles pegam são peixes que chamamos do alto mar, que são: a *enchova*, a *curvina*, o próprio *bagre*, a *garoupa*, *cascão*, o *pargo* e outros peixes da mesma família do pargo, que são do alto mar mesmo, lá fora mesmo, muito longe. [...]. (Informação oral)<sup>373</sup>

De fato, com a presença de empresários, que passam a investir nesse setor, a lógica do capital insere-se na área pesqueira local, expressando-se, sobretudo, na mercantilização da força de trabalho. O pescador artesanal deixa de exercer o seu ofício de forma autônoma, passando a uma relação de subordinação como empregado do empresário da pesca. É a exploração do trabalho do pescador no âmbito de relações capitalistas que assumem expressões específicas nesse universo da pesca artesanal em Barreirinhas. A narrativa de um dirigente da Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas circunscreve as dimensões peculiares dessas relações:

Quem ganha mais é o dono do barco, tira a despesa, paga o pescador. O pescador, por sinal tem o seu dinheiro desses 15 dias de trabalho, que eu acho que não passa de dois salários mínimos. É isso que eles ganham. Até porque, eles ganham, em média, R\$ 1,00 pelo kg de peixe...porque aí, para eles produzirem mais, né? Porque se fosse pagar por mês, eles produziriam pouco, evidentemente. (Informação oral)<sup>374</sup>

A pesca da água salgada em alto mar, não representa, portanto, simplesmente uma mudança nos padrões tradicionais de pesca artesanal, mas com ela instaura-se um processo dominado por relações capitalistas de produção, em que o Pescador Artesanal passa a ser um “operário da pesca”, transformando sua força de trabalho em condição de acumulação para o empresário. Assim, essa linha de pesca consubstancia o processo de modernização da produção pesqueira, na Barreirinhas do tempo presente, fazendo emergir um segmento social diferenciado do pescador artesanal, constituído por empresários da pesca que detêm capital e tecnologia, na condição de proprietários de barcos com capacidade para realizarem a pesca de alto mar e de instrumentos modernos para monitoramento e captura do peixe.

Nesse contexto, os pescadores têm consciência de que são verdadeiros “profissionais da pesca”, mas por não serem contemplados com uma Política Pública que lhes assegure acesso ao crédito para investir na aquisição de um barco apropriado para a pesca de alto mar, submetem-se a trabalhar para os empresários da pesca, como revelam os depoimentos a seguir:

---

<sup>373</sup>Entrevista com o secretário da Colônia de Pescadores, em maio/2007.

<sup>374</sup>Entrevista com o secretário da Colônia dos Pescadores de Barreirinhas em maio de 2007.

[...] Os companheiros, que são empresários, tomaram conta da pesca; o pescador não pode fazer um barco. O peixe na nossa praia ficou difícil. Para você pescar um peixe, você tem que ir lá fora. E aí, como você vai lá fora, se você não tem o barco? Você é forçado a ir no barco de um cara que tem condição de fazer o barco. Você é um pescador, você é um profissional, mas você não pode ter o barco! Então, você vai lá fora, pega o peixe, entrega para o dono do barco, pelo valor de um real, um e cinquenta, ou até dois reais e ele vende por dez/ doze reais! Hoje está acontecendo isso. Então o que acontece? O pescador fica na situação difícil e o dono do barco que é o empresário, é que não faz nada, não pesca, não conhece da pesca, mas é quem ganha o dinheiro! (Informação oral).<sup>375</sup>

Um pescador relata acerca de sua experiência de trabalho e vida nesse tipo de pesca, chegando a passar quase trinta dias, em alto mar, produzindo para o empresário da pesca:

Então, eu fui trabalhar numa embarcação, passando 8 dias sem vir em terra. Foi mais pesado! Era só salgando peixe, no saco, passando 08/ 10 dias, já passei até vinte e poucos dias lá fora, sem vir em terra. Nesse período, eu trabalhava para o dono da embarcação, ganhando como pescador. A produção era rachada ao meio: tirava a produção total, tirava as despesas todas, o que restava, era dividido entre os pescadores e o dono da embarcação. O dono ficava com a metade e a outra metade era dívida com nós, os pescadores. Essa metade era dividida entre 04 ou 05 que fossem pescar. Começamos a passar em torno de 08 dias, até 09, depois foi para 15 dias. Quando foi a última vez que fui, passei 26 dias no mar. [...].(Informação oral)<sup>376</sup>

#### 4.4.2.2 Mudanças tecnológicas: acesso fragmentado e parcial

A convivência cotidiana com os sujeitos da pesca artesanal, durante o trabalho de campo, mostrou-nos que o centro dos seus interesses são as questões que dizem respeito ao ofício da pesca artesanal, no contexto atual, na busca de respostas para seus problemas que, muitas vezes, parecem difíceis de serem superados em um cenário de ausência de uma ação estatal efetiva. Assim, em diferentes momentos da pesquisa, os/as pescadores/as e marisqueiras mostraram-se disponíveis em falar do passado e do presente, discutindo as mudanças tecnológicas no trabalho da pesca. Seus depoimentos centram-se nos principais problemas da pesca artesanal em Barreirinhas. Um primeiro traço de mudança assinalado foi o relato dos novos utensílios adotados, como relata um pescador de Atins:

Hoje os utensílios de pesca são totalmente diferentes. Antigamente, a gente pescava mais de tarrafá e de linha. E hoje, pescar de linha, quase que não existe mais. Mudou

---

<sup>375</sup>Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008.

<sup>376</sup>Entrevista – pescador artesanal “F”, novembro/2007.

muito. Hoje a pesca é só de rede. Pescar de linha, ainda existe, mas é muito raro. (Informação oral)<sup>377</sup>

Ampliando o enfoque sobre esse assunto, um pescador refere-se aos principais fatores e problemas que, na sua visão, têm provocado mudanças na pesca artesanal local, inclusive a redução de peixes no litoral, tais como: o aumento da população nos povoados e a prática dos “arrastões”, a pesca predatória:

Eu acho que a população aumentou bastante aqui no povoado, né? Devido a isso, pode ser que o peixe, também, ficou pouco devido alguns estragos de alguns arrastões, tudo isso vai influenciando, tudo vai ficando diferente! (Informação oral)<sup>378</sup>

Esse mesmo jovem pescador, menciona a substituição da canoa à vela por motorizada, assim como o uso de redes industrializadas, o que tem provocado a gradativa extinção do trabalho manual, em tecê-las, realizado por pessoas da comunidade. Senão, vejamos sua narrativa:

[...] Outra coisa também, eu não sei muito do passado, mas o que eu sei, hoje, pode relacionar com o que já passou. Com as histórias contadas pelo Sr. João e por D. Maria, que as redes eram diferentes, naquele tempo. Hoje nós temos outros tipos de material para a gente pescar. [...] E hoje, é tão tal que, no lugar que existia a canoa à vela, e muitos já estão substituindo pelo motor, já estão esquecendo a vela. Muitos pescadores já não querem mais a canoa a vela porque é dificultoso, já querem o motor, que tem mais facilidade de enfrentar o mar, não é? A rede, de primeiro, era tecida, manualmente. Todo mundo tecia. Tinha muita tecedeira de rede em nosso povoado. Hoje, a gente pode passar por Atins inteira se encontrar duas ou três “querêres” em cima de uma caçoeira, é uma sorte, né? Por que? Já compramos direto da fábrica, só vamos entralhar ela todinha, colocar a bóia para poder pescar. Já vem tudo pronto, vamos dizer assim, quase pronto! A gente pode dizer assim, quase pronto. (Informação oral)<sup>379</sup>

De fato, o acesso de Pescadores/as Artesanais às novas tecnologias de pesca faz-se de forma fragmentada e parcial. Em geral, a adoção de mudanças fica restrita ao uso de determinados utensílios, até mesmo a canoa motorizada, como já citado. Nesse sentido, é elucidativo o relato de um casal de pescadores residentes no povoado Tapuio sobre a prática de juntos realizarem a pesca artesanal tanto no mar como no rio. Expõem, com detalhes, a prática do ofício da pesca com os utensílios específicos para cada tipo de pesca, quer na praia quer no rio – a caçoeira, usada no primeiro tipo, e os demais “aviamentos”, como: o espinhel, a tarrafa e os vários tipos de anzóis, usados na pesca no rio. Enfatizam, ainda, a habilidade em

---

<sup>377</sup>Grupo focal – povoado Atins, julho/2008.

<sup>378</sup>Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008.

<sup>379</sup>Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008.

cercar o peixe até o momento da captura do mesmo. Assim, num processo misto e fragmentado, ainda mantêm o uso de elementos da prática tradicional e adotam determinados apetrechos modernos. Referem-se, ainda, ao processo comumente utilizado no padrão da pesca tradicional, que é o de fazer a salga do peixe, assim como a distribuição para outros povoados rurais, tendo em vista a comercialização do produto:

A pesca da tainha<sup>380</sup> é feita com essa caçoeira bem aqui. [...] Com ela, nós pesca no rio e pesca na costa, no mar. No rio, dá a sauna<sup>381</sup> e na, costa, dá a “tamatarama”, que chamam “pitiu”. E nós pescamos dos dois lados! Só nós dois, de canoa! Aí, quando nós chega na praia, ela (a esposa) fica na ponta da rede e eu vou botando, eu sozinho, com água bem aqui, dando nos peitos! Aí quando nós cerca o peixe, aí nós puxa para a beirada. Aí nós traz esse peixe dentro dessa rede. Para todo lado a tainha mete a cara dentro da rede... é bonito demais! Muito bonito a pesca! A gente vai pescar e dentro de três ou quatro dias nós pega 40 a 50 kg, até 60 kg de peixe. Nós salga todo o peixe. Nós agora mesmo fomos pescar, salgamos e mandamos para o interior. Outras pessoas que vendem. Tem vezes que eu mesmo que vou vender. Nós passamos de 8 a 10 dias no mar. Com 10 dias nós volta, de novo! [...] Agora, a pesca aqui, do rio nosso, é outra pesca diferente. Aqui nós pesca de espinhel<sup>382</sup>, mata cada ‘baique’ que é dessa altura, os baiques. Meus aviamentos estão todos ali para a pesca do rio, vários tipos tem o anzol 5 e o anzol 4 e tem o anzol 2 para o baique pequeno. E a pesca de tarrafa<sup>383</sup>, tudo nós usamos. (Informação oral).<sup>384</sup>

#### 4.4.2.3 O problema da pesca predatória/ tempo de escassez

Na percepção de pescadores/as e marisqueiras, o tempo presente é caracterizado pela escassez de peixes e camarão no litoral de Barreirinhas. São unânimes quanto às causas desse fenômeno, relacionadas a dois fatores: um, ao aumento da população e, outro, à devastação provocada pela pesca predatória, como narra a marisqueira da Ponta do Mangue:

Eu lembro assim quando eu era criança, com uns 10 anos. O meu pai, minha família mesmo, meus irmãos, aqui logo próximo, aqui na costa, como a gente chama, eles pegavam peixe muito grande. Porque esses peixes, hoje, já não existem mais! Tinha o xaréu, tinha enxova<sup>385</sup>. Peixe, hoje, já não existe mais por causa da devastação. Teve uma mudança muito grande, nessa temporada, né? De uns 25 anos para cá,

<sup>380</sup> Designação comum a várias espécies de peixes teleósteos, perciformes, mugilídeos, gênero *Mugil*, do Atlântico. Têm as nadadeiras dorsal e anal desprovidas de escamas e o corpo com listras longitudinais escuras. [Sin.: *cambira*, *curimã*, *curumã*.] Dicionário Aurélio. *Versão eletrônica*. Acesso em: 10 Set. 2008.

<sup>381</sup> Bras. Zool. Designação comum a dois peixes teleósteos mugilídeos (*Querimana curvidens*, *Q. brevirostris*), da costa brasileira. Diferem da tainha por terem as nadadeiras dorsal e anal cobertas de escamas e por não terem estrias escuras ao longo do corpo. [Cf. *sauna*.] Dicionário Aurélio. *Versão Eletrônica*. Acesso em: 10 Set. 2008.

<sup>382</sup> Aparelho de pesca formado por uma extensa corda na qual se prendem, de espaço em espaço, linhas armadas de anzóis. [Var. de *espinel*.] Dicionário Aurélio. *Versão Eletrônica*. Acesso em 10 Set. 2008.

<sup>383</sup> Pequena rede de pesca, circular, com chumbo nas bordas e uma corda ao centro, pela qual o pescador a retira fechada da água, depois de havê-la arremessado aberta. Dicionário Aurélio. *Versão Eletrônica*. Acesso em 10 Set. 2008.

<sup>384</sup> Entrevista com um casal de pescadores do povoado Tapuio, agosto/2008.

<sup>385</sup> Bras. Zool. Peixe actinoptérigo, perciforme, gempilídeo (*Pomatomus saltatrix*), comum nos mares quentes e temperados, com exceção do Pacífico, de coloração olivácea no dorso e brancacenta no abdome, e que atinge até 1m e pode pesar até 12kg. Nada em cardumes e alimenta-se de outros peixes e crustáceos. [Sin.: *enchovinha*.] Dicionário Aurélio. *Versão Eletrônica*. Acesso em: 10 Set. 2008.

teve uma grande mudança na fartura [...]. Acho que porque a população aumentou mais! Eram poucas pessoas que moravam aqui. Mesmo por causa da pesca predatória, que nessa época não existia. E, hoje, existe! Hoje, aqui é uma praia muito pobre. Mas o que trouxe isso foi a pesca predatória (Informação oral)<sup>386</sup>

Na verdade, a pesca predatória – pesca de arrasto ou arrastão – é vista como uma “espinha de peixe” atravessada na garganta dos pescadores/as artesanais de Barreirinhas. Ou, como diz um pescador: *“é como uma doença que nos afeta durante 30 anos”*. De fato, vale ressaltar a revolta de todos/as diante de uma prática criminosa, que há muitos anos vem sendo realizada no litoral de Barreirinhas, à luz do dia, desafiando as leis ambientais. Associado a esse sentimento de indignação, gerou-se, entre os pescadores/as, uma desconfiança em relação ao poder do IBAMA / ICMbio no sentido de coibir a pesca predatória que é praticada por barcos diversos vindos de outros estados, como Ceará, Belém, Piauí e, até mesmo, da própria Barreirinhas. De acordo com depoimentos de pescadores/as do povoado Ponta do Mangue, há dias em que chegam a identificar a presença de 8 a 15 barcos, em suas praias, realizando esse tipo de pesca. Sempre fazem denúncias ao principal órgão público da esfera federal, o ICMbio, e discutem o problema em reuniões com autoridades municipais na sede da Colônia de Pescadores em Barreirinhas. Mas essas denúncias e debates têm tido resultados pífios em face de ações dispersas e acidentais que têm se mostrado ineficazes e tímidas diante da ousadia dos infratores e, assim, nada tem impedido a continuidade e a impunidade dos que praticam tais ações predatórias.

Percebemos existir, entre pescadores/as e marisqueiras, uma sensação de impotência, até mesmo um sentimento de desesperança diante da inoperância do referido órgão público, responsável pela fiscalização da área, em defesa do meio ambiente, como revelam os depoimentos:

Olha, a pesca, antigamente, a nossa praia, na Ponta do Mangue era uma praia “nota 10”, pode-se dizer, porque tudo dava com fartura! Hoje nós estamos, pode-se dizer que o povo da praia, nós estamos na miséria! Porque as empresas de arrasto acabaram com o que era o nosso futuro e dos nossos filhos e o que ainda vem pra frente, dos nossos netos. Que hoje é uma negação! [...] Hoje me dá vontade de chorar de ver tanta fartura que eu já vi no meu lugar e, hoje, vive a necessidade que está. [...] A praia não tem mais peixe, a praia é esgotada [...]. Mas eles vêm arrastar bem aqui na beira. Nós esperando o IBAMA, o Prefeito, a Colônia, para todos, nós damos queixa [...]. (Informação oral)<sup>387</sup>

[...] Esses barcos são de gente daqui, porque vêm os de longe, mas os daqui também. Porque se realmente, se a gente, é para falar positivo, fala tudo, eu sou assim! A empresa maior de barco de arrasto daqui é do pessoal dos Caldas, daqui de Barreirinhas! Vem de Barreirinhas, de Tutóia, de Luiz Correia, de Belém, de

<sup>386</sup> Grupo focal – povoado Ponta do Mangue em julho de 2008.

<sup>387</sup> Entrevista com a Marisqueira “C” – povoado Ponta do Mangue em novembro de 2007.

Camocim, tudo [...]. Quando se dá fê, no Inverno, aí está cheio, não saem não! E as autoridades, dizem que tomam as providências e nunca acaba! Nós não temos uma solução para isso! [...] Quando eles estão arrastando, que às vezes têm de 10 barcos, 11, 12, às vezes têm até de 15, o pescadorzinho tira sua caçoeira, já com medo de perder, deles cortarem. [...] Eles fazem de maldade, eles cortam. Porque têm raiva que a gente acusa eles, né? [...] .(Informação oral)<sup>388</sup>

Ademais, o público entrevistado demonstra perceber que o Ibama – órgão que atuava na área antes da criação do Instituto Chico Mendes – sempre teve uma atuação ineficaz no sentido de coibir a pesca de arrasto no litoral de Barreirinhas. Não obstante, usa de todo o poder e rigor em autuar e cobrar severas multas em relação a qualquer prática contrária às leis ambientais que, por falta de informações, algum/a pescador/a possa infringir, como, por exemplo, a pesca com rede de malha pequena. Essa atuação diferenciada deixa dúvidas quanto à imparcialidade desse órgão, como revelam os depoimentos a seguir:

O Ibama é um órgão que veio para nos ajudar, mas eu acho que ele não está ajudando muito bem. Porque o Ibama, é só atua com o nosso pescador. Se ele nos encontra com a rede da malha pequena, então ele toma aquela rede e leva, porque não pode pescar com rede da malha pequena. Pelo contrário, aquele peixe que é pescado nessa rede pequena, todo ele é aproveitado. Enquanto isso, têm os barcos que devastam nossas praias, eles não fazem nada por isso! E aí vem o Ibama diz que protege. Mas ele não protege! Pelo menos, ele está é protegendo é os barcos lá. [...] O barco vem, pede uma licença, eles dão! Aí, vão pescar lá e eles não fiscalizam se estão cumprindo em relação à área proibida. Então, eu acho que o responsável por tudo isso é o Ibama [...] Nós já fizemos carta para tudo quanto foi órgão público, para Prefeito, para todo mundo, mas, só promessa que termina, mas, nada resolvido [...].(Informação oral)<sup>389</sup>

[...] Hoje nós temos, mais ou menos, 30 anos de exploração feita pelos barcos de pesca predatória, pelos barcos no chamado “arrastão”. Isso é uma doença que nos afeta durante esse período de 30 anos. Nunca teve um governo que tivesse interesse de tirar aqueles barcos de lá. Nem o Governo Federal, nem Estadual, nem Municipal, ninguém liga! [...] Mas se você abater um pau de mangue, os homens estão em cima e, a multa, você se afoga que nunca mais sai de baixo! Os barcos, lá no litoral da praia de Barreirinhas, no Farol de Preguiças, no Canto do Atins, são diariamente! A prova está na época da desova, é proibido se arrastar, nessa época, mas estão lá. [...] .(Informação Oral)<sup>390</sup>

Essa pesca está com muitos anos! Isso é muito antes do turismo! Muito antes! [...] Arrastão de Belém, de Fortaleza, não sei da onde, acabaram o nosso pescado aqui. (Informação oral)<sup>391</sup>

O próprio Prefeito tem barco arrastando [...]. O nosso Prefeito tem barco praticando o arrasto. (Informação oral)<sup>392</sup>

Em face da gravidade desse problema da pesca predatória e do sentimento de indignação demonstrado por Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras, realizamos entrevista

<sup>388</sup> Entrevista com a Marisqueira “A” – povoado Ponta do Mangue – novembro de 2007.

<sup>389</sup> Entrevista – Pescador Artesanal “F” – novembro de 2007.

<sup>390</sup> Entrevista – Pescador Artesanal “D” – povoado Atins, novembro de 2007.

<sup>391</sup> Grupo focal – povoado Ponta do Mangue – julho de 2008

<sup>392</sup> Grupo focal – povoado Atins – julho de 2008.

com a chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, Ivone Fecury<sup>393</sup>. A princípio, ela admite que essa é uma questão de total responsabilidade tanto do Ibama, como do Instituto Chico Mendes<sup>394</sup> (ICMBio). Ademais, considera muito grave a situação, especialmente pelas proporções que vem atingindo essa pesca predatória numa área que integra o PARNA dos Lençóis Maranhenses, como Unidade de Conservação, portanto, sob sua jurisdição. Falou-nos, ainda, dos esforços que tem envidado no sentido de coibir essa prática; tendo, no entanto, consciência das deficiências do ICMBio, em termos de pessoal e equipamentos, em face das demandas do Parque, assim como da área que abrange 70 km de praia para monitorar. O discurso da chefe do Parque aponta no sentido das deficiências na estrutura institucional do próprio Instituto Chico Mendes.

Apresentamos, a seguir, fragmentos da entrevista, na qual enfatiza a fragilidade institucional para enfrentar esse tradicional problema da pesca predatória:

Esse problema tem tudo a ver com o Instituto Chico Mendes e, está grave, pela nossa ausência! A coisa está séria, está feia e está grave! E outra coisa: assim como eu estou sendo cobrada pela Colônia de Pescadores de Barreirinhas, cobrada pelo CMA (Centro de Mamíferos Aquáticos), agora, com o Relatório, o próprio monitoramento vai nos dar, isso aqui, eu rebato pra cima e chamo à responsabilidade de quem é de direito! [...] Isso que eu estou te relatando e já relatei, por escrito, ao Presidente do Instituto Chico Mendes! [...] A falta de condições de trabalho que eu estou aqui, desde o dia em que cheguei e, do pouco que eu tinha, que me foi tirado, sem nenhuma explicação!(Informação oral).<sup>395</sup>

E a principal autoridade federal na gestão do PNLM explicita o seu esforço no enfrentamento da questão e as dificuldades que impedem uma ação efetiva do Instituto Chico Mendes:

[...] Estou com um monitoramento de praia . [...] Para nossa surpresa, infelizmente, com menos de um mês de monitoramento, só tartaruga morta, os biólogos já acharam 18. E todas com sinais de facada! Eles vão colocar isso no Relatório. [...] Você sabe o que é isso? Falta de fiscalização! Falta de fiscalização porque nós não temos o equipamento aqui. [...] Então, quer dizer: é grave a situação daqui! Eu já pedi para os biólogos, eles vão me dar relatório mensal. Eles disseram: nós viemos preparados, mas não para tanto! Morte de peixes... eles já furaram pneus de quadriciclos, aos monte lá, com espinha de bagre, morto! Muito peixe morto! Sabe, tudo fruto desse arrasto maldito! [...](Informação oral).<sup>396</sup>

---

<sup>393</sup> Bacharel em Turismo, com Especialização em Gestão em Unidades de Conservação, assumiu a Chefia do PARNA dos Lençóis Maranhenses em Novembro de 2007.

<sup>394</sup> Segundo a Lei 11.516/07 foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). No Artigo 1º, Inciso I, da referida Lei, tem como função precípua: “executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes a atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União”. Acesso em 21 nov. 2009.

<sup>395</sup> Entrevista com a chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, em setembro de 2008.

<sup>396</sup> Entrevista – chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, em setembro de 2008.

Na verdade, a “pesca de arrasto”, como é denominada pelos pescadores, é uma questão que atinge o centro da vida do segmento em estudo, tanto pelo impacto ambiental, que já se faz sentir com a escassez de peixes e camarão, como por se constituir uma ameaça à sustentabilidade da atividade pesqueira, não apenas em Barreirinhas. Consideramos relevante apresentar as hipóteses levantadas pelo Diagnóstico da Pesca Artesanal no Brasil (2004) ao “questionar sobre a competência do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, durante quinze anos, na observância e cumprimento de suas atribuições”:

[...] Acrescente-se essa situação o quadro de devastação sócio-ambiental produzido pela carcinicultura nos estados do Nordeste brasileiro e chega-se a algumas hipóteses: a) a legislação não é adequada porque é de difícil aplicação ou, quando aplicada, não produz resultados eficazes; b) o modelo de legislar sem o envolvimento de produtores e segmentos da sociedade acarreta na edição de atos normativos equivocados ou inócuos; ou, c) conforme já mencionado nesse relatório, o rigor da lei é restrito aos pequenos produtores. (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2004, p.126)

#### 4.4.2.4 A falta de assistência técnica e de linhas de crédito

No âmbito dos principais problemas enfrentados e denunciados por Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras, a falta de assistência técnica e as dificuldades de acesso ao crédito são, na verdade, reflexo de um modelo de gestão pública no país que, historicamente, privilegiou o agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura, amplamente discutido e analisado pela literatura consultada. Assim, no contexto da realidade de Barreirinhas do tempo presente, o público-alvo tem clareza de que a carência desses dois serviços, tanto a assistência técnica como o crédito mais barato para financiar a produção, são fatores que têm dificultado o crescimento como profissionais da pesca artesanal em Barreirinhas. Os depoimentos, a seguir, mostram essa realidade de atraso e ausência de recursos para o exercício da “pesca em alto mar”:

Não, eu não tenho barco. Tenho uma pequena canoa. Essa canoa não tem condições de sair em alto mar porque ela é pequena. Minha produção é tão pouca que não dá nem para trazer para Barreirinhas. Pesco robalo, tainha, pesco vários tipos de peixe, qualquer peixe que bater na rede e não furar[...]. (Informação oral)<sup>397</sup>

Pois é isso bem aí que está faltando, uma política de crédito para o pescador artesanal! E a nossa praia é uma praia de pesca mesmo! De pesca tanto do peixe como do camarão! A nossa praia é no Caburé. Nós estamos aqui, mas pescamos no Caburé. Agora que trabalhamos só no Inverno, que é quando as coisas amortece, porque trabalhamos naquelas canoinhas. A gente não pode nem fazer um empréstimo assim, de três quatro pessoas, fazer uma embarcaçõzinha maior e eu

<sup>397</sup> Entrevista – pescador “D” – povoado Atins, em julho de 2008.



trabalho em tudo, conheço, como eu digo a você, sou patrão de pesca lá fora, mestre de arrastão camaroeiro, trabalho tanto das redes, como eu conheço de equipar. [...].(Informação oral)<sup>398</sup>

Os/as Pescadores/as Artesanais demonstram ter conhecimento das inovações tecnológicas, no setor da pesca surgidas em Barreirinhas, a partir dos anos 90 do século passado; não obstante, deixam evidente que não têm condições de acesso a tais tecnologias, como revelam os depoimentos a seguir:

Têm tecnologias novas: a *bicicleta*, a *boinha*, colocadas na pesca, que no passado nós não tínhamos. Até porque, também, o número de pessoas que existiam no passado era muito menor, do que o que temos hoje. E aquela pesca, aliás, o pescador artesanal, ele sempre pesca da maneira que viu seu pai pescar, da maneira que viu seu avô pescar. De forma que, hoje, até com o motorzinho de popa ele tem vantagem de ir lá, mas, infelizmente, não consegue trazer uma maior produção porque os apetrechos dele ainda são arcaicos. São arcaicos porque eles aprenderam com os seus antepassados e hoje não têm nenhuma assistência técnica para poder mudar. [...].(Informação oral)<sup>399</sup>

Esse mesmo entrevistado, membro da diretoria da Colônia de Pescadores Artesanais de Barreirinhas, em seu discurso, enfatiza o problema da falta de assistência técnica como um dos fatores que dificultam o acesso de Pescadores/as Artesanais às novas tecnologias:

[...] Quem muda, na verdade, são os grandes empresários, donos de barcos, porque eles têm uma assistência técnica, naturalmente, pelo fato do crescimento econômico que não querem ficar para trás; então, eles têm que se adaptar como por exemplo, colocando aqueles tipos de monitoramento para saber aonde está o peixe, para saber qual o peixe que eles vão pegar. [...] Então, essas tecnologias, na verdade, nos anos 60/70, até os anos 80, não tinham. Essas tecnologias vieram aparecer, inclusive a bússola para a atividade pesqueira, começaram agora, nos anos 90 para cá. (Informação oral)<sup>400</sup>

#### 4.4.3 Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira na “Barreirinhas do Turismo”: um olhar de quem vivencia o turismo de seu lugar social

Esse tema será desenvolvido de forma articulada – a pesca artesanal e o turismo em Barreirinhas – tendo em vista captar o olhar de quem vivencia o turismo de seu lugar social, os Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras, com foco em quatro eixos temáticos:

- A pesca artesanal e o turismo em Barreirinhas: uma relação complexa e contraditória;

<sup>398</sup> Entrevista – pescador “B” – povoado Tapuio, em agosto de 2008.

<sup>399</sup> Entrevista com o secretário da Colônia de Pescadores de Barreirinhas, em maio de 2007.

<sup>400</sup> Entrevista com o secretário da Colônia de Pescadores de Barreirinhas, em maio de 2007.

- Ausência de política pública de inserção do pescador artesanal na cadeia produtiva do turismo;
- Impactos do turismo no contexto de trabalho e de vida dos/as Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras;
- O Projeto de Implementação do Entrepasto de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas: uma perspectiva de inclusão a delinear-se no horizonte.

#### 4.4.3.1 A pesca artesanal e o turismo em Barreirinhas: uma relação complexa e contraditória

Ao buscar delinear as consequências dos circuitos turísticos de Barreirinhas na contemporaneidade, para o segmento tradicional dos pescadores artesanais, é preciso ter sempre presente as especificidades dessa categoria que vem vivenciando redefinições de trabalho e vida com a penetração da lógica do capital no universo da pesca. O turismo que, com suas mudanças rápidas e intensas, redefine a vida na sociedade barreirinhense, encontra pescadores que vivem uma precarização no exercício do seu trabalho como empregado, dos empresários da pesca, submetidos a processos de redefinições identitárias. Logo, desse seu lugar social, os pescadores artesanais vivenciam o cenário de transformação provocado pelo turismo. Que impactos os circuitos turísticos trazem para essa categoria de Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras é uma questão que também nos desafia no âmbito do desvendamento do objeto de pesquisa.

Ao aproximar-nos de Pescadores/as e Marisqueiras buscando resgatar como veem a chegada do turismo em suas vidas e no contexto do seu trabalho, deparamo-nos com distintas percepções que apontam para uma relação complexa e contraditória, permeada de ambiguidades.

De modo geral, os/as Pescadores Artesanais reconhecem, *a priori*, que estão de fora desse processo. Não obstante, ao mesmo tempo identificam efeitos ou mudanças que têm ocorrido, em suas vidas, em decorrência do turismo. Assim, nesse misto de percepções, ouvimos desde as mais radicais, que negam qualquer influência, como afirmativas de que “aqui nada mudou”, conforme a expressão do presidente da Colônia de Pescadores de Barreirinhas. De fato, sua percepção fundamenta-se na constatação de que outros segmentos sociais, formados por pessoas de fora, especialmente os que investem no ramo de meios de hospedagem, são os que mais lucram com o turismo. Ao mesmo tempo, com base no conhecimento da realidade local, afirma que a produção do pescador artesanal não interessa às

pousadas e restaurantes e, portanto, percebem-se excluídos desse processo e, da própria cadeia produtiva. Senão, vejamos sua narrativa:

Aqui não mudou nada. Até porque é assim: com a vinda do turismo, aqui não tem nada que os pescadores da região sejam beneficiados. O consumo do peixe aumentou assim, em vários sentidos porque, hoje, quem realmente ganha dinheiro com o turismo é só o pessoal que vem de fora, os que investem em Pousadas, enfim... É pouco pescador que pesca peixe principal, que é a pescada, o camurim [que chamam robalo] para vender para as pousadas, é bem pouquinho! A maioria dos pescadores pescam outros peixes. O serra, o bonito, arraia, são tipos de peixes que as pousadas não se interessam. Os peixes que interessam às pousadas – o pescado, o camurim - vêm de fora. Vem daqui, vem até peixe de Belém. [...] Já vinha peixe de fora, há muito tempo! Hoje, aqui, o consumo do peixe aqui em Barreirinhas, a maior parte vem de outras praias. [...].(Informação oral)<sup>401</sup>

[...] Nosso peixe, hoje, não tem valor! Porque ele é vendido no preço de R\$ 3,50 e de 4,00 e o turismo não vai comer aquele peixe; é a pescadinha ou Corvina, assim que chamam ela. Então, o turismo, não come ele. O turismo, vai comer uma marca de peixe que os grandes têm condição de pescar e nós não alcançamos essa pescaria [...].(Informação oral)<sup>402</sup>

Um pescador artesanal, morador de Atins, confirma essa perspectiva e, de forma categórica, afirma que o turismo não é bom para o pescador:

[...] Quem disser que o turismo é bom para pescador não está falando a verdade. Meu filho é pescador. Aqui em nossa casinha é só a pesca. Estou lhe dizendo aqui no Atins, preste atenção! Barreirinhas é outra coisa! [...].(Informação oral)<sup>403</sup>

Ao ampliar os contatos com o segmento, por ocasião dos grupos focais, observamos outros olhares e percepções acerca desse fenômeno do turismo na relação com a pesca artesanal. Assim, há os que percebem contradições e, portanto, identificam não apenas determinadas vantagens ou benefícios que a atividade turística traz para o próprio pescador, mas, também, o lado negativo, como argumenta outro pescador artesanal de Atins:

[...] Eu acho que o turismo não trouxe só o lado ruim, trouxe, também, o lado bom, porque nós aqui, nós tínhamos pessoas que eram da minha, igual a, até menos do que eu e, hoje, estão melhor do que eu, graças a Deus, por isso, né? Porque ele melhorou, tem um emprego, estão firmes. [...].(Informação oral)<sup>404</sup>

Nesse mesmo sentido, uma liderança dos/as pescadores/as, também de Atins, revela sua percepção acerca dos efeitos positivos do turismo para o pescador artesanal,

---

<sup>401</sup> Entrevista com o presidente da Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas, em maio de 2007.

<sup>402</sup> Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeiras, em agosto de 2008.

<sup>403</sup> Entrevista com Pescador Artesanal residente no povoado Atins, em julho de 2008.

<sup>404</sup> Grupo focal – povoado Atins, em julho de 2008.

especialmente ao garantir o mercado para um produto caro, como o camarão, o qual, sem a presença de turistas, não tem saída, como explicita em seu depoimento:

[...] Quero só falar a respeito do turismo. Eu acho que o turismo aqui trouxe para nós efeitos dos dois lados [...]. Eu tenho me beneficiado com os turistas; um pouco, mas tenho. Porque, olhe, foi falado aí um assunto que o kg do camarão é vendido por R\$ 10,00 ou R\$12,00 quando tem turista. Então, fica claro que o turista está entrando em alguma coisa. Porque se não tiver o turista, também não é vendido o camarão. (Informação oral)<sup>405</sup>

#### 4.4.3.2 Ausência de política pública de inserção do pescador artesanal na cadeia produtiva do turismo

Ao incidirem o olhar na atividade pesqueira no contexto do turismo, os/as pescadores/as abordam uma questão-chave ao enfatizarem que não existe uma Política Pública específica voltada a fortalecer o pescador ribeirinho para que possa atingir melhores níveis de produção e, portanto, ser inserido nesse mercado gerado com o turismo. O entrevistado aponta caminhos, no sentido de viabilizar esse relacionamento do turismo com a pesca artesanal, ao referir-se à gastronomia local, que possui um prato típico à base do pescado. Vejamos a narrativa que encarna um discurso de quem tem a real dimensão da situação de abandono em que, historicamente, vive o setor da pesca artesanal no país:

A pesca, em relação ao turismo está sendo prejudicada? Está. Por que? Não é nem pelo fato de prejudicar a questão da pesca. Mas o governo municipal, o governo federal estão sendo omissos em algumas questões. Não adianta a cidade encher de turistas e usufruir tudo que nós temos e não deixar recursos, através de seus impostos, para podermos aqui, nós, tentarmos reviver, fazer com que as coisas se transformem com certa tranquilidade. De forma que o relacionamento do turismo com a pesca, acho que as pousadas têm um prato típico do pescado que esses barcos de grande porte fornecem para elas. Mas ainda não se tem uma política específica para que os ribeirinhos, os pescadores artesanais façam esse fornecimento. Alguns pescadores fazem fornecimento para algumas pousadas. Então, não há uma Política específica para manter essa relação. (Informação oral)<sup>406</sup>

Continuando em sua narrativa, com muita lucidez, faz uma afirmativa, que tem um sentido de denúncia ao poder público responsável pela Política nesse setor, ao constatar que, para o Pescador Artesanal de Barrerinhas, a situação está “estagnada”. Ao mesmo tempo, o entrevistado enfatiza a falta de uma cooperativa para atuar no processo de abastecimento do mercado local da pesca.

---

<sup>405</sup> Grupo focal – povoado Atins, em julho de 2008.

<sup>406</sup> Entrevista com Pescador Artesanal do povoado Ponta do Mangue, em novembro de 2007.

Então, eu acho que a única mudança em relação ao turismo é não ter mudança. Está estagnada. [...] Porque podia ter mudanças! Porque deveria ter uma Cooperativa para abastecer o mercado, que é muito extensivo aqui em Barreirinhas.(Informação oral)<sup>407</sup>

A narrativa, a seguir, deixa evidente a situação de vulnerabilidade em que se encontra o Pescador Artesanal, sujeito às regras do Banco, num tipo de financiamento para “custeio”, sem nenhuma garantia em face de adversidades da natureza:

[...] Para mim, não melhorou em nada. Agora mesmo, fiz um empréstimo para comprar uma rede de pesca... mas perdi, pois se rasgou no mar, não sei como! Vou ter que pagar agora no dia 08 de dezembro de 2007. Já me informei no Banco e me disseram que tenho que pagar; podem até parcelar, mas perder, o Banco não perde. Vou ter que pagar! Vou ter que pagar R\$ 750,00 no monte ou então parcelar, com juros. [...] Essa rede, eu comprei pensando em conseguir produzir um pouco mais. [...].(Informação oral)<sup>408</sup>

Outro pescador artesanal, de Tapuio, durante o grupo focal, chama todos/as presentes à reunião para uma reflexão acerca da situação de precariedade em que vivem todos os companheiros da pesca artesanal, sem que chegue em Barreirinhas nenhum recurso ou forma de financiamento para a compra de um barco. Na oportunidade, faz uma indagação, que parece mais um grito de indignação: “Aonde é que está a sangria, a sangria que não pode deixar passar e chegar os recursos até aqui para nós?” Como um grito desesperado, afirma ter consciência de seus direitos como sócio da Colônia de Pescadores:

[...] Então, o que eu quero dizer para você, para os outros pescadores e até para mim mesmo. Qual é o motivo que não chega a condição para nós? Entrar ao menos em grupo, para chegar aqui, o Governo não libera recursos... muitas condições para todo pescador? Principalmente esse Presidente Lula, a gente vê, ele ajuda o pescador. E qual é o motivo, aonde é que está a sangria, a sangria, que não pode deixar passar e chegar os recursos até aqui para nós? A gente quer saber esse motivo? Porque, podiam fazer um grupo para que nós fizéssemos um empréstimo para a compra de um barco. [...] Nós pagamos um órgão, nós pagamos uma Colônia desde 1975 prá cá e todos aqui correm com o seu direito certinho. Então, se é o direito, como eu conheço e, em muitas praias, têm a casa que financia as coisas, desde o anzol. Porque nós vivemos aqui pagando essa mensalidade e ficamos sofrendo? É uma grande consciência que temos. Nós estamos aqui sujeitos a pagar essa Colônia, através de uma aposentadoria, lá na frente! [...].(Informação oral)<sup>409</sup>

---

<sup>407</sup> Entrevista – Secretário da Colônia de Pescadores, em maio de 2007.

<sup>408</sup> Entrevista – Pescador Artesanal – povoado Ponta do Mangue, em novembro de 2007.

<sup>409</sup> Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira, em agosto de 2008.

#### 4.4.3.3 Impactos do turismo no contexto de trabalho e de vida dos pescadores artesanais

- Aumento do custo de vida

Pesquisar sobre esse tema permitiu-nos conhecer uma diversidade de efeitos do turismo a partir da percepção dos/as Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras. A princípio, vale sublinhar que os/as pescadores/as reivindicam sempre a condição de “moradores/as” locais. Outros agregam, a essa condição de morador, a posição que ocupam no contexto da sociedade local, autodenominando-se como pertencentes à “classe de baixo” ou como “pescador pobre”, ao abordarem o problema que atinge e preocupa a todos: o aumento do custo de vida como um dos principais efeitos do turismo. Na verdade, em relação aos turistas ou às pessoas “de fora”, mais especificamente os empresários que vieram investir em pousadas, os/as pescadores/as percebem-se numa posição social inferior. Dessa forma, enquanto moradores de Barreirinhas, são unânimes em afirmarem os efeitos no aumento dos preços, como revelam os depoimentos a seguir:

E o que eu achei na vinda do turismo o que causou muito aqui, foi uma certa carestia. [...] Você vê aqui, com a vinda do turismo, hoje, até um transporte, um frete de uma lancha que você precisa [...].(Informação oral)<sup>410</sup>

A vida em Barreirinhas antes da chegada do turismo: a vida aqui era normal e não era. Era até melhor, eu achava assim, para a nossa classe de baixo. Mas sobre o turismo, para a gente participar, ficou um pouco mais pesado porque o custo de vida ficou mais caro! Se hoje, aqui, ainda tem algum pescador que vende o kg do peixe nas pousadas, num preço, um pescador pobre não pode comprar. Eu não posso comprar. Porque ele quer me vender no mesmo preço que vende para as pousadas. Meu peixe que pesco, eu entrego para o dono da embarcação [...].(Informação oral)<sup>411</sup>

Para mim, o turismo fez foi aumentar os preços. Aqui os preços estão muito caros. Pelo menos, em Barreirinhas, as coisas antigamente eram mais baratas. Depois que começou a entrar aqueles turistas lá, é uma carestia horrível! Só se vê muito é carestia! No mesmo preço que eles querem vender para os turistas, querem vender para os moradores [...].(Informação oral)<sup>412</sup>

- Relações de conflito entre Pescadores /as Artesanais x Pilotos de Lancha

Uma atividade turística tem prejudicado e alterado a rotina dos pescadores/as artesanais, especialmente os que residem em povoados às margens do Rio Preguiças e que realizam a pesca da água doce. Trata-se de situações criadas por determinados Pilotos de Lanchas, denominadas de “voadeiras”, ao percorrerem o rio Preguiças durante o dia e às

<sup>410</sup> Entrevista – pescador artesanal “H” em maio de 2007.

<sup>411</sup> Entrevista – pescador artesanal C do povoado Ponta do Mangue, em novembro de 2007.

<sup>412</sup> Grupo focal – povoado Atins, em julho de 2008.

noites, nos momentos e locais em que Pescadores/as estão armando suas redes de pesca; ocasionando, muitas vezes, o corte das mesmas. A frequência de tais ocorrências têm acirrado o conflito entre segmentos da pesca e do turismo. Essa situação é considerada grave pelo presidente da Colônia de Pescadores Z-18, de Barreirinhas, e, portanto, o assunto tem sido motivo de reuniões com a Cooperativa de Pilotos de Lancha e o órgão da Marinha que regulamenta o transporte náutico. As narrativas revelam o nível de conflito existente entre Pescadores/as Artesanais e Pilotos de Lanchas que prestam serviço no transporte náutico turístico:

[...] Hoje está mais difícil para nós do que no passado! Porque hoje os donos de voadeira, o turismo, atrapalham muito a pescaria. Nós não podemos pescar! Porque eles andam de dia e de noite. De dia, eles fazem os passeios, de noite eles vão beber e vão andar no rio. E aí, a gente não pode pescar! Hoje, ainda ficou mais ruim! Para mim, piorou mais ainda! (Informação oral)<sup>413</sup>

Eu concordo, porque esse turismo, ele trouxe mais foi necessidade, quer dizer, no nosso custo de vida, ele trouxe mais necessidade para a nossa vida. Porque, digamos, se a minha mulher sai para ir pescar bem ali, aí ela não pode pescar porque é voadeira uma em cima da outra. Ele quer ir de noite, a gente arrastar com uma rede, ele não pode. Se corta a caçoeira dele, eles vão dizer: ah, isso aí não é problema, o rio é público, aí não tem nada a ver. Às vezes, quando o dono da voadeira tem um pouco de raciocínio, ele vai lá e diz; rapaz vou te dar vinte reais, ou dá um tubo de nylon. Isso já ajuda. [...]. (Informação oral)<sup>414</sup>

Outro pescador, ao abordar esse conflito entre Pescadores/as e Pilotos de lanchas “voadeiras”, enfatiza essa dimensão contraditória do turismo, ou seja, para muitos, está prejudicando, enquanto para outros, tem gerado renda:

É o problema depois desses tipos de voadeiras que chegaram, ninguém pode pescar! Nós temos uma pescaria aqui do camurim. Aqui nós chamamos camurim, lá fora ele é chamado de robalo<sup>415</sup> [...]. Então, a gente não pode pescar! A voadeira corta as redes e é aquela arrumação toda! Isso é o problema, justamente com o turismo! É verdade! Para muitos, prejudicou! Já para muitos, estão sobrevivendo dessa parte! Aí, como diz a história: não está batendo certo, as coisas todas, né? Para uma parte está prejudicando! (Informação oral)<sup>416</sup>

---

<sup>413</sup> Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira, em agosto/2008.

<sup>414</sup> Grupo focal povoados Tapuio e Laranjeira, em agosto/2008.

<sup>415</sup> Zool. Peixe actinoptério, perciforme, centropomídeo (*Centropomus undecimalis*), distribuído do S. dos E.U.A. ao S. do Brasil. Tem coloração plúmbea, com a garganta, os flancos e o abdome brancos. Alimenta-se de outros peixes e crustáceos e sua carne é de primeira qualidade. Comprimento: até 1,20m; peso: até 15kg. Vive também na água doce e na salobra, nada aos cardumes, preferindo fundos pedregosos. Sobe os rios à procura de remansos ou lagoas para desovar, ger. no inverno. [Sin.: *robalão*, *robalão-bicudo*, *robalão-flecha*, *camuri*, *camurim*, *camurim-açu*.] Dicionário Aurélio. Versão Eletrônica. Acesso em: 16 Set.2008).

<sup>416</sup> Entrevista com Pescador Artesanal B do povoado Tapuio, em agosto de 2008 .

- Inserção pontual de moradores das comunidades pesqueiras na cadeia do turismo

A inserção, na cadeia do turismo, de filhos/as de pescadores, e até mesmo de Pescadores Artesanais residentes em comunidades pesqueiras de Barreirinhas, tem ocorrido mediante um processo espontâneo, na medida em que as oportunidades vão sendo construídas e aproveitadas. Isso significa, de distintas formas, a penetração do turismo na vida cotidiana e no imaginário das pessoas, estimulando-as a enfrentarem o desconhecido e a experimentarem novos ramos de trabalho.

As comunidades Atins e Tapuio representam, de modo distinto, esse processo gradativo de inserção na cadeia turística. Na dinâmica da vida dos moradores de Atins, vale sublinhar situações peculiares em que Pescadores/as e Marisqueiras, atentos/as à crescente demanda turística, inserem-se em atividades totalmente diferentes da pesca, fazendo investimentos em pequenos negócios em distintos ramos, tais como: hospedagem, padaria, restaurante e boutique de roupas de praia. Desse modo, cada situação exige a aplicação de recursos, seja na ampliação do espaço de moradia da família, com reformas e adaptação para fins de uma hospedaria familiar, seja uma padaria, ou, ainda, um restaurante que serve refeições caseiras.

Assim, um Pescador fala de sua inserção profissional no ramo da produção de pães, em decorrência da demanda turística local.

[...] Eu falei, no meu mercado não dá para o turista porque é pequeno... mas ele ajuda em alguma coisa. Eu trabalho ali com uma padaria, uma mini-padaria, mas através do turismo tem me ajudado, porque tem uma pousada aí que, quando tem turista, me ajuda muito. [...] Quando diminui o turismo, diminui também, a venda. Então, pra mim, esse lado, o turismo tem me ajudado! (Informação oral)<sup>417</sup>

Outro entrevistado percebe que, para si mesmo, o turismo não influencia em nada; no entanto, reconhece o lado positivo da inserção da irmã e uma sobrinha, nos ramos de hospedagem e restaurante:

[...] Aqui em Atins pelo menos, bem aí, essa moça é dona de um restaurante, ela é minha sobrinha. E a Rita é minha irmã. Tá certo, elas podem dizer que, para elas, o turismo é bom. Para mim não é, porque eu não tenho nada para oferecer para o turismo. A Rita tem um 'dormitório'. E a outra, que é filha dela, que é minha sobrinha, vende aqui, acolá, um pratinho de comida para eles, vende uma água mineral. [...].(Informação oral)<sup>418</sup>

<sup>417</sup> Grupo focal – povoado Atins em julho de 2008.

<sup>418</sup> Entrevista – Pescador Artesanal – povoado Atins em julho de 2008.



Nesse mesmo contexto, tendo em vista os processos identitários em curso, merece destaque o caso de uma marisqueira aposentada, e também artesã, que, em sua sossegada e rotineira vida em Atins, é instigada a entrar para o ramo do comércio ao observar a crescente presença de turistas na comunidade. Esse fato abriu-lhe a visão para instalar uma boutique especializada em roupas de praia. Com isso, houve uma mudança radical em sua rotina de vida, que, a partir de então, tem incluídas as viagens periódicas à Fortaleza, capital do Ceará, para comprar os produtos e revendê-los em Atins. De fato, são identidades em construção que se hibridizam nas rotas do turismo em Barreirinhas.

Ainda no percurso do trabalho de campo, procuramos aproximar nosso olhar para o cotidiano das comunidades de Tapuio e Laranjeira. Nos momentos de imersão ouvimos pescadores/as em narrativas sobre suas vidas, ouvimos relatos acerca de atividades que emergiram na dinâmica do turismo. Pudemos perceber que, para além do ciclo de vida centrado na pesca, na lavoura e na olaria, outras atividades começam a fazer parte da dinâmica de vida das pessoas nos tempos da Barreirinhas do turismo. Nesse contexto, destacam-se, como atividades que emergiram e/ou redimensionaram-se: a organização e a estruturação de uma Casa de Farinha, no povoado Tapuio, como ponto de visitação turística; e o artesanato, presente em ambas as comunidades, que se redimensiona para atender às demandas turísticas. Há, ainda, outras situações de algumas famílias residentes à beira do Rio Preguiças, que, aproveitando-se da localização privilegiada de suas casas e a presença de turistas que chegam ao povoado Tapuio, organizam, no espaço doméstico, precisamente nos quintais de suas casas, bares e restaurantes com vendas de bebidas e comida caseira, tendo como prato principal a galinha caipira, com direito à vista panorâmica do rio Preguiças. Um pescador fala, especificamente, do barzinho como uma alternativa de renda para o pescador artesanal:

[...] Aqui tem companheiro que tem um barzinho na beira d'água! Quando ele não está na roça, não está pescando, ele está vendendo uma cerveja, está vendendo um refrigerante, uma água mineral, os companheiros aparecendo, é fazendo uma galinha. Então, cada qual faz seu meio de viver. (Informação oral)<sup>419</sup>

Nesse mesmo grupo focal, realizado com pescadores/as de Tapuio e Laranjeira, a fala de um participante revela uma tendência que está a ocorrer com as novas gerações de pescadores artesanais na busca de melhores condições de vida e trabalho, quando optam pelo ramo do turismo:

---

<sup>419</sup> Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – agosto/2008.  
288

Aqui tem um que é Pescador, tirou Carteira de Habilitação na Marinha e está trabalhando numa voadeira. Ele é Pescador, mas só que ele trabalha no turismo. (Informação oral)<sup>420</sup>

#### 4.4.3.4 O Projeto de Implementação do Entrepasto de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas: uma perspectiva de inclusão a delinear-se no horizonte

Esse projeto integra uma proposta mais ampla, incluída pela Cooperação Técnica Brasil-Espanha no “Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal nos Lençóis Maranhenses”, e pretende viabilizar condições de infraestrutura e de fortalecimento dos pescadores artesanais, em Barreirinhas, para uma efetiva inserção dessa categoria no setor pesqueiro. Assim, o discurso, consubstanciado na proposta, acena com uma política pública para esse segmento dos pescadores artesanais que, ao longo dos tempos, tem ficado fora da rede de proteção social do estado, ressentindo-se de intervenções estatais capazes de atender às demandas da categoria no sentido de melhoria do trabalho e da vida. De fato, conforme fontes documentais, o “Projeto de Implementação do Entrepasto de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas” delineia como objetivo geral:

Desenvolver um conjunto de ações necessárias para a execução do Entrepasto de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas/MA, dentro de um futuro Terminal Pesqueiro Público Artesanal, a partir da implementação de infraestrutura adequada, fortalecendo, promovendo e profissionalizando a cadeia produtiva da pesca artesanal, como forma de possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população com geração de trabalho e renda adicionais e consequentes divisas para o município. (INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL, 2007, p.5)

Nessa perspectiva, prevê objetivos específicos que atenderiam às demandas prioritárias e urgentes dos pescadores artesanais em Barreirinhas:

Construção de prédio/bloco para produção/benefício de pescados nas formas fresco e congelado em condições sanitárias adequadas [...]; implantação de prédios de apoio à produção [...]; atividades para a elaboração e a implantação de controles sanitários [...] e de controle de qualidade [...]; geração de trabalho, emprego e renda e diversificação de divisas para o município [...]; ampliação da qualidade dos produtos do pescado, possibilitando acesso a novos mercados, e da apropriação de renda ao pescador local; definição participativa e a implantação do modelo de gestão / administração do espaço [...] e a garantia do aspecto público dos investimentos; diminuição de atravessadores e a melhoria na organização produtiva no processo de comercialização do pescado produzido. (INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL 2007, p.5)

---

<sup>420</sup> Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – agosto/2008.

Cabe esclarecer, que em termos de dotação orçamentária, consta no referido documento, para as rubricas “gestão da implantação” e “implantação do Entrepasto de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas”, o montante total de R\$ 712.627,00. (INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL, 2007, p.38)

Em face da amplitude e relevância desse projeto para a categoria dos Pescadores/as Artesanais nesse contexto da “Barreirinhas do Turismo”, buscamos, de forma sistemática, em entrevistas e grupos focais, resgatar junto a pescadores/as e marisqueiras o seu nível de informação sobre o projeto em pauta, enfocando, sobretudo, o processo de implementação, discutindo percepções e opiniões desses sujeitos acerca dessa proposta.

Assim, a entrevista do presidente da Colônia de Pescadores Z-18 delineia uma síntese cronológica do projeto, a partir do momento preliminar de discussão das propostas com as comunidades pesqueiras, em 2003. Em seu discurso, dá ênfase a três metas previstas: uma delas, já realizada, a construção do Centro de Apoio ao Pescador, inaugurado em dezembro de 2006; a previsão de construção de uma fábrica de gelo; e a “Escola de Pesca”, a ser viabilizada por meio de uma parceria com o Cefet (Centro Federal de Ensino Tecnológico) para capacitar, inicialmente, 30 jovens pescadores, selecionados entre oito povoados de Barreirinhas, conforme explicita:

Em 2003, a gente começou, aqui, a primeira palestra com a Cooperação Espanhola. Reuniram as comunidades da região das praias e, juntos, começamos a discutir as formas de melhoria para a pesca. Então, daí, o pessoal da Cooperação voltou e foi estudar meios e foi construído o Centro de Apoio ao Pescador. Esse Centro, foi inaugurado em Dezembro de 2006, mas, ao mesmo tempo, vai ter uma fábrica de beneficiamento do pescado, uma fábrica de gelo. [...] O Secretário da Secretaria de Pesca do Maranhão falou pra nós que, até Julho de 2007, estará sendo começado o trabalho do Centro de Beneficiamento [...] Além disso, está vindo aí a Escola de Pesca, numa parceria com o CEFET. Essa Escola de Pesca, são oito povoados que estão envolvidos com esse Projeto. Desses povoados, serão selecionados 30 alunos para estudar nessa escola. Todos são jovens pescadores, que também são filhos de pescadores. [...] Eles vão sair capacitados com estudo mais elevado e, também, com prática de pescar em águas mais profundas. O Curso terá duração de dois anos, com previsão de início das aulas em agosto de 2007.(Informação oral)<sup>421</sup>

O presidente da Colônia de Pescadores Z-18, de Barreirinhas, fala ainda acerca do trabalho realizado por um engenheiro de pesca, que atuou como consultor técnico do IABS e permaneceu em Barreirinhas durante um certo período, desenvolvendo, com Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras, o trabalho de sensibilização e motivação para a organização de uma cooperativa:

---

<sup>421</sup> Entrevista com o presidente da Colônia de Pescadores de Barreirinhas, em maio de 2007.

[...] O trabalho do Bruno, engenheiro de pesca, aqui ele acompanhou a gente nas reuniões, depois ele foi sozinho, nas comunidades, falando um pouco sobre cooperativismo, buscando discutir com o pessoal a melhor forma de conseguir crédito mais fácil. Foi isso o trabalho dele aqui. [...] Até agora ainda não deu resultado. Porque foi só palestra e ele orientando, mais ou menos, as formas como pode ser criada uma cooperativa. Isso, ficou ainda a critério da comunidade, formar um grupo [...].(Informação oral).<sup>422</sup>

Quanto à visão dos Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras acerca do projeto, suas narrativas revelam um certo nível de informação, com lacunas no que se refere a cronograma de implementação e a determinadas ações prometidas e não viabilizadas até então:

[...] Então, a Casa do Pescador está feita. Acho que a senhora já foi lá. No dia da inauguração, nós viemos, o Bruno foi lá no povoado (Ponta do Manguê), convocou as pessoas para todos não deixarem de vir. Eu vim com a equipe, foi muita gente! Muita gente que veio para a “nossa casa”, Casa do Pescador, que é chamada. É assim mesmo. Aí, viemos. Logo lá no dia da inauguração, depois teve uma reunião com as pessoas da liderança mais forte. [...] E daí, dona Irlene, tudo bem, minha amiga. Mas só se sabe que foi feito esse projeto assim, essa estratégia de dizer que é do pescador, com dinheiro que veio da Espanha [...]. Conversamos com a d.Carla, conversamos com o sr. Alejandro, conversamos com o Bruno, esse veio dar uma palestra que era até para nós fazer o projeto [...] E, aí minha irmã, o que eu sei, para lhe encurtar a razão, sobre a Casa do Pescador, não sei mais de nada! (Informação oral)<sup>423</sup>

Durante o grupo focal realizado na comunidade de Atins, a maioria dos/as Pescadores/as e Marisqueiras demonstrou estar insuficientemente informada sobre o andamento do projeto, como revela o diálogo entre eles:

- Faz é tempo que ouço falar desse Projeto. Faz é tempo, e nunca chega!
- É porque ele está andando a passos de jabuti, sabe? Agora a gente já sabe que a coisa está bem encaminhada, os prédios já estão lá todos feitos e a Fábrica de Gelo, sabe como é que é essas coisas.... Quantos anos está, Bernardo, que começou esse Projeto?
- Uns quatro anos.
- Faz mais do que isso! Mas a gente hoje já vê dois prédios ali, lindão! E a Fábrica de Gelo já está bem encaminhada.(Informação oral)<sup>424</sup>

Ainda no decorrer da reunião com o grupo focal, nesse mesmo povoado de Atins, um pescador artesanal, que é também uma das lideranças locais, demonstrou conhecer a proposta do projeto ao enfatizar a expectativa que tem em alcançar melhores níveis na produção pesqueira, tendo em vista a expansão do mercado local e regional pela demanda

<sup>422</sup> Entrevista com o presidente da Colônia de Pescadores de Barreirinhas, em maio de 2007.

<sup>423</sup> Entrevista com Marisqueira C do povoado Ponta do Manguê em novembro de 2007.

<sup>424</sup> Grupo focal – povoado Atins em julho de 2008.

gerada pelo turismo na cidade. Refere-se, portanto, à possibilidade de, brevemente, os pescadores artesanais poderem contar com uma estrutura de comercialização e classificação para seus produtos, como consta nos objetivos do Projeto de Implementação do Entrepósito de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas-Ma. Para ele, a construção de uma fábrica de gelo representa uma esperança, para os pescadores/as de Barreirinhas, no sentido de solucionar o problema da comercialização da produção pesqueira local, como revela a sua narrativa:

[...] Já estão construindo uma fábrica de gelo na Boa Vista. E essa fábrica, segundo eles falaram aqui mesmo, o pessoal do Projeto, que é resultado do convênio do Brasil com a Espanha, ela vai exportar o produto. Então, com isso, eu creio que vá classificar mais. Então, quando a fábrica estiver funcionando, eu creio que esse problema vá sanar. Porque tem quem compre o peixe e nós vamos deixar em Barreirinhas. Então, por isso é que, hoje, nós estamos é morto, porque nem mesmo na Barreirinhas não se acha pessoal que queira comprar, porque tem muito peixe, porque vem de toda banda, toda parte. (Informação oral)<sup>425</sup>

Ao mesmo tempo, na comunidade de Ponta do Mangue, o depoimento de um Pescador Artesanal demonstra que a categoria se ressentia de informações mais detalhadas, inclusive sobre o cronograma do projeto. Assim, revela a forma fragmentada como as informações chegam às comunidades e ao conjunto da categoria:

Eu ouvi falar de uns pescadores que foram matriculados para esses cursos... De saber, todos aqui sabem, porque o Presidente da Colônia, tudo isso, quando vem para as reuniões, ele fala. Só não sabem os que não participam das reuniões, mas os que participam, sabem! [...] Mas é assim, essas pessoas que coordenam esse Projeto, eles não trazem nenhuma informação para nós. O presidente da Colônia é muito carente dessas informações. Eles passam com as informações direto para a Prefeitura. Porque, eu acho assim, se é de interesse do pescador... esse é o menos informado. Eles não passam a informação para a gente. (Informação oral)<sup>426</sup>

Diante desse clima de incertezas, em meio a esperança acerca do referido projeto, no início do segundo semestre de 2008, solicitamos entrevista com o Superintendente da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Maranhão (Seap), Sr. Ivaldo Coqueiro<sup>427</sup>, em São Luís do Maranhão, tendo em vista obter informações oficiais do órgão público responsável pelo

<sup>425</sup> Grupo focal – povoado Atins em Julho de 2008.

<sup>426</sup> Grupo focal – povoado Ponta do Mangue em Julho de 2008.

<sup>427</sup> Formação profissional: Químico Industrial. Foi membro da Pastoral dos Pescadores, integrando a Coordenação Nacional. Como colaborador da Assessoria do Movimento Nacional dos Pescadores, participou da elaboração da Nova Lei das Colônias nº 11.699, aprovada em 13/06/2008. É este um Projeto de Lei oriundo do Movimento “Constituinte da Pesca” que contempla reivindicação de autonomia política, reivindicação da organização dos pescadores – as Colônias de Pescadores, livres da intervenção do Estado.

setor da pesca no Estado. O superintendente, atendendo à nossa solicitação, conseguiu, finalmente, um espaço em sua agenda permeada por trabalhos técnicos/ administrativos e viagens a serviço para regiões pesqueiras do Estado. Na oportunidade, demonstrou inteira disponibilidade em prestar-nos as informações que estávamos a solicitar sobre o projeto em pauta, permitindo-nos, inclusive, fazer uso do gravador. Iniciou fazendo uma contextualização das instituições envolvidas, tanto da Seap, como do Cefet, no que se refere à insuficiência de pessoal com formação técnica especializada na área da pesca e da aquicultura. A seguir, fragmentos de sua narrativa em que enfatiza essa questão como um dos fatores que têm dificultado a implementação do projeto em tempo hábil:

[...] Como, há anos, o Estado Brasileiro nunca deu importância à pesca e para a aquicultura, hoje, temos problemas com a formação humana voltada para a pesca e a aquicultura. Então, estamos começando a fazer a formação humana para a pesca e a aquicultura. Só agora, estamos mais ou menos com dois meses, que o Cefet tem o seu primeiro professor na área específica de pesca. Certo? Apesar de todas as pessoas que são envolvidas, mais especificamente na área de pesca, só agora, depois de Concurso, uma pessoa foi contratada. Então, nós temos uma deficiência de pessoal qualificado, de formação humana específica para a pesca. Então, isso é um dos probleminhas que a gente está tendo. [...].(Informação oral)<sup>428</sup>

No âmbito do projeto, o Superintendente acrescentou informes relevantes em relação à construção de prédios onde funcionarão uma unidade do Cefet e um centro de pesquisa sobre a pesca e a aquicultura. Especificamente em relação aos cursos previstos no projeto, os quais têm gerado uma expectativa entre os/as Pescadores/as de Barreirinhas, ele explicou detalhadamente os dois níveis de formação a serem oferecidos, embora volte a enfatizar sobre a deficiência de recursos humanos, justificando a morosidade na implementação:

[...] Bem, cursos de capacitação nós vamos manter, na verdade, vários. Vamos trabalhar com o Cefet na Unidade Incubadora de Cooperativismo e devemos ter duas formações lá nesse Centro. Uma, Formação Técnica Profissional para Pescador, para que ele tenha a atividade pesqueira qualificada, certo? E cursos de formações pontuais. O que são cursos de formações pontuais? São cursos mais específicos, para um grupo de pescadores, sobre a importância do mundo, a tradição do caranguejo, algumas técnicas de pescar, algumas técnicas de congelamento. Cursos pontuais de administração, isso nós vamos fazer. [...] Há uma lentidão porque nosso corpo administrativo é pequeno, ou seja, o da Presidência da República é limitado. Com a chegada do Ministério da Pesca, a probabilidade de concurso é mais real e trazer maior número de técnicos. [...].(Informação oral)<sup>429</sup>

---

<sup>428</sup>Superintendente, Sr. Ivaldo Coqueiro – São Luís – Agosto/2008.

<sup>429</sup> Superintendente da SEAP, Ivaldo Coqueiro – São Luís em agosto de 2008.

Nessa sua entrevista, em 2008, o Superintendente, ao abordar o ponto primordial do projeto: o entreposto de beneficiamento do pescado, grande esperança dos/as pescadores/as artesanais apesar de reconhecer a lentidão e o consequente atraso no cumprimento do cronograma previsto – tendo em vista o período de vigência de 2005 a 2008 –, acrescenta um dado relevante: ajustes em termos da proposta original, considerando a “falta de visão mais ampla da questão do comércio do pescado”. Assim, afirma:

[...] O tempo está no final... ele andou meio lento em função da própria dinâmica da Secretaria de Pesca... Como o setor de Pesca, no Brasil, é uma coisa nova, então nós tivemos alguma lentidão em responder às demandas do Projeto, certo? Mas acredito que a gente vai tocar porque ali, naquele local de Barreirinhas, quando a gente começou a pensar esse Projeto, a gente não tinha uma visão mais ampla da questão do comércio do pescado. Então ali vai ser um Centro Integrado da Pesca Artesanal. O que é Centro Integrado da Pesca Artesanal? É formação e comercialização. Ali vai se trabalhar tanto a questão da formação e a comercialização do pescado! No início, a gente pensava, a gente não tinha a preocupação de começar a “cadeia produtiva do pescado”. Não era uma coisa que a gente discutia, certo? Hoje, a gente vê a importância de discutirmos a cadeia produtiva, de definirmos a “cadeia produtiva do pescado”. Enquanto não for organizada e definida “a cadeia produtiva do pescado”, a comercialização, não só em Barreirinhas, vai ser muito difícil! [...].(Informação oral)<sup>430</sup>

As informações prestadas pelo Superintendente da Pesca estão permeadas de justificativas quanto às razões do atraso em que se encontra a implementação do projeto em discussão. Na verdade, a principal justificativa prende-se ao fato da Seap ser recém-criada. Assim, podemos induzir que, em relação à pesca artesanal no Brasil, como política pública, “nada mudou” . Cabe, então, retomar, aqui, a fala de um Pescador Artesanal do povoado Tapuio que, de forma sagaz, indaga: “aonde é que está a sangria, a sangria que não deixa passar e chegar os recursos até aqui para nós?”

Nesse cenário marcado por atrasos na implementação do projeto e questões de natureza político-institucional, cabe ressaltar, aqui, a sabedoria do pescador de Atins ao apelar para a Providência Divina, ao se referir ao projeto: “futuramente, a gente está esperando em Deus que vá melhorar”.

---

<sup>430</sup> Superintendente da SEAP, Ivaldo Coqueiro – São Luís em agosto de 2008.

#### 4.4.4 Ser Pescador/a Artesanal e Marisqueira residentes no PARNA dos Lençóis Maranhenses: uma situação de risco social

##### 4.4.4.1 O discurso oficial: Lei Nº 9.985 versus visão antropocêntrica

Abordar esse tema exige, a princípio, que se faça uma contextualização das questões subjacentes; tanto as de natureza jurídico-ambiental, no âmbito da legislação ambiental brasileira, como as fundamentadas na ótica ambientalista.

Ademais, é importante que se conheça como pescadores/as artesanais e marisqueiras, que residem dentro do PARNA dos Lençóis Maranhenses, percebem e reagem à possibilidade de virem a ser idenizados/as e realocados/as em outros lugares.

Na perspectiva jurídico-institucional, cabe situar, nesse contexto, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – Lei 9.985 de 18 de Julho de 2000 –, que é constituído pelas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais. De acordo com essa lei, as unidades de conservação estão agrupadas em duas categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Os Parques Nacionais fazem parte do grupo de Proteção Integral. Dessa forma, a referida lei estabelece o seguinte no parágrafo 1º do Artigo 11:

O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

Nessa mesma lei, no Cap. VII que trata “Das Disposições Gerais e Transitórias”, está estabelecido que recursos o Estado deve utilizar para fazer valer a concepção de “unidade de proteção integral”, que não permite a presença de populações humanas residentes nas respectivas áreas:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão idenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.(BRASIL, 2008)

Essa é uma questão complexa e polêmica, pois nela estão em disputa duas racionalidades distintas: a racionalidade na ótica tradicional e restrita da conservação e proteção integral das unidades de conservação, de acordo com a legislação em vigor; e a racionalidade segundo a visão ambientalista ampla e abrangente, que enfoca a relação homem e o meio. Em verdade, esta corrente ambientalista ampliada assume uma postura



antropocêntrica; sustentando, como argumento, que o ambiente existe para o homem e pelo homem. Essa concepção cresceu e fortificou-se dentro do próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o órgão federal, até então, responsável pela gestão dos Parques Nacionais, antes do desmembramento e criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2007. Assim, como resultado da afirmação dessa postura “antropocêntrica”, verificou-se a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), através da Portaria Ibama Nº 22, de 10/02/92. O termo “população tradicional” é utilizado segundo a perspectiva conceitual desenvolvida por Diegues(1993); ressaltando, dentre outras características, a integração com os ecossistemas circundantes. O Centro Nacional Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (2010) tem como finalidade:

Promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas e projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais.

É incontestável que, com a criação do CNPT, houve uma quebra do paradigma tradicional que orienta o modelo de gestão das unidades de conservação do país. No entanto, não se pode afirmar qual seja a corrente hegemônica no contexto do Instituto Chico Mendes (ICMBio).

No caso do PARNA dos Lençóis Maranhenses, durante o trabalho de campo realizamos entrevistas com Chefes dessa Unidade de Conservação, referentes a duas gestões: em 2006, ainda na vigência do Ibama, com Júlio Andrade; e, em 2008, com Ivone Fecury, já no contexto do ICMBio. Dessa forma, essa temática das populações tradicionais residentes no PARNA dos Lençóis Maranhenses foi um dos assuntos abordados em entrevista com a então gestora do PNLN, em setembro de 2008. Em seu discurso, a Chefe recorre a aportes documentais, de modo especial à Lei nº 9.985 – SNUC e ao Plano de Manejo do Parque, elaborado em 2002. Demonstra, assim, possuir conhecimento e experiência na gestão de Unidades de Conservação, assim como o tempo de serviço em setor técnico de Direção, na estrutura institucional do IBAMA. Com esse perfil profissional, a Chefe do PARNA, revelou em sua fala, possuir um outro olhar, pela sensibilidade e capacidade analítica, em relação às populações tradicionais residentes no Parque. Fragmentos de sua entrevista revelam que não é interesse da Instituição Chico Mendes resolver essa questão da regularização fundiária pela via “convencional”, ou seja, interpretar a referida Lei “ao pé da letra”. No entanto, no exercício do cargo de Chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, sempre enfatiza que

“existe uma Lei”, apresentando um discurso em que busca chegar a uma posição mediana. Assim, afirmando o reconhecimento da Lei, ela sinaliza para o reconhecimento, também, da perspectiva ambientalista mais ampliada, argumentando: “já existe essa linha de pensamento dentro do Instituição” e que, na verdade, está sendo “portadora de um pensamento que não é só seu”:

[...] Eu já posso até ir mais além. Eu já externei isso à nossa Coordenação lá em Brasília [...] Então essa parte de regularização fundiária, é uma das mais difíceis de você conseguir com recursos do Tesouro. É um recurso muito difícil! E nós temos recursos prometidos, em compensação ambiental, que dariam, se não para resolver a questão fundiária do Parque, mas grande parte, mas de forma convencional! O que não é de interesse hoje da administração. Porque a forma convencional é chegar lá, dar um ‘troco’, porque eles não têm nada, é benfeitoria que a gente indeniza, não tem benfeitoria nenhuma, você dá um trocado, eles saem de lá e, vêm engrossar o bolsão de pobreza da cidade. [...] Quando olho, digo, meu Deus! Se a gente fosse pensar, e é como eu estou falando, já existe essa linha de pensamento dentro da instituição. Eu estou sendo, na verdade, portadora de um pensamento que não é só meu. De resolver de alguma forma, mas não da forma tradicional, que é aquela do terrorismo, de chegar, que o Ibama está chegando e vai botar gente pra fora, não é assim! Tem que ter todo um cuidado, todo um trabalho. E aí é onde te falo que é uma coisa bem demorada, com profissionais, inclusive com esse perfil, pra fazer todo esse trabalho de campo com essas pessoas [...]. A sensibilidade, graças a Deus, está bem presente nessa questão. Agora existe uma Lei! Se a gente fosse interpretar ao pé da letra... mas, para isso, existem alternativas que estamos procurando. Não se achou ainda, mas estamos procurando para que essa coisa aconteça de forma amena e não sempre colocando [...] que o IBAMA está chegando, que o IBAMA é um monstro, não! (Informação oral)<sup>431</sup>

Em outro momento da entrevista, a gestora do Parque dos Lençóis Maranhenses é mais enfática em seu discurso; demonstrando, explicitamente, que, nesse aspecto, os dirigentes do ICMBio estão em sintonia com as ideias e concepções do CNPT. Ao mesmo tempo, assume claramente sua postura crítica em face da questão, enquanto técnica:

[...] Não está em plano de nenhum dirigente do Instituto Chico Mendes, hoje, pensar única e exclusivamente de tirar a população da área, porque legalmente não pode! Não. Isso é um outro passo, é um outro processo que tem que ser feito com muito cuidado e assim... Eu, assim, (e aí é uma opinião da técnica Ivone) eu não vejo como salutar a hipótese de tirar essas pessoas. E, sim, de fazer um trabalho para que eles... Eu, quando passo e vejo, eu não consigo ver essas pessoas fora desse ambiente [...].(Informação oral)<sup>432</sup>

A entrevistada explicita, ainda, uma outra preocupação, como gestora do PNLM, que se refere à atração que essa área tem exercido:

---

<sup>431</sup> Entrevista com a chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, em maio de 2008.

<sup>432</sup> Entrevista com a chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, em maio de 2008.

[...] O que nos preocupa não é nem a permanência dos que já estão lá, sabe, é a atração dos que estão de fora. E, infelizmente, a gente está vendo, não pode ser ingênuo de achar que, ao abrir uma exceção para quem já mora lá, não vai ter a atração das pessoas para entrar. Vai sim, a gente sabe! Nós somos seres humanos, sabemos disso. Então, isso aí está dentro do Plano de Manejo, não é da minha cabeça, não é da cabeça de qualquer gestor. Tudo que a gente faz está baseado aqui no Plano de Manejo. (Informação oral)<sup>433</sup>

#### 4.4.4.2 O discurso das populações originárias: afirmação do direito de habitar em meio a dúvidas e inseguranças.

No caso específico das populações humanas residentes no PARNA dos Lençóis Maranhenses, a situação, em termos de conflitos fundiários, não é diferente dos demais Parques Nacionais do Brasil. Fernandes-Pinto (2003) delinea os traços característicos do modo de vida dessas populações:

[...] Apesar de sua criação ter se dado em 1981, o levantamento fundiário do PARNA só foi realizado em 2002. Existem diversas comunidades no interior da unidade, cuja população é basicamente extrativista conjugando atividades de pesca artesanal, lavoura de subsistência, criação de animais e coleta de produtos vegetais. Podem ser entendidas como populações tradicionais segundo a conceituação estabelecida por Diegue (1993) e caracterizando-se por manter uma grande integração com os ecossistemas circundantes.(FERNANDES-PINTO, 2003, p.1)

Dentre o público selecionado para a pesquisa, apenas os Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras do povoado Ponta do Mangue encontram-se nessa situação de risco, uma vez que toda a área desse povoado está dentro do PARNA dos Lençóis Maranhenses. Nesse sentido, deixam claro, em suas narrativas, que a criação do Parque constitui-se um “pesadelo” que tirou a tranquilidade da vida dessas famílias, na medida em que não receberam nenhuma informação por parte do Ibama, então responsável pela gestão da unidade de conservação.

Cabe destacar a visão do presidente da Colônia de Pescadores Z-18, de Barreirinhas, que, em seu discurso, situa essa questão desde o tempo de sua adolescência, como morador do povoado Santo Inácio:

Olhe, porque foi assim. O Parque, ele surgiu nas comunidades de uma hora para outra. Ele não foi uma coisa que vieram avisando, conversando[...]. Quando ele surgiu, na época, eu ainda era pequeno, com 13 anos. Quando surgiu, todo mundo ficou com medo. Muita gente passou noites sem dormir, preocupada. Porque só saía o comentário de que todo mundo ia sair de lá. Todo mundo que tinha o seu sítio, seu cajual, alguma coisa, ia ter que deixar tudo lá à toa.. Isso foi uma grande preocupação, porque não fomos informados. Eu, que nasci e me criei lá no Santo Inácio, inclusive a casa do meu pai, ela fica diretamente dentro do Parque. Depois a gente começou a participar de algumas reuniões [...].Mas ainda hoje há dúvida, em

---

<sup>433</sup> Entrevista com a chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, em maio de 2008.

vez em quando surge uma história: o Ibama vai tirar todo mundo que mora no Parque [...].(Informação oral)<sup>434</sup>

Na verdade, são vários os olhares e sentimentos de quem nasceu e se criou na área que, a partir de 1981, foi transformada, por força de uma lei, em Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. A Marisqueira do povoado Ponta do Mangue faz um relato que bem demonstra que as ações punitivas do Ibama chegaram bem antes de um trabalho de esclarecimento, acerca dos direitos, junto às famílias residentes:

As pessoas nativas, que nasceram e se criaram ali (Ponta do Mangue), nunca nós tivemos, assim, uma informação de um Agente do Ibama, alguém que fosse lá e dizer quais eram os nossos deveres, nossos direitos dentro do Parque! [...] Ah, nem falar também sobre a escassez do peixe e sobre esses arrastões. Então, muitas pessoas procuravam fazer poço. Inclusive, lá tem um senhor, que é da Associação de Moradores, que fez um poço dentro do seu quintal [...]. Quando, um certo dia, um agente do Ibama foi lá e esse senhor foi multado com 70 mil reais. Um dinheiro que ele nem sabe, nunca nem viu! Só porque ele fez aquele poço ali. Ele não sabia. Uma pessoa assim, que nunca teve a informação que era proibido fazer poço, essas coisas [...]. Ele foi multado! Muitas pessoas ficam assim [...]. Aí o presidente da Associação, nessa época, entrou em contato com a chefe do parque, a Érika, era uma pessoa muito legal! [...] Foi a primeira pessoa do Ibama que foi na nossa comunidade para explicar, eles só sabem ir para fiscalizar [...]. (Informação oral)<sup>435</sup>

Na verdade, existe, entre os moradores da Ponta do Mangue, um sentimento de insegurança e incerteza, considerando o que determina a legislação ambiental específica para unidades de conservação, através do SNUC. Por outro lado, percebemos que as pessoas têm desenvolvido um mecanismo individual de resistência quando argumentam e afirmam, com base numa concepção de direito, ao enfatizarem as gerações de avós e pais que sempre residiram na área:

[...] Isso vem, não sei nem de que raiz que veio, porque os antigos mesmos... eu só sei contar de 50 anos para cá, eu não sei... minha mãe, meus avós, aqui a gente já conta é história que a gente já se entendeu o pai da gente dizendo para a gente, sabe? Mas, do começo do mundo é área de habitante. E hoje esse negócio de dizerem: nós vamos sair! É para indenizar! Não sei lá o que... Não! Aqui, ninguém não sai! [...].(Informação oral)<sup>436</sup>

Essa mesma marisqueira reproduz, em sua fala, um diálogo que teve com a Analista Ambiental do IBAMA, Carolina Camargos. Nesse contexto, o diálogo incide sobre uma questão muito comum nas famílias rurais, que é o momento em que os filhos passam a constituir uma família e, nessa lógica, precisam de uma área para morar e para plantar. Nesse

<sup>434</sup>Entrevista com o presidente da Colônia de Pescadores de Barreirinhas, em maio de 2007.

<sup>435</sup>Entrevista com Marisqueira “C” do povoado Ponta do Mangue em novembro de 2007.

<sup>436</sup>Entrevista – marisqueira “C” do povoado Ponta do Mangue – Novembro/2007.

sentido, a marisqueira questiona a técnica do IBAMA, a partir da ótica do direito, pelo tempo que tem de residência na área:

Eles já estão dizendo assim... Olhe, há poucos dias entrou uma moça ali do Ibama fazendo as pesquisas.,Eu perguntei: Carol<sup>437</sup> venha cá! Meu filho, vocês estão proibindo ninguém de fora mais entrar. Tudo bem, porque nós temos uma Associação de nosso povoado e nós mesmos que não queremos ninguém de fora! O que tem é a nossa família! Quem está deste tamanho, com pouca está de outro tamanho... aí casa, Carol... Aí, você está dizendo que nada que ele vai... que nós vamos prosseguir com o bem... aqui nós fazemos nossa casa. Meu filho faz a casa aqui. Claro que ele vai plantar um pouco, como é de costume, fazer uma plantação... E aí você está dizendo que não tem mais valor de venda para o dia que for preciso. Ela responde: Não, não tem. Mas, Carol, isso me complica. Como é que o meu filho, nasce aqui, é meu filho, nascido e criado, casa, produz uma família aqui, tem o que é dele? Por que não vai ter valor? Carol responde: Porque é área do Parque! O que a senhora me diz, dona Irlene? Isso aí não é certo. Toda coisa que a gente trabalha tem valor e deve ter direito no que é da gente... não é? .(Informação oral)<sup>438</sup>

#### 4.4.5 Perspectivas de futuro para Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras na Barreirinhas do turismo: como o pescador se pensa e se sentecomo profissional da pesca

“O que será que será?”... que homens e mulheres da pesca artesanal de Barreirinhas esperam do futuro? Adentrar no universo da vida desses sujeitos, na perspectiva de resgatar a memória coletiva sobre a vida e o trabalho, na relação entre o tempo passado e as mudanças no tempo presente permitiu-nos observar que guardam sentimentos contraditórios acerca do ofício da pesca. Os sujeitos da pesca artesanal têm seus corações e mentes divididos entre o “gostar de pescar” e, ao mesmo tempo, a “negação” do ser pescador/a. Hoje, perguntam-se o que restou de uma vida inteira de trabalho. Um vida de trabalho marcada por um estado de carência de apoio do poder público ao longo dos tempos; pela fadiga imposta por um trabalho intenso exposto às variações do tempo - em que sofrem sono, sol, chuva e fome; um trabalho que lhes roubou a vida, a saúde e as forças e nada lhes acrescentou. Esse tema será abordado a partir de três eixos:

- Desesperança / desencanto;
- Autodesvalorização do trabalho / negação do ser pescador;
- Um futuro melhor para os filhos.

---

<sup>437</sup>Carolina Camargos, Analista Ambiental do IBAMA, que, então, integrava a equipe do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

<sup>438</sup>Entrevista – marisqueira “C” – povoado Ponta do Mangue – Novembro/2007.

#### 4.4.5.1 Desesperança e desencanto

Em determinados momentos, para a maioria dos/as pescadores/as, falta a esperança no futuro melhor, que, um dia, almejaram. Hoje, conscientes da situação de precarização e abandono em que vivem e trabalham, revelam profundo desencanto com o “ser pescador. Nessa situação-limite, recorrem a Deus como única esperança!...

[...] Mas, futuramente, a gente está esperando em Deus que vá melhorar[...].(Informação oral)<sup>439</sup>

[...] O cabra fica velho, de cabelo branco, vai perder as forças e o resultado, se ele não chegar a 60 anos, está morto para pegar a aposentadoria e, se tiver a carência, como a comadre estava falando. E se não tiver... aqui todos eles que estão aqui são pescadores, estão botando os filhos para estudar, justamente para eles não passar o que a gente está passando aqui, na pesca! (Informação oral)<sup>440</sup>

[...] Nós não temos essa condição! E não sabemos quando é que isso vai chegar por aqui. Se isso chegasse, o cara fizesse uma Associação, 10 barcos aqui no Tapuio, 10 barcos na Laranjeira, porque os caras daqui sabem pescar, viu? Então podia melhorar! [...] Mas isso é só sonho mesmo. Ninguém sabe se isso vai chegar! E talvez, se chegar, mas nós não alcançamos, fica para esses meninos aí! (Informação oral)<sup>441</sup>

O desencanto com o ofício e com a vida de pescador fica claro nas narrativas, deixando-se antever a ideia de que parece não existir perspectiva para esse ofício da pesca.

#### 4.4.5.2 Autodesvalorização do trabalho: negação do ser pescador

Os pescadores percebem claramente, que o tempo passou em suas vidas sem que tenham adquirido as condições de trabalho digno na pesca artesanal. Assim, durante o trabalho de campo, tivemos oportunidade de ouvir, com frequência, falas de pescadores desiludidos, decepcionados com a sua profissão. É perceber que não valeu tanta luta, tanto trabalho, ao longo da vida, como revelam os depoimentos a seguir:

É um trabalho que não vai ter futuro na frente! Vai começar pescador e terminar pescador. E se acabam os dias da gente pescando, porque é uma coisa que acaba com a gente, que sofre sono, sofre chuva, sol, fome e nada tem na vida! (Informação oral).<sup>442</sup>

Alguns, hoje, muitos têm aqui em Atins, têm casa boa, depois que veio o turismo que compraram os terrenos e eles puderam construir uma casinha melhor. Mas, em torno de pescaria, nunca ninguém teve algo melhor. A pesca não ajudou em nada

<sup>439</sup> Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008.

<sup>440</sup> Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008.

<sup>441</sup> Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008.

<sup>442</sup> Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira em agosto de 2008.

para nós aqui. Está aqui um pescador, ele começou como pescador e hoje é o mesmo pescador e nada evoluiu. (Informação oral)<sup>443</sup>

De fato, após ouvir Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras falarem das dificuldades que têm enfrentado ao longo de suas vidas, seja na terra, seja no mar ou no rio, esse momento de reflexão acerca das expectativas quanto ao futuro ecoa como um desabafo e uma oportunidade de expressar a percepção de que muito pouco ou nada têm a esperar. Demonstram, em seus depoimentos, a certeza que não conseguiram evoluir no trabalho da pesca artesanal:

Eu quero falar um pouco sobre o porquê, hoje, os pais não querem que os filhos sejam pescador, porque quem tem o pescador, como os pais hoje estão, como Sr. A. Sr. B. que hoje estão na idade que estão, são pescadores, não tiveram um futuro melhor – começaram como pescador e estão terminando como pescador e nunca adiantaram nada na vida! (Informação oral)<sup>444</sup>

E o estudo, todos querem ter os seus estudos. Porque o estudo é uma coisa que a gente tem de melhor na vida da gente! Você pode ser alguém, ter um emprego melhor, pode ter um futuro melhor e ser pescador é começar pescador e terminar pescador. [...] E se acabam os dias da gente pescando, porque é uma coisa que acaba com a gente, sofre sono, sofre chuva, sol, fome e nada tem na vida! Começa pescador e termina pescador, é essa a vida do pescador aqui na nossa região. (Informação oral)<sup>445</sup>

#### 4.4.5.3 Um futuro melhor para seus filhos

A consciência de que não há futuro no ofício da pesca aparece com clareza nas narrativas de Pescadores/as Artesanais ao expressarem o desejo de que seus filhos encontrem outras alternativas de vida longe e fora da pesca artesanal. Assim, declaram:

E eles não estão querendo ser pescador não! Pelo menos, lá em casa, ontem mesmo, o meu menino queria sair para o mar, andou aqui nessa rua todinha atrás de um pescador, não encontrou. [...] Ninguém quer mais pescar... acho que só querem ser, mesmo, é piloto de voadeira, né? Pescar não! Então, daqui uns dias, acho que a pescaria vai terminar, pescador não tem mais. (Informação oral)<sup>446</sup>

Mas o que eu já sofri eu não quero que vocês sofram também. E, eu acho que hoje passa na cabeça de todos os pais... o filho do pescador não quer se envolver com a pesca, quer estudar para ver se tem um futuro melhor, né? (Informação oral)<sup>447</sup>

É um futuro melhor que nós desejamos para os nossos filhos; porque, hoje, a produção da pesca não está nos dando quase nada. Ajuda, né? Mas está fraco

---

<sup>443</sup> Pescador artesanal – grupo focal – povoado Atins – julho de 2008.

<sup>444</sup> Grupo focal do povoado Atins em julho de 2008.

<sup>445</sup> (Grupo focal do povoado Atins em julho de 2008)

<sup>446</sup> Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008

<sup>447</sup> (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008)

demais. E acho que, cada dia, ela vai diminuindo, porque é assim que a gente está vendo. Porque antigamente, há 30, 40 anos atrás, a gente via mais fartura... o povo era menor, né? [...] E, hoje, o que a gente vê é que tudo está diminuindo, cada dia! Tudo está diminuindo, cada dia ficando mais pouco, dando menos, a renda é menor. E aí, se não existir um tipo de outros trabalhos para essa geração mais nova de agora em diante, ninguém sabe como vai ser o futuro deles/as. Porque a nossa natureza, a nossa cultura está muito baixa demais, até agora. Mas, quem sabe? Só Deus sabe determinar as coisas no tempo certo, mas o que eu acho é que cada dia está diminuindo. (Informação oral)<sup>448</sup>

Eu vou lhe dizer uma coisa! Todos os pescadores agora, todos, estão botando os filhos deles para estudar, para não pescar mais! Porque não tem futuro mesmo! O pescador não vai dar nunca uma condição para o filho dele ter uma estrutura boa para poder pescar. Então está botando ele para estudar, para poder fazer computação, para ele passar num concurso para a Prefeitura, ser um concursado, para estudar, se formar, fazer uma Faculdade, para ir viver de outra coisa. [...] Não vou botar nenhum na pesca. Não quero nem ensinar eles a remar! [...].(Informação oral)<sup>449</sup>

Eu também sou do mesmo objetivo dele. Eu não quero que meu filho se dedique à pescaria. Eu vou com ele até onde eu puder, mas pescaria, não! (Informação oral)<sup>450</sup>

Pescadores/as Artesanais sonham para seus filhos uma vida melhor e acreditam que o estudo é a via de crescimento profissional. É a ideia costumeira que marcou a pobreza há algumas décadas: estudo como única forma de ascensão social; estudo como a melhor herança dos pais para os filhos. Hoje, essa convicção está abalada no contexto de desemprego e precarização do trabalho. E nos conduz a uma interrogação: qual o futuro dos jovens filhos de Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras nessa “Barreirinhas do Turismo”?

O quadro a seguir, condensa a síntese do material empírico aqui sistematizado.

TEMAS	EIXOS TEMÁTICOS	DISCURSOS – citações /entrevistas
1. Ser pescador/a artesanal e marisqueira em Barreirinhas nos tempos passados /o ofício da pesca.	<p>a) <b>Iniciação no ofício de pescador/a e marisqueira:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ tempo de fartura</li> </ul> <p>b) <b>Dois modos de pesca artesanal:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ pesca da água salgada;</li> </ul>	<p>“O meu vínculo maior é que eu me criei na pesca! Me casei com um pescador, e adoro a minha profissão de pescadora, porque é uma coisa que eu gosto muito é de viver pescando! (Entrevista – Pescadora Artesanal “A” – Novembro/2007)</p> <p>“Eu não sei nem se eu nasci os dentes, dentro d’água! Porque quando eu me entendi, já foi meu pai me levando para o meio da praia.” (Entrevista – Pescador Artesanal “D” – Novembro/2007)</p> <p>“Na verdade, Barreirinhas tem duas linhas dentro da área pesqueira: uma linha de água salgada e outra linha de pesca de água doce. [...] Nesses povoados, todos os pescadores</p>

<sup>448</sup>Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira em agosto/2008.

<sup>449</sup>Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008.

<sup>450</sup>Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – agosto/2008.



	<p>▪ pesca da água doce.</p> <p><b>c) Padrão tradicional de pesca artesanal.</b></p> <p><b>d) A pesca artesanal articulada a outras atividades.</b></p> <p><b>e) Relações de comercialização: a rede de atravessadores.</b></p>	<p>trabalham com água salgada, até porque o mar está bem próximo e a maioria deles pescam em canoas pequenas, (...) e nelas vão, em média, quatro pessoas, levando um apetrecho de pesca chamado “malhadeira”. Essa que é chamada a rede de espera. Então, eles vão num dia, voltam no mesmo dia [...] com esse apetrecho de pesca. [...]” (Entrevista – Secretário da Colônia de Pescadores – Novembro/2007)</p> <p>“No caso da água doce, ainda se pesca com <i>anzol</i>, linha de mão, que chamamos. Pescam também, com <i>tarrafas</i> e <i>curral</i> (currais que são feitos). Nesse tipo de pesca da água doce, os peixes são <i>traíra</i>, <i>cará</i>, <i>carazinho</i>, <i>cascudo</i>, a própria <i>piaba</i> e outros. Então, são peixes pequenos que não têm valor de mercado nenhum. Eles pescam, a maioria, para comer e, às vezes, vendem um quilinho ali para um vizinho, mas não tem mercado, propriamente, para eles.” (Entrevista – Secretário da Colônia de Pescadores – Novembro/2007)</p> <p>“A gente pescava de linha. Era só a pescaria que existia. Era a tarrafa e a linha. Aí, os que pescavam de tarrafa, pescavam na aqui na quebradinha do mar, na beirada... eles não pegavam o peixe, mas pegavam o ‘saúna’, muito conhecem aqui como tamacarana. É um peixinho miúdo mas, é até bom, o peixe!” (Grupo focal – povoado Ponta do Mangue – Julho/2008)</p> <p>“Trabalho também do mesmo jeito na agricultura: é cavar, plantar. Planto banana, planto mandioca, planto o feijão. Faço também a farinha, a amarelinha, da lavra da gente! Eu não fico só em um ramo. Eu trabalho de pesca, eu trabalho de atravessador do peixe. Eu atravesso de lá da praia para Barreirinhas. Tem vez que eu atravesso para os hotéis. [...] Trabalho aqui na minha lavoura, eu tenho meu bananal [...], tenho mandioca madura e, agora, estou com o trabalhador para fazer o material na olaria. A banana é toda vendida em Barreirinhas. A gente vende para o atravessador. (Entrevista – Pescador Artesanal “B” – povoado Tapuio)</p> <p>“Sou marisqueira e meu marido é vivo, novo e forte! Ele é pescador e é lavrador. Porque lá é o seguinte, a gente trabalha na roça e trabalha na pescaria. Todo mundo lá faz aquele cercado, né? De tudo a gente planta, arroz, feijão, milho, batata, mandioca (que se faz a farinha) e macaxeira (a gente faz bolo, faz tudo). E aí o arroz, o milho, o feijão a batata, a abóbora, a melancia, o melão aqui da</p>
--	---	--

<b>2. Ser pescador/a artesanal e marisqueira em Barreirinhas no contexto de mudanças tecnológicas / exploração do trabalho do pescador.</b>	<b>a) Pesca da água salgada em alto mar:</b> <b>o pescador artesanal como empregado no sistema empresarial da pesca – redefinições identitárias</b>	praia, tudo a gente planta e dá. Tudo dá! O problema é a terra [...] não se tem a condição de fazer uma estrutura melhor. (Entrevista – Marisqueira – Ponta do Mangue – Novembro/2007)
	<b>b) Mudanças tecnológicas – acesso fragmentado e parcial.</b>	“Vendemos o peixe aqui mesmo em Barreirinhas. Lá tem os atravessadores. O atravessador vai buscar lá no mar e passa já para outros atravessadores. A gente não tem aonde coloque mesmo o pesqueiro da gente. Não tem. Tudo vem através do atravessador. O peixe comprado de R\$ 3,50 que o pescador traz para o atravessador, eles vendem a R\$ 6,00 ou 5,00. E o pescador só fica com esse. É por isso que ele termina com a rede, não tem como fazer a outra. É essa bem aí que é a história!” (Entrevista – Pescador Artesanal “B” – Agosto/2008)  “A pesca de alto mar feita em embarcações grandes, os pescadores são uma espécie de empregados. Pescadores são empregados dos donos de barco e ganham por produção. Na verdade, é o tipo do barco que tem tudo, em que o dono dá o barco pronto para eles pescarem [...] Eles são usados como mão-de-obra. [...] Nesses barcos, eles pescam também de rede malhada, só que, eles passam em média 15 dias no mar. Em média, também um grupo de 4 ou 5 pescadores que fazem essa pesca. Nessa pesca, os peixes que eles pegam, são peixes que chamamos do alto mar, que são: a <i>enchova</i> , a <i>curvina</i> , o próprio <i>bagre</i> , a <i>garoupa</i> , <i>cascão</i> , o <i>pargo</i> , e, outros peixes da mesma família do pargo[...] <p>(Entrevista – Secretário da Colônia de Pescadores – Novembro/2007)</p> <p>[...] Os companheiros que são empresários tomaram conta da pesca; o pescador não pode fazer um barco. O peixe na nossa praia ficou difícil. Para você pescar um peixe, você tem que ir lá fora. E, aí como você vai lá fora, se você não tem o barco? Você é obrigado a ir no barco de um cara que tem condição de fazer o barco. Você é um pescador, você é um profissional, mas você não pode ter o barco! Então, você vai lá fora, pega o peixe, entrega para o dono do barco, pelo valor de R\$1,00 ou até R\$ 2,00 e, ele vende por dez/ doze reais! [...] Então o que acontece? O pescador fica na situação difícil e o dono barco que é o empresário é que não faz nada, não pesca, não conhece da pesca, mas é o quem ganha o dinheiro!” (Grupo focal – povoados Tapuío e Laranjeira – Agosto/2008).</p> <p>“Então, eu fui trabalhar numa embarcação,</p>



		nosso Prefeito tem barco praticando o arrasto.” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008)
	a) A pesca artesanal e o turismo em Barreirinhas: uma relação complexa e contraditória.	<p>“A empresa maior de barco de arrasto daqui é do pessoal dos Caldas, daqui de Barreirinhas! Vem de Barreirinhas, vem de Tutóia, vem de Luiz Correia, vem de Belém, de Camocim, daqui de Barreirinhas [...] Quando se dá fê, no Inverno, aí está cheio. [...] E as autoridades, dizem que tomam as providências e nunca acaba! Nós não temos uma solução para isso! [...] Quando eles estão arrastando, às vezes têm de 11, 12, têm até de 15 barcos, o pescadorzinho, tira sua caçoeira, já com medo de perder, deles cortarem” (Grupo focal — povoado Ponta do Mangue – Julho/2008).</p> <p>“[...] Quem muda, na verdade, são os grandes empresários, donos de barcos, porque eles têm uma assistência técnica, naturalmente, pelo fato do crescimento econômico que não querem ficar para trás, [...] Então, essas tecnologias, inclusive a bússola para a atividade pesqueira, começaram aparecer agora, nos anos 90 para cá. (Entrevista – Secretário da Colônia de Pescadores de Barreirinhas – Novembro/2007)</p> <p>“Têm tecnologias novas, a <i>bicicleta</i>, a <i>boinha</i>, colocadas na pesca, que no passado nós não tínhamos. [...] O pescador artesanal, ele sempre pesca da maneira que viu seu pai pescar, da maneira que viu seu avô pescar. De forma que hoje, até com o motorzinho de popa ele tem vantagem de ir lá, mas infelizmente, não consegue trazer uma maior produção porque os apetrechos dele ainda são arcaicos. [...] eles aprenderam com os seus antepassados e hoje, não têm nenhuma assistência técnica para poder mudar. [...] (Entrevista – Secretário da Colônia de Pescadores de Barreirinhas – Novembro/2007).</p> <p>“Pois é isso bem aí que está faltando, uma política de crédito para o pescador artesanal! A nossa praia é uma praia de pesca mesmo! De pesca tanto do peixe como do camarão! [...]A gente não pode nem fazer um empréstimo, assim de três quatro pessoas, fazer uma embarcaçãozinha maior... Eu trabalho em tudo, como eu digo a você, sou patrão de pesca lá fora, mestre de arrastão camaroeiro, trabalho tanto das redes, como eu conheço de equipar. [...]” (Entrevista – pescador “B” – povoado Tapuio – Agosto/2008).</p>
3. Ser pescador/a artesanal na “Barreirinhas do turismo”: um olhar de quem vivencia o turismo de seu lugar social.	b) Ausência de política pública de apoio ao	

<p>(Cont.)</p> <p><b>3. Ser pescador/a artesanal na “Barreirinhas do turismo”: um olhar de quem vivencia o turismo de seu lugar social</b></p>	<p><b>pescador artesanal.</b></p> <p><b>c) Impactos do turismo no contexto de trabalho e de vida dos pescadores artesanais.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento do custo de vida;</li> <li>▪ Transformação do espaço social – a praia do Caburé;</li> <li>▪ Valoração dos terrenos de povoados situados às margens do Rio Preguiças e, em áreas de praia;</li> <li>▪ Relações de conflito entre pescadores/as artesanais x pilotos de lancha;</li> </ul>	<p>“Aqui, não mudou nada. Até porque é assim: com a vinda do turismo aqui não tem nada que os pescadores da região sejam beneficiados. O consumo do peixe, aumentou [...] É pouco pescador que pesca peixe principal que é a pescada, o robalo, para vender para as pousadas, é bem pouquinho! A maioria dos pescadores pescam outros peixes, o serra, o bonito, arraia, são tipos de peixes que as pousadas não se interessam. Os peixes que interessam às pousadas [...] vêm de fora., vêm daqui, vem até peixe de Belém. [...] Já vinha peixe de fora, muito! Hoje, aqui o consumo do peixe aqui em Barreirinhas, a maior parte vem de outras praias. [...]” (Entrevista – Presidente da Colônia de Pescadores de Barreirinhas – Novembro/2007)</p> <p>“[...]Eu acho que o turismo não trouxe só o lado ruim, trouxe também, o lado bom, porque nós aqui, nós tínhamos pessoas que eram da minha iguala, até menos do que eu e, hoje, está melhor do que eu, graças à Deus, por isso, né? Porque ele melhorou, tem um emprego, estão firmes.[...]” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008).</p> <p>“[...] Eu tenho me beneficiado com os turistas, um pouco, mas tenho. Porque, olhe, foi falado aí um assunto que o kg do camarão é vendido por R\$ 10,00 ou R\$12,00, quando tem turista. Então, fica claro que o turista está entrando em alguma coisa. Porque se não tiver o turista, também, não é vendido o camarão [...]” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008)</p> <p>“[...] Quem disser que o turismo é bom para pescador, não está falando a verdade. Meu filho é pescador. Aqui em nossa casinha é só a pesca. Estou lhe dizendo aqui no Atins, preste atenção! Barreirinhas é outra coisa! O turismo aqui no Atins, por ora, ainda está fraco. [...]” (Entrevista – pescador artesanal – povoado Atins – Julho/2008)</p> <p>“A pesca, em relação ao turismo está sendo prejudicada? Está. Porque? [...] O governo municipal, o governo federal estão sendo omissos em algumas questões. [...] De forma que o relacionamento do turismo com a pesca, acho que as pousadas têm um prato típico, do pescado que, esses barcos de grande porte fornecem para elas. Mas ainda não se tem uma política específica para que os pescadores artesanais façam esse fornecimento. Alguns pescadores fazem fornecimento para algumas pousadas. Mas,</p>
--	---	--

		<p>não há uma Política específica para manter essa relação. (Entrevista – Secretário da Colônia de Pescadores de Barreirinhas – Novembro/2007).</p> <p>E, o que eu achei, na vinda do turismo o que causou muito aqui, foi uma certa carestia. [...] (Entrevista – Pescador “H” – Maio/2007)</p> <p>“Para mim, o turismo fez foi aumentar os preços. [...] Pelo menos em Barreirinhas, as coisas, antigamente eram mais baratas. Depois que começou a entrar aqueles turistas lá, é uma carestia horrível! [...] No mesmo preço que eles querem vender para os turistas, querem vender para os moradores.” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008)</p> <p>“O nosso período de pesca no Caburé, nós passa seis meses pescando. Quase todo mundo do Tapuio, todo mundo nasceu e se criou e, todo mundo sabe aqui. Ninguém vai dizer que é mentira! Hoje, tem muitos pescadores que não vão mais no Caburé. Eu tinha canoa de pesca, não tenho mais, para pescar no Caburé. Porque hoje, é só Pousada e se acabou. [...] Então, eu acho que para o pescador, cada vez está ficando mais difícil.” (Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008).</p> <p>“Eu acho que o turismo trouxe muita valorização dos terrenos. Os terrenos aqui eram a preço de banana. Hoje está mais alto. Eu, por exemplo, se for comprar um terreno aqui dentro do Atins, nessa área aqui, eu não posso comprar, por R\$ 500,00 ou R\$ 1.000,00 porque eu não tenho esse dinheiro. Mas vejo gente chegar aí e comprar terreno por R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00, e você vende por que? Porque é um dinheiro... Agora, um nativo não pode comprar um terreno desses daqui. Isso é um absurdo! Essa nossa praia todinha já foi vendida, não tem mais nenhum nativo, tudo é turista. E essa nossa área daqui do centro, da Avenida Principal, quase toda, está vendida também, muitos terrenos já vendidos” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008).</p> <p>“[...] Mas hoje, está mais difícil para nós, do que no passado! Porque hoje os donos de voadeira, o turismo, atrapalham muito a pescaria. Nós não podemos pescar! [...] de noite eles vão beber e vão andar no rio. E aí a gente não pode pescar! Hoje, ainda ficou mais ruim! [...]” (Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008).</p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inserção de moradores das comunidades pesqueiras na área do turismo: pilotos de lancha/ condutores turísticos/</li> <li>▪ Inserção de pescadores/as e marisqueiras em outros ramos de atividade.</li> </ul>	
	<p><b>d) A Casa da Farinha no povoado Tapuio – atrativo turístico.</b></p>	
	<p><b>e) O Projeto de Implementação do Entrepasto de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas.</b></p>	

<p><b>4. Ser pescador/a artesanal residente no PARNA dos Lençóis Maranhenses: uma situação de risco social.</b></p>	<p>a) O discurso oficial: a lei versus visão antropocêntrica.</p>                      <p>b) O discurso das populações tradicionais: afirmação do direito em meio a dúvidas e inseguranças</p>	<p>“Eu concordo também! Porque dantes não tinha esse tanto de voadeira. A gente saía à noite para pescar, saía com tranquilidade. Mas, hoje em dia, se a gente não for com uma lanterna, é arriscado eles passarem até por cima da gente. Cortam a caçoeira da gente. [...] ainda querem bater na gente. Aí vai ficando, cada vez, mais difícil para a gente.” (Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008)</p> <p>“Não, a vantagem do turismo é o seguinte. Porque ele emprega muitos companheiros. Na hora que o turismo vem, as Agências empregam uma voadeira, empregam uma toyota, [...] tem emprego para todo mundo. Então, para trabalhar com a voadeira, para trabalhar com a toyota [...] eles têm que contratar alguém! E, essas pessoas, às vezes, são lá da praia, têm muitos que são da praia, outros que são daqui. [...] Daqui, tem uma turma que trabalha em voadeira, como pilotos” (Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008).</p> <p>“[...] Eu falei, que o meu mercado não dá para o turista porque é pequeno... mas ele ajuda em alguma coisa. Eu trabalho, ali com uma padaria, uma mini-padaria, mas através do turismo tem me ajudado, porque tem uma pousada aí que, quando tem turista, me ajuda muito. [...] Quando diminui o turismo, diminui também, a venda. Então, pra mim, esse lado, o turismo tem me ajudado! [...]” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008).</p> <p>“[...] Aqui, em Atins pelo menos, bem aí, essa moça é dona de um restaurante, ela é minha sobrinha. E a Rita é minha irmã. Tá certo, elas podem dizer que para elas o turismo é bom. Para mim não é, porque eu não tenho nada para oferecer para turismo. A Rita tem um ‘dormitório’. E a outra que é filha dela, que é minha sobrinha, vende aqui, acolá, um pratinho de comida para eles, vende uma água mineral [...]” (Entrevista – pescador artesanal – povoado Atins – Julho/2008).</p> <p>“O turismo aqui mudou para uma parte, para outras, não. [...] Aqui no Tapuio tem a Casa de Farinha, que eles visitam. Aqui tem muitas casas de farinha, mas, só que essa mesmo, é visitada! É lá no Zequinha Davi. Ele tem um filho que é só para isso, para guiar os turistas e falar da história desde a produção da mandioca e sobre o trabalho como é feito. [...] É um terreno grande e tudo limpo, próprio só para receber os turistas mesmo,</p>
---	--	--

<p><b>5.Perspectivas de futuro para pescadores/as artesanais e marisqueiras na Barreirinhas do turismo: como o pescador se pensa e se sente como profissional da pesca?</b></p>	<p><b>a) Desesperança / desencanto</b></p>	<p>[...] (Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008).</p> <p>“Em 2003 a gente começou aqui a 1ª palestra com a Cooperação Espanhola. Reuniram as comunidades da região das praias e juntos, começamos a discutir as formas de melhoria para a pesca. Então daí o pessoal da Cooperação voltou e foi estudar meios e foi construído o Centro de Apoio ao Pescador. Esse Centro, foi inaugurado em Dezembro de 2006, mas ao mesmo tempo vai ter uma fábrica de beneficiamento do pescado, uma fábrica de gelo. A gente esteve agora, recentemente, com o Secretário da Secretaria de Pesca do Maranhão e ele falou para a gente que até Julho/07 estará sendo começado o trabalho do Centro de Beneficiamento [...] Além disso, está vindo aí a Escola de Pesca, numa parceria com o CEFET (Centro Federal de Ensino Tecnológico). Essa Escola de Pesca, são oito povoados que estão envolvidos com esse Projeto. Desses povoados, serão selecionados 30 alunos, para estudar nessa escola. Todos são jovens pescadores, que também são filhos de pescadores. [...] Eles vão sair capacitados com estudo mais elevado e, também, com prática de pescar em águas mais profundas. O Curso terá duração de dois anos, com previsão de início das aulas, em Agosto/07. (Entrevista – Presidente da Colônia de Pescadores de Barreirinhas – Maio/2007).</p> <p>“Eu assisti a uma reunião, em Junho de 2007, com o Ministro da Pesca, o Gregolin, você ouviu falar? Ele veio na Boa Vista. Na oportunidade, veio ele e o Governador Jackson Lago e lá ele assinou o apoio para a construção da fábrica de gelo e a ajuda para os pescadores artesanais de Barreirinhas. [...] (Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008).</p> <p>“O que temos conhecimento é que o Curso que querem trazer para cá é só para quem já está no 1º ano e já passou para o 2º ano do Ensino Médio [...] Do jeito que eles falaram lá, para um pescador aqui que nem eu e nem outro qualquer daqui, não tem mais futuro nenhum o curso que eles querem fazer.” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008).</p> <p>Art. 11 &amp; 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. (Lei Nº 9.985 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC)</p>
---	--	---



	<p><b>b) Auto-desvalorização do trabalho / negação do ser pescador artesanal</b></p>	<p>“[...] Na verdade, eu estou como uma administradora. Nós não estamos manejando o Parque. [...] Porque o manejo de um Parque é uma coisa muito complexa. Dentro do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), como um Parque Nacional, que é uma Unidade de Conservação Integral, não admite a presença humana. [...] Não está em plano de nenhum dirigente do Instituto Chico Mendes hoje, pensar única e exclusivamente de tirar a população da área, porque legalmente, não pode! Não. Isso é um outro passo, é um outro processo que tem que ser feito com muito cuidado. [...] (Entrevista com a Chefa do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – maio/2008).</p>
	<p><b>c) Um futuro melhor para os nossos filhos</b></p>	<p>“[...] Tem a história, que o IBAMA vem tirar, porque estamos no Parque... Olhe, eu digo é muito: ah, nós vamos sair do Parque? Não falem nisso! Nós não fomos ao Parque. O Parque veio a nós! Porque nós já nos entendemos no Parque. Quem ‘vendeu’ essa terra dizendo que não tinha habitante, mentiu! Porque toda a vida teve habitante! No começo do mundo já era lugar! Então, quem vendeu essa área dizendo que era desabitada para ser Parque e hoje quer tirar porque tem gente! Negativo! É, porque se nós, tivéssemos invadido o Parque, nós tínhamos menos força. Mas nós somos nascidos e criados aqui. [...] (Entrevista – Marisqueira – povoado Ponta do Mangue – Novembro/2007).</p> <p>“Olhe, porque foi assim. O Parque, surgiu aqui nas comunidades, foi de uma hora para a outra. Ele não foi uma coisa que ele veio...que vieram assim, avisando de muito tempo. Quando ele surgiu, na época, eu ainda era até pequeno, com 13 anos. Quando surgiu, todo mundo ficou foi com medo. Muita gente passou noites sem dormir, preocupado! Porque só saía o comentário de que todo mundo ia sair de lá. Todo mundo que tinha seu sítio, seu cajual, alguma coisa, ia ter de deixar tudo lá à-toa. Isso foi uma grande preocupação. Porque não fomos informados. Eu que nasci e me criei lá no Santo Inácio, inclusive, a casa do meu pai, fica diretamente, dentro do Parque. [...] Depois a gente começou a participar de algumas reuniões [...] Mas, ainda hoje há dúvida, em vez em quando surge uma história: o IBAMA vai tirar todo mundo que mora no Parque. [...] (Entrevista – Presidente da Colônia de Pescadores de Barreirinhas – Novembro/2007).</p>

		<p>criaram ali (Ponta do Mangue), nunca nós tivemos assim, uma informação de um agente do IBAMA... alguém que fosse lá e dizer quais eram os nossos deveres, nossos direitos, dentro do Parque... [...] Então, muitas pessoas procuravam fazer poço, inclusive, lá tem um senhor que é da Associação de Moradores, que fez um poço dentro do seu quintal... Quando, um dia, um agente do Ibama foi lá e esse senhor foi multado com 70 mil reais. Um dinheiro que ele nem sabe, nunca nem viu! Só porque ele fez aquele poço ali. Ele não sabia. [...] Ele foi multado! [...] Aí, o Presidente da Associação, nessa época, entrou em contato com a Chefe do Parque, a Érika, era uma pessoa muito legal! [...] Foi a primeira pessoa do Ibama, que foi na nossa comunidade, para explicar...eles só sabem ir para fiscalizar [...]” (Entrevista – Marisqueira – povoado Ponta do Mangue – Novembro/2007).</p> <p>“[...] Mas, futuramente, a gente está esperando em Deus que vá melhorar [...]” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008).</p> <p>“ [...] Nós não temos essa condição! E não sabemos quando é que isso vai chegar por aqui. Se isso chegasse, o cara fizesse uma Associação, com 10 barcos aqui no Tapuio, 10 barcos na Laranjeira, porque os caras daqui sabem pescar, viu? Então, podia melhorar! [...] Mas isso, é só sonho mesmo. Ninguém sabe se isso vai chegar! E, talvez se chegar, mas nós não alcançamos, fica para esses meninos aí!” (Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008).</p> <p>“É um trabalho que não vai ter futuro na frente! Vai começar pescador e terminar pescador. E se acabam os dias da gente pescando, porque é uma coisa que acaba com a gente, que sofre sono, sofre chuva, sol, fome e nada tem na vida!” (Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008).</p> <p>“ [...] A pesca não ajudou em nada para nós aqui. Está aqui um pescador, ele começou como pescador e hoje é o mesmo pescador e nada evoluiu. (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008)</p> <p>“ [...] O cabra fica velho, de cabelo branco, vai perder as forças e o resultado, se ele não chegar a 60 anos, está morto, para pegar a aposentadoria, e, se tiver a carência, como a comadre estava falando. E se não tiver... [...]”(Grupo focal – povoados Tapuio e</p>
--	--	---

		<p>Laranjeira – Agosto/2008).</p> <p>“ [...] Todos eles que estão aqui são pescadores, estão botando os filhos para estudar, justamente, para eles não passar o que a gente está passando aqui, na pesca!” (Grupo focal – povoados Tapuio e Laranjeira – Agosto/2008).</p> <p>“Eu quero falar um pouco sobre o porque, hoje, os pais não querem que os filhos sejam pescador. Porque quem tem os pais hoje, na idade que estão, são pescadores, não tiveram um futuro melhor – começaram como pescador e estão terminando como pescador e nunca adiantaram nada na vida! [...]” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008)</p> <p>“E eles não estão querendo ser pescador não! Pelo menos, lá em casa, ontem mesmo, o meu menino queria sair para o mar, andou aqui nessa rua todinha atrás de um pescador, não encontrou. [...] Porque, ninguém quer pescar mais! [...] Acho que só querem ser mesmo, é piloto de voadeira, né? Pescar não! Então, daqui uns dias, acho que a pescaria vai terminar, pescador não tem mais.” (Grupo focal – povoado Atins – Julho/2008)</p>
--	--	--

Quadro 2C - Segmento Social – pescadores/as artesanais e marisqueiras

Fonte: Própria autora

## **5 REDEFINIÇÕES IDENTITÁRIAS NA “BARREIRINHAS DO TURISMO”:** trilhando vias analíticas na afirmação de descobertas de pesquisa

Este capítulo delinea um processo de discussão e análise a circunscrever o objeto de estudo numa íntima tessitura entre as teorizações norteadoras da reflexão e o material empírico produzido durante o trabalho de campo, já devidamente apresentado e sistematizado no capítulo anterior. O foco são as redefinições identitárias que se gestam e se afirmam nos circuitos turísticos em Barreirinhas. De fato, o turismo consubstancia um movimento que, ao produzir novas conexões de tempo-espaço, desestabiliza e subverte identidades, permitindo a determinados segmentos e categorias profissionais redefinirem suas posições-de-sujeito na cena turística de Barreirinhas. Em verdade, a teoria cultural contemporânea sublinha movimentos que subvertem identidades, como diásporas, cruzamento de fronteiras, nomadismo. (SILVA, 2000)

Com efeito, ao tomarmos o turismo como o contexto deflagrador de uma subversão de identidades de determinados sujeitos na cena de Barreirinhas, estamos a trilhar as vias analíticas de Stuart Hall, que sustenta ser necessário que as reflexões sobre identidade sejam vinculadas “a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente ‘estabelecido’ de muitas populações e culturas”. (HALL, 2000, p.108)

No caso específico do estudo por nós empreendido ao longo de mais de quatro anos de construção da tese, o turismo constitui o movimento interpelador que, em sua peculiar dinâmica de expansão, provoca desestabilização e vai viabilizando aos moradores de Barreirinhas, particularmente os segmentos que acompanhamos nas trajetórias da pesquisa a transporem fronteiras transitando nas tensões entre o local – global. Esses deslocamentos de escala local – global fazem-se presentes no dia-a-dia da população de múltiplas formas: na produção das artesãs para o mercado global; na demanda permanente de turistas, que chegam de diferentes lugares do país e do mundo com destino a Barreirinhas / PNLM; na emergência de novos segmentos sociais prestadores de serviços, que vivem das necessidades e exigências da cadeia turística; na reconfiguração do espaço social de Barreirinhas em função das demandas turísticas e na redefinição do tempo a acelerar o ritmo da vida de uma outrora “pacata cidade” nos circuitos do turismo.

Em consonância com nosso objeto de pesquisa, a análise, ora desenvolvida, situa-se no campo dos *Estudos Culturais*, “uma área ‘pós-disciplinar’, quer dizer, um lugar de encontros e partilha de saberes, métodos e experiências de investigadores de diversas áreas

que têm em comum um interesse particular pelas questões culturais”. (BAPTISTA, 2009, p.8)

Dentro da multiplicidade temática dessa área, o nosso recorte analítico se faz a partir da *identidade*, concebendo-a como em constante mudança e transformação, na perspectiva contemporânea das identidades culturais que se redefinem no contexto da “cultura do turismo”. A rigor, denominamos “cultura do turismo” os processos de redefinição de padrões de vida, de valores, de sentidos, de significados, de sociabilidades que se dão no contexto de uma expansão turística que se propaga de uma forma intensiva em Barreirinhas. Essa cultura do turismo funda-se na mercantilização sem limites: tudo se mercantiliza, transforma-se em mercadoria nos circuitos turísticos que impõem a lógica do “valor de troca” em detrimento do “valor de uso”. Sob o signo do PARNA dos Lençóis Maranhenses – um espetáculo da natureza que se notabiliza no mercado global do turismo – a vida em Barreirinhas ressignifica-se na lógica mercantil que se espalha por todo o espaço, conferindo o ritmo da lógica do capital à cidade e aos seus habitantes.

Nesse esforço de reconstrução das mudanças vertiginosas, cabe delinear uma via analítica específica, que é esboçada pelo antropólogo Álvaro D’Antona (2000), em seu trabalho sobre as comunidades dos Lençóis Maranhenses, ao sublinhar que as construções e reconstruções de identidades das pessoas se efetivam em meio a um duplo movimento: dinamismo das atividades tradicionais e velocidade das transformações causadas pela urbanização e pelo turismo. Essa indicação faz-nos refletir sobre as permanências do tradicional em meio às mutações dos circuitos turísticos. Em termos mais operacionais da análise, sentimo-nos provocados a discutir os elementos socioculturais que se mantêm nos interstícios dos circuitos vertiginosos de mudanças que marcam a “Barreirinhas do turismo”. Tal indicação leva-nos a ficarmos atentos, nessa exposição das descobertas, ao aspecto do tradicional em Barreirinhas, encarnado em padrões, práticas, discursos, valores, que, numa amálgama cultural, hibridizam-se na cultura do turismo.

Considerando a tessitura teoria-empíria que estrutura nosso pensamento, construímos a dinâmica expositiva, deste capítulo de descobertas de pesquisa, a partir de dois eixos analíticos que estão circunscritos no movimento do turismo:

- Barreirinhas como espaço social em tempos de turismo: a constituição de um lugar turístico global;
- Trajetórias de sujeitos sociais no movimento do turismo em Barreirinhas: redefinições identitárias em circuitos de mutações

### 5.1 Barreirinhas como espaço social em tempos de turismo: a constituição de um lugar turístico global

A vida humana desenrola-se no quadro de coordenadas espaço-temporais. Se não existe sociedade sem história, também não há espaço sem marcas do tempo. Este vem-se condensando e cristalizando em espacialidade. [...] O espaço e o tempo são também factores determinantes da constituição e do desenvolvimento das aglomerações sociais. A esta evolução estão ligadas a produção de cultura e de civilização e a constituição do meio ambiente. (FERNANDES, 1992, p.61)

A dimensão sócio-espacial de Barreirinhas em tempos de turismo constitui-se o foco deste eixo analítico. Assumimos como fio condutor desta reflexão, o conceito de espaço social, tendo presente a perspectiva histórica tão bem expressa por Fernandes (1992), ao afirmar que “não há espaço sem marcas do tempo”. Nesse sentido, entendemos que o processo desencadeado a partir da década de 80 do século passado, com a criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e que conduz Barreirinhas ao status de lugar turístico global, tem provocado intensas mudanças sócio-espaciais nesse município.

A discussão teórica acerca do conceito de *espaço social* encontra-se na literatura contemporânea sob distintas vertentes analíticas. Buscamos aportes em autores do clássico, como Georg Simmel (1986), a analistas contemporâneos como Bourdieu (2003), articulando referências para circunscrever a formação histórica de Barreirinhas como espaço turístico global. Agregamos, a essas reflexões, a análise do antropólogo D’Antona (2000) ao abordar as conexões entre *tempo*, *espaço* e *lugar* na investigação sobre a dinâmica e os modos de vida de populações residentes na área do PNLM. Assim, buscamos apropriarmo-nos de dimensões constitutivas desse cenário, hoje lugar turístico global, em que ocorre a dinâmica da vida inscrita nas trajetórias peculiares de segmentos sociais em tempos de turismo.

Na perspectiva teórica de Georg Simmel, o conceito de espaço social é utilizado para designar, especialmente, “o campo das inter-relações sociais”. Para o autor, todo o sistema de relações inscreve-se num espaço em que estão intimamente associados o lugar, o social e o cultural. (SIMMEL, 1986 apud FERNANDES, 1992, p.61)

Bourdieu (2003), ao construir uma teoria do *espaço social*<sup>451</sup>, enfatiza, em princípio, que a sociologia apresenta-se como uma “*topografia social*”. Desse modo, argumenta o autor: “pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a

---

<sup>451</sup> Bourdieu (2003) em texto teórico que tem como título: “Espaço social e gênese das ‘classes’”, empreende uma série de rupturas com a teoria marxista. Dentre as quais, destacamos a “ruptura com o ‘economismo’ que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, às relações de produção econômica constituídas assim em coordenadas da posição social. [...]” (BOURDIEU, 2003, p.133).

várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir ao detentor delas, força ou poder neste universo”. (BOURDIEU, 2003, p.133) Nessa perspectiva, o espaço social é concebido como um “campo de forças”, incluindo as “lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos”. (BOURDIEU, 2003, p.133)

Seguindo as vias analíticas de Georg Simmel e Pierre Bourdieu, Fernandes (1992) aponta para uma estreita relação entre o espaço natural e o espaço social, enquanto espaço construído, e entre o espaço percebido e representado. Afirma esse pesquisador:

É a sociedade que produz o espaço social, através da apropriação da natureza, da divisão do trabalho e da diferenciação. O próprio espaço físico é também construção do imaginário individual e colectivo. Pode-se dizer que a relação com o meio ambiente é mediatizada por representações. Existe aqui uma circularidade: constrói-se como se representa e representa-se como se constrói (FERNANDES, 1992, p. 62).

Orientados por essas demarcações conceituais, buscamos conhecer o que estudiosos e pesquisadores dizem acerca das origens de Barreirinhas, de sua formação como espaço social. Assim, no segundo capítulo, identificamos referências históricas a circunscrever a constituição da cidade que nos ajudaram a traçar o fio condutor desse processo, trabalhando o espaço Barreirinhas ao longo do tempo: de uma pacata cidade a um lugar turístico global. Assim, resgatamos materializações do tempo histórico a acelerarem-se: a chegada da Petrobrás no município, a criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a abertura da rodovia MA-402 e o aumento do fluxo turístico na cidade. Nesse percurso, a partir de grande marcos, associamos outros dados históricos relevantes, representados em datas e símbolos. Dentre esses destacamos a comemoração ao centenário do distrito, oportunidade em que foi inaugurada a Praça do Trabalhador e, nela, erguido um Monumento ao Trabalhador encarnando homens e mulheres, trabalhadores/as do campo, do mar e de rios – agricultores e pescadores/as artesanais. Para isso, utilizei fontes bibliográficas como Marques, (2008), D’Antona, (2000, 2002), Aeci (2007), Ramos, (2008) e fontes orais, por meio de entrevistas com barreirinhenses que trazem em suas memórias os processos vivenciados por sua cidade. Dentre esses, destaco: Enéas Miranda Conceição, Adelina Rosa da Silva Rodrigues e seu filho Antônio Rodrigues da Silva Neto, e os/as professores/as da rede pública de ensino municipal e estadual, José de Jesus Menezes Nascimento (Zezinho), Vitória Régina

Raposo e Israel Silva Diniz. Esses personagens são moradores/as de Barreirinhas que trazem para o presente, fatos que revelam a dinâmica da cidade e da vida das pessoas em tempos passados.

Delineamos esse processo de reconfiguração do espaço social de Barreirinhas, enfocando três dimensões emblemáticas:

- Uma nova ordem socioespacial: para onde sopram os ventos do turismo?
- A ocupação do espaço pelo turismo: valorização de terrenos e especulação imobiliária;
- A produção local do turismo: ressignificando espaços tradicionais.

#### 5.1.1 Uma nova ordem socioespacial: para onde sopram os ventos do turismo?

É fato inconteste que a era do turismo em Barreirinhas constitui um marco de intensas mudanças na paisagem urbana e rural, gestando uma “nova ordem” socioespacial. Essa nova ordem engendra, portanto, uma dinâmica peculiar no cotidiano de vida e trabalho de moradores/as da cidade, produzindo mudanças nos padrões de sociabilidade, de consumo, de valores, referências, assim como na reconfiguração do espaço e no uso dos recursos naturais. Tudo isso está a consubstanciar mudanças efetivadas nas trajetórias de segmentos sociais inseridos na cadeia produtiva do turismo, assim como de outros segmentos que, do seu lugar social, vivenciam o turismo em Barreirinhas a partir dos anos 80 do século passado.

A cidade e sua população estão, portanto, a viver um ciclo de mutações impostas pela dinâmica da mundialização que chega por meio dos circuitos turísticos. O desmoronar do equilíbrio entre o “dentro” e o “fora”, voltado para o interior, é evidente no cenário atual da cidade, em que o que vem de fora tem muita força. É, portanto, o movimento do turismo global a estabelecer novas conexões de tempo-espaço, ressignificando modos de viver e conviver na “Barreirinhas do Turismo”.

Conforme enfatizado no segundo capítulo, a construção da rodovia MA-402, em 2002 marca o momento em que ocorre o *boom* do turismo em Barreirinhas como área privilegiada de acesso ao PARNA dos Lençóis Maranhenses. Nesse contexto, instaura-se na vida da cidade, uma sazonalidade própria da atividade turística, em que o tempo passa a ser concebido não mais em relação às estações marcadas pela alternância entre inverno e verão; cria-se uma nova alternância sazonal identificada pelas características de “alta temporada” e “baixa temporada”, determinadas pelo maior ou menor fluxo turístico. Assim, o período de alta temporada, em Barreirinhas, corresponde aos períodos de feriados prolongados e aos



meses de fevereiro, junho, julho e agosto. Existe, ainda, um período em que os fluxos turísticos atingem um nível intermediário, denominado de “regular”, observado nos meses de janeiro, setembro e dezembro. Os meses de agosto e parte de setembro apresentam uma característica peculiar em relação à origem internacional da maioria dos turistas que chegam a Barreirinhas, por ser o período de férias no continente europeu. Esse é, portanto, o período em que se intensifica o fluxo de turistas estrangeiros em Barreirinhas, notadamente, dos seguintes países em ordem decrescente: Portugal, Itália, França e Alemanha. (AECI, 2007)

Para quem conheceu Barreirinhas nos tempos de uma “pacata cidade”, uma primeira evidência dessa nova dinâmica socioespacial do lugar faz-se sentir pelo intenso fluxo de turistas de diferentes regiões do Brasil e de outros países, que se inicia desde o começo da manhã, permanecendo até o anoitecer. A cidade está a viver um paradoxo: para o turista que chega, inspira um clima de “férias permanente”; ao mesmo tempo, passando, para muitos, uma sensação de “liberdade plena”, um lugar em que tudo lhes é permitido fazer, inclusive desconhecer a existência de leis ambientais, códigos de trânsito e de postura, aproveitando-se da ausência de controle regular e efetivo por parte de órgãos públicos. Por outro lado, para determinados moradores da cidade, especialmente as famílias que ainda residem na área do centro, fica a sensação de que perderam a privacidade pela invasão de “gente de fora”, em face do barulho e agitação do trânsito com o aumento de veículos, toyotas, motos e bicicletas a circularem nas principais vias públicas. De fato, a cidade não é mais “pacata”. Nos tempos atuais em Barreirinhas, predomina um ritmo frenético dominado pelo movimento do turismo global. Isso significa que vem se firmando uma nova dinâmica socioespacial no cotidiano da “Barreirinhas do Turismo”, especialmente na vida dos sujeitos que integram a cadeia turística. Aqui, aproximamos nosso olhar para os *personagens do turismo*, os segmentos sociais, constituintes do público-alvo desta pesquisa – Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros.

Com efeito, a cada novo amanhecer, tudo funciona numa quase perfeita ordem. Cada um desses personagens entra em cena no tempo certo buscando cumprir uma agenda de trabalho ou tentando conquistar turistas recém-chegados, que aleatoriamente buscam inserir-se em algum grupo, ainda incompleto, com destino aos principais atrativos, especialmente a visita ao PNLM. Dessa forma, no caso dos profissionais – Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros – que possuem algum vínculo trabalhista com agências e receptivos locais, esses têm trabalho garantido, pois a agenda com os grupos de turistas geralmente está completa. Enquanto os demais, que trabalham de forma independente, adotam distintas

estratégias tendo em vista conseguir espaço num mercado extremamente competitivo. Dessa forma, esses profissionais que autodenominam de *freelance*, em face da concorrência do mercado, a cada dia enfrentam um cenário de incertezas quanto à possibilidade de trabalho. De fato, tudo fica a depender da sazonalidade, ou seja, de haver maior ou menor fluxo turístico. A disputa por mercado entre os distintos segmentos que integram a cadeia turística revela, a cada dia, processos de inclusão – exclusão, na medida em que nem todos conseguem trabalho, conforme já foi abordado no capítulo anterior.

Mas essa nova ordem socioespacial expressa-se para além dos “circuitos turísticos”. Nesse cenário, outra dinâmica instaura-se em Barreirinhas, a partir de sua própria condição como polo turístico regional. A cidade tem se constituído, portanto, o lugar privilegiado para onde convergem diversos eventos relacionados à atividade turística – seminários, reuniões técnicas, palestras, oficinas, cursos de capacitação –, atingindo públicos diferenciados: dirigentes institucionais, lideranças políticas locais e representantes dos municípios que integram a região dos Lençóis Maranhenses, membros do Conselho Municipal de Turismo (Comtur), segmentos sociais integrantes do *trade* turístico e professores da rede pública de ensino. A realização desses eventos em Barreirinhas depende da programação e do cronograma de órgãos públicos, privados e ONGs<sup>452</sup>, tendo, como espaço, o auditório da Casa do Turista *Dulce Correia*<sup>453</sup>, um espaço multifuncional, no qual se encontra instalada a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (Semtuc) que ora participa como copromotora desses eventos, ora como instituição anfitriã, prestando apoio logístico, inclusive, no aspecto da divulgação e convite ao público aos quais se destinam. De acordo com os objetivos propostos e o público aos quais se destinam, esses eventos mobilizam profissionais qualificados vindos de São Luís e outros estados, tais como: consultores técnicos, assessores jurídicos, dirigentes de instituições financeiras, gestores públicos, profissionais da área do turismo e professores de universidades públicas.

Ademais, a “Barreirinhas do Turismo” tem se constituído, não por acaso, o lugar, por excelência, escolhido por agentes promotores de congressos nacionais e simpósios científicos voltados para campos profissionais diversificados. Nesse sentido, a cidade tem

---

<sup>452</sup> São parceiros importantes como: Ministério do Turismo (MTur); Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI); Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura (Abeta); Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e Planeja.

<sup>453</sup> Homenagem da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (Semtuc) à barreirinhense que foi pioneira no serviço de hospedagem na cidade ao organizar o primeiro hotel em 1977. A Casa do Turista possui a seguinte estrutura física: “um auditório com capacidade para setenta e cinco pessoas, uma sala de reuniões com capacidade para vinte pessoas, um salão central de exposição e um salão para cursos e oficinas”. (AECI, 2007, p. 321)

recebido um público diferenciado formado por profissionais e estudantes universitários de áreas específicas, participantes desses eventos científicos. Sabe-se que, a priori, o interesse primordial desse público não é fazer turismo nos Lençóis Maranhenses, mas essa possibilidade já consta contemplada em uma agenda turístico-cultural. Em face da aceitação dessa agenda por parte do público-alvo, a opção por Barreirinhas vem se colocando como uma tendência adotada entre promotores desse tipo de evento; gerando assim, mais uma demanda para o mercado hoteleiro local. De fato, essa é uma tendência mundial do turismo, ou seja, conciliar, num mesmo tempo e lugar, atividades de cunho acadêmico-científico e profissional com momentos de lazer, de entretenimento. Em consonância com essa característica do turismo global, determinados meios de hospedagem em Barreirinhas já projetaram suas estruturas incluindo auditórios, devidamente equipados com sistema de vídeo e data-show, contando com espaço e acomodações para atenderem a distintos públicos em eventos de diferentes naturezas. Vale destacar que tais eventos têm contado com a presença de conferencistas qualificados, profissionais com destacada experiência na área técnica ou científica, assim como professores doutores oriundos de universidades brasileiras e de outros países como Portugal e Espanha. Na realidade, esses eventos são estrategicamente planejados no sentido de seduzirem um público que, pelo estresse da vida urbana, desejam fazer um momento de imersão na natureza exótica do PARNA dos Lençóis Maranhenses.

Nos percursos da nossa investigação, observamos, ainda, que essa “nova ordem socioespacial”, que está a gestar novos padrões de sociabilidade em Barreirinhas, dá-se em meio a permanências de práticas tradicionais. É o caso, por exemplo, de moradores/as que ainda conservam hábitos de convivência social, como o de sentarem-se aos finais de tarde, às portas de suas residências. Tais costumes são resquícios de modos de viver e conviver tradicionais, expressos em comportamentos e valores que permanecem como que preservados, coexistindo na teia de relações e interações a compor um novo padrão de sociabilidade que se estabelece entre moradores/as antigos/as e as novas gerações, inclusive novos/as moradores/as que passaram a residir na cidade.

No mundo dos negócios, o mercado turístico de Barreirinhas vem se firmando com potencialidade de crescimento e, portanto, tem atraído pessoas de outras cidades, regiões e países interessadas em investirem em diversos tipos de negócios, que passaram a integrar a cadeia produtiva turística, com destaque para os seguintes setores e serviços: meios de hospedagens, alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes), agenciamento de passeios e receptivo de turistas, transporte turístico (terrestre ou náutico), lazer, entretenimento (espaços

para shows musicais) e o artesanato. Esse processo deu origem à organização de um *trade* turístico que dinamiza a economia local, com resultado direto na ampliação da oferta de trabalho nos setores secundário e terciário.

Nessa nova ordem socioespacial, vale sublinhar a posição que a atividade artesanal ocupa na cadeia produtiva do turismo em Barreirinhas, como um dos principais atrativos culturais e turísticos e como geração de trabalho e renda para grande contingente da população feminina. Conforme abordado no capítulo anterior, a produção artesanal da “Barreirinhas do Turismo” vem conquistando o mercado nacional e internacional pela peculiaridade e beleza de suas peças feitas com fibra do buriti – *linho* –, tendo como principais produtos: toalhas de mesa, jogos americanos, bolsas, chapéus e outros adereços, como brincos e colares, estes também confeccionados com sementes de frutos regionais. No mercado artesanal local também são encontrados outros tipos de produtos, tais como: confecções tipo camisetas, bermudas e moda praia – saídas de praia, biquínis e sungas de banho. Nesses locais, alguns pontos de comercialização especializaram-se na venda de doces caseiros e licores de frutas regionais. A comercialização é feita em vários pontos da cidade, distribuídos em ateliês, lojas localizadas nas principais ruas do centro da cidade, postos de venda das duas cooperativas de artesãos, em nove barracas no Centro de Artesanato de Barreirinhas, em lojinhas localizadas na área de acesso ao “porto da balsa” (ponto de travessia do Rio Preguiças para o PNLM) e em lojas situadas em empreendimentos de hospedagem.

#### 5.1.2 A ocupação do espaço social pelo turismo: valorização de terrenos e especulação imobiliária

No processo de reconfiguração sócioespacial e dinamização de determinados setores da economia municipal, destacam-se os setores do turismo, do artesanato e da construção civil. Tais atividades, ao mesmo tempo em que estimulam e impulsionam outros setores da economia municipal, também têm produzido impactos no meio ambiente, contribuindo para a reconfiguração da paisagem urbana. Nesse sentido, vale destacar, aqui, a narrativa de um jovem professor do município ao expressar sua visão acerca do processo vertiginoso de mercantilização que se instaura em cadeia – do artesanato aos recursos naturais – sob a égide do turismo global:

[...] Quando chegou o turismo em Barreirinhas, começou logo a crescer o comércio. Quando o comércio cresceu, o comércio do artesanato também começou a crescer. Aí começou uma estratégia de lucro das famílias que começaram a fazer o artesanato. Como estava crescendo muito rápido, criou-se outro problema: o

desmatamento. Como? Os buritizais começaram a desaparecer. São várias pessoas tirando os “olhos” dos buritizais e não fazem o reflorestamento. Tanto é que se você observar uma foto de Barreirinhas há dez anos, quando essa história começou a crescer, assim, de uma hora para outra, você vai observar a diferença. Essa nossa paisagem bem aqui não era essa. Era cheia de buritizais e muito maravilhosa! Hoje está devastada. O que está acontecendo? O governo do município não está se importando muito com essa questão. Ele se importou mais com a questão do lucro. O que o turismo poderia trazer para Barreirinhas. (Informação oral)<sup>454</sup>

Nesse contexto em que novas perspectivas de mercado se abrem a partir do desenvolvimento do turismo no PNLN, o centro das atenções de determinados grupos investidores incidiu em terrenos localizados em áreas privilegiadas de Barreirinhas. Na verdade, o processo denominado de especulação imobiliária deflagrou-se antes mesmo da abertura da estrada MA-402 e intensificou-se na medida em que o destino turístico passou a ter maior divulgação na mídia local, nacional e internacional. Assim, o *marketing* de Barreirinhas, como lugar de acesso privilegiado ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, constituiu um dos fatores preponderantes de atração de redes e empreendimentos imobiliários com interesse em investirem nesse recém-descoberto mercado turístico. Todo esse processo envolveu questões de uso e modificação do espaço social e da paisagem urbana de Barreirinhas, levando à produção de uma nova ordem espacial de determinadas áreas, tendo em vista a valorização e a consequente apropriação do solo urbano e rural por empreendimentos hoteleiros e condomínios residenciais para fins de veraneio. A rigor, essa dinâmica encarna a lógica da mercantilização do turismo nos fluxos do capital; a se reproduzir, também, em Barreirinhas.

Em Barreirinhas, os ventos do turismo atuaram como fator de atração da população rural, e de outros municípios e regiões do país, em busca de trabalho e melhoria de renda, gerando um crescimento da população da cidade, como revelam os dados do IBGE: em 2000, a cidade possuía 39.669; passando para 46.729 em 2007 e atingido, em 2009, o total de 50.354 habitantes. Os reflexos desse crescimento populacional podem ser constatados com a expansão de áreas ocupadas por famílias oriundas do meio rural e de outros municípios, formando novos núcleos habitacionais na cidade, tais como: “Residencial Brasil”, “Cidade Nova”, “Abafadinho” e “Vila São José”.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que cresce a demanda oriunda das classes populares por áreas para fins de moradia, tem se ampliado a especulação imobiliária, em áreas nobres de Barreirinhas, para propósitos mercantis. Nesse sentido, vale apresentar trechos da entrevista com o então chefe do PNLN ao enfatizar as relações de poder subjacentes a esse

---

<sup>454</sup> Entrevista com o prof. Israel Silva Diniz, em maio de 2007.

processo de especulação, em que determinados grupos são beneficiados com informações privilegiadas. Júlio dá a seguinte interpretação:

[...] Até 2002, os terrenos em Barreirinhas não valiam nada, ou valiam muito pouco, como em qualquer cidade do interior. A partir de 2002, com a abertura da estrada e antes disso, já havia a especulação imobiliária. [...] Todo mundo que conhece de especulação imobiliária sabe que isso, na verdade, é uma ferramenta dos poderosos ou daqueles grupos mais bem aquinhoados e mais próximos ao poder, dos grupos sociais que têm essa informação privilegiada, tipo: ‘vou abrir uma estrada que vai ligar a BR-135 a Barreirinhas’. [...] Então, esses grupos vêm e passam a comprar esses terrenos por preços irrisórios e revendê-los ou apropriá-los dessa sobrevalorização, com objetivos na implementação de projetos na linha do turismo. [...] (Informação oral)<sup>455</sup>

O avanço imobiliário ocorreu, com maior ênfase, em terrenos localizados às margens do Rio Preguiças e nas regiões de praias – Caburé, Atins e Canto do Atins. Muitos desses terrenos estão localizados em área de preservação permanente e integram a “Zona de Amortecimento<sup>456</sup>”, segundo as especificações contidas no Plano de Manejo do PNLN. Os estabelecimentos que se encontram infringindo a legislação ambiental foram objeto de contendas judiciais no âmbito do Ministério Público Federal (entre 2002 a 2004), como esclarece o então Chefe do PNLN:

[...] Os agentes do IBAMA lotados no Parque Nacional têm a obrigação de proteger a margem esquerda do Rio Preguiças, considerando no sentido montante a jusante, quer dizer, da nascente para a foz, porque ela é a Zona de Amortecimento do Parque Nacional. [...] Enquanto que a margem direita do Rio, ela é, em primeira mão, atribuição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e, em segunda mão, de responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, acompanhar a ocupação dessa margem. Se esses dois órgãos não cumprem com o seu papel, é que o Ibama pode entrar de forma suplementar ou quando é instado a fazê-lo pelo Ministério Público Estadual ou pelo Ministério Público Federal, como foi o caso da *Operação Rio Preguiças*. (Informação oral)<sup>457</sup>

Em sua argumentação, o chefe do PNLN retoma o contexto de criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e enfatiza que predominou a visão “desenvolvimentista” do primeiro gestor, o Sr. Ruy Mesquita, ex-presidente do Ibama, ao “implementar uma gestão ambiental instrumentalizada para o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão, como estímulo para seu potencial turístico[...]”. E, assim, aponta para a perspectiva mercantilista com foco no turismo que orientou, durante esse período, a gestão ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

---

<sup>455</sup> Entrevista com o chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, em outubro/2006.

<sup>456</sup> A Lei nº 9.985 que instituiu o SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação), assim define Zona de Amortecimento: “o entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (inciso XVIII, artigo 2º). (MMA/IBAMA, 2002 p.59)

<sup>457</sup> Entrevista com o chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, em outubro/2006.

[...] Então, em torno do Parque Nacional estão decretadas áreas de preservação ambiental estaduais; as entrâncias maranhenses são decretadas enquanto uma grande APA (Área de Proteção Ambiental). E as APAs estaduais [...] elas permitem mais a gestão territorial do que, efetivamente, uma proteção ambiental, o que não quer dizer que a proteção ambiental não possa ser feita, mas é uma proteção ambiental de baixa intensidade. Então, esse processo, essa escolha do ponto de vista do Governo do Maranhão e pode-se dizer das elites do Maranhão no poder, visa exatamente, o desenvolvimento de todo esse litoral maranhense, a própria gestão ambiental, como uma reserva de mercado para o turismo. (Informação oral)<sup>458</sup>

Reconhece o chefe do PNLM que essa proposta de “gestão ambiental instrumentalizada para o desenvolvimento econômico” não está restrita apenas ao Maranhão, mas é uma tendência presente, também em outros estados como, por exemplo, na Bahia, e em todo o Brasil. Nesse sentido, percebe como prática usual no contexto da administração pública no país, semelhante ao que aconteceu em Barreirinhas, em que o processo é invertido, ou seja, o estímulo à demanda turística se dá antes mesmo que as instituições responsáveis pela gestão ambiental estejam devidamente organizadas. Esclarece, ainda, que, regra geral, as instituições são criadas apenas para cumprir uma exigência legal sem, no entanto, terem as condições de funcionamento, especialmente pessoal técnico e equipamentos:

[...] E aí o que é que a gente vê? A gente vê investimentos em infraestrutura turística, sempre vindo à frente e trazendo, estimulando uma demanda para a qual os órgãos que, institucionalmente, são responsáveis pela gestão ambiental, não foram organizados. Então, você tem, por exemplo, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente trabalhando, basicamente, com técnicos terceirizados [...] As Secretarias Municipais de Meio Ambiente, quando elas existem, de alguma forma, porque a regra é existirem, elas são completamente desaparelhadas. (Informação oral)<sup>459</sup>

Então, referindo-se ao caso de Barreirinhas, o chefe do PNLM revela que ambas as Secretarias, Estadual e Municipal, expediram Licenças Ambientais desconhecendo a existência de uma legislação federal.

[...] Então, vamos agora para o que ocorreu em Barreirinhas. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a própria Prefeitura deu Alvarás e expediu, em grande parte, Licenças Ambientais para construção em áreas de preservação permanente. E tinha uma Lei Federal que explicitamente proibia. Então, foram licenças ilegais. (Informação oral)<sup>460</sup>

Considerando o processo de ocupação do espaço pelo turismo em Barreirinhas, destaca-se o setor de hospedagens pelo crescimento que tem atingido tanto no perímetro

---

<sup>458</sup> Entrevista com o chefe do PARNA dos Lençóis Maranhenses, em outubro/2006.

<sup>459</sup> Entrevista com o chefe do PNLM em outubro de 2006.

<sup>460</sup> Entrevista com o chefe do PNLM em outubro de 2006.

urbano da cidade como nos povoados de Caburé e Atins. De fato, a perspectiva de desenvolvimento do turismo em Barreirinhas tem atraído grupos empresariais nacionais, bem como empreendedores locais e de São Luís. Há informações de que grupos portugueses e espanhóis têm realizado estudos de viabilidade, tendo em vista o propósito de investir nesse setor em Barreirinhas. Assim, nesse setor, predomina a presença de investidores externos, especialmente os de grande e médio portes. No entanto, “a maioria dos empreendimentos de hospedagem é formada por estabelecimentos independentes de grupos hoteleiros, não compondo cadeias hoteleiras”. (AECI, 2007, p. 157)

Na verdade, pesquisas revelam que, a cada ano, Barreirinhas tem atingido melhores níveis nos serviços e equipamentos hoteleiros, com condições de atender a distintos perfis de demanda, de acordo com as características socioeconômicas e preferências pessoais, tais como: pousadas, hotéis, albergue, *resort* e *flat*. A cidade dispõe ainda de condomínios e casas, geralmente utilizados como segundas residências, que atendem à demanda regional. As pousadas constituem o tipo de hospedagem predominante, apresentando uma variedade de padrões na qualidade das instalações, dos equipamentos e serviços prestados, com preços diferenciados. Dados do Diagnóstico Turístico de Barreirinhas (AECI, 2007) revelam o seguinte quantitativo em relação ao setor de hospedagem:

O número total de pousadas identificado no Município foi de 42, sendo 35 pousadas na sede, quatro na Praia do Caburé e três em Atins. As Unidades Habitacionais das pousadas estão distribuídas da seguinte maneira: 333 UH's na cidade de Barreirinhas, 55 na Praia do Caburé e 28 em Atins, totalizando 416 UH's em pousadas. Em Barreirinhas há somente um albergue em funcionamento com seis Unidades Habitacionais, um *resort* com 37 UH's e dois *flats* com 248 UH's. Os três hotéis de Barreirinhas disponibilizam 87 UH's. (AECI, 2007, p.158)

Vale sublinhar que, dentre esse quantitativo de pousadas, grande parte desses empreendimentos é constituída por administrações familiares, organizados por barreirinhenses que vislumbraram um futuro promissor da cidade como destino turístico e decidiram investir nesse ramo de negócio. Cabe destacar o caso da *Pousada Lins*, uma das pioneiras da cidade, da família de Carlos Lins. Há mais de 20 anos, o casal Lins teve a iniciativa de transformar sua ampla residência, localizada no centro da cidade, em frente à Praça do Trabalhador, em meio de hospedagem. Hoje, a família dá continuidade à administração do negócio plenamente consolidado, contando com a participação do filho, Carlos Aurélio, que cresceu nesse espaço. Este, em entrevista ao jornal O Estado do Maranhão, dá o seguinte depoimento:



Estamos sempre lotados, 85% dos nossos hóspedes são paulistas, seguidos por pernambucanos, baianos e cariocas. Recebemos muitos estrangeiros e a nossa propaganda quem faz é o hóspede que se hospeda na Pousada Lins [...]. (ITEVALDO JÚNIOR, 2007)

Merece destaque uma tendência, apontada pelo Diagnóstico Turístico de Barreirinhas (AECI, 2007), em relação aos investimentos em segundas residências, ou casas de veraneio, em resposta à demanda turística regional de maior poder aquisitivo, principalmente oriunda de São Luís. Nesse sentido, o documento revela a variedade de tipos existentes na cidade: “As segundas residências são estabelecidas nas formas de: casas, construídas principalmente às margens do Rio Preguiças; condomínios; chalés e Unidades Habitacionais no Solare Lençóis Flat Residence”. (AECI, 2007, p.159)

De fato, esse setor de meios de hospedagem está bem aquecido, sempre com perspectivas de construção de novos empreendimentos a cada ano. Assim, o Diagnóstico Turístico de Barreirinhas (AECI, 2007, p.161) confirma essa perspectiva de crescimento do setor ao citar dois grandes empreendimentos; um deles, em fase de acabamento previsto para 2007; e outro, já sendo comercializado, com entrega prevista para 2008. São eles: *Pousada Recanto das Águas*, com oito blocos, cada um com quatro apartamentos, totalizando 32 UHs, incluindo uma ampla área de lazer; o outro empreendimento, *Vila Lençóis Eco Residence*, com 106 chalés que funcionarão em sistema de condomínio. Ambos os empreendimentos encontram-se localizados às margens do Rio Preguiças.

### 5.1.3 A produção local do turismo: ressignificando espaços sociais tradicionais

Nos percursos do turismo como uma atividade global que encarna dimensões do processo de mundialização do capital, o local afirma-se como um atrativo para o consumo turístico. De fato, na lógica global-local os fluxos do turismo transformam espaços, produções e produtos tipicamente locais em mercadorias que passam a ser consumidas como “o exótico”, “o diferente”, “o artesanal”.

Na comunidade de Tapuio, na articulação<sup>461</sup> de atividades econômicas da Barreirinhas tradicional afirma-se como “comunidade pesqueira-agrícola”, uma Casa de Farinha, que se transforma em atrativo turístico. Cabe destacar que na contraditória e complexa relação de Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras com o turismo, uma família

---

<sup>461</sup> Esta articulação de atividades econômicas encontra-se devidamente configurada no quarto capítulo, no item em que abordamos o segmento social Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras.

tradicional de pescadores aproveita um espaço típico de quem também exerce agricultura familiar para inserir-se no circuito turístico.

Em verdade, a Casa de Farinha do povoado Tapuio revela a capacidade empreendedora no sentido do aproveitamento de um padrão de vida e trabalho local como mercadoria turística. Esse processo teve início, aproximadamente, há oito anos, por meio de parcerias com agências e receptivos locais de Barreirinhas. Nesse sentido, os turistas são motivados a conhecerem uma “mostra” do modo de vida rural de Barreirinhas mediante visita a uma Casa de Farinha. O espaço encontra-se didaticamente organizado no sentido de permitir aos turistas uma visualização de todo o processo de produção da farinha. Assim, durante a visita, é feita uma explanação acerca da mandioca, seguida de demonstração de todas as etapas: desde o preparo da mandioca – raspar, enxugar, peneirar – até o momento de levar ao forno para torrar. Essa última etapa é a culminância do processo, quando sai o produto – a farinha seca – pronto para degustação dos visitantes.

Durante o grupo focal com Pescadores/as Artesanais, um participante refere-se à Casa de Farinha no povoado Tapuio. Em seu discurso, fundamenta a percepção que tem dos efeitos parciais e contraditórios provocados pelo turismo na referida comunidade:

O turismo aqui mudou para uma parte, para outras, não. Porque aí tem o ‘porto turismo’ que eles vêm com 8, 10, 15 voadeiras por dia. Aqui no Tapuio tem a Casa de Farinha, que eles visitam. Aqui tem muitas casas de farinha, mas só que essa, mesmo, é visitada! É lá no Zequinha Davi. Ele tem um filho que é só para isso, para guiar os turistas, falar da história desde a produção da mandioca. Ele é o dono, o proprietário lá. É um terreno grande e tudo limpo, próprio só para receber os turistas mesmo. E tem um rapaz, só para conversar sobre o trabalho como é feito. (Informação oral)<sup>462</sup>

No percurso do trabalho de campo, durante momentos de imersão no povoado Tapuio, visitamos a Casa de Farinha e entrevistamos os proprietários, Sr. Zequinha Davi e Sra. Maria José, além de seu filho José Maria, que antes morava em São Luís. Atualmente, é ele quem dá continuidade ao trabalho de recepção dos turistas, anteriormente feito por seus pais. O senhor Zequinha é pescador artesanal e agricultor. José Maria concluiu o ensino médio e é professor do município. Na oportunidade, José Maria aceitou conceder-nos uma entrevista, em que relatou o início dessa atividade. Dá ênfase à forma casual como surgiu a idéia de transformar a Casa de Farinha em atração turística. Afirma ele:

---

<sup>462</sup> Grupo focal com Pescadores/as Artesanais das comunidades de Tapuio e Laranjeira, em agosto de 2008.

[...] Por coincidência, encostou uma lancha de uma operadora de turismo, com uns turistas, e eles acabaram vindo e conheceram a Casa de Farinha através do meu pai. E ele começou a fazer esse processo de demonstrar a Casa de Farinha para os grupos. A princípio era grátis, muita gente vinha, as operadoras mandavam. [...] Esse trabalho de Casa de Farinha, então, começou a ter um pouco de valorização; mesmo porque, no início, o fluxo de turismo em Barreirinhas era muito maior do que hoje. [...] Eu, vindo para cá, aperfeiçoei um pouquinho, ou seja, o meu pai tinha a parte prática e eu tinha a parte didática. Então, com um pouco mais de didática, juntei com a prática dele e um pouco de teoria e ficou mais interessante. Então, o passeio à Casa de Farinha, hoje, ele é prático, didático e altamente informativo. [...] É um passeio bom, ele é vendido em outros estados; São Paulo, por exemplo. Então, muitas agências vendem a visita à Casa da Farinha como um roteiro turístico. (Informação oral)<sup>463</sup>

José Maria encarna o perfil de um guia turístico pela postura na forma de receber e se comunicar. Explica-nos como concebe esse espaço de visitação turística e menciona as operadoras de turismo que divulgam esse passeio:

[...] A gente pode caracterizar como turismo rural, turismo comunitário. E, hoje, em Barreirinhas, são poucas as agências que vendem esse passeio. Mas acontece. Como, por exemplo: Sacada, *Free Way Adventure*, através da Kimiko, a Rio Ave; então, algumas operadoras valorizam muito essa parte cultural, que é, digamos, somente 10%. [...] Então, a Casa de Farinha não é o foco principal, mas muitas das vezes, quando o grupo está com o dia livre, alguns receptivos conseguem vender. [...] (Informação oral)<sup>464</sup>

Durante a entrevista, José Maria faz uma avaliação da demanda turística atual, em relação à Casa de Farinha, comparando com um período anterior. Na oportunidade, aborda sobre a ausência, em Barreirinhas, de uma política de turismo que estimule e valorize esse tipo atrativo rural, que tem uma dimensão cultural relevante. Nesse contexto, afirma que o foco das operadoras fica restrito aos passeios para os quais há maior demanda no mercado turístico. É fato incontestável que a principal atração do destino Barreirinhas é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses com suas belezas naturais inusitadas. O PNLM constitui, portanto, a grande mercadoria turística a gerar lucros para todos que integram a cadeia de serviços, ou seja, desde as agências a Condutores Turísticos, Toyoteiros e Pilotos de Lancha. Senão, vejamos a argumentação de José Maria:

[...] Há três anos, existia uma visitação muito grande na Casa de Farinha. Então, as pessoas vinham muito visitar essa Casa. Hoje, as operadoras focam outros passeios. Passeios onde elas conseguem ter o grupo durante mais tempo em uma lancha, em uma toyota, que é onde conseguem ter um lucro maior, com o turista, para a empresa, para o Toyoteiro, para o Piloto da voadeira. E o passeio cultural é muito próximo. Ele gasta 10 minutos de Barreirinhas ou 5 minutos de voadeira até aqui.

---

<sup>463</sup> Entrevista com José Maria, guia da Casa de Farinha do povoado Tapuio, em agosto de 2008.

<sup>464</sup> Entrevista com José Maria, guia da Casa de Farinha do povoado Tapuio, em agosto de 2008.

Então, eles não têm como cobrar um preço exorbitante para um passeio tão perto. Então, é boicotado! É sim boicotado pelas próprias agências de turismo em Barreirinhas! É o que muitas das vezes acontece.[...] Nós não temos uma Secretaria de Turismo, aqui em Barreirinhas, que funcione de verdade! A gente tem pessoas em cargo de confiança e, muitas das vezes, nem sempre, aquele Secretário de Turismo tem a capacidade de trabalhar com o turismo. Ou seja, se ele não tem a visão, que é o principal... Hoje, 68% de Barreirinhas é zona rural, então existem muitas opções para a zona rural, em relação ao turismo, sem ser só o Parque dos Lençóis. E a zona rural se beneficia do turismo, hoje, somente através do artesanato, onde se localizam os polos de produção. (Informação oral)<sup>465</sup>

De fato, o discurso desse jovem sinaliza para o processo de mercantilização dos produtos e atrativos turísticos em que o decisivo é a exploração máxima dos espaços e produtos, no sentido do lucro, envolvendo diferentes “*personas do capital*” vinculadas à cadeia turística. É incontestável a acumulação de capital em benefício dos empresários e investidores em detrimento dos atores locais. O lucro é proporcional ao capital que cada grupo específico detém nos circuitos do turismo.

No que diz respeito à valorização de terrenos em povoados situados em áreas de praia, temos duas situações emblemáticas: o caso do povoado Caburé e o povoado Atins.

O povoado Caburé fica situado numa área privilegiada, numa faixa de areia, um lado às margens do Rio Preguiças e o outro com uma extensa área de praia. Antes do tempo do turismo, Caburé era o local para onde pescadores ribeirinhos se deslocavam de seus povoados, durante o período do inverno, para realizarem a atividade de pesca.

D’Antona (2000), em seu estudo sobre as comunidades residentes no Parque Nacional, faz uma descrição etnográfica do cenário do Caburé, desde a aridez do ambiente dominado pela areia até a organização das famílias de pescadores no processo de deslocamento temporário de suas residências durante o período do inverno:

Caburé é uma das localidades organizadas em pequenas cabanas feitas de madeira e palha sobre a areia. Em lugares como Moitas, Morro do Boi e Vassouras, existem famílias de pescadores que residem junto às dunas mesmo no verão, mas, no Caburé, os pescadores abandonam as cabanas ao fim do inverno porque o vento é muito forte. [...] Quando chega o inverno, os pescadores retornam. Desmontam as antigas cabanas (tomadas pela areia) e reaproveitam o material nas novas, substituindo elementos deteriorados por material recém-coletado. Como os próprios ocupantes dizem, “*Caburé é só areia*”, somente o peixe é conseguido ali, tudo o mais vem de fora. Utensílios, as famílias carregam de casa; dos mangues da região extraem madeira para as cabanas; as folhas do buriti vêm de longe, do interior; de Barreirinhas, originam-se os produtos industrializados e certos alimentos. Por isso, o deslocamento para o Caburé requer esforço e preparativos de anos. (D’ANTONA, 2000, p. 42-43) (Grifo do autor)

---

<sup>465</sup> Entrevista com José Maria, guia da Casa de Farinha do povoado Tapuio, em agosto de 2008.

O próprio autor já apontava para a transformação do espaço social do Caburé, a partir do crescimento do turismo, como bem afirma:

Com o desenvolvimento do turismo, o espaço de Caburé se transforma. No verão encontrei três grandes barracões (bem maiores que as cabanas de pescadores) que são utilizados para recepcionar turistas. Dois deles, pertencentes a hoteleiros de Barreirinhas, estavam desativados devido à “baixa estação”. O terceiro se encontrava em funcionamento pois seu proprietário reside no local (D’ANTONA, 2000, p.42).

Essa transformação do espaço social do Caburé também já havia sido prenunciada pela pesquisadora Luiza Jansen Ferreira<sup>466</sup>, durante seu percurso no trabalho de campo no período de 1993 a 1994. Atualmente, Pescadores/as de Tapuio e Laranjeira ao constatarem a ocupação da praia do Caburé por “pessoas de fora”, afirmam: “hoje, a nossa praia está toda de turismo, é só pousada! Está toda acabada, vendida!” Assim, relembram as palavras da professora:

Eu vou lhe falar outra coisa. Essa moça que ele está falando aí, a Luiza, nas primeiras pesquisas dela que ela fez esse trabalho para a universidade. Ela foi aqui na praia (Caburé), ela abriu o olho de todo mundo aqui! Ela disse: “pessoal, é dessa maneira...” Eu ouvi com os meus dois ouvidos e olhei com os meus dois olhos! Tinha gente que falava: ah! ela vem aqui é ganhar dinheiro, falar besteira! Principalmente, ali, o nosso Caburé, que era onde a gente pescava, todo mundo pescava. Hoje, você não tem aonde você meta o pé para pescar, é só pousada pra todo lado! [...] Tinha gente que tirava pedaço de terra para vender. Hoje, quem falou que ela vivia ganhando dinheiro, mentindo, está arrependido de ter feito o que fez. Hoje a nossa praia está toda de turismo, é só pousada, está toda acabada, vendida! Quem tomou conta foi o pessoal de fora! [...] (Informação oral)<sup>467</sup>

Esse fenômeno de transformação do povoado Caburé é abordado por outro pescador ao enfatizar que o espaço, outrora da pesca artesanal, hoje é dominado pelo turismo:

O nosso período de pesca, no caso, no Caburé, nós passa seis meses pescando. Quase todo mundo do Tapuio, todo mundo nasceu e se criou e todo mundo sabe aqui. Ninguém vai dizer que é mentira! Hoje tem muitos pescadores que não vão mais no Caburé. Eu tinha canoa de pesca, não tenho mais, para pescar no Caburé. Porque, hoje, é só Pousada e se acabou. [...] Então, eu acho que, para o pescador, cada vez está ficando mais difícil. (Informação oral)<sup>468</sup>

---

<sup>466</sup> Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que desenvolveu projeto de pesquisa no período de 1993 a 1994, intitulado: “*Estudo do deslocamento de famílias camponesas às margens do Rio Preguiças*”. Essa pesquisa deu origem à sua Dissertação de Mestrado em Psicologia e Práticas Sócio-culturais, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2002.

<sup>467</sup> Grupo focal com Pescadores/as Artesanais dos povoados Tapuio e Laranjeira em agosto de 2008.

<sup>468</sup> Grupo focal com Pescadores/as Artesanais dos povoados Tapuio e Laranjeira, em agosto de 2008.

Mas é evidente que o processo de transformação do espaço não ocorre apenas no povoado Caburé. Outras comunidades de pescadores passam por processo semelhante, como alvo da especulação imobiliária, em especial Atins, Canto do Atins e Laranjeira. Especificamente o povoado Atins, por ser área de praia, exerce maior atração, inclusive por parte de estrangeiros. Desse modo, nas rotas do turismo, Atins vem passando por mudanças no espaço social e tem se intensificado, sobretudo, a partir da inserção de três estrangeiros que têm desenvolvido um trabalho como agenciadores e marqueteiros de áreas em locais apazíveis, atraindo compradores interessados em investirem nesse ramo e intermediando o processo de venda dos terrenos junto aos moradores, que são os proprietários das áreas. Durante o trabalho de campo, tivemos oportunidade de manter contato com um desses agentes estrangeiros, mas, ao nos identificar como pesquisadores, não obtivemos receptividade, apenas respostas evasivas. No entanto, as narrativas de pescadores locais são claras a respeito dessa realidade:

Eu acho que o turismo trouxe muita valorização dos terrenos. Os terrenos aqui eram a preço de banana. Hoje está mais alto. [...] Vejo gente chegar aí e comprar terreno por R\$ 20.000,00, até R\$ 50.000,00 [...] Agora, um nativo não pode comprar um terreno desses daqui. Isso é um absurdo! Essa nossa praia todinha já foi vendida, não tem mais nenhum nativo, tudo é turista. E essa nossa área daqui do centro, da Avenida Principal, com muitos terrenos, já foram vendidos. Então, beneficiou muita gente aqui com a venda dos terrenos. Beneficiou, assim, porque vendem o terreno e recebem aquele dinheiro; aí, quando passa um mês, eles estão 'lascados'. (Informação oral)<sup>469</sup>

Outro participante do grupo focal do povoado de Atins confirma que essa prática descontrolada de venda de terrenos já vem ocorrendo há certo tempo e chama atenção para um fato, que se caracteriza como uma estratégia típica de especulação imobiliária, ao identificar “um pessoal que chegou de fora se apossou de uma grande área”, tendo em vista a venda de lotes. É mais enfático, ainda, ao afirmar que 50% dos terrenos de Atins já estão vendidos. Sua narrativa revela outras dimensões de um processo que só tende a intensificar-se:

Modificou! Está modificando. O que mudou, é que o pessoal já vendeu suas terras quase tudo. Não foram nem tanto os nativos. Foi um pessoal que chegou lá recente. Porque os nativos mesmos, lá, não tiveram a intenção. Não tiveram ganância por terra! Cada um ficou no seu ambiente. Eu pelo menos fiquei no meu ninho. Agora, um pessoal que chegou de fora, acho que já com experiência de convivência de terra, chegou, se apossou de uma área grande e, já prevendo isso, né? E começaram a vender terrenos e, hoje, 50% do Atins está vendido! Só para gente de fora. Uma parte era para fazer pousada, para fazer chalés. Aí, o Ibama, há dois anos atrás foi lá com o trator, derrubou a cerca deles tudinho e proibiu de construir. [...] Isso foi na

---

<sup>469</sup> Grupo focal com Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras do povoado Atins, em julho de 2008.

área da praia. Agora, nas áreas da rua, os que compraram, na área interna, estão construindo. Mudou muito! (Informação oral)<sup>470</sup>

## 5.2 Trajetórias de sujeitos sociais no movimento do turismo em Barreirinhas: redefinições identitárias em circuitos de mutações

A cultura é produção, é criação em um contexto de relações sociais, perpassada por significações e sentidos, gestando modos de viver no mundo, demarcando “posições-de-sujeito”.<sup>471</sup> Assim, a cultura é, antes de mais nada, interpelativa, produzindo subjetividades e identidades sempre em processo. Especificamente, a cultura que se gesta em Barreirinhas, em processos vertiginosos de mudança, deflagrados pela expansão do turismo, interpela grupos, categorias e segmentos a redefinirem identidades, redimensionando posições-de-sujeito. Todo o esforço investigativo, ao longo do processo de construção desta tese de doutoramento, teve como fio condutor compreender a redefinição dos processos identitários que se circunscrevem nos percursos constitutivos da cultura do turismo em Barreirinhas. Nessa análise das redefinições identitárias, temos como inspiração, a vertente da teoria cultural contemporânea, que argumenta e concebe que as “identidades modernas estão ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas”. (HALL, 2005, p.8)

Segundo essa vertente contemporânea, a concepção de identidade como algo fixo e plenamente unificado não corresponde mais à realidade do mundo em que vivemos. Cabe sublinhar que o assumir dessa perspectiva analítica pressupõe desconstrução da visão tradicional de identidade que perpassa ainda o imaginário coletivo. De fato, na teoria social clássica, que se populariza no discurso do senso comum<sup>472</sup>, com frequência, a identidade é vista como algo fixo e imutável e, portanto, abrangendo reivindicações *essencialistas* sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou de características que são partilhadas com determinados grupos ou pessoas.

Em contraposição a essa perspectiva essencialista, assumimos como base de sustentação analítica, a concepção *estratégica e posicional*<sup>473</sup> de identidade de Stuart Hall

---

<sup>470</sup> Grupo focal com Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras do povoado Atins, em julho de 2008.

<sup>471</sup> Essa noção de “posições-de-sujeito” integra o universo conceitual de Stuart Hall circunscrevendo a interpelação da cultura no sentido de recrutar indivíduos ou grupos sociais a ocuparem determinadas posições, a se identificarem com determinados discursos, sujeitando-se a determinadas significações que os tornam o que se é. (BERNARDES; HOENISCH, 2003) Nessa perspectiva, assinala Hall que “as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. (HALL, 2000, p. 112)

<sup>472</sup> Em muitos momentos do trabalho de campo, moradores de Barreirinhas, em seus discursos, referiam-se a essa visão essencialista de identidade com expressões do tipo: “estamos perdendo nossa identidade [...]”; “não podemos deixar que essas mudanças do turismo destruam nossa identidade. [...]”

<sup>473</sup> Essa concepção é trabalhada no primeiro capítulo, especificamente no item “Identidades multiplamente construídas: concepção estratégica e posicional”.

(2000). Tal concepção focaliza identidade na multiplicidade da sua construção, ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. (HALL, 2000) A rigor, Stuart Hall (2000) constitui uma ruptura com qualquer perspectiva fixa, permanente de identidade, configurando-a como *celebração móvel* que se firma e se transforma em resposta às provocações dos sistemas culturais. Essa concepção, na verdade, abre vias analíticas para se desvendar a construção de identidades nas trajetórias de sujeitos sociais no movimento do turismo em Barreirinhas.

Aqui, nesta parte específica do capítulo de afirmação das descobertas de pesquisa, buscamos chegar a uma dinâmica expositiva da tessitura teoria-empíria que estrutura nossa análise. Nessa perspectiva, entendemos ser importante explicitar, neste texto, as chaves-analíticas das quais nos apropriamos ao trabalharmos a concepção estratégica e posicional de identidade de Stuart Hall:

- Trabalhar identidades a partir das interpelações dos sistemas culturais que nos rodeiam;
- Vincular a construção de identidades a processos e práticas que têm “perturbado” o caráter relativamente estabilizado de muitas populações e culturas;
- Circunscrever redefinições identitárias trabalhando novas conexões de tempo e espaço, gestadas pelo movimento desestabilizante de culturas e populações;
- Conceber identidade como uma construção em movimento, uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente nos processos culturais;
- Sublinhar “marcações simbólicas” de identidades, a conferirem sentidos às práticas e relações sociais;
- Compreender identidades na pluralidade da sua constituição, vislumbrando-as como, cada vez mais, fraturadas, fragmentadas e múltiplas;
- Circunscrever a multiplicidade do processo de construção de identidades ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas;
- Vincular construções identitárias em movimento no assumir de lugares como sujeitos sociais; delineando, assim, posições-de-sujeito como pontos temporários que se constituem e se redefinem a partir de determinadas práticas discursivas;
- Configurar identidades culturais na perspectiva de “ser” e de “tornar-se” em processo permanente de negociação com as rotas e trajetórias dos sujeitos,



ressignificando o passado a partir das interpelações de um movimento desestabilizador.

De fato, a pesquisa por nós empreendida junto a determinados segmentos socioprofissionais, com inserções diferenciadas na “cultura do turismo”, revelou-nos distintos processos de redefinições identitárias. A rigor, são posições diferenciadas de sujeitos sociais específicos, ante o movimento do turismo, a desestabilizarem conexões de tempo e espaço, recriando-as na lógica do capital que se materializa de distintas formas, com mediações peculiares para os três segmentos sociais que constituíram o público-alvo do processo investigativo. Sob esse enfoque, a pesquisa permitiu-nos perceber e demarcar três “posições-de-sujeito” nitidamente distintas, circunscritas nas práticas discursivas das instituições que definem e executam a política de turismo e dos integrantes dos próprios segmentos em suas narrativas individuais e coletivas:

- As Artesãs configuram uma primeira posição: reapropriam-se de sua atividade tradicional do artesanato e, assim, ressignificam seu trabalho e suas vidas, a partir das transformações do movimento do turismo, redefinindo suas identidades na dinâmica global-local;
- Os Prestadores de Serviços Turísticos – Condutores Turísticos, Pilotos de Lancha e Toyoteiros – encarnam uma segunda posição: gestam uma inserção profissional nova com base nas demandas turísticas e afirmam novas trajetórias de vida social construindo novas identidades nos movimentos da cadeia produtiva do turismo;
- Os/as Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras consubstanciam uma terceira posição de relativa inserção pelas margens e, mesmo, de resistência no exercício de uma atividade tradicional que não se insere diretamente na cadeia produtiva do turismo; vivenciando, desse modo, rebatimentos dos ciclos turísticos no seu lugar de um personagem tradicional, secundarizado na expansão vertiginosa do movimento do turismo.

Assim, na articulação dessas posições específicas e peculiares de sujeitos sociais, pode-se vislumbrar um *continuum* que vai das Artesãs aos/as Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras, passando pelos personagens típicos do movimento do turismo: os Prestadores de Serviços Turísticos. Esse *continuum* encarna as interpelações do presente nas conexões de espaço e tempo da “Barreirinhas do Turismo”, tendo um caráter temporário, considerando as redefinições que marcam os processos identitários como “celebrações móveis”.

Barreirinhas, cenário onde se flagram tais posições-de-sujeito, é um espaço ressignificado pelo *boom* do turismo que vivencia tempos de celeridade e fugacidade. É especificamente nesse contexto que tanto o segmento das Artesãs, como o dos Prestadores de Serviços Turísticos buscam “tornar-se” profissionais reconhecidos pelo turismo global que adentra os espaços locais. E, para tanto, inserem-se na dinâmica da competitividade de mercado.

Em verdade, esses dois segmentos constituem *personagens do turismo* justamente pelo vínculo orgânico que cada um estabelece com essa atividade. Nesse campo estão a construir suas “posições-de-sujeito”, e identificam-se com elas, encarnando as mudanças provocadas pelo turismo em suas dimensões psíquica, simbólica e social. Essas dimensões contribuem para delinear os processos identitários em construção e em mutação nas trajetórias de vida desses sujeitos sociais.

Já ao segmento de Pescadores Artesanais e Marisqueiras não haviam sido, até então,<sup>474</sup> oferecidas condições de inserção efetiva nos circuitos de expansão do turismo; reforçando-se, assim, a lógica de exclusão a que, historicamente, vêm sendo submetidos. Esse segmento tenta, pontualmente, criar iniciativas que aproveitem a explosão do turismo a partir de outras formas de inserção que não a da pesca artesanal.

Nesse processo de interpelação do movimento do turismo que se encarna numa cultura peculiar a provocar redefinições inditárias, percebem-se traços de discursos e práticas que apontam para o esforço de preservar elementos da cultura barreirinhense. Desse modo, emergem, no cenário da “Barreirinhas do Turismo”, sujeitos que, no seu espaço de vida e trabalho, estão buscando resgatar elementos de um passado, o seu capital cultural, na perspectiva de uma cultura partilhada. É o caso de moradores/as inseridos nos campos da educação, da cultura, da literatura, que se preocupam com o resgate de cultura de Barreirinhas em suas tradições, em seu passado histórico. É essa uma expressão de resistência que, em suas configurações, faz emergir a visão essencialista de identidade, presente no senso comum. Cabe discutir os sentidos e os significados desses discursos e práticas nessa perspectiva do resgate do passado, que, segundo Hall (1996), é sempre um passado ressignificado, reconstruído, a sofrer uma constante transformação.

---

<sup>474</sup> Até setembro de 2008, momento em que finalizamos o trabalho de campo em Barreirinhas, os/as Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras vivenciam processos de exclusão da expansão turística, revelando, em suas narrativas, um desencanto com o ofício de ser pescador naquele contexto. Paralelamente a isso, registrava-se a expectativa de que fossem contemplados com apoios – recursos, equipamentos e assistência técnica – oriundos do *Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal nos Lençóis Maranhenses*, conforme abordado no capítulo anterior, no item específico sobre esse segmento.

### 5.2.1 Artesãs: categoria tradicional que se redefine nas rotas do turismo

As Artesãs encarnam, por excelência, o segmento social que vem passando por um processo intenso de mudanças identitárias nos circuitos do turismo em Barreirinhas. O exercício do artesanato pelas mulheres-artesãs em Barreirinhas significa uma forma de inserção no mundo, um modo de viver. De fato, ao longo de suas vidas, ao tecerem as fibras do buriti estão, também, a tecer identidades que se redefinem com o passar do tempo.

Recuperar a trajetória de vida dessas Artesãs é perceber uma multiplicidade de caminhos que, no tempo e no espaço, entrecruzam-se e interpenetram-se nas relações familiares, no trabalho da lavoura, na pesca artesanal e, mais recentemente, no experimentar da vida associativa que a lógica mercantil fez exigida.

A “Barreirinhas do Turismo” assiste, no raiar do século XXI, ao espetáculo que asseguraria à mulher artesã o lugar de protagonista. O turismo fez-se marco de ruptura a delinear um novo momento, na história de Barreirinhas, deflagrando um circuito de mudanças com repercussões nos processos de construções identitárias do ser Artesã barreirinhense.

Os circuitos de intensas mudanças do turismo trouxeram profundas modificações no exercício do ofício de artesã, gestando redefinições identitárias. Em verdade, essas “mulheres de fibra” – na bela metáfora, título de um trabalho com elas desenvolvido – têm suas vidas profundamente imbricadas com seu ofício de artesãs. Daí que delimitamos o “ser artesã” como base da construção de identidades múltiplas que estão intimamente articuladas em processos de hibridização ao longo das mudanças no exercício do ofício.

Quem foram as Artesãs de ontem? Quem são as Artesãs de hoje? Para onde suas identidades apontam? Que horizontes se avizinham para a arte e o ofício que essas mãos tramam no curso dos tempos? São essas dimensões trabalhadas ao longo dos percursos da nossa investigação.

A Artesã da Barreirinhas, de cujos ventos outrora sopravam desenhando mudanças tão somente em seus lençóis de areia, recebia como herança o seu destino. A maioria, de origem rural, passou por um processo de iniciação doméstica, sob a influência e orientação de suas mães; com elas, aprendendo o ofício e a arte do “viver o feminino”: o cuidar da casa, do marido, dos filhos; a tarefa de auxiliar o pai, o marido na lavoura, na pesca ou na olaria; o tecer fibras do buriti como um fazer natural, entranhado na sua lida cotidiana, tão sem surpresas e poucas rupturas; o exercitar a paciência, a resignação para viver o papel secundário que lhe estava destinado.

Era um tempo “de muito tempo”, em um modo de viver e conviver de proximidades em comunidades rurais, marcado por dificuldades estruturais que agravavam as condições de existência: o isolamento da sede do município pela precariedade ou ausência de estradas; a falta de serviços de energia elétrica, de abastecimento d’água e gás de cozinha; a precariedade e inexistência de serviços públicos nas áreas da educação e saúde e de meios de comunicação.

E esse tempo, que corria lento, se fez veloz e exíguo, imposto por uma lógica de outro tempo: o tempo do capital, que chega, nas rotas do turismo, transformando, sem outra alternativa, os sujeitos e sua produção. De fato, o movimento desestabilizador do turismo atinge, de forma direta, a natureza do trabalho, alterando o padrão e o ritmo de produção, a configuração dos produtos, o processo de criação e modo de operar a comercialização. É o turismo a impor a mercantilização do artesanato, que perde a centralidade da criação nos contornos padronizados da mercadoria.

A transformação do trabalho das artesãs, sob a égide da lógica mercantil, engendra novas formas de sociabilidade nas esferas privada e pública. A artesã sai das sombras do trabalho invisível para assumir o protagonismo peculiar do mercado; rompendo, de múltiplas formas, as fronteiras do local na dinâmica de inserção global. Na realidade, a artesã consegue superar o jugo do atravessador pela inserção direta no mercado, via cooperativa. Nesse sentido, o cooperativismo encarna a lógica mercantil com a mediação institucional do Sebrae.

Hoje, no século XXI, nos fluxos turísticos, a produção artesanal da fibra do buriti é uma mercadoria que se difunde para o mundo pela sua originalidade e beleza, agora, moldada para o mercado, sobretudo sob a forma de acessórios de moda. Assim, tem-se a articulação e a interpenetração de escalas nos circuitos da produção e da comercialização. As artesãs produzem no espaço local, mas transitam para o estadual, o regional e o nacional participando de feiras e eventos da moda e mantendo esquemas de comercialização direta, via cooperativa.

De fato, pela via do artesanato, tais mulheres têm conquistado posições e ampliado espaços no mercado, chegando a circuitos mercantis globais, vivenciando a experiência de inserção no glamoroso mundo da moda: é Barreirinhas conectada ao eixo Rio – São Paulo, e outros centros internacionais, por meio da *arte nas mãos*.<sup>475</sup> É essa a materialização de um percurso envolvendo diferentes momentos, no sentido de garantir a

---

<sup>475</sup> Expressão carregada de significado simbólico e subjetividade do “ser artesã”, proferida por uma Artesã durante entrevista realizada no povoado Marcelino, em junho de 2007.

inserção das artesãs na cadeia produtiva do turismo: construção da vida associativa; capacitação para o aperfeiçoamento do trabalho artesanal; estímulo e orientação ao processo criativo e a formação como gestoras e empreendedoras de pequenos negócios.

Nos percursos de reconfiguração da produção, com vistas a atender às demandas do mercado global, cabe destacar a intervenção técnico-artística do *designer* que, em oficinas de criatividade, efetiva um processo de interlocução com as artesãs, buscando garantir o exato equilíbrio entre a preservação das peculiaridades do artesanato maranhense e as exigências feitas pelo mercado no tangente à qualidade estética e funcional dos produtos. No caso específico das artesãs barreirinhenses, o trabalho do *designer* buscou um diferencial cultural-ecológico por meio do estímulo e orientação para a pesquisa de novos pigmentos na flora local, e no emprego de novos métodos na técnica de tingir os produtos, observando a demanda do mercado global por produtos “ecologicamente corretos”.

Nessa trajetória da mercantilização da arte, tem-se o envolvimento de mulheres artesãs de várias gerações: jovens entre 18 e 25 anos; um núcleo predominante de mulheres que se encontram na faixa de idade entre 26 e 45 anos; uma menor fração formada por artesãs com mais de 60 anos. Portando experiências e vivências distintas que se articulam nesse empreendimento de fazer do artesanato uma via de produção para o mercado, esse segmento intergeracional de “mulheres de fibra” experimenta percursos e redefinições identitárias. Está em curso a produção de novos sentidos e identidades do *ser artesã na Barreirinhas do Turismo*, que se engendram em processos de fragmentação e hibridização, em meio a dilemas e lutas, conquistas e disputas por trabalho e renda, por reconhecimento da sua produção no mundo da moda, por posição no mercado nacional e internacional.

Toda essa metamorfose do trabalho artesanal, gestada no discurso do empreendedorismo, da lógica mercantil, implicou em novas posições-de-sujeito. A rigor, “quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios”. (WOODWARD, 2000, p. 55) De fato, as Artesãs, nesse momento de reconhecimento e afirmação no mercado, conseguiram ter a produção do artesanato como atividade central a absorver todo o seu tempo, garantindo-lhes visibilidade e legitimação. É a inserção da mulher artesã no espaço público, impondo um redesenho do cenário doméstico. Efetiva-se, no espaço privado, uma desestabilização de padrões: de mera cuidadora dos entes da família, de zeladora do espaço do lar, de reprodutora de mão-de-obra a sujeito que, dia-a-

dia, conquista autonomia e espaço na vida pública pela via da inserção e reconhecimento profissional.

Na medida em que a Artesã consolida essa posição, esse reconhecimento público, ela se vê posta diante de um dilema de qual não pode arredar: como conquistar cada vez mais espaço no mercado, sem que isso coloque em risco a preservação dos buritizais, não apenas por configurarem a fonte da matéria-prima de seu artesanato, mas, sobretudo, como forma de garantir a sustentabilidade do meio ambiente. Esse dilema tem permitido a essas Artesãs a tomada de consciência da necessidade do poder público de adotar medidas ambientais protecionistas.

O Quadro, a seguir, informa o roteiro que inspirou o processo analítico aqui exposto.

<b>CATEGORIAS OPERACIONAIS</b>	<b>DESCRITORES</b>	<b>UNIDADES DE CONTEÚDO</b>
<b>Ofício / Tradição</b>	<p><b>ANTES DO TURISMO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciação doméstica</li> <li>• Padrão tradicional</li> </ul>	<b>Ser artesã em Barreirinhas nos tempos passados.</b>
<b>Mercantilização / Modernização</b>	<p><b>DEPOIS DO TURISMO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empreendedorismo cooperativo</li> <li>• Mediação do designer</li> <li>• Padrão Mercadológico</li> </ul>	<b>“Ser artesã na Barreirinhas do Turismo”.</b>
<b>Globalização / Expansão mercantil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinâmica local/ global</li> <li>• Inserção nos mercados nacionais e internacionais: Feiras e exposições de moda</li> </ul>	
<b>Sociabilidade no passado</b>	<p><b>ANTES DO TURISMO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Modos de viver e conviver tradicionais</li> </ul>	<b>Artesãs em suas teias de relações sociais.</b>
<b>Sociabilidade no presente</b>	<p><b>DEPOIS DO TURISMO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças no viver e conviver na “Barreirinhas</li> </ul>	

<b>Relações de Gênero</b>	do Turismo”	<b>Artesãs em suas teias de relações sociais.</b>
<b>Sustentabilidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças nas relações de gênero no contexto familiar / empoderamento da mulher</li> </ul>	
<b>Valorização do Ofício</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ética do cuidado: preservação dos bunitais</li> <li>• Ressignificação do ofício / Formação de novas gerações de artesãs</li> </ul>	<b>Futuro do artesanato em Barreirinhas</b>

Quadro 3 A - Segmento social – artesãs

Fonte: própria autora

### 5.2.2 Prestadores de serviços turísticos: categoria que emerge e se institui no contexto do turismo

Agricultores, pescadores artesanais, pequenos comerciantes, condutores dos passageiros que iam e vinham pelas terras e pelas águas da Barreirinhas de outrora eram as imagens animadas que integravam a pintura, a verdadeira obra de arte que, graciosamente, a natureza legou para apreciação extasiante e para uso cuidadoso e prudente daqueles que a tivessem por terra-mãe. Também faziam parte desse cenário mecânicos de veículos terrestres – toyotas – ou náuticos – embarcações a motor – que transportavam os nativos e os moradores de povoados próximos, acaso chegados às brancas areias que formam a paisagem luminosa dos extensos lençóis maranhenses tecidos como bônus da natureza.

Onde estão esses sujeitos? Para que lugar o movimento intenso dos ventos do turismo levou esses personagens? Onde se encontram agora? Em que se transformaram? Que papéis foram chamados a interpretar?

Hoje, esses sujeitos da pintura daquela paisagem de outrora, interpelados pela cultura do turismo, têm passado por mudanças e redefinições identitárias. Toyoteiros e Pilotos de Lancha, juntamente com os Condutores Turísticos, passam a constituir o segmento Prestadores de Serviços Turísticos, que povoa a Barreirinhas contemporânea. Este segmento é formado por categorias profissionais distintas, produzidas social e culturalmente no espaço e no tempo histórico da “Barreirinhas do Turismo”. Os Condutores Turísticos afirmam-se como

personagens que emergem e se instituem nos fluxos do turismo. Os Toyoteiros e Pilotos de Lancha ressignificam seus ofícios tradicionais a partir de sua inserção na cadeia turística. As três categorias, de forma específica, vivenciam redefinições identitárias. Para compreender os processos de redefinições identitárias desse segmento, intrinsecamente vinculado ao *trade* turístico, retomamos como aporte, a via analítica de Woodward (2000 p.17) acerca da relação entre identidade e representação. Afirmar ela que “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Nesse sentido, cabe destacar a ação de determinados órgãos e entidades, seja da esfera pública, privada ou ONG – Ibama, Sebrae, Semtuc, Capitania dos Portos, Detran, Abeta, Planeja – que, em seus discursos de verdades e saberes, exercem o poder institucional que lhes é outorgado para designarem, normalizarem, definirem competências e hierarquizarem essas três categorias profissionais prestadoras de serviços turísticos. É a produção de representações, por meio de discursos e práticas, designando lugares sociais de Condutor Turístico, de Toyoteiro e de Piloto de Lancha que, a partir de tais interpelações, assumem posições-de-sujeito nos circuitos do turismo em Barreirinhas.

Adentrando nos interstícios das redefinições identitárias desse segmento, na perspectiva circunscrita, por Hall (2000), do “ser” e do “tornar-se”, cabe sublinhar que os sujeitos constitutivos das três categorias revelam distintos projetos de vida: investir na qualificação profissional para consolidar posições em um mercado competitivo; construir uma trajetória profissional que lhes garanta autonomia e reconhecimento social, com elevação de padrão de vida e fortalecer a organização da categoria, na perspectiva do mercado, garantindo a melhoria na qualidade dos serviços, em atendimento às demandas do turismo.

Um traço peculiar deste segmento Prestadores de Serviços Turísticos é que tais sujeitos, como *personas do turismo*, atuam em um campo profissional considerado em expansão, extremamente competitivo, com considerável poder de atração no mercado. Assim, o PARNA dos Lençóis Maranhenses é um campo em disputa no mercado global, que bem se expressa na concorrência entre agências, receptivos locais e meios de hospedagem. No atual contexto, os distintos profissionais que integram esse segmento estão vinculados a agências ou atuam de forma autônoma na modalidade por eles denominada de *frelance*. A rigor, falta uma política específica que propicie a prestação de serviços, via cooperativa, fortalecendo, assim, os profissionais nativos nesse competitivo mercado turístico. Ademais, tendo em vista o Programa Turismo nos Parques,<sup>476</sup> instituído com base no acordo de cooperação técnica e

---

<sup>476</sup> Esse Programa está devidamente configurado no segundo capítulo, no item “A região dos Lençóis Maranhenses no foco das ações governamentais”.



financeira firmado entre o Ministério do Turismo (MTur) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em agosto de 2008, está implícita uma real possibilidade de que a exploração do PNLM seja submetida à licitação pública, a partir de 2010; podendo, então, nesse processo, ganhar a concorrência empresas de outros estados brasileiros com conhecimento e experiência na área de turismo em parques nacionais. O resultado desse processo poderá trazer para Barreirinhas um corpo técnico de pessoal qualificado na prestação de serviços, segundo as exigências do mercado turístico global. Assim, os profissionais nativos perderiam suas posições, podendo ser relegados e excluídos do mercado de serviços turísticos ou submetidos à precarização de relações de trabalho terceirizado. Nesse cenário futuro, que se delineia para o *trade* de Barreirinhas, um fator a favorecer as categorias profissionais que integram este segmento Prestadores de Serviços Turísticos é, sem dúvida, o saber que detêm acerca do próprio PNLM. É o caso específico dos Toyoteiros, que possuem domínio das trilhas de acesso, e os Condutores Turísticos, que conhecem as rotas e caminhos que levam aos atrativos do Parque. Outro fator que poderá vir a favorecer os atuais Condutores Turísticos é a própria capacitação profissional que desenvolveram por meio do Curso de Monitores Ambientais Locais<sup>477</sup> oferecido, em 2006 e 2007, pelo Ibama em parceria com o Sebrae e a Semtuc. Na verdade, a própria concepção desse curso já se antecipa e abrange critérios que, posteriormente, são contemplados pela Instrução Normativa<sup>478</sup> que dispõe sobre a Condução de Visitantes em Unidades de Conservação.

Assim, os profissionais nativos, em meio a dificuldades e incertezas, estão sempre em busca do “tornar-se”, cada vez mais, profissionais do turismo, afirmando identidades. Inegavelmente, são identidades em construção, em permanente tensão entre o “quem eu sou” e “quem eu quero ser”.

O Quadro, a seguir, informa o roteiro que inspirou o processo analítico aqui exposto.

---

<sup>477</sup> Esse curso é enfocado no quarto capítulo, no subitem “Exigências para atuação no mercado turístico: capacitação e habilitação”.

<sup>478</sup> Essa Instrução Normativa integra os instrumentos jurídico-institucionais na forma de portarias interministeriais assinadas no âmbito do acordo de cooperação técnica e financeira celebrado entre os MTur e do MMA, abordado no segundo capítulo, no item “A região dos Lençóis Maranhenses no foco das ações governamentais”.

CATEGORIAS OPERACIONAIS	DESCRITORES	UNIDADES DE CONTEÚDO
<b>Trabalho no passado</b>	<p><b>ANTES DO TURISMO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais ramos de trabalho: agricultura familiar e pesca artesanal; comércio fixo e ambulante; mecânica; serviço de transporte terrestre; serviço de transporte náutico.</li> </ul> <p><b>DEPOIS DO TURISMO</b></p>	<b>Prática profissional antes da inserção no turismo</b>
<b>Trabalho especializado no turismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciação em trabalho especializado na área do turismo: Condutor Turístico, Piloto de Lancha, Toyoteiro.</li> </ul>	<b>Ser profissional do turismo em Barreirinhas.</b>
<b>Mudanças socioculturais</b>	Mudanças na vida com a inserção na cadeia do turismo	
<b>Cooperativismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A proposta das Cooperativas Populares</li> </ul>	<b>Cooperativismo: estratégia de fortalecimento das categorias profissionais no turismo</b>
<b>Representação / Posições-de-sujeito</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Quem eu sou?”</li> <li>• “Quem eu quero ser?”</li> </ul>	
<b>Competição no mercado turístico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações com as agências / receptivos locais – concorrência e competição.</li> </ul>	<p>Produção de identidades individuais e coletivas</p> <p><b>Relações profissionais na cadeia turística.</b></p>

Quadro 3B - Segmento social – Prestadores de serviços turísticos

Fonte: própria autora

### 5.2.2 Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras: categoria que vive o turismo a partir de novas configurações no contexto do capital

Tarrafinha, cofinho, jacazinho eram utensílios de mediação entre o brincar de pesca e o ofício do/a Pescador/a e da Marisqueira, paridos no embalo do abundante leito de águas límpidas que, sedutora e preguiçosamente, lambiam as fronhas e barras dos lençóis da Barreirinhas dos tempos passados. Meninos e meninas, mal falavam, já recitavam esses nomes enquanto seus pais e mães lhes apresentavam as manhas, as artes do colher, no mar e no rio, o alimento que punham à mesa e com que celebravam a tradição da vida.

Preguiças, Negro, Juçaral, Cocal e muitos outros rios; Caburé, Mandacaru, Barda Hora, Ponta do Mangue, Atins e seu canto – Canto do Atins – são lugares de doces lembranças reacendidas pelo movimento das salgadas e doces águas em que se dava a iniciação da meninice no ofício da pesca. “Aprender fazendo”, como disseram as falas de homens e mulheres que não mais desejam deixar aos/às filhos/as o legado de gente das águas que foram – ou são – naquelas paragens.

“Aprender cedo”, outra lição repassada, como fez questão de assinalar um Pescador ao dizer que, “ao entender-se” gente já estava na praia, com o pai, pescando: “eu não sei se eu nasci os dentes dentro d’água”.

Tarrafa, caçoeira, curral, anzol, linha, carretel, rede de lança, cofo, jacá, palavras que, em tempos mais recentes, parecem fadadas ao desuso, à mera lembrança daqueles mestres e discípulos das águas. O eco de suas pronúncias entra, agora, em disputa com outros linguajares a remeter a outras práticas: “arrasto”, lancha voadeira, pesca industrial, “bicicleta”, boinha, bússola. E o mais grave, ainda, os vastos lençóis de areia, a um só tempo, adoçados e salgados pelas águas que emanavam fartura de peixes são pisados por sujeitos que já não deitam sobre as brancas areias o fruto de um trabalho livre; ao contrário, quando aos lençóis de areia retornam o fazem como meros “operários da pesca” à mercê de quem agora expropria sua força de trabalho. O seu saber e o seu fazer, que os tornavam senhores de seu tempo, agora são aprisionados pelos empresários da pesca. A jornada e a rotina de trabalho desenrolam-se por muitos dias, em alto mar, sempre de forma mais ampliada, exigindo cada vez mais dispêndio de força, trabalho e vida. São operários sem salários, sobre quem recaem as oscilações e riscos de produção, divididos desigualmente, sob a farsa da igualdade; favorecendo, mais e mais, a acumulação de capital do empresário. De fato, essa *persona do capital*, estranho ao mundo da pesca, é quem, no dizer do Pescador, “ganha o dinheiro”. O

Pescador empobrece cada vez mais ao ter de subjugar-se a esse novo padrão de pesca, que lhe expropria o trabalho, a vida e a dignidade.

O Pescador Artesanal, outrora personagem típico da pacata Barreirinhas, como um dos sustentáculos da economia do município, viu-se, nas teias do capital, lançado em uma condição marginal. É desse lugar social que ele assiste às metamorfoses da “Barreirinhas do Turismo”. Assim, como sujeito social, não é interpelado pelas demandas da cadeia produtiva do turismo. E mais: do seu lugar marginal vê-se direta e negativamente assolado pelos efeitos da expansão célere e incontrolável do turismo.

No caso da Marisqueira, um trabalho essencialmente feminino, o curso da vida segue a mesma rotina árdua e extenuante que essa prática exige no seu cotidiano. A entrada e expansão do turismo em Barreirinhas em nada alteraram esse trabalho invisível, que tem como principal objetivo a coleta de alimentos para o sustento da família. De forma pontual, a produção oriunda de seu trabalho é comercializada em pousadas. Assim, esse legado é passado de mãe para filha, como uma sina a que as outras gerações estão fadadas a cumprirem no curso da vida. De fato, esse é o cenário que predomina na vida das famílias de Pescadores/as Artesanais que residem em áreas de praia. Essa tarefa é parte constitutiva do conjunto de atividades domésticas daquilo que se convencionou, como universo feminino, nessas áreas específicas.

Diante do quadro de instabilidade e ausência de horizontes como categoria socioprofissional no contexto de mutações da sociedade barreirinhense, o/a Pescador/a Artesanal já não almeja para seu filho o legado do ofício da pesca que, na experiência desses sujeitos na Barreirinhas do tempo presente, já não oferece um projeto de futuro.

Nos processos de redefinições identitárias, o “tornar-se” para os/as Pescadores/as Artesanais, traz implícita uma negação do ofício de vida – a pesca – no qual nasceram e se formaram como sujeitos. É uma permanente tensão entre o amor e a negação de seus saberes e práticas circunscrevendo identidades fragmentadas, contraditórias ou não resolvidas.





## CONCLUSÕES

### MOVIMENTO DO TURISMO EM BARREIRINHAS – redefinições identitárias nos circuitos de mudanças

A tessitura entre aportes da teoria cultural contemporânea e o material produzido em campo, trabalhado ao longo da construção desta Tese, conduz-nos a uma primeira demarcação conclusiva: o turismo delineia um novo momento civilizatório em Barreirinhas, materializado em mudanças, nos processos econômicos e socioculturais e nas identidades dos sujeitos. Assim, trabalhamos, ao longo de toda a construção analítica, aqui consubstanciada, com a Barreirinhas em dois tempos históricos: a “Barreirinhas antes do turismo”, uma pacata e isolada cidade do interior maranhense, que vivia no ritmo lento do rio Preguiças, isto é, em um “tempo sem tempo”; e a “Barreirinhas pós-turismo”, uma cidade com inserções globais nos circuitos turísticos, regida pela lógica da expansão do capital, com novas conexões de espaço-tempo.

Nessa perspectiva, sublinhamos como referência histórico-empírica, em nosso pensar crítico-reflexivo, o papel do turismo, em tempos contemporâneos, como uma atividade econômica global e um vetor de mudança cultural que mobiliza o imaginário, instiga desejos e cria vontades, produzindo o espaço e redefinindo o tempo. De fato, o turismo constitui-se como via de inserção no mercado global, com efetivo potencial competitivo, encarnando a lógica da mercantilização, conferindo ao lazer a condição de produto de consumo. De forma peculiar, o turismo efetiva a incorporação do lazer nos circuitos do mercado global impondo ritmos céleres à sociedade. Explora o novo, o inusitado, o exótico criando desejos de desfrutar, sempre mais, de encantos e belezas e fortalecendo a busca incessante de aventura.

Nessa produção espetacular do prazer, do encantamento, da descoberta – mercantilizada no *trade* turístico – constituem-se espaços e tempos próprios criando-se lugares turísticos, construindo-se calendários. É o contexto da produção do turismo a gerar intensos fluxos e deslocamentos, transformando-o em um fenômeno massivo, em escala mundializada. É o turismo como um marco de tempos e espaços globais.

Inegavelmente, o turismo em Barreirinhas deflagra um movimento que desestabiliza e subverte a ordem estabelecida, gestando mudanças céleres na produção da vida social, em valores e tradições, no imaginário coletivo, em escalas de tempo-espaço, nos padrões de sociabilidade, nas formas de inserção social. Desse modo, constrói discursos e

práticas que estão sempre a interpelar, a recrutar sujeitos sociais para assumirem novas posições na cena barreirinhense contemporânea.

Esse movimento de ruptura, encarnado no turismo, no contexto de uma outrora pacata e isolada cidade do interior maranhense, está vinculado ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no espaço turístico que tomamos como campo de investigação. É um ecossistema singular de dunas livres, lagoas, manguezais, vegetação de restinga, exuberância da flora a constituir “um espetáculo da natureza para o mundo”. A sua força de atração turística impõe-se no mercado global, vinculando Maranhão e Lençóis, em uma hibridização dos tempos contemporâneos.

Em princípio, o estudo empreendido nos permite pensar os sentidos do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses a partir de sua criação como Unidade de Conservação (UC) de proteção integral. Na verdade, o ato de criação de um Parque Nacional traz subjacente uma concepção preservacionista e, ao mesmo tempo, a legislação prevê e incentiva a visitação pública, tendo em vista constituir área de grande beleza cênica. Tem-se, assim, a produção de um espaço turístico, um lugar de lazer a ser consumido em seus encantos e belezas desfrutando da cena mágica da aventura. Inegavelmente, o Parque Nacional dos Lençóis é, hoje, um *espaço global* nos circuitos do turismo, constituindo destino de visitantes provenientes de diferentes lugares do mundo. É um polo turístico regional, nacional e internacional que se consolida sob a égide do mercado. Nessa dinâmica, os Lençóis Maranhenses representam, sobretudo, uma via de inserção do Maranhão na economia global, atraindo consumidores de “paraísos perdidos”, em busca de aventura ou, mesmo, amantes do turismo voltado para apreciação de ecossistemas.

Cabe sublinhar a construção midiática do PNLM, em que Estado e empresariado articulam-se em uma poderosa investida de *marketing* difundindo imagens e propagando discursos no sentido de divulgar para o mundo esse patrimônio da natureza, incitando a demanda do turismo, que cresce além da capacidade de controle e monitoramento do próprio Estado. Em verdade, a produção de um imaginário turístico em relação ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses permite constituir-se um aparente paradoxo: não está oficialmente aberto à visitação, no entanto, recebe intensos fluxos turísticos oriundos de diferentes espaços do globo.

Foi no contexto de produção desse lugar turístico que construímos as análises, aqui apresentadas, sobre as mutações de Barreirinhas e sobre as redefinições de identidades de determinados segmentos sociais que nela habitam.



É fato incontestável a transformação de Barreirinhas em polo turístico regional por se constituir o portal de acesso ao PNLN. Atualmente, configura um destino turístico privilegiado no mercado global por congregar, na região dos Lençóis Maranhenses, a infraestrutura com maior potencial de atendimento às demandas do turismo. De fato, em torno de uma década, verificou-se uma reconfiguração socioespacial em Barreirinhas, com a implantação de equipamentos de alimentação e equipamentos de hospedagem de variados padrões, incluindo pousadas, hotéis, *resorts* e *flats*. Destacam-se, ainda, investimentos recentes em segundas residências ou casas de veraneio, em forma de chalés e condomínios, em resposta à demanda turística regional de maior poder aquisitivo, principalmente oriunda de São Luís. A cidade conta ainda com uma estrutura considerável no que se refere aos serviços de agências de viagem e operadoras de receptivo que atuam nos arranjos necessários para a organização dos serviços aos turistas, como: transporte, hospedagem, alimentação, realização de passeios, locação de veículos e equipamentos. Cabe sublinhar que existe uma estrutura de serviços de transportes terrestre e náutico formada por cooperativas específicas que oferecem tais serviços por meio de profissionais habilitados e equipamentos de transporte utilizados no acesso aos atrativos turísticos, viabilizando o prazer de experimentar aventuras, nos mais variados gostos, no âmbito dos circuitos turísticos comercializados pelas agências de receptivo local.

A Barreirinhas que se movimenta celeremente no ritmo das mudanças gestou uma cultura do turismo que, a cada temporada, consolida-se efetivando as conexões do local-global. Desse modo, instaura-se e ganha força a lógica da mercantilização a impor novos padrões de sociabilidade que materializam valores, discursos e práticas que dão os contornos de um novo tempo.

Nesse cenário de metamorfoses, movimentam-se sujeitos em processos de redefinição de identidades que se articulam e se interpenetram em dinâmicas de hibridização.

Em nossos percursos investigativos, direcionamos o olhar para três segmentos a encarnarem diferentes posições-de-sujeito: as Artesãs, na condição de categoria tradicional a se redefinir e se afirmar nas rotas turísticas ultrapassando fronteiras para difundir, sob a forma de mercadoria, a sua arte de tecer fibras; os Prestadores de Serviços Turísticos, que, como categoria emergente, é instituída no contexto do turismo compondo identidades ao sabor dos ditames de um mercado competitivo e excludente, em uma busca incessante de afirmar espaços e posições; e os/as Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras, na condição de categoria a viver o turismo como meros expectadores, tentando inserção pelas margens e vendo, cada

vez mais, extinguirem-se perspectivas e espaços para a pesca artesanal constitutiva da tradição barreirinhense.

Em verdade, trabalhamos posições-de-sujeito a constituírem um *continuum* nos percursos de redefinições identitárias na “Barreirinhas do Turismo”.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metal Livros, 2001.

AECI/IABS. **Projeto de Implementação do Entrepósito de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas/Ma**. (Projeto Básico) Brasília, DF, janeiro, 2007.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste: herança de diferenciação e futuro de fragmentação. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

\_\_\_\_\_. O terceiro espaço. (entrevista conduzida por Jonathan Rutherford), **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, Iphan, n. 24, p. 35-41, 1996.

\_\_\_\_\_. Estudos culturais: um campo gravitacional, uma tessitura intelectual. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Cultura: metodologias e investigação**. Lisboa-Portugal: Ver O Verso Edições Ltda, 2009. Col. Cultura Portuguesa – Declinações Latino-Americanas, n. 3.

\_\_\_\_\_. O quê e o como da investigação em estudos culturais. In: BAPTISTA, M. M. (Org.) **Cultura: metodologias e investigação**. Lisboa-Portugal: Ver O Verso Edições Ltda, 2009. Col. Cultura Portuguesa – Declinações Latino-Americanas, n. 3.

BARBALHO, A. Políticas de Cultura, Políticas de Identidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande, MS. **Anais eletrônicos...** Campo Grande-MS: Intercom, 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP13BARBALHO.PDF>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

BARDAN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. Extra Coleção.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BORGES, Camila D.; SANTOS, M. A. dos. Aplicações da Técnica de Grupo Focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista SPAGESP**, v. 6, n. 1, p. 74-80, jun. 2005.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: \_\_\_\_\_. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. (Português de Portugal). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Decreto Nº 86.060**, de 02 de junho de 1981. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq\\_uc=11&seq\\_tp\\_documento=3&seq\\_finalidoc=7](http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=11&seq_tp_documento=3&seq_finalidoc=7)> Acesso em: 13 de jul 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.516** de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm)> Acesso em: 29 de jul.2008.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.985** de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/leis>> Acesso em: 10 de nov.2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Portaria nº 22, de 10/02/1992. Disponível em: <[www.ibama.gov.br/resex/pop.htm](http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm)>. Acesso em: 12 de jan./2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília, 2006. 72p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** – SNUC. Brasília, 2000. 56p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Luiz G. Barbosa (org.) **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional** – Relatório Brasil. 2 ed. Revisada. Brasília, 2008.84p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). **Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Brasília-DF, 2003.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 9.985** de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm). Acesso em: 10 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, 2006.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CARLOS, Ana Fani A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A; CRUZ, Rita de C. A. (orgs.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARVALHO, A. M. P. de. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. In: BAPTISTA, Maria M. (Org.). **Cultura: metodologias e investigação**. Lisboa-Portugal: Ver O Verso Edições Ltda, 2009.

\_\_\_\_\_. Referenciais teóricos e metodológicos em questão: linhas epistemológicas do conhecimento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM / SENPE, 13, São Luís 2005. **Anais...**São Luís, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tu me ensinas a fazer renda que eu te ensino a namorar**: tecendo rendas na descoberta do mundo nosso de cada dia – reflexões sobre o ofício da pesquisa. São Luís-Ma. 2004. (Mimeo).

\_\_\_\_\_. “Globalização” em questão: subsídios para análise do mundo que vivemos. In: RIGOTTO, Raquel M. (org.) **As tramas da (in)sustentabilidade**: trabalho meio ambiente e saúde no Ceará. Fortaleza: Inesp, 2001.

\_\_\_\_\_. Inserção do Brasil na nova ordem do capital: a experiência do ajuste em questão. In: BRAGA, Elza M. F. (org.). **América Latina**: transformações econômicas e políticas. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

\_\_\_\_\_. **O “Brasil Real” em questão**: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. **O local para além das ondas globais**: a força das raízes. São Luís: FUNCMA – Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho / Comissão Maranhense de Folclore, 2002. Conferência apresentada na Semana da Cultura Popular, 2002 .

CARVALHO, Alba. Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva. In: COSTILLA, Lúcio O. (Org.) Gramsci: suas obras e seus leitores. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 35, n. 2, p.34-53, 2004.

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS - CNTP. **Conservação do homem ou dos recursos naturais**. Disponível em: <[www.ibama.gov.br/resex/pop.htm](http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm)>. Acesso em 12 de jan. 2010.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Sobre a autoridade etnográfica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998

CORIOLOANO, Luiza Neide M. T. **Do local ao global**: O turismo litorâneo cearense. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. (Coleção Turismo).

CORIOLOANO, Luiza Neide M. T. Da sedução do turismo ao turismo de sedução. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo; Modernidade; Globalização**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, Programa Pós-Graduação em Sociologia-UFRG, v. 9. , p.11-47, 1998.

COUTINHO, Maria do Carmo. **Proposta para o desenvolvimento do Curso Básico para Monitores Ambientais Locais**. II Relatório – Manual para Capacitação em Gestão Ambiental para o Turismo Sustentável: Curso de Monitores Ambientais Locais. Brasília: PNE/SDS/MMA, 2006. 22p.

CRUZ NETO, O. O Trabalho de Campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 51-56.

CUCHE, Denys. **La Noción de Cultura en las Ciencias Sociales**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1999.

D'ANTONA, Álvaro de O. **O Lugar do Parque Nacional no espaço das comunidades dos Lençóis Maranhenses**. Brasília: Ed. IBAMA, 2000. (Série meio ambiente em debate, 32).

\_\_\_\_\_. **O verão, o inverno e o inverso: Lençóis Maranhenses, imagens**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

\_\_\_\_\_. Turismo em parques nacionais. In: FUNARI, Pedro P., PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

DA MATTA, Roberto. O Ofício do etnólogo, ou ter “*Antropological Blues*”. In: NUNES, Edson de O. (org.). **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DICIONÁRIO AURÉLIO. *Versão Eletrônica*. Disponível em: <http://aurelio.ig.com.br/dicaureliopos/home.asp>. Acesso em: 29 ago. 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Os Estudos Culturais e a constituição de sua identidade. In: GUARESCHI, Neuza de F. ; BRUSCHI, Michel E. (orgs.). **Psicologia Social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.51-74.

FERNANDES, António Teixeira. **Espaço social e suas representações**. In: Colóquio Ibérico de Geografia, 6, Porto, 14 a 17 de setembro de 1992. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiro/artigo6661.pdf>>. Acesso em: 02 de mar. 2010.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

FERNANDES-PINTO, E. **Conhecimento local, manejo e conservação de buritizais – uma abordagem etnoecológica**. Relatórios Técnicos. Ibama e Sebrae, Barreirinhas/Ma., 2006.

FERNANDES-PINTO, Érika; FUKUDA, Juliana C.; ANDRADE, Júlio C. S.; CAMARGOS, Maria Carolina. **Como ordenar a visita em uma unidade de conservação já amplamente divulgada? – O caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2007. Disponível em: <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo10.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2009.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M.; Souza, M. A. de; SILVEIRA, M. L., (orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 45-50.

FERREIRA, Luiza M. C. J. **Estudo do deslocamento de famílias camponesas às margens do rio Preguiças**. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação de Mestrado).

FERREIRA, Paula W. B.; SERRA, Maria do P. S. D. C. Buriti: a jóia dos Lençóis Maranhenses. In: SEBRAE. **Histórias de Sucesso – Experiências Empreendedoras**. Edição 2003. Disponível em: <www.sebrae/historiasdesucesso.com.br >. Acesso em: 10 dezembro 2009.

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE. HVS International. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** – PDITS – Diagnóstico, Estratégias e Plano de Ação. Prodetur Ne II – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Pólo São Luís e Entorno, 2004.

GAIGER, Luiz I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. In: **Outra Economia** – Volumen II – Nº 3 – 2º semestre/2008. Disponível em: <www.riless.or/otraeconomia>. Acesso em: 20 dezembro 2009.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONDIM, Sônia M. Guedes. **Grupos Focais Como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

GRAÇA, Irlene Menezes. **Barreirinhas em tempos de turismo: o global e o local tecendo novas identidades culturais**. Aveiros, Portugal: Universidade de Aveiros, 2005. Projeto de Pesquisa apresentado ao Dep. de Línguas e culturas, para seleção ao curso de Doutorado em Cultura.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.4. (Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo).

GUERRA, Isabel C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso**. (Reimpressão) Cascais-Portugal: Editora Princípia, 2008.

HALL, Stuart A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.22, n.2, p.15-46, jul./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. Culture, community, nation. **Cultural Studies**, n.7, p. 349-363, p. 1993.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, Edição do Iphan, n. 24. Cidadania p. 68-75, 1996.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da S. (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

IBGE. Disponível em: <[www.agenciabrasil.gov.br/noticias](http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias)>. Acesso em 23 out. 2009.

INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL – IABS. Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECL. **Projeto de Implementação do Entrepósito de Beneficiamento de Pescados em Barreirinhas** – Projeto Básico. Brasília-DF, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@. Histórico Barreirinhas** (MA). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades/historico>>. Acesso em: 28 fev. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Unidades de Conservação do Brasil (IBAMA). **Parques Nacionais e Reservas Biológicas**. Brasília: Ministério do Interior, 1989.

\_\_\_\_\_. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Brasília: IBAMA/ UFMA, 2002. 365p.

\_\_\_\_\_. Fernandes-Pinto, Érika (org). **Populações Humanas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. IBAMA/PNLM, 2003.

\_\_\_\_\_. Oliveira, Priscila M.R. F.; Camargos, Maria Carolina A. de. Curso Básico de Monitores Ambientais Locais – Experiências no Estado do Maranhão. IBAMA, 2006. Disponível em: <[www.phyis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo14.pdf](http://www.phyis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo14.pdf)>. Acesso em: 09 Jan. 2010.

ITEVALDO JÚNIOR, Setor hoteleiro aquecido em Barreirinhas. **Jornal O Estado do Maranhão**, 25 de novembro de 2007.

MAGNANI, José Guilherme C. O (velho e bom) caderno de campo. **Revista Sexta-feira**, São Paulo, n.1, maio de 1997.

MALINOWSKI. **Argonautas do Pacífico Ocidental** (Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia). São Paulo: Abril Cultural, 1976. Os Pensadores XLIII. 1.

MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Subgerência de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão: Plano Maior**. São Luís: Geplan, 2000.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão: Plano Maior**. São Luís, 2000. Disponível em: <<http://www.seplan.ma.gov.br/turismo/lencois.htm>>. Acesso em: 19 março 2006.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. notas e apuração textual de Jomar Moraes. 3. ed. São Luís: Edições AML, 2008. 1.028p.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. Coleção Clássicos do Pensamento Político.



MILLS, C. Wright. Do artesanato intelectual. In: \_\_\_\_\_. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fase de trabalho de campo. In: \_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996. Cap. 3, p. 105-156.

OLIVEIRA, Priscila M. R. F.; CAMARGOS, M. Carolina A. de. **Curso Básico de Monitores Ambientais Locais** – Experiências pioneiras em Unidades de Conservação no Estado do Maranhão. IBAMA, Barreirinhas. s.d.

RAMOS, Baial. **História de Barreirinhas**: Portal dos Lençóis Maranhenses. São Luís: Fort Com. Gráfica e Editora, 2008.

RIBEIRO, Rita M. G. **A Europa na Identidade Nacional**. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Tese de Doutorado em Sociologia. Portugal. 2008.

RIBEIRO, Samme. **Fibra do buriti se destaca em evento de moda em Brasília**. 2008. Disponível em: <<http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=7112332&canal=201>>. Acesso em: 02 setembro 2009.

RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo; Modernidade; Globalização**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RUTHERFORD, Jonathan (org.). **Identity: community, culture, difference**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.

SANTI, Heloise C.; SANTI, Vilson J. C. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Revista Anagrama**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <[www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/.../5712](http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/.../5712)>. Acesso em: 10 jan. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: \_\_\_\_\_. (org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p.25 a 102.

SARAIVA, N.; SAWER, D. Análise do potencial econômico e socioambiental do artesanato do buriti em comunidades tradicionais nos Lençóis Maranhenses. ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA. Fortaleza, 7., 28 a 30 de novembro de 2007. Disponível em: <[www.ecoeco.org.br/conteudo/...en/...analise\\_do\\_potencial\\_economico.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/...en/...analise_do_potencial_economico.pdf)>. Acesso em: 23 de junho de 2009.

SEBRAE – MA. **Relatório Final do Projeto Roteiro Integrado do Maranhão**, 2007.

\_\_\_\_\_. **Projeto Talentos do Brasil**, 2008. Disponível em: [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br). Acesso em: 21 janeiro 2009.

SILVA, Tomaz T. da (org.). **O que é, afinal Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. da. (org.). **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo; Modernidade; Globalização.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOUZA, Eliane Castro de. **A gente ta aqui e ta lá:** atividades econômicas dos moradores de Tapuio, Barreirinhas-Ma. São Luís, 1995. Monografia do Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 1995.

SOUZA, Lynn M. T. Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org.). **Margens da cultura:** mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

TANAKA, Oswaldo; MELO, Cristina. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente** – um modo de fazer. São Paulo: Edusp, 2001.

TSUJI, Tetsuo. **Região dos Lençóis Maranhenses:** cenários futuros de ecoturismo e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Juriá, 2002.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.C.; SALES, R. R. **Relatório PNUD integrado:** diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento institucional da Secretaria Especial de Aquicultura e pesca. SEAP/PR, 2004. Disponível em: [www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/...FAO\\_Final\\_extrato\\_discussao.pdf](http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/...FAO_Final_extrato_discussao.pdf). Acesso em 08 de jun 2009.

WILLIAMS, Raymond. [1958]: Culture is ordinary. In: GRAY, Anne; McGUIGAN (orgs). **Styding Culture – An Introductory Reader.** Londres / Nova York: Arnold, 1993.p. 5-14.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Sociedade:** 1780-1950. São Paulo: Nacional, 1969.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da. (org.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

## ANEXOS

## Anexo A – Modelo de entrevista aplicada com o segmento Artesã.

PESQUISA: “Barreirinhas em tempo de mudança: reconstrução de identidades nas rotas do turismo.”

Entrevista – Data: ..... Artesãs – Povoado:.....

### I- DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS:

01.NOME:.....

02.END:.....

03. Naturalidade: ..... D.N. ....

04. Escolaridade:..... Estado Civil: .....

05. Com que idade iniciou a trabalhar como artesã? .....

### II – MEMÓRIAS DO TRABALHO COMO ARTESÃ:

06. Conte um pouco de sua trajetória de vida como artesã: quem lhe ensinou e como você aprendeu a fazer artesanato. Fale sobre a rotina de trabalho da artesã, como era a maneira de fazer artesanato, antigamente? (Fale desde a coleta do linho, a produção e como se dava a comercialização).

07. Descreva sua vida, antigamente, nos momentos de descanso (lazer) aos domingos e feriados, a convivência com o marido, filhos (a família); a participação em cultos religiosos e festas populares da cidade.

08. Como era Barreirinhas ou o seu povoado, antes do turismo? Descreva a rotina do lugar – o abastecimento mercado, feira, quitandas; formas de trabalho e principal ocupação das pessoas, formas de relacionamento entre marido e mulher, entre as pessoas/ vizinhos; as principais tradições do local (festas populares e religiosas – católicas e cultos afro - comidas típicas, tradições, lendas, crendices e superstições).

### III – PASSANDO A VISTA NO PRESENTE:

09. Todos falam, que muitas mudanças ocorreram em Barreirinhas, com a chegada do turismo.

a) Em que essas mudanças influenciaram no trabalho e na organização das artesãs (vantagens e desvantagens)?

b) Fale das mudanças nas relações com o marido e filhos/as, a partir da sua independência financeira e das oportunidades de viagens e participação em eventos regionais e nacionais.

10. Fale sobre o processo de organização em Cooperativa. Quais as vantagens e desafios do processo organizativo?

### IV – VISÃO DE FUTURO PARA A CIDADE E O ARTESANATO

11. Tem-se ouvido falar que o turismo traz desenvolvimento para as cidades.

Dê sua opinião sobre essa afirmativa, enquanto artesã.

Qual a sua visão quanto ao futuro do artesanato em Barreirinhas? O que a Cooperativa ou as artesãs têm feito em relação à preservação dos buritizais?

Existe uma preocupação em preparar as novas gerações do local (filhas, sobrinhas, netas) para dar continuidade a esse trabalho?

Anexo B – Modelo de entrevista aplicada com o segmento Condutores Turísticos

PESQUISA: “Barreirinhas em tempo de mudança: reconstrução de identidades nas rotas do turismo.”

Entrevista – Data: ..... Nº: .....  
Segmento social – Condutores Turísticos

- 1.NOME:.....
- 2.END:.....
3. Naturalidade: .....D.N. .... Sexo: Masc. ☐ ♂ Fem. ☐ ♀
4. ESCOLARIDADE:..... Estado Civil: .....
5. Que trabalhos que exerceu antes de ser Condutor Turístico?
6. Como era sua vida antes de trabalhar como Condutor Turístico?
- 7.Há quantos anos você é Cond.Turístico?.....Você trabalha p/ alguém? ☐ sim ☐ não.
8. Renda Mensal: na Alta:..... Na Baixa temporada: .....
9. Em que sentido, esse trabalho mudou na sua vida?
10. Faz parte da Coperativa ? ☐ sim ☐ não
11. Fale sobre as vantagens em integrar a Cooperativa?
12. Como é a sua maneira de viver: relate o seu dia-a-dia no trabalho, desde o início do dia, até o retorno para casa.
14. Quais os valores e os símbolos que identificam o Condutor em Barreirinhas?
15. Como tem se dado sua relação com os turistas:
  - Há troca de informações sobre as culturas de outros países /as diferenças nos modos de viver;
  - O turista tem influenciado na sua maneira de ser, de modo geral? Caso positivo, como e em que sentido se dá essa influência?
16. Quais as perspectivas de futuro na sua vida? (Qual o ‘sonho’ que você busca alcançar no futuro, em sua vida?)

## Anexo C – Modelo de entrevista aplicada com o segmento Pilotos de Lancha

PESQUISA: “Barreirinhas em tempo de mudança: reconstrução de identidades nas rotas do turismo.”

Entrevista – Data: .....  
Segmento social – Piloto de Lancha

1. NOME:.....
2. END:.....
3. Naturalidade: .....D.N. ....
4. ESCOLARIDADE:..... Estado Civil: .....
5. Que trabalho(s) que exerceu antes de ser Piloto:.....
6. Como era sua vida antes de trabalhar como Piloto?.....
7. Há quantos anos você é Piloto?..... Há quantos anos tem habilitação p/ Capitania?
8. Você trabalha p/ alguém? ☐ sim ☐ não.
9. Você é o dono da lancha? ☐ sim ☐ não . Quantas lanchas vc tem?.....
10. Renda Mensal: na Alta:..... Na Baixa temporada:.....
11. Em que sentido, esse trabalho, mudou na sua vida?
12. Faz parte da COPERNAÚTICA ? ☐ sim ☐ não Há quantos anos?
13. Quais as vantagens de ser da Cooperativa?
14. Como é a sua maneira de viver: relate o seu dia-a-dia no trabalho, desde o início do dia, até o retorno para casa.
15. Que mudanças você percebe na vida da cidade com a chegada do turismo?
16. O que mudou na vida dos moradores de Barreirinhas, com o turismo?
17. Como tem se dado sua relação com os turistas:
  - Há troca de informações sobre as culturas de outros países /as diferenças nos modos de viver;
  - O turista tem influenciado na sua maneira de ser, de modo geral? Caso positivo, como?
18. Quais as perspectivas de futuro na sua vida? (Qual o ‘sonho’ que você busca alcançar no futuro, em sua vida?)

Anexo D – Modelo de entrevista aplicada com o segmento Toyoteiros

PESQUISA: “Barreirinhas em tempo de mudança: reconstrução de identidades nas rotas do turismo.”

Entrevista – Data: ..... Nº: .....  
Segmento social – Toyoteiros

1. NOME:.....
2. END:.....
3. Naturalidade: .....D.N. .... Sexo: Masc. ☐ ♂ Fem. ☐ ♀
4. ESCOLARIDADE:..... Estado Civil: .....
5. Que trabalho(s) que exerceu antes de ser Toyoteiro:.....
6. Como era sua vida antes de trabalhar como Toyoteiro?.....
7. Há quantos anos você é toyoteiro?..... Você trabalha p/ alguém? ☐ sim ☐ não.  
Você é o dono da toyota? ☐ sim ☐ não . Caso positivo, há quantos anos?.....
8. Renda Mensal: na Alta:..... Na Baixa temporada:.....
9. Em que sentido, esse trabalho, mudou na sua vida?
10. Faz parte da COOTALMAR ? ☐ sim ☐ não Há quantos anos?
11. Quais as vantagens de ser da Cooperativa?
12. Como é a sua maneira de viver: relate o seu dia-a-dia no trabalho, desde o início do dia, até o retorno para casa.
13. Quais os valores e os símbolos que identificam o “ser toyoteiro” em Barreirinhas?  
Como você se auto-define como “toyoteiro”? (Qual ao auto-imagem)  
Ex: valor (honesto, amigo, solidário, etc.) Ex: símbolo: (forte, valente, capacitado para dirigir nas trilhas dos Lençóis)
14. Como tem se dado sua relação com os turistas:
  - Há troca de informações sobre as culturas de outros países /as diferenças nos modos de viver;
  - O turista tem influenciado na sua maneira de ser, de modo geral? Caso positivo, como?
15. Quais as perspectivas de futuro na sua vida? (Qual o ‘sonho’ que você busca alcançar no futuro, em sua vida?)



## Anexo E – Planejamento da Técnica – grupo focal

Povoado: \_\_\_\_\_

Participantes: Artesãs

Nº de convidadas: 06 a 12 artesãs

Data: Abril /Maio/2008 (dia/horário/local a definir com o grupo)

- Ficha de presença com os seguintes dados: nome completo / D.N. e Naturalidade/ Escolaridade /Estado civil/ nº de anos que trabalha como artesã.
- Objectivo: Utilizar o “grupo focal” como técnica de coleta de dados – fonte de informação acerca dos processos de mudanças culturais e reconstrução de identidades das artesãs que integram a Artecoop em Barreirinhas.

Tema geral: “O processo de mudança em Barreirinhas e na vida de seus moradores a partir do turismo no Parque dos Lençóis”.

### 1. ROTEIRO DE QUESTÕES:

#### 1ª – O PASSADO:

- Como era Barreirinhas no passado? Como era a cidade antes da chegada do turismo? Como era o modo de viver das pessoas que aqui moravam?
- Como era a vida das artesãs no passado – no trabalho do artesanato e na relação em família: com os pais, com o marido, com os filhos? E a vida na sociedade barreirinhense nos momentos de lazer / festas, passeios?

#### 2ª – O PRESENTE:

- a) O mudou na cidade com a chegada do turismo?
- b) O que mudou na vida das artesãs com a chegada do turismo – no âmbito da vida familiar – relação com o marido e os filhos;
- c) O que mudou na vida da artesã em Barreirinhas:
  - No âmbito das relações da cadeia produtiva do artesanato: na extração da fibra / na produção em cooperativa / na comercialização local (relação com o turista), regional e fora do Estado.
  - Mudanças em aspectos como: autonomia / independência nas decisões em relação ao marido; sentimento de plenitude na vida, de ser feliz e de valorização pessoal (auto-estima).
- d) Como vocês vêm o turista? Os turistas que chegam a Barreirinhas sabem quem são seus habitantes, como vivem, como é a natureza?... ou ficam muito admirados e espantados com o que aqui encontram?
  - O que pensam que o turista mais procura em Barreirinhas? O que pensam que o turista menos gosta?
  - O que lhes parece existir em Barreirinhas de singular / específico, nos aspectos natural / humano e cultural?

#### 3ª O FUTURO:

- Como imaginam o futuro em Barreirinhas (a curto/ médio / longo prazo)?
- Poderiam imaginar Barreirinhas sem Turismo nem turistas?

- O que poderiam fazer se o turismo em Barreirinhas desaparecesse ou diminuísse muito?
- Qual a perspectiva que têm de futuro como artesãs em Barreirinhas?
- O que têm feito em relação à preservação dos buritizais e em relação ao preparo das novas gerações – filhas, netas, sobrinhas?

## Anexo F – Planejamento da Técnica – grupo focal Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras

Povoado: \_\_\_\_\_

Participantes: Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras

Nº de convidados/as: 06 a 10 pescadores ou marisqueiras

Data : Julho/2008 (dia/horário/local a definir com o grupo)

Locais das reuniões: povoados de Atins / Ponta do Mangue / Tapuio e Laranjeira.

- Trabalho de preenchimento da ficha de presença com os seguintes dados: nome completo / D.N. e Naturalidade/ Escolaridade /Estado civil/ nº de anos que reside no povoado (caso tenha nascido em outro local). Nº de filhos que têm. Nº de filhos/as que são pescadores/as artesanais.

Duração prevista: 1 e ½ a 2 horas.

Objectivo: Utilizar o “grupo focal” como técnica de coleta de dados – fonte de informação acerca dos processos de mudanças culturais e reconstrução de identidades dos moradores antigos de Barreirinhas.

### 1. CONSTRUÇÃO PRÉVIA DO ROTEIRO DE QUESTÕES:

Tema geral: “As mudanças que estão ocorrendo na vida dos/as pescadores/as artesanais a partir do turismo no Parque dos Lençóis Maranhenses”.

Roteiro de questões:

#### 1ª – ENTRE O PASSADO E O PRESENTE:

- Como era a vida dos pescadores, no passado – o dia-a-dia dos pescadores? Falem da organização do trabalho – se era coletivo; sobre a produção, como era dividida ou a quem era vendida?
- Como eram os momentos de lazer, as festas, os namoros? As principais tradições culturais do povoado – os festejos de São Pedro e outros santos?
- Como era o povoado antes da chegada do turismo em Barreirinhas? Como era o modo de viver dos moradores daqui do local?
- Qual a relação que os moradores daqui tinham com Barreirinhas – venda do produto da pesca / compra de outros produtos / em busca de serviços de saúde...
- Quem sabe falar das histórias e lendas daqui do povoado?
- Aqui no povoado os moradores praticam alguns rituais anuais, ligados aos ciclos da natureza?
- Quais os pratos típicos e bebidas daqui do povoado?
- Quais as principais tradições culturais que ainda são preservadas aqui no povoado?
- Qual a importância da pesca artesanal hoje, para Barreirinhas? A produção daqui do povoado, abastece o mercado de Barreirinhas? Quais os principais tipos de peixes que são pescados aqui no povoado? A produção daqui abastece as pousadas e restaurantes de Barreirinhas?

- Quais as principais dificuldades que o pescador / a marisqueira têm enfrentado nos últimos 10 anos?

## 2ª – IMPACTOS DO TURISMO NA VIDA E NO TRABALHO DO PESCADOR:

- O que mudou na vida do povoado com a chegada do turismo em Barreirinhas?
- Como é a relação dos moradores daqui com os turistas? O turismo influencia no modo de vida dos moradores daqui? Melhorou a renda dos pescadores/ marisqueiras?
- O que mudou no modo de viver dos moradores daqui com a chegada do turismo?
- O que mudou nas relações em família, no trabalho, na religião e no lazer (festas, casamentos, aniversários)?

## 3ª MUDANÇAS NA PESCA ARTESANAL

- Quais as principais mudanças que têm ocorrido na pesca artesanal?

## 4ª O FUTURO:

- Qual a perspectiva de futuro para a pesca artesanal de Barreirinhas?
- Quais os benefícios concretos para o pescador artesanal/ marisqueira com o Centro de Apoio ao Pescador Artesanal em Barreirinhas?
- O que está sendo pensado para as novas gerações de pescadores artesanais daqui de Barreirinhas? Vocês discutem essas questões com a direção da Colônia, com os técnicos da SEAP?

## 2. ORIENTAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL (passos metodológicos).

### A – Momento de abertura:

- Uma breve auto-apresentação;
- Explicação dos objetivos da reunião e das razões de não terem sido dadas informações mais detalhadas até o presente momento;
- Informar da necessidade do uso de gravador e do sigilo das informações obtidas (ou seja, o conteúdo do debate servirá como dado da realidade para a tese, mas as pessoas não serão identificadas em suas falas);
- Deixar claro que todas as opiniões interessam e que não existem ‘boas’ ou ‘más’ opiniões. Para isso, vou solicitar que as participantes falem uma de cada vez, permitindo uma boa gravação das falas;
- Finalmente, informar da duração prevista da reunião e como será a dinâmica para que todos saibam o que esperar das discussões, possam ficar à vontade, com o máximo de espontaneidade possível.

### B – Desenvolvimento da discussão do grupo focal:

- Abrir para uma rodada inicial de falas, permitindo a todas um comentário sobre o tema geral: “O processo de mudanças em Barreirinhas e na vida de seus moradores a partir do turismo no Parque dos Lençóis”.
- Da continuidade ao debate com base no roteiro das questões

### C – Papel e postura da pesquisadora (como facilitadora):

- Procurar não intervir, buscar proporcionar uma atmosfera favorável à discussão, controlar o tempo e estimular que todas falem;
- Dependendo da situação poderá fazer perguntas abertas (previstas ou não no roteiro) sobre o tema, para guiar a discussão. Para isso, deve ter uma lista de questões que podem ou não ser usadas ;
- Evitar a monopolização da discussão por um dos participantes e encorajar os mais reticentes;
- Estar atenta às expressões gestuais dos participantes e saber interpretá-las;
- Procurar ser sensível, capaz de ouvir, ter clareza de expressão, ser flexível, viva e simpática, além de ter senso de humor.